

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

ACTORES, ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

CONFLITOS E CONSENSOS NO MUNICÍPIO DE PALMELA

NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

(I VOLUME)

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM SOCIOLOGIA

SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA

MARIANA DE JESUS MARTINS DE TORRES VAZ FREIRE CASCAIS

ESTA TESE NÃO INCLUI AS CRÍTICAS E SUGESTÕES FEITAS PELO JÚRI

ANTÓNIO PEDRO SOUSA MARQUES

2006

ÍNDICE

RESUMO	IX
ABSTRACT	XI
ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS.....	XIII
FIGURAS	XIII
QUADROS.....	XIV
GRÁFICOS	XVIII
AGRADECIMENTOS.....	XXVII
INTRODUÇÃO.....	5
I PARTE.....	13
1 - TRAÇAR O OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO.....	15
2 - AS ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS E ECONÓMICAS SOBRE O ESPAÇO	19
2.1 - A ABORDAGEM DA SOCIOLOGIA	19
2.1.1. - <i>A Sociologia Clássica</i>	19
2.1.2 - <i>A Sociologia Espacial</i>	20
2.1.3 - <i>A Sociologia Urbana: seu desenvolvimento teórico</i>	22
2.1.4 - <i>A Escola de Chicago</i>	23
2.1.5 - <i>A Sociologia Urbana Britânica</i>	26
2.1.6 - <i>O pós-Guerra e o declínio da Sociologia Urbana anglo-saxónica</i>	30
2.1.7 - <i>A Sociologia Urbana da Europa continental</i>	35
2.1.8 - <i>Das críticas ao modelo à nova Sociologia Urbana</i>	39
2.1.9 - <i>A emergência da Sociologia do Território:</i>	44
<i>Da construção do Espaço à construção do Território</i>	44
2.1.10 - <i>O conceito de Território</i>	48
2.1.11 - <i>Sociologia do Território - Novos olhares sobre velhas e novas questões:</i> <i>a análise dos territórios em mutação</i>	50
2.1.12 - <i>Uma nova análise sobre as relações entre os espaços sociais rural e urbano</i>	50
2.2 - A ABORDAGEM DA ECONOMIA	58
2.2.1 - <i>Da economia regional aos sistemas produtivos locais</i>	58
2.2.2 - <i>O Espaço homogéneo</i>	60
2.2.3 - <i>O Espaço polarizado</i>	60

2.2.4 - <i>O Espaço da dependência</i>	62
2.2.5 - <i>O Espaço território</i>	63
3 - ESPAÇO REGIONAL E ESPAÇO LOCAL	
DA ANÁLISE DO SISTEMA À ANÁLISE DOS ACTORES	67
4 - MUDANÇA SOCIAL, MODERNIDADE E GLOBALIZAÇÃO	69
5 - A SOCIOLOGIA FACE À GLOBALIZAÇÃO:	
DAS TEORIAS CLÁSSICAS ÀS TEORIAS ACTUAIS	73
6 - O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO	85
7 - OS PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO TÉCNICA, ECONÓMICA	
E FINANCEIRA	107
7.1 - OS FLUXOS DE INTEGRAÇÃO	107
7.2 - A FRAGMENTAÇÃO E/OU EXCLUSÃO.....	109
7.3 - A REDEFINIÇÃO DE FUNÇÕES.....	110
8 - DA CRISE GLOBAL ÀS ESTRATÉGIAS LOCAIS	117
8.1 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	119
E DESENVOLVIMENTO LOCAL	119
8.2 - QUE INDICADORES PARA A ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL?	124
9 - OS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO E A ANÁLISE DO LOCAL	129
9.1 - O EVOLUCIONISMO	130
9.2 - O HISTORICISMO	133
9.3 - O ESTRUTURALISMO	135
9.4 - UMA NOVA PERSPECTIVA DE ABORDAGEM	137
10 - IDENTIDADE, PERTENÇA E PARTICIPAÇÃO	141
10.1 - OS ACTORES NO SISTEMA DE ACÇÃO LOCAL:	
DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE À PARTICIPAÇÃO NAS TOMADAS DE DECISÃO	141
10.1.1 - <i>A construção da identidade</i>	141
10.1.2 - <i>A participação</i>	149
10.2 - AS IDENTIDADES COLECTIVAS E AS CAPACIDADES DE ACÇÃO.....	151
11 - AS REPRESENTAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO:	
PERSPECTIVAS DOS ACTORES	153

11.1 – OS VÁRIOS TIPOS DE REPRESENTAÇÕES.....	153
11.1.1 - A representação optimista.....	153
11.1.2 - A representação centralizadora	154
11.1.3 - A representação macroeconómica.....	154
11.2 - AS REPRESENTAÇÕES ALTERNATIVA DO DESENVOLVIMENTO:	155
PARTICIPAÇÃO E CONSCIENCIALIZAÇÃO DOS ACTORES	155
11.2.1 - A acção para o desenvolvimento	156
11.2.2 - Diversidade de actores e de lógicas de acção.....	157
11.2.3 – As hipóteses de investigação	165
12 - FORMAS DE ORGANIZAR E GERIR O TERRITÓRIO	167
12.1 - URBANISMO E PLANEAMENTO URBANO.....	169
12.2 - TEORIAS DO URBANISMO.....	172
12.2.1 - O Pré-urbanismo.	173
12.2.2 - O “urbanismo funcional” da primeira metade do século XX.....	175
12.2.3 - O urbanismo racional do pós-Guerra.....	179
12.3 - PLANEAMENTO ESTRATÉGICO:	182
ACÇÃO E/OU RECONCILIAÇÃO ENTRE ACTORES ?	182
12.3.1 - As Correntes do Urbanismo: do pós-Guerra aos nossos dias	182
12.3.2 - O Planeamento Estratégico: sua génese.....	185
12.4 - A METODOLOGIA DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO.....	187
12.4.1 - Operacionalização do Plano Estratégico	189
12.4.2 - A Avaliação do Planeamento	195
II PARTE	199
13 - METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA EMPÍRICA.....	201
13.1 - A ANÁLISE DOCUMENTAL	202
13.2 - A OBSERVAÇÃO DIRECTA SIMPLES	203
13.3 - A ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DOS ACTORES DO MUNICÍPIO DE PALMELA.....	203
13.3.1 - A construção das variáveis	205
13.3.2 - A escolha dos actores e a construção do guião da entrevista.....	213
13.3.3 - A aplicação do método MACTOR.....	216
III PARTE.....	225
14 - PLANEAMENTO URBANÍSTICO E ESTRATÉGIA DE ACTORES:	
PARA ONDE VAI PALMELA?.....	227
14.1 - O PODER LOCAL EM PORTUGAL: COMPETÊNCIAS E INTERVENÇÕES	227

14.1.1 - <i>Do Município romano à reconquista cristã</i>	227
14.1.2 - <i>O período medieval</i>	228
14.1.3 - <i>Da reforma manuelina à revolução liberal</i>	229
14.1.4 - <i>O período liberal</i>	230
14.1.5 - <i>A 1ª República</i>	232
14.1.6 - <i>O Estado Novo</i>	232
14.1.7 - <i>A situação após a Constituição de 1976</i>	235
14.1.8 - <i>A participação dos Cidadãos</i>	239
14.2 - AS FIGURAS DE PLANEAMENTO.....	241
14.2.1 - <i>O âmbito nacional</i>	246
14.2.2 - <i>O âmbito regional</i>	250
14.2.3 - <i>O âmbito municipal</i>	255
14.3 - AS PRINCIPAIS FIGURAS DE PLANEAMENTO NO MUNICÍPIO DE PALMELA.....	271
15 - DINAMISMO PRODUTIVO E IMPACTOS TERRITORIAIS NO	
MUNICÍPIO DE PALMELA	279
15.1 - <i>DINÂMICAS PRODUTIVAS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL</i>	279
15.2 - <i>PORTUGAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX:</i>	279
AS RELAÇÕES CAPITALISTAS QUE EMERGEM	279
15.3 - <i>A PRODUÇÃO AGRÍCOLA</i>	280
15.4 - <i>OS PRIMÓRDIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO</i>	282
15.5 - <i>AS ÁUREAS DÉCADAS DO PÓLO INDUSTRIAL DE SETÚBAL :</i>	283
A DÉCADA DE SESSENTA E O INÍCIO DE SETENTA	283
15.6 - <i>ENTRE CRISES E RECONVERSÕES</i>	285
16 - PALMELA - DINAMISMOS SÓCIO-ESPACIAIS	
ALTERAÇÕES DOS FACTORES DE LOCALIZAÇÃO:	
DA ENDOGENEIDADE À EXOGENEIDADE.....	291
16.1 - <i>À CABEÇA DE SANTIAGO E ESPADA</i>	291
16.2 - <i>O AUTOCENTRAMENTO AGRÍCOLA: ARROTEAMENTOS E COLONIZAÇÃO</i>	292
16.3 - <i>A SITUAÇÃO ACTUAL:</i>	295
OS DESAFIOS EUROPEUS E AS RESPOSTAS DA AGRICULTURA LOCAL.....	295
16.4 - <i>UM MUNICÍPIO EXPORTADOR DE MÃO-DE-OBRA</i>	302
16.5 - <i>OS NOVOS FACTORES DE LOCALIZAÇÃO E</i>	303
O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE PALMELA	303
16.6 - <i>AS DESLOCAÇÕES PENDULARES</i>	321

17 - IMPACTOS TERRITORIAIS DA LOCALIZAÇÃO PRODUTIVA	327
17.1 - UM MUNICÍPIO QUE SE METROPOLIZA	327
17.2 - DIFERENCIAÇÃO SOCIO-URBANÍSTICA:	333
PALMELA E A PENÍNSULA DE SETÚBAL	333
17.2 - A VOLKSWAGEN AUTOEUROPA	340
17.2.1 – <i>Os critérios de escolha para a localização do projecto</i>	344
17.2.2 – <i>O conceito de just in time em sequência</i>	347
17.2.3 – <i>Produção, exportação e impactos na economia portuguesa</i>	354
17.3 - VISTEON	362
17.3.1 - <i>Fábrica de componentes electrónicas</i>	362
17.3.2 - <i>Fábrica de compressores</i>	362
17.3.3 - <i>Unidade de produção de plásticos</i>	362
18 - DINÂMICA URBANÍSTICA	389
18.1 – ACESSIBILIDADES	389
18.2 - CRESCIMENTO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL	390
18.3 - AS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS	393
18.4 - AS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL (AUGI).....	398
19 - DO EXISTENTE AO DESEJÁVEL:	
AS ESTRATÉGIAS DE ACTORES DO MUNICÍPIO DE PALMELA	401
19.1 - AS RELAÇÕES DE FORÇA E AS POSIÇÕES RELATIVAS DOS ACTORES	404
19.1.1 - <i>Grau de influência e de dependência dos actores</i>	408
19.1.2 - <i>A relação de forças entre os actores</i>	413
19.1.3 - <i>O balanço líquido das influências por cada par de actores</i>	415
19.2 - A IMPLICAÇÃO DOS ACTORES	419
19.2.1 - <i>Grau de implicação e mobilização dos actores</i>	420
19.3 - GRAU DE MOBILIZAÇÃO E DE CONFLITUALIDADE	423
DOS OBJECTIVOS	423
19.4 – DAS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DOS ACTORES AO	432
POSICIONAMENTO DOS ACTORES: SUAS ALIANÇAS E CONFLITOS.....	432
19.4.1 – <i>Matriz de Divergências entre Actores</i>	432
19.4.2 – <i>Matriz de Convergências entre Actores</i>	436
CONCLUSÃO.....	451
BIBLIOGRAFIA	463
LIVROS E ARTIGOS	463

OUTRA INFORMAÇÃO	487
SÍTIOS NA INTERNET	491
ÍNDICE REMISSIVO	493

RESUMO

As mudanças verificadas no panorama mundial, intensificadas nas duas últimas décadas do século passado, têm sido as principais responsáveis pelas transformações nas estruturas sociais, económicas e tecnológicas.

As teorias sobre o desenvolvimento económico e social, que a Sociologia e a Economia, construíram pacientemente durante décadas necessitam cada vez mais de ser reequacionadas, uma vez que até as velhas nações industrializadas devem ser vistas como estando em vias de desenvolvimento.

Tais situações levaram à necessidade de se proceder a novas formas de mobilização do potencial humano, que se distinguem dos modos anteriores de pensar o desenvolvimento e, que podem ser corporizadas a partir de um conjunto iniciativas locais.

Essas formas de acção e de modernização do tecido económico, de requalificação dos espaços urbanos, dos programas de formação profissional, da inserção das regiões marginalizadas na estratégia global do Estado passam a deter um lugar de máxima importância nas estratégias de cada País e de cada Região.

Perante este conjunto de questões de carácter económico e social, pareceu importante proceder-se à construção de um objecto teórico que incidisse sobre a análise das estratégias dos actores locais perante os desafios impostos por uma sociedade que se apresenta cada vez mais globalizada.

O objecto empírico deste estudo recaiu sobre o município de Palmela através da análise da estratégia dos seus actores e os desafios estratégicos que lhes são lançados.

Procurou-se assim dar conta de uma possível articulação entre essas estratégias, o planeamento urbanístico e o desenvolvimento local.

Os processos de desenvolvimento observados quer no município de Palmela, quer nos restantes municípios que constituem a Península de Setúbal não se produziram de forma linear.

Ao proceder a uma proposta de acção virada para as questões do desenvolvimento local toma-se necessário detectar as representações que os actores locais estabelecem, em torno desse mesmo desenvolvimento à escala da sociedade local.

Os desafios estratégicos apresentam-se no município de Palmela como resultados das estratégias produzidas pelos actores localizados, ou com influência local, onde se dá a confrontação de interesses e de lógicas contraditórias.

Palavras-chave: Actores Locais, Desenvolvimento Local, Urbanismo, Planeamento Estratégico, Estratégia de Actores, Objectivos Estratégicos, Desafios Estratégicos

ABSTRACT

Changes occurred, world-widely, during the last two decades of the last century have generated modifications in the social, economical and technological structures being observed.

Theories on the economical and social development built, peacefully, by Sociology and Economy for several decades, have to be more and more re-equated, once, even the old industrialized nations should be considered on the way to development.

It raises, then the need of proceeding with new methods of manpower mobilization, different from the former ways of thinking on development, which may be materialized starting from the local initiatives.

Those acting and up-dating systems of the economical tissue, in addition to the urban areas classification, the professional training programmes, the inclusion of the despising areas in the global strategy of State, as well as the support to the people, sociality discriminated, become to own a position of greatest importance in the strategies of each Country and Area.

In view of this set of subjects, from economical and social nature, it seemed important to proceed to the building of a theoretical object based on the analysis of the local dynamics of development in Palmela: perspectives and strategies of the local and social actors.

The empiric object of this research was the municipality of Palmela through the analysis of the actors strategies.

Being so, the intention was to report an eventual relation among those dynamics, the local development and the urbanism.

The development methods observed, not only in the municipality of Palmela, but also in the remaining ones of Setúbal Peninsula were not created in a linear way.

By making a proposal of action forwarded to the subjects of a local development, it is necessary to detect the representations performed by the local actors in turn of this very same development according to the local society.

Nevertheless any kind of homogenous category is found among the new social actors, but a variety of social strengths is ascertained creating a great number of actors.

The Strategical Challenges verified in the municipality of Palmela present themselves as results of strategies created by the established actors or with local influence, where interests and contradictor logics are brought face to face.

Key-Words: Local Actors, Local Development. Urbanism, Strategical Planning, Strategic of Actors, Strategical Objectives, Strategical Challenges

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURAS

FIGURA 1 – O MUNICÍPIO DE PALMELA NO CONTEXTO REGIONAL	1
FIGURA 2 – O MUNICÍPIO DE PALMELA E AS FREGUESIAS QUE O CONSTITUEM.....	3
FIGURA 3 – O OBJECTO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO.....	11
FIGURA 4 - O CAMPO GLOBAL SEGUNDO ROLAND ROBERTSON.....	78
FIGURA 5- CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO.....	193
FIGURA 6 – AS FASES HIERARQUIZADAS DO PLANEAMENTO.....	194
FIGURA 7 – A ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DOS ACTORES DO MUNICÍPIO DE PALMELA ..	223
FIGURA 8 – ESTRUTURAS VERTICAIS DO ESTADO EM PORTUGAL (ANTES E PÓS 1976).....	238
FIGURA 9 - HIERARQUIA DAS FIGURAS DE PLANEAMENTO EM PORTUGAL	270
FIGURA 10 – PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA AUTOEUROPA (PENÍNSULA DE SETÚBAL)....	345
FIGURA 11 – PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA AUTOEUROPA (MUNICÍPIO DE PALMELA)....	346
FIGURA 12 – PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA AUTOEUROPA E DO PARQUE INDUSTRIAL...	346
FIGURA 13 – O <i>CLUSTER</i> AUTOMÓVEL NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	350
FIGURA 14 - PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PALMELA.....	395
(REDES URBANAS PRINCIPAL E SECUNDÁRIA).....	395
FIGURA 15 - MUNICÍPIO DE PALMELA: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS AUGI E DOS NOVOS CLANDESTINOS, POR PERÍMETRO URBANO.....	399

QUADROS

QUADRO 1 - A TRAJECTÓRIA DA GLOBALIZAÇÃO SEGUNDO ROLAND ROBERTSON	83
QUADRO 2 - A RELAÇÃO ENTRE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A TERRITORIALIDADE	88
QUADRO 3 - CONCEITOS DE GLOBALIZAÇÃO.....	97
QUADRO 4 - EVOLUÇÃO DAS CONCEPÇÕES SOBRE O ESPAÇO	120
QUADRO 5 - DISCURSOS E CORRENTES DE PENSAMENTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL	137
QUADRO 6 - FORÇA POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO DOS VÁRIOS TIPOS DE ASSOCIATIVISMO FACE ÀS FORMAS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO	163
QUADRO 7 - TIPOLOGIAS DE ACÇÃO E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	164
QUADRO 8 - DISCURSO SOBRE A ACÇÃO PÚBLICA.....	191
QUADRO 9- AS VARIÁVEIS DA INVESTIGAÇÃO.....	207
QUADRO 10 – ACTORES QUE CONSTITUÍRAM A AMOSTRA INTENCIONAL.....	216
QUADRO 11 – RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS E ACTORES	221
QUADRO 12 – O MUNICÍPIO NO ESTADO SOCIAL-CORPORATIVO	233
QUADRO 13 – EVOLUÇÃO DAS FIGURAS DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO EM PORTUGAL	243
QUADRO 14 - PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	248
QUADRO 15 - PLANO SECTORIAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	249
QUADRO 16 - PLANO ESPECIAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	251
QUADRO 17 – PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	252
QUADRO 18 - PLANO INTERMUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	259
QUADRO 19 - PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	261
QUADRO 20 - PLANO DE URBANIZAÇÃO E PLANO DE PORMENOR.....	267
QUADRO 21 – PENÍNSULA DE SETÚBAL E CONTINENTE.....	285
POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE (1960-2001)	285
QUADRO 22 - PENÍNSULA DE SETÚBAL.....	287
POPULAÇÃO ACTIVA DESEMPREGADA, POR TIPO DE DESEMPREGO (1981-20001)	287
QUADRO 23 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS(1982-2000).....	289
QUADRO 24 – PENÍNSULA DE SETÚBAL SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA, Nº DE EXPLORAÇÕES E SUA DIMENSÃO – 1999	297
QUADRO 25 – MUNICÍPIO DE PALMELA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA, POR FREGUESIA – 1999	297

QUADRO 26 – PENÍNSULA DE SETÚBAL	
SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA E SUAS FORMAS DE UTILIZAÇÃO – 1999.....	298
QUADRO 27 – PENÍNSULA DE SETÚBAL	
POPULAÇÃO ACTIVA AGRÍCOLA POR MUNICÍPIOS - 1999.....	299
QUADRO 28 – PENÍNSULA DE SETÚBAL	
PRODUTORES AGRÍCOLAS, POR GRUPOS DE IDADE E POR MUNICÍPIO – 1999.....	300
QUADRO 29 – PENÍNSULA DE SETÚBAL	
PRODUTORES AGRÍCOLAS, POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E POR MUNICÍPIO – 1999.....	301
QUADRO 30 – MUNICÍPIO DE PALMELA	
POPULAÇÃO ACTIVA COM PROFISSÃO, POR SECTORES DE ACTIVIDADE,	
ANOS DE 1930 A 2001 (EM %).....	302
QUADRO 31 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NO MUNICÍPIO DE	
PALMELA, EM VALORES ABSOLUTOS (1991-2001).....	306
QUADRO 32 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NO MUNICÍPIO DE	
PALMELA, EM PERCENTAGEM (1991-2001).....	306
QUADRO 33 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO MUNICÍPIO DE PALMELA,	
EM VALORES ABSOLUTOS(1991-2002).....	307
QUADRO 34 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO MUNICÍPIO DE PALMELA,	
EM VALORES PERCENTUAIS (1991-2002).....	307
QUADRO 35 – DESLOCAÇÕES PENDULARES COM ORIGEM NO MUNICÍPIO DE PALMELA	
PARA OS MUNICÍPIOS QUE FORMAM A GRANDE ÁREA METROPOLITANA	
DE LISBOA/SUL (2001) VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS.....	321
QUADRO 36 - DESLOCAÇÕES PENDULARES COM ORIGEM NO MUNICÍPIO DE PALMELA	
PARA OS MUNICÍPIOS QUE FORMAM A GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE	
LISBOA/NORTE (2001) VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS.....	322
QUADRO 37 – TOTAL DAS DESLOCAÇÕES PENDULARES COM ORIGEM NO MUNICÍPIO DE	
PALMELA (2001) – VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS.....	322
QUADRO 38 – DESLOCAÇÕES PENDULARES COM ORIGEM NOS MUNICÍPIOS QUE FORMAM	
A GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA/SUL E COM DESTINO AO MUNICÍPIO	
DE PALMELA (2001) – VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS.....	323
QUADRO 39 – DESLOCAÇÕES PENDULARES COM ORIGEM NOS MUNICÍPIOS QUE	
FORMAM A GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA/NORTE E COM DESTINO AO	
MUNICÍPIO DE PALMELA (2001) – VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS.....	324
QUADRO 40 – TOTAL DAS DESLOCAÇÕES PENDULARES TENDO COMO DESTINO	
O MUNICÍPIO DE PALMELA VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS (2001).....	324
QUADRO 41 – BALANÇO DAS DESLOCAÇÕES PENDULARES	
PALMELA – GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA SUL - PALMELA (2001).....	325

QUADRO 42 – BALANÇO DAS DESLOCAÇÕES PENDULARES	
PALMELA – GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA NORTE - PALMELA (2001)	325
QUADRO 43 – BALANÇO TOTAL DAS DESLOCAÇÕES PENDULARES (2001)	326
QUADRO 44 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, POR MUNICÍPIOS (1940 -2001)	328
QUADRO 45 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, POR MUNICÍPIOS (1940 -2001) – TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO	329
QUADRO 46 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PALMELA, POR FREGUESIAS (1930-2001).....	331
QUADRO 47 – PENÍNSULA DE SETÚBAL	
DENSIDADE POPULACIONAL, POR MUNICÍPIOS (1981-2001).....	335
QUADRO 48 - PENÍNSULA DE SETÚBAL	
REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES, 1981-2001 (EM %)	336
QUADRO 49 – AUTOEUROPA - EVOLUÇÃO DA FÁBRICA E DOS PRODUTOS.....	341
QUADRO 50– AUTOEUROPA INVESTIMENTO INICIAL	342
QUADRO 51 – AUTOEUROPA – EMPREGO DIRECTO E EMPREGO NO PARQUE INDUSTRIAL E NOS SERVIÇOS CONTRATADOS	344
QUADRO 52 – AUTOEUROPA - ÁREAS DO PROJECTO, EM M ²	347
QUADRO 53 - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO FABRICO DE COMPONENTES, QUE ACOMPANHARAM NO INÍCIO PROJECTO AUTOEUROPA.....	349
QUADRO 54 – FORNECEDORES DE COMPONENTES PARA A AUTOEUROPA	352
QUADRO 55 – PREÇO DA VW SHARAN NOS PAÍSES DA ZONA EURO (2006).....	356
QUADRO 56 – EMPRESAS COM SEDE NA REGIÃO, POR CAE.....	364
QUADRO 57 – EMPRESAS COM SEDE NA REGIÃO INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	368
QUADRO 58 – SOCIEDADES COM SEDE NA REGIÃO , POR CAE	370
QUADRO 59 – SOCIEDADES COM SEDE NA REGIÃO INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	372
QUADRO 60 – PESSOAL AO SERVIÇO NAS SOCIEDADES COM SEDE NA REGIÃO	374
QUADRO 61 - PESSOAL AO SERVIÇO NAS SOCIEDADES COM SEDE NA REGIÃO INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	376
QUADRO 62 – VOLUME DE NEGÓCIOS NAS SOCIEDADES COM SEDE NA REGIÃO, POR CAE (2003).....	381
QUADRO 63 - VOLUME DE NEGÓCIOS NAS SOCIEDADES COM SEDE NA REGIÃO INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	383
QUADRO 64 - COMÉRCIO INTERNACIONAL DECLARADO, POR MUNICÍPIO DE SEDE DOS OPERADORES (2003)	385

QUADRO 65 - MUNICÍPIO DE PALMELA - EVOLUÇÃO DOS EDIFÍCIOS E DOS ALOJAMENTOS, POR FREGUESIAS (1991-2001).....	391
QUADRO 66 - MUNICÍPIO DE PALMELA AGLOMERADOS DA REDE URBANA PRINCIPAL SECUNDÁRIA.....	394
QUADRO 67 - MUNICÍPIO DE PALMELA REPARTIÇÃO DAS AUGI E NOVOS CLANDESTINOS, POR FREGUESIAS.....	398
QUADRO 68 - VARIÁVEIS DA ANÁLISE EMPÍRICA.....	403
VARIÁVEIS INTERNAS.....	403
VARIÁVEIS EXTERNAS.....	404
QUADRO 69 – MATRIZ DOS MEOS DE ACÇÃO DIRECTOS.....	406
QUADRO 70 – MATRIZ DAS POSIÇÕES VALORIZADAS ACTORES × OBJECTIVOS (2 MAO).....	406
QUADRO 71 - DESAFIOS ESTRATÉGICOS E OBJECTIVOS ASSOCIADOS.....	407
QUADRO 72 – COMPARAÇÃO ENTRE AS RELAÇÕES DE FORÇA (R_i) E A MEDIDA EXACTA DE FORÇA (Π_i) DE CADA ACTOR.....	418
QUADRO 73 - ORDENAÇÃO DOS OBJECTIVOS SEGUNDO O GRAU DE MOBILIZAÇÃO.....	426
QUADRO 74 - ORDENAÇÃO DOS OBJECTIVOS SEGUNDO O GRAU DE CONFLITUALIDADE.....	429
QUADRO 75 – CLASSIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS SEGUNDO O SEU GRAU DE MOBILIZAÇÃO E CONFLITUALIDADE.....	431
QUADRO 76 - MATRIZ VALORIZADA DE DIVERGÊNCIAS ACTORES × ACTORES (2 DAA).....	433
QUADRO 77 - MATRIZ VALORIZADA E PONDERADA DE DIVERGÊNCIAS ACTORES × ACTORES (3 DAA).....	435
QUADRO 78 - MATRIZ VALORIZADA DE CONVERGÊNCIAS ACTORES × ACTORES (2 CAA).....	437
QUADRO 79 - MATRIZ VALORIZADA PONDERADA DE CONVERGÊNCIAS ACTORES × ACTORES (3 CAA).....	439
QUADRO 80 - INDICADORES DE AMBIVALÊNCIA DE ACTORES.....	441
QUADRO 81 - MATRIZ DAS PROXIMIDADES ENTRE ACTORES.....	445
QUADRO 82 – GRUPOS ESTRATÉGICOS DE ACTORES.....	446
QUADRO 83 – RECONSTRUÇÃO DA 2 MAO SEGUNDO OS GRUPOS ESTRATÉGICOS.....	449

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - MUNICÍPIO DE PALMELA	
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS, POR RAMO DE ACTIVIDADE (1991-2002).....	309
GRÁFICO 2 – MUNICÍPIO DE PALMELA	
EVOLUÇÃO DO EMPREGO, POR SECTORES DE ACTIVIDADE (1991-2002).....	311
GRÁFICO 3 – MUNICÍPIO DE PALMELA	
EMPRESAS AGRÍCOLAS E MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA (1991-2002).....	313
GRÁFICO 4 – MUNICÍPIO DE PALMELA	
EMPRESAS INDUSTRIAIS E MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL (1991-2002)	314
GRÁFICO 5 – MUNICÍPIO DE PALMELA	
EMPRESAS E MÃO-DE-OBRA DA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS (1991-2002).....	315
GRÁFICO 6 – MUNICÍPIO DE PALMELA	
EMPRESAS E MÃO-DE-OBRA DO COMÉRCIO , HOTELARIA E RESTAURAÇÃO (1991-2002).....	316
GRÁFICO 7 – MUNICÍPIO DE PALMELA	
EMPRESAS E MÃO-DE-OBRA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (1991-2002).....	317
GRÁFICO 8 – MUNICÍPIO DE PALMELA	
EMPRESAS E MÃO-DE-OBRA BANCÁRIA E DOS SEGUROS (1991-2002)	318
GRÁFICO 9 – MUNICÍPIO DE PALMELA	
EMPRESAS E MÃO-DE-OBRA DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (1991-2002)	319
GRÁFICO 10 – MUNICÍPIO DE PALMELA	
TOTAL DAS EMPRESAS E DA MÃO-DE-OBRA (1991-2002).....	320
GRÁFICO 11 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PALMELA, POR FREGUESIAS (1930-2001).....	332
GRÁFICO 12 – PENÍNSULA DE SETÚBAL	
ÁREAS INDUSTRIAIS OCUPADAS (1991)	338
GRÁFICO 13 – AUTOEUROPA - DISTRIBUIÇÃO POR PAÍSES DOS FORNECEDORES DE COMPONENTES	353
GRÁFICO 14– AUTOEUROPA - PRODUÇÃO DE VEÍCULOS (1995-2005).....	355
GRÁFICO 15 – AUTOEUROPA – OS MERCADOS DO PRODUTO AUTOEUROPA	358
GRÁFICO 16 - AUTOEUROPA – PRODUÇÃO DE VEÍCULOS POR MARCAS (2005).....	359
GRÁFICO 17 - AUTOEUROPA – PRODUÇÃO POR MARCAS (JANEIRO A ABRIL DE 2006).....	360
GRÁFICO 18 - AUTOEUROPA – CONTRIBUIÇÃO PARA O VALOR ACRESCENTADO NACIONAL	360
GRÁFICO 19 - AUTOEUROPA – CONTRIBUIÇÃO PARA O PIB PORTUGUÊS	361

GRÁFICO 20 – MUNICÍPIO DE PALMELA	
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS - 2001-2004.....	365
GRÁFICO 21 – EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DE INDÚSTRIAS	
TRANSFORMADORAS 2001-2004.....	369
GRÁFICO 22 – MUNICÍPIO DE PALMELA - EVOLUÇÃO DO NÚMERO	
DE SOCIEDADES 2001-2005	371
GRÁFICO 23 – MUNICÍPIO DE PALMELA – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SOCIEDADES DE	
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS 2001-2004	373
GRÁFICO 24 – MUNICÍPIO DE PALMELA – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS	
NAS SOCIEDADES 2000-2003	375
GRÁFICO 25 – MUNICÍPIO DE PALMELA – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS NAS	
SOCIEDADES DE INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS 2000-2003.....	377
GRÁFICO 26 – MUNICÍPIO DE PALMELA – VOLUME DE VENDAS NAS SOCIEDADES	
(EM MILHARES DE EUROS) 2000- 2003	378
GRÁFICO 27 – MUNICÍPIO DE PALMELA – VOLUME DE VENDAS NAS SOCIEDADES	
DE INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS (EM MILHÕES DE EUROS) 2000-2003.....	379
GRÁFICO 28- GRAU DE INFLUÊNCIA DIRECTA E DE INFLUÊNCIA DIRECTA E INDIRECTA	409
GRÁFICO 29 – GRAU DE DEPENDÊNCIA DIRECTA E DE DEPENDÊNCIA DIRECTA E	
INDIRECTA.....	411
GRÁFICO 30 -PLANO DAS INFLUÊNCIAS E DAS DEPENDÊNCIAS	
ENTRE ACTORES.....	412
GRÁFICO 31 - INDICADOR DA RELAÇÃO DE FORÇA ENTRE ACTORES.....	415
GRÁFICO 32 - BALANÇO LÍQUIDO DAS INFLUÊNCIAS POR CADA PAR DE ACTORES	416
GRÁFICO 33 - MÁXIMA INFLUÊNCIA E MÁXIMA DEPENDÊNCIA DIRECTA E INDIRECTA	
DE CADA ACTOR	418
GRÁFICO 34 - MEDIDA EXACTA DE FORÇA DE CADA ACTOR.....	419
GRÁFICO 35 - IMPLICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS ACTORES.....	422
GRÁFICO 36 - HISTOGRAMA DA MOBILIZAÇÃO DOS ACTORES SOBRE OS OBJECTIVOS..	424
GRÁFICO 37 - DIVERGÊNCIAS ENTRE ACTORES DE 2ª ORDEM	434
GRÁFICO 38 - DIVERGÊNCIAS ENTRE ACTORES DE 3ª ORDEM	436
GRÁFICO 39 - CONVERGÊNCIAS ENTRE ACTORES DE 2ª ORDEM	438
GRÁFICO 40 - CONVERGÊNCIAS ENTRE ACTORES DE 3ª ORDEM	440
GRÁFICO 41 - DISTANCIAS LÍQUIDAS ENTRE OBJECTIVOS.....	442
GRÁFICO 42 - DISTANCIAS LÍQUIDAS ENTRE ACTORES	444

*Aos meus Pais – Leonel e Idalina – à
minha Esposa – Maria José – e aos meus Filhos
– Rita e João – o meu presente e o meu futuro,
dedico este trabalho com todo o Amor e
Carinho que merecem.*

“Deus quer, o Homem sonha, a Obra nasce”

Fernando Pessoa, *Mensagem* (1934)

“É preciso rejeitar, tanto a ideia parsoniana de uma sociedade organizada em torno de um conjunto de valores especificados em normas sociais e encarnadas em organizações, estatutos e papéis, como a ideia oposta de uma vida social dividida em dois mundos completamente separados, correspondentes a duas classes sociais, de modo que tudo o que parecesse ser comum ao conjunto de uma sociedade não passaria de uma ilusão, servindo os interesses da classe dominante.”

Alain Touraine, *O Retorno do Actor*, p. 69

“A sociedade em rede é a sociedade em que nós vivemos. Não é uma sociedade composta por cibercibernetas solitários e robôs em telecomunicação. Nem sequer é a terra prometida das novas tecnologias que resolvem os problemas do mundo com a sua magia. É, simplesmente, a sociedade em que estamos a entrar, desde há algum tempo, depois de termos transitado na sociedade industrial durante mais de um século. Mas, da mesma forma que a sociedade industrial coexistiu durante várias décadas com a sociedade agrária que a precedeu, a sociedade em rede mistura-se, nas suas formas, nas suas instituições e nas suas vivências, com os tipos de sociedade de onde surgiu. Mais ainda, (...) um traço essencial da sociedade em rede é que se organiza globalmente e os seus níveis de desenvolvimento são muito diferentes em cada país. Nem todas as pessoas, nem todas as actividades, nem todos os territórios estão organizados segundo a estrutura e a lógica da sociedade em rede.”

Manuel Castells “A Sociedade em Rede”, in Gustavo Cardoso et alli,
A Sociedade em Rede em Portugal, p. 19

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de índole académica, como este que aqui se apresenta, pressupõe que tenha havido um conjunto de esforços que foram desenvolvidos quer por parte de quem o produziu quer por parte de quem o ajudou a tomar forma.

Ao longo destes cinco anos de recolha, de sistematização e de reflexão sobre estudos, teorias, metodologias de investigação e de dados empíricos, muitos foram os contributos e apoios recebidos e, sem os quais, teria sido impossível a sua materialização num documento escrito pronto para ter a sua apresentação e discussão crítica.

Há, contudo, contributos de natureza diversa que não podem nem devem deixar de ser realçados. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, dirijo-me à minha orientadora, a Professora Doutora Mariana Cascais, por ter aceite a orientação de um trabalho que lhe foi proposto por um desconhecido do meio académico da Universidade de Évora e, por esse facto, os meus agradecimentos por ter acreditado nas minhas capacidades de trabalho e de investigação; quero ainda expressar-lhe o meu reconhecimento, relevando a sua total disponibilidade na orientação deste trabalho, onde sempre ressaltou a minha independência, quanto às orientações teórico-metodológicas, e cuja presença contínua foi sentida através do seu espírito humanista e dos conselhos práticos tendentes à melhoria do trabalho.

Em segundo lugar, dirijo aos meus agradecimentos aos membros do Conselho Científico do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, por terem aceite o meu projecto de investigação, revelando também a sua abertura face ao estudo de um território localizado fora do contexto espacial do Alentejo.

Não quero deixar de agradecer aos organismos públicos e às empresas privadas nacionais e estrangeiras (que se encontram em Portugal), pela informação que mantêm disponível para consulta na Internet e que se tornou fundamental para este estudo. Embora não fosse minha a intenção de provar a qualidade da informação presente nos vários sítios virtuais que consultei, verifiquei que é possível realizar uma recolha

significativa de informação (estatística ou outra) sem haver a necessidade de nos deslocarmos para outros locais, pelo que o desafio que é feito às Sociedades da Informação é cada vez maior perante uma crescente exigência por parte dos investigadores.

No seguimento do que acabei de referir, manifesto os meus agradecimentos ao Conservatoire Nationale des Artes et Métiers e ao Laboratoire d'Investigation en Prospective Stratégie et Organisation, de França, por terem disponibilizado gratuitamente e on-line o software MACTOR, tornando possível a concretização prática deste projecto.

Também à École Nationale des Pontes et Chaussees de França., um agradecimento muito especial, pela forma simpática e graciosa, com que disponibilizou bibliografia que se encontrava indisponível em Portugal, e que foi muito pertinente para a minha reflexão teórica sobre as questões da Sociologia do Território.

Tendo esta investigação como objecto de estudo os actores e as suas estratégias face ao desenvolvimento local para o município de Palmela, não quero deixar de agradecer aos seguintes actores sociais locais: Câmara Municipal. de Palmela, através do Sr. António Pombinho; Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, na pessoa da Dr.ª Isabel Cruz; Associação de Viticultores do Concelho de Palmela, na pessoa da sua Presidente, Dr.ª Lurdes Atalaia; Fórum da Indústria Automóvel de Palmela, na pessoa da sua Directora Geral, Dr.ª Marina Peliz; Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, na pessoa da sua Coordenadora, Dr.ª Manuela Sampaio; Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela., na pessoa do seu Presidente, Sr. Jorge Mares; Adega Cooperativa de Palmela, nas pessoas do seu Presidente, Sr. António Fernandes e do seu Enólogo, Engº Luís Oliveira; à empresa alemã Autoeuropa do grupo Volkswagen AG, , na pessoa da Directora do Gabinete de Relações Públicas & Assuntos Governamentais, Dr.ª Carmo Jardim; à Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”, através do seu Presidente, Sr. Rogério Almeida; à Região de Turismo da Costa Azul., através da Dr.ª Maria Clara Rebola, que com a sua colaboração tornaram possível parte deste trabalho.

Não quero deixar de referir e de agradecer a intervenção do meu Amigo Carlos Rocha junto da Autoeuropa, de modo a que fosse possível a realização da entrevista

junto daquela empresa.

Ao meu Colega e Amigo Dr. José António Cabrita os meus agradecimentos por me ter convencido a apresentar o projecto de doutoramento na Universidade de Évora.

Aos meus Professores, que me acompanharam ao longo de todo o meu percurso académico, o meu reconhecimento pelos conhecimentos que transmitiram.

Aos meus Amigos que, nos momentos bons e menos bons, partilharam o seu caminho com o meu.

Como o Sociólogo não tem de ser necessariamente ateu, quero manifestar o meu agradecimento a Deus pela concessão da Sua Luz Divina que me iluminou no caminho do Conhecimento dando-me, nos momentos mais difíceis, a Força e o Ânimo para concretizar este projecto de investigação.

Finalmente à minha Família, porque os últimos são sempre os primeiros, quer nas nossas preocupações, quer nos nossos pensamentos, dirijo uma palavra de carinho e de profundo agradecimento, quer pelo estímulo que me foi dado quer pela compreensão que mostrou ao longo destes anos em que me dediquei à concepção, à pesquisa e à redacção deste trabalho e que muitas horas retiraram ao nosso convívio.

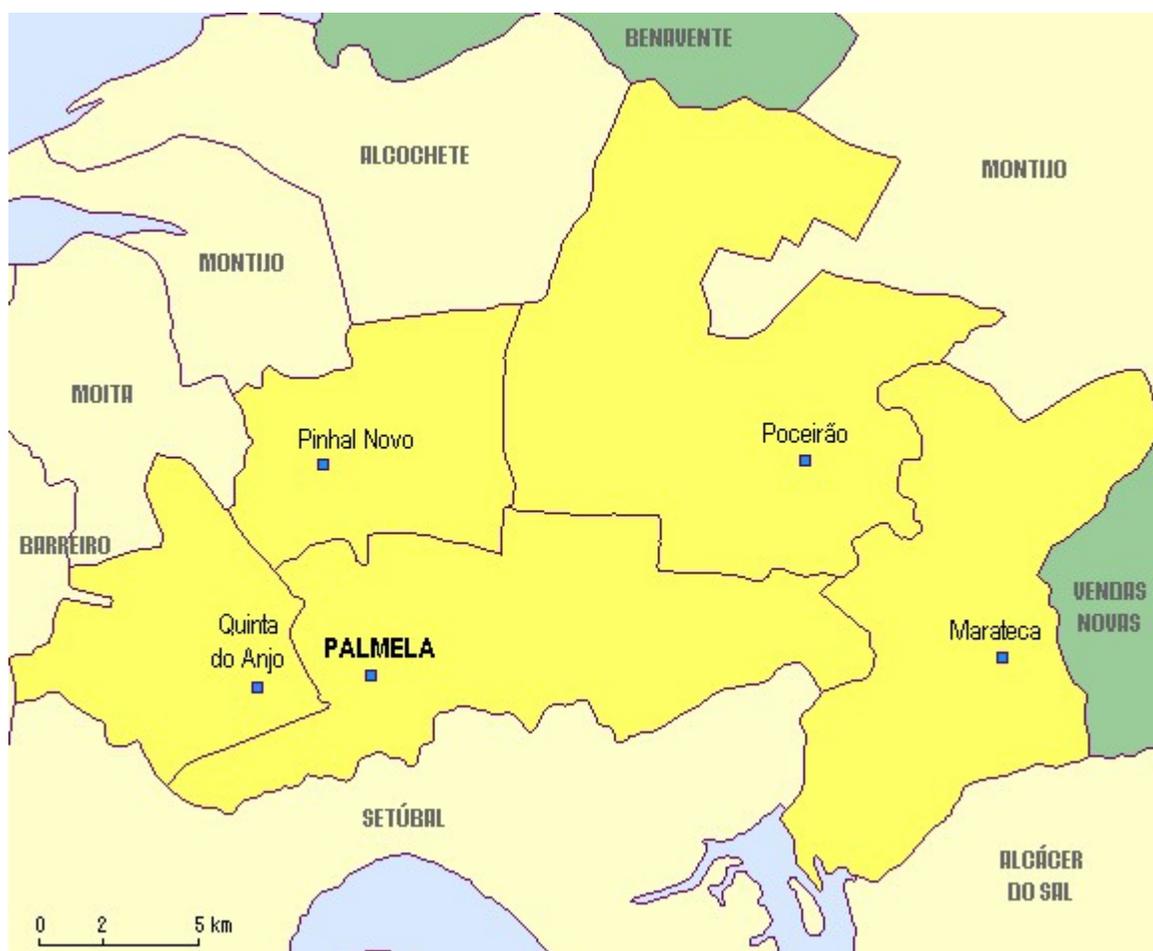
Palmela., Junho de 2006

António Pedro Sousa Marques

Figura 1 – O município de Palmela no contexto regional



Figura 2 – O município de Palmela e as freguesias que o constituem



INTRODUÇÃO

O texto que aqui se apresenta constitui o relatório do projecto de investigação denominado *Actores, Estratégias e Desenvolvimento Local – conflitos e consensos no município de Palmela no limiar do século XXI* que foi desenvolvido na Universidade de Évora entre os anos de 2001 e 2006 e cujo objectivo central foi a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

O interesse manifestado pelas temáticas relacionadas com as questões territoriais remonta ao período da minha licenciatura em Sociologia onde foram apreendidas as problemáticas teóricas que nos anos oitenta do século passado preenchiam a Sociologia Rural e a Sociologia Urbana.

As reflexões e as redefinições ocorridas no campo teórico-conceitual destes dois ramos especializados da Sociologia conduziram à construção de uma nova Sociologia – a Sociologia do Território – na qual adquiri os conceitos e desenvolvi as problemáticas teóricas de abordagem e que se traduziram num trabalho de investigação conducente à obtenção do grau de Mestre nessa nova área do conhecimento sociológico.

Quando surgiu a hipótese de realizar um projecto de investigação conducente ao doutoramento, tal assentou não apenas nas questões de valorização pessoal e profissional, como pesou o facto de reter um conjunto de interrogações que tenho feito sobre as causas das mudanças sofridas no território do município de Palmela e sobre as estratégias desenvolvidas por parte dos actores que interagem neste território.

Poder-se-á então dizer que o meu interesse por este projecto nasceu da minha dupla condição: a de cidadão e a de sociólogo.

Digamos que não foi tarefa fácil para mim enquanto sociólogo, proceder a uma demarcação emocional do objecto empírico que estive a estudar, sobretudo, quando esse espaço é o meu espaço social, económico, cultural e simbólico, detentor de atributos objectivos e subjectivos. É nessa pluralidade de espaços que desenvolvo processos variadíssimos de interacção enquanto cidadão e onde também corro o risco de participar mais com *olhar* de sociólogo do que de simples cidadão.

É na condição de cidadão palmelense, ou *palmelão*,¹ que tenho vindo a acompanhar, desde há muito tempo, o desenrolar de um conjunto de transformações diversas e complexas que têm sido responsáveis pela alteração substancial da face do município de Palmela, um território que durante vários séculos viveu essencialmente da agricultura e que, no limiar do século XXI denota uma pluralidade de formas de desenvolvimento que poderão assumir, embora não necessariamente, contornos de grande conflitualidade entre os variadíssimos actores movidos por interesses diferentes e diversos.

Estas minhas interrogações e preocupações enquanto cidadão são, quiçá, idênticas às de muitos que são naturais deste lugar ou que nele há muito habitam, e que vêm com bons ou com maus olhos, a implantação industrial, as vias de comunicação que rasgam os vinhedos, o aumento populacional e a descaracterização das localidades, ou aumento da poluição e a degradação da paisagem.

Este conjunto de preocupações levou-me, enquanto sociólogo, a realizar um projecto de investigação que *grosso modo* se inscrevesse na temática sobre o ***desenvolvimento local***.

A temática que presidiu e orientou este projecto de investigação foi escolhida uma vez que as suas problemáticas e abordagens teóricas apresentam-se, em meu entender, como as mais inteligíveis e promissoras reflexões que tornaram possível dar resposta não só às minhas velhas preocupações, enquanto cidadão comum, como foram capazes de responder à pergunta de ***do município de Palmela acerca do desenvolvimento que se está a operar nesse território?***

Esta questão que possibilitou uma reflexão em torno não só do desenvolvimento local viria a remeter, necessariamente, para uma outra questão que lhe está associada: ***a participação dos actores locais nesse processo desenvolvimento***.

Neste sentido, surgiram um grupo de questões, que embora complementares, não deixam de ser pertinentes para que a investigação atingisse inteligibilidade nas suas conclusões.

¹ - Embora *Parmelense* seja o termo mais adequado para designar formalmente o natural de Palmela, *Parmelão* pode ser usado como um termo popular que tanto pode designar o vento forte que sopra do lado de Palmela em direcção a Lisboa, ou seja no sentido sul para sueste, ou ainda um natural desse lugar que Fernão Lopes na *Crónica de D. João I* chamou *logar tam forte e tam maa de filhar*

Deste modo, procedeu-se à construção de um objecto teórico que incidiu sobre *as estratégias de actores e a análise das dinâmicas locais de desenvolvimento em Palmela*, tendo em consideração os seguintes aspectos: *que alianças e conflitos existem entre actores?* Perante a diversidade de interesses procurou-se determinar a existência (ou não) de alianças e/ou de conflitos por parte dos actores que interagem neste território. Por outro lado, *que tipo de consensos são mobilizadores?*, ou seja, sabendo que existem consensos, procurou-se perceber quais os que se apresentam como os mais mobilizadores.

Havendo actores que apresentam *maior peso* ao nível dos vários tipos de influências exercidas e sofridas, pretendeu-se saber se *existe uma hierarquização dentro dos actores sociais locais em termos de influências indirectas sobre os outros ?* e se *essa hierarquia a existir, é percebida pelos actores ?*

Em termos de enquadramento conceptual, a pesquisa delimitou três nós problemáticos fundamentais:

- a problemática da **dinâmica territorial** onde se pretendeu dar conta dos problemas que os processos de globalização e internacionalização da economia levantam ao nível da redefinição dos espaços de decisão e de Poder;

- a problemática do **desenvolvimento local**, procurou apresentar as questões que se prendem com a identidade e com a participação dos actores nas políticas locais e detectar as suas estratégias nos *projectos de desenvolvimento local* e no controlo destes sobre as *exogeneidades*;

- a problemática do **urbanismo**, que foi entendida como a capacidade de definição e gestão de um *projecto territorial* assente na diversidade dos interesses e dinâmicas urbanas por parte de municípios sujeitos a pressões exógenas e endógenas.

A orientação metodológica que presidiu a esta investigação insere-se no que se denomina por investigação-acção.

A questão fundamental que é apresentada pelas metodologias de investigação-acção, em matéria de produção de conhecimento, assenta na relação que é estabelecida entre o investigador e o objecto de estudo.

Esta aproximação metodológica específica assente na investigação-acção constituiu o elemento central para a recolha e tratamento de informação desta investigação, centrada numa dinâmica de relacionamento e de permanente colaboração

entre o investigador e os actores envolvidos.

Contudo, coube ao investigador o papel catalizador para criar as condições favoráveis à análise das problemáticas e às tomadas de consciência das condições que se encontram subjacentes aos factos estudados, criando estímulos que levassem à participação dos actores sociais envolvidos, no processo de investigação.

O trabalho encontra-se estruturado em três partes:

A **primeira parte** consiste no enquadramento teórico-conceitual da pesquisa. Nela procura-se introduzir o tema, recorrendo às **questões teóricas que foram sendo abordadas pela Sociologia e da Economia sobre o espaço** e suas mutações; um terceiro capítulo debruça-se sobre o **Espaço Regional e Espaço Local: da análise do sistema à análise dos actores** conducente à análise das principais **transformações sociais e económicas provocadas pelos processos de globalização** e como as teorias da Sociologia contribuíram para a sua análise.

Perante um conjunto de aspectos decorrentes dos processos de globalização abordam-se as questões que possam levar à compreensão **da crise global às estratégias locais** e o surgimento dos **paradigmas do Desenvolvimento e a Análise do Local**.

Para uma melhor percepção em torno das questões do desenvolvimento local e da parcerias a serem estabelecidas entre os actores locais, apresenta-se um capítulo sobre **identidade, pertença e participação** e um outro sobre as representações do desenvolvimento e as perspectivas dos actores.

Esta primeira parte termina com um capítulo sobre as **formas de organizar e gerir o território** que incide sobre a evolução das teorias sobre o urbanismo e particularmente sobre o planeamento estratégico.

Nesta primeira parte estabelecem-se as hipóteses de trabalho, que após a abordagem teórica, foram confrontadas com a realidade empírica.

Na **segunda parte** descrevem-se os procedimentos metodológicos que presidiram à escolha das técnicas, das variáveis e da amostra intencional, tendentes à determinação das estratégias de actores do município de Palmela e ao trabalho empírico que foi realizado.

Quanto à metodologia utilizada refere-se a importância da recolha e análise documental,

assim como a observação directa na construção das variáveis utilizadas e na escolha dos actores, tornando assim possível uma utilização do método MACTOR.

A **terceira parte** apresenta o trabalho empírico.

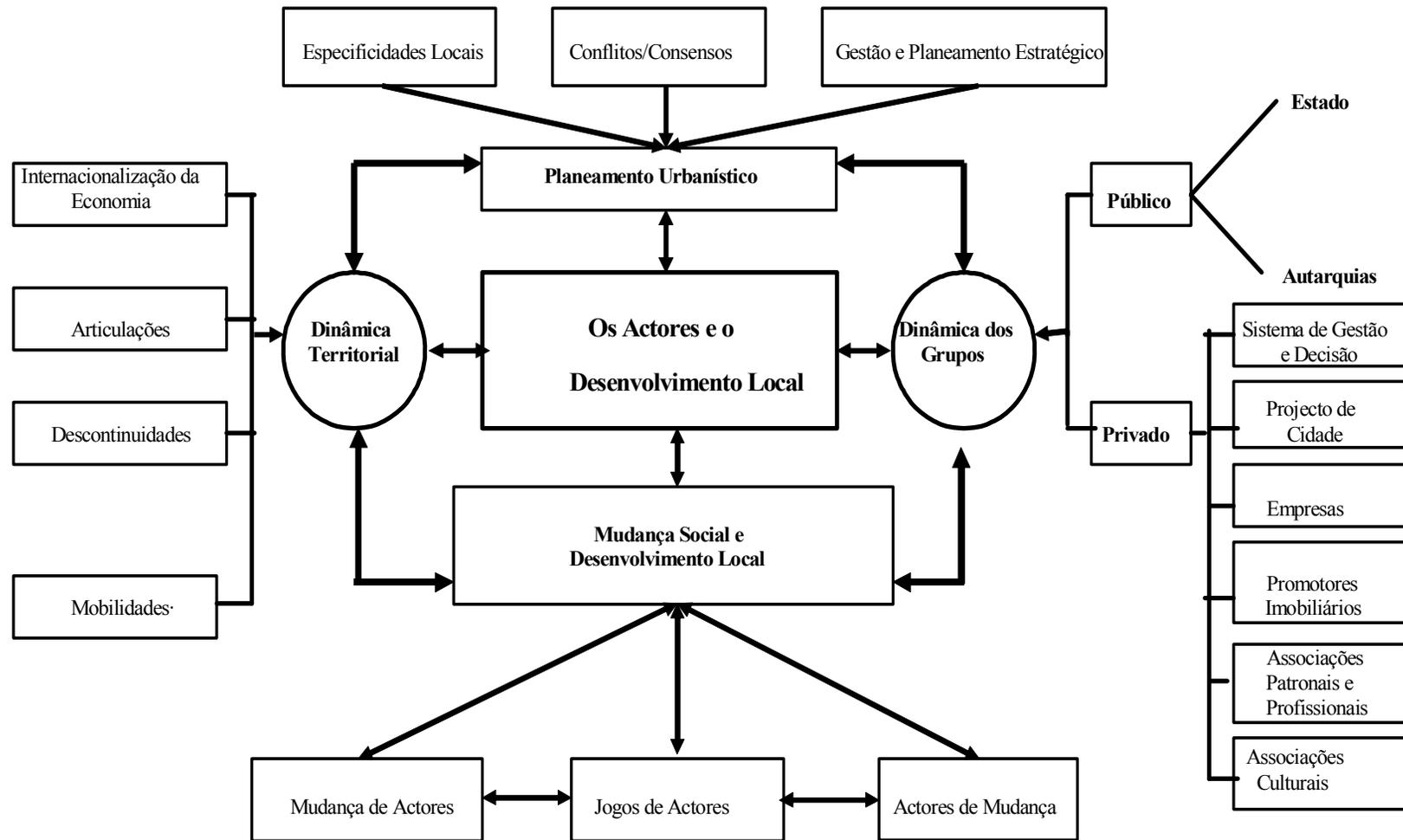
Inicia-se com um título denominado **Planeamento Urbanístico e Estratégia de Actores: para onde vai Palmela ?**, que começa com a história do Podel Local em Portugal, seguindo-se as Figuras de Planeamento em Portugal e no município de Palmela.

Seguem-se alguns capítulos que procuram articular os processos de desenvolvimento verificados na Península de Setúbal e o município de Palmela de modo a dar conta, quer da sua inserção, quer da sua especificidade, em termos comparativos, no que respeita a alguns aspectos do seu desenvolvimento. O primeiro capítulo incidiu sobre o **Dinamismo produtivo e impactos territoriais no município de Palmela**, e nele se revelam a pluralidade de processos de desenvolvimento, diversos e diferenciados, que têm caracterizado este espaço regional; analisou-se em seguida os **Dinamismos Sócio-Espaciais do Município de Palmela**, nomeadamente: as **Alterações dos Factores de Localização**, os **Impactos Territoriais da Localização Produtiva**; a dinâmica urbanística merece alguma atenção na medida que poderá contribuir para algumas explicações em torno da questão da centralidade geoestratégica do município no espaço da Península de Setúbal, e dos seus crescimentos urbanos - legal e de génese ilegal.

A terceira parte termina com o capítulo **Do Existente ao desejável: as estratégias de actores do município de Palmela** onde apresentam e comentam os resultados obtidos no trabalho de campo.

Na **conclusão** apontam-se as grandes questões que o trabalho revelou e são retomadas as interrogações iniciais, discutindo-se a importância da participação dos actores locais no desenvolvimento do município de Palmela.

Figura 3 – O Objecto Teórico da Investigação



I PARTE

1 - TRAÇAR O OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO

O mundo das últimas duas décadas apresentou uma diferença abismal face aos aspectos que o caracterizaram nos períodos que se seguiram ao final da II Grande Guerra.

Mais recentemente verificaram-se grandes mudanças ao nível social, económico e tecnológico. A acrescentar ao rol de transformações verificadas, há a assinalar uma nova readequação dos espaços económicos nacionais e transnacionais em que a reunificação alemã, a desagregação do bloco ideológico-político-económico-militar da Europa de Leste, os conflitos étnicos nos Balcãs e a formação do espaço político-económico da União Europeia, se apresentam como paradigmáticos quer para a compreensão das dinâmicas da globalização, quer para repensar o contexto de políticas económicas e o lançamento de um novo olhar sobre os papéis que os espaços locais podem vir a desempenhar neste novo contexto.

Durante décadas, a Sociologia e a Economia desenvolveram teorias em torno da questão do desenvolvimento económico, colocando em dicotomia os países ricos industrializados e desenvolvidos e os países do *terceiro mundo*, pobres, subdesenvolvidos e altamente dependentes das lógicas dominantes dos primeiros.

Face a uma conjuntura económica de profundas transformações, onde os sintomas de crise não são alheios, há que reequacionar toda esta questão, ou seja, há que considerar a problemática do desenvolvimento em primeira prioridade, e abandonar a ideia, por ora já cristalizada, que essa questão é exclusiva do *terceiro mundo*. A reflexão leva José Arocena¹ a afirmar que mesmo as velhas nações industrializadas devem, elas também, ser vistas como estando em *vias de desenvolvimento*.

Hoje, as questões sobre o desenvolvimento ganham maior pertinência se considerarmos as fórmulas já ensaiadas ou postas em prática: as políticas anti-inflacionárias e monetárias, que se traduziram em pequenos êxitos ou em grandes

¹ - Cf. AROCENA, José (1986) - *Le Développement par l'Initiative Locale*, Paris, L'Harmattan, p. 11

endividamentos por parte dos vários países que constituem o sistema mundial.

Estamos então perante a necessidade de procurar novas formas de mobilização do potencial humano, necessariamente diferentes dos modos anteriores de pensar o desenvolvimento, e que podem ser corporizadas a partir de iniciativas locais.

Ao debate sobre as questões do desenvolvimento económico interessa, simultaneamente, o problema da criação de riqueza e o problema do emprego. Estas duas questões parecem estar intimamente relacionadas com a forma de planear e gerir um território. Daí que quando se fala no actor principal, sempre envolvido nestas questões, a referência é feita ao governo local. Todavia, o governo local não pode trabalhar independentemente, quer dos outros níveis de governo – regionais ou nacional – quer de outros actores não governamentais.

Se aceitarmos o princípio de que “*a mudança estrutural é o maior estímulo à acção*”,¹ então os Governos, os agentes económicos e as pessoas não poderão ficar impassíveis, nem deixar que as várias formas da economia sejam alteradas sem a sua participação.

Esta capacidade de iniciativa tem a sua emergência a partir dum contexto de crise, ao mesmo tempo que apela a uma grande mobilização dos actores locais face a um conjunto de questões que podem funcionar como “*agentes estimuladores para a acção*”² e que se passam a descrever:

- a) A internacionalização dos mercados
- b) O impacto da mudança das condições dos mercados na estrutura industrial
- c) A reestruturação económica e o desenvolvimento
- d) A pressão fiscal
- e) A actividade local
- f) O aumento da sensibilidade às questões ambientais
- g) A reestruturação do *welfare*
- h) A pressão demográfica

¹ - BENNET, Robert J.; KREBS, Gunter (1991) - *Local Economic Development*, Londres e Nova York, Belhaven Press, p. 8

² - Foram adoptados os “*estimuladores para a acção*” propostos por BENNET, Robert J.; KREBS, Gunter (1991) - *idem*, pp. 8-11

Perante este conjunto de questões, pareceu importante proceder à construção de um objecto teórico que incida sobre a análise dos actores e suas estratégias face ao desenvolvimento local. O objecto empírico é o município de Palmela, um dos nove municípios que constituem a denominada Península de Setúbal.

Palmela é um município *que já não é rural, mas que ainda não é urbano*, possuindo uma área de 461.82 Km², que faz dele o maior município, em superfície, da Península de Setúbal. A sua posição, no ponto de vista geográfico, é a de charneira ente o Alentejo e a Península de Setúbal, fazendo confluência com sete dos nove municípios que a constituem.¹

Esta característica geográfica contribuiu para que se verifiquem nos tempos mais recentes duas realidades perfeitamente distintas. A zona oriental, marcadamente rural e com um tipo de *habitat* semelhante ao do Alentejo e a zona ocidental, mais *industrializada* e mais urbanizada.

Durante mais de um século, este município assentou num modelo de desenvolvimento baseado no autocentramento agrícola, verificando-se, ainda hoje, um peso bastante significativo por parte do sector agrícola na sua economia.

Todavia, os incentivos que a agricultura tem vindo a receber, bem como a sua inserção no espaço metropolitano de Lisboa, tem vindo a contribuir para que se tivessem processado alterações significativas neste sector.

Palmela foi mantendo, até há poucos anos, uma incipiente industrialização, pelo que durante a crise verificada em toda a Península de Setúbal, esta se manteria *immune*. Tal situação deve-se essencialmente ao facto das suas unidades produtivas não se inscreverem nos sectores mais atingidos, como sejam a indústria naval, a montagem de automóveis, a siderurgia.

Os anos oitenta viriam, contudo, a contribuir para que o município se abrisse à procura de novos espaços, por parte de empresas que, atraídas pelos incentivos da *Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal*, (OID/PS) rumavam à Península, e em particular ao município de Palmela, que lhes oferecia óptimas condições urbanísticas, mercê da construção de infra-estruturas de circulação que entretanto foram

¹ - Exceptuam-se os municípios de Almada e Seixal.

sendo realizadas.

Já os anos noventa se mostraram cruciais não só para o município de Palmela, como para os restantes municípios que integram a Península de Setúbal. Em 1995, com o início da produção na fábrica Autoeuropa localizada no município de Palmela, novo fôlego foi sentido, sobretudo em matéria de investimentos e de criação de empregos.

Na primeira década do novo milénio e perante uma estrutura produtiva dependente estruturalmente do exterior, num país que teima em não definir estratégias e objectivos específicos de desenvolvimento torna-se cada vez mais pertinente a análise das estratégias de actores face ao futuro do território em que interagem.

Esta pertinência já começou a ganhar importância ao nível da análise sociológica sobre o desenvolvimento local, assistindo-se ao apelo à territorialização das relações sociais e ao entrosamento destas com a internacionalização das economias, e na polarização das decisões em regiões ou cidades globais.

*“O Espaço tem uma definição histórica,
tem uma definição económica,
tem uma definição social”*

António Simões Lopes,
Desenvolvimento Regional, p. 23

2 - AS ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS E ECONÓMICAS SOBRE O ESPAÇO

A problemática sobre o espaço tem vindo a manter-se viva no seio das várias ciências. A sua abordagem vai da Física à Geometria, da Economia à Sociologia, para apenas citarmos algumas abordagens e reflexões temáticas. *“Cada disciplina desenvolve novos conceitos e novos métodos de análise de modo a responder aos novos problemas de organização socio-económicos dos territórios locais”*¹

2.1 - A ABORDAGEM DA SOCIOLOGIA

2.1.1. - A Sociologia Clássica

Se nos debruçarmos sobre os estudos que a Sociologia produziu sobre as questões urbanas, depressa nos apercebemos que nos escritos daqueles que habitualmente apelidamos de fundadores da ciência sociológica - Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber - raramente se dá conta da sua preocupação em torno dessas questões. Raramente, pois a exceção parcial vai para Max Weber.²

Este desinteresse pelo fenómeno urbano não significa o desinteresse da Sociologia sobre as questões do espaço ou sobre as questões rurais e urbanas.

Aparentemente estaremos perante uma situação de paradoxo. Mas na realidade o que se verifica é algo de muito diferente. Hoje, a influência de Karl Marx, de Émile

¹ - GUERRA, Isabel Pimentel (1991) - *Changements Urbains et Mode de Vie dans la Péninsule de Setúbal de 1974 a 1986*, Tese de Doutoramento, Tours, Université François Rabelais, p. 17

² - Cf. SAVAGE, Mike; WARDE, Alan (2002) – *Sociologia. Urbana., Capitalismo e Modernidade*, Oeiras, Celta, p. 8

Durkheim e de Max Weber que se faz sentir quer sobre a Sociologia, quer sobre nós, sociólogos, é muito maior que aquela que se sentiu no início do século passado.

Se é verdade que Karl Marx nunca reivindicou o estatuto de sociólogo, também não é menos verdade que a própria Sociologia ocidental só reparou e atribuiu interesse sociológico aos seus escritos há pouco mais de quarenta anos, tendo tomado em relação aos mesmos uma posição crítica, ao considera-los deterministas e equívocos.¹

Já Max Weber só viria a ser revelado e os seus escritos metodológicos conhecidos, a partir da década de trinta do século passado, pela mão de Talcott Parsons. Até essa década Max Weber não passava de um sociólogo histórico especializado.²

Finalmente, Émile Durkheim é, dos três autores, aquele que possui uma elevada influência no desenvolvimento da Sociologia enquanto ciência e enquanto disciplina académica, uma vez que foi um dos fundadores de uma das primeiras revistas de Sociologia.³

Independentemente destes três autores, a Sociologia surge no início do século passado com um elevado interesse sobre a natureza da vida urbana e com a análise dos *problemas urbanos*, sejam o desemprego, a pobreza, as tensões sociais, os factores de desenraizamento, o congestionamento, entre outros.⁴

2.1.2 - A Sociologia Espacial

O espaço deve ser entendido como “*um mediador indispensável na análise das relações sociais*”.⁵ A especificidade de que é detentor reside na capacidade em induzir “*recortes próprios e indispensáveis, a partir dos quais se formam situações específicas e se exprimem de formas diferentes as relações sociais, contribuindo, portanto, para instituir posições de desigualdade mas, também, novas relações sociais que se configuram na relação com o espaço, ou seja, no uso que dele fazem.*”⁶

Esta reflexão em torno do espaço tem, nos últimos anos, recebido contribuições

¹ - *idem*

² - *idem*, p. 9

³ - *idem*

⁴ - *idem*

⁵ - GUERRA, Isabel Pimentel (1987) - *A Territorialização das Relações de Produção - elementos para a análise da vida social local.*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa., ISCTE, p. 4

⁶ - *idem*

de duas correntes fundamentais de pesquisa sociológica, uma que se denominou Sociologia Espacial e cujo objecto de análise incide sobre a materialização do espaço; e a Sociologia Urbana, que procura compreender as significações e os efeitos provocados pelas concentrações humanas ao nível das relações sociais.

Enquanto a Sociologia Espacial procura estabelecer “*uma articulação entre uma teoria geral e uma teoria urbana introduzindo na questão urbana algumas das grandes problemáticas da teoria geral da sociologia*”,¹ e nalguns casos, entre uma teoria geral e a cidade, a Sociologia Urbana está perante uma cidade já produzida e confronta-se com a descontinuidade entre os conceitos de base social - que tem a ver com a definição da existência de interesses comuns - e de força social - assente na consciência desses interesses e na fabricação de meios para os satisfazer.²

Os impasses em que a Sociologia Espacial caiu parecem residir nas dificuldades em contornar ou, quiçá, sair da especificidade material do espaço e da influência que este exerce sobre as relações sociais. Por outro lado, as dificuldades em construir um corpo conceptual específico prendem-se com a relação que mantém com o espaço conceptual da sociologia geral, que destrói a especificidade e a própria identificação do espaço enquanto objecto sociológico e possuidor de identidade própria.

Por sua vez, a Sociologia Urbana teve, desde o seu nascimento, na corrente *culturalista* da *Escola de Chicago*, um objecto teórico especificamente urbano, partindo do pressuposto que o espaço urbano é detentor de características próprias, que constringe ou incentiva determinados comportamentos urbanos.

As duas perspectivas em presença, que partem de valorizações diferentes sobre os processos de produção e apropriação social do espaço urbano, são unânimes ao pressupor que “*o espaço é um elemento de mediação indispensável, a partir do qual se criam situações particulares e se exprimem estruturas sociais.*”³

O espaço não é algo abstracto. Também não é uma página em branco sobre a qual são inscritas as acções desenvolvidas pelos grupos e pelas instituições. É, acima de tudo, um espaço social produtor de relações sociais e que contribui para que as desigualdades e os interesses sociais sejam institucionalizados.

¹ - *idem* p. 7

² - *idem*, p. 8

³ - *idem*, p. 20

2.1.3 - A Sociologia Urbana: seu desenvolvimento teórico

A Sociologia Urbana está muito longe de possuir uma estrutura científica unitária e a sua já longa história não pode, nem deve, ser apresentada como um mero repositório acumulado de conhecimentos teóricos e de estudos empíricos realizados ao longo de décadas, e que convergem para a formação de corpo orgânico da disciplina.

Seria, por outro lado, extremamente simplista afirmar que, embora a Sociologia Urbana esteja atenta a um conjunto de fenómenos sociais alvo de uma definição unívoca, existe no seu interior um número definido de paradigmas alternativos, cabendo a cada um uma interpretação diferente em relação aos restantes.

O que na realidade se verifica no âmbito da Sociologia Urbana é um acervo heterogéneo de conceitos, de resultados de pesquisas empíricas, que se mostram diversificados e diferentes na medida em que são o produto de questões e de problemas que foram formulados de modo diferente.

Esta diferença sobre o modo de pensar os problemas está intimamente relacionada com um conjunto de aspectos: os contextos nacionais em que decorrem, os momentos historicamente distintos que produzem os debates e os problemas sociais e territoriais que decorrem em formações sociais e culturais diferentes e nem sempre passíveis de comparação.

No que se refere às tradições teóricas que se podem encontrar no seio da Sociologia Urbana, Alfredo Mela (1999) propõe duas, que no seu entender se apresentam parcialmente diferentes:

- a) a tradição teórica norte-americana, partilhada com acentuações específicas pelos sociólogos anglo-saxónicos;
- b) a tradição teórica europeia-continental, detentora de perfis específicos, e onde cabem os sociólogos urbanos franceses, italianos e alemães.¹

¹ - Cf. MELA, Alfredo (1999) - *A Sociologia. das Cidades*, Lisboa., Editorial Estampa, p. 20

2.1.4 - A Escola de Chicago

A tradição teórica da Sociologia Urbana norte-americana encontra-se intimamente relacionada com a chamada *Escola de Chicago*.¹

A *Escola de Chicago* desempenhou um papel de extrema importância na consolidação e na confirmação da Sociologia Urbana enquanto ramo específico da Sociologia.

Em 1915, Robert Ezra Park publica no *American Journal of Sociology* o artigo “The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment”, um artigo revelador das preocupações que a Escola de Chicago detinha em relação à vida urbana e no qual é apresentado um programa de investigação de Sociologia Urbana.

A partir dessa altura, ao longo dos anos vinte e seguintes, decorrem na *Escola de Chicago* dois domínios de investigação:

O primeiro domínio de investigação desenvolveu um extenso trabalho empírico sobre a *cultura urbana*, tentando determinar a especificidade do *urbanismo como modo de vida*.

Esses estudos centraram-se sobre os diversos comportamentos verificados na comunidade urbana, entre a vizinhança, sobre a delinquência, sobre a mobilidade intra-urbana, a vida nos bairros fortemente segregados etnicamente, etc.

Estes estudos foram realizados por Robert Ezra Park, Ernest Burgess, Rodrick McKenzie e principalmente por Louis Wirth, e representaram as primeiras análises de Sociologia Urbana.

O segundo domínio de investigação teve como representantes Ernest Burgess e Rodrick McKenzie.

Enquanto Burgess desenvolveu um conjunto de trabalhos sobre a forma urbana, com recurso à cartografia ecológica, das *áreas naturais* de Chicago, tentando construir uma teoria científica do crescimento urbano e da estruturação espacial baseada nas cidades norte-americanas, Rodrick McKenzie, incrementou um conjunto de trabalhos de cariz etnográfico, que incidiram sobre os vários grupos sociais existentes na cidade de

¹ - Nome pelo que ficou conhecido o Departamento de Sociologia. da Universidade de Chicago (fundada em 1892) e que bastante cedo passou a ter um elevado reconhecimento científico nos EUA.

Chicago.

O outro domínio de investigação da *Escola de Chicago* foi desenvolvido por Rodrick McKenzie, com recurso às técnicas etnográficas. Trata-se do lado menos conhecido dentro da Sociologia Urbana, pese embora a sua grande influência se tenha sentido mais ao nível da Antropologia Urbana.

Estas etnografias, que tiveram o seu aparecimento a partir da década de vinte, incidiam sobre os vastíssimos aspectos da vida da cidade de Chicago e procuraram dar resposta às questões que anos antes Robert Ezra Park levantara. Por outro lado, estas etnografias apresentavam grandes pormenores da vida urbana da cidade, ao mesmo tempo que escolhiam algumas populações-alvo para os seus Estudos: os mais desfavorecidos, os desprotegidos e os que não se fixavam.¹

McKenzie procurava demonstrar que a localização no espaço não era apenas um produto dos recursos e das funções de cada grupo em termos de actividade na competição, como também estava associada a um ciclo ecológico de *invasão-competição-sucessão-acomodação*, válido não apenas para as actividades e áreas de residência, mas também para os grupos étnicos (*ethnic succession* e *residential invasion*). A diferença entre esses processos e as formas naturais de competição (válidas para plantas e animais) residiria na capacidade humana de transformar as condições ambientais.

Ao longo das décadas de quarenta e cinquenta, Amos Hawley, ao proceder a uma nova análise da ecologia urbana, reduziu a ênfase na competição, aumentando a importância da cooperação.

O modelo de Ernest Burgess foi, contudo, o que tornou a *Escola de Chicago* mais conhecida.

Este modelo, como já foi referido acima, assentava nos padrões do uso do solo da cidade de Chicago, procurando configurar os padrões básicos de segregação social nas cidades contemporâneas.

Baseado em quatro zonas concêntricas, formava uma representação ideal-típica do crescimento da cidade. No meio da cidade estava previsto a existência do centro de negócios da cidade. Numa zona de transição, já afastada desse centro, uma outra área concêntrica

¹ - Cf. SAVAGE, Mike; WARDE, Alan (2002) - *Op.cit.* p.11

caracterizada pela decadência urbana, onde se observava uma *invasão* por parte dos negócios e da indústria.

Esta situação não se mostrava atractiva para os residentes. Então aqueles que eram possuidores de alguns recursos económicos recorriam à zona residencial dos trabalhadores, ou seja, uma zona mais periférica que antecedia os subúrbios onde a chamada classe média se apresentava em predominância.

Ao elaborar este modelo, Ernest Burgess quer relevar a importância dos processos ecológicos, ou seja, “à medida que as cidades se expandem, sucessivas “invasões” ocorrem simultaneamente ao extravasar das pessoas daquelas que eram as suas áreas para outras, levando à competição entre diferentes comunidades e à alteração da forma urbana”.¹

É curioso verificar que, quase um século após este modelo ter sido apresentado, assiste-se em Portugal, em matéria de Planeamento Municipal, a estratégias semelhantes, rompendo com um passado onde as *periferias sem qualidade* eram dominantes em torno das grandes cidades. O Planeamento Municipal pressionado urbanisticamente pelos agentes imobiliários apresenta nos seus territórios zonas destinadas a condomínios fechados, alguns deles junto a campos de golfe, etc.²

Os temas-chave, ainda hoje relevantes, que derivam da experiência da *Escola de Chicago*, não se referem à teoria ecológica formalizada nem às primeiras versões do método etnográfico urbano, mas constituem, antes, três elementos substantivos interrelacionados: a *sociation*, as formas variáveis que esta toma na modernidade e, por último, a reforma social.

Se para a primeira *Escola de Chicago* a estruturação do espaço era vista como um produto da luta dos indivíduos e grupos por recursos escassos, já para a segunda versão da tradição ecológica a distribuição sócio-espacial foi entendida como uma adaptação funcional de cada espaço particular a transformações provocadas na sociedade urbana como um todo.

A sociedade seria então um sistema que, buscando equilíbrio, imprimiria funções

1 - *idem*, p. 10

2 - São os exemplos dos condomínios da Herdade da Aroeira, no município de Almada, da Quinta do Peru, no município de Sesimbra ou da Herdade do Montado, no município de Palmela, todos eles junto a campos de golfe.

diversas a cada uma de suas partes.

Uma transformação em determinada configuração espacial representaria uma mudança homeostática das partes daquele sistema.

2.1.5 - A Sociologia Urbana Britânica

No Reino Unido, o desenvolvimento da Sociologia Urbana só assumiu interesse académico quando esta foi instituída, nos anos sessenta do século passado, como matéria leccionada no ensino superior.

Todavia, é de realçar que embora se tenha verificado esta entrada tardia no mundo académico, no Reino Unido, tal como nos Estados Unidos, havia uma longa tradição ao nível da pesquisa social, sobretudo nas questões que lhe são colaterais, ou sejam, as questões relacionadas com a natureza, as causas e consequências dos *problemas urbanos*.¹

As preocupações dos analistas sociais de então assentavam nas questões da pobreza urbana e no seu recenseamento, na tentativa de perceberem quais as causas teórica que poderiam explicar a pobreza nos meios urbanos. Mas, contrariamente ao que poderíamos supor, este estilo de trabalho apresentava-se mais próximo, do que hoje chamamos de *jornalismo de investigação*, do que dos métodos etnográficos utilizados pela *Escola de Chicago*.

De todos estes *repórteres do social*, distingue-se Henry Mayhew, cujos trabalhos, realizados na cidade de Londres, revelaram que a pobreza urbana era devida às baixas remunerações, derivadas de crises cíclicas que a produção ligada a muitos ofícios manuais apresentava e não, como se supunha, à falta de qualidades pessoais intrínsecas aos próprios pobres.

Na continuação deste tipo de estudos realçam-se os trabalhos de Charles Booth² e de Benjamin Seebohm Rowntree,³ que embora possuíssem as mesmas preocupações que Henry Mayhew, adoptaram, como técnica de recolha de informação, os inquéritos estatísticos em detrimento da entrevista, técnica predilecta utilizada por Mayhew.

¹ - Cf. SAVAGE, Mike; WARDE, Alan (2002) – *Op .cit.* p.18

² - Em 1889 é publicada a obra de Charles Booth. intitulada *Life and Labour of the People in London*

³ - Em 1901 é publicada a obra de Benjamin Seebohm Rowntree intitulada *Poverty, A Study of Town Life*

Nos trabalhos de Charles Booth realizados já no último quartel do século XIX, verifica-se a sua grande preocupação em enumerar as causas da pobreza na cidade de Londres, causas essas que são estabelecidas a partir da distinção entre os impactos dos hábitos individuais e os que estão relacionados com determinados tipos de emprego. ¹

Também em matéria de tradição em pesquisa urbana existem diferenças substanciais entre a tradição norte-americana e a britânica.

Os britânicos não atribuíam grande interesse às populações de passagem e desenraizadas que apareciam pelas cidades. O seu interesse era muito maior quando se tratava de questões que envolviam não só os aspectos relacionadas com a pobreza, bem como os temas relacionadas com a classe social.

Deve-se a Charles Booth o desenvolvimento de uma tipologia (extremamente complexa) de classes sociais, da qual construiu uma geografia social da cidade de Londres. Graças a esse trabalho é que Booth é considerado como um dos primeiros sociólogos a demonstrar, de modo sistemático, a forma em como a classe social afectava não apenas a segregação social urbana, como produzia um maior ou menor envolvimento nos aspectos institucionais da vida quotidiana, nomeadamente na actividade religiosa.²

Ou seja, na tradição da *Escola de Chicago* os trabalhos desenvolvidos aludiam a importância da *classe social* para a realçar enquanto força social, ao passo que a preocupação dominante com a *classe social* por parte dos britânicos conduziu a aspectos particulares que iriam marcar algumas teorias da sociologia urbana no Reino Unido.

O contraste é ainda mais evidente entre a tradição norte-americana e britânica se verificarmos um crescente interesse, por parte dos primeiros, em relação às questões relacionadas com a raça e a pertença étnica, aspectos que não nutriam grande interesse por parte dos estudos urbanos britânicos.

Registe-se um outro aspecto que pode contribuir para o entendimento desta originalidade britânica e que se relaciona com o facto de existir uma outra tradição da sociologia britânica que, nos seus primórdios, se encontrava ligada à *British Sociological Society* fundada em 1903. Um dos principais interesses que desde logo foi manifestado

¹ - Estas preocupações estendem-se a outros estudos sobre a pobreza, nomeadamente aos estudos de Joseph Rowntree na cidade de York.

² - Cf. SAVAGE, Mike; WARDE, Alan (2002) *Op.cit.* p.18

por esta sociedade prendia-se com o estudo sobre as concentrações urbanas.¹

Na altura, a *British Sociological Society* era possuidora de uma linha intelectual proveniente das escolas sociológicas francesas de Émile Durkheim e Frédéric Le Play. Todavia, a referência mais importante para a *British Sociological Society* era sem dúvida a da escola de Le Play. Não que Le Play tenha sido um teórico., mas o seu grande mérito teria residido no facto de ter centrado a sua atenção no papel que a Sociologia deveria desempenhar, enquanto disciplina, nas análises que deveriam privilegiar as relações trinitárias *Local, Trabalho e Tradição*.

Por outro lado, Le Play defendia que os sociólogos deveriam analisar as situações que são familiares no contexto regional, de modo a que se pudesse averiguar a existência de reciprocidades entre o meio e a sociedade.

Este princípio de Frédéric Le Play deixava à Sociologia (e aos sociólogos) a tarefa de unir disciplinas que de outro modo se mostravam díspares.

Decalcando o pensamento de Le Play, a *British Sociological Society* vai considerar que são as cidades vivas, assim como as suas regiões, os espaços que reúnem as melhores condições e que de uma maneira mais completa, possibilitam a oferta de aspectos directamente observáveis da civilização.

Para Patrick Geddes o *inquérito* era possuidor de uma maior abrangência que os inquéritos por amostragem realizados por Charles Booth, na medida em que continha informação sobre o ambiente natural, a história do local e as actividades desenvolvidas pelos seus habitantes.

Geddes, cuja formação académica original era a Biologia, era um homem multifacetado: às vezes era geógrafo, outras vezes sociólogo, para além de propagandista e educador, tudo isto antes de se ter tornado numa referência nas questões do planeamento regional e urbano.

Dessa pluralidade de conhecimentos e de formações, surge-lhe a ideia de tentar agrupar os conhecimentos das Ciências Naturais, da Geografia, da Economia e da Antropologia, e pensou que no seu conjunto pudessem ser subsumidos como Sociologia.²

¹ - Patrick Geddes (1854-1932), biólogo e filósofo escocês, usualmente considerado como o *pai* do Planeamento Regional e Urbano, foi um dos muitos pensadores que estiveram na génese da fundação desta Sociedade.

² - Esta ideia, que não é original, revela a ainda forte influência de Auguste Comte.

Como educador, conseguiu persuadir vários grupos de pessoas a realizar este tipo de inquéritos em vários locais, quer por razões de auto-educação e de consciencialização cívica, quer por razões meramente científicas.

Deste apelo resultaram inúmeras recolhas de inquéritos, por amadores, em cidades e aldeias do Reino Unido. Estava traçado o rumo da Sociologia Urbana britânica.

A aplicabilidade de métodos de investigação pouco adequados, levaria a um descrédito acentuado da Sociologia Urbana no seio dos próprios sociólogos; simultaneamente assiste-se ao uso (e abuso) da aplicação não sociológica do inquérito social por parte dos planificadores

Se para a *Escola de Chicago* a Sociologia Urbana estaria envolvida com três preocupações gerais: a *sociation* na cidade moderna, a natureza da modernidade, e um projecto político liberal, no Reino Unido a situação era substancialmente diferente.

Para os sociólogos urbanos britânicos o interesse para com a *sociation* era quase inexistente.

Enquanto para os continuadores da *Escola de Chicago* as observações eram acentuadas no âmbito da vida social da vizinhança, dos gangues ou dos grupos sociais informais, a orientação dominante britânica estava virada para a aplicação do inquérito às unidades familiares, à pesquisa sobre os rendimentos e despesas das famílias, não existindo uma verdadeira preocupação com a importância dos vínculos sociais mais alargados.

Os sociólogos britânicos de então eram levados a considerar que as identidades de classe social originavam vínculos sociais, ainda que em ambientes urbanos de algum modo diferentes.

Os seus interesses tinham mais a ver com as questões decorrentes da vida *contemporânea*, ao mesmo tempo que também mostravam um certo compromisso com a actividade política.

Por muitas críticas que se tenham produzido às ideias de Patrick Geddes, o facto é que a Sociologia Urbana britânica nunca abandonou a técnica de inquérito para proceder às suas análises regionais.

O tipo de atenção particular que concederam ao método de observação à escala

regional possibilitou perceber dois aspectos importantes: a causa pela qual se tornou impossível abstrair os indivíduos do seu meio social mais abrangente; e que a Sociologia, sendo uma ciência contextual, não deveria repartir acções sociais por um conjunto de sub-disciplinas, devendo proceder à integração dos diferentes aspectos produzidos pela actividade social.

Como reacção ao uso de técnicas etnográficas básicas e de observação directa das actividades sociais por parte dos *Mass observation*¹ que as utilizavam, em vez de conduzirem as entrevistas com o recurso às grelhas de questões pré-estabelecida, assisteu-se a uma galopante hegemonia do inquérito dominado pelas ideias estatísticas em que o recurso à amostragem aleatória se tornou regra.

Neste período, pese embora haja uma certa semelhança no uso das técnicas utilizadas pelos etnógrafos da *Escola de Chicago*, o projecto britânico de uma *science ourselves*, recebeu pouca atenção na Academia britânica.

2.1.6 - O pós-Guerra e o declínio da Sociologia Urbana anglo-saxónica

A década de trinta viria a ser a década crucial para a mudança de preocupações por parte dos sociólogos urbanos norte-americanos e britânicos.

Até a essa década, em ambos os países a Sociologia Urbana experimentara sérias dificuldades para se afirmar enquanto sub-disciplina da Sociologia.

Embora se verificasse uma certa preocupação por parte dos sociólogos em determinar os meios e os contextos produtores de acção social, a verdade é que muitos dos temas empíricos da Sociologia afloravam matérias de carácter urbano, como os problemas criados pela imigração em massa, a pobreza urbana, as patologias sociais, os grupos de conflito e os vínculos sociais.

Posteriormente à década de trinta, os desenvolvimentos verificados na Sociologia levaram a que se tivesse verificado uma deslocação do eixo de interesses da Sociologia pelas questões urbanas e, por arrastamento, da sua lógica de contextualização.

A Sociologia passa, a partir dessa altura, a ser organizada à volta de um conjunto

¹ - Os *Mass Observation* ainda hoje existem. *The Mass-Observation Archive* com toda a documentação entre os anos de 1937 e os primórdios dos anos 50, do século passado e o material recolhido de forma continuada desde 1981 está disponível para consulta na Biblioteca da Universidade de Sussex.

distinto de problemas intelectuais.

A natureza da *ordem social* passa a constituir o principal pensamento teórico e tal alteração deve-se à publicação, em 1937, da obra de Talcott Parsons *The Structure of Social Action*.

Nesta obra Parsons apresenta aos sociólogos norte-americanos as teorias de Émile Durkheim, de Max Weber e de Vilfredo Pareto, que considerou como teóricos centrais no pensamento sociológico. Se a obra de Durkheim já tinha merecido vários estudos, o mesmo não se passara com as obras de Max Weber e de Vilfredo Pareto.

Em 1951, Talcott Parsons publica *The Social System*, onde colocou o problema da *ordem social* no centro da Sociologia norte-americana.

Entretanto, na Sociologia europeia eram os estudos sobre as desigualdades e sobre o controlo social que iriam continuar a dominar o espaço da produção sociológica.

Talvez pela crescente legitimação que o uso dos métodos de pesquisa baseados em estatísticas foi alcançando, o carácter predominantemente contextual que caracterizava a investigação urbana foi diminuindo.

Esta concepção parsoniana de *ordem social* não existia na antiga Sociologia norte-americana nem na europeia.

A única referência à *ordem social* que se encontra nos estudos desenvolvidos pela *Escola de Chicago* é a sua convicção que a *ordem social* é inexistente na cidade moderna, existindo apenas uma luta descoordenada para obter recursos e pela sobrevivência.

Este conceito de ordem social era tido como uma questão meramente política, que pode ser alcançada através de empenhamento político e não como matéria sociológica.

A influência do chamado *funcionalismo normativo* de Talcott Parsons viria a reflectir o novo clima político que os Estados Unidos (e o mundo) viviam após 1945.

Este novo clima está bem patente no contraste de análises sobre a cidade, enquanto para os membros da *Escola de Chicago* a cidade era apresentada como um espaço fragmentado e caótico, um local de agitação social por excelência.

Ora, na era do planeamento que marcou o pós-guerra, das teorias Keynesianas de crescimento económico, do abafamento dos conflitos sociais e das reduções das imigrações massificadas, esta ideia catastrófica da cidade estava completamente

desajustada.

Com estas alterações verificadas na sociedade norte-americana, a actividade da Sociologia Urbana foi-se desvanecendo, uma vez que os aspectos teóricos até aí considerados pertinentes diminuíram, assim como as suas próprias convicções políticas viriam a tornar-se cada vez mais pontuais.

A Sociologia Urbana norte-americana não morrerá. Embora os sociólogos urbanos continuassem a trabalhar, o facto é que em termos técnicos a pesquisa desenvolvida mostrava-se cada vez mais positivista e o predomínio era agora assumido pelo planeamento urbano.¹

Por outro lado, a Sociologia Urbana do pós-Guerra viria a resolver a questão do debate metodológico existente na Escola de Chicago. Esse debate oscilava entre a utilização do *método de estudo de caso* e o *método de inquérito*, e a opção tomava foi para este último método.

Embora os estudos etnográficos continuassem a ser realizados, a verdade é que o uso da metodologia qualitativa foi perdendo prestígio em detrimento da investigação que recorria às metodologias quantitativas, baseadas no uso de métodos estatísticos.

A investigação da Sociologia Urbana orientava-se exclusivamente para as formas de lidar com os problemas urbanos, vistos como matéria de administração e não como algo orientado para a reforma política.

Esta situação alterou-se radicalmente quando em meados dos anos sessenta, os desenvolvimentos políticos que se verificaram nos Estados Unidos levaram à ocorrência de motins urbanos,² perturbando não só a economia norte-americana como o próprio *status quo* académico. Simultaneamente, foram trazidas para a ribalta da análise sociológica um conjunto de questões relacionadas com a *justiça* e a *ordem social*.

Os comportamentos políticos conflituosos, até aí sonogados, passaram a constituir o alvo das atenções e das preocupações de uma Sociologia norte-americana que se tinha acomodado ao *stablishment* político e que começa a denotar uma certa inquietação,

¹ - Cf. SAVAGE, Mike; WARDE, Alan (2002) - *Op.cit.* p.22

² - O *Voting Right Act* de 1965, a Lei federal norte-americana que concedeu direitos iguais de voto aos afro-americanos, foi o culminar da Campanha pelos Direitos Cívicos, do reverendo Martin Luther King. Com a assinatura desta Lei, o então Presidente norte-americano Lyndon Johnson esperava pôr termo aos motins urbanos desencadeados por parte da população negra dos bairros de Harlem e de Bedford-Stuyvesant em New York, e os tumultos de Watts, em Los Angeles, em 1964/65.

senão mesmo, uma grande insatisfação em relação à teoria produzida por Talcott Parsons.

Entretanto, no Reino Unido a sociologia britânica procede a alterações significativas ao nível dos seus métodos de investigação, situação que é coincidente com a emergência de novas preocupações.

O interesse que até aí estava localizado no estudo sobre a contextualização dos processos de interacção entre os sujeitos e o ambiente, passa a dar lugar privilegiado aos estudos sobre a estratificação ocupacional.

O conceito central desenvolvido pela Sociologia britânica da pós-Guerra residia na *classe social* e estendia-se às sub-disciplinas sociológicas. E é este conceito que vai destronar os então conceitos de *região* e de *vizinhança* que tinham sido os preferidos nas suas análises empíricas.

Os sinais da mudança fizeram-se ainda sentir, sobretudo durante a década de setenta, quando se verifica um incremento no interesse por questões relacionadas com o *género* e com a *raça*, nomeadamente nas suas vertentes de desigualdades raciais e étnicas, assuntos que até aí tinham sido ignorados

As análises teóricas das práticas sociais procediam agora à sua associação com as operações dos sistemas comum, nacional, de classe e, posteriormente, de género e raça.

Ainda durante esta década, o *ambiente social* envolvente não apresentava qualquer relevância para a análise das classes sociais.

Contemporaneamente, a chamada análise estruturalista assenta lugar na teoria social através do filósofo marxista francês Louis Althusser.¹ Para os estruturalistas a análise das classes sociais deveria centrar-se na análise das forças que condicionam as posições de classe e não sobre os sujeitos.

Ou seja, o que os estruturalistas vêm propor é uma análise das classes sociais relacionada exclusivamente com o processo económico, que afectava tanto a natureza do trabalho como as próprias relações de trabalho, em detrimento duma análise mais ampla e que envolve quer o contexto social da vida quotidiana, quer as relações sociais e a residência.

¹ - Entre as muitas obras produzidas por Louis Althusser citam-se *Lire le Capital* e *Pour Marx*, ambos publicados em 1965.

Em conclusão, podemos depreender que uma das preocupações comuns, consideradas como cruciais, entre a *Escola de Chicago* e os primeiros sociólogos urbanos britânicos, se referia ao seu sentido de compromisso político.

Nos dois lados do Atlântico a investigação social continuou a estar entrosada com políticas de reformas de tipo social-democrata, apoiando a intervenção do Estado no sentido da promoção dos mais desfavorecidos e pelo funcionamento do mercado.

Enquanto a *Escola de Chicago* se preocupava com a forma de agir para alterar o modo estrutural da cidade de Chicago, mantendo para isso um conjunto de relações muito estreitas com a Administração política local, os sociólogos britânicos do período decorrente entre as duas grandes guerras mundiais faziam tentativas no sentido de promover as comunidades locais.

Contrastando com a situação anterior, os sociólogos da pós-Guerra viriam a considerar inteligível a realização de estudos e relatórios à escala nacional, uma vez que consideravam essa metodologia como a forma mais eficaz para pressionar o governo central.

Os estudos locais foram abandonados por se ter considerado que os mesmos não eram representativos, enquanto que a metodologia quantitativa com recurso ao inquérito e a investigação realizados à escala nacional tinham maior impacto, pelo facto dos vários departamentos governamentais manifestarem uma maior consideração pelo conhecimento estatístico.

Chega-se ao final da década de sessenta, em que o campo da Sociologia tinha mudado radicalmente.

Todavia, a Sociologia, ao invés de centrar a sua atenção no estudo do *sociation*, tinha voltado a tratar quase exclusivamente as questões referentes ao Estado, às classes sociais, às várias organizações de interesse comum.

As questões relacionadas com o contexto urbano e com a ordem moral implícita nas acções quotidianas, foram sendo relegadas para um segundo plano. Os estudos à escala nacional sobre as mais variadas estruturas sociais, com recurso aos inquéritos aleatórios, substituíram os estudos locais sobre as desigualdades e a interacção social entre os indivíduos.

Com um horizonte nada propício à Sociologia Urbana, as décadas de setenta e de

oitentam viriam a proporcionar uma tentativa da sua reconstrução assente nos moldes do quadro teórico revisto das Ciências Sociais.

Dessa tentativa emergiu a *nova Sociologia Urbana*.

2.1.7 - A Sociologia Urbana da Europa continental

A Sociologia Urbana que se desenvolveu na Europa continental, não menosprezou os contributos prestados pela *Escola de Chicago*.

Contrariamente ao que se possa pensar, as origens da Sociologia Urbana europeia remontam a algumas décadas de antecedência relativamente aos estudos de Robert Ezra Park.

Alguns autores, ao defenderem a ideia acima expressa, relegam para a Sociologia Urbana europeia as reflexões produzidas sobre “*as antíteses entre a sociedade tradicional e a moderna e sobre a antítese paralela entre as respectivas manifestações espaciais, a comunidade rural e a cidade industrial.*”¹

Do debate científico desta Sociologia especializada nasce um corpo conceptual e analítico que, mormente se apresente heterogéneo, cria a possibilidade de se proceder à interpretação da cidade enquanto lugar onde se manifestam, na sua forma mais original, os aspectos sociais e culturais tradicionalmente classificados como típicos da modernidade.

Além disso, pode-se sublinhar como, no nosso contingente, a análise sociológica da cidade mantém, no século XX, um contacto mais estreito com a reflexão filosófica nas suas várias coerentes, do historicismo ao marxismo, do estruturalismo à fenomenologia.

Por outro lado, como já se referiu anteriormente, para além de alguns traços comuns, a Sociologia Urbana europeia apresenta grandes distinções com base em contextos nacionais – têm origem nas diferenças do substrato cultural que são acentuados pelas atitudes políticas contrastantes dos vários países, pelas diversas formas que os problemas territoriais e urbanos apresentam em qualquer contexto e, também, pelo facto da literatura especializada se fragmentar em função dos âmbitos linguísticos.

Neste sentido e no que se refere à Sociologia Urbana alemã, esta apresenta-se

¹ - MELA, Alfredo (1999) – *Op. cit.* p. 21

num misto de interesses de índole filosófica, e imbuída de aspectos concretos em termos de programação social e territorial.

Em contrapartida, a Sociologia Urbana italiana viria a concentrar-se em temas propostos pela realidade social do país, nomeadamente com as questões dos equilíbrios territoriais entre uma forte dinâmica urbana do *norte*, passando pelas características particulares da chamada *Itália do meio-dia* até às áreas de industrialização difusas, também conhecida por *terceira Itália*.

Particularmente rica em história é a Sociologia Urbana francesa, a qual, nos anos sessenta e setenta teve um papel essencial, ao consolidar-se no nível internacional através do filão crítico de origem marxista e viria a tornar-se, mais tarde, bastante influente na *potical economy*.

Embora nessas décadas se constate esse filão crítico de matriz marxista, não se pode considerar que tenha existido uma *escola* unificada de Sociologia Urbana em França.

Curiosamente, os autores mais referenciados da denominada *Escola Francesa* não eram franceses. Se exceptuarmos Henri Lefebvre, e Jean Lojkine, David Harvey é britânico e Manuel Castells é espanhol.

Durante as décadas em consideração, muitos foram os investigadores e de equipas de estudo e de investigação que partilharam este espaço de reflexão e de produção teórica e empírica.

Embora se deva a Henri Lefebvre e a Manuel Castells a visibilidade e organização da *Escola*, é à rede académica que conseguiram estabelecer que se deve a criação da revista *Espaces et Societes*, as *Mouton book séries* e o *International Journal for Urban and Regional Research*

O grupo é ainda responsável pela fundação da *International Sociological Association Research Committee on Urban and Regional Development*.

Para a formação deste grupo de sociólogos urbanos contribuíram três processos de convergência:

1. O processo de renovação intelectual em França, durante a década de sessenta, quando as Ciências Sociais se desprendem da Filosofia e

realizam estudos empíricos sobre as sociedades em pleno processo de mudança social. É por essa altura que é fundada a primeira Escola Francesa de Sociologia, orientada para a investigação, no novo *campus* da Universidade de Nanterre, dirigida por Alain Touraine e que contava, como professores, com Michel Croizier, Henri Lefebvre e Fernando Henrique Cardoso;

2. Os movimentos sociais de *Maió de 1968* que mobilizaram os intelectuais e que politizaram todo o trabalho de investigação social;
3. A penetração das ideias dos movimentos de *Maió de 1968* na elite tecnocrática francesa e na ideologia urbana do Governo. A interpretação da crise social dos finais da década de sessenta por parte da elite, que a vê como uma crise urbana e que teve como consequência um mega programa de investigação patrocinado pelo Ministério da Habitação e Assuntos Urbanos.

Foi graças a este programa que grande parte dos sociólogos franceses se reconverteu em sociólogos urbanos, dando origem a quatro correntes que fluíam no interior da *Escola Francesa*.

Essas quatro correntes tinham dentro de si vários investigadores que diferiam dos restantes, mais por uma questão de metodologias de abordagem do que por divergências teóricas.

A primeira corrente identificava-se com Henri Lefebvre e era representada por ele mesmo. Desenvolveu o conceito de *civilização urbana*, como uma forma distinta de organização social. Por outro lado, concede importância ao espaço como elemento constitutivo das relações sociais e como uma expressão da sociedade. Defende o princípio do direito à cidade, contra a exclusão social.

A segunda corrente identificava-se com o marxismo ortodoxo. Integravam essa corrente Jean Lojkine, Christian Topolov e Edmond Preteceille. Esta corrente coloca em evidência o domínio do capital e dos interesses capitalistas sobre o Estado, e é através do Estado que se dá a dominação dos interesses capitalistas sobre os processos urbanos.

Estes pensadores seguiam fielmente a teoria do capitalismo monopolista de

Estado. A obra de David Harvey, *Social Justice and the City*, representou uma síntese entre a lógica capitalista de dominação e a inspiração lefebvrieriana. Depois evoluiu até à análise da lógica interna do capital, ou seja, derivou cada expressão do *espaço e sociedade* a partir da lógica interna do capital até às lutas sociais.

A escola de Michel Foucault constitui a terceira corrente, e esteve organizada em torno de um centro de Investigação, o *Centre d'Étude, de Recherche et de Formation Institutionnelles* (CERFI) e de outros jovens investigadores. Enfatizaram a análise da microfísica do Poder nas instituições sociais, e estenderam a noção de dominação ao âmbito da vida quotidiana, delimitada pelas instituições urbanas.

Esta corrente teria sido, talvez, a tendência de investigação mais inovadora durante a década de setenta. Foi a única que surgiu a partir dos velhos moldes para abordar, sob um ponto de vista crítico, os novos temas sociais existentes numa nova sociedade.

A quarta e última corrente, a do marxismo estruturalista, possuidora da marca de Althusser por via de Nicos Poulantzas, teve Manuel Castells como representante. Os seus princípios teóricos serão tratados mais adiante quando for abordada a problemática da nova *Sociologia Urbana*.

É evidente que, com estas quatro correntes, a Escola Francesa revigorou internacionalmente a investigação urbana ao:

- a) colocar o poder e as relações sociais conflituosas, os valores e interesses no centro da dinâmica urbana.

Esta questão mostra de forma implícita e explícita a tónica que a *Escola de Chicago* põe na sociabilidade e na integração social. Por outro lado, encetou a crítica à noção de comunidade. As comunidades, no seu ponto de vista, não só eram conflituosas ao nível local, como eram criadas pela luta de classes e pelos projectos políticos gerados a um nível social mais amplo;

- b) exigir a especificidade do urbano.

Esta situação viria a forçar o marxismo e as teorias das classes a reconhecer um acervo completo de experiências, e que não se encontrava remetido às regras de produção e reprodução como fonte potencial de mudança social.

Foi o princípio do fim do monopólio da classe operária como actor da mudança. Sem dúvida que os sociólogos orientados pela escola do capitalismo monopolista de Estado, como Jean Lojkine e Edmond Preteceille, discordam deste princípio;

- c) afirmar a importância do espaço como indicio e força que estrutura a organização social.

Este projecto tinha uma ligação implícita com a análise materialista do enfoque da *ecologia humana* privado dos pressupostos funcionalistas;

- d) procurar esforços para ligar a teoria com a investigação empírica.

A excepção só poderá ser feita atendendo o esforço puramente teórico de Henri Lefebvre.¹

2.1.8 - Das críticas ao modelo à nova Sociologia Urbana

Os desenvolvimentos teóricos da Sociologia no período do pós-Guerra viriam a servir de comparação aos processos – teóricos e empíricos – desenvolvidos pela Sociologia Urbana, em particular nos Estados Unidos. Aí, a produção científica da Sociologia Urbana assentava, ainda, em meras descrições estatísticas referentes às condições de vida nos centros urbanos, disponibilizando alguma base informativa tendente à resolução de problemas urbanos.

Outras áreas de interesse, continuaram a ser a exploração das questões subjacentes ao crescimento urbano e dos contrastes entre a vida urbana e a vida rural.

Do ponto de vista intelectual, a Sociologia Urbana norte-americana tinha-se esgotado. As críticas devastadoras em torno das suas muitas falhas teóricas não se fizeram sentir e provinham de todos os lados.

Dentro desse quadro crítico, a mais célebre e, quiçá, a mais original, foi elaborada pelo sociólogo catalão Manuel Castells, em 1972, com a publicação de *La Question Urbaine*.²

¹ - Cf. CASTELLS, Manuel (1998) – “Urban Sociology in the Network Society: Back to the Future”, in WELLMAN, Barry (editor), *The Urbane Community* 27, 2 (Outono, 1999)

² - CASTELLS, Manuel (1972) - *La Question Urbaine*, Paris, Maspero

Nesta obra, para além das críticas que traçou sobre as tradições orientadoras da Sociologia Urbana, propôs-se proceder à sua reconstrução partindo de novas bases teóricas.

Hoje, é perfeitamente perceptível que as críticas lançadas por Castells coincidiram com o ressurgimento e conseqüente adopção, de modo generalizado, da análise marxista pela Sociologia da Europa ocidental.

Com o retomar das teorias marxistas assiste-se, mais uma vez, às alterações nas orientações da teoria social, situação que se torna responsável pela mudança de rumo dos estudos urbanos que passam, assim, a ocupar um novo terreno.

Para os neo-marxistas, o que estava em causa em matéria de teoria sobre os fenómenos urbanos prendia-se com o isolamento, em termos analíticos, a que deveriam ser sujeitos os aspectos especificamente capitalistas que caracterizam a vida económica, colocando a tónica no papel primordial das classes como agentes históricos; e rejeitando, ao mesmo tempo, o papel que o Estado Providência estava a desempenhar, do ponto de vista social, junto das classes trabalhadoras sem, contudo, proceder a uma redistribuição quer da riqueza quer do Poder.

São, no entanto, os escritos dos autores associados ao filósofo neo-marxista Louis Althusser aqueles que se viriam a tornar como os mais influentes nas intenções, já manifestadas, de desenvolver uma *nova Sociologia Urbana* mais teórica e com análise mais rigorosa.

Estes escritos viriam a ter grande impacto não só junto dos autores declaradamente marxistas, como de autores que se reivindicavam da tradição weberiana, como Peter Saunders que publicou em 1981 a obra *Social Theory and the Urban Question*,¹ e na qual propunha romper com as linhas teóricas tradicionais em que a Sociologia Urbana se fundava.

O argumento em que assentava a crítica à postura assumida pela Sociologia Urbana, radicava na argumentação althusseriana da distinção entre *trabalhos científicos* e *trabalhos ideológicos*.

Esta distinção residiria no facto que estes últimos partiam de noções tidas como adquiridas, enquanto os primeiros manifestavam teoricamente as suas preocupações. O

¹ - SAUNDERS, Peter (1981) - *Social Theory and the Urban Question*, London, Hutchinson & Co., Ltd.

mesmo seria dizer que toda a disciplina científica, a Sociologia Urbana incluída, deveria ser detentora de um *objecto teórico* próprio distinto e, ao mesmo tempo, específico.

Assim sendo, a crítica lançada à Sociologia Urbana assentava na argumentação de que toda ela era detentora não de características científicas, mas sim de aspectos ideológicos, uma vez que no seu ponto de partida predominavam conceitos de senso comum, tais como: cidade, comunidade, problemas urbanos, ou seja, na opinião dos críticos, conceitos que a própria Sociologia Urbana se mostrava incapaz de fundamentar teoricamente.¹

O problema que emerge é deveras delicado. Procura-se saber qual o *objecto teórico*, distinto e específico da Sociologia Urbana. Esta situação aparenta ser fácil, todavia as interrogações persistem. Será a cidade o seu *objecto teórico*? Se a aceitássemos como tal, então surgiriam os mais variadíssimos problemas em torno das actividades sociais específicas de que a cidade seria hipoteticamente detentora e monopolizadora e, por conseguinte, não poderiam existir nos espaços não urbanos, ou seja, nos campos.

Ou, ainda, poder-se-ia aceitar como seu *objecto teórico* a preocupação sobre o *espaço* e a sua pluralidade de influências, nomeadamente o impacto que as próprias distribuições do espaço podem assumir junto da vida social.

A aceitação do *espaço* enquanto *objecto teórico* da Sociologia Urbana, seria aparentemente simples de resolver, não fosse o facto de ser excessivamente difícil de demonstrar em que medida esse mesmo *espaço*, considerado como distância física entre os *objectos* naturais e os *objectos* sociais, poderia conduzir à explicação sociológica pretendida.

Não sendo detentora de um *objecto teórico* e sendo difícil *saber como* construir um que lhe fosse próprio, nada mais restava à Sociologia Urbana senão receber as críticas de Manuel Castells, que se lhe apresentavam de uma forma bastante enérgicas.

Como sociólogo embutido pelo pensamento marxista, Manuel Castells tenta o processo de reconstrução da Sociologia Urbana, moldando-a à sua análise sobre as contradições existentes nas sociedades capitalistas.

¹ - Cf. SAVAGE, Mike; WARDE, Alan (2002) - *Op cit.* p.28

Na sua opinião, na fase do chamado capitalismo tardio, as cidades eram detentoras de um papel específico, que agora já não se localizava no processo de produção, mas nos chamados centros de *consumo colectivo*, ou sejam, as variadíssimas formas de serviços que o Estado facultava, de modo colectivo, aos cidadãos: a habitação, os transportes, a assistência na doença, etc.

Por outro lado, Castells partia ainda de um outro princípio: sendo o *consumo colectivo* dirigido àqueles que vivem num determinado raio espacial, tal vai implicar que haja um referente espacial por parte daqueles que nele se encontram.

O modo como estes serviços eram prestados constituía, segundo Castells, a fonte de mobilização política, geradores dos chamados *movimentos sociais urbanos*, que procuravam, através da contestação aos padrões existentes de *consumo colectivo*, uma melhoria das condições de vida urbana.

Castells propunha-se ir ainda mais longe no seu modelo, quando defendia que estas contestações se encontravam relacionadas com as condições de reprodução da força de trabalho e que estas seriam detentoras de um elevado potencial revolucionário, se entretanto se encontrassem articuladas com os movimentos das classes trabalhadoras. O que no fundo Manuel Castells queria demonstrar era que os *movimentos sociais urbanos* estavam intimamente relacionados com a luta de classes¹.

Parecia, assim, que a contribuição do modelo teórico de Castells resolveria os problemas que atormentavam a Sociologia Urbana, que passaria agora a deter um *objecto teórico* – o *consumo colectivo* – e a prática política marxista, na medida em que o próprio marxismo saía fortalecido pela relação que Castells estabelecera entre os *movimentos sociais urbanos* e a luta de classes.

O curioso de todo este processo é o facto de que, do ponto de vista académico, a análise teórica que era desenvolvida sobre a cidade tenha sido feita a partir do princípio de que esta se tornava no local específico onde o poder laboral era produzido, tornando-se assim no emblema da então denominada *nova Sociologia Urbana*.

¹ - A propósito desta questão chama-se à atenção para o facto da obra emblemática de Manuel Castells, *La Question Urbaine*, nunca tenha sido publicada em Portugal. Todavia, foi publicada no nosso país, em 1976, a obra *Lutas Urbanas e Poder Político*, (Porto, Afrontamento), onde Castells põe toda a tónica nos movimentos sociais urbanos, identificando-se mais com uma cartilha política do que com um texto científico.

Para fortalecer este *novo olhar* sobre o papel da cidade, surge em 1977 a revista *International Journal of Urban and Regional Research* cujas influências de Castells e do marxismo francês eram bem patentes, pese embora houvesse uma certa abertura a outras perspectivas teóricas não muito afastadas do marxismo.

Os anos setenta e parte dos anos oitenta do século passado, tornar-se-iam cruciais para a sobrevivência do modelo teórico de Castells. No início dos anos oitenta esse modelo era ainda visto como algo que iria dar novo fôlego à Sociologia Urbana¹. Prometia-se, acima de tudo, um quadro teórico coerente para a análise das questões urbanas. Castells era um acérrimo crítico da análise culturalista, tal qual Louis Wirth estabelecera, e das teorias deterministas sobre as questões espaciais.

Propunha, em alternativa, uma teoria que dava todo o ênfase à característica variável da produção económica e ao papel que o Estado desempenhava nas sociedades contemporâneas, nomeadamente nas formas de organização do consumo colectivo. Por outro lado, as questões referentes aos *movimentos sociais urbanos* mereceram-lhe particular atenção, na medida em que estes se comportariam como veículos de contestação e oposição social.

Mas o decorrer dos anos oitenta iria mostrar-se impiedoso para o modelo de Castells e depressa se percebeu que as críticas e os argumentos preconizados por Castells levantavam tantos, ou até mais problemas, quantos os que resolvia.

Em termos práticos, os *movimentos sociais urbanos* (quer os de natureza social, quer os de natureza política) dificilmente se mostravam conciliáveis com as orientações políticas marxistas, ou seja, escapavam um pouco por toda a Europa ao controlo político dos partidos comunistas, em detrimento dos novos movimentos cívicos e ecológicos que entretanto começavam a emergir no horizonte europeu².

Finalmente e no campo académico, verifica-se que à medida que se avançava na década de oitenta, as orientações do ensino marxista se reorientaram para os processos de produção, em detrimento do *consumo colectivo* que Manuel Castells tinha empolgado e que foi relegado para um papel insignificante, contribuindo desta forma para a decadência e abandono gradual dos pressupostos teóricos da *nova Sociologia Urbana*.

¹ - Cf. SAVAGE, Mike; WARDE, Alan (2002) – *Op. cit* p.29

² - Foi caso do movimento ecologista alemão *Die Grünen* (os Verdes)

2.1.9 - A emergência da Sociologia do Território:

Da construção do Espaço à construção do Território

As Ciências Sociais nem sempre consideraram o território como uma variável necessária para a compreensão das realidades sociais e económicas. Dir-se-ia que, nos primórdios, as Ciências Sociais começaram por ignorá-lo¹.

Recentemente, as diversas áreas do conhecimento adoptaram o *território* como conceito essencial nas suas análises.

Com a construção do conceito de *território* tornou-se possível sair da polarização que existia anteriormente, ou seja, entre o rural e o urbano, o espaço agrícola e o espaço industrial. Para além deste aspecto, do ponto de vista das políticas públicas, torna-se mais fácil conferir maior visibilidade à economia local.

No entanto, o conceito de *território* é utilizado como uma das dimensões das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se numa totalidade.

Muitos sociólogos trabalham ainda, de modo indistinto, com os conceitos de *espaço* e de *território* a partir de uma visão unidimensional, muitas vezes importada de outras áreas do conhecimento.

Partindo da definição extremamente ampla proposta por Henri Lefebvre de que o *espaço social* é a materialização da existência humana, ² chega-se à noção que esse mesmo espaço constitui uma dimensão da realidade.

Esta amplitude conceptual potencializa um conjunto de utilizações distintas do *espaço* de que são exemplos os espaços políticos, os espaços culturais, os espaços económicos e os ciberespaços.

Sendo parte da realidade, o *espaço* é detentor de um carácter multidimensional.

Mas para se proceder à sua análise conceptual torna-se necessário defini-lo como sendo detentor de:

a) *composicionalidade*, ou seja, o espaço compreende e só pode ser

¹ - Cf. REIS, José (2005a) – *Uma Epistemologia do Território*, Coimbra, Oficina do CES, p. 1

² - Cf. LEFEBVRE, Henri (1991) - *Production of Space*, Cambridge, Blackwell Publishers, p. 102

compreendido em todas as dimensões que o constituem. Este sincronismo expressa as propriedades do espaço: é produto e é produtor, é movimento e imutabilidade, é processo e resultado, é lugar de partida e de chegada;

- b) *completude*, isto é, o espaço possui a qualidade de ser um todo mesmo sendo apenas parte. O espaço pode conter elementos da natureza mas também é formado pelas diversas dimensões sociais resultantes das relações que os sujeitos estabelecem entre si, aos níveis da cultura, da política ou da economia. Por outro lado, os sujeitos são produtores de espaços ao estabelecerem relações diversas, sendo produtos dessa multidimensionalidade.

O espaço contém todos os tipos de espaços sociais que resultam das relações entre os sujeitos, e entre estes e a natureza, transformando assim esse espaço, alterando as paisagens, construindo territórios, regiões e lugares. A *complementaridade* é a qualidade pela qual o espaço social complementa o espaço envolvente (espaço natural, espaço geográfico).¹

As qualidades que o *espaço* possui são um autêntico desafio aos sujeitos que nele vivem, no sentido da procura sobre a compreensão dos mesmos. Daí que o *espaço* seja *multidimensional*, pluriescalar ou multiescalar, num processo activo de complementaridade, de conflitualidade e de interacção.

Não são raras as vezes em que estudos de análise espacial, sobre as relações sociais ou outras, procedem a *leituras* e desenvolvem *acções intencionais* que fragmentam o *espaço*.

Este procedimento só pode resultar em análises parciais e incompletas, uma vez que restringem as qualidades que compõem e completam o *espaço*.

O *espaço* apresenta-se como um conjunto indivisível de sistemas de objectos e sistemas de acções, os quais não podem ser considerados de modo isolado. Deve, antes de mais, ser considerado como um quadro único de análise onde se produz a acção histórica.

As relações sociais, ao apresentarem-se predominantemente produtoras de

¹ -Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano (2005) – “Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais - contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais” *OSAL*, Buenos Aires, Ano VI, n ° 16 [Janeiro-Abril 2005], p. 274

espaços fragmentados, dicotomizados, unos ou fraccionados, produzem também espaços conflituais.

Desta produção fragmentada ou fraccionada de espaços resulta um conjunto de *intencionalidades* que se produzem ao nível das relações sociais. São estas relações as responsáveis pela determinação dos tipos de *leitura* e de *acção intencional*, que esboçam a totalidade como se de uma parte se tratasse, ou seja, o *espaço* na sua qualidade completiva, é apresentado como um fragmento ou como uma fracção.

Esta decisão é uma *acção intencional* que vai interagir com uma *acção receptiva*, dando lugar à representação do espaço como fragmento ou fracção.

Constitui-se, portanto, numa forma de *poder*, que mantém a representação materializada e/ou imaterializada do espaço, e que é determinada pela *intencionalidade* e sustentada pela *receptividade*.

Sem este tipo de relação social o *espaço* como fracção não se sustenta.

A *intencionalidade* pode ser definida como um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo um sujeito utiliza para se poder realizar, ou seja, para se materializar no espaço, como definiu Henri Lefebvre.

Portanto, a *intencionalidade* não é mais do que *uma visão do mundo*, ampla e una, que assume sempre uma forma, um modo de ser e de existir.

É dentro desta lógica que se cria uma identidade. Torna-se imperiosa a sua delimitação espacial para que seja possível a sua diferenciação e possa ser identificada.

Constrói-se então uma leitura parcial do *espaço* que é apresentada como totalidade, dando origem às leituras etnocêntricas, uma vez que todos os povos e comunidades se sentem no centro do universo. A parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte.

O espaço passa agora a ser compreendido de acordo com a *intencionalidade* da relação social que o criou, daí a sua redução a uma mera representação unidimensional, e a visão parcial que o criou irá ser expandida como representação da multidimensionalidade.

A relação social na sua *intencionalidade* cria uma determinada leitura do *espaço* que, de acordo com o campo de forças em presença, pode ser dominante ou não. Através

deste processo, criam-se as diferentes leituras socioespaciais.¹

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o *território*. O *território* é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de *poder*. Esse *poder*, já foi referido anteriormente, é dado pela *receptividade*.

Por outro lado, o *território* é simultaneamente uma convenção e uma confrontação. E pelo facto de possuir limites e fronteiras, torna-se num espaço de conflitualidades.

Os *territórios* formam-se no *espaço* geográfico a partir de diferentes relações sociais. O *território* pode ser definido como uma fracção do espaço geográfico e/ou de outros espaços materiais ou imateriais.

O *território* como um *espaço* geográfico, tal qual a região ou lugar, é detentor das qualidades *composicionais e completivas* dos *espaços*.

Partindo deste princípio, é essencial fazer sobressair a ideia de que o *território* imaterial é também um espaço político, ou seja um espaço abstracto. A sua configuração enquanto território refere-se às dimensões de *poder e controle social* que lhes são intrínsecas. E mesmo sendo uma fracção do espaço, o *território* também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam, nas partes, as mesmas características da totalidade.

Se definirmos o território como um agregado de sistemas de acções e sistemas de objectos poderá significar que *espaço e território*, embora diferentes, são o mesmo.

Será pacífico afirmar-se, então, que todo o *território* é um *espaço* (nem sempre geográfico, podendo assumir configurações sociais, políticas, culturais, cibernéticas, etc.). Por outro lado, é também evidente que nem sempre e nem todo o *espaço* é um *território*.

Os *territórios* movimentam-se e fixam-se sobre o espaço geográfico. O *espaço* geográfico de uma nação é o seu *território*. E no interior deste *espaço* há geralmente uma multiplicidade de territórios.

São as relações sociais que transformam o *espaço* em *território* e vice-versa, no entanto, o *espaço* é um *a priori* ao passo que o *território* se caracteriza por ser um *a*

¹ - *idem*, p. 276

posteriori.

Além disso, o *espaço* é perene e o *território* é intermitente. Da mesma forma que o *espaço* e o *território* são fundamentais para que as relações sociais possam efectivarse, estas produzem, de modo contínuo, novos espaços e novos territórios de contornos contraditórios, interdependentes e conflituosos. Esses vínculos são indissociáveis.

2.1.10 - O conceito de Território

O actual debate sociológico sobre o *território* tem revelado a existência de uma amálgama de opiniões e de pontos de vista díspares. Se por um lado existem aqueles que teimam em perceber o *território* com uma configuração estática, há outros que chamam insistentemente a atenção para a realidade complexa e dinâmica, e em permanente mutação, que os *territórios* apresentam e que, em sua opinião, mais não são do que o reflexo das dinâmicas físicas, socio-económicas e culturais do contexto local¹.

A própria noção de *território* convida-nos ao debate, uma vez que amplia o nosso olhar e diversifica as possibilidades de compreender, de sistematizar e de alterar a realidade complexa.

Por outro lado, o *território* é uma referência globalizante, ou seja, é algo que está a ser construído simultaneamente com o conceito de globalização, denotando-se, por vezes, uma certa oposição face a este conceito, sobretudo pelas possibilidades que oferece, em reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais e assim enfrentar o desejo uniforme da ideia de globalização.

Por outro, a ideia de *território* pode oferecer a possibilidade de inclusão do particular no global, através das oportunidades de desenvolvimento e de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade.

O *território* constituído como *espaço social* produzido e delimitado por uma fronteira que o ordena, é construído como representação: tanto pode ser uma ferramenta, como um recurso para o desenvolvimento económico e social.

¹ - Cf. GEHLEN, Ivaldo; RIELLA Alberto (2004) – “Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável”, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, Jan/Jun 2004, p. 20

Nesta perspectiva, incluem-se no processo de planeamento as diferentes dimensões do *território*, pondo em evidência a sua complexidade.

Todo o conjunto é afectado e, simultaneamente, apontam-se as especificidades e as particularidades internas às delimitações da sociedade global, as quais interagem nos processos de construção identitárias sócio-económico-culturais que atribuem sentido ao local.

O olhar holístico que aponta para a incorporação de recursos específicos propicia a invenção de alternativas de competitividade dos produtos que são gerados no interior de um *território*, vantagem essa que é partilhada colectivamente.

Entretanto lançam-se desafios à acção colectiva para que esta passe a gerir a apropriação, que é compartilhada, dos benefícios retirados da competitividade.

Estes desafios podem ser alcançados através de processos de negociação de conflitos, de regras comuns e da tomada de decisões colectivas.

Este processo é ainda responsável pela construção do património sócio-cultural baseado na tradição histórica local, ao mesmo tempo que possibilita apontar alternativas inovadoras. Aos poucos, sedimenta uma memória colectiva, re-articulando os saberes e as relações com o meio natural e com o património material e simbólico, desencadeando processos que conduzem à construção da cidadania.

O conceito de *território* é detentor da noção de património sócio-cultural e reclama a necessidade de mobilização dos recursos e das competências, atribuindo responsabilidades sociais, através de processos participativos.

Deste modo, a mobilização do património local induz à re-dinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos (materiais e não materiais) e dos produtos locais, como componentes do património sócio-cultural colectivo.

Não estamos perante uma situação em que se procura integrar de forma positiva os conhecimentos científicos e técnicos nos sistemas cognitivos e de agir de forma solidária, mas de estabelecer uma relação de cooperação e de negociação do conflito, para que as normas e os códigos de conduta sejam subjectivados no sistema de representações para que constituam parte da identidade social.

O conceito de *território*, que entretanto foi adquirindo forma, pode ser definido

como um espaço socialmente construído, possuidor de recursos naturais e detentor de uma história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais que lhes conferem expressão, e de formas sociais de organização da produção.

Como espaço social, o *território* é um campo de forças políticas conflituosas, com estruturas de *poder* e dominação. Assim, o *território* é simultaneamente um lugar de produção de bens e de acumulação de capital e um lugar de construção de acordos institucionais do poder instituído, em constante mutação e que abriga conflitos de interesses e formas de acção colectiva e de coordenação.

As formas de acção colectiva são territorializadas, pois não ocorrem no espaço abstracto, mas sim no espaço socialmente construído.

2.1.11 - Sociologia do Território - Novos olhares sobre velhas e novas questões: a análise dos territórios em mutação

A Sociologia, ao apropriar-se do conceito de *território*, tenta resolver um conjunto de questões com que a Sociologia Urbana e a Sociologia Rural se confrontavam e para os quais as teorias por si construídas deixavam muitas perguntas sem resposta. Daí que o uso do conceito de *território* tenha vindo, há mais de uma década, a obrigar à realização de um conjunto de reflexões em torno dos conceitos de *rural* e de *urbano*, ao mesmo tempo que nos leva a interrogar sobre os seus *objectos específicos* de análise.

2.1.12 - Uma nova análise sobre as relações entre os espaços sociais rural e urbano

A leitura sociológica que predominantemente marcou, nos últimos anos, a análise sobre espaço social rural português - nas suas dimensões de investigação e de institucionalização académica, sob a forma de Sociologia Rural – caracterizou-se por ser

tributária do paradigma de análise dominante em voga nos anos setenta.¹

Esse paradigma, incorporava um conjunto de problemáticas e de preocupações intrinsecamente relacionadas com a natureza das transformações verificadas pela agricultura e pelos espaços rurais nas sociedades *mais avançadas* da Europa. Assim, as teorias desenvolvidas estavam todas elas viradas para a explicação da sobrevivência do campesinato² e as articulações entre a denominada economia camponesa e a sociedade global.³

Hoje, é possível verificar que este paradigma se encontrava tendencialmente enviesado no que se refere ao tipo de análises teóricas que produziu, isto porque:

- a) relegou para um lugar de destaque, senão mesmo para um lugar exclusivo de análise, o campesinato e a pequena agricultura familiar, deixando o conhecimento sobre os assalariados agrícolas e as especificidades relacionadas com o sistema latifundista para um lugar subalterno, senão mesmo marginal;
- b) a articulação rural-urbano, utilizada para analisar os processos de desenvolvimento e de mudança social, era baseada em teorias dicotómicas, onde o espaço rural se subordinava (e também se subalternizava) ao espaço urbano, através do que ficou denominado por *submissão formal* da agricultura camponesa aos sectores de produção especificamente capitalistas.⁴

Por outro lado, o paradigma ao aceitar a tese da *autonomia relativa* do *espaço rural* abria a possibilidade de se proceder a análises sobre os próprios equilíbrios e sobre os mecanismos de reprodução internos.⁵

Se uma das mais importantes heranças que o modelo teórico em análise possibilitou foi a restituição parcial do processo de desenvolvimento industrial, centrado

¹ - Cf. REIS, Manuela; LIMA, Aida Valadas de (1998) – “Desenvolvimento, Território e Ambiente” in VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino (Org.) (1998) – *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta, p. 341

² - No quadro da análise marxista das classes sociais, o campesinato é considerado uma classe social especificamente não-capitalista, isto porque a sua origem remonta ao período medieval.

³ - Cf. REIS, Manuela; LIMA, Aida Valadas de (1998) – *Op.cit.*, p. 341

⁴ - *idem*

⁵ - *idem*, p. 342

nos espaços urbanos dos países mais *desenvolvidos* e dos mais periféricos da Europa, conseguiu produzir uma fundamentação teórica e uma metodologia crítica muito consistente do modelo *empirista-localista* que condicionou muitos dos estudos sobre as comunidades rurais.

A pior herança, se nos for assim permitida a classificação, prende-se com o facto desse mesmo modelo ter *limitado* as abordagens teóricas a outras dinâmicas do espaço rural, nomeadamente aquelas que se referem ao sul da Europa, onde esse mesmo espaço rural se apresenta regionalmente mais diferenciado e que nem sempre se assumiu como um espaço social passivo face aos processos de mudança.¹

O impacto empírico verificado a partir deste modelo, traduziu-se num conjunto de processos e de estratégias, de inovação e de reconversão económica, submetidas às lógicas urbano-industriais e ignorando os factores intrínsecos aos contextos locais onde se encontravam integrados.

As lógicas e as próprias experiências de industrialização, que emergiram de forma difusa nalguns países do sul Europa, nomeadamente em espaços rurais e noutros tradicionalmente marginalizados, abriram o caminho que tendem para o incremento de processos de desenvolvimento, assentes nos recursos e nas complementaridades dos locais, e que evoluiu de um modo relativamente autónomo face ao modelo dominante de desenvolvimento, muitas das vezes denominado por *fordista*, que marcou o pós-guerra.

A partir o momento em que se passou a reflectir sobre as dinâmicas de reanimação local dos espaços sociais anteriormente considerados como irrelevantes, senão mesmo *invisíveis*, face às perspectivas de reflexão de teorias macroeconómicas e macro-sociológicas, *obrigou* a que se procedesse a profundas reconceptualizações nos vários campos de análise, das quais sobressaem aquelas que se preocupam, simultaneamente, com os aspectos inteligíveis face às novas interdependências espaciais e territoriais, e com a promoção da reabilitação dos estudos locais e da análise dos fenómenos sociais.

O conceito de *rural* tende a ganhar novos contornos como consequência das transformações que têm tido lugar nos vários territórios. Talvez já não se possa falar de uma *especificidade do espaço social rural*, uma vez que essa mesma especificidade

¹ - *idem*

desapareceu devido ao avanço das lógicas que presidem ao modo de produção capitalista nos campos.¹

Por outro lado, o rural tende a distanciar-se cada vez mais de uma concepção sectorial que assentava tradicionalmente nas actividades agrícolas.

A primeira interrogação que surge quando se pretende reflectir sobre as mudanças verificadas nesse espaço social, prende-se com o aspecto meramente ideológico que vem defendendo que o espaço rural não é mais do que o prolongamento expectante do espaço urbano; então é legítimo que nos interroguemos: será que o *rural* poderá ser entendido como um *continuum* do urbano? Ou será que o espaço rural poderá ser compreendido recorrendo à dicotomia *rural e urbano*?

O que se tem vindo a verificar é um incremento da penetração das actividades industriais na agricultura, a ponto de não se poderem diferenciar os sectores de fornecimento ou de compra de produtos.

Devido à forte influência das actividades urbanas que penetram no espaço rural, assiste-se a processos diferenciados de *urbanização dos campos*.

Todavia, esta situação não deve ser vista como um determinismo, ao qual o espaço rural se encontra irremediavelmente condenado.

Outro tipo de modificação verificada nos espaços rurais relaciona-se com as alterações nas formas de trabalho, comprovando-se a emergência de profissões diferenciadas no meio rural que eram, anteriormente, exclusivamente urbanas.

Como ocupações não agrícolas, podem-se destacar profissões como administradores, secretárias, mecânicos, motoristas ou operadores de informática.

O que sobressai destas alterações é o facto de nestas profissões, além de serem diferenciadas para o meio, os profissionais passarem a ocupar postos de trabalho em empresas que não estão ligadas somente ao ramo das agro-indústrias, mas a outras empresas que, por razões diversas, se estabeleceram neste ambiente.

Entretanto, presencia-se a proliferação de lugares ou quintas projectadas para actividades de lazer destinadas à *classe média urbana*, e acessivelmente localizados em

¹ - Cf. FREITAS, Eduardo de, ALMEIDA, João Ferreira de, CABRAL, Manuel Villaverde (1976) – *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura, estruturas agrárias em Portugal continental. 1950-1970*, Lisboa., Editorial Presença

relação aos grandes centros urbanos, e que possuem actividades diversificadas como a apicultura, a criação de peixes, de aves e outros pequenos animais, ou a produção de chás, de flores, de plantas ornamentais, de frutas e hortaliças, assim como actividades de recreio e de turismo (como o turismo de habitação, o agro-turismo ou o turismo rural), e que apresentam um *impacto positivo* na preservação e conservação da paisagem ao mesmo tempo que viabilizam economicamente espaços condenados ao despovoamento.

Estes estabelecimentos, para além de proporcionarem uma alternativa de rendimento diferenciado para os trabalhadores agrícolas, propiciam que esses mesmos trabalhadores se tornem caseiros ou até jardineiros, contribuem, ainda, para eliminar as culturas extensivas que se encontram nos arredores das cidades, libertando-as da dependência dos agro-químicos e da maquinaria pesada que normalmente se encontram associados a este tipo de culturas.¹

A interrogação anteriormente estabelecida possibilita que se proceda a um outro tipo de reflexão.

Hoje parece ser pacífica a aceitação do facto de existir uma grande aproximação entre os ambientes culturais urbanos e rurais.

No entanto, esta integração não leva, necessariamente, a uma mudança generalizada da identidade local dos habitantes rurais, contrariamente ao que se poderia supor.

O maior contacto, como aquele que ocorre actualmente, pode até proporcionar um efeito contrário.

Assim, ao invés de se dar uma homogeneização cultural, que descaracterizaria as identidades sócio-culturais dos sujeitos, a aproximação realçaria as especificidades do rural, na medida em que se produziria uma reestruturação das identidades e, simultaneamente, se verificaria um fortalecimento da ruralidade.²

Dado o entrosamento de culturas, torna-se necessária alguma prudência com o uso de determinados resultados o que, muito evidentemente, pode apontar para uma reestruturação das identidades e das *culturas rurais* atribuindo-lhes valores e padrões

¹ - Cf. BLUME, Roni (2004) – *Território e Ruralidade – a desmistificação do fim do rural*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Ciências Económicas, p. 38

² - *idem*, p. 40

tidos como urbanos.

E esta prudência não é de todo descabida se tomarmos em consideração a propagação da *cultura rural* nas grandes áreas urbanas.

Perante esta clara *invasão do rural no espaço urbano*, coloca-se obviamente em causa os pressupostos dos que defendem o fim do *rural*.

E esta questão leva a uma outra interrogação. A fronteira entre o *rural* e o *urbano* não estará a ser derrubada pelo lado contrário?

Este facto indicia, de forma indiscutível, que a fronteira entre o *rural* e o *urbano* não é rígida, encontrando-se muitas das vezes de forma dissimulada. Daqui emergem a necessidade e a importância da análise do local.

Todavia, a noção de local não reduz o espaço a uma simples base física.

Esta noção torna-se útil como uma referência para um conjunto de relações sociais diversificadas que podem estar diluídas tanto no ambiente *rural* como no *urbano*, reduzindo, desta forma, a necessidade de distinção entre os ambientes.

Perante esta diversidade, os valores culturais são incorporados por novos hábitos e técnicas, o que contribui para que se torne difícil a determinação da unicidade no sentido das modificações e de se proceder com rigor à identificação de determinada preponderância de certos valores culturais considerados como hegemónicos.¹

A solução a adoptar para este tipo de análise parece ser aquela que Pierre Bourdieu propunha para a leitura do *rural* como uma *categoria social realizada*.²

A partir desta proposta, desenvolver-se-ia um conjunto de possibilidades para observar as relações sociais ao nível local, tornando-se possível a agregação ao *rural* das categorias simbólicas que foram sendo construídas a partir de universos culturais diversos.

Estas categoriais tendem a orientar o sentido das análises para os sujeitos do processo e não apenas para o *espaço*.

Serão os sujeitos que irão manifestar o seu vínculo com o local, através das suas práticas, independentemente de estarem ou não fisicamente no local definido como o de origem.

¹ - *idem*, p.41

² - Cf. BOURDIEU, Pierre (1993) – “A propos de la famille comme catégorie réalisée” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 100, Dezembro de 1993. pp. 32-36.

Torna-se, contudo, pertinente averiguar se, ao centrar os estudos nos aspectos simbólicos do *rural*, tendo o local como escala de análise, não se estaria a limitar a abordagem a outras escalas analíticas, e que são, por seu turno, são influentes na escala local.

Neste sentido, mais do que precisar as fronteiras entre o *rural* e o *urbano* ou evidenciar as diferenças culturais nas representações sociais, há que verificar a qualidade do conjunto das relações que as práticas sociais estabelecem sobre o *espaço*, sobre o local de análise, sendo que as práticas podem até mesmo ampliar a rede de relações sociais, sem que no entanto proporcionem uma homogeneidade social. Para que isto ocorra, as identidades devem estar ancoradas ao sentimento de pertença a um determinado local, criando uma consciência de si na relação que estabelece com o outro.¹

A proposta que sugere o estudo do *rural* a partir de uma abordagem territorial é deveras inovadora.

Parte-se do princípio que o *território* pode substituir com vantagens acrescidas, as ambiguidades originárias das perspectivas dicotómicas ou das perspectivas que consideram o *rural* como um *continuum* do *urbano*, na medida em que remete o debate para questões mais inteligíveis, não se preocupando em precisar as características que outros consideraram como determinantes, de um ou outro espaço.

Acredita-se que a abordagem territorial para o *rural* pode proporcionar uma valorização de dimensões analíticas importantes como os fundamentos ecológicos e económicos que se encontram inscritas neste espaço.

Será, de todo errado, abordar as relações entre a cidade e o campo, nos termos em que usualmente se desenrola o debate sociológico, ou seja, *dicotomia* × *continuum*.

E é de todo errado, pelo facto de existirem as denominadas *twilight zones*, ou sejam, espaços que pelo aumento da densidade demográfica, já não são rurais mas ainda não são urbanos, sem que, contudo, tal venha a significar que a contradição material e também histórica entre o fenómeno urbano e o fenómeno rural esteja a desaparecer.

Urge então saber quais os impactos que a tendência da diferenciação espacial pode alcançar na questão do desenvolvimento local, uma que é usual aliar as questões do desenvolvimento com os processos de urbanização.

¹ - Cf. BLUME, Roni (2004) – *Op.cit.* p. 42

Todavia, é possível que um determinado *espaço rural* se desenvolva sem ter a necessidade de se tornar não-rural.

A verificar-se esta situação, dar-se-ia como que um corte epistemológico com a perspectiva do *espaço rural* como *continuum* do *espaço urbano*, havendo lugar ao questionamento da tese que advoga que o desaparecimento do *rural* se torna irreversível face ao avanço da urbanização.

Os estudos a empreender devem incorporar as novas perspectivas de análise, já que para estas, torna-se fundamental a valorização da questão espacial, que assume um lugar de destaque nesses estudos.

Desta forma, a abordagem territorial que é possuidora de um enfoque que valoriza as dimensões espaciais numa forma diferenciada para análise do rural, tornou-se a mais inteligível uma vez que os conceitos de *espaço* e de *território* não se restringem, apenas e só, às dimensões local, regional, nacional ou até mesmo continental, como podem referenciar, de forma simultânea, a todas essas dimensões, o que se traduz numa mais valia para a análise.

Contudo será pertinente proceder-se à verificação de prováveis impedimentos de índole teórico-conceptual, que reduziram o uso do território a uma mera abordagem explicativa, para que se possa realizar o pressuposto da abordagem territorial.

Será que o território é suficientemente inteligível na discussão sobre o *rural* e a *ruralidade*? Ou será que a essa abordagem, nos termos que é proposta, só irá valorizar uma das dimensões explicativas, a explicação normativa?

Ao chamar o *território* à discussão, para as questões sobre o *rural* e a *ruralidade*, contribui-se para que o debate passe a assumir um caminho especializado, pois dá-se a sua distanciação das vertentes clássicas das Ciências Sociais, configurando-se, deste modo, um novo momento para se produzirem as reflexões.

No entanto, esta renovação teórica, que tem vindo a apelar à convocação de novas abordagens sobre a fronteira do *rural* e do *urbano*, e cuja reformulação está longe de reunir a fundamentação teórica indispensável à credibilidade e adesão da comunidade científica, tem vindo a introduzir, de forma sistemática, um conjunto de orientações e de perspectivas de análise, sobretudo, quando focalizam a sua atenção nos processos endógenos – quer se tratem de transformações, ou de iniciativas de base local – e que são

concernentes a contextos e a estratégias regionais, têm proporcionado para que se verifique a emergência de novos princípios a introduzir nas teorias de análise do desenvolvimento local.

2.2 - A ABOARDAGEM DA ECONOMIA

2.2.1 - Da economia regional aos sistemas produtivos locais

Contrariamente à Sociologia, a Economia fez um percurso inverso. A Economia é tradicionalmente detentora de uma óptica de análise a-espacial. Mas se a dimensão espacial é incluída nas suas análises, é porque a *distância* pode alterar as condições de trocas de bens e serviços.

É esta mobilidade de produtos e de factores que fazem a vida económica de uma dada sociedade, que se torna no centro dos problemas económicos colocados pelo espaço.

Para o pensamento económico clássico, tratava-se de uma mobilidade espacial e temporal, assente em dicotomias – entre a agricultura e a indústria, que por sua vez se encontrava associada a uma outra dicotomia entre o rural e o urbano. A dimensão espacial pressupõe a agricultura e o rural como espaços diferenciados da indústria e do urbano; a dimensão temporal considera que a agricultura e o rural representam o passado, enquanto a indústria e o urbano representam o futuro que se deseja.

Contudo, é durante o século XVIII que algumas das questões mais importantes, relacionadas com a economia espacial, são formadas, nomeadamente: a questão da *“localização das actividades produtivas, tendo em conta os custos das distâncias entre produtores e o mercado e as causas das desigualdades estruturais entre cidades e o campo; e a dissociação entre o espaço económico e o espaço político.”*¹

Richard Cantillon, considerado por muitos como um dos precursores da chamada economia espacial, define as áreas de mercado delimitadas pelos custos dos transportes

¹ - CARIA, Fernando (1993) - *Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Local* - Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, p. 32

entre os locais de produção e de venda.¹ Cantillon reconhece o espaço como *distância-custo*, entre os locais de produção e de consumo. Por outro lado, constata a desigualdade e a hierarquização funcional do espaço na distribuição de riqueza, evidenciando a desigualdade *estrutural* entre o campo e a cidade. A originalidade das propostas de Cantillon, atendendo à época em que foram produzidas, reside na necessidade de relocalizar as actividades industriais de modo a permitir uma maior igualdade entre os espaços.

Esta primeira etapa da economia espacial baseava-se numa concepção do *espaço como gerador de custos*. No entanto, as divergências que então começam a surgir incidem, sobretudo, sobre o modo em como são apreciadas as desigualdades das condições oferecidas pelos diferentes espaços locais, e, naturalmente, sobre as várias teorias que se debruçam sobre a localização das actividades produtivas.

Temos, então, em presença quatro concepções sobre o espaço:

- o **espaço homogéneo**, cujo suporte teórico parte do espaço económico no qual a relação mercantil é a função de base que origina as localizações;
- o **espaço polarizado**, atribui uma grande valorização à função das empresas. As forças de atracção e de repulsão que atraem ou repelem as actividades económicas são o resultado da combinação entre a distância, a massa e a natureza da actividade produtiva;
- o **espaço dependente**, dá ênfase à desigualdade das relações económico-espaciais entre as regiões, representando o espaço como um produto que é resultado de um conjunto de leis mais gerais do funcionamento societal;
- o **espaço território**, considera o espaço como diversificado e activo, abandonando a noção de espaço enquanto produto de funções. Procura-se a articulação entre espaço e desenvolvimento, baseado num desenvolvimento *de baixo para cima*, apelando à capacidade endógena das regiões em resolver as suas necessidades a partir dos recursos de que

¹ - A obra *Essai Sur la Nature du Commerce en Général*, foi publicada em 1755, uns vinte anos após a morte de Richard Cantillon.. Obra editada sem nome, foi atribuída a sua autoria a Cantillon por Mirabeau.

dispõem.

2.2.2 - O Espaço homogéneo

Os impactos de uma industrialização que não para de crescer, são os responsáveis pela introdução, no pensamento económico, das concepções do espaço homogéneo. Esta concepção do espaço procura racionalizar os movimentos das actividades económicas, uma vez que o funcionamento do mercado é regido pelos princípios da livre troca.

Como refere Bernard Pecqueur “*a hipótese do espaço homogéneo será o ponto de partida da economia moderna*”¹, independentemente de se considerar a existência de descontinuidades teóricas entre os vários autores do século XIX e seus precedentes.

É o *efeito distância* que é privilegiado, uma vez que concebem o espaço articulado com o movimento de mercadorias.

2.2.3 - O Espaço polarizado

Como fenómenos indutores desta concepção de espaço apontam-se o forte crescimento industrial, o crescimento das zonas urbanas e os fluxos migratórios que experimentam uma grande aceleração. Há uma relação de associação entre as assimetrias regionais e os seus problemas, com uma situação de crescimento económico que caracteriza os países desenvolvidos.

De modo a colmatar esse desequilíbrio regional surge uma reapreciação do papel das economias exteriores, atribuindo-se às empresas um papel valorativo, no que respeita à função estruturante do espaço, bem como à sua capacidade de atrair novas actividades económicas e pessoas. Enfim, procura-se lançar o crescimento onde ele é necessário.

Parte-se, então, da ideia base de que o espaço é um campo neutro que é atravessado por uma pluralidade de forças, que desenvolvem sobre o território um conjunto de acções tendentes ao seu controlo e orientação.

O espaço perde a sua qualidade de homogeneidade, a partir do momento em que

¹ - PECQUEUR, Bernard (1987) - *De l'Espace Fonctionnel à L'Espace-Territoire*, Grenoble, Tese de Doutoramento de Estado, Université des Sciences Sociales de Grenoble, p. 39

se reconhece que existem lugares onde a acumulação é mais rápida do que outros, dando origem à noção de espaço polarizado, que aparece como síntese destes efeitos .

A teoria dos *pólos de crescimento* foi desenvolvida por François Perroux (1955; 1961) e mais tarde desenvolvida por outros autores, é uma teoria que se apresenta, ao mesmo tempo, económica e espacial. Como refere Philippe Aydalot (1985) do ponto de vista da teoria económica, o pólo é considerado como um mecanismo indutor do crescimento, como teoria espacial, e vai explicar a concentração espacial do crescimento demográfico.

Defendia-se que os impulsos gerados pelas empresas *motoras* – geralmente identificadas com a chamada *indústria pesada* – se propagariam a outras unidades de produção, delas dependentes, impondo-lhes reacções que ampliariam os efeitos directos emitidos por essas unidades centrais.

Os *pólos de crescimento* vão ser os responsáveis pela criação de economias externas, que se transmitem horizontalmente e verticalmente.

A transmissão horizontal é realizada através da distribuição de rendimentos complementares difundidos no conjunto dos sectores de actividade. Contudo, o sector terciário sairá como o grande beneficiado do processo, pelas actividades económicas que alberga e pelo crescimento do meio urbano.

No processo de transmissão vertical os grandes beneficiados são a montante, os sectores relacionados com as empresas *motoras* que lucram com o aumento da procura e, a jusante os sectores compradores que vão beneficiar com a melhoria da qualidade, da baixa de preços, etc.

Do ponto de vista da análise espacial, “os impactos gerariam a montante a concentração espacial dos sectores de actividade e, a jusante, um meio urbano complexo”¹.

Este tipo de polarização tem a ver com dois fenómenos: as características das indústrias *induzidas*, que são geralmente de pequena dimensão e procuram um acesso rápido aos seus mercados e, a concentração populacional e dos equipamentos necessários

¹ - CARIA, Fernando (1993) – *Op. cit.*, p. 46

ao novo meio industrial.

Os *pólos de crescimento* vão ser defendidos e recebem apoios públicos até à década de setenta, altura em que a crise económica os atinge, provocando uma reflexão em torno dos efeitos deste modelo de desenvolvimento no que respeita às formas de organização industrial e territorial.

É com base nesta teoria que o III Plano de Fomento, que funciona como instrumento de planeamento territorial, propõe a criação de um pólo industrial para a Península de Setúbal, de onde a cidade de Setúbal sobressaía.

2.2.4 - O Espaço da dependência

As teorias que colocam o espaço enquanto produto dependente são desenvolvidas essencialmente por autores marxistas, que enfatizam os diferentes aspectos e as origens do processo de internacionalização da economia e dos seus efeitos espaciais.

O espaço económico desenvolve-se, segundo estas teorias, em torno das dependências entre espaços, dependências essas que são provocadas pela lógica da valorização do capital. À medida que se valoriza a importância do espaço, afirma-se o desaparecimento da sua importância, o que não deixa de ser um paradoxo nestas teorias.

O espaço é, mais do que nunca, uma materialização de uma sociedade que se rege por normas, valores e contradições, nitidamente a-espaciais, porque se encontram noutras dimensões do social. Os conflitos espaciais são, eles também, entendidos como o resultado de outros conflitos situados na esfera social global.

Os anos sessenta são férteis nas análises sobre o fenómeno da deslocalização das indústrias, que revelam e evidenciam uma estrutura hierarquizada dos espaços económicos, quer no plano internacional, quer no plano inter-regional.

Este processo de deslocalização industrial vai repartir pelo território mundial a implantação de unidades produtivas, mantendo e reforçando os laços de dependência entre os países do *centro* e os países *periféricos*. O processo que hoje se verifica, já produziu clivagens ao nível dos espaços nacionais, de modo que no interior do seu

próprio território se encontram regiões *centrais* e regiões *periféricas*.

Na opinião de Arghiri Emmanuel (1972), não só é indispensável a análise da localização produtiva que considere o espaço mundial enquanto totalidade, como perceber este processo de deslocalização como um factor inerente ao próprio processo de acumulação. Ainda segundo este autor, a *troca desigual* entre os vários países seria explicada por este processo.

2.2.5 - O Espaço território

As mutabilidades recentemente verificadas ao nível da organização do sistema sócio-espacial têm vindo a questionar os paradigmas sobre o espaço.

Se é verdade que a maioria das velhas (e novas) regiões industriais têm vindo a mostrar uma forte incapacidade de *sair da crise*, também não é menos verdade que algumas regiões menos desenvolvidas têm vindo a emergir na cena económica, ultrapassando a situação de *economia de crise* através de dinâmicas que se desenvolvem ao nível da realocação da lógica sócio-produtiva, cuja dimensão total, ainda hoje, é difícil de conhecer.

Desde os meados dos anos setenta e durante os anos oitenta do século passado, que se desenvolveu um conceito de desenvolvimento endógeno em torno da ideia de *território*, como elemento essencial do desenvolvimento.

O *território* constitui o conceito chave que se encontra no centro do desenvolvimento endógeno. Este conceito deixa de ser um mero suporte físico das relações funcionais e sociais, que se verificam em torno das actividades económicas, para se tornar numa teia complexa de interesses que influenciam a comunidade territorial e, por isso, na medida em que mantêm a identidade territorial, constitui-se num agente de desenvolvimento¹

A passagem do espaço ao *território* ocorre num processo de *produção do espaço*, na medida em que este é balizado, modificado, transformado por redes e fluxos

¹ - Cf. CAPITÁN, António Luís Hidalgo (1998) - *El Pensamiento Económico sobre Desarrollo- De los Mercantilistas al PNUD*, Universidad de Huelva (policopiado) p. 239

(rodovias, circuitos comerciais e bancários, rotas...) que aí se instalam. Falar em *território* é fazer uma referência implícita à noção de limite, que mesmo não estando traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com determinado recorte espacial.

Quando o *território*, como unidade de gestão, se expande pelo espaço não ocupado, ocorre uma (re)ordenação dos territórios, criam-se novas formas de territorialidades que, dialecticamente, provocam novas formas de desterritorialidades e surgem novas territorialidades.

Este conceito de territorialidade refere-se ao que se encontra no território, ou seja, ao processo subjectivo de consciencialização da população de fazer parte de um território, ou de integrar-se num Estado

O novo conceito de *território* assenta na articulação indissolúvel entre o social e o espaço, entre o sistema e os actores.¹

O que está em causa neste novo conceito de território são as “*dinâmicas e as especificidades socioespaciais que produzem territórios particulares*”². Cria-se e desenvolve-se um maior interesse sobre as capacidades endógenas das regiões em utilizar os seus próprios recursos, produzir e conduzir os processos de produção de riqueza.

O paradigma territorialista vai centrar a sua problemática na capacidade das regiões em produzir e gerar riqueza e na importância que o *jogo de actores* apresenta no desenvolvimento local.

“*O jogo dos actores toma localmente uma dimensão espacial provocada pelos efeitos externos e pode permitir a criação de um meio favorável ao desenvolvimento do potencial produtivo de um dado lugar. Admitamos que o espaço local definido através da noção de território represente no processo de desenvolvimento o papel activo de uma variável explicativa.*”³

À volta da noção de desenvolvimento *debaixo para cima*, em oposição a um

¹ - Cf. GUERRA, Isabel Pimentel (1991) - *Op. cit.*, p. 37

² - *idem*

³ - PECQUEUR, Bernard (1987) - *Op. cit.*, p. 9

desenvolvimento *de cima para baixo*, Richardson (1973), Friedman e Alonso (1975) e Walter Stöhr (1981), entre outros, utilizam um corpo conceptual e uma metodologia próprios, o que lhes permite romper com o conceito de espaço como lugar de funções económicas.

Estes autores iniciam uma nova teoria, que pode ser designada como *teoria da acção sobre o espaço*, que passa assim a ser visto como um *espaço vivido*, resultante da expressão das necessidades e actividades dos actores *territorializados* e desenvolvendo processos de interacção.

Este paradigma que coloca os actores no centro dos espaços e em todas as actividades económicas e sociais, irá considerar os espaços locais como o palco onde se desenrolam as estratégias dos actores *territorializados*.

A análise local vai fazer emergir sistemas articulados de relações assentes nos comportamentos interactivos dos actores.

Para Walter Stöhr, todas as comunidades territoriais são detentoras de um conjunto de recursos económicos, humanos, institucionais e culturais, que contribuem para a formação do potencial de desenvolvimento endógeno.

São estes recursos, existentes a nível local, que se vão traduzir numa estrutura produtiva específica, num mercado de trabalho específico, numa capacidade empresarial empreendedora, numa dotação de recursos naturais, numa estrutura social e política, que vão constituir a base para que haja uma articulação do processo de crescimento económico e a melhoria dos níveis de vida da população.

Este tipo de desenvolvimento de base local consiste no processo de desenvolvimento assente nas capacidades das populações de um dado território em liderar o seu próprio modelo de desenvolvimento, através da mobilização do seu potencial endógeno e com objectivos claros e precisos: melhorar o seu nível de vida.

O desenvolvimento endógeno tenderia, segundo Walter Stöhr, a possuir três dimensões:

- uma dimensão económica, na qual os empresários locais detêm um papel essencial relacionado com os factores produtivos locais, capazes

de geral a produtividade suficiente para serem competitivos nos vários mercados;

- uma dimensão sócio-cultural, na qual os valores e as instituições residem e que servem de base de apoio aos processos de desenvolvimento;
- uma dimensão político-administrativa, que é o local onde se localizam as políticas territoriais e que possibilitam criar um retorno económico de cariz local, capaz de proteger o território das influências exteriores, favorecendo e dinamizando o desenvolvimento do próprio potencial local.

As propostas em torno do desenvolvimento endógeno foram acolhidas com muito interesse por parte dos chamados países industrializados, que viram nelas uma forma de potenciar o desenvolvimento das zonas rurais, e nos quais foram desenvolvidas estratégias de desenvolvimento local adaptadas a esse tipo de países.

3 - ESPAÇO REGIONAL E ESPAÇO LOCAL DA ANÁLISE DO SISTEMA À ANÁLISE DOS ACTORES

A confusão que usualmente se comete entre a região e o local provém de um erro de definição, e que até hoje está por resolver, “*entre a dinâmica dos sistemas que instituem a análise regional e a dinâmica dos actores que instituem a análise local*”.¹

A análise regional incide a sua pesquisa sobre os denominados *efeitos de aglomeração*, que resultam da agregação das decisões dos actores - individuais ou colectivos - cujos impactos se tornam visíveis e mesuráveis através da concentração de informação dispersa, articulada com a lógica da pesquisa.²

A análise do espaço *local* vai seguir o que se pode denominar por *individualismo metodológico* e cujo princípio de análise está focalizado na confrontação dos actores, ao nível das negociações, das convergências e dos conflitos e divergências entre os diversos e diferentes interesses.

O espaço regional será definido pelo investigador, mediante o problema que quer explicar, ao passo que o espaço local será definido pelas dimensões sociais e culturais das trocas entre actores.

Presentemente, a questão regional tem como nó central de interrogações “*a articulação entre o sistema e o actor, a saber, entre os grandes movimentos de sedimentação das regiões que funcionam como «balizas» condicionantes do comportamento dos actores e as lógicas de acção de uma multiplicidade de actores individuais e colectivos por eles produzidas.*”³

¹ - *idem*, p. 116

² - Cf. GUERRA, Isabel Pimentel (1991) - *Op .cit.* p. 40

³ - *idem*, p. 41

“ (...) até finais dos anos 80, o termo [globalização] quase não era usado, nem na literatura académica nem na linguagem corrente. Apareceu não se sabe de onde, para chegar a quase todos os sítios”

GIDDENS, Anthony (2000) – *O Mundo na Era da Globalização*, p.20

4 - MUDANÇA SOCIAL, MODERNIDADE E GLOBALIZAÇÃO

Nunca a mudança social assumiu uma rapidez como aquela que se tem vindo a observar nas últimas duas décadas. Essa mudança tem sido de tal ordem, (quer em dimensão, quer em diversidade), que hoje só conseguimos delimitar, com alguma precisão, os seus contornos e algumas das suas consequências.

Embora na década de oitenta, do século XX, o conceito de *pós-modernismo* tenha tido um papel importante para a análise da mudança social, na década que se seguiu foi o conceito de *globalização* que emergiu, se consolidou e se expandiu. Como afirma Anthony Giddens “*a modernidade é inerentemente globalizante.*”¹

Essa inerência apresenta-se sobejamente evidente ao nível das características básicas em que assentam as instituições da modernidade, para além de serem detentoras, a um nível mais particularizado, de descontextualização – ou seja, a “*«desinserção» do conjunto das relações sociais dos contextos locais de interacção e à sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo.*”² e de *reflexividade*, que reside “*no facto de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando assim constitutivamente o seu carácter.*”³

As poucas dificuldades que os Estados encontraram, nas décadas que se seguiram

¹ - GIDDENS, Anthony (1995) – *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta, (2ª ed.), p. 51

² - *idem*, p. 16

³ - *idem*, p. 31

à *Grande Depressão*, em demonstrar a sua capacidade em dominar os Mercados, promover o crescimento e reproduzir as desigualdades sociais, foi cedendo lugar a uma nova configuração, que caracteriza as sociedades actuais.

Hoje, são os Mercados os grandes responsáveis pela definição dos limites da Política. Aos Estados cabe a tarefa de procurar as formas que lhes parecem ser as mais capazes para competir e aumentar as quotas de exportação.

Os Estados-nação, em termos da ordem política mundial, constituem os seus actores principais, sendo as empresas os agentes dominantes em termos de economia mundial.¹

No conjunto das relações que mantêm, quer entre si, quer com os Estados, quer com os consumidores, as empresas (independentemente de serem industriais, de serviços, financeiras ou bancárias) dependem da produção para a obtenção do lucro. De modo a alcançarem esse supremo objectivo, a expansão do seu espaço de influência deve ser responsável pela ampliação dos Mercados de produtos.

Simultaneamente a este processo, os países tradicionalmente industrializados procuram alargar o seu espaço de mercado, em detrimento de considerarem o seu próprio mercado interno como crucial para uma forte *performance*, cabendo aos novos países industrializados o desafio de forma aberta e frontal à liderança técnica dos países tradicionalmente industrializados. Como referem Robert Boyer e Daniel Drache, “*Se toda esta intensa actividade pudesse ser reduzida a um simples conceito, seria o de globalização*”.²

No entanto, todo este processo de globalização tem vindo a mostrar-se como o grande responsável pela redefinição do papel do Estado-nação, nomeadamente no papel que este desempenha em matéria de eficácia na gestão da economia nacional.

Ora, as economias nacionais são hoje cada vez mais abertas e os países apresentam uma menor capacidade para desenvolverem e prosseguirem as suas políticas económicas independentes, uma vez que se defrontam com empresas cujo crescimento é manifestamente concretizado sem o respeito pelas próprias fronteiras internas.

O destino económico de cada país parece estar, desta forma, condenado perante

¹ - *idem*, p. 58

² - BOYER, Robert; DRACHE, Daniel (1997) - *Estados Contra Mercados- os limites da globalização*, Lisboa., Instituto Piaget, p. 13

um processo de globalização que se mostra decidido a estabelecer uma nova ordem económica mundial assente sobre o que resta das economias nacionais.¹

Por outro lado, a globalização não se circunscreve apenas e só aos aspectos económicos.

Esta rede complexa de processos estende-se às esferas política, tecnológica e cultural. *“A globalização não é apenas mais uma coisa que «anda por aí», remota e afastada do indivíduo. É também um fenómeno interior que influencia aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas.”*²

¹ - Cf. DRACHE, Daniel “De keynes ao k-mart – competitividade numa era colectiva” in BOYER, Robert; DRACHE, Daniel (1997) - *Estados Contra Mercados - os limites da globalização*, Lisboa., Instituto Piaget, p. 45

² - GIDDENS, Anthony (2000) – *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa., Presença (2ª ed.), p. 23

5 - A SOCIOLOGIA FACE À GLOBALIZAÇÃO: DAS TEORIAS CLÁSSICAS ÀS TEORIAS ACTUAIS

Não se pode determinar com exactidão em que momento o conceito de globalização entrou nas Ciências Sociais e na Sociologia em particular. No entanto, é possível constatar a existência de aproximações teóricas tendencialmente globalizantes feitas por autores clássicos da Sociologia quando procedem a análises sobre as sociedades.

Saint-Simon defendia que a industrialização era a responsável por levar as diferentes sociedades europeias a apresentarem práticas comuns.¹ Para que este princípio fosse observado mais rapidamente, propõe a formação de um governo pan-europeu e uma nova filosofia assente em princípios universais.

Auguste Comte, inspirado pelo pensamento Saint-simoniano, é o sociólogo que vai colocar como ponto nevrálgico da sua doutrina a unidade social e humana, bem como a unidade da história humana. A sua procura teórica em torno da unidade da humanidade é feita de tal forma que a principal dificuldade da sua teoria reside precisamente na diversidade.

Esta tendência globalizadora do social e da história humana não são os únicos aspectos do seu pensamento. Considera-se basicamente três grandes temas:²

- a sociedade industrial existente na Europa Ocidental, sendo um modelo exemplar a seguir, tornar-se-á no modelo de sociedade para toda a Humanidade;
- o pensamento científico é duplamente universalista. Este pensamento que influencia inicialmente a Matemática, a Física e a Biologia, estende-se às outras ciências adquirindo, posteriormente, o carácter de pensamento geral. Tal desenvolvimento implica que o modo de pensar

¹ - Cf. SAINT-SIMON, Henri (1975) – *Selected Writings on Science, Industry and Social Organizations*, London, Croom Helm, pp. 130-136

² - Cf. ARON, Raymond (1991) – *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa., Publicações Dom Quixote, pp. 87-88

positivamente em Astronomia teria a mesma implicação de pensar em termos de Política ou de Religião;

- a sociedade ocidental ao atingir o estágio positivo, torna-se exemplar, pelo que o conjunto da humanidade seguirá esse exemplo como forma de organização social.

Karl Marx foi, sem qualquer dúvida, o autor que mais desenvolveu a sua teoria social globalizante da modernização.¹

Nas suas obras de economia política, Karl Marx atribui à descoberta da América e às rotas marítimas que foram abertas para a Ásia a criação do *mercado mundial* para a indústria que então se estabeleceu na Europa. Estes factores foram decisivos para que se verificasse o aumento do poder da classe capitalista. A burguesia teria, segundo Karl Marx, articulado a produção industrial e os novos mercados que se lhe ofereciam. “*Em todo o mundo, a burguesia é confrontada com a necessidade de uma constante expansão dos mercados para os seus produtos. Para tal, a burguesia deve instalar-se, estabelecer-se e desenvolver contactos em todo o lado.*”²

Como tal, este desenvolvimento ultrapassa a mera esfera cultural, para se estender à esfera económica, uma vez que o carácter cosmopolita está presente quer na produção quer ao nível do consumo.³

Este processo não estaria, segundo Karl Marx, circunscrito à Europa industrializada, mas a todo o mundo, uma vez que a burguesia procurava atrair para a *civilização* as nações *bárbaras*, através da produção de mercadorias de baixo custo, capazes de destruir qualquer economia rudimentar, colocando-a na dependência das economias mais *fortes*.

A contribuição de Émile Durkheim para as questões da globalização, embora também elas não estejam explicitamente colocadas, foram desenvolvidas através de teorias sobre a diferenciação e a cultura. Estas teorias estão claramente expressas na sua obra *Da Divisão do Trabalho Social*. Nela, Durkheim coloca o tema central de todo o seu pensamento, ou seja, a relação entre indivíduos e a colectividade. A esta questão,

¹ - Cf. WATERS, Malcom (1999) – *Globalização*, Oeiras, Celta, p. 5

² - MARX, Karl (1977) – *Selected Writings*, Oxford, Oxford University Press, p. 227

³ - Cf. WATERS, Malcom (1999) – *Op.cit.*, p. 5

responde Durkheim com a distinção entre duas formas de solidariedade: a solidariedade *mecânica* característica das sociedades arcaicas, e a *solidariedade orgânica* que caracteriza as sociedades contemporâneas.

O sociólogo alemão Max Weber ao longo das suas obras identificou a *racionalidade* como solução globalizante.¹

Weber baseia este princípio com base na expansão do protestantismo de cariz calvinista que, em sua opinião, se espalharia por todas as culturas ocidentais.

Essa *racionalidade* das culturas caracterizar-se-ia graças a quatro importantes factores: por uma crescente forma de despersonalização do conjunto das relações sociais; pela sofisticação das técnicas de cálculo; pelo aumento da especialização ao nível do conhecimento especializado e pelo alargamento do controlo técnico racional sobre os processos de índole natural e social.

Embora se tenha vindo a verificar um uso corrente do conceito de globalização na Sociologia a partir de meados da década de oitenta do século passado, o seu desenvolvimento, enquanto conceito sociológico, deve-se a Roland Robertson.

Quando Robertson produziu os seus primeiros escritos sobre a globalização, em meados da década de oitenta, quer as questões sobre o globo quer os aspectos da cultura a ele associada apresentavam-se com uma maior pertinência teórica que as questões surgidas em torno do Estado-nação.

A par desta preocupação, Robertson começou por “*retirar o conceito de sociedade nacional do autêntico colete-de-forças a que estava sujeito, e que afastava a sociologia das grandes mudanças que o mundo atravessava.*”²

Em parceria com J.P. Nettl, procuram perceber qual a ligação entre a modernização e o sistema internacional desenvolvido pelos Estados, defendendo a tese que esse sistema existe e de forma palpável.

Os citados autores partem da construção teórica de Talcott Parsons sobre o sistema, nomeadamente do bem conhecido AGIL.

Segundo este princípio Parsoniano sobre o sistema, este só é considerado um sistema completo se a sua estrutura ou componentes funcionarem de forma a dar resposta

¹ - *idem*

² - *idem*, p. 38

a quatro problemas inerentes ao sistema:

- adaptação ao meio ambiente (A)
- elaboração de acções que possibilitem alcançar os fins à vista (G)
- trocas inter componentes dos sistema (I)
- garantia da permanente reprodução do sistema (L)

É um dado adquirido para a Sociologia que em qualquer sistema social terão de existir as actividades económicas, políticas, de comunidade e culturais.

Nos finais da década de sessenta, concluem que o sistema internacional ainda não estava completamente concluído, uma vez existia um processo de construção do sistema a partir das interacções internacionais dos Estados, ou seja, através do subsistema G; processo esse que se confrontou com dificuldades que não tinham sido resolvidas na esfera cultural, ou seja, o subsistema L, situação que impedia o desenvolvimento pleno do próprio sistema internacional.

Dessa limitação foram detectados três tipos de clivagens:

- de natureza religiosa, que se alicerça nas formas de percepção e representação do mundo e da vida, no que se refere, nomeadamente, às questões valorativas e cognitivos. Baseia-se na oposição entre racionalismo e tradicionalismo, entre as concepções lineares sobre o tempo e as concepções cíclicas, etc;
- de natureza jurídico-diplomática, assente na oposição entre as culturas que vêm nos contactos internacionais e na *norma do direito* como desenvolvimentos regulares e vulgares entre os Estados e as culturas de cariz absolutista internacionalmente orientadas;
- de natureza industrial, onde se confrontam as culturas que valorizam o conjunto de normas que se mostram compatíveis com a indústria, nomeadamente a racionalidade industrial, a individualização, etc., e as culturas que menosprezam essas normas.¹

¹ - *idem*, p. 40

Estas discontinuidades teriam sido as responsáveis, de acordo com J.P. Nettl e Roland Robertson, por não se ter verificado, nos anos sessenta, a unificação global e, simultaneamente, por terem levado o mundo a dividir-se em duas dimensões de acordo com os pontos cardeais. Assim o Oriente afasta-se do Ocidente, nos aspectos jurídico e religioso; o Norte separa-se do Sul, nos aspectos diplomáticos e industriais.

Parte-se do princípio teórico que estas três clivagens se constituem em níveis hierárquicos, encontrando-se no topo da pirâmide aquela que apresenta o grau máximo de *eficácia* e de *controle*. Estando a religião a ocupar esse lugar de topo, é natural que ela se apresente como o factor crítico no processo de globalização.

A pouco mais de duas décadas do aparecimento deste trabalho, Robertson conclui que estas clivagens podiam desaparecer. É dada uma ênfase muito maior ao nível cultural, em detrimento do sistema internacional de Estados.

Quando refere que “*enquanto conceito, a globalização refere-se tanto à compressão do mundo como à intensificação da percepção do mundo como um todo...estes dois aspectos concretizam a interdependência global e a percepção do todo global no século XX*”.¹

Estamos perante duas situações que se contrapõem temporalmente: a *compressão do mundo* e a *intensificação da percepção do mundo*. Se, para Robertson o processo de compressão do mundo é anterior ao século XVI, ou seja, é um processo que antecede a modernidade e o nascimento do capitalismo, já a intensificação da percepção do mundo é um fenómeno recente.

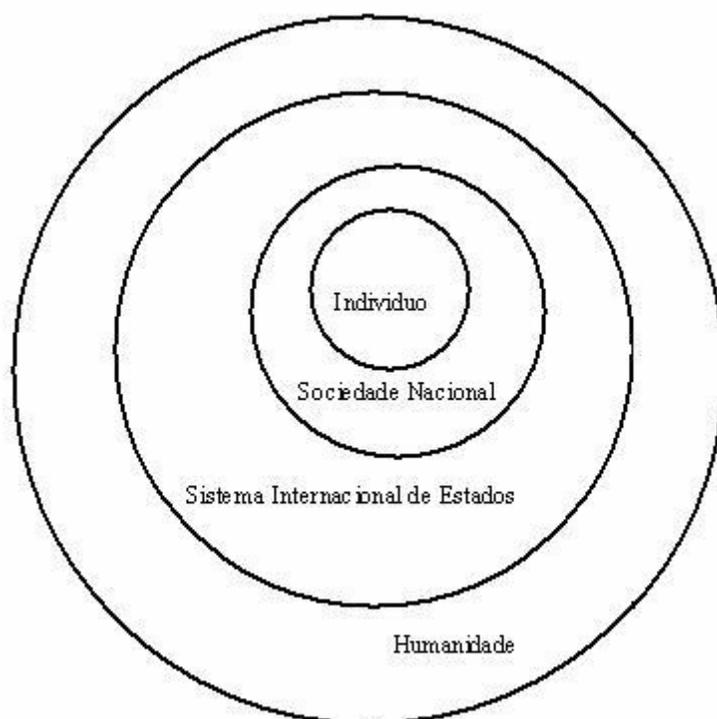
Significa que os fenómenos individuais vão ganhando uma maior possibilidade de passarem a dizer respeito ao mundo inteiro. Estes fenómenos individuais não se circunscrevem apenas aos fenómenos culturais, como também se estendem a todos os fenómenos globais e que são confrontados, de forma individual. Trata-se de representações sociais sobre fenómenos globais que individualmente podem ser redefinidos ou relativizados culturalmente.

Este processo que tem levado ao aumento da percepção global, articulado com o crescimento da interdependência material, conduz, segundo Roland Robertson, a que se verifique o aumento da probabilidade da reprodução do mundo num sistema único.

¹ - ROBERTSON, Roland (1992) – *Globalization*, London, Sage, p.8

A globalização, ao envolver a relativização das dimensões nacional e individual face aos pontos de natureza geral ou supranacional, vai implicar a existência de ligações sociais e fenomenológicas entre o próprio indivíduo, a sociedade nacional, o sistema internacional de Estados e a humanidade em geral.

Figura 4 - O Campo Global segundo Roland Robertson



Fonte: ROBERTSON, Roland (1992) - *Op. cit.* pp. 25-32

Chega-se, assim, ao *campo global*, que pode ser definido como o conjunto de elementos, ligados entre si, e que têm de ser tomados como referência na análise sobre a globalização. Pelo que se torna possível proceder-se às ligações fenomenológicas:

- o *indivíduo*: este pode ser definido como um cidadão que pertence a uma *Sociedade Nacional* e cujo desenvolvimento pessoal pode ser feito tendo

como comparação os processos existentes noutras sociedades (Sistema Internacional de Estados) e também como exemplo da Humanidade;

- a *Sociedade Nacional*: mantém relações complexas e com os seus cidadãos, nomeadamente em termos de liberdades, vigilância e controlo, tem de si uma imagem de integração numa comunidade de outros Estados-nação (*Sistema Internacional de Estados*) e deve garantir a existência de direitos de cidadania individual que se vão contrapor aos direitos da Humanidade;
- o *Sistema Internacional de Estados*: encontra-se na dependência da decisão do Estado em abdicar dos princípios de soberania (*Sociedades Nacionais*), sendo o responsável por estabelecer quais os padrões para os comportamentos individuais (*Indivíduos*), proporcionando a transmissão de conhecimentos sobre as aspirações humanas (*Humanidade*);
- a *Humanidade*: deve ser definida em termos de direitos individuais, que por sua vez se encontram consignados nas normas sobre cidadania ao nível das Sociedades Nacionais, e cuja legitimidade e reforço são realizadas pelo Sistema Internacional de Estados.

Tomados no seu conjunto, estes processos tornam-se nos processos sociais da globalização e desenvolvem-se independentemente da dinâmica desenvolvida por cada Sociedade Nacional. Possuindo uma lógica própria, a globalização acabará por influenciar essas mesmas dinâmicas.

Como foi referenciado anteriormente, Roland Robertson defende que este processo de globalização é pré-modernista e pré-capitalista; todavia, é a modernidade que se torna no cerne do processo de aceleração da globalização, verificando-se que a consciencialização só tem a sua actuação sobre este processo de globalização ao longo do período contemporâneo.

A globalização actual distingue-se das suas manifestações anteriores através da reflexividade, “o mundo ‘evoluiu’ de uma forma de estar meramente ‘em si próprio’ para a possibilidade de estar ‘para si próprio’ ”.¹

Os indivíduos, ao conceptualizarem o mundo como um todo, reproduzem-no

¹ - *idem*, p. 55

como uma unidade singular, o que contribui para o aumento das possibilidades em torno da forma como ele vai ser pensado futuramente.

É certo que nem todos os teóricos partilham destas opiniões de Robertson. Dentro dos autores que têm aliado a globalização, como modelo dominante na mudança social, sobressai Anthony Giddens, sendo até considerado como o principal opositor no que respeita às questões de paternidade do conceito.¹

Anthony Giddens, na primeira abordagem que fez sobre a emergência de um sistema global, tece críticas à teoria marxista, segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo teria sido o responsável, por si só, pela história moderna das sociedades. A este reducionismo marxista, Giddens responde que o sistema sofre influências através do próprio processo de evolução dos Estados-nação e pela capacidade que estas possuem em declarar a guerra entre si. Ao universalizar-se, a partir do século XVIII, o Estado-nação contribuiu para que o mundo se tivesse tornado numa rede de sociedades nacionais, representadas pelos respectivos Estados num sistema global de relações internacionais.

Ou seja, a sociedade moderna não se define apenas e só pela sua base económica, mas também pelo facto de ser um Estado-nação.

Para o autor, o processo que levou à universalização do Estado-nação estaria articulado de acordo com três ordens de ideias:

- as *comunidades fictícias*
- as *características burocrático-rationais*
- existência de contingências históricas

As *comunidades fictícias*, que Anthony Giddens identifica com os Estados-nação da Europa do século XIX, que procederam, com sucesso, ao entrosamento entre a produção industrial e a acção militar; ou seja, a industrialização da guerra possibilitou o sucesso desses Estados-nação num conjunto de campanhas militares que colonizaram logo a seguir.

Os *aspectos burocrático-rationais* possibilitaram uma maior eficácia em termos

¹ - Cf. WATERS, Malcom (1999) – *Op.cit.*, p. 35

de aproveitamento dos recursos e sua colocação ao serviço do desenvolvimento nacional como possibilitou uma melhor gestão no campo das relações com outros Estados-nação quer através de redes diplomáticas quer através da participação em agências políticas transnacionais.

A existência de contingências históricas especiais, como a ausência de guerras, pôde conduzir os Estados-nação para uma maior concentração dos seus recursos económicos e canalizá-los para a indústria; ou, pelo contrário, a desestabilização das relações internacionais, materializada pelas duas guerras mundiais que assolaram o século XX impôs o estabelecimento reflexivo entre uma ordem militar internacional e os sistemas internacionais de manutenção da paz.

Da análise que faz sobre as sociedades europeias pós-feudais até às sociedades nossas contemporâneas, Giddens conclui que estas são detentoras de quatro características institucionais, ou *dimensões organizacionais*.¹

De entre elas, as duas primeiras possuem um carácter económico. Ou seja, a modernidade inclui em si um sistema capitalista de produção de mercadorias que implica a existência de uma relação social entre o grupo que é detentor de capital privado e o grupo que vende a sua força de trabalho em troca de um salário. Em termos da análise de mercado, a competição desencadeada pelas empresas entre si é feita pelo capital, pelo trabalho, pelas matérias-primas e por componentes e produtos.

Por outro lado, a modernidade implica industrialismo. O industrialismo é alcançado através da multiplicação do esforço humano obtido a partir da utilização de fontes de energia inanimadas, produzida a partir de máquinas.

O alcance desta escala em termos tecnológicos só se torna possível através de um processo colectivo de produção. De forma a ser obtida uma acumulação de recursos materiais há que coordenar as actividades colectivas dos indivíduos.

As duas últimas características possuem um alcance mais de carácter social.

Uma dessas características relaciona-se com o facto do Estado-nação da Europa do século XIX possuir competência administrativa. Isto quer dizer que o Estado-nação era detentor de capacidade que lhe permitia exercer, de modo coordenado, um controlo

¹ -Cf. GIDDENS, Anthony (1995) – *Op. cit.*, pp. 56-63 e GIDDENS, Anthony (1994) - *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora, p.13

sobre as populações dentro do seu território.

A outra característica consiste no controlo que os Estado detêm, de modo centralizado, dos meios de violência, no âmbito de uma ordem militar industrializada.

A partir da proposta teórica desenvolvida por McLuhan, o processo básico é o alongamento do

- tempo e espaço ou
- a separação entre tempo e espaço ¹

Nas sociedades que antecederam a modernidade o tempo e o espaço encontravam-se inerentes à localização concreta de cada pessoa e as dinâmicas temporais da vida quotidiana eram fixadas através dos ciclos diurnos ou sazonais que cada lugar possuía.

O espaço, e também ele, apresentava-se limitado à percepção imediata de cada um e media-se tendo como referência aquilo de que cada um tinha percepção imediata e era medido tendo como ponto de referência a localização da casa das pessoas.

A universalização do tempo teve a sua ocorrência no século XVIII por via da invenção e difusão do relógio mecânico. “*O tempo continuou a estar ligado ao espaço (e ao lugar) até que a uniformidade da medição do tempo pelo relógio mecânico foi igualada pela uniformidade na organização social do tempo.*” ² Esta mudança decorre em simultâneo com a expansão da modernidade, tendo sido completada no século XX.

Como consequência desta inovação nas sociedades europeias, assiste-se ao fim dos condicionalismos espaciais sobre as formas de medir o tempo, o que vai permitir a reorganização social num sistema global de regiões.

“*O ‘esvaziamento do tempo’ é, em grande medida, a pré-condição para o ‘esvaziamento do espaço’, tendo, por isso, uma prioridade causal sobre este. [...] a coordenação através do tempo é a base do controlo do espaço.*”³

¹ - *idem* pp.13-15

² - GIDDENS, Anthony (1995) – *Op. cit.*, p. 14

³ - *idem*

Quadro 1 - A Trajectória da Globalização segundo Roland Robertson

<p>Fase Embrionária Europa 1400-1750</p>	<p>Dissolução da cristandade e aparecimento das comunidades estatais; Igrejas católicas (universais) Generalizações sobre a humanidade e o indivíduo Aparecimento dos primeiros mapas do planeta Heliocentrismo Calendário universal no Ocidente Exploração global Colonialismo</p>
<p>Fase Incipiente Europa 1750-1875</p>	<p>Estado-nação Diplomacia formal entre Estados Cidadania e passaportes Exposições internacionais e acordos sobre comunicações Convenções sobre Direito Internacional Primeiras nações não europeias Primeiras ideias sobre o internacionalismo e o universalismo</p>
<p>Fase de Arranque 1875-1925</p>	<p>Conceptualização do mundo com base nos quatro pontos de referência globalizantes – Estado-nação, o indivíduo, uma sociedade internacional única e uma só humanidade (com predominância do masculino) Comunicações, desportos e laços culturais internacionais Calendário global Primeira guerra mundial de sempre Migrações internacionais em massa e respectivas restrições Novos membros não europeus juntam-se ao sistema internacional dos Estados-nação</p>
<p>Fase de luta pela Hegemonia 1925-1969</p>	<p>Sociedade das Nações e ONU Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria Noções de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade Tratado nuclear universal sobre a bomba atómica Emergência do Terceiro Mundo</p>
<p>Fase da Incerteza 1969-1992</p>	<p>Exploração do espaço Valores pós-materialistas e discursos sobre direitos Comunidades mundiais baseadas na preferência sexual, no género, na etnia e na raça Relações internacionais mais complexas e fluidas Reconhecimento da presença de problemas ambientais globais Meios de comunicação globais através de tecnologias do espaço</p>

Fonte: WATERS, Malcom (1997) – *Op. cit.*, pp. 42-43

O espaço tornou-se, assim, uma dimensão social universal cuja realidade já não se encontra na dependência da localização social individual.

A libertação do tempo e do espaço constitui um acontecimento da modernidade na medida em que permite a existência de uma organização estável da actividade humana através de vastas extensões do espaço-tempo. Este acontecimento constitui *per si* um pré-requisito para a globalização.

Anthony Giddens, ao contrário de Roland Robertson, considera que a globalização é uma consequência directa da modernização.

Cada uma das três dinâmicas principais presentes na modernidade – *separação do tempo e do espaço*, o *desenvolvimento de mecanismos de descontextualização* e a *apropriação reflexiva do conhecimento* - envolve um conjunto de tendências de cariz universalizante que criam relações sociais cada vez mais inclusivas.

Essas dinâmicas, para além de tornarem possível a existência de redes globais de relações, representam também um factor crucial no alargamento da distância temporal e espacial das relações sociais, contribuindo assim para a existência de relações sociais globais.

O alongamento espaço-temporal, a descontextualização e a reflexividade significam que entre as actividades locais e a interacção à distância se estabelecem relações complexas. Todas as actividades sociais, económicas, culturais e políticas locais estão de algum modo articuladas, (e também na dependência) de situações concretas verificadas noutros locais.

*“A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa. Este processo é dialéctico porque essas ocorrências locais podem ir numa direcção inversa das relações muito distanciadas que as moldaram. A transformação local faz parte da globalização tanto como a extensão lateral das ligações sociais através do espaço e do tempo.”*¹

¹ - *idem*, p.52

6 - O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Não se pode afirmar com precisão quando começou o processo de globalização.

Contrariamente ao que se pode pensar, este processo nunca se mostrou contínuo ou regular mas, pelo contrário, sempre se mostrou como um processo caracterizado por impulsos irregulares, produzidos por processos de convergência de fenómenos, de forças, quer sejam económicas, políticas, técnicas ou religiosas.

Se se quiser, os processos de globalização são devidos a momentos-chave em que algumas colectividades procuram alargar os seus territórios e cujo objectivo se centra na resolução dos problemas existentes nessa colectividade.

De acordo com Philippe Moreau Defarges, podemos encontrar três referências históricas que explicam este fenómeno:

- Os sonhos universalistas;
- As grandes descobertas (dos séculos XV ao XX);
- A Revolução Industrial e o surgimento do mercado planetário (Séculos XIX e XX).¹

1 - Os sonhos universalistas centram-se, segundo este autor, nos Impérios, que se auto-identificavam com o próprio mundo, (que são os casos dos Impérios Romano e Chinês) e nas Religiões, estas depois de institucionalizadas fundamentam e constituem o Poder (exemplificado através do Budismo, do Cristianismo e do Islamismo).

2 – As Grandes Descobertas protagonizadas por Portugal e pela Espanha, que marcaram os séculos XV e XVI, só se tornaram possíveis graças à articulação de um conjunto de factores: o desenvolvimento das técnicas de navegação (o astrolábio, a vela triangular, por exemplo), a emergência do capitalismo comercial e financeiro, a

¹ - Cf. DEFARGES, Philippe Moureau (1997) – *A Mundialização – o fim das fronteiras*, Lisboa, Instituto Piaget, p. 14

formação do Estado Moderno de cariz principesco que gera os seus próprios recursos.

Desta combinação à Expansão Marítima foi um pequeno salto, uma vez que os motivos são variados: o espírito de aventura, a procura de lucros, o domínio das rotas continentais dominadas pelos Turcos, a ambição imperial, o espírito missionário para dilatar a fé cristã, a procura de aliados distantes contra o Islão.

As redes planetárias eram, entre os séculos XVI e XVIII, ainda bastante incipientes na medida em que a grande maioria das terras descobertas ficavam, no seu essencial, fora das suas malhas comerciais. A economia europeia da expansão estava então assente em entrepostos comerciais que faziam a ligação entre a terra e o mar.

3 – A primeira Revolução Industrial, que se consolidou no Reino Unido nos finais do século XVIII e que assentou na máquina a vapor e nos têxteis, no carvão e no ferro, passa para o continente europeu, nomeadamente para a França, para a Bélgica, para a Prússia, para a Áustria e para a parte ocidental da Rússia.

O nível de industrialização de um país era, então, medido “*pela produção siderúrgica, pela densidade das vias-férreas e pelo desenvolvimento das cidades*”.¹

Todavia, a partir da segunda metade do século XIX verifica-se um *boom* no processo de industrialização que contribuiu para que o Reino Unido tenha perdido a liderança do processo de industrialização e um incremento bastante significativo por parte da França e, em especial, da Alemanha, cujo crescimento industrial consegue concorrer seriamente com o Reino Unido.

As sociedades contemporâneas sofreram, nos últimos vinte anos, uma profunda mutação marcada por um processo de concretização de um capitalismo tardio ou, se se quiser, por um processo de construção e dilatação da sociedade global, indiciadora e caracterizadora da era do globalismo.

Quando se fala em globalização consideram-se três domínios da vida social, assentes em ordens sociais, que são considerados como fundamentais para a explicação deste fenómeno complexo:

1 – a economia: assente nos princípios da produção, troca, distribuição e consumo de bens e serviços;

¹ - *idem*, p. 28

2 – a política: assente nas questões do exercício e concentração do poder, sobretudo se este se envolve nas formas de troca organizada de coerção e vigilância das populações e/ou nas formas de transformação institucionalizada desse conjunto de práticas traduzidas em formas de autoridade e de diplomacia, e cujos objectivos permitem o controlo sobre pessoas e territórios;

3 – a cultura: assente em formas de produção, troca e expressão de símbolos referenciados a crenças, valores, significados, etc.

Todavia, todo este processo só foi possível através de um conjunto de acontecimentos decorridos entre o final da década de oitenta e o início da de noventa do século XX, que determinaram um processo de rápidas mudanças políticas e económicas no mundo:

- A queda do *Muro de Berlim* em 1989, o fim da *Guerra-Fria*, o fim do *socialismo real* materializado na unificação Alemã e na desintegração da União Soviética, e o seu desmembramento em novos Estados;
- A formação de blocos económicos de carácter regional – União Europeia, NAFTA, Mercosul, etc.;
- O grande crescimento económico apresentado por alguns países asiáticos – os *Tigres Asiáticos*, cuja potencialidade económica leva a supor que poderão tornar-se na região mais rica do Século XXI;
- O fortalecimento do capitalismo na sua forma actual, ou seja, o neo-liberalismo;
- O grande desenvolvimento científico e tecnológico ou Terceira Revolução Industrial ou Tecnológica, materializada na informática, nas comunicações e no audiovisual.

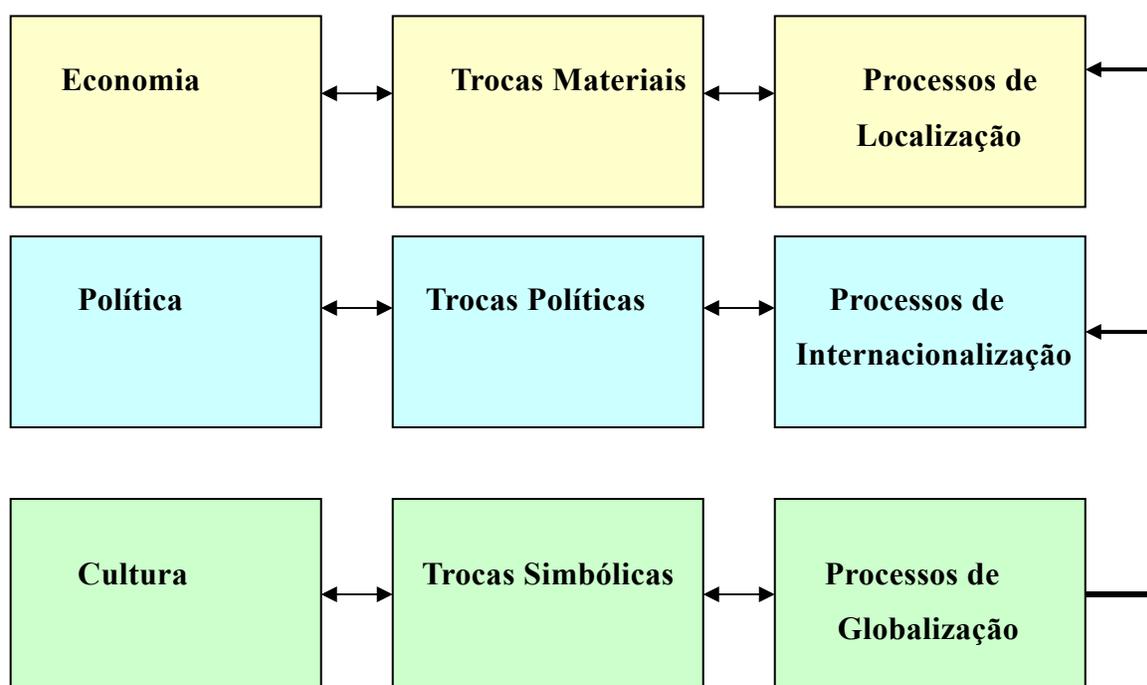
Ao considerar-se estes três níveis – económico, político, simbólico - interdependentes entre si, refuta-se, de forma simultânea, a teoria marxista que parte do princípio que a economia se encontra na génese da política, e da teoria parsoniana que considera a cultura como o domínio social que determina os restantes níveis.

Por outro lado, não se deve tomar em absoluto a eficácia destes três domínios, pese embora o aspecto relativo ser apresentado com contornos pouco precisos, variando de acordo quer com os lugares – dimensão espacial – quer com o tempo – dimensão histórica.

A génese da teoria da globalização pode, deste modo, ser encontrada na relação existente entre as formas de organização social e a territorialidade.

Esta relação assenta num conjunto de tipos de troca que variam de momento para momento, tornando-se ora predominantes, ora com carácter secundário.

Quadro 2 - A Relação entre formas de organização social e a territorialidade



Fonte: WALTERS, Malcom (1999) – *Op. cit.*, pp. 7-8

As *trocas materiais* relacionam-se com todo o tipo de trocas de índole comercial, todas as formas de arrendamento, trabalho assalariado, pagamento de serviços e acumulação de capitais;

As *trocas políticas* abarcam os aspectos relacionados com a segurança, a coerção, a autoridade e a força, o apoio e a obediência, entre outros;

As *trocas simbólicas* compreendem os rituais, a comunicação oral, a propaganda, a publicidade, a oratória, a acumulação/transferência de dados, os espectáculos, entre outros.

Estas trocas apresentam-se, assim, com um carácter de abrangência territorial que é menor ao nível das trocas materiais e maior nas trocas simbólicas.

As *trocas materiais* apresentam uma forte tendência para estabelecerem relações sociais ao nível dos locais, na medida em que a produção de bens, cujo objectivo é a troca, vai exigir a concentração de mão-de-obra, de capitais e matérias-primas, num só local.

Por outro lado, este tipo de *trocas materiais* implica, necessariamente, a existência de mercados, de unidades de produção e de consumo de bens e serviços localizados, ficando o comércio de longa distância centrado em intermediários especializados que funcionam no âmbito das relações económicas periféricas.

As *trocas políticas* apresentam-se mais abrangentes territorialmente que as anteriores, incidindo sobre as populações de um determinado território. No entanto, estas trocas não ficam circunscritas apenas e só a esse território como se dilatam a outros espaços territoriais.

Se numa fase inicial a lógica de subordinação das populações e dos recursos existentes é feita de acordo com os objectivos da integridade e da própria expansão territorial, *a posteriori*, numa outra fase as *trocas políticas* incidem na formação e manutenção das fronteiras territoriais coincidentes, *grosso modo*, com as sociedades do Estado-nação.¹

Por sua vez, as *trocas políticas* desenvolvidas pelos Estados-nação, sob forma das chamadas relações internacionais, levam às formas conhecidas e reconhecidas da sua própria soberania territorial.

Finalmente, as *trocas simbólicas* assumem uma importância cada vez mais maior, na medida em que são as responsáveis pela libertação dos referentes simbólicos existentes num determinado território.

A produção simbólica, bem como a sua difusão e troca, apresentam um menor constrangimento que as trocas materiais e políticas. Os símbolos são produzidos e

¹ - Cf. WATERS, Malcom (1999) – *Op.cit.* p. 8

reproduzidos em qualquer lugar e num qualquer tempo, com a vantagem que podem ser transportados através de variadíssimos meios.

Embora se tenham colocado em evidência estes três tipos de trocas, não raras vezes eles devem ser vistos e analisados de forma articulada entre si. Só de forma articulada se podem entender os fenómenos de trocas, quer se trate de trocas localizadas em territórios restritos, quer em territórios mais alargados.

Todavia, será importante reter a tese de Malcom Waters: “ *as trocas materiais localizam, as trocas políticas internacionalizam, as trocas simbólicas globalizam*”.¹

Com esta tese o autor procura atribuir uma maior eficácia às trocas culturais sobre os restantes domínios de trocas, pelo facto de ser este tipo de trocas que se globalizam mais rapidamente (pela acção dos *media*, das comunicações e da *internet*), que influenciam os outros domínios, ao mesmo tempo que apresentam um maior grau de possibilidade de aumentar essa capacidade globalizadora.

Estas capacidades apresentadas pelo conjunto de *trocas simbólicas* passam pelos significados que são atribuídos universalmente aos símbolos, às ideias e aos valores que são percebidos como fundamentais.

As várias teorias sociológicas que incidem sobre o estudo da mudança social têm tido, como referência, as formas em como os processos de carácter geral, como a racionalização (veja-se Max Weber e as questões relacionadas com o *ethos* do Protestantismo Calvinista) a diferenciação estrutural ou os conflitos de classe actuam sobre as estruturas sociais das sociedades nacionais.

Perante este movimento global, que vai *conquistando* um cada vez maior número de territórios, as análises sobre a mudança parecem ter enveredado por dois caminhos:

- um primeiro caminho, que tem reunido um forte interesse em torno da análise do conjunto de relações não políticas que as sociedades mantêm entre si.

Salientam-se as questões relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo monopolista em vencer as fronteiras nacionais; o interesse que é manifestado em torno das formas assumidas pela cultura internacional e as suas formas de difusão, destacando-se o interesse que é manifestado ao nível dos padrões de

¹ - *idem*

consumo de massas e na divulgação das culturas populares que são alvo de mediatização;

- um segundo caminho, que destaca estas teorias sobre a mudança social como possuidoras de construções teóricas assentes num “*único princípio transformador e tais princípios têm necessariamente de ser entendidos com os processos universalizantes que anulam fronteiras e diferenças*”.¹

Ainda de acordo com estas teorias, o factor histórico apresenta-se crucial para qualquer tipo de interpretação sobre a mudança social. Ao atribuir-se importância a um único factor para a mudança social, poder-se-á estar a entrar por caminhos deterministas para as sociedades que se afastam dos reais efeitos que os futuros lhes possam causar, isto porque as diferenças são anuladas por princípios universalizantes.

A configuração internacional do início da última década do século passado caracterizou-se pela hegemonia crescente da ideologia neo-liberal, que se estabeleceu como um modelo de ajuste estrutural das economias nacionais e pela afirmação do domínio político e militar dos Estados Unidos da América, só possível com o fim da guerra fria e com o colapso do chamado socialismo real no Leste Europeu e na antiga URSS.

Simultaneamente a este movimento, observa-se o desenvolvimento de novos conceitos no mundo do trabalho – qualidade, produtividade, terciarização, reengenharia, etc. – que emergiram como o resultado do desenvolvimento e da introdução de novas tecnologias na produção e na administração de empresas. Por outro lado, assiste-se ao aumento e agravamento da exclusão social e crescimento da apropriação de riquezas dos países do Sul pelos países do Norte.

No início deste século, a instabilidade política, em particular nos países do leste europeu, da antiga URSS e da África. é o resultado da deterioração social verificada nos países em desenvolvimento e das políticas proteccionistas e exclusivas dos países de capitalismo avançado.

Esta nova *era competitiva* que tem vindo a emergir, encontra-se estritamente

¹ - *idem*, p. 12

ligada com a globalização dos processos económicos e tornou-se numa ideologia.¹

A competitividade apresenta-se, quer para industriais quer para banqueiros, um alvo a atingir a curto e médio prazo, ao passo que o lucro, razão de ser das empresas, continua a ser o alvo a atingir a longo prazo. Para os Governos, a competitividade da Nação constitui a principal preocupação, de forma a conseguir a atracção e a retenção do capital no território que administram, e cujos objectivos assentam na manutenção dos empregos, o acesso dos capitais locais aos sistemas tecnológicos globais e os rendimentos necessários para manter uma sociedade sem conflitos sociais capazes de alterarem a paz social.²

Todavia, este processo de globalização da economia constitui apenas uma dimensão de uma nova reconfiguração que o mundo e as estruturas sociais /económicas/ políticas/culturais mundiais estão a apresentar.

Assim sendo, cada vez faz menos sentido falar-se em *primeiro mundo* – constituído pelos países desenvolvidos ocidentais de economia capitalista – em *segundo mundo* – formado pelos países de economia socialista, planificada pelo Estado – e em *terceiro mundo* – integrado pelos países subdesenvolvidos da América do Sul, África e Ásia.

As novas configurações geoeconómicas mostram que alguns países da Ásia estão a constituir um poderoso pólo de crescimento económico com efeitos ainda não totalmente conhecidos nas restantes economias. Por outro lado, os mercados globais estão a actuar sobre as economias nacionais e sobre o capitalismo nacional, contribuindo para o seu desaparecimento.

Contudo, o processo de globalização da economia e da sociedade diferencia-se dos processos de internacionalização e de multinacionalização.

A internacionalização da economia e da sociedade referencia o “conjunto dos fluxos de trocas de matérias-primas, produtos semiacabados e acabados, e serviços, dinheiro, ideias e pessoas entre dois ou mais Estados-nação.”³

¹ - Cf. PETRELLA, Riccardo “Globalização e internacionalização – a dinâmica da emergência da ordem mundial” in BOYER, Robert; DRACHE, Daniel (1997) – *Estados Contra Mercados – os limites da globalização*, Lisboa., Instituto Piaget, p. 91

² - *idem*

³ - PETRELLA, Riccardo (1997) - *Op.cit.* p. 82

São os actores nacionais que estão na base deste processo de internacionalização da economia. Os fluxos de trocas são dirigidos e controlados pelas entidades públicas nacionais com recurso a instrumentos monetários, a tributações e outros mecanismos de índole fiscal, mecanismos de normalizações e standardizações, etc.

São essas mesmas entidades as responsáveis pelo controlo dos movimentos populacionais, pelos aspectos referentes à cidadania e à manutenção da abertura ou encerramento das fronteiras nacionais

Nestes cenários de internacionalização da economia, a concorrência que é feita entre empresas existentes nas economias dos vários Estados mostra-se extremamente pertinente para que sejam mantidas as balanças comerciais sectoriais positivas.

O crescimento dos fluxos de troca, que se tem vindo a observar desde há cinquenta anos, só tem sido possível graças à existência de políticas de liberalização económica e ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) que fundamenta a organização existente e que é o grande responsável pelo incremento e pela salvaguarda dos princípios liberalizadores que norteiam as relações comerciais internacionais.

Contrastando com a noção anterior, a multinacionalização da economia e da sociedade consiste na “*transferência de recursos, em especial de capital e, em menor grau, trabalho de uma economia nacional para outra.*”¹

A multinacionalização consiste, no seu mais típico aspecto, em construir estruturas produtivas de empresas num outro país. Ou seja, uma empresa multinacional será aquela que vai estendendo a sua dimensão económica a outros países. Para que a multinacionalização se verifique terão de existir um conjunto de factores que passam por formas variadas de cooperação – comercial, financeira, técnica e industrial – subsídios directos, entre outros.

Os processos de multinacionalização encontram-se na dependência das lógicas de expansão da dimensão do mercado, que constitui a garantia para que a combinação *ótima* dos factores produtivos já não se radique no interior dos respectivos espaços nacionais e se encontrem sujeita aos mecanismos e aos processos que vão implicar uma

¹ - *idem*, p. 83

multiterritorialização das próprias actividades produtivas.¹

Hoje são as teorias de gestão e de administração que vão explicar o comportamento das empresas e o funcionamento da economia, nomeadamente em questões que se prendem com a aquisição e controlo de determinadas áreas de mercado, a maximização do lucro pela empresa, etc. Graças a este processo de multinacionalização, uma empresa estrangeira pode reunir capacidades para influenciar a economia de outro país, sobretudo através do número de postos de trabalho que utiliza nas suas unidades produtivas e dos impostos que paga nesse país.

É perante o investimento estrangeiro, que para muitos se torna eminente, que se assiste, por parte de muitos países, a políticas de protecção económica às empresas nacionais, sobretudo ao nível das estratégias a realizar e cuja finalidade é a multinacionalidade efectiva e de carácter duradouro. Estas estratégias são tomadas quer de formas ofensivas, ou seja, através do apoio à competição das suas empresas que se multinacionalizaram, quer de formas defensivas, desenvolvidas com recurso à formação de obstáculos à entrada de empresas multinacionais estrangeiras no seu território.²

Dos vários instrumentos proteccionistas utilizados, conta-se a regulamentação *anti-trust*, à qual alguns Estados recorrem para protegerem as economias nacionais e as empresas *locais*, defendendo, umas e outras, das pressões e do poder exercido pelas empresas multinacionais estrangeiras.

É evidente que, num quadro de economia neo-liberal, as formas de proteccionismo não se apresentam como uma questão pacífica. Ou seja, quando as empresas possuem força e têm consciência dessa sua força, opõem-se a qualquer forma de proteccionismo estatal. Mas se essa força não existe nem se faz sentir, então as empresas apelam ao intervencionismo estatal.

A rapidez com que a mudança social se tem vindo a traduzir fez com que, nas Ciências Sociais, o conceito de globalização – ou mundialização na literatura francesa – tivesse emergido, tornando-se assim no conceito da década de noventa.

As formas assumidas pela globalização são múltiplas e diversificadas. Essas formas podem vir a desaparecer ou a perder a sua importância num futuro próximo,

¹ - Cf. GRUPO DE LISBOA (1994) – *Limites à Competição*, Mem Martins, Publicações Europa.- América, (2ªed.) p. 43

² - *idem*

como podem emergir novas configurações que se afastam das características existentes actualmente.

Pela sua variedade e, também pela sua diversidade, não pode existir apenas um modelo de globalização, mas sim, modelos que podem ser encontrados aos mais variados níveis da vida social, económica, cultural e política.

Embora a complexidade das formas e dos processos associados à globalização seja bastante elevada, as suas principais características podem ser sintetizadas em seis aspectos:

- os mercados financeiros globalizam-se;
- a observância da internacionalização de estratégias comerciais articuladas com a competição, com o objectivo de criar riqueza;
- o conhecimento e a difusão tecnológica alastram-se a nível mundial;
- os padrões de consumo transformam-se em padrões culturais através de mercados mundiais de consumo;
- as capacidades de regulação das sociedades nacionais internacionalizam-se diluindo-as num sistema global político-económico;
- a fraca capacidade dos governos nacionais em planear as regras que gerem a governação global.¹

Também nenhum destes tipos de globalização, sintetizados no quadro anterior, expressa, só por si, de forma paradigmática a génese e a essência do fenómeno da globalização.

Mas, pelo facto das mudanças que se têm verificado nas duas últimas décadas do século XX, nos vários domínios da vida social, cultural, económica e política e nos próprios territórios, os conceitos de internacionalização e multinacionalização tornaram-se limitados para explicar o conjunto de fenómenos que as sociedades hoje enfrentam. Isto quer dizer que a recorrência a novos conceitos, como o de globalização, é feita pela necessidade que se tem em compreender processos cuja clareza e significado não se mostrariam inteligíveis através de conceitos mais tradicionais.

Se, como se afirmou anteriormente, nenhum dos tipos de globalização *per si*

¹ - Cf. PETRELLA, Riccardo (1997) – *Op.cit.* p. 83

definiria a globalização, também não é menos verdade que não basta proceder-se a uma fusão heterogênea para se chegar a uma verdade tida como absoluta.

Deste modo, *“A globalização refere-se à multiplicidade de elos e interligações entre os Estados e as sociedades que constituem o actual sistema mundial. Descreve o processo pelo qual os eventos, as decisões e as actividades numa parte do mundo acabam por ter consequências significativas junto dos indivíduos e comunidades numa outra parte muito distante do Globo. A globalização apresenta dois fenómenos distintos: objectivo (ou alcance) e intensidade (ou aprofundamento). Por um lado, define um conjunto de processos que englobam a maior parte do Globo ou que actuam a nível mundial; portanto, o conceito tem uma conotação espacial. Por outro lado, também implica uma intensificação nos níveis de interacção, interligação ou interdependência entre os Estados e as sociedades que constituem a comunidade mundial. Concomitantemente, a par do alargamento dá-se um aprofundamento dos processos globais. Longe de ser um conceito abstracto, a globalização articula uma das características mais familiares da existência moderna. Claro que a globalização não significa que o mundo esteja a tornar-se politicamente mais unido, economicamente interdependente ou culturalmente homogêneo. Tanto a sua extensão como intensidade são altamente diferenciadas nas suas consequências.”*¹

¹ - MCGREW, Anthony e LEWIS, Paul (1992) – *Globalisation and the Nation States*, Cambridge, Polity Press, p. 22

Quadro 3 - Conceitos de Globalização

CATEGORIA	PRINCIPAIS ELEMENTOS/PROCESSOS
1. Globalização das finanças e posse do capital.	Liberalização de mercados, mobilidade internacional de capital manifestação de fusões e compra. Globalização de acções na sua fase inicial.
2. Globalização de mercados e estratégias em competição particular.	Integração das actividades comerciais à escala universal. Estabelecimento de operações integradas no estrangeiro (incluindo P&D e financiamento), procura global de sobresselentes, alianças estratégicas.
3. Globalização de tecnologia e aliança P&D e conhecimento.	A tecnologia como catalisador fundamental: o aparecimento da tecnologia de informação e de telecomunicações permite a manifestação de redes globais dentro da mesma firma e entre firmas diferentes. Globalização como processo de universalização do <i>toyotismo</i> /produção líquida.
4. Globalização e modos de vida e padrões de consumo; globalização de cultura.	Transferência e transplante de modos predominantes de vida. Igualização de padrões de consumo. O papel dos <i>media</i> . Transformação da cultura em “ <i>fome cultural</i> ” e “ <i>produtos culturais</i> ”. Regras do GATT aplicadas aos fluxos culturais.
5. Globalização da capacidade normativa e governo.	Papel diminuto dos governos e parlamentos nacionais. Tentativas de planear uma nova geração de regras e instituições para a governação global.
6. Globalização como a unificação política do mundo.	Análise centrada no estado de integração das sociedades mundiais num sistema global político e económico conduzido por um poder central.
7. Globalização da percepção e consciência	Processos sócio-culturais centrados n’ <i>“Uma só Terra”</i> . O movimento “ <i>globalista</i> ”. Cidadãos planetários

Fonte: RUIGROK, W. E VAN TULDER, R. *The Ideology of Interdependence*, citado por PETRELLA, Riccardo “Globalização e Internacionalização – a dinâmica da emergência da ordem mundial” in BOYER, Robert; DRACHE, Daniel (1997) - *Estados Contra Mercados - os limites da globalização*, Lisboa., Instituto Piaget, p. 86

No entanto, pese embora os consensos gerados em torno do conceito de globalização, a ideia que hoje todos vivemos no mesmo mundo, não reúne um consenso geral.

Deste debate resultou, segundo Anthony Giddens (2000), dois tipos de autores: uns a que denomina por cépticos e outros a que denomina por radicais.

Os autores mais cépticos, (identificados politicamente com a *velha esquerda*) partem de um conjunto de análise cujo objectivo é demonstrar a situação de ausência de mudança verificada no mundo. Estas posições assentam nos seguintes aspectos:

- a economia mundial não se mostra muito diferente da que existia anteriormente;
- o comércio externo, para a maioria dos países, ocupa apenas uma pequena percentagem do seu rendimento nacional;
- uma parte considerável das trocas comerciais realiza-se entre regiões sem, contudo, que tal represente um verdadeiro sistema de comércio produzido à escala mundial;
- a vida económica de cada Estado continua a ser controlada pelo respectivo Governo Nacional, o mesmo se passando quanto aos benefícios do Estado-Providência;
- a Globalização não passaria de uma ideia que foi posta a correr pelos adeptos da liberalização do comércio, com propósitos de destruir o Estado-Providência e diminuir os gastos públicos.

Do outro lado do debate encontra-se outro grupo de autores, mais radicais que os anteriores cuja análise da globalização incide basicamente sobre os seguintes pontos:

- a globalização não é uma mera ideia, é algo de concreto e cujos os efeitos são sentidos em todos os lugares;
- o mercado mundial mostra-se mais *desenvolvido* que em décadas anteriores mostrando-se indiferente às fronteiras de cada país;
- as Nações foram perdendo a sua soberania (por vezes para instituições

supranacionais);

- os próprios políticos vêm perder a sua influência sobre os acontecimentos;
- o Estado-nação terminou. ¹

Deste debate e de acordo com a informação que tem vindo a ser disponibilizada, em termos do comércio mundial, tudo indica que estamos perante uma economia que difere radicalmente do modelo de economia anterior. Esta *nova economia* assenta sobretudo ao nível do comércio externo, cujo aumento tem sido bastante significativo.

Este processo crescente da integração das economias nacionais que estão a formar a economia mundial constitui, para além do aspecto económico em si, um facto social total cujas tendências incidem nas transformações sociais, cujos condicionalismos mútuos se aplicam aos campos da Tecnologia, das Organizações, das Instituições e Territorial.

Quanto às inovações tecnológicas estas têm vindo a observar uma aceleração de tal ordem que hoje já não se pode afirmar, em absoluto, que algo é novo pois o risco é grande de já ser obsoleto. Esta situação aplica-se sobretudo a sectores como a informática e as tecnologias de informação que envolvem os cabos de fibras ópticas e aos processos de acesso e integração nas redes de informação, que não só se desenvolveram rapidamente como se tornaram acessíveis a uma parte significativa de indivíduos graças à liberalização das telecomunicações e aos processos convergentes dos sectores das tecnologias de informação e do audiovisual.

Embora com uma dinâmica difusora menor, a produção de energia e sua difusão tem vindo a mostrar novos aspectos, sobretudo graças à biomassa, à biotecnologia e aos supercondutores o que possibilita uma redução dos custos de produção ao mesmo tempo que diminui o tempo de acesso à informação.

No que concerne às transformações verificadas nas Organizações, nomeadamente ao nível dos sistemas produtivos, estas caracterizam-se por apresentarem uma menor dimensão, uma maior flexibilidade e a uma exogenização de fornecimentos de serviços

¹- Cf. GIDDENS, Anthony (2000) – *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa., Presença (2ª ed.), pp.20 - 21

outrora realizados na própria organização.¹

A forma de se estruturarem mudou radicalmente. O modelo fordista da produção que assentava num tipo de organização piramidal, fortemente hierarquizada e com elevado grau de estruturação no que se refere ao operariado contratado sem prazo e a tempo inteiro, vai dando lugar a uma estrutura organizacional *achatada e modular* assentes em equipas de trabalho, que laboram por objectivos e com contratos de trabalho diversificado e em tempo parcial,² e cujo objectivo é alcançar um lugar capaz de competir face à globalização da economia.

Este novo figurino apresentado pelos sistemas produtivos procura alcançar a articulação entre as vantagens do baixo custo unitário e as vantagens que são apresentadas pela produção artesanal, baseada na qualidade diferenciação e originalidade do produto.

Esta conjugação só se torna possível se existir um processo continuado de introdução de inovações, que não fica circunscrito apenas aos aspectos tecnológicos, para se alargar aos processos de aproveitamento de conhecimentos, de criatividade no processo produtivo, na redução dos circuitos burocráticos e na articulação com outras unidades de produção relacionadas com os processos produtivos.

No que concerne às formas de funcionamento e organização da economia, assiste-se a um crescente predomínio do mercado e da economia com base da economia privada.

Estes dois aspectos têm contribuído para uma redução do papel do Estado na economia. Na visão neo-liberal, esta redução interventiva do Estado no espaço económico traduz-se em ganhos de eficácia na produção e na inovação produtiva. Como reflexo na área social apontam-se a flexibilidade do mercado de trabalho e a redução das prestações de apoio em termos de serviços sociais.

Por sua vez, nas formas de organização e funcionamento da função política, assiste-se à expansão ideológica da democracia liberal. Tal só tem vindo a ser possível graças à conjugação de dois factores que se articulam: ao desaparecimento de formas

¹ - Cf. NUNES, Ana Bela (1998) – “A globalização numa perspectiva histórica. O que há de novo no processo de globalização?”, Comunicação apresentada no 1º Congresso Português de Sociologia Económica realizado em Lisboa, 4 -6 de Março, p. 2

² - Cf. PEREIRA, António Garcia (1998) – “O sindicalismo do século XXI - crise ou renascimento ?”, Comunicação apresentada no 1º Congresso Português de Sociologia Económica realizado em Lisboa, 4 -6 de Março de 1998, p. 2

políticas de carácter totalitário identificadas com os regimes inspirados no chamado *socialismo real* ou em países por estes influenciados; e à forma como as empresas expandem o princípio de que o mercado é a forma mais democrática de se expressar um conjunto de necessidades e de vontades por parte das sociedades.

Pese embora os processos de globalização das economias não pareçam ter sido articulados com as esferas políticas, há a considerar que essa globalização foi a responsável por uma “*profunda alteração no entendimento dos Estados-nações e uma profunda alteração nas funções do Estado.*”¹

O desenvolvimento deste processo, que tem vindo a ser feito através da grande acessibilidade e baixo custo das tecnologias de informação (agora sem censura imposta pelos regimes não democráticos e repressivos), leva a um conjunto de consequências sociais, importantes e contraditórias entre si, assentes na mudança ao nível do controlo social, que vai despoletar a participação social ao mesmo tempo que vai potencializar novas formas de divisão e de conflitos sociais de carácter cultural e até étnico.

Por outro lado, o dinheiro electrónico foi, e continua a ser, o grande responsável por se ter verificado um elevado e forte incremento a nível financeiro e nos movimentos de capitais.

Todavia, sem a revolução verificada na informática, nas últimas duas décadas do século XX, a *nova economia* mundial provavelmente não teria os contornos que hoje apresenta.

Ao alargar o seu campo à quase totalidade das empresas e a um cada vez mais vasto número de particulares, a informática tem vindo a ser a grande responsável pela transferência de elevadas somas de capitais feitos em tempo real para qualquer ponto do mundo e à distância de uma simples tecla. Só assim se compreende que elevadas somas de dinheiro, sejam movimentadas diariamente pelos mercados financeiros mundiais, de acordo com as flutuações que se registam nesses mercados.

Mas, independentemente de se estar em presença de teorias mais cépticas ou de teorias mais radicais, a globalização e as suas consequências não são de natureza exclusivamente económica. Admitir tal, seria reduzir o fenómeno e limitar as suas

¹ - GUERRA, Isabel Carvalho (2000) – Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção, Planeamento em Ciências Sociais., Cascais, Principia, p. 92

consequências. A globalização é, para além do aspecto económico, um processo social, cultural, político e tecnológico.

Por outro lado, intrinsecamente relacionados com este processo de globalização, está todo o conjunto de mutações verificadas nas relações de sociabilidade, onde se desenvolvem uma pluralidade de processos de integração.

Se as últimas duas décadas do século XX foram marcadas pela emergência de uma nova *era competitiva* associada com a globalização dos processos económicos, a competição deixa de se apresentar como um meio, ou como um modo de funcionamento de um aspecto particular do mercado, para passar a assumir um estatuto de ideologia orientadora de um processo que se vai consolidando cada vez maior incremento em termos mundiais.

A competitividade assume, contudo, contornos específicos quer se trate de capital financeiro, quer seja de capital industrial, quer ainda se trate da acção governativa.

Como refere Anthony Giddens a globalização que hoje está a ser vivida “*não é apenas uma coisa nova, é algo de revolucionário*”.¹

Enquanto que as relações políticas internacionais, neste início de século, ainda se encontram centradas no espaço de actuação do Estado-nação, os processos de globalização têm vindo a caracterizar-se por uma grande expansão e aceleração de fluxos de vária ordem, em que ressaltam para além das mercadorias, as ideias, os valores, as informações, as imagens e os vários serviços.

Em contraste com este vasto e múltiplo processo de expansão, encontra-se o Homem – inventor e produtor – que ainda se mostra apegado a um território, com o qual mantém uma relação de identidade e uma rede de relações complexas com outros actores. Este processo de tornar o Homem global tem vindo a mostrar-se mais lento que os processos anteriores, pese embora a tendência de aceleração tenha vindo a verificar-se nos finais do século XX, com o aumento de viagens de negócios, de turismo e lazer, a migrações temporárias ou definitivas.²

No entanto, foram as revoluções que marcaram a história europeia nos finais do século XVIII as grandes responsáveis para que no século XIX se tivessem verificado

¹ - *idem*, p. 22

² - Cf. DEFARGES, Philippe Moreau (1997) - *A Mundialização - o fim das fronteiras*, Lisboa., Instituto Piaget, p. 41

movimentos de pessoas e de mercadorias. Também será bom referir que a livre circulação se mostrava restrita à maioria da população. Um importante passo para a livre circulação de pessoas foi dado a partir do momento em que são introduzidos os passaportes, embora com controles apertados.

Do actual debate sociológico sobre a globalização surgem dois grupos de abordagem teórica: uma relacionada com os estudos desenvolvidos pelas Relações Internacionais e a outra relacionada com a denominada *teoria do sistema-mundo*.

Os teóricos das Relações Internacionais assentam as suas reflexões sobre o aparecimento e desenvolvimento do sistema do Estado-nação, nomeadamente os factores que proporcionaram a passagem do Estado principesco ao Estado-nação na Europa, e as condições da sua expansão, enquanto modelo, para o mundo.

Por outro lado, estes teóricos atribuem aos Estados-nação o papel de actores, ou seja, um papel interveniente e participativo nas relações internacionais que mantêm entre si e com outras organizações intergovernamentais, governamentais ou não governamentais que não são Estados.

Os Estados-nação, segundo estes autores, estão a tornar-se progressivamente menos soberanos, nomeadamente em termos do controlo do exercício sobre os seus próprios assuntos.

No que se refere à posição destes autores sobre a globalização, embora as opiniões que possuem não sejam de total concordância, pode afirmar-se que existe um quadro teórico semelhante no que se refere os processos que conduziram ao crescimento da globalização.

De início os Estados soberanos surgem como entidades sociais, culturais, territoriais e políticas separadas, que exercem um maior ou menor controlo sobre o que se passa dentro das suas fronteiras. Esta é a situação que caracteriza a Europa renascentista com um modelo de Estado principesco. Mas à medida que o sistema estatal europeu evolui, a tendência é para um sistema global de Estado-nação, cujo modelo ultrapassa as fronteiras europeias para ser adoptado pelos recém independentes Estados Unidos da América.

De um sistema fechado, governado por um príncipe, passa-se a um sistema aberto, caracterizado por padrões de interdependência que se mostram cada vez maiores

e mais importantes, pelo que se assiste não só ao alargamento dos laços que são estabelecidos entre os Estados, como à formação de um conjunto de organizações de cariz intergovernamental.

Está-se, pois, em presença de processos que conduziram a um movimento global cuja direcção é a de *um só mundo*, já que este conjunto de práticas é comum à quase totalidade dos Estados.

Em confronto teórico com os princípios teóricos orientadores da *corrente* das Relações Internacionais surge, através de Immanuel Wallerstein a chamada teoria do *sistema-mundo*.

A abordagem do *sistema-mundo* de Immanuel Wallerstein é extremamente rica em contribuições, quer teóricas quer de análise empírica.

Wallerstein estabelece uma diferenciação clara entre a era moderna e as épocas anteriores, ao nível dos fenómenos de que se ocupa. Quando Wallerstein se refere às *economias-mundo* – redes de relações económicas de tipo geograficamente extensivo – está a referenciá-las num período que antecede a própria modernidade.

Como é do conhecimento geral, as economias mundiais pré-modernas centravam-se geralmente nos grandes Estados imperiais e mostravam-se concentradas nas regiões onde o poder desses Estados se centrava.

Quando surge o capitalismo, há a introdução de um novo tipo de ordem – *a economia capitalista mundial* – que é, pela primeira vez, genuinamente global no seu alcance encontrando-se mais profundamente alicerçada no poder económico e menos no poder político.

A economia capitalista mundial, cujas origens remontam aos séculos XVI e XVII já não apresenta um processo de integração através de um centro político, mas sim através de relações comerciais e industriais.

Embora se verifique a existência de um número bastante significativo de centros políticos – os Estados-nação – o *sistema-mundo* moderno está dividido, de acordo com Wallerstein, em três conjuntos: os Estados do centro, os da semiperiferia e os da periferia. Contudo, é preciso perceber que os lugares onde estes conjuntos se localizam regionalmente mudam com o tempo.

Por ser uma ordem económica em vez de uma ordem política o capitalismo tem

tido uma influência globalizadora fundamental. A sua penetração nos mais variados territórios tem tido maior eficácia que a acção dos próprios Estados, cuja ordem é essencialmente política.

As críticas à teoria de Immanuel Wallerstein incidem sobre a forma em como analisa as mudanças na modernidade imputando-as ao capitalismo.

Esta limitação leva a que a teoria do *sistema-mundo* se concentre de forma excessiva nas influências económicas ao mesmo tempo que se encontra limitada para explicar inteligivelmente os fenómenos que os teóricos das Relações Internacionais tornaram centrais nas suas análises: o surgimento do Estado-nação e do sistema do Estado-nação.

Por outro lado, as configurações entre centro, semiperiferia e periferia assentes em critérios meramente económicos, não permitem esclarecer as concentrações de poder político ou militar que não correspondem de forma exacta às diferenciações económicas.

7 - OS PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO TÉCNICA, ECONÓMICA E FINANCEIRA

Esta globalização dos intercâmbios é feita de forma desigual. São sobretudo os países mais ricos que arrecadam a maior fatia do rendimento mundial, situação que contrasta fortemente com a situação dos países mais pobres do mundo, que continuam no limiar da sobrevivência. Esta discrepância não se fica apenas pela dimensão económica, como se alastra a outros critérios, como os ritmos e estratégias demográficas ou a densidade dos meios de comunicação, que se encontram na posse de um quinto da população mundial, formada pelo conjunto da América do Norte, Europa Ocidental e Japão.

Os restantes quatro quintos da humanidade, ao contrário do que se poderia supor, não reúne qualquer tipo de homogeneidade. Assim, quer se tratem de países, regiões, cidades, bairros ou quarteirões, tudo é consumido pela lógica do sistema económico mundial.

Ao nível dos Estados é, pois, possível combinarem-se três ordens de fenómenos:

- Os fluxos de integração;
- A fragmentação e/ou exclusão;
- A redefinição de funções.¹

7.1 - OS FLUXOS DE INTEGRAÇÃO

Os fluxos de integração, que compreendem o comércio, os investimentos, os intercâmbios científicos e técnicos, assim como a circulação de moeda e de pessoas, mostram-se incapazes de pôr termo à substância que se encontra na génese dos Estados, bem como a forma enraizada em como se encontram associados a um território e num povo. Todavia, esses fluxos são responsáveis pela permeabilidade das fronteiras, contribuindo para que se verifiquem um conjunto de dissociações que envolvem os limites do Estado e as realidades de índole social, cultural e económica.

¹ - DEFARGES, Philippe Moreau (1997) – *Op.cit.*, p.59

As especificidades apresentadas por cada Estado, nomeadamente as suas riquezas naturais ou o seu património histórico passam a ter um valor monetário, ficando a sua parte inatingível integrada no sistema mundial dos preços.

Este valor monetário vai contribuir para que os Estados detenham uma maior capacidade de endividamento, ou seja, se tornem Estados devedores ou Estados credores. É nesta lógica que negociação do pagamento em dívida ou na simples suspensão do pagamento dessa dívida que os Estados se integram ou não no sistema económico mundial.

Esta dinâmica integradora numa economia mundial vai obrigar o Estado a se submeter a uma lógica de competição, onde o Estado se confronta com outros agentes, quer se tratem de empresas, quer se trate da própria opinião pública. Resta então ao Estado, nestes cenários de competitividade, mostrar que é o melhor Estado, quer em matéria de legislação, fiscalidade, vias de comunicação, de telecomunicações e de adaptabilidade da sua mão-de-obra.

Por outro lado, perante os cenários de globalização, há que ter em conta os territórios e o valor que estes apresentam. Esse valor não pode ser reduzido apenas à dimensão económica como é extensível às dimensões políticas e simbólicas.

Por outro lado, alguns territórios assumem um valor que ultrapassa a mera dimensão local ou mesmo regional para se projectarem numa escala mundial. Estão nestas circunstâncias as megalópoles mundiais, como Nova York, cujo valor fundiário atingiu valores muito superiores aos das restantes cidades norte-americanas, pelo facto de aí se exercerem funções rentabilizadas por um conjunto de empresas que se encontram espalhadas pelo mundo.

O valor político do território é medido através dos conflitos que se geram no seu interior, ou seja, numa perspectiva geopolítica mundial.

Finalmente, o valor simbólico dos territórios tem a ver com o significado que lhes é reconhecido quer pelos aspectos patrimoniais materiais e/ou espirituais. É o caso da cidade de Jerusalém, que congrega as três grandes religiões: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo.

A importância que alguns territórios ganham, ao adquirem valor, deve-se ao conjunto de redes de infra-estruturas e de transportes, que foram implementados por se

ter considerado que tais territórios reuniam condições excepcionais.

7.2 - A FRAGMENTAÇÃO E/OU EXCLUSÃO

Os fluxos de globalização ao atravessarem as próprias fronteiras dos Estados, vão ser os grandes responsáveis para que se anulem as diferenças entre o seu interior e o exterior. Destes fluxos decorrem dois processos que contribuem para que se verifiquem desequilíbrios entre Estados: um, que pode dar origem à fragmentação dos territórios já estabelecidos; outro, que pode conduzir à exclusão desses territórios.

A coesão territorial de qualquer Estado baseia-se numa articulação de factores (históricos, de identidade e cidadania comuns) e de mecanismos (de solidariedade e de protecção) que perante os efeitos da globalização tende a deformar-se, a distender-se e até a deslocar-se.

Esta alteração tem contribuído para que se verifique falhas e, até mesmo, fracturas, dentro de um mesmo território. São os casos da China, com uma forte diferença entre a China costeira e a China interior e a República Federal da Alemanha, com uma diferença bastante significativa entre a região do Ruhr e as regiões dos antigos territórios de leste (que integraram a ex-República Democrática Alemã até 1990).

A clivagem que hoje se assiste, entre países, regiões e cidades reside exclusivamente nas formas em como se processa a sua integração no sistema global de intercâmbios.

Não existe, contudo, uma homogeneização do território mundial, havendo mesmo a necessidade de territórios que desempenhem o papel de receptores de *males* dos restantes países.

Esta situação de subalternidade, num quadro de hierarquia mundial, torna possível a sobrevivência de muitos Estados, através de negócios ilícitos e/ou pouco lícitos, tolerados ou nada tolerados, como a produção e comercialização de estupefacientes, armamento, branqueamento de dinheiro, etc.

Por outro lado, no panorama da globalização existem fenómenos de exclusão, ou seja, tratam-se de Estados que já pertenceram ao sistema e que foram por ele rejeitados.

O processo de rejeição é feito através da aceleração técnica e económica, que faz

com que muitos dos Estados não consigam adaptar-se a essa dinâmica.

7.3 - A REDEFINIÇÃO DE FUNÇÕES

Contrariamente ao que se podia esperar deste movimento global, que atravessa todos os territórios, o Estado-nação permanece enquanto entidade territorial. No entanto, as principais funções tradicionalmente atribuídas ao Estado-nação sofreram alterações.

Ao nível da segurança, o Estado-nação é detentor de dois pilares que se complementam:

- uma ordem transparente no território nacional;
- a protecção do território nacional.

A ordem resulta numa relação dialéctica entre a autoridade do Estado a sua aceitação pela população, do conjunto de regras, normas e sistemas de vigilância.

A permeabilidade das fronteiras entre os Estados, associada ao processo de integração económica, tem vindo a possibilitar um conjunto de fenómenos sociais que ficam completamente arredados da ordem do Estado, ou, *in extremis*, dando a origem a regiões sem Estado, como o caso dos Territórios autónomos da Palestina, entre outros.

Por outro lado, a questão da defesa do Território nacional encontra-se na génese da própria ideia nacional, isto é, para que se verifique o dever de defesa há que existir um sentimento de ameaça externa.

Mas, com o aumento das interdependências entre os Estados e o fim da Guerra-fria, há um abrandamento da defesa, sem contudo se verificar o seu desaparecimento, uma vez que as ameaças se apresentam hoje através de configurações diferentes das anteriores. Hoje, é o desemprego, a imigração clandestina, a concorrência estrangeira, o terrorismo que marcam as preocupações de defesa por parte dos Estados.

O Estado-nação, embora continue circunscrito às suas fronteiras nacionais já não se apresenta como uma unidade fechada.

Se, para os seus cidadãos ele é um factor de enraizamento e de identidade, em termos da pluralidade de fluxos, ele não é mais que um mero ponto de passagem ou de

paragem com carácter temporário.

Desta realidade, com que se confronta, surge uma relação dialéctica entre, por um lado, as questões de manutenção, preservação e defesa do território que administra e, por outro, a intervenção sobre estes movimentos, fluxos e redes que trespassam o seu território.

Outra atribuição que cabe ao Estado-nação é a forma em como, de forma soberana, estabelece as regras sociais sobre um dado território, através da produção e aplicação de legislação.

Ora, os processos de globalização têm vindo a pôr em causa essa capacidade exclusiva de produção de legislação. É evidente que o processo de globalização não foi o primeiro a fazê-lo. Efectivamente processos houveram, como o processo de integração, que o fizeram antes. Veja-se, por exemplo, o caso da União Europeia onde cada Estado membro transferiu alguma da sua competência legislativa para organismos supranacionais, de carácter comunitário.

Todavia, é a globalização que vai pôr em causa a capacidade de actuação legislativa dos Estados através de três aspectos interligados:

- a conflitualidade ainda existente entre as regras estabelecidas e as práticas dos actores sociais, quer se tratem de Estados, empresas ou indivíduos;
- os fluxos financeiros responsáveis por provocarem situações de instabilidade ao nível da legislação existente;
- os dispositivos jurídicos internacionais que colidem com as legislações nacionais, por força de um conjunto de disposições jurídicas internacionais que se apresentam precisos e condicionantes à acção legislativa por parte do Estado.

Quanto às questões que se prendem com a solidariedade, verifica-se que a globalização tem sido a grande responsável pela alteração de todos os sistemas de solidariedade.

Estas alterações são devidas ao movimento, à deslocação e aos fluxos que a globalização exerce sobre o enraizamento. Todos estes fenómenos que se devem, entre

outros, ao incremento do crescimento dos intercâmbios, da industrialização, da terciarização e da urbanização, vão ser os responsáveis pela degradação da solidariedade criando, assim, outros laços mais precários.

O Estado perante esta situação vê-se confrontado com duas situações, também elas, contraditórias entre si:

- uma, onde o Estado procura adaptar o seu território à competição, atenuando o conjunto de regras e os encargos sociais e fiscais aos agentes económicos;
- outra, onde o Estado procura manter a solidariedade nacional.

Esta dupla tarefa tem vindo a mostrar-se complexa, na medida em que o próprio Estado-Providência se encontra num processo de desmantelamento. Enquanto sistema alicerçado num contrato social, tácito e explícito, o Estado-Providência, que se apresentava como a garantia e como o promotor da segurança social individual e colectiva, da justiça social e das formas de solidariedade humana e intergeracional encontra-se há muito em crise, crise essa que tem vindo a que sejam abandonadas políticas outrora consideradas como a base do desenvolvimento económico, político, cultural e de bem-estar das sociedades industriais contemporâneas.

As origens do Estado-Providência encontram-se nas primeiras medidas de segurança social, introduzidas na Alemanha do século XIX por Otto von Bismarck, tendo tido os seus desenvolvimentos após a I Guerra Mundial, no Reino Unido, através das leis sociais de Lord Beveridge, e nos Estados Unidos da América através do *New Deal* de Theodor Roosevelt, após a crise económica de 1929. Após a II Guerra Mundial, os regimes sociais-democratas da Escandinávia são os principais mentores do seu desenvolvimento.

Embora o contrato social tenha vindo a assumir formas e conteúdos que são assumidos de modo diversificado, de país para país ou de região para região, a sua orientação rege-se por quatro preocupações:

- o direito dos cidadão ao trabalho;
- a luta contra a pobreza;

- a protecção dos cidadãos contra os riscos individuais e sociais;
- a promoção da igualdade de oportunidades.¹

Até há bem pouco tempo, era preocupação do Estado em matéria de direito dos cidadãos ao trabalho, produzir as condições que levassem ao pleno emprego, à durabilidade do emprego, e em matéria de concertação social, às condições de trabalho que incluíam as matérias referentes a salários, horários semanal de trabalho, política de indemnizações, participação dos trabalhadores na vida empresarial e os acordos de trabalho e sobre tecnologia.

Já a luta contra a pobreza envolve um apelo mais alargado no que se refere às questões de solidariedade, uma vez que essa luta exige do Estado o dispêndio de verbas que garantam não só um rendimento mínimo garantido como ao desenvolvimento de formas de assistência social que combatam a pobreza e a exclusão social.

Em matéria de protecção contra os chamados riscos sociais, apresenta-se ao Estado um conjunto de medidas que envolvem o desenvolvimento de um sistema de segurança social e/ou seguros de protecção cujos objectivos estão canalizados para o apoio aos trabalhadores e suas famílias, contra a doença, os acidentes, o desemprego, a morte, garantindo ainda sistemas retributivos de sobrevivência após o abandono da vida activa.

A preocupação, por parte do Estado, em promover a igualdade de oportunidades leva a que os orçamentos estatais contemplem, como despesas públicas, as áreas da educação e da formação profissional, da cultura e do lazer e dos transportes que passam a ter a comparticipação do Estado diminuindo os encargos por parte dos utentes. Por outro lado, verifica-se a existência de políticas discriminatórias positivas levadas a cabo junto de territórios menos privilegiados, de grupos e minorias sociais e/ou étnicas consideradas em risco social.

As críticas quer ao contrato social quer a estes modelos de Estado-Providência começaram a surgir na transição da década de sessenta para a década de setenta do século XX, surgindo num momento em que os primeiros sintomas de crise económica se

¹ - Cf. GRUPO DE LISBOA (1994) – *Op.cit.* p. 64

manifestaram por força do *choque* petrolífero.

Entre muitas críticas, surgem as acusações ao Estado-Providência por este se comportar como um entrave à livre iniciativa privada, ao mesmo tempo que constitui uma fonte dispendiosa e ter desenvolvido um sistema burocrático ineficaz da vida económica. Os críticos vão mais longe quando referem os efeitos perversos que emergiram, sobretudo em termos de desigualdades sociais e dos novos contornos de exclusão social indesejáveis que entretanto começaram a consolidar-se.

Se alguns Estados que constituem o chamado *Mundo Triático* – Europa Ocidental, América do Norte e Japão – desmantelaram rapidamente o seu Estado-Providência (o Reino Unido e os Estados Unidos da América) outros houve que optaram por um programa de desmantelamento progressivo do sistema de apoios, (Alemanha e Holanda), optando-se por privatizar, desregulamentar e liberalizar para que se verifiquem a diminuição das despesas públicas no que concerne à segurança social; ao incremento dos incentivos fiscais e financeiros que promovam os investimentos privados; a redução da carga fiscal quer sobre os rendimentos quer sobre o lucro; a redução do papel interventivo dos sindicatos, etc.

Este quadro de crise económica, que entretanto foi sendo estabelecido mundialmente, impôs a cada Estado uma alteração dos seus procedimentos de apoio que se traduziu no corte orçamental das despesas públicas destinadas ao apoio às políticas desenvolvidas pelo Estado-Providência o que possibilitou a visibilidade de quatro grandes consequências que envolvem a maioria dos Estados-nação:

- os vários Estados viram-se obrigados a abandonarem a política de plena emprego e, simultaneamente, de reduzirem os quantitativos respeitantes aos subsídios de desemprego;
- os Estados viram-se obrigados a cortar os apoios financeiros para a luta contra a pobreza, verificando-se nos países mais ricos e industrializados a uma transferência dessas responsabilidades do Estado para a boa vontade dos sectores de voluntariado;
- a redução substantiva da segurança social;
- os recursos utilizados pelos Estados para promoverem a igualdade de

oportunidades desapareceram para darem lugar aos princípios meritocráticos defendidos pela ideologia liberal.¹

Se a crise económica do final da década de sessenta do século passado foi a responsável pela formação e ascensão de uma lógica de luta pela sobrevivência e por uma consciencialização sobre o valor atribuído às formas mais agressivas de competitividade económica, outros factores podem ser encontrados para justificarem o desmantelamento do Estado-Providência, independentemente das especificidades de cada país.

Deste modo, a chamada *revolução tecnológica* foi a responsável pela transformação radical do sistema de produção, em que a facilidade de acesso à robótica e a popularidade da informática levaram a que fossem eliminados milhões de postos de trabalho, o que tornou possível a recriação de configurações sectoriais e territoriais da indústria pelo mundo.

O processo de globalização que envolve a competitividade entre os mercados financeiros, os mercados de produção, assim como as formas de organização empresarial e as estratégias utilizadas, tem também sido apontado como uma das causas do desmantelamento do pacto social.

Por outro lado, e do ponto de vista da análise da estrutura social, verifica-se a sua profunda modificação, assistindo-se a um envelhecimento progressivo da população, ao declínio da classe operária e ao enfraquecimento do poder de compra por parte da chamada *classe média*, o que contribuiu para o que se verificasse o retomar de valores de carácter individualistas e utilitaristas.

Finalmente, os aspectos financeiros dos Estados, nomeadamente os défices e os constrangimentos de índole fiscal e as opções tomadas nas finanças públicas com o objectivo de limitar a despesa pública, também eles, dizia-se, constituíram uma das causas para esse desmantelamento.

Todos estes factores combinados entre si converteram “o *imperativo de competitividade no principal objectivo económico e político de todos os países.*”²

¹ - *idem.* p. 67

² - *idem.*, p. 68

Se a opinião sobre a manutenção do Estado-Providência tinha sido acompanhada pela perda de competitividade partiu inicialmente dos líderes nacionais de todo o mundo, parece que hoje é indiscutível que essa opinião é partilhada pela opinião pública.

8 - DA CRISE GLOBAL ÀS ESTRATÉGIAS LOCAIS

As últimas décadas do século passado caracterizaram-se pela existência de uma crise económica que atravessou todos os países que, pela sua estrutura económica e organização social, observaram repercussões diversificadas.

Se nos países menos ricos (não só os países subdesenvolvidos como os países ditos em *vias de desenvolvimento*) a situação de crise e dependência se tornou num estado permanente que não pára de crescer, já a crise que se estendeu aos países ricos foi assumindo contornos de novidade quando, após décadas de crescimento económico acelerado, se assistiu ao mergulho de várias sociedades *desenvolvidas* numa recessão e numa crise económica a que os processos de globalização não são, de todo, estranhos.

As próprias populações socializadas nas sociedades de consumo viram-se, de repente, perante uma diminuição do seu poder de compra.

Paralelamente, os investidores retraíram-se e as grandes unidades fabris viram-se na contingência de procederem a despedimentos massivos.

O comércio mundial diminui substancialmente, contribuindo para que as taxas de crescimento económico, situadas próximo do zero, tenham alcançado valores negativos.¹

É óbvio que esta conjuntura económica exerceu a sua influência sobre o corpo social, a ponto de se ter alargado ao campo político que vai produzir algumas reflexões sobre a evolução e desenvolvimentos do sistema capitalista.

Se admitirmos a divisão tradicionalmente aceite entre *esquerda* e *direita*, podemos afirmar que as propostas provenientes da *esquerda* continuam a incidir sobre a necessidade de uma alternativa ao sistema que, em sua opinião, se tem mostrado incapaz de ultrapassar as suas falhas. As propostas provenientes da *direita* também não mostram originalidade, quando fazem apelo à aplicação de medidas neo-liberais, fazem-no partindo do princípio que tais medidas seriam capazes de dotar o capitalismo de uma nova pujança.

¹ - Cf AROCENA, José (1986) – *Op.cit.* p. 11

Ensaaiadas todas as fórmulas – políticas anti-inflacionárias e monetaristas ou aplicações de políticas pós-Keynesianas – a verdade é que os indicadores económicos pouco mudaram.

Por outro lado, o desemprego não pára de aumentar, situação que cria problemas cada vez mais complexos aos próprios Governos, que por sua vez se debatem perante uma crise que se estende aos campos das competências do Estado e às áreas fiscais do próprio Estado. Tais situações colocam em discussão a capacidade de aplicar políticas sociais em forma de subsídios ou de acções de formação e reconversão profissional.

A crise, bem como as eventuais soluções apontadas para a sua resolução vão exigir uma procura, diríamos quase incessante, de formas de mobilização do potencial humano.

Perante as novas configurações assumidas pela economia mundial, urge a necessidade de se procurarem soluções que rompam com as formas de desenvolvimento anteriormente ensaiadas.

As procuras que as democracias têm realizado para saírem da crise de participação têm conduzido a um discurso que apela a uma maior participação, a um alargamento da cidadania e à renovação dos Poderes políticos e institucionais.

É neste sentido que se tem vindo a assistir à emergência de uma multiplicidade de iniciativas locais que procuram encontrar soluções para os graves problemas que se têm alargado, nomeadamente nas velhas regiões industriais e em zonas rurais em declínio.

Estas iniciativas locais têm surgido sob a forma de apoio à criação de empresas, ou ao incremento de projectos económicos inovadores.

Em Portugal, estas iniciativas locais têm surgido sobretudo em zonas rurais em decadência (económica e populacional, traduzida num acentuado envelhecimento das suas populações) e são materializadas através de associações de desenvolvimento local que, isoladamente ou em parceria, concorrem a projectos financiados por fundos comunitários destinados a programas de formação profissional e inserção na vida activa.

Há, ainda, a salientar que a emergência desta capacidade de iniciativa local surge a partir de um contexto de crise que apela a uma larga mobilização dos actores locais, verificando-se os seus efeitos múltiplos e diversificados.

Se os efeitos económicos decorrentes destas políticas podem ser medidos através

de indicadores – a criação de empregos com carácter permanente, o volume de actividade económica, etc. – os efeitos sociais apresentam – se mais abrangentes, na medida em que são os responsáveis por envolverem uma parte considerável da população e, simultaneamente, coloca em cena um conjunto de novos actores sociais. Esta combinação torna-se, assim, responsável pela procura de uma identidade colectiva sobre o local, ou seja, um conhecimento efectivo sobre as potencialidades e os constrangimentos que o local apresenta.

Numa estratégia que pretende articular as características locais com as acções aí a realizar, há todo o interesse em equacionar alguns factores que, pela diferença, originalidade e inovação podem potencializar o local em matéria da sua especialização.

Se a formação profissional tem vindo a mostrar-se crucial para uma estratégia de desenvolvimento local, não é menos válido que essa articulação deve ser feita em articulação com as opções estratégicas que se tomem e quanto às áreas de especialização que se quer tomar.

8.1 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Por outro lado, quando se pretende aprofundar as questões referentes ao desenvolvimento local e às iniciativas locais depara-se com uma confusão que usualmente se comete entre a *região* e o *local*, confusão essa que provém de um erro de definição, e que até hoje está por resolver, “*entre a dinâmica dos sistemas que instituem a análise regional e a dinâmica dos actores que instituem a análise local*”.¹

A análise regional incide a sua pesquisa sobre os *efeitos de aglomeração*, que resultam da agregação das decisões dos actores - individuais ou colectivos - cujos impactos se tornam visíveis e mensuráveis através da concentração de informação dispersa, articulada com a lógica da pesquisa.²

A análise do espaço *local* vai seguir o que se pode denominar por *individualismo*

¹ - *idem*, p. 116

² - Cf. GUERRA, Isabel Pimentel (1991) - *Changements Urbains et Mode de Vie dans la Péninsule de Setúbal. de 1974 a 1986*, Tese de Doutoramento, Tours, Université François Rabelais, p. 40

metodológico e cujo princípio de análise está focalizado na confrontação dos actores , ao nível das negociações e das convergências, e dos conflitos e divergências entre os diversos e diferentes interesses.

O espaço *regional* será definido pelo investigador, mediante o problema que quer explicar, ao passo que o espaço local será definido pelas dimensões sociais e culturais das trocas realizadas entre actores.

Presentemente a questão regional tem como nó central de interrogações “ *a articulação entre o sistema e o actor; a saber, entre os grandes movimentos de sedimentação das regiões que funcionam como «balizas» condicionantes do comportamento dos actores e as lógicas de acção de uma multiplicidade de actores individuais e colectivos por eles produzidas.*”¹

Quadro 4 - Evolução das Concepções sobre o Espaço

Hipóteses	Contexto	Objectivos	Função
Espaço homogéneo	Revolução Industrial	Racionalização dos movimentos de localização das actividades produtivas	As trocas
Espaço polarizado	Crise de 1929 Reconstrução pós 2ª Guerra Mundial	Acção sobre o espaço Redução das disparidades Espaciais	A Acção da Empresa
Espaço da relação social	Crescimento do fenómeno urbano	Explicação das polarizações Re-introdução do social no económico	A relação social

Fonte: PECQUEUR, Bernard (1987) *-De l'Espace Fonctionnel à L'Espace-Territoire*, Grenoble, Tese de Doutoramento de Estado., Université des Sciences Sociales de Grenoble

É indiscutível que o nível local tem vindo a apresentar uma elevada capacidade de apreensão dos problemas sociais e económicos, capacidade essa que é percebida

¹ - *idem*, p. 41

de forma directa, concreta e global, recorrendo a uma linguagem e a uma acção tendente a uma prática ou a conjuntos de práticas que envolvem os actores locais e que fazem apelo a duas correntes: uma corrente identitária, assente na noção de local ou de território local; uma outra corrente que assenta sobre a noção de desenvolvimento local.

Pese embora se trate de lógicas de acção distintas, essa distinção não deve ser tomada em absoluto, mas sim de uma forma complementar entre si. A sua combinação possibilita uma associação de fórmulas diversas que envolvem um incremento e difusão de produtos típicos locais, que vão para além do próprio artesanato e que constituem os chamados *produtos raros* e não estandardizados, a criação de empresas – micro, pequenas e médias, de produção ou de serviços – capazes de absorver parte da mão-de-obra local, desenvolvimento e alargamento da formação profissional – inicial e de reciclagem – para trabalhadores em idade activa, alargamento do peso da mecanização nas zonas rurais.

Todavia, há a considerar que as medidas a tomar ao nível local passam, necessariamente, por se identificar as potencialidades e os constrangimentos locais. Por outro lado, a procura de consensos entre actores é tarefa primordial para a elaboração, concretização e êxito das políticas locais.

Há, pois, todo o interesse em fazer desaparecer as oposições entre interesses diferentes, entre racionalidades diferentes, entre lógicas de desenvolvimento local diferentes e procurar um acordo em torno de um projecto comum.

Esta procura impõe-se através de um processo de desenvolvimento local, na medida em que a conflitualidade pura é a grande responsável pela diminuição da eficácia da acção.

Mas, se o acordo total parece impossível – quer em termos de objectivos, quer em termos dos próprios actores – os objectivos identificados como cruciais devem, pelo menos, reunir um largo consenso por parte dos actores locais.

Esta dificuldade é acrescida quando os territórios apresentam uma complexidade que é cada vez maior e que decorre de um vasto conjunto de relações contraditórias entre si, nomeadamente as situações que envolvem características rurais e urbanas, industriais e pós-industriais.

Perante estas relações contraditórias urge encontrar consensos. Todavia, encontrar

consensos não significa encontrar unanimidades. O consenso, refere José Arocena, constrói-se a cada momento, assentando as suas bases em processos de negociação permanente.¹

Assim sendo, há que proceder à identificação dos principais problemas – de natureza social, económica, política e cultural – de modo a constituir uma base sólida onde assentem os consensos possíveis.

Essa base pode abarcar, a título de exemplo, as questões relacionadas com as especificidades locais e, no caso do território do município de Palmela, as questões que se prendem com o seu espaço rural – a produção de vinho e de queijo de Azeitão – as questões culturais e simbólicas dos lugares – o castelo de Palmela como sede da Ordem de Santiago ou as grutas de Quinta do Anjo e a cultura do *Campaniforme* e todas as potencialidades culturais e económicas daí decorrentes.

Nas sociedades europeias, onde os processos de descentralização foram realizados, é possível encontrar uma interacção entre duas dinâmicas:

- uma dinâmica de descentralização vertical que se caracteriza pela reforma do sistema político-administrativo, relacionada com a esfera do poder central e que procura satisfazer um conjunto de processos de reconstituição local, de modo a possibilitar a sua realização plena;
- uma dinâmica de descentralização horizontal que implica a criação de formas institucionais que se adaptam às necessidades do desenvolvimento, nomeadamente nos aspectos que se prendem com as iniciativas desenvolvidas pelos actores locais.

No entanto, em Portugal o Estado encontra-se ainda bastante centralizado pelo que a interacção entre estas duas dinâmicas não se verifica ou, quando se verifica, tal acontece de modo muito incipiente.

Ao avançar-se com estratégias locais, através de uma dinâmica horizontal, corre-se o risco de se apontar para estratégias desligadas do contexto regional e do contexto

¹ - Cf. AROCENA, José (1986) – *Op.cit.*, p. 51

nacional. O mesmo será afirmar que uma sociedade local não pode ignorar a existência de uma forte interacção entre o que é nacional e o que é local, entre o centro e a periferia.

Esta relação, que no quadro actual da União Europeia se mostra crucial, isto é, um movimento centrífugo tendente ao estabelecimento de um Estado Federal Europeu e uma sobrevalorização das especificidades locais, impõe-se contra as vontades centralizadoras dos Estados e apresenta-se como elemento enriquecedor para os actores locais.

Todavia, a capacidade de acção dos actores locais passa pelas relações que mantêm com o local, ou seja, passa necessariamente pela identidade local de que são, ou não, possuidores.

Esta relação entre a identidade local e a economia local apresenta-se forte, na medida em que “*uma crise de identidade profunda acompanha os processos de crise económica*”¹; tal situação é clara sobretudo em territórios onde a indústria mostrou, nas últimas décadas, sinais de crise profunda, situação que a tornou responsável pela falta de estruturas identitárias.

Por outro lado, a identificação com o território local transformou-se em mais-valia perante o conjunto de estratégias de desenvolvimento local, na medida em que as potencialidades e os constrangimentos do local são melhor apercebidos e melhor apreendidos.

Os processos tecnológicos, cuja aceleração tem sido nítida nas últimas décadas, vão ser os responsáveis por colocar duas situações:

- o corte natural com as técnicas do passado;
- marginalização crescente da população *não qualificada tecnicamente* ²

Estes dois fenómenos das sociedades contemporâneas vão pôr em presença dois aspectos fundamentais:

¹ - *idem*, p. 71

² - *idem*

- o desenvolvimento;
- a identidade.

Se a dimensão tecnológica foi parte integrante da chamada cultura industrial, já o desenvolvimento acelerado das tecnologias foi o responsável pela emergência de uma nova identidade do trabalho.

Esta nova relação levanta um conjunto de questões que se colocam face ao lugar ocupado pelo *saber* e pelo *saber-fazer* nas sociedades actuais, à importância da transmissão dos saberes tradicionais, associados às artes e aos ofícios.

Visto de outra perspectiva, surge o problema que é colocado pelas populações marginalizadas pelas estruturas produtivas em crise e que as coloca numa situação de desemprego de longa duração. Esta situação tem sido a responsável por uma transformação radical no que concerne aos processos de integração social. Se outrora a integração social era feita através do trabalho, agora tal integração é feita por outros processos que são decorrentes da dimensão cultural.

Esta articulação entre o cultural e o económico é também responsável pelo processo de formação dos novos actores sociais locais, na medida em que estes “*exprimem uma identidade local e, ao mesmo tempo, descobrem a possibilidade de agir dentro de novos domínios (...) para responder aos desafios do desenvolvimento.*”¹

A identidade de uma comunidade vai, assim, implicar a sua capacidade de intervenção. Esta ideia é reforçada pelo facto das próprias sociedades locais possuírem uma carga elevada de traços do passado, contribuindo, assim, para a não neutralidade do espaço e revelando que esse espaço-território é o responsável por exprimir a história dos homens.

8.2 - QUE INDICADORES PARA A ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL?

Verifica-se, contudo, que existe uma tendência em reduzir a noção de desenvolvimento à sua dimensão económica, não dotando a dimensão social e cultural da

¹ - *idem*, p. 72

sua verdadeira importância.

Deste facto não estão ausentes os indicadores económicos associados ao crescimento do PIB, ao investimento económico e ao consumo, que assumiram, durante muitos anos, as funções de verdadeiros indicadores de desenvolvimento de uma dada sociedade.

Posteriormente, foram integrados um conjunto de indicadores sociais, como a taxa de escolarização, a generalização do sistema de saúde, a taxa de urbanização, a expansão dos meios de comunicação social e das novas tecnologias, onde a informática e a taxa de utilização da *internet* começam a assumir cada vez maior importância.

Hoje, começa a estar na ordem do dia o aumento de importância dos indicadores referentes às empresas e a produção local, assim como começa a assumir contornos de extrema importância a participação dos cidadãos na vida política local.

Embora haja a perfeita consciência da limitação destes indicadores quantitativos em medir o desenvolvimento, a maior parte dos investigadores tem vindo a propor o recurso a novos processos de investigação, com recorrência a metodologias que privilegiem a dimensão qualitativa dos processos de desenvolvimento.¹

Destas propostas ressaltam as que foram publicadas em 1984 pela UNESCO, por Lê Thanh-Khoi (1984) e Bernard Rosier .

Para Lê Thanh-Khoi a análise do desenvolvimento deve ser feita partindo do princípio que este constitui um fenómeno global, não podendo essa globalização ser reduzida a uma única dimensão. Então, como alternativa, propõe a utilização de um conjunto de indicadores subdivididos em três grandes grupos:

- indicadores económicos, que englobam o capital, o trabalho, os recursos naturais e a produção;
- indicadores sociais, que incidem sobre a alimentação, a saúde, habitação, emprego, participação e desigualdades de rendimentos;
- indicadores culturais, que contemplam a educação, a ciência, a tecnologia, as actividades culturais, a comunicação.

¹ - Cf. AROCENA, José (1986) - *Op.cit.*, p. 175

Salienta-se, ainda, o facto de no grupo dos indicadores sociais, os indicadores *participação e desigualdade* assumirem a preocupação qualitativa do autor.

Bernard Rosier (1984) embora também aborde a temática dos indicadores, preocupa-se em desenvolver um conjunto de relações que revelem:

- o tipo de desenvolvimento e a forma de relação estabelecida com a natureza;
- o tipo de desenvolvimento e a divisão técnica do trabalho;
- o tipo de desenvolvimento e a satisfação das necessidades, desenvolvimento autónomo e desenvolvimento das forças produtivas;
- o tipo de desenvolvimento e evolução dos papéis sociais.

Com estas temáticas, Rosier pretende propor um conjunto de vias alternativas e novos indicadores que não se radicam no campo estritamente quantitativo, alargando-se às potencialidades que os indicadores qualitativos apresentam, e cujo recurso possibilita uma nova abordagem em torno da forma de determinar o desenvolvimento.

Na abordagem que faz sobre a evolução dos papéis sociais, Rosier vai considerar três dimensões nas quais vai propor um conjunto de indicadores de natureza qualitativa:

- controle dos meios de produção e sua relação com os papéis sociais;
- participação dos cidadãos e sua relação com os papéis sociais;
- possibilidades de emancipação pessoal e colectiva.

Na opinião deste autor, esse conjunto de indicadores quantitativos vai complementar os tradicionais indicadores qualitativos, nomeadamente as taxas de emprego e de população urbanizada

Importa, contudo, ressaltar que os indicadores utilizados para medir o desenvolvimento local ao serem definidos, vão implicar que seja estabelecida uma noção de *local*.

No entanto, pela sua abrangência, surge um conjunto de interrogações sobre o uso dessa noção, ou seja, quando estamos a referir o *local* essa referência é feita tendo em atenção uma concepção geográfica, uma delimitação político-administrativa ou um

aspecto económico? Ou, se quisermos utilizar uma maior precisão, estamos a fazer referência a territórios, a comunidades/colectividades locais ou a bacias de emprego?

Ao abordarmos esta questão do desenvolvimento local, parece-nos que todas estas noções devem ser consideradas pertinentes uma vez que, ao deixarmos para trás alguma delas, corremos o risco de ficarmos com uma análise incompleta, quiçá enviesada, sobre o fenómeno.

Como refere José Arocena “*O «local» existe a partir de uma identidade territorial inscrita num sistema de relações de poder «centro-periferia» e estrutura-se como sistema sócio-económico singular*”.¹

Por outro lado, todas estas dimensões que são parte integrante do *local* vão contribuir para responder à questão que é levantada pela relação *local-global*, ou seja, à relação que as dimensões do local mantêm em conexão quer com o território nacional, quer com o Estado, quer com a estrutura produtiva da sociedade.

Analisar esta relação leva-nos a verificar que existem três grandes formas de leitura, de acordo com as correntes que abordam o desenvolvimento.

Para os teóricos que se enquadram na corrente *evolucionista*, o *local* apresenta-se como uma força de resistência, ou seja, como *força de bloqueio*, à mudança produzida pelas forças macrosociais provenientes do nível global.

O desenvolvimento apresenta-se, para esta corrente, como um processo contínuo, ininterrupto, que evolui para situações mais complexas e ao qual se opõe o *local*, que possui uma grande carga conservadora e que se apresenta como o grande opositor a esta evolução e o grande construtor de obstáculos ao desenvolvimento preconizado.

Numa perspectiva teórica contrária à anterior, a chamada corrente *historicista* considera que o local funciona como uma ligação forte entre as sociedades tradicionais, assentes em processos de interconhecimento e de convivialidade e as sociedades industriais e pós-industriais, produtoras de relações sociais cada vez mais manifestas e anónimas.

Para esta corrente, todos os processos de desenvolvimento são portadores de especificidades próprias e apresentam-se renovados, pelo que o *local* é interpretado como um detentor de uma imensa riqueza que não pode ser ignorada.

¹ - *idem*, p. 179

A terceira forma de abordar o desenvolvimento é proveniente da chamada corrente *estruturalista* que reduz o *local* a uma reduzida dimensão, *esmagado* pelo global, que por sua vez é apresentado como possuidor de grandes dimensões e que imprime ao *local* as categorias que são produzidas pela sociedade global. Nesta perspectiva, o desenvolvimento é conceptualizado a partir de um conjunto de processos de dominação hegemónica da estrutura sócio-económico que age sobre as restantes e que define o local como um espaço de reprodução dessa dominação.

Perante esta diversidade de concepções sobre o desenvolvimento local, a opção que se faça terá, obviamente, que ter em conta as consequências metodológicas de tal escolha, isto porque é importante a relação que se estabeleça entre a natureza dos indicadores utilizados, para medir o efeito de desenvolvimento a partir das iniciativas locais, e a metodologia utilizada.

9 - OS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO E A ANÁLISE DO LOCAL

O conceito de desenvolvimento parece reunir o consenso entre os vários autores, que pode ser sintetizado como a “*igualdade de oportunidades e de acesso aos bens e serviços tidos como necessários; pressupões harmonia e justiça na distribuição; tem em vista estados qualitativos de liberdade, dignidade, identidade e justiça social*”.¹

Já as questões que envolvem o desenvolvimento local, tornam-se difíceis de equacionar. Surge, então, a necessidade de se proceder a uma reflexão sobre as grandes correntes de pensamento contemporâneo, que têm produzido formas diferentes de abordagem e condicionado, de forma simultânea, as suas práticas., isto porque “*não há uma teoria do desenvolvimento local mas teorias sobre o desenvolvimento que diferem nas formas de encarar o “local”*”.²

Contrariamente ao que seria de esperar, as clivagens entre as várias teorias não se localizam em função da dimensão da unidade de análise, mas segundo as *variáveis em presença*.³

Daí que pareça importante referir as principais *ideias-fortes* que cada *paradigma de desenvolvimento* possui para explicar as formas diferentes de apreensão do local, e que o modelo interpretativo de Arocena (1986) aponte como três as correntes de interpretação do desenvolvimento e da mudança social: o *evolucionismo*, o *historicismo* e o *estruturalismo*.

¹ - LOPES, A. Simões (1982) - “*Regionalização e Desenvolvimento*”, *Estudos de Economia*, vol. II, nº 4, p. 520

² - AROCENA, José (1986) - *Op cit.*, p. 174

³ - CARIA, Fernando (1993) - *Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Local - Tese de Doutoramento*, Lisboa., Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, p. 17

9.1 - O EVOLUCIONISMO

Esta corrente parte do pressuposto que o termo *desenvolvimento* se encontra intimamente relacionado com a noção de evolução. Ou seja, um organismo vivo desenvolve-se mediante um processo de evolução que decorre desde o nascimento até à morte.

O conceito de desenvolvimento aparece, pois, indissolúvel face a um *processo evolutivo* formado por etapas que serão obrigatoriamente percorridas para atingir os últimos estádios.

O pensamento evolucionista parte do princípio que o *ponto de chegada* é conhecido, de modo a que seja possível reconstruir as etapas recorrendo a uma análise retrospectiva. Esse *ponto de chegada* será tomado como um modelo que irá permitir determinar os critérios considerados como válidos no processo evolutivo.

Esta corrente do pensamento contemporâneo viria a influenciar, por muitos anos, as Ciências Sociais, nomeadamente a Economia e a Sociologia do Desenvolvimento, que adoptaram de forma natural estas formas de abordar as sociedades. Assim, após os processos industriais que levaram à formação de sociedades *desenvolvidas* estabeleceu-se um vasto movimento de evolução para formas societais mais avançadas, que se tornaram assim em modelos de comparação.

O evolucionismo pressupõe, à partida, dois princípios: o princípio *positivo*, que se traduz pela dinâmica evolutiva; e o princípio *negativo*, que se traduz nas oposições ou constrangimentos a esse desenvolvimento.

O princípio *positivo* relacionar-se-ia com o movimento universal tendente ao *progresso*, ao passo que o princípio *negativo* identificar-se-ia com as *resistências* tradicionais e locais.

Estes princípios aparecem na literatura das ciências sociais em obras relacionadas com a identificação de fases de *arranque* no processo de desenvolvimento regional, nos anos trinta, em que a obra de Auguste Lösch (1938;1954) é paradigmática, ou a teoria dos sectores económicos de Clark e Fisher, que aparece nos anos cinquenta. Segundo

esta concepção, há uma associação entre a hierarquia dos três sectores e o papel das trocas, que se traduz no seguinte processo evolutivo: a agricultura de auto subsistência daria lugar a uma indústria de mercado local, que por sua vez daria lugar à indústria exportadora, e finalmente ao desenvolvimento dos serviços inicialmente virados para o mercado local e posteriormente para a exportação.¹

Nos anos sessenta, Walt W. Rostow (1970) propõe uma leitura do desenvolvimento a partir da definição de etapas que seriam válidas para todas as sociedades. O crescimento económico passaria, então, por cinco etapas:

A sociedade tradicional – que não se apresenta necessariamente sob uma forma estática. A população pode crescer, e podem desenvolver-se novas formas de produção. O que caracteriza esta fase é o facto dessas modificações se apresentarem muito lentas. Por outro lado, o poder político encontra-se nas mãos dos proprietários fundiários.

A segunda etapa caracteriza-se por ser uma fase de transição, ou seja, é nela que se vão acumular as condições para o *arranque*. Esta transição é desencadeada por forças exógenas originadas por economias mais desenvolvidas.

A terceira etapa é a fase do *arranque*. Mostra-se crucial, uma vez que representa as alterações qualitativas quer ao nível das estruturas económicas, quer nas formas de comportamento.

A quarta etapa seria a continuação da anterior, e é fundamentalmente considerada como uma etapa para a maturidade.

A quinta e última etapa funde-se numa sociedade de consumo de massas. Nesta etapa depreendem-se várias opções. A grande capacidade de acumulação de riqueza pode ser utilizada segundo vários vectores: ou como base de uma política de poder e influência externa, ou para a edificação do Estado-Providência ou, ainda, para financiar a expansão do consumo de massas.

Embora Walt Rostow reconheça o carácter múltiplo e variado das sociedades tradicionais, quando se trata de aplicar os princípios evolucionistas a todas as sociedades tradicionais são colocadas numa única categoria: a do estágio anterior aos processos de conhecimento regular e ininterrupto.

O evolucionismo tem uma visão etnocêntrica do desenvolvimento. Este princípio

¹ - *idem*, p. 19

é traduzido em termos práticos quando considera que todo e qualquer país se situa numa determinada *etapa* do seu desenvolvimento.

Mas a maior crítica às teorias evolucionistas localiza-se na própria realidade empírica. Não restam dúvidas quanto ao *insucesso* das tentativas de desenvolvimento e de crescimento da quase totalidade dos países do terceiro mundo.

Se procedermos a uma análise da História Contemporânea, depressa depreendemos que as etapas de Walt Rostow não passam de uma abstracção e que o desenvolvimento de certas sociedades não seguiu a lógica progressiva por ele traçada.

Como salienta Mário Murteira, numa clara crítica às concepções evolucionistas do desenvolvimento: “*Podemos falar de ideologia de desenvolvimento no sentido seguinte: as sociedades que a si próprias se consideram ‘desenvolvidas’ consideram-se também como modelos (padrões) para as sociedades ditas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento... Neste sentido, o desenvolvimento - como ideologia - é afinal uma forma de dominação cultural económica e política dos ‘subdesenvolvidos’ pelos ‘desenvolvidos’*”.¹

Trata-se de uma crítica global a uma leitura que se mostrou linear sobre o desenvolvimento assente na dicotomia tradicional/moderno. Esta linearidade condiciona a inteligibilidade de uma diversidade de fenómenos, entre os quais a combinação *modernidade* e *tradicionalidade* presentes internamente quer nos países subdesenvolvidos, quer nos países desenvolvidos.

Serão mais as marcas das relações de dependência, de interdependência e de dominação que condicionam, ou não, o desenvolvimento, do que a racionalidade universal do crescimento económico.

O evolucionismo e as suas correntes apresentam-se como sérios obstáculos ao entendimento da diversidade dos processos de desenvolvimento e de crescimento, ao mesmo tempo que revelam uma subvalorização dos territórios locais.

¹ - MURTEIRA, Mário (1983) - *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, Lisboa., Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais., pp. 69 e 70

9.2 - O HISTORICISMO

A concepção historicista parte de pressupostos opostos aos que foram traçados pelo evolucionismo. O historicismo acentua o carácter único e inteiramente novo que cada processo de mudança social apresenta.

Nesta concepção o *ponto de chegada*, transformado em modelo, não se apresenta como o factor essencial. Admite-se, contudo, que o *ponto de partida* seja necessariamente diverso. Deste modo, o historicismo põe em evidência os perfis nacionais e regionais específicos.

O êxito de um processo de desenvolvimento vai depender dos diversos e diferentes actores tomarem em consideração as especificidades de cada país, região ou micro região. Daí que a História se apresente como um ponto de referência fundamental.

Por outro lado, não existem possibilidades reais de desenvolvimento fora das determinações que vêm do passado, e é com base nos traços do passado que o actor deve colocar as proposições do futuro. Ora, se cada sociedade nacional ou local tem um passado diferente, então, por consequência, cada processo de mudança será ele também diferente.

Por conseguinte, não existem referências absolutas, percursos pré estabelecidos ou qualquer tipo de direcção definida para se alcançar um *ponto de chegada*.

Cada processo de desenvolvimento é marcado por uma história específica. Essa história específica é construída na base de escolhas políticas das elites que orientam o futuro social.

O *progresso* é a palavra-chave para esta concepção, e a estratégia da lógica de desenvolvimento deve ser adaptada a cada realidade específica. Denote-se, contudo, que para os historicistas, a estratégia da lógica do desenvolvimento não é dirigida por uma lei económica *natural*, mas por uma escolha política. É com base nestes princípios que se deve procurar no interior de cada sociedade as respostas aos desafios do desenvolvimento.

A *endogeneidade* assume privilégios em relação à *exogeneidade*. O exterior deverá adaptar-se ao interior. O mesmo princípio é válido na relação entre o geral e o

particular e entre o global e o local.

É com base neste ponto que se consolida a ideia de que o desenvolvimento em matéria de transferências tecnológicas coloca, necessariamente, o problema da tecnologia apropriada às especificidades locais.

Estas teses tomaram um relevo particular nos anos setenta, ao serem aplicadas ao desenvolvimento e à mudança social. Tal só foi possível a partir do momento em que o modelo de crescimento capitalista ocidental do pós-Guerra começou a mostrar os seus limites, o que praticamente coincide com o período em que as especificidades e *identidades* locais se começam a manifestar com impacto.

No cerne da discussão, encontra-se hoje a identificação das variáveis onde repousam as especificidades do desenvolvimento em cada sociedade em particular.

As críticas ao historicismo tornam-se cada vez mais pertinentes quando pretendemos situar o desenvolvimento local. Assiste-se nas concepções historicistas a um certo *localismo* ao nível das análises e a tendências de cariz basista quanto ao modo de intervenção, situações que poderão levar a atribuir o *atraso* de certas regiões à ausência de valorização das suas vantagens locais. Esquece-se, contudo, que cada sociedade local se desenvolve no interior de um sistema que a ultrapassa e condiciona.

O historicismo, tal como aqui é referido, vai no sentido que lhe é dado pela corrente alemã, designada por Raymond Aron (1981) com o nome de *Sociologia Histórica*, e que é entendida como não pretendendo encontrar “*nem leis, nem sistemas, nem evolução*”.¹

A crítica que hoje se empreende provem dos novos historicismos - que se reclamam da tradição alemã - e que exprimem a mesma desconfiança perante uma lei universal da evolução social. Partem da concepção de que a sociedade se apresenta de forma particular, diferente, específica, heterogénea e contingente, não apresentando os processos de desenvolvimento quaisquer tipos de regularidades.

Este princípio tem levado a posições bastante ingénuas que se traduzem em formas de *neo-naturismo*, *neo-localismo*, nos países industrializados, e em *neo-regionalismo* e *neo-naturismo*, nos países do terceiro mundo, e que mais não traduzem do que dificuldades em apreender e lidar com os limites e com formas de

¹ - ARON, Raymond (1981) - *La Sociologie Allemande Contemporaine*, Paris, PUF, p. 131

constrangimento que apresentam os níveis locais.

A concepção historicista, embora seja uma realidade constante ao nível das sociedades locais, não consegue evitar que os actores locais coloquem de forma bem clara a posição da sua sociedade face a um sistema nacional, demonstrando que percebem as determinações exteriores nos processos de desenvolvimento local.

9.3 - O ESTRUTURALISMO

O estruturalismo¹ concebe a mudança social como um processo localizado no interior de um dado sistema, no qual as componentes estruturais estão absolutamente interdependentes. A determinante fundamental da mudança social não tem a sua origem numa lei evolutiva nem provém da profundidade de um campo histórico, mas da *racionalidade de um sistema*.

A análise da *mecânica social* domina a análise sobre a mudança. Esta última é explicada no interior da mecânica do próprio sistema.

Daí que se torne pertinente explicar quando e como se passa de um funcionamento para outro. Há que proceder à identificação do *ponto fraco* no interior do sistema *A*, que permite a sua transformação em sistema *B*.

Por outras palavras, um sistema social pode funcionar de uma forma perfeitamente coerente, mas no seu interior há um princípio de contradição que pode provocar, a qualquer momento, a sua transformação.

O problema que se coloca à pesquisa, do ponto de vista da análise da transformação de um sistema noutra, ou seja o desenvolvimento, será determinar com precisão a *contradição principal* que poderá provocar num dado momento a mutação do sistema, donde os esforços teóricos sejam feitos de forma a concentrarem-se sobre a importância dos factores determinantes da mudança e as relações de dependência que são produzidas.

¹ - O conceito de *estruturalismo* é aqui utilizado no sentido que lhe é dado pela antropologia estrutural inicial. A sua extensão à análise sociológica foi feita por Louis Althusser e Etienne Balibar, entre outros, e trouxe uma influência considerável sobre as análises do desenvolvimento, do ponto de vista marxista, reduzindo-as a um estudo sincrónico das *formações sociais*. Considera-se, contudo, que todas as abordagens em termos de coerência sistémica, que procuram estabelecer uma lei de reprodução do próprio sistema, podem ser consideradas como uma abordagem estruturalista.

Para a corrente estruturalista a *reprodução* é a *ideia-chave*. O sistema reproduz-se e, ao fazê-lo, reproduz as suas estruturas, de tal modo que a margem de acção é orientada exclusivamente para a destruição do próprio sistema.

Ao contrário dos evolucionistas, que viam o progresso como uma resultante de uma lei evolutiva, os estruturalistas defendem que esse progresso será o resultado do confronto de princípios antagónicos de carácter universal. Ou seja, a mudança é interpretada como algo que é resultante de leis do sistema e o *local* é concebido como um mero e simples lugar de reprodução dos mecanismos globais.

A década de sessenta mostrar-se-ia extremamente fértil do ponto de vista da análise do estruturalismo de inspiração marxista, donde se destacam André-Gunder Frank (1968;1970), Arghiri Emmanuel (1981), Samir Amin (1973;1976), Fernando Henrique Cardoso (1969;1971; 1978; 1984) e Celso Furtado (1970; 1976; 1981).

Estes autores partem da noção de *dependência estrutural* para interpretar o desenvolvimento. Essa *dependência estrutural* faz a ligação entre o binómio *centro/periferia* com base numa relação *desigual*, o que mais não faz do que contribuir para que se verifique o que André-Gunder Frank denomina como o “*desenvolvimento do subdesenvolvimento*”¹

A crescente polarização verificada ente o *centro e a periferia* mais não é, para a *teoria da dependência*, do que um resultado directo da lógica do *modo de produção capitalista*, e à medida que se assiste ao desenvolvimento do sistema capitalista, (desenvolvimento esse também produzido de forma desigual), maiores são as clivagens entre os dois pólos.

¹ - Cf. FRANK, André-Gunder (1966) - “The development of underdevelopment”, *Monthly Review*, 18 (4)

Quadro 5 - Discursos e Correntes de Pensamento sobre o Desenvolvimento Local

	Evolucionismo	Historicismo	Estruturalismo
<i>Local</i>	-	++	-
<i>Global</i>	+	- / +	++
<i>Sistema</i>	+	-	++
<i>Actores</i>	-	++	-
<i>Económico</i>	+	++	++
<i>Socio-cultural</i>	-	++	-
<i>Mudança</i>			
<i>Diacrónico</i>	++	-	-
<i>Sincrónico</i>	-	+	++
<i>Estado</i>	-	-	++

(-) Relação fraca (+) Relação forte

Fonte: CARIA, Fernando (1993) - *Op. cit.*, p. 30

9.4 - UMA NOVA PERSPECTIVA DE ABORDAGEM

A apresentação crítica dos três paradigmas que têm orientado a análise do desenvolvimento possibilitou a formulação de uma proposta de análise alternativa.

Do ponto de vista sociológico há a assinalar o contributo de Alain Touraine (1978;1984), que tem vindo a apresentar um vasto e importante contributo para a análise do desenvolvimento.

Para o autor, uma primeira distinção deverá permitir o reconhecimento da separação do *eixo sincrónico* referenciado com o funcionamento e o *eixo diacrónico* referenciado com a mudança.¹

Esta distinção permitiria, segundo Touraine, um afastamento da leitura feita pelos evolucionistas, que só viam o funcionamento da sociedade transformado em modelo, da leitura dos historicistas, que não percebem que as mudanças são sempre novas e diversas, e duma leitura estruturalista que mais não considera que a lógica de funcionamento se reproduz sempre de maneira mecânica.

Esta primeira distinção permitiu que o autor definisse os modos de desenvolvimento das sociedades industriais, ou sejam, os seus modos específicos de industrialização. Distingue, então, o *actor de classe* do *actor condutor de desenvolvimento*. A este último chama Touraine *elite*, ou *grupo que dirige uma modificação histórica*.²

É a burguesia, o Estado, uma elite estrangeira ou um partido revolucionário, (que formam elites diferentes), que são os protagonistas na condução dos diferentes modos de industrialização.

Há, contudo, a salientar que embora o funcionamento da sociedade seja protagonizado pelos *actores de classe*, o seu desenvolvimento é conduzido por uma *elite*. Caberá à análise do desenvolvimento explicitar “*as relações entre a classe dirigente e a elite dirigente*”,³ ou, se quiser, explicar as relações entre o funcionamento e a mudança.

Na proposta feita por Touraine, há um actor que protagoniza o processo de desenvolvimento de um dado país, “*a mudança é operada numa colectividade; ela é fruto, antes de tudo, de um agente que impõe a essa colectividade a sua própria transformação, interpretando as pressões exteriores, de modo a dominar a resistência dos sistemas de reprodução. Esse agente, definido pela sua soberania numa unidade territorial é o Estado.*”⁴ e cuja acção é diferente consoante a classe ou elite que o domina .

Esta sistematização poderá ser aplicada à observação de acções de

¹ - TOURAINE, Alain, (1978) - *La Voix et le Regard*, Paris, Seuil, p. 135

² - *idem*

³ - *idem*, p. 139

⁴ - *idem*, p. 136

desenvolvimento produzidas ao nível local, uma vez que existe uma parte específica de cada processo onde é possível identificar os actores que agem como *elites locais*.

A tipologia das acções locais pode ser entendida através das várias articulações entre os actores que protagonizam a acção e as classes dirigentes, dando assim origem a três tipos distintos:

O primeiro tipo é um nítido apelo à *acção inovadora*, todavia não coloca em causa a estrutura social, o que a torna funcionalmente preferido pelas classes dirigentes; o segundo tipo apela à *acção concertante* e apoia-se num grupo de actores locais e o seu objectivo será o de encontrar uma outra forma de funcionamento local; o terceiro tipo apela à *acção crítica*, propondo juntar a *massa* dos oprimidos de forma a recuperar o poder de decisão.

10 - IDENTIDADE, PERTENÇA E PARTICIPAÇÃO

10.1 - OS ACTORES NO SISTEMA DE ACÇÃO LOCAL: DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE À PARTICIPAÇÃO NAS TOMADAS DE DECISÃO

10.1.1 - A construção da identidade

O desenvolvimento societário, associado às crises do modelo democrático, tem levado, a partir das últimas duas décadas do século XX, à emergência de uma nova consciência identitária, que se tem articulado com um sentimento de pertença a uma colectividade e cujo espaço social e cultural varia, do simples espaço local ao espaço supranacional, em que a União Europeia se tem vindo a tornar, cada vez mais, num exemplo a seguir por parte dos cidadãos europeus.

Todavia, os regimes democráticos, ao remeterem a sua existência para a responsabilidade dos cidadãos, vão exigir-lhes uma maior participação política, que hoje varia do simples acto de votar aos complexos actos de governar e de decidir.

Se essa responsabilização não existir, então o governo, que exerce o seu poder num dado território, apresenta-se-lhes artificial ou estranho, não havendo representatividade dos dirigentes nem uma livre eleição dos dirigentes pelos dirigidos.¹

Por outro lado, as democracias liberais contemporâneas são as grandes responsáveis pelo conceito de *cidadania*.

Embora tal conceito se reporte directamente ao Estado, Michael Walzer (1983) toma-o num sentido mais alargado e abrangente, para se referir ao direito de pertença que um cidadão possui face a uma comunidade.

Este sentimento de pertença traduz-se num conjunto de direitos, deveres e garantias, ou seja, um conjunto de diferenças que são reconhecidas por aqueles que pertencem a uma comunidade, em relação aqueles que lhe são estranhos.

É com base nesse reconhecimento que a pertença “*governa a formação de*

¹ - Cf. TOURAINE, Alain (1996b) – *O que é a Democracia ?*, Lisboa., Instituto Piaget, p. 95

exigências democráticas”.¹ No entanto, é de realçar o facto de que esta pertença não é feita em termos de dependência, sendo definida em termos de direitos.

Esta consciência de pertença caracteriza-se por possuir dois aspectos complementares entre si:

- a consciência de ser cidadão;
- a consciência de pertença a uma comunidade

O primeiro aspecto refere-se à consciência de ser cidadão. Esta tomada de consciência que emergiu durante a Revolução Francesa veio a traduzir-se na dupla vontade de sair do *Ancien Régime* e da sujeição;

O segundo aspecto prende-se com a consciência de pertença a uma comunidade. Contrariamente ao que se poderia supor, esta consciência de pertença a uma comunidade não se vai opor à mera limitação do poder, tornando-se, na sua forma, complementar na medida em que os indivíduos e as colectividades possuem autonomia de gestão para além de deterem personalidade colectiva. Por outro lado, essa pertença a uma comunidade assume um papel defensivo de uma consciência democrática, se tal vier a contribuir para a libertação do sujeito de uma dominação social e política.

A temática relacionada com a identidade social tem vindo a aumentar de um modo geral nas Ciências Sociais e na Sociologia em particular. Trata-se de um facto social que se tem vindo a desenvolver em todas as partes do mundo e em quase todos os sectores da vida social, revelando-se através de reivindicações e de movimentos sociais, de carácter nacional, regional, local ou étnico-cultural que reivindicam a defesa de uma identidade, independentemente da sua natureza colectiva ou pessoal.

Do ponto de vista da Sociologia, esta questão merece, antes de tudo, uma certa reflexão. O seu ponto de partida parece ser claro. “*O apelo à identidade é um apelo a uma definição não social do actor social*”.² Isto significa que o actor é definido pelo conjunto de relações sociais que produz e nas quais se integra. Este papel, segundo Alain

¹ - *idem*

² - TOURAINE, Alain (1996a) – *O Retorno do Actor*, Lisboa., Instituto Piaget, p. 113

Touraine¹ tanto pode ser localizado ao nível das estruturas e das relações de classes, como pode assumir contornos de relações interpessoais.

Este apelo à identidade surge como uma recusa da mera definição social dos papéis que o actor deve desempenhar e não tanto como uma mera recusa dos papéis sociais.

Teria sido, então, a existência de um garante meta social da ordem social – a pertença a uma comunidade que se orienta por determinados valores, por exemplo – que tem servido de apoio ao apelo identitário.

Nas sociedades contemporâneas esse apelo à identidade tem vindo a ser feito em referência a uma força infrassocial de carácter natural.²

Para a corrente estrutural-funcionalista norte-americana, de onde sobressaem os trabalhos de Talcott Parsons, todas as sociedades necessitam de constituir uma comunidade que seja detentora de níveis adequados de integração e participação³. O *sistema cultural* é, assim, apresentado como o responsável pela legitimação da comunidade societária, através de um sistema de simbolismo constitutivo que fundamenta a identidade, a solidariedade, as crenças, os rituais e outros componentes culturais que corporizam esse simbolismo.

Deste modo, a auto-suficiência de uma sociedade inclui o facto de possuir capacidades para institucionalizar uma amplitude suficiente de componentes culturais, de forma a dar resposta, de maneira relativamente satisfatória, às suas exigências societárias.

A comunidade societária deve, então, ser entendida como uma relação entre dois factores: por um lado, através de uma ordem normativa, por outro, através de uma população organizada de forma colectiva.

No aspecto normativo encontram-se as *normas* e os *valores*. Os *valores* que devem ser entendidos como os elementos primários que servem de ligação entre o sistema cultural e o social ao mesmo tempo que são os responsáveis pela regulação e manutenção dos padrões caracterizadores de um sistema social. As *normas*, que são

¹ - *idem*

² - *idem*

³ - Cf. PARSONS, Talcott (1966) - *Societies – Evolutionary and comparative perspectives*. New Jersey: Prentice-Hall

basicamente integradoras, possuem um carácter fundamentalmente social, podendo evoluir para o sistema legal nas sociedades mais *desenvolvidas*.

A *colectividade* é apresentada por Parsons como a categoria da estrutura intra-social, e o seu funcionamento é feito tendo como referência a realização efectiva dos indivíduos, em nome do sistema social em que se integram. O *papel* é a categoria da estrutura de limite e possui uma função adaptativa. Parsons conclui que, dentro de certos limites, qualquer colectividade colocada em determinada situação, ou a realizar determinada função, será regulada por um conjunto de normas, independentemente de outras características.

Mais recentemente, Manuel Castells¹ considera que as estruturas sociais emergentes nos domínios da actividade e experiência humana nos levam a concluir que as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes.

Nestas redes, a distância varia entre zero, para os componentes de uma mesma rede, e o infinito, para os componentes de redes que não se interligam. Devido a estes factores, o processo de trabalho apresenta-se cada vez mais individualizado, e a mão-de-obra mostra-se comprometida com o resultado, mais distribuída geograficamente e operando numa divisão de trabalho, que privilegia os atributos e capacidades de cada trabalhador ao invés de focar na organização da tarefa. Castells afirma, ainda, que os processos de transformação social sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera das relações sociais e técnicas de produção: afectam a cultura e o Poder de forma profunda.

Por outro lado, a liderança é personalizada, e a formação da imagem é a forma de gerar Poder, independentemente do tipo de actores políticos e das suas preferências, estando presentes no jogo do Poder praticado através dos *media*.

A identidade consistiria, assim, num processo de construção do significado, baseado num atributo cultural ou num conjunto de atributos culturais que se mostram interrelacionados, e que vão prevalecer de forma duradoura sobre outros conjuntos de significados, podendo o indivíduo ou o actor colectivo assumir identidades múltiplas.

Pelo facto da existência dessa característica múltipla de identidades verifica-se a

¹ - Cf. CASTELLS, Manuel (2002) – *A Sociedade em Rede*, Lisboa., Fundação Calouste Gulbenkian

emergência de situações de tensão e conflito que envolvem os aspectos relacionados com a sua auto-representação no que concerne aos processos de acção social.

Por outro lado, e porque têm surgido inúmeras confusões entre identidade e papel social, há que proceder à sua separação e clarificação.

Enquanto os papéis sociais se definem por um conjunto de normas que são estruturadas pelas diversas instituições e organizações existentes na sociedade, assumindo uma relativa importância nos actos que os indivíduos ou os actores sociais realizam. A influência que os papéis exercem sobre esses comportamentos encontra-se, pois, na estrita dependência dos processos de negociação e dos acordos existentes entre os indivíduos e as próprias instituições ou organizações em que se inserem.

Em contrapartida, as identidades constituem-se em fonte de significados para os próprios actores sociais, sendo eles os próprios construtores dessas identidades, a partir de processos de individualização.

Todavia, como realça Manuel Castells, as identidades também podem ser produzidas a partir de instituições que sejam dominantes no campo societal. Contudo, tal só se torna possível a partir do momento em que os actores sociais passem a interiorizar o seu significado.¹

A identidade é, assim, a fonte de significado e experiência de um povo, com base em atributos culturais relacionados que prevalecem sobre as outras fontes. Não se deve confundi-la com os papéis sociais, uma vez que estes são os responsáveis pela determinação de funções, ao passo que identidade organiza os significados.

A construção da identidade encontra-se na dependência da matéria-prima proveniente da cultura obtida, que é processada e reorganizada de acordo com a sociedade. Deste modo, para Manuel Castells, existe uma distribuição entre três formas e origens de construção de identidades: ²

A identidade legitimadora: cuja introdução é feita ao nível dos que dominam e cujos objectivos assentam em mecanismos para expandir e racionalizar a sua dominação sobre os actores sociais. Aplica-se às várias teorias existentes sobre o nacionalismo;

A identidade de resistência: criada por actores contrários à dominação actual, ou

¹ - Cf. CASTELLS, Manuel (2003) - *O Poder da Identidade*, Lisboa., Fundação Calouste Gulbenkian, p. 3

² - *idem*, p. 4

em condições de subalternidade, nomeadamente de desvalorização e/ou estigmatizadas pela própria lógica de dominação e que criam resistências com princípios diferentes ou opostos às próprias instituições sociais;

A identidade de projecto: quando os actores, recorrem a qualquer tipo de material cultural, e a partir daí constroem uma nova identidade que vai redefinir a sua situação na sociedade, ao mesmo tempo que contribui para a mudança social, em toda a estrutura social.

Estas três formas e origens da construção da identidade não irão, como é óbvio, desaguar em formas rígidas de identidades, ou seja, nenhuma identidade é por si mesma uma essência, nem guarda em si mesma aspectos progressistas ou conservadores se se encontrar fora do seu contexto histórico.

Assim sendo, uma identidade de resistência pode acabar como identidades de projecto ou até mesmo em identidades legitimadoras, tornando racional a sua dominação.

Cada tipo de identidade leva a resultados distintos:

- a *identidade legitimadora* dá origem a uma sociedade civil, com organizações e instituições e a um conjunto de actores sociais que se mostram estruturados e organizados e que são os responsáveis pela reprodução, não raras as vezes de forma conflituosa, a identidade racionalizadora das fontes de dominação estrutural;
- a *identidade de resistência* é a grande responsável pela formação das comunidades. Parece ser esta forma de identidade a mais importante nas nossas sociedades. É esta forma de identidade que está nas origens das formas de resistência colectiva a formas de opressão, levando à construção de uma identidade com cariz defensivo perante as instituições e as ideologias dominantes, invertendo o julgamento de valores e contribuindo para o reforço dos limites de resistência;
- a *identidade de projecto* produz sujeitos, atingindo o seu significado pela sua experiência. Os sujeitos embora constituídos a partir de indivíduos, não são indivíduos. São constituídos pelo actor social colectivo, através do qual os indivíduos adquirem, através da experiência, alcançam o significado holístico

na sua experiência¹.

As identidades, em relação aos processos como foram construídas, devem ser vistas enquanto dependentes do contexto social. Neste caso, mostra-se inserida na emergência da sociedade em rede, que traz à tona novas formas de transformações sociais.

Da análise da legislação existente em Portugal sobre as autarquias, verifica-se que essa mesma legislação apresenta um reconhecimento explícito sobre a enorme importância que a dimensão local apresenta na problemática do desenvolvimento e nas formas da sua promoção, que é remetida para as atribuições e competências dos municípios.

Esta dimensão local do desenvolvimento assume lugar central na medida em que poderá dar resposta, não só às denominadas necessidades básicas das populações, como poderá apresentar as soluções mais convenientes face aos problemas específicos de cada comunidade.

Deste modo, a dimensão local do desenvolvimento apresenta-se como detentora de um significado tão pertinente quanto a sua dimensão global.

A dimensão local do desenvolvimento ao apelar à participação das próprias comunidades locais nos processos de desenvolvimento, contribui para que essa participação se torne numa condição primordial e única para que se verifique a diminuição, ou até mesmo a resolução, das necessidades locais.

Estas comunidades locais, são definidas como sendo comunidades que são detentoras de formas particulares de um conjunto de relações sociais, económicas, políticas, culturais e simbólicas, fundadas na variedade e na complexidade de redes sociais, que ultrapassam as relações familiares e de vizinhança.

Essas comunidades locais poderão, ainda, ser detentoras de diversas e diferentes comunidades de interesses que, por sua vez, poderão possuir no seu interior elementos provenientes de outras comunidades locais. Existem “(...) *tantas «comunidades de interesses» no mundo urbano ou metropolitano quantos os conjuntos de interesses e*

¹ - *idem*, p. 7

actividades.”¹

Os vários actores, ao formarem comunidades de interesses, procuram satisfazer um conjunto de necessidades: primeiro, as suas próprias necessidades; segundo, as necessidades da comunidade local em que se encontram. Paralelamente a esta procura, os actores desenvolvem processos de mobilização das camadas da população para uma participação directa e activa cujos objectivos se centram na tentativa de alcançar a satisfação das suas necessidades, através de projectos colectivos tendentes para o desenvolvimento da sua comunidade.

Em termos operatórios, e no que se refere à delimitação territorial de desenvolvimento, as comunidades locais coincidirão, em Portugal, com os territórios dos municípios, uma vez que estes, para além de apresentarem uma correspondência de Poder em termos territoriais, possuem autonomia financeira, estão investidos de competências ao nível das decisões e estão mais próximos dos contextos socio-comunitários onde se verifica a insatisfação das necessidades básicas das populações.

Deste ponto de vista, salienta-se o facto deste conceito de comunidade estar bastante afastado dos conceitos anteriores, que relacionavam a comunidade com o modelo de aldeia.

As comunidades de interesses são constituídas por grupos de pessoas, os actores sociais – individuais ou colectivos – que partilham “*uma co-presença, uma co-vivência, uma coexistência, uma co-preocupação e uma intencionalidade comum ou um projecto*”.²

Saliente-se, contudo, que as próprias comunidades locais possuem no seu interior um conjunto de interesses diferentes e diversificados que são o resultado do agregado de contradições da estrutura societária geral e que reflectem, no interior da comunidade, as manifestações de exercício formal e informal de Poder.

A comunidade local apresenta como limites, “*em sentido mais estrito, aqueles que resultam de delimitação político-administrativa em função da qual é exercida a «autonomia municipal».* Em sentido lato, os limites territoriais terão de ser encontrados na expressão espacial da rede de interacções socio-comunitárias dos membros das

¹ - WORSLEY, Peter, (1977) – *Introdução à Sociologia*, Lisboa., Publicações Dom Quixote, (3ª ed.), p. 378

² - HENRIQUES, José Manuel (1990) - *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa., Escher, p. 26

respectivas «comunidades de interesses» (...)”.¹

10.1.2 - A participação

A participação dos actores sociais nos regimes democráticos começou há muito a ultrapassar o mero acto eleitoral.

De cariz autónomo e voluntário, a participação dos actores sociais assume contornos de concretização a partir do momento em que estes se envolvem na resolução dos seus próprios problemas e na concretização de objectivos comuns, e que só serão alcançados através da formação e da consolidação das comunidades de interesses.

Por outro lado, a participação é uma clara alternativa à exclusão, ultrapassando ainda a mera e redutora recolha de opiniões individuais.²

Longe de se tornar numa garantia suficiente que legitime as verdadeiras necessidades do grupo, o processo de participação poderá ainda ter de enfrentar um conjunto de mecanismos de cariz sócio-institucional que poderão dificultar a consciencialização dos indivíduos ao nível das próprias necessidades não satisfeitas e que poderão ficar recalçadas.

As sociedades onde a repressão é inexistente, contribuem para uma maior consciencialização em torno das necessidades não satisfeitas. Pelo contrário, as sociedades onde a repressividade se faz sentir, contribuem para que esse tipo de consciencialização seja menor. A esse facto não ficam alheios os seguintes aspectos:

- a natureza da *interiorização* que é o resultado inevitável do próprio processo civilizacional;
- os obstáculos que se apresentam como barreiras à tomada de consciência das necessidades;
- a natureza da satisfação das necessidades com o *risco* de deslocamento para áreas como o consumo ou para a alienação de cariz socio-político.³

¹ - *idem*. p. 27

² - *idem*, p.28

³ - *idem*

O processo de participação, para que decorra em pleno, poderá pressupor a existência de um conjunto de processos de informação e de formação para a participação, em que os *líderes naturais* e a população em geral constituem os seus destinatários. Também a animação das *comunidades de interesses* se mostra crucial para o seu êxito.

Desta ordem de ideias, a participação poderá assumir dois figurinos. O primeiro encontra-se intimamente relacionado com formas de colaboração com iniciativas tomadas pelo Poder e que estão presentes nas diferentes escalas territoriais., podendo, contudo, apresentar contradições entre si.

O segundo mostra-se em oposição ao anterior. Ou seja, a participação pode assumir aspectos organizativos e expressivos de interesses que se apresentam contrários à iniciativa que tem origem no Poder.

A crise e as soluções para a sua superação vão despoletar uma exigência ao nível da procura em torno de “*novas formas de mobilização do potencial humano*”¹.

Normalmente, as *retomas* económicas tardam em aparecer, e quando surgem já não apresentam as formas do desenvolvimento anterior. Há, pois, que enveredar pela procura de soluções para os graves problemas que afectam as zonas industriais em crise e as zonas rurais em declínio acelerado.

Ou seja, torna-se necessário que o desenvolvimento. de iniciativa local. seja orientado para a *invenção* de novos mecanismos de regulação, uma vez que o sistema instituído não conseguiu produzir as soluções adequadas.

Deste processo de procura de soluções podem surgir, entre outros, os incentivos à criação de novas empresas, o estímulo à criação de projectos empresariais inovadores e a multiplicação de acções tendentes a revitalizar e a dinamizar os tecidos socio-económicos locais.

Como refere José Arocena “*esta capacidade de iniciativa emerge de um contexto de crise e faz o apelo à larga mobilização dos actores locais. O efeito sobre o desenvolvimento das sociedades locais é múltiplo.*”²

Esse efeito múltiplo, a que o citado autor faz referência, pode ser *visto* quer

¹ - AROCENA, José (1986) - *Op.cit.*, p. 14

²- *idem*, p. 15

através do recurso à utilização de indicadores sobre a criação de empregos permanentes ou sobre o aumento do volume da actividade económica, como é possuidor de uma capacidade de movimentação, uma vez que a grande parte deste tipo de acções faz apelo ao conjunto das populações de um dado território.

No entanto, existe uma série de *exigências* com que a acção local se depara, e que se manifesta na procura de *novas formas de regulação social*, a que Arocena (1986) considera como sendo as constituintes da “*base dos processos de génese dos actores sociais*”¹ e que são apontadas como sendo:

- a *reconstituição*, ou seja, os indivíduos ou os grupos procuram as suas pertenças, o mesmo será dizer que indivíduos ou os grupos reconhecem-se como pertencentes a uma comunidade e agem dentro de uma vivência local colectiva;
- a *mobilização*, isto é, os indivíduos ou os grupos exprimem, de maneira diferente, as suas representações do desenvolvimento, assim como agem sobre as representações feitas pelos outros actores;
- o *encontro*, parte do pressuposto que os indivíduos ou os grupos existem num sistema de relações sociais e, como tal, desenvolvem redes de relações entre si, ao mesmo tempo que propõem estratégias de desenvolvimento.²

10.2 - AS IDENTIDADES COLECTIVAS E AS CAPACIDADES DE ACÇÃO

Parece existir uma profunda relação entre a *crise de identidade* e os processos de crise económica. A ilustrar esta relação encontram-se as várias regiões que experimentaram, nos últimos anos, dificuldades ao nível do seu tecido industrial. “*Os problemas do desenvolvimento económico dessas regiões afectaram de uma forma dramática a permanência constitutiva da identidade.*”³

A dimensão tecnológica fez parte integrante da chamada cultura industrial. No entanto, com a aceleração do processo de desenvolvimento verificado nas últimas

¹ - *idem* p. 69

² - *idem*

³ - *idem*, p. 71

décadas, emerge uma outra identidade relacionada com o trabalho.¹

Assiste-se a alterações e readequações dos *saberes* e do *saber-fazer*, que assumem novos protagonistas e novos lugares perante os processos de assimilação das novas tecnologias.

O desemprego de longa duração é responsável pelo esvaziamento do processo de constituição da identidade local, uma vez que a “*inserção social já não se faz pelo trabalho*”.²

Está-se perante um conjunto de novas formas de relação e de articulação entre o cultural e o económico, que se tornam visíveis aquando a constituição dos novos actores sociais.

Estes novos actores sociais localizados vão exprimir uma *nova* identidade local e vão ser os protagonistas num processo de descoberta em torno das possibilidades de agir em novos domínios económicos e sociais, procurando dar resposta aos desafios que o desenvolvimento lhes impõe.

Mas, para se chegar a novas formas de identidade local há que ter em conta os aspectos que se prendem com a memória colectiva.

A memória colectiva vai dotar de lógica a relação entre o passado, o presente e o futuro dessa colectividade, contribuindo assim para a construção das características profundas da identidade colectiva.

¹- Veja-se, como exemplo, o caso da indústria vidreira da Marinha Grande, Cf. HENRIQUES, Maria Clementina; SILVA, Rui Brites; LARANJEIRA, Suzete (1991) - “Entre os vidros e os moldes Marinha Grande - um espaço de industrialização”, *Sociologia. - Problemas e Práticas*, nº 10, pp. 197-218

² - AROCENA, José (1986) - *Op.cit.* , p. 72

11 - AS REPRESENTAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVAS DOS ACTORES

11.1 – OS VÁRIOS TIPOS DE REPRESENTAÇÕES

Ao proceder a uma proposta de acção virada para as questões do desenvolvimento local torna-se necessário detectar as representações que os actores locais estabelecem em torno desse mesmo desenvolvimento à escala da sociedade local.

A cultura dominante do desenvolvimento tem vindo a criar uma unidade de representações que mostra a existência de um sistema complexo formado por três componentes:¹

- a *representação optimista*, que alia a noção de progresso à noção de desenvolvimento;
- a *representação do desenvolvimento centralizador*, acima dos interesses locais;
- a *representação do desenvolvimento como resultado das representações macro-sociais e económicas*

11.1.1 - A representação optimista

A primeira representação parte do pressuposto que todas as sociedades em movimento possuem capacidade de ultrapassar os estados de estagnação. O desenvolvimento é, assim, percebido como uma perpétua capacidade de evoluir, sem contudo perder o aspecto positivo que o caracteriza.

Ao nível local, o optimismo é assumido com base na confiança no progresso ininterrupto. A noção de progresso encontra-se intimamente relacionada com a noção de desenvolvimento.

¹ - Cf. AROCENA, José (1986) - *Op.cit.*, p. 97

11.1.2 - A representação centralizadora

Parte do princípio que são as lógicas centrais ou *verticais* que se cruzam nas instituições existentes localmente, que constroem esta representação do desenvolvimento. Tal é possível devido ao facto da existência de diferentes organismos estatais numa dada região.

Como cada organismo possui a sua visão do desenvolvimento, procura aplicar os objectivos, os métodos e as modalidades de acção da sua instituição ao nível local. O desenvolvimento é percebido como um processo dependente dos organismos centrais e transmitido às sociedades locais, sem a participação destas ao nível das opções tomadas.

11.1.3 - A representação macroeconómica

Esta terceira componente das representações do desenvolvimento enfatiza a importância dos processos macro sociais. Ao nível local, esta representação é percebida sobretudo em regiões que passam por situações de crise dos grandes complexos industriais, nomeadamente ao nível dos processos de reestruturação, encerramento de fábricas ou processos de despedimentos.

Para este tipo de representação, só os grandes projectos que se traduzam na criação de milhares de postos de trabalho apresentam um valor absoluto, contrariamente a todas as outras iniciativas cujo valor é relativo.¹

A conjuntura é vista mais como uma crise do que uma *mutação*.

Quando se assiste a uma situação de *crise*, geralmente não se coloca em causa o modelo de desenvolvimento, e considera-se a conjuntura como transitória. Pelo contrário, quando se assiste a uma *mutação* torna-se necessário proceder ao questionamento sobre novas formas de desenvolvimento, de forma a alterar os pressupostos do modelo anterior.

Este tipo de representação que assenta sobre o gigantismo industrial pode ser

¹ - *idem*, p. 96

alterado por uma mutação sócio-espacial que simultaneamente privilegia a qualidade e a formação de redes de empresas.

11.2 -AS REPRESENTAÇÕES ALTERNATIVA DO DESENVOLVIMENTO: PARTICIPAÇÃO E CONSCIENCIALIZAÇÃO DOS ACTORES

Perante a abertura face às incertezas do futuro, os actores locais podem ser levados a participarem, de modo a assumirem o passado, reconhecer o presente e avançar com respostas alternativas para o desenvolvimento da sociedade local.

Este desejo de participar contribui para que os actores se consciencializem a tomar posições que os afaste de:

- ver o progresso e o desenvolvimento como processos lineares, mas como um processo de luta contra o subdesenvolvimento e a dominação, que pode assumir formas de um desenvolvimento alternativo. São as proposições alternativas do desenvolvimento que *mobilizam* o sistema de representações dos actores locais;
- representar o desenvolvimento local dependente do movimento vertical e centralizador. As representações são feitas através de dinâmicas horizontais, assentes na negociação e no partenariado. A negociação surge como o único instrumento capaz de conduzir a um processo de desenvolvimento que exige a mobilização dos actores locais;
- conceber o desenvolvimento como algo dependente das forças macrosociais, mas de o entender como uma capacidade de proposição e de acção inerentes a todos os níveis. A representação do desenvolvimento localizada na grande indústria deixa de ser exclusiva para dar lugar a novas representações, assentes nos espaços micro-económicos. Como refere José Arocena (1986) “*O “local” não é mais uma zona marginal duma eventual economia dual, mas um pólo de desenvolvimento com as suas estratégias próprias e funcionais*”

relativamente às exigências das novas tecnologias”.¹

Procura-se então mostrar as capacidades da micro-iniciativa local num quadro de transformações impostas pela actual revolução tecnológica.

11.2.1 - A acção para o desenvolvimento

Embora as representações do desenvolvimento local sejam importantes para a análise dos actores no sistema de acção local, tal parece não ser suficiente. Há que proceder à tentativa de mudar a racionalidade do próprio sistema.

Michel Crozier e Erhard Friedberg (1977) definem os *sistemas de acção concretos* como fenómenos que não são possuidores de qualquer tipo de características naturais e, por isso, se torna impossível proceder-se a qualquer tipo de configuração ou atribuição de propriedades.²

Partindo deste perspectiva, os constrangimentos limitadores da acção do homem são *produzidos* pelo próprio homem, na medida em que podem agir sobre os outros homens, limitando assim a sua liberdade, mas podem ser transformados através da capacidade de acção do actor social.

Estes autores insistem na capacidade de acção por parte do actor livre sobre o carácter *irreduzivelmente indeterminado* do sistema. O sistema não seria mais do que um instrumento do actor, pelo que as possibilidades de acção do actor se apresentam ilimitadas.

Os sistemas não se encontram dependentes de uma condição de natureza preexistente, seja ela de carácter económico, cultural ou moral.

Constituído o sistema, ele poder-se-á transformar em instrumento de dominação, ao determinar, limitar e condicionar a acção do actor livre.

A análise do sistema de acção social irá, pois, permitir que se proceda à formulação da hipótese sobre a presença simultânea da liberdade e da dominação, ao mesmo tempo que vai revelar uma enorme capacidade de acção e a presença de determinações provenientes do modo de desenvolvimento.

¹ - *idem*, p. 100

² - Cf. CROIZIER, Michel ; FRIEDBERG, Erhard (1977) - *L'Acteur et le Système*, Paris, Seuil, p. 241

Ora, os sistemas locais caracterizam-se e distinguem-se entre si pelas suas estruturas, isto é, pela estrutura agrária, industrial e de serviços e ainda pelos processos de génese dependente ou autónoma, de carácter exógeno ou endógeno e de centralidade ou periférica.

11.2.2 - Diversidade de actores e de lógicas de acção

Os actores empenhados em processos de acção para o desenvolvimento mudam a sua posição dentro do próprio sistema local pelo facto de renovarem a sua capacidade de acção na sociedade, ao mesmo tempo que descobrem novas competências e se alargam novas redes de relações sociais.

Ao ter essa participação, os actores rompem com o seu isolamento, ou *domínio reservado*, como lhe chama José Arocena.¹ para se dirigirem para outras actividades que estão para lá das suas competências profissionais ou específicas.

Esta participação dos actores locais pode contribuir para o incremento e desenvolvimento de três lógicas, que num país como Portugal e num quadro integrado nas lógicas internas da União Europeia, podem-se tornar determinantes, são elas:

- uma lógica de mercado
- uma lógica de Estado
- uma lógica territorial

No primeiro caso, o mercado foi a lógica que presidiu ao crescimento económico e ao progresso, hoje é o responsável pelas crises económicas e sociais, pese embora a sua capacidade motriz para o desenvolvimento e, em certa medida para o alargamento da democracia no espaço comunitário europeu, na medida em que prevê a livre circulação de mercadorias, de trabalhadores e de ideias e tecnologias.

A lógica de Estado, que é baseada no factor de coesão e de solidariedade nacional em que é suposto corrigir os desequilíbrios e organizar a democracia;

¹ - Cf. AROCENA, José (1986) – *Op.cit.* p. 114

Finalmente, uma lógica de território, historicamente pioneira das formas de organização social e que se apresenta, mais do que nunca, responsável pela manutenção da identidade cultural e pela qualidade do quotidiano.

Entre os novos actores sociais não se encontra qualquer tipo de categoria homogénea, bem pelo contrário; o que se verifica é uma diversidade de forças sociais que é produtora duma pluralidade de actores. A propósito desta pluralidade de actores, Isabel Guerra convida-nos a uma reflexão sobre a representatividade dos actores e o sentido dessa participação, a sua eficácia prática e os interesses que se encontram representados.¹

Por outro lado, refere a citada autora, há que reconhecer que nos processos que convidam à participação, nem todos os actores se encontram representados e, mesmo que o estejam, o poder é detido de forma diferente e a sua legitimação também é feita de modo diferente por parte das autoridades.

Estes modos de acção local diferem:

- pelo tipo de procura institucional
- pelo modo de representar o desenvolvimento e
- pela estratégia dos actores e pelas determinações do sistema²

A diversificação que se observa na acção local repercute-se nas formas plurais de construir as iniciativas, na natureza da mobilização para a acção e nos objectivos a alcançar. Daqui podem decorrer quatro lógicas de acção:

- a acção reivindicativa³
- a acção crítica
- a acção concertante

¹ - Cf. GUERRA, Isabel (2003) – “O território como espaço de acção colectiva: paradoxos e virtualidades do “jogo estratégico de actores” no planeamento territorial em Portugal” in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*, (1º vol.), Porto, Afrontamento, P. 298

²- Cf. AROCENA, José (1986) - *Op.cit.*, p.118

³ - Isabel Guerra propõe este tipo de acção, enriquecendo, desta forma, a proposta apresentada por José Arocena.

- a acção inovadora¹

a) acção reivindicativa

Este tipo de acção vai colocar a sua ênfase na defesa daquilo que são consideradas pelo grupo como sendo as necessidades imediatas e fundamentais a atingir ou a proteger. A acção reivindicativa é, geralmente, adoptada por associações muito enraizadas no *local* e que se encontram polarizadas por objectivos muito delimitados e precisos, independentemente destes persistirem temporalmente ou surgirem a partir de condições específicas. A relação que estabelece com o Poder é envolta, geralmente, em situações consideradas problemáticas, uma vez que o próprio Poder se sente ameaçado ou fortemente questionado pelas reivindicações que lhe são dirigidas. Por outro lado, as reivindicações que dirigem são, não raras vezes, acompanhadas por atitudes agressivas.

Como exemplo de grupos que desenvolvem este tipo de acção, encontram-se as *Associações de Moradores*.²

b) acção crítica

Recorrendo a este tipo de acção, os actores locais não procuram apenas a resolução imediata dos problemas que os preocupam, como procuram provocar um processo de consciencialização na população sobre a sua identidade local, a criação de oportunidades de ensaio de novas formas de gerir e organizar o território com vista a produzir as mudanças necessárias para um desenvolvimento alternativo. É o tipo de acção desenvolvido em regiões ameaçadas pelo despovoamento.

Este tipo de acção é desenvolvido por colectivos associativos, que mantêm a sua existência para além da satisfação das suas reivindicações imediatas, isto porque muitas das vezes se encontram integrados em estruturas organizativas que ultrapassam o mero espaço local.

A mobilização que estes grupos desenvolvem é tendencialmente consciencializadora e original nas formas que utilizam para alcançar os seus objectivos.

¹- Cf. AROCENA, José (1986) - *Op.cit.*, p.119

²-Cf. GUERRA, Isabel (2003) -*Op.cit.*, p.299

Deste modo, a partir de um questionamento global sobre os modelos de desenvolvimento procuram dar respostas assentes em modelos de desenvolvimento alternativos.

As reivindicações que usualmente são feitas são muitas vezes temidas pelo Poder instituído, uma vez que estes grupos podem ter as suas raízes em territórios extra-locais e, portanto, desconhecendo-se totalmente a sua capacidade de acção. Além disso, estes mesmos grupos locais auto representam-se como um contra-poder, cujos objectivos são a eliminação das imperfeições, reais ou meramente supostas, que a democracia participativa apresenta e/ou pelo aprofundamento da própria democracia participativa.

Este tipo de grupos que tem recorrido a este tipo de acção tem vindo a apresentar um papel insubstituível uma vez que têm vindo a “ *assumir funções de intermediação na produção de solidariedades nos espaços onde se desenvolvem processos de desestruturação social ou de ataque a um desenvolvimento sustentado*”.¹

A instabilidade é uma das características apresentadas por estes grupos, situação que pode colocar em risco o dispositivo relacional. Finalmente, pelo facto de não possuírem um carácter profissional e as suas hierarquias administrativas estarem sempre a mudar, vão colocar em causa a própria gestão de competências e de conhecimentos técnicos específicos.

As associações ambientalistas são geralmente apontadas como exemplo deste tipo de grupos que desenvolvem a acção crítica.

c) a acção concertante

Este tipo de acção apela à mobilização socio-política, por parte dos actores, em torno de um problema grave ou a pedir uma resolução urgente. Caracteriza-se por possuir um elevado desejo de participação de forma activa na gestão quotidiana do território numa postura de acção, que considera legítima e que assente na defesa dos seus próprios interesses, geralmente de base corporativa.

É um tipo de acção que é conduzida, muitas das vezes, por figuras possuidores de elevada legitimidade pública, quase carismáticas para muitos, e que congregam o

¹ - *idem*, p. 300

máximo de representados aglutinados sob uma associação, uma vez que é o número de aderentes que lhe vai conferir a força e a legitimidade política.

A acção concertante baseia a sua actuação nos aspectos formais e *politicamente correctos*, ou sejam: as reuniões, processos de negociação, colaboração na concretização de determinado tipo de acções, etc.

Ainda dentro da lógica do *politicamente correcto*, a relação que estes grupos mantêm com o Poder instituído é feita formalmente, institucionalmente e de forma cordial e amistosa., pese embora o carácter pontual que as formas de participação assumidas por estes grupos.

Por outro lado, este tipo de acção é desenvolvida e encorajada pelo Poder político dando, por vezes, origem a estruturas mais formais de gestão dos próprios territórios.

Os exemplos de grupos que recorrem a este tipo de acção é bastante dilatado, dependendo da escala em que nos encontremos. Se a acção é mais local, deparamo-nos com cooperativas de habitação, instituições particulares de solidariedade social, associações de desenvolvimento local, etc.; se a acção é mais global, então é possível depararmo-nos com este tipo de acção proveniente de associações empresariais, de industriais ou de agricultores, etc. *“Estas características faz deles fortes parceiros, com um leque alargado de propostas que vão da educação/formação, à qualidade urbana às várias dimensões da actividade económica. Nesse sentido, pela sua participação legitimam fortemente os processos de planeamento e saem a ganhar com a canalização de avultados recursos financeiros e o apoio a muitas das propostas”*.¹

d) acção inovadora

Tal como o nome indica, trata-se de uma lógica de acção que faz apelo à criatividade e à diversificação da actividade económica local, ao mesmo tempo que procuram que todos os seus associados se empenhem na acção.

É um tipo de acção presente nas regiões mono-industriais em crise, e apela à substituição da mono-industria por um tecido industrial multifacetado e de multidimensões. Daí que possua como referência o desenvolvimento local na sua

¹ - *idem*, p. 301

dimensão alternativa aos modelos de desenvolvimento fordistas.

A sua acção inovadora assume contornos pedagógicos e não é apenas orientada para o exterior; ela tem uma forte componente interna, encontra-se geralmente virada para os próprios associados.

As reflexões que estas associações têm realizado assentam sobre as necessidades de se proceder à *reparação do tecido social*, sobre o lugar e os papéis que as formas de associativismo devem apresentar nas redes institucionais e as articulações a estabelecer entre as lógicas que presidem ao associativismo, as lógicas emanadas do Estado e as lógicas mercantis, ou sejam, as lógicas de solidariedade, de interesse geral e de eficácia, respectivamente.

A acção destes grupos encontra-se significativamente marcada pelos interesses relacionados com os problemas criados pela exclusão social, os quais pretendem representar, assumindo-se como porta-voz de populações desprovidas de direitos de cidadania e de participação. Todavia, há a realçar que a acção a ser levada a cabo congregará todos aqueles que com ela satisfaçam os seus interesses e necessidades pessoais e que sejam mobilizados por essa acção.

Dado o carácter inovador que a acção apresenta, a relação que estes grupos apresentam com o Poder instituído é marcadamente paradoxal, ou seja, de acordo com o tipo de acção a ser concretizado, tanto podem ser apoiados, ignorados ou até hostilizados, situação que tem a ver com o interesse ou desinteresse manifestado por esse mesmo Poder.

A exemplificar os grupos que desenvolvem este tipo de acções, encontram-se algumas associações de desenvolvimento local, grupos culturais ou de defesa do património local.

O município de Palmela esteve praticamente arredado de todos os *processos de desenvolvimento* que têm caracterizado a Península de Setúbal nas últimas duas décadas. Como município expectante, os seus actores viram o *desenvolvimento* passar ao lado.

Mas, com o novo *fôlego* que se prevê para a Península de Setúbal, quer com o projecto Autoeuropa já materializado no município de Palmela, quer já com a rede de gás natural implantada a partir do terminal portuário de Setúbal, quer pelo acesso a Lisboa através do comboio na ponte 25 de Abril, quer ainda pela instalação do metro de

superfície, haverá, por parte dos municípios, uma vontade redobrada para abrirem os seus territórios a novos investimentos.

Quadro 6 - Força Política e mobilização dos vários tipos de associativismo face às formas de gestão do território

Força Política Mobilização	Forte	Fraca
Forte	<ul style="list-style-type: none"> - Municípios e Associações de Municípios - Associações Empresariais da Indústria e Serviços Terciários Avançados - Associações Imobiliárias - Grupos Ecologistas e outros ligados ao Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Associações Culturais, Desportivas e de índole social
Fraca	<ul style="list-style-type: none"> - Associações de Comércio - Universidades e Escola Superiores Públicas - Organismos regionais e municipais dos Partidos Políticos - Igreja e Associações Religiosas 	<ul style="list-style-type: none"> - Organismos Regionais da Administração - Comissões e Associações de Moradores - Sindicatos

Fonte: GUERRA, Isabel (2003) – “O território como espaço de acção colectiva: paradoxos e virtualidades do ‘jogo estratégico de actores’ no planeamento territorial em Portugal” in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*, (1º vol.), Porto, Afrontamento

Quadro 7 - Tipologias de Acção e suas características

Tipo de Acção	Ênfase	Tipos de grupos	Relações Com o Poder	Tipos de Acções que desencadeiam
Reivindicativa	Satisfação das necessidades imediatas consideradas fundamentais Reacção a acções lesivas dos interesses locais	Associações tipicamente locais Exemplo: <i>Comissões de Moradores de bairros populares</i>	Geralmente problemáticas O Poder sente-se ameaçado	Acções agressivas
Crítica	Provocar a tomada de consciência na população sobre os seus direitos e identidades locais Criar oportunidades de ensaiar novas formas de organizar e gerir o território	Colectivos associados de carácter duradouro Exemplo: <i>Associações Ambientalistas</i>	A sua acção é temida pelos Poderes	Negociação permanente
Concertada	Procura e quer participar	Grupos de interesses corporativos Exemplo: <i>Associações Empresariais</i>	Formal, institucional e cordial	Formais e politicamente correctos
Inovadora	Procuram ser os porta-voz das populações sem direitos e sem voz	Grupos com elevada participação interna Exemplo: <i>Associações De Desenvolvimento Local; Grupos Culturais e Patrimoniais</i>	É paradoxal Pode ser apoiada, ignorada ou hostilizada	Formas de acção pedagógica para o exterior e para o seu interior

Fonte: GUERRA, Isabel (2003) – *idem*

11.2.3 – As hipóteses de investigação

No projecto de investigação que foi submetido a aprovação, considerou-se uma questão principal:

- Que estratégias possuem os actores locais do município de Palmela acerca do desenvolvimento que se está a operar nesse território?

e quatro questões complementares.

- Que alianças e conflitos existem entre actores ?

Que tipo de consensos são mobilizadores ?

Existe uma hierarquização dentro dos actores sociais locais em termos de influências indirectas sobre os outros ?

Essa hierarquia, a existir, é percebida pelos actores?

Estas questões abririam espaço para o estabelecimento de um conjunto de objectivos de investigação:

Pretende-se compreender o jogo dos actores locais face ao desenvolvimento local, determinando a sua mobilização, consensos e conflitos;

Pretende-se compreender as influências directas e indirectas que cada actor toma em relação a outros actores;

Pretende-se determinar quais as tendências de desenvolvimento do território municipal de Palmela;

Pretende-se determinar a existência de uma hierarquia de actores nos sistemas decisoriais, bem como se estes possuem uma consciência dessa mesma hierarquização

Para que os objectivos traçados no projecto pudessem ser alcançados e tendo o quadro teórico-conceitual como elemento orientador da investigação, elaboraram-se quatro hipóteses, que foram confrontadas com a realidade empírica e cujos resultados serão descritos e analisados ao longo do trabalho.

1 – O peso dos actores não é o mesmo, pelo que existem actores-chave, que influenciam muito e são pouco dependentes.

2 - Os actores locais do município de Palmela partilham da lógica que se encontra subjacente à acção inovadora, ou seja, a lógica que faz o apelo à diversificação da actividade económica local.

3 – Embora haja uma concordância por parte dos actores envolvidos, quanto à diversidade da actividade económica local, os seus desafios estratégicos identificam-se mais com o desafio estratégico que preconiza a abertura do território municipal ao investimento exterior, contribuindo para o seu processo de industrialização.

4 - A especificidade agrícola merece atenção por parte dos actores, mas já não é considerada como um desafio estratégico dominante.

12 - FORMAS DE ORGANIZAR E GERIR O TERRITÓRIO

A cidade constitui o horizonte das sociedades industrial e pós-industriais. As formas societárias têm sido ainda responsáveis pela produção de metrópoles, de conurbações, de cidades industriais e de grandes aglomerações urbanas.

Deste o início do século passado que se chamam “*metrópoles às mais dinâmicas e mais importantes destas aglomerações.*”¹ A noção de metrópole peca, ainda hoje, por não possuir uma total concordância quanto à sua definição, contudo, parece haver consenso quanto às três características que possuem: são as principais concentrações urbanas de um determinado país que concentram centenas de milhares de habitantes; são aglomerações urbanas multifuncionais; desenvolvem um tipo multifacetado e fortemente integradas na economia internacional.

Ao fenómeno de desenvolvimento das metrópoles junta-se um outro fenómeno – a metropolização – possuidor de contornos ainda pouco distintos, que envolve não só os processos de crescimento e de proliferação das grandes aglomerações, como se estende aos procedimentos que têm levado, de modo progressivo, à concentração de populações, actividades económicas, sociais e culturais e à produção e concentração de riquezas no seu interior.

Este processo de metropolização não contempla, nem seria esperar que contemplasse, somente o conjunto de dinâmicas físicas – as superfícies construídas – como também abrange as dinâmicas sociais e económicas responsáveis pela atracção, para as grandes cidades, de categorias sociais de maior rendimento económico e com actividades profissionais mais qualificadas, procedendo simultaneamente à sua repartição, de forma especificada, dentro do território das metrópoles.

Esta situação contribui para que se verifique um conjunto diversificado de diferenças socioespaciais bem mais marcado do que noutra tipo de cidades.² Esta diferenciação pode ser agregada em dois princípios discriminantes:

¹ - ASCHER, François (1998) – *Metapolis - Acerca do Futuro da Cidade*, Oeiras, Celta, p. 3

² - Este processo é bem nítido nas metrópoles dos Estados Unidos da América, onde se traduz sob forma de guetos, enquanto na Europa, a sua configuração é baseada na formação ou alargamento de dominantes sociais que atingem um certo número de bairros.

- o primeiro, assenta na concentração de grupos sociais da população, com rendimentos económicos e categorias profissionais mais elevados em bairros de cidades mais centrais da metrópole ou em cidades já ocupadas por camadas sociais já enriquecidas.¹ Este princípio é operado através de processos de exclusão assentes na renda fundiária e nos valores imobiliários da habitação, na requalificação urbana, na requalificação do comércio ou ainda no controlo dos próprios equipamentos colectivos;
- o segundo, desenvolve os processos de segregação através de processos que levam à concentração de populações com estatuto socioprofissional precário por via da construção de bairros de habitação social.²

Por outro lado, as deslocações pendulares que caracterizam o crescimento das metrópoles vêm mostrar que o crescimento da metrópole se faz, em menor escala, pela adição de novos subconjuntos e em maior escala através da formação das chamadas bacias de *habitat* e de emprego, decorrente das concepções polarizadoras do espaço, ou seja, em volta de uma ou mais cidades principais.

Este processo de metropolização é, deste modo, o grande responsável pelas transformações mais significativas operadas nos territórios que abrangem as grandes cidades, os seus subúrbios e arredores, estes territórios, que formam espaços urbanos mais vastos, com grande heterogeneidade e descontinuidade e em que não raras as vezes as grandes cidades se encontram cada vez mais distanciados da economia regional e cujos territórios são transformados em espaços de serviços e de lazeres.

Todavia, os espaços que são produzidos pelas dinâmicas urbanas contemporâneas apresentam maior complexidade que as configurações clássicas produzidas pelas sociedades industriais. As metrópoles de hoje já não são somente territórios. Elas são

¹ - No caso português, o bairro de Telheiras na cidade de Lisboa concentra um grande número de indivíduos que são quadros superiores. Quando a Autoeuropa se instalou no Município de Palmela, os quadros técnicos superiores foram alojados nos municípios da *linha de Cascais*, com particular incidência para o Município de Cascais

² - Foram os casos dos bairros do Vale da Amoreira, no Município da Moita, da Bela Vista no Município de Setúbal, do Bairro do Pica-Pau Amarelo no Município de Almada ou da Nova Palmela, no Município de Palmela, entre muitos outros existentes na Área Metropolitana de Lisboa

também modos de vida e modos de produção.¹

Este processo faz com que se torne indiscutível a necessidade de intervenção sobre a organização territorial.

A discussão hoje produzida centra-se sobre as formas de intervenção urbana, em que associam problemáticas da *ideia de cidade* - planeamento urbano em sentido restrito - e de *governo de cidade* - que é entendida como “*a dinâmica dos actores face às formas de produção e reprodução do espaço urbano*”.²

A partir dos anos setenta começa-se a assistir a uma articulação entre o urbano e o económico, o que leva a novas reflexões sobre o urbanismo que vão incluir necessariamente as questões do desenvolvimento urbano e regional; inversamente qualquer reflexão em torno do desenvolvimento urbano e regional vai obrigar a introduzir a variável organização territorial.

12.1 - URBANISMO E PLANEAMENTO URBANO

O urbanismo é uma disciplina que ainda se encontra em definição, e espera o contributo de outros ramos da ciência e da técnica de modo a poder equacionar um corpo coerente, que integre simultaneamente a complexidade e a diversidade da organização espacial.

Para Jean François Tribillon (1991), o urbanismo encara-se, ele próprio, quer como uma *ciência* interdisciplinar, onde as dimensões sociais espaciais estariam englobadas, quer como uma técnica decorrente da aplicação das metodologias de planeamento à intervenção sobre o urbano.

O conceito de urbanismo, tal como hoje é entendido, tem a sua emergência em Inglaterra no início do século XVIII, sendo filho directo da revolução industrial.

Essa mesma revolução industrial constitui “*uma linha divisória na história do urbanismo e, especificamente, como o processo de transformação que torna possível uma inversão dos pesos relativos da população urbana e não urbana*”.³

A revolução industrial inglesa foi também a grande responsável pela atracção de

1 - Cf. ASCHER, François (1998) – *Op.cit.* p. 16

2- CARIA, Fernando (1993) – *Op.cit.* p. 74

3 - MELA, Alfredo (1999) – *A Sociologia das Cidades*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 46

populações rurais para as cidades, que por seu turno não se encontravam preparadas para as receber e acolher.

Com cidades superpovoadas, as condições de vida e de habitabilidade eram péssimas, pelo que “*uma série de pensadores vão repudiar a noção tradicional de cidade, elaborando modelos que permitam reencontrar uma ordem perturbada pelo maquinismo e pela tecnologia nascente.*”¹

É este pensamento, traduzido num outro olhar sobre a cidade, que vai dar origem à principal corrente do urbanismo moderno – a corrente progressista – que se opõe e se afasta das correntes humanista e naturalista, esta última muito ligada aos aspectos nostálgicos do rural.

Desde o século XVIII que a história do urbanismo se encontra marcada por duas ambiguidades que ainda hoje persistem.

Na primeira, assiste-se ao confronto entre *utopias e realidades*, ou seja, “*durante longos anos as reflexões dos «urbanistas» não passavam de ensaios utópicos não concretizados*”², ou seja, a não concretização prática dos modelos levou a que, na maioria dos casos, a avaliação sobre eles se tornasse impossível de realizar.

A concretização dos modelos foi feita tardiamente, no que se refere à presença de dois elementos que constituem parte integrante do urbanismo, falamos obviamente dos profissionais de intervenção urbana e na integração das técnicas de planeamento nos modelos teóricos.

A segunda ambiguidade, que se prende com o conceito de urbanismo, provém do confuso entrosamento verificado entre os pressupostos teóricos e as técnicas de intervenção. Esta confusão é devida ao facto do urbanismo ter sido encarado em duas dimensões não exclusivas: uma, de carácter técnico, baseia-se no estudo histórico-arquitectónico das formas de crescimento e de organização das cidades; a outra, de carácter teórico, procura defender um corpo de conceitos essenciais, nos quais os estudos sobre o crescimento das cidades se devem basear.

Estas duas dimensões dão origem, respectivamente, a dois tipos de *urbanistas*: os primeiros que se têm debruçado sobre o *facto já consumado*, ou seja, sobre a realidade já

¹ - CARIA, Fernando (1993) - *Op.cit.*, p. 78

² - *idem*, p. 79

construída, sobre os efeitos morfológicos provocados por uma determinada forma de crescimento, apontando para a necessidade de se identificar: os diferentes actores responsáveis por esse crescimento, a estrutura fundiária, as figuras de planeamento e as formas de uso e apropriação da cidade por parte dos seus habitantes; os segundos, pelo contrário, colocam-se num nível mais teórico, e procuram as reconciliações do homem com a cidade, da técnica com a natureza, a partir da clarificação das necessidades humanas e da vivência em colectivo, procedendo à detecção das lógicas de materialização de uma dada sociedade.

Pese embora as diferenças entre os dois grupos, é a cidade que é tomada como matéria-prima de intervenção ou de teorização.

O que o urbanismo de hoje procura fazer é uma englobalização entre o social e o espacial, entrosando entre si as diferentes dimensões estruturantes de cada uma das dimensões:

1 - *O homem, o social e o territorial* - considera-se que o espaço é o elemento mediatizador dos comportamentos individuais e sociais, que condiciona e é condicionado por todos os que quotidianamente se reapropriam dele;

2 - *O económico* - que coloca uma dupla dimensão de questionamento sobre os aspectos económicos por parte da intervenção urbanística, em termos de custos e rentabilidades, ao mesmo tempo que o conjunto de actividades produtivas que geram a riqueza e o emprego nas regiões é integrado na paisagem;

3 - *O arquitectónico e a engenharia civil* – que materializam o espaço, marcando-o de forma real e simbólica, influenciando simultaneamente a pluralidade de formas e funções da vida urbana;

4 - *O estético* - que reside nas formas, mas que as ultrapassa indo globalizar-se nas memórias, nas emoções e sensações produtoras de valores, nas culturas e nas identidades individuais e sociais próprias;

5 - *O equilíbrio biológico e a paisagem* - em que se procura humanizar o ambiente natural e o ambiente técnico, sem provocar desequilíbrios biológicos e recriar espaços ecológicos;

6 - *O administrativo* - tendente à acção das administrações e aos seus órgãos de

decisão no que se refere à compreensão e às decisões sobre os territórios que gerem.¹

O urbanismo, assim definido de modo complexo, deve assumir-se como uma disciplina *sistémica, contínua e criadora*. Ao ser conceptualizado desta forma, o urbanismo possibilita, nas suas linhas gerais, uma noção que se torna facilmente apreensível, mas com contornos difíceis de aprofundar e de delimitar. Daí que se assista a uma pluralidade de definições sobre os conceitos de urbanismo e de planeamento urbano.

Uma definição interessante é utilizada por Pierre Merlin e Françoise Choay (1988) que procura englobar as questões teóricas, com a intervenção e com os actores envolvidos nos processos de decisão. Para estes autores, essa definição “(...) *tende a incluir-se sobre o termo urbanismo todo o tipo de intervenção organizada sobre o espaço construído ou em vias de construção, seja qual for a escala(do território à moradia), os actores (decisores públicos ou privados, profissionais e administradores), a natureza do saber (teórico ou aplicado, científico ou jurídico) e seja qual for a época onde se situa.*”²

12.2 - TEORIAS DO URBANISMO

O *confronto* teórico é feito principalmente entre duas correntes: a corrente *progressista* e a corrente *culturalista*.

A corrente *progressista* assenta, inicialmente, no racionalismo iluminista, possuindo uma concepção abstracta do *homem* enquanto indivíduo com necessidades inalteráveis quer no tempo, quer no espaço. Recorrendo-se à ciência e à técnica pode-se definir com exactidão o *modelo urbano perfeito* que se adapta a todos os grupos humanos.

A corrente *culturalista* baseou-se nas ideias de Max Weber e de Werner Sombart. Trata-se de um pensamento originalmente anti-industrial, que nasce da nostalgia pelas cidades do passado, procurando o ressurgimento do calor humano e a qualidade da

¹ - *idem*, p. 81

² - MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise et alli (1988) - *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, Paris, Presses Universitaires de France, p. 683

arquitetura das cidades antigas. Hoje, surge como a tentativa de conciliar de modo harmonioso o homem e a natureza no espaço urbano.

12.2.1 - O Pré-urbanismo.

As reflexões que são produzidas, bem como o conjunto de preposições que englobam este conceito de *pré-urbanismo.*, localizam-se num contexto histórico que é marcado por um aumento demográfico das cidades, o que leva a que se verifique a observação de um fenómeno de despovoamento progressivo dos campos, que varia de país para país, de acordo com o seu nível de industrialização ou de pós-industrialização.

A transformação dos meios de produção e de transporte contribuíram para que, do ponto de vista estrutural, se observasse a emergência de novas funções urbanas, situação que iria contribuir para a destruição dos traços medievais e barrocos das cidades europeias.

O crescimento urbano., que se torna ininterrupto desde a revolução industrial, irá contribuir para as formas de segregação e de marginalidade social, epidemias de acelerada expansão, etc.

A *nova ordem urbana* que entretanto se instala é decorrente da racionalidade produzida pela introdução de vias de comunicação, pela especialização de sectores urbanos e pela criação de grandes equipamentos urbanos.¹

Os fenómenos de suburbanização, a implantação de fábricas nos limites da cidade, e a dispersão do operariado e das classes médias pelas periferias urbanas, contribuem para que a cidade deixe de ser uma unidade espacial bem limitada.

Esta fase inicial do pensamento sobre a cidade é marcada, exclusivamente, pela presença de uma diversidade de pensadores como cientistas, médicos, pensadores políticos, higienistas, homens da Igreja, etc., que reflectem sobre a cidade.

A reflexão que é feita situa-se numa dimensão utópica, baseado na dicotomia temporal assente no *passado* e no *futuro*, assumindo-se posições de nostalgia ou de progressismo.

É, pois, a partir de um conjunto de filosofias de índole político-social ou de

¹ - CARIA. Fernando (1993) - *Op.cit.* p. 86

utopias, que surgem duas correntes de projecção espacial: o *modelo progressista* e o *modelo naturalista*.

No pré-urbanismo, o *modelo progressista* pode ser reconhecido nas obras de Robert Owen, Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon entre outros, e tem como ambição proceder à conciliação do homem com as técnicas disponíveis nessas sociedades. As suas críticas incidem sobre a cidade industrial e sobre as condições do homem *alienado*. Procura-se, como objectivo, a realização do homem *moderno* – que o concebe como um ser universal, idêntico em todos os lugares e em todo o tempo – que será alcançada através da ciência e da técnica, cujas capacidades residem no facto de permitirem a resolução dos problemas que são colocados pela relação que os homens têm com o mundo e com os lugares.

Aplica-se uma *ordem-tipo* de carácter racional, que pode ser aplicada a qualquer agrupamento urbano, independentemente das dimensões espaciais ou temporais. Recorta-se o espaço urbano, baseado numa análise funcional das actividades humanas - o trabalho, o lazer e a cultura, ao mesmo tempo que se valoriza a *higiene* “*que vai dar ao espaço uma característica de abertura e de espaços verdes arejados.*”¹

A cidade, segundo o *modelo progressista*, teria de recusar a herança artística do passado, submetendo-se de forma exclusiva às leis de uma geometria *natural*. Avança-se para propostas protótipos e de edifícios *standard*.

Para o *modelo culturalista*, a sua atenção vai para o conjunto populacional que constitui a cidade. O movimento culturalista nasce na Inglaterra do século XIX, sob o impulso de Augustus Pugin, John Ruskin e de William Morris, cujas obras dão conta do desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade, provocada pela pressão desintegradora da industrialização. Daí que a cultura seja a palavra-chave deste modelo. A cidade é vista como a forma cultural de uma sociedade formada por elementos em interacção, e cujo principal risco é tornar-se anónima e disforme com a industrialização.

Cada cidade teria uma forma própria que é produto da sua história local, das actividades que possui e do espaço geográfico que ocupa.

O ordenamento do espaço é feito segundo modelos menos rigorosos que os do modelo anterior. No entanto apresenta algumas determinações e características materiais

¹ - *idem*, p. 88

precisas, nomeadamente, o aspecto da cidade ter de estar circunscrita ao interior de limites precisos, preferindo cidades de pequena dimensão e inspiradas nas cidades medievais.

O traçado geométrico é praticamente nulo. A *estética* ocupa, aqui, o lugar que a *higiene* ocupa no modelo anterior. Propõe-se que cada construção seja diferente das outras, apelando-se à especificidade em função do lugar e da cultura local.

12.2.2 - O “urbanismo funcional” da primeira metade do século XX

O *urbanismo funcional* distingue-se do *pré urbanismo* em dois aspectos: na transferência da tarefa de pensar e estruturar a cidade que passa a ser trabalho de peritos - sobretudo de arquitectos, deixando assim de ser obra de generalistas ou filósofos; e na tarefa prática que o urbanismo assume, abandonando a sua fase utópica.

O funcionalismo, que tem as suas raízes históricas no século XIX, aparece como uma aplicação das concepções da biologia à sociedade, recorrendo usualmente a analogias orgânicas.

Segundo essas analogias, só se poderá compreender o funcionamento de um *corpo social* tendo como referencial um organismo vivo.

O equilíbrio verificado nesse *corpo social* só é possível devido à existência de uma interacção entre as partes que o constituem e as funções desempenhadas por cada um.

Esta tradição aplicada ao mundo social sobrepõe-se historicamente passando o funcionalismo biológico a ser interpretado com o funcionalismo arquitectónico. Vai ser em 1931, através da *Carta de Atenas* que se vai proceder a esta transposição para as escalas urbana e territorial.

Dentro do *urbanismo funcional* podem ser identificados três modelos: o *modelo progressista*, o *modelo culturalista* e o *modelo naturalista*.

O modelo progressista

O início do século XX irá proporcionar o desenvolvimento do urbanismo, cuja pretensão é tornar-se na ciência global da cidade. Vai ser com Tony Garnier, em 1917, que aparece um plano da *cidade industrial*, onde se encontram representados quase todos os elementos que constituem a base do urbanismo contemporâneo,¹ influenciando fortemente os arquitectos *racionalistas* na primeira metade do século.

O objecto do urbanismo continua a ser o mesmo: *pensar a cidade*. Mas a revolução industrial viria a mudar a natureza ao urbano. O desafio é respondido através da transformação da arte do urbano em urbanismo, que se torna “*num sistema de intervenções baseadas sobre uma teoria científica (ou pelo menos racional) da urbanização do urbano e das suas formas de organização.*”²

As ideias e as técnicas desta corrente urbanística viriam a ser veiculadas pelo *Congresso Internacional de Arquitectura Moderna*, em 1928, que inspirados pela imagem do *homem-tipo*, elaboram em 1933 o manifesto doutrinal que ficaria a ser conhecido como *Carta de Atenas*. Este manifesto constitui o documento básico do modelo progressista.

Nele são analisadas as necessidades universais do homem, as quais a cidade deve satisfazer, de acordo com quatro grandes funções: habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e a mente. Propõe-se que a cidade deva possuir zonas específicas para cada função.

Sendo dominado pelas correntes modernistas, este modelo de urbanismo defende a coincidência temporal do século XX com a cidade, ou seja, a cidade deve afirmar a sua contemporaneidade ao utilizar as técnicas actuais: a fábrica, o automóvel, o comboio, o avião, etc.

Uma vez satisfeitas as funções urbanas consignadas na *Carta de Atenas*, o plano de cidade poderia ser adoptado a qualquer lugar, e isto porque é concebido para *um homem-tipo*, por isso não existe associação nem com os lugares, nem com tradições

¹ - *idem.* p. 90

² - TRIBILLON, Jean.François (1991) - *L'Urbanisme*, Paris., La Découverte, p. 58

culturais.

O plano de cidade do modelo progressista encontra-se ao serviço da *eficácia* e da *estética*. Enquanto a *eficácia* se encontra dependente da importância atribuída às questões da saúde e da higiene, a *higiene* é polarizada em torno das concepções de iluminação, de espaços verdes e de lazer. Com base nestes princípios, reclama-se que as construções deveriam ser em altura, afastadas entre si por espaços verdes e iluminadas.

O modelo culturalista

Este modelo irá desenvolver e aprofundar as teses que marcaram o pré-urbanismo culturalista. A concepção que possui do espaço difere radicalmente do que é proposto pelo *modelo progressista*. A cidade é concebida com base na singularidade de cada espaço e de cada situação, partindo-se do princípio que cada cidade é detentora de um espaço que é apropriado de forma particular e diferenciada.

É na Inglaterra, com os trabalhos de Ebenezer Howard, que o modelo culturalista recebe novo fôlego. O projecto de *cidade-jardim* que concebe, vai tornar-se num marco de extrema importância na história do planeamento urbano, assim como a criação da imagem dos *três magnetes*,¹ que hoje são definidos como os primeiros objectivos do planeamento.

Ebenezer Howard, nos seus estudos sobre urbanismo, afirmava que quer a cidade que o campo possuía vantagens e inconvenientes. As vantagens apresentadas pelas cidades eram, sem dúvida, as oportunidades oferecidas em termos de acessibilidade quer ao trabalho, quer aos serviços urbanos. Já as desvantagens podem ser identificadas com o empobrecimento do meio ambiente, o campo possuía um excelente meio ambiente que contrastava com a falta de oportunidades.

A tarefa de Ebenezer Howard foi a de proceder à combinação dos elementos vantajosos da cidade e do campo, construindo um modelo de cidade e não uma periferia desprovida de centro e de limites.

Daí que o seu modelo parta da existência de um centro, composto por espaços

¹ - A teoria dos *três magnetes* desenvolvida por Ebenezer Howard assentava no *campo*, na *cidade* e na *cidade-campo*.

comerciais e administrativos, circundado por áreas destinadas às habitações, cada uma provida de jardim e, por fim, uma zona industrial localizada na periferia.

Combinam-se assim as vantagens das acessibilidades da cidade com as vantagens do campo, traduzidas no meio ambiente sem causar qualquer tipo de desvantagens.¹

O modelo naturalista

O *modelo naturalista* circunscreveu-se apenas aos Estados Unidos, onde se constitui já no nosso século, e baseia-se numa tradição anti-urbana e nos aspectos nostálgicos da natureza ainda virgem e do mito dos pioneiros do Oeste americano.

É o arquitecto Frank Lloyd Wright que cria este movimento, dando origem a um *urbanismo anti-urbano*, baseado em planos de grande escala ²e assentes na existência do automóvel e da energia eléctrica que, chegando a todo o lado possibilitavam que as cidades se diluíssem através da dispersão das pessoas e dos empregos, acusando a cidade industrial de alienar o indivíduo pelo trabalho e propondo o contacto do homem com a natureza, pois só assim ele consegue um desenvolvimento harmonioso, atingindo a sua plenitude enquanto pessoa.

A partir destas ideias, Frank Lloyd Wright propõe um modelo baseado numa cidade dispersa e com baixa densidade de construção. Mas é uma cidade diferente, ou melhor, a própria noção de cidade desaparece, ³ prevendo-se casas individuais rodeadas por dois hectares de terreno, podendo as actividades profissionais serem anexadas à habitação. Nalguns casos poderá existir um agrupamento em pequenos centros isolados uns dos outros, situação que é extensível quer aos hospitais, quer aos outros equipamentos culturais. A ligá-las, haveria redes terrestres e vias aéreas.

Este modelo articula alguns aspectos dos modelos anteriores. O espaço é concebido como um espaço moderno que oferece a liberdade ao Homem, cabendo aos

1 - O modelo de Ebenezer Howard foi concretizado em duas cidades-jardim a de Letchworth e a de Welwyn, perto de Londres. Todavia, como não possuíam actividades económicas próprias, rapidamente se transformaram em cidades-dormitórios, o que coloca algumas questões à filosofia subjacente às *cidades jardim*.

² - Frank Lloyd Wright elabora um projecto com o nome de Broadacre-City, que nunca seria concretizado bem como as suas ideias.

³ - Cf. CARIA, Fernando (1993) – *Op.cit.* p. 95

elementos técnicos darem o sentido ao projecto articulando as dispersões.

12.2.3 - O urbanismo racional do pós-Guerra

Os problemas que entretanto foram sendo colocados pela sociedade industrial não obtiveram respostas por parte do urbanismo do princípio do século XX, nem ao nível dos modelos que propuseram, nem ao nível das concretizações. Para além disso, sofrem uma crítica acentuada a seguir à segunda guerra mundial.

Numa fase inicial é privilegiado o olhar sobre a *forma* em detrimento do *conteúdo* das funções urbanas. É a tradição progressista que, perante as novas funções da cidade, propõe uma série de necessidades quantificáveis, face ao aumento populacional e perante um conjunto de necessidades específicas que nascem do progresso técnico.

Assiste-se ao aparecimento dos modelos das cidades futuristas, resultantes deste processo de polarização, e cujas características são semelhantes: grandes concentrações populacionais, libertação da superfície terrestre, investimentos no subsolo, no mar e na atmosfera.¹

O que efectivamente se verifica, é uma incapacidade por parte dos urbanistas em assumir as potencialidades oferecidas pela técnica, como refere Françoise Choay “*vimos que os urbanistas progressistas, mesmo concebendo de modo novo o espaço global da cidade, não souberam assumir em sua plenitude as possibilidades que a técnica lhes oferecia e não realizaram a revolução tecnológica, que constituía um dos fundamentos da sua teoria.*”²

As críticas a esta fase do urbanismo vão reintegrar o problema urbano, contextualizando-o numa forma mais global, partindo de contributos e de reflexões de outros campos profissionais, envolvendo trabalhos de economistas, sociólogos, juristas, historiadores e psicólogos, que associando o carácter empírico das suas pesquisas à diversidade das abordagens, dão conta da complexidade do novo campo de reflexão: o planeamento. “*Mais do que a forma, ou a materialização das funções urbanas, está em*

¹ - Os exemplos são variados, desde a cidade-ponte de Fitzgibbon, a cidade-marina do japonês Kikutake, as cidades verticais de Maymont, etc.

² - CHOAY, Françoise (1998) – *O Urbanismo*, São Paulo, Editora Perspectiva, (5ª edição), p. 35

*causa as formas de vida e de estruturação da cidade.”*¹

Das tendências críticas, a mais significativa provém de Patrick Geddes, que procura definir o contexto concreto do estabelecimento humano recorrendo ao maior número possível de sectores da realidade.

Patrick Geddes introduz três noções que se tornarão cruciais para a reflexão em torno do planeamento urbano:

- a valorização da cidade, que é vista como um *organismo vivo* que possui um conjunto de funções integradas e independentes perfeitamente identificáveis no processo histórico de urbanização;
- a cidade, ao mostrar-se complexa vai exigir a presença de uma diversidade de disciplinas de índole social, que contribuam quer para o seu conhecimento, quer para intervenções a efectivar, e que evitem olhares enviesados sobre o real;
- apresenta a metodologia de planeamento aplicada à cidade, baseada na observação da região, das suas características e das suas possíveis tendências, análise da observação e construção de um plano.

A contribuição de Patrick Geddes para o planeamento é de relevante importância porque os seus estudos incidem sobre a realidade concreta; e quando procede à análise dos estabelecimentos humanos e do sistema da economia local procura relacioná-los com as potencialidades e limitações que caracterizam o meio ambiente local.

O *modelo racional* que será predominante até aos anos oitenta, vai retomar e complexificar o *modelo funcionalista* da fase anterior e, perante a organização das formas urbanas da cidade, introduz a metodologia própria ao planeamento, sem contudo aplicar totalmente o pensamento de Patrick Geddes.

O processo de trabalho destes urbanistas era feito de forma muito directa: procedia-se ao diagnóstico, segundo a proposta metodológica de Patrick Geddes, passando-se à análise, baseada num empirismo prático, terminando com o plano. Esta

¹ - CARIA, Fernando (1993) – *Op.cit.* p. 96

metodologia seria posteriormente alargada quer aos planos gerais de urbanização, quer aos planos parciais e de pormenor.

Os pressupostos que estão implícitos ao modelo racional podem ser sintetizados do seguinte modo:

- “ 1 - a racionalidade é total aplicando-se universalmente a todas as situações;*
- 2 - a racionalidade implica uma finalidade única que deriva de uma adequação óptima entre meios e fins (princípio da optimização);*
- 3 - a universalidade do comportamento racional permite uma previsão completa dos efeitos no decurso do tempo, podendo ser antecipada com o máximo rigor;*
- 4 - as determinantes próprias do modelo racional contém internamente todas as variáveis pertinentes, sendo possível abstrair as variáveis «externas» (políticas, culturais, jurídicas, etc.);*
- 5 - a estratégia de decisão é linear porque está inteiramente prescrita pela lógica específica do comportamento racional;*
- 6 - a estratégia de decisão ocorre numa situação de informação total, que permite uma mensuração perfeita antes e depois da tomada de decisão”.*¹

Os pressupostos acabados de enunciar vão possibilitar a distinção entre o que é e o que não é racional, ao mesmo tempo que defende a separação entre as propostas elaboradas pelos especialistas e as decisões do político.

Os anos sessenta são marcados por um elevado crescimento urbano, que se reflecte na ocupação dos campos envolvente das cidades, criando fenómenos de suburbanização, traduzidos no consumo e no aumento das mobilidades quer para o centro, quer para o trabalho.

Estes fenómenos, para além de complexificarem a cidade, vão exigir uma maior capacidade de decisão e de intervenção sobre o urbano. Com os anos setenta, os problemas agudizavam-se, as cidades deterioravam-se e a crise fiscal limitava intervenções eficazes.

¹ - SÁ, Maria Teresa Salgueiro de Vasconcelos e (1990a) - *A Intervenção Sociológica no Planeamento*, Dissertação de Mestrado no Ramo do Planeamento Regional e Urbano, Lisboa., Universidade Técnica de Lisboa

Surtem críticas ao *modelo funcionalista*, provenientes de áreas influenciadas pelas correntes marxistas, sobretudo em França com Manuel Castells e Jean Lojkine e em Inglaterra com David Harvey.

Manuel Castells irá discutir, em 1972 em *La Question Urbaine*, as ligações entre o modelo económico e o meio urbano, colocando ênfase no papel que o espaço urbano desempenha como factor de consumo colectivo. Jean Lojkine, em 1977, em *Le Marxisme, l'Etat et la Question Urbaine*, reflecte sobre o papel desse espaço como um processo material fundamental para a circulação do capital; e David Harvey, em 1973, em *Social Justice and the City* irá reflectir sobre o papel do espaço urbano no processo de articulação do capital.

A reflexão que tem sido feita sobre a cidade leva a que ela deixe se ser considerada como uma unidade isolada *per si*, mas como um subsistema que se insere em lógicas económicas sociais e culturais que terão de ser tomadas em linha de conta quer se trate de processos de decisão, quer de processos de intervenção, que visem uma concepção de desenvolvimento.

12.3 - PLANEAMENTO ESTRATÉGICO: ACÇÃO E/OU RECONCILIAÇÃO ENTRE ACTORES ?

12.3.1 - As Correntes do Urbanismo: do pós-Guerra aos nossos dias

Até aos anos cinquenta o *urbanismo* era entendido como uma forma de estruturar o espaço de forma racional; a esta concepção não é estranha a devastação verificada, sobretudo na Europa, pela segunda guerra mundial.

Esta forma restritiva de *arrumar* o espaço limitava-se a ordenar os locais de habitação e de trabalho, os equipamentos colectivos e as vias de comunicação. O que se pretendia, pois, era evitar um crescimento descontrolado e anárquico das cidades.

Estamos perante um *urbanismo* que não consegue reflectir de forma profunda as políticas de ordenamento do território.

No período de expansão económica que marcou a década de sessenta, o planeamento recebe apoio financeiro do sector público, ainda em expansão e com

capacidade de investimento, ao mesmo tempo que se apresenta na dependência da vontade política em possuir Planos como *fonte de prestígio*.

Está-se ainda num período em que os agentes locais e a população em geral só tomam conhecimento dos Planos enquanto algo acabado e consumado, não podendo ter qualquer tipo de participação.

Nos anos setenta, a crise económica e, conseqüentemente, a crise *do Estado-Providência* que os caracterizou, conduziram a uma diminuição da capacidade financeira para as questões do planeamento urbanístico. A adicionar a esta questão verifica-se que os agentes económicos, por um lado, e as populações, por outro, não vêm alcançados os seus objectivos nem satisfeitas as suas necessidades básicas.¹

Margarida Perestrelo (1999) refere, inclusivamente, a própria falência do planeamento tradicional que se faz sentir a partir dos anos setenta. Curiosamente esta falência é notada independentemente da elevada complexidade que o nível técnico atingiu, situação que é acompanhada pela sofisticação dos modelos matemáticos associados.

Este paradoxo entre desenvolvimento técnico-científico do modelo e a sua crise pode ser explicado, segundo a referida autora, pelo facto dos planos se mostrarem “*completamente desadequados da realidade social e económica, acabando por não serem aplicados*”²

O paradigma tradicional de planeamento falhou na medida em que a sua génese pressupõe uma previsão perfeita do que iria acontecer, ou seja, o planeamento, ao ser considerado neutro, conduziu à total imutabilidade das coisas, ao mesmo tempo que se procurava alcançar o óptimo; os próprios fenómenos sociais foram sendo materializados, remetendo-se os actores sociais para um total esquecimento o que, como consequência, se traduziu num menosprezar da própria experiência social.

Se é nítida a desvalorização da dimensão político-social dos territórios e, conseqüentemente a falta de importância que é dada às propostas e decisões dos actores

¹ - Cf. PEREIRA, Teresa Craveiro (1990) – “O Plano-Processo no Planeamento Estratégico”, *Sociedade e Território*, nº 12, Porto, Afrontamento, p. 12

² - PERESTRELO, Margarida (1999) – “Prospectiva: Planeamento Estratégico e Avaliação”, Comunicação apresentada no 1º Congresso em Portugal sobre Planeamento e Avaliação e Impactos Sociais p. 1

sociais, também é bastante evidente a estreiteza do campo das possibilidades ensaiada pelo urbanismo racional, quando cegamente procura o óptimo esquecendo-se dos vários futuros possíveis e disponíveis, para serem considerados em termos de projecto territorial.

Esta perspectiva *globalizante* tende a racionalizar a utilização do espaço e dos recursos com vista à melhoria da qualidade de vida das populações, ao mesmo tempo que busca um desenvolvimento económico harmonioso.

Carlos António Bana e Costa chama a atenção para o facto de que muitas das vezes se considera que à partida há como uma tendência em “*considerar que em qualquer situação decisional existe pelo menos uma solução, que com o tempo e meios suficientes pode objectivamente ser demonstrada como sendo a melhor solução*”.¹ Poder-se-á correr o risco de se estar a construir um modelo de apoio à decisão que se encontra, logo enviesado *à priori* e/ou senão mesmo desadequado perante o conjunto de situações e problemáticas com que os decisores se podem confrontar.

Estas e outras questões que caracterizam a crise do modelo de planeamento são acompanhadas, ao longo dos anos setenta do século passado, por um conjunto de teorias incidiam numa reflexão aprofundada em torno dos chamados *paradigmas da mudança social*. Questionava-se os seus fundamentos económicos, as formas urbanas e rurais que o modelo produziu. A reflexão teórica girava em torno do processo que assegurava uma exploração racionalizada dos recursos, quer sejam humanos, técnicos ou naturais, de forma a dar resposta às necessidades que são expressas ao nível local.

Por outro lado, os objectivos destas teorias estavam virados para a necessidade de se produzir um novo olhar, uma nova forma de pensamento, com maior grau de complexidade, capaz de ultrapassar os entraves detectados no paradigma racionalista do planeamento, produzindo a emergência de uma novo paradigma – o planeamento estratégico.²

Contudo, a emergência do novo paradigma dá-se no final da década de setenta e é marcada por um outro tipo de reflexão em torno do urbanismo. Tal é feito articulando-o

¹ - COSTA, Carlos A. Bana e (1994) – *Les problématiques de l'aide à la décision: vers l'enrichissement de la triologie choix-tri-remplacement*, Centro de Sistemas Urbanos e Regionais da Universidade Técnica de Lisboa., UTL/IST Lisboa, p.1

² - Cf. SÁ, Maria Teresa Salgueiro de Vasconcelos e (1990a) – *Op.cit.*

numa perspectiva de desenvolvimento regional. Neste sentido, assiste-se a uma situação inversa, ou seja, quando se procede às reflexões sobre o desenvolvimento regional e urbano, sente-se a obrigação de se proceder à introdução da variável *organização territorial*.¹

A década de oitenta, que se caracteriza por um *urbanismo liberal e concorrencial*,² vai dar novo fôlego às críticas sobre o urbanismo *planificador e voluntarista*³ das décadas anteriores, que assentou em pressupostos ideológicos pouco adequados à realidade. As críticas vão mais longe quando consideram que os *grandes planos* são instrumentos sem qualquer eficácia prática, já que os dinamismos locais são simplesmente ignorados, ao mesmo tempo que representam apenas os aspectos mais ou menos ideológicos por parte dos planificadores.

Procuram-se novas perspectivas para o modelo de desenvolvimento ao mesmo tempo que se buscam novas componentes de ordem qualitativa quer para as cidades quer para os territórios.

12.3.2 - O Planeamento Estratégico: sua génese

O Planeamento Estratégico fazia há muito parte dos instrumentos de gestão empresarial. As suas raízes estão relacionadas com as alterações que se verificaram na gestão das empresas no pós-segunda guerra mundial. Este tipo de planeamento solicita grande flexibilidade para se adaptar a um sistema socio-económico em permanente mutação.

O Planeamento Estratégico pode ser definido como “ *um meio sistemático de gerir as alterações e criar um futuro possível para uma organização (...) é um processo criativo que permite identificar e realizar uma política conclusiva, tendo em conta os pontos fortes e fracos das empresas num contexto mais vasto em que ela actuará e do qual terá de aproveitar as oportunidades oferecidas em vários momentos*”⁴.

Recentemente a aplicação do Planeamento Estratégico às grandes cidades, e

¹ - Cf. CARIA, Fernando (1993) - *Op .cit*, p. 102

² - Cf. ASCHER, François (1991) – “ Vers un Urbanisme Strategique, decisionnel et heuristique”, *Sociedade e Território*, nº 12, Porto, Afrontamento, p. 116

³ - *idem*

⁴ - MENDES, Maria Clara (1992) – “Planeamento Estratégico - o caso de Lisboa.”, *Cadernos Municipais*, nº 57, p. 12

principalmente em áreas metropolitanas, foi feita partindo do pressuposto que a cidade é, antes de mais, um *produto* e como tal pode e deve competir com outras cidades. A novidade reside na “*vontade de utilizar o planeamento estratégico na condução das colectividades e na gestão das formas urbanas*”.¹

O Planeamento Estratégico tendo o seu grande desenvolvimento ligado à estratégia empresarial, traz aspectos inovadores na sua aplicabilidade ao urbano, ao mesmo tempo que cria uma nova forma de pensar o planeamento e o desenvolvimento.

Numa fase inicial, o Planeamento Estratégico pretende imprimir uma nova racionalidade à acção pública urbana. “*A última realidade da racionalização consiste em envolver a acção pública na problemáticas e práticas ditas estratégicas permitindo dar um novo rosto às actividades de planificação e de políticas urbanas*”.²

A ruptura com o planeamento tradicional tem lugar com a introdução das concepções e técnicas utilizadas no *Planeamento Estratégico* ao nível do urbanismo. O que marca essa ruptura é o aspecto de interacção constante que se imprime ao processo de planeamento, *plans are nothing, planning is everything*, daí que se afirme que o Planeamento Estratégico não é um plano mas sim um processo.

Esse processo é, contudo, um processo interactivo e progressivo e não termina com a elaboração de um *Plano*. Este deve ser visto como uma fase de um ciclo estratégico, no qual estão englobados como partes fundamentais a concretização dos objectivos, o controlo e a avaliação.

Independentemente de o considerarmos implicitamente ou explicitamente, “*o planeamento estratégico pressupõe sempre uma visão prospectiva*”³, isto porque se considera que os objectivos definidos são sempre alcançáveis.

Por outro lado, na própria reflexão prospectiva o que interessa não é tanto a solução final, mas sim o percurso interrogativo que põem em causa as ideias preconcebidas. Partindo-se muitas vezes do *zero*, a reflexão em torno das *boas ideias* só é possível porque o processo de planeamento é percebido como um processo de aprendizagem. Hoje, a

¹ - CARIA, Fernando (1993) – *Op.cit.* p. 104

² - PADIOLEAU, J.-G. (1989) - “Un mouvement de rationalisation de l’action publique urbaine : le planning stratégique”, in WACHTER, Serge (org), *Politiques Publiques et Territoires*, Paris L’Harmattan, p. 159

³ - PERESTRELO, Margarida (1999) – *Op.cit.* p. 2

maioria já não considera que “*o planeamento se resume a um exercício de descoberta de meios para alcançar fins predeterminados*”.¹

A grande novidade deste plano-processo incide no facto do planeamento ter deixado de ser considerado como *propriedade opinativa* de decisores e executores, para ser alargado a outros espaços sociais nele implicados - os actores activos e passivos desse território.

Não se trata apenas de mudar os intervenientes no planeamento, é mais do que isso: é envolver e responsabilizar os actores pelas suas tomadas de decisão. Tal só se torna possível na medida em que os instrumentos de análise e antecipação são elaborados a partir de uma concertação obtida entre os diferentes actores envolvidos. Por outro lado, as recomendações emanadas encontram uma maior legitimação a partir do momento em que se tenha feito um elevado investimento quer nas metodologias de organização, quer nos processos de coordenação entre os diferentes actores.

12.4 - A METODOLOGIA DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

Como processo de Planeamento contínuo, o Planeamento Estratégico vai exigir um sistema de acompanhamento e monitorização. Este processo é definidor das regras de gestão, ao mesmo tempo que intervém desde a fase inicial até à escala do projecto.

Do ponto de vista do Planeamento Estratégico, os objectivos serão concretizados com base em mecanismos de regulação das forças em presença e do fortalecimento do partenariado.

A Identificação dos Actores Locais

O primeiro critério que Fabrice Roubelat toma para qualificar um actor é a sua homogeneidade, “ (...) *o actor é grupo de indivíduos organizados, seja um grupo de organizações, com um certo número de projectos comuns e dispondo de capacidades de reacção comuns. Os seus objectivos estão ligados a projectos cuja articulação visam*

¹ - *idem*

articular”¹

Contrariamente ao que poderia supor, a chamada *opinião pública* não constitui um actor, na medida em que não é detentora de meios nem de objectivos homogéneos. O Estado, só por si, também não forma um actor uma vez que é detentor de uma multiplicidade de níveis de poder de decisão, podendo haver objectivos diferentes e meios de actuação diferenciados.

Por outro lado, há cada vez mais uma maior necessidade de se pôr em causa o *mito do decisor isolado*. Carlos António Bana e Costa chama a atenção para o facto que é verificado independentemente que “*seja no sector público seja no domínio das organizações privadas, as decisões não são senão excepcionalmente assunto da responsabilidade de um só indivíduo. Quanto mais complexa é a situação maior é o número de entidades implicadas, directa ou indirectamente, no processo de tomada de decisão – a estes chamamos-lhes actores, a que os anglo-saxões chamam de “stakeholders”. São os sistemas de valores, que representam e defendem e as relações que entre os actores se estabelecem que ditam as suas decisões. De facto, “os valores de um actor condicionam a formação dos seus objectivos, interesses e aspirações, que são muitas vezes ‘imprecisos, instáveis e expostos a conflitos internos’*”²

Como processo participado, o Planeamento Estratégico pressupõe o envolvimento de actores sociais e económicos. Para tal há que proceder à identificação e sistematização dos actores que existem no território. Esse processo terá de ter em conta: a dimensão do papel que esses actores representam no território e na promoção do desenvolvimento local. Este procedimento metodológico possibilita a explicitação dos objectivos que levam ao envolvimento dos actores locais no processo de planeamento.

Contudo, nesta fase poderá surgir a necessidade de se proceder à agregação de actores³. A multiplicidade de actores locais conduz, forçosamente, a um perfil social diversificado, onde figuram, para além da Autarquia, actores sociais, económicos e culturais, para além da Administração Central.

¹ - HATEM, Fabrice ; CAZES, Bernard ; ROUBELAT, Fabrice (1993) - *La Prospective - Pratiques et méthodes*, Paris, Economica, p. 272

²- COSTA, Carlos A. Bana e (1993) – *Processo de Apoio à Decisão: Problemáticas, Actores e Acções*, Lisboa., Instituto Superior Técnico/Centro de Sistemas Urbanos e Regionais, p. 10

³ - Cf. PERESTRELO, Margarida (1999) – *Op.cit.* p. 6

Para tal há a considerar os vários organismos e/ou entidades que podem integrar o mesmo actor.

Analisando as competências e os atributos de que são detentores, na *estratégia de actores* procede-se à agregação daqueles que possuem os mesmos objectivos e que são detentores da mesma posição face a esses objectivos. Esta situação só se torna possível após a análise de conteúdo das entrevistas que lhes são realizadas.¹

O envolvimento de todos estes actores “*é a única maneira de obter a formulação, ou reformulação, de propostas*”.²

A Monitorização Permanente

O conceito de monitorização permanente é entendido pelo Planeamento Estratégico como o *confronto interactivo entre as propostas e a sua concretização*.

Este instrumento tem como finalidade a detecção dos desvios de execução das metas programáticas. Tendo uma natureza retroactiva, estes instrumentos vão permitir que se realize o controlo efectivo das acções a realizar, a partir de ajustamentos, o que concede o carácter adaptativo a este tipo de Planeamento.

12.4.1 - Operacionalização do Plano Estratégico

Segundo a proposta de Padioleau. (1989) a construção do Plano Estratégico passa pelas seguintes sete fases:³

- 1- A organização dos procedimentos estratégicos
- 2 - A radiografia do “ambiente”
- 3 - A formulação de tarefas

¹ - *idem*

² - PEREIRA, Teresa Craveiro (1990) – *Op.cit.* p. 13

³ - Cf. PADIOLEAU, J-G.(1989) - *Op.cit.*. Embora outros autores apresentam metodologias com condensação de fases na produção do Planeamento -Estratégico, é o caso de MENDES, Maria Clara (1992) que apresenta quatro fases: organização, análise da situação interna e externa; desenvolvimento de estratégias e execução.

- 4 - As análises interna e externa
- 5 - A escolha dos objectivos e das estratégias
- 6 - O plano de acção e a execução
- 7 - A contra-evolução

1 - A organização dos procedimentos estratégicos

Nesta primeira fase trata-se de colocar em funcionamento uma estrutura específica, o grupo de projecto do Planeamento Estratégico, por exemplo, que será responsável pela “*definição, programação e desenvolvimento do trabalho, a supervisão do seu andamento e a resolução de conflitos e inconsistências que surjam durante a elaboração, implementação e gestão do plano*”.¹

2 - A radiografia do ambiente

Procede-se à selecção dos grandes problemas que sejam susceptíveis de influenciar o futuro de uma comunidade local, tendo em atenção as exogeneidades que influenciam o sistema local. Nesta fase ainda não se entra em pormenores muito aprofundados. O que se procura é a informação a partir de um conjunto de indicadores económicos, sócio-demográficos e naturais, que possibilitem o fornecimento de *imagens globais* das tendências futuras dessa comunidade.

Estes indicadores deverão ser construídos e analisados segundo três perspectivas:

- a) *diacrónica*, o que permite esclarecer as tendências e as projecções;
- b) *comparativa*;
- c) e interpretados numa *linguagem de constrangimentos e oportunidades* ²

¹ - MENDES, Maria Clara (1992) – “Planeamento Estratégico - o caso de Lisboa”, *Cadernos Municipais*, nº 57, p. 13

² - Cf. PADIOLEAU, J.-G.(1989) - *Op.cit.* p. 162

Quadro 8 - Discurso sobre a acção pública

Planeamento	Planeamento Estratégico
Sociedade de crescimento	Sociedade de descontinuidade
Predominância da acção pública	Partenariado sociedade civil-acção pública
Visão <i>substancial</i> dos bens públicos colectivos	Visão <i>processual</i> dos bens colectivos
Racionalidade <i>científica</i>	Racionalidade política
Coordenação hierárquica, planos	Mercados, pseudo-mercados, contratos
Concepção das Cidades	
Visão voluntarista da homogeneidade	Diversidade, variedade
Imagem Introvertida	Imagem extrovertida
Acção pública formalizada	Acção pública aberta
Acção pública global	Acção pública de <i>patchwork</i>
Acção pública coerente	Acção pública concretizável
Discurso Metodológico	
Processos especulativos	Procedimentos pró-activos
Planificação de largo alcance	Planificação <i>soft</i>
Grupo de peritos	Participação dos actores sociais
Orientação normativa	Orientação pragmática

Fonte: Padioleau, J.-G. (1989) - *Op. cit.*, p. 177

3 - A formulação de tarefas

Nesta fase, procede-se formulação, avaliação e selecção das estratégias de planeamento, através do envolvimento dos actores locais. Pretende-se “*dar aos problemas as orientações mais gerais recolhendo em princípio a concordância do maior número de cidadãos*”.¹

¹ - *idem*, p. 163

4- Análises internas e externas

É fundamental o procedimento das análises externas e internas, de forma a serem identificados os temas-chave, as oportunidades e constrangimentos oferecidas pela situação envolvente. A *análise externa* orienta-se para o estudo das variáveis envolventes do espaço local, nomeadamente as modificações ao nível internacional, nacional e regional e que possuem, eventualmente, impactos potenciais sobre esse espaço local.

Uma vez determinados, os factores externos deverão ser hierarquizados segundo duas dimensões:

- a) *a probabilidade de ocorrência;*
- b) *o impacto que poderão ter.*

Este conhecimento torna-se pertinente, uma vez que os factores externos podem pôr em causa o conjunto de possibilidades de concretização dos objectivos inicialmente pensados.

Na *análise interna*, procura-se determinar os pontos fracos e fortes em relação a cada um dos temas estratégicos, por forma a alcançar-se os objectivos.

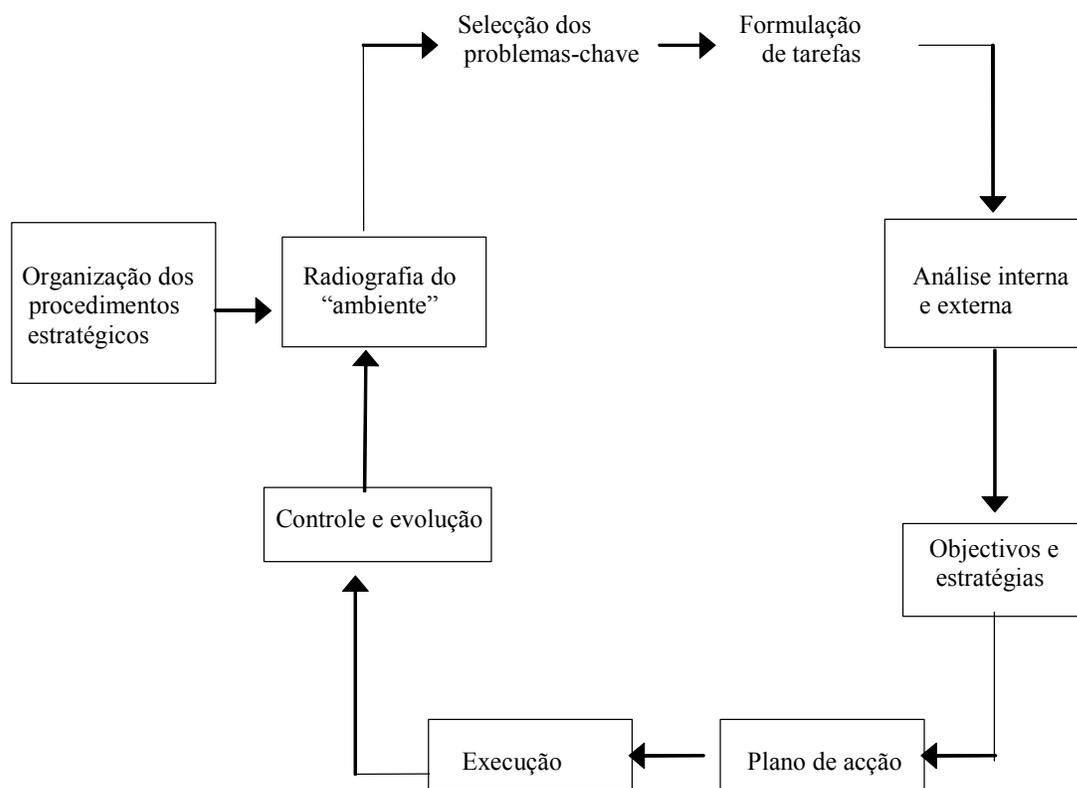
Este tipo de análise completa o diagnóstico externo.

5 - Escolha das metas, dos objectivos e das estratégias

As fases anteriores produziram condições para que se proceda à selecção das *metas*. Essa selecção deve, no entanto, possibilitar duas escolhas:

- a) *apoiar-se nos pontos fortes e*
- b) *eliminar ou debilitar os pontos fracos.*

Figura 5- Características Gerais do Planeamento Estratégico



Fonte: PADIOLEAU, J-G (1989) - *Op.cit*, p. 161

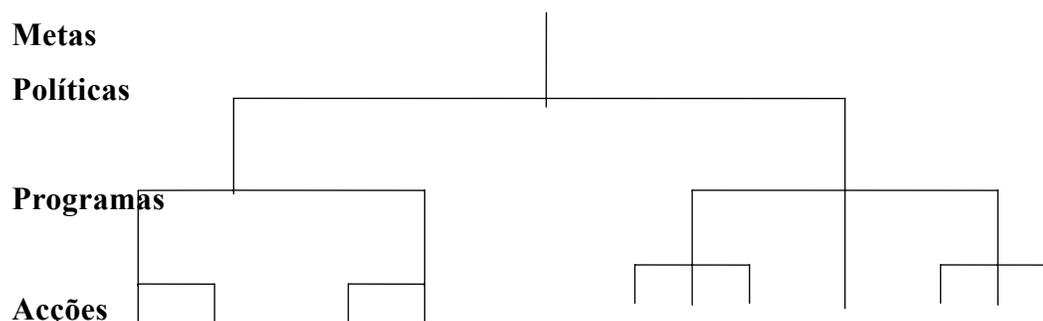
Enquanto as *metas* procuram traçar o desejável, os *objectivos* esforçam-se por traduzir, de modo concreto, os aspectos quantitativos e temporais. As *estratégias*, para além de terem de apresentar coerência entre si, devem mostrá-la também em relação aos objectivos estabelecidos e em relação aos objectivos cuja probabilidade de risco seja menor ou nula.

Daí que as estratégias a seguir incidam sobre a forma de rentabilizar as oportunidades externas que se apresentem mais pertinentes e os aspectos mais fortes que a comunidade apresenta.

6 - O Plano de acção e execução

Cabe ao Plano de acção concretizar de forma detalhada as opções estratégicas escolhidas e articulá-las com os recursos necessários, (e possíveis), nomeadamente com os recursos orçamentais e humanos da administração local.

Figura 6 – As Fases Hierarquizadas do Planeamento



Fonte: PADIOLEAU, J.-G.(1989) - *Op. cit.* p. 180

7 - O Controle e a evolução

O controle é feito pelo processo de monitorização, sobre a implementação das estratégias e programas, procedendo-se à avaliação produzida pela implementação do processo de Planeamento e do cumprimento de objectivos. Com a introdução dos mecanismos de retroacção torna-se possível fazer ajustamentos às estratégias e programas.

Por outro lado, a implementação do Plano Estratégico está fortemente dependente da sua divulgação e que deverá simultaneamente proporcionar a participação e cooperação dos actores sociais.

A ausência de eficácia do Planeamento tradicional pode ser atribuída à falta de participação dos actores locais, à ausência de análise dos seus recursos, perspectivas e constrangimentos. A valorização do papel dos actores no processo de planeamento

tornou-se assim num *pragmatismo* do Planeamento Estratégico.

Ao proceder à valorização da eficácia das acções, o que obriga a uma identificação dos recursos, dos actores locais que os dominam e a sua capacidade de os utilizar perante objectivos mais ou menos precisos, o procedimento estratégico vai utilizar processos de *negociação* com os actores locais, procurando níveis de consenso em relação aos objectivos fixados.

Por outro lado, os procedimentos estratégicos ao serem introduzidos na *acção pública* vão trazer, por arrastamento, uma outra discussão sobre os papéis do Estado e da *sociedade civil*.

12.4.2 - A Avaliação do Planeamento

Proceder a uma avaliação “*é sempre comparar com um modelo - medir - e implica uma finalidade operativa que visa corrigir um melhorar. O padrão ou modelo a partir do qual se avalia é, em última instância, um valor de referência que, numa situação de planeamento, se encontra geralmente fixado, a partir do diagnóstico da situação inicial, nos objectivos e metas fixadas*”.¹

A avaliação de um projecto ou, neste caso concreto, de um Plano deve ser tomada como um processo e como um instrumento que contribui para a enunciação da acção, no que concerne à forma em como é conduzida e as formas em como pode ser aperfeiçoada.

Assim sendo, a avaliação ultrapassa a mera função de proceder à medida dos resultados da acção, para entrar no campo da compreensão das origens das consequências sociais que são observáveis e nas consequências dos meios financeiros, humanos, materiais e outros, que foram colocados em curso.

As funções que geralmente são atribuídas à avaliação são, pelo menos, quatro:

- de medida;
- de utensílio utilizado no apoio à tomada de decisão;
- de processo de formação;

¹ - GUERRA, Isabel Carvalho (2000) – *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção, Planeamento em Ciências Sociais.*, Cascais, Principia, p. 185

- de contribuição para o aprofundamento da democracia participativa.¹

A avaliação enquanto função de medida

Enquanto função de medida, a avaliação compreende, como já anteriormente foi referido, um papel dinâmico, na medida em que constitui um processo contínuo que se encontra articulado com a acção, sendo os resultados finais uma parte da acção. A informação recolhida e organizada muitas das vezes de forma sociográfica, não deve constituir, só por si, material de avaliação, sendo necessário proceder-se à sua interpretação, situação que leva a avaliação a confrontar-se com um padrão configurado cientificamente e/ou político-ideológico.²

Além disso, nem todos os impactos de uma intervenção são quantitativamente mensuráveis, ou seja, a avaliação deverá também considerar a combinação entre as dimensões qualitativas e quantitativas, uma vez que os aspectos subjacentes à subjectividade da acção humana continuam a despertar interesse e a lançar desafios para a sua mensuração.

A avaliação enquanto utensílio utilizado no apoio à tomada de decisão

A avaliação apresenta uma enorme pertinência junto daqueles cuja função se radica na manutenção ou no corte de programas, financiamentos e investimentos. A sua função é, pois, a de ser produtora de informação conducente a facilitar a racionalização da tomada de decisão em contextos multidiferenciais e de elevada complexidade.

A avaliação enquanto processo de formação

A avaliação é detentora desta função na medida em que ela própria constitui um processo de aprendizagem, baseada em instrumentos de reflexão e de racionalização usualmente articulados com contextos e resultados provenientes da acção.

¹ - *idem*, p. 186

² - *idem*

A avaliação constitui um processo de aprendizagem para os responsáveis da acção, que são chamados a gerir e a proceder a adaptações dos resultados anteriormente decididos aos contextos que evoluem e cuja modificação pode ser lugar ao longo do acompanhamento avaliativo.¹

A avaliação enquanto contribuição para o aprofundamento da democracia participativa

A quarta função que a avaliação pode (e deve) assumir refere-se ao momento de reflexão e de acção em que se deve constituir. Só deste modo se torna possível aos diversos actores reflectirem sobre as causalidades dos variados problemas que surgiram e sobre as acções a realizar. A acção colectiva, que entretanto tem lugar através desta metodologia, surge como um forte momento de aprofundamento da democracia participativa.²

A noção dinâmica implícita no plano-processo estratégico detêm a possibilidade de uma redefinição permanente aos níveis dos objectivos e dos meios, e que pode ser devida a três factores:

- alterações inesperadas verificadas na envolvente;
- alterações nas estratégias de actores;
- meios envolvidos considerados inadequados.³

A esta visão dinâmica do planeamento poderá corresponder uma visão dinâmica da avaliação, cujos objectivos se centram em avaliar os resultados da execução, as modificações do *ambiente* envolvente, e da estratégia dos actores e despoletar a redefinição dos objectivos e meios considerados necessários; não se centra no decisor, ela é, acima de tudo, uma avaliação de cariz pluralista, uma vez que o conjunto dos actores se encontra envolvido.

¹ - *idem*, p. 187

² - *idem*

³ - Cf. PERESTRELO, Margarida (1999) - *Op.cit.* p. 9

Quer o Planeamento Estratégico, quer o processo de *avaliação interactiva* constituem instrumentos de acção posicionados para a mobilização e para a participação dos diversos actores sociais.

As metodologias de carácter prospectivo - método dos cenários, análise estrutural, a análise das estratégias dos actores - possuem elevadas capacidades para a construção de metodologias de *avaliação dinâmica* centrada nos actores e na sua reflexão estratégica, formando assim um conjunto de ferramentas de apoio à decisão.

II PARTE

13 - METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA EMPÍRICA

Os critérios metodológicos que presidiram a esta investigação inscrevem-se no que se denomina investigação-acção.

A investigação-acção é aqui assumida como um processo, através do qual o investigador e os actores envolvidos investigam em conjunto e de modo sistemático as estratégias tendentes a processos de desenvolvimento local.

A investigação-acção é essencialmente uma nova forma de aproximação da investigação, onde o actor assume o papel de investigador e o investigador assume também o papel de actor.

Esta situação leva a acção para as considerações de investigação, uma vez que os seus pressupostos de partida assentam na sua dinâmica sobre a acção ao mesmo tempo que vê os actores como sujeitos participativos e não como meros objectos passivos de investigação.¹

Por outro lado, a investigação-acção recorre à diversidade de métodos e de técnicas que se encontram disponíveis às Ciências Sociais. Contudo, dadas as especificidades deste tipo de trabalho, há a tendência de se privilegiar as metodologias qualitativas.

Dada a natureza do objecto que está na base desta investigação - *a análise das estratégias dos actores locais face ao desenvolvimento local no município de Palmela* - julgou-se haver pertinência em utilizar o método de *estudo de caso* ou, como também é conhecido, análise intensiva.

A escolha deste método foi baseada no facto de ele se mostrar como o mais inteligível perante a dupla condição do objecto empírico possuir uma dimensão territorialmente localizada, e o objecto teórico remeter a sua abordagem para uma pluralidade de dimensões da realidade.

Ao pressupor a análise *intensiva* e em *profundidade*, o método de *estudo de caso* levou a uma multiplicidade de temas a abordar, o que possibilitou a apreensão histórica da unidade empírica que se estava a observar.

¹ - Cf. GUERRA, Isabel Carvalho (2000) – *Op. cit.* p. 53

Ao mostrar-se *flexível*, este método admitiu uma selecção e utilização mais livres do conjunto de técnicas utilizadas; e, finalmente, deu lugar a uma *quantidade* de informação heterogénea que foi resultante da utilização de técnicas diferenciadas.¹

A pesquisa empírica comportou, *grosso modo*, dois momentos: o primeiro que incidiu sobre a pesquisa documental e posterior análise do material recolhido, e um segundo momento, em que se procedeu à análise das estratégias dos actores, com recurso a uma adaptação do método MACTOR, proposto por Michel Godet.²

Para que a investigação-acção fosse inteligível tornou-se fundamental: a compreensão do todo, nomeadamente as formas de organização das interacções estabelecidas entre as partes; a compreensão de cada parte na identidade que lhe é própria.

13.1 - A ANÁLISE DOCUMENTAL

A pesquisa documental e, posteriormente, a sua análise, constituíram a primeira fase do trabalho empírico sobre o município de Palmela e a região envolvente.

Com esta técnica de investigação procurou-se caracterizar e contextualizar o município de Palmela, nas suas vertentes demográficas, sociais e económicas, quer do ponto de vista interno do município, de modo a detectarem-se possíveis discontinuidades sócio-espaciais nos territórios que o constituem, quer do ponto de vista externo, comparando o município de Palmela com os restantes municípios que constituem a Península de Setúbal, quer ao nível demográfico, quer ao nível de implantação industrial, concentração urbana, actividades económicas exercidas pela sua população activa, etc...

A pesquisa documental incidiu sobre a informação contida: nos Recenseamentos Gerais da População, de forma a tornar possível a compreensão da evolução da população nos vários territórios que formam a Península de Setúbal e no próprio município de Palmela; nos Recenseamentos Agrícolas, que possibilitaram uma melhor compreensão sobre as alterações produzidas ao nível da agricultura neste município; nos

¹ - Cf. ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira (1982) – *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa., Editorial Presença (3ª edição), p. 87

² - As questões referentes à explicação deste método encontram-se no capítulo seguinte

Quadros de Pessoal e outras estatísticas, que tornaram possível verificar a evolução do número de empresas e do número de empregos, sobretudo na década de oitenta e no início da década de noventa; e no próprio Plano Director Municipal de Palmela (em fase de revisão), cujo objectivo foi, por um lado, analisar as opções de desenvolvimento propostas para este município e, por outro, confrontar essas opções de desenvolvimento com as expectativas e estratégias dos vários actores locais.

13.2 - A OBSERVAÇÃO DIRECTA SIMPLES

Dada a inserção do investigador no tecido social, económico e cultural do município de Palmela, considerou-se esta técnica pertinente para obter dados complementares, com recurso aos seus próprios sentidos, daí a sua diferença face à entrevista ou ao inquérito por questionário, cuja base assenta nas percepções de terceiros.

Há, contudo, um conjunto de inconvenientes à prática da observação simples, nomeadamente os erros de percepção, a limitação dos sentidos humanos, ou o simples facto do investigador se encontrar dentro do contexto que está a ser observado,¹ pelo que houve a necessidade de ter um conjunto de discussões com *experts* acerca dos dados obtidos.

13.3 - A ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DOS ACTORES DO MUNICÍPIO DE PALMELA

As novas concepções sobre o Planeamento - nomeadamente sobre o Planeamento Estratégico - levantam questões que conduzem a um maior envolvimento, comprometimento e a uma maior participação por parte dos vários actores existentes num dado território. Procura-se assim um Planeamento mais participativo e mais virado para um território que procura criar atractivos a novos

¹ -Cf. BRAVO, R. Sierra (1992) - *Técnicas de Investigación Social - teoría y ejercicios*, Madrid, Paraninfo, p. 253

investimentos, ao mesmo tempo que se passa à análise dos recursos dos actores sociais e económicos, às suas perspectivas e constrangimentos.

Está-se perante uma dupla acção, baseada num meio sistemático de gerir as alterações verificadas num território – quer a partir do seu interior, quer através das influências dos territórios exteriores que o envolvem – e nos meios de criar um futuro possível, assentes nos pontos fortes e fracos desse território num contexto mais vasto.

Estes pressupostos começaram por ser aplicados às empresas, uma vez que “*o mundo não é abstracto e a sociedade não pode ser reduzida à condição de máquina destinada a produzir e vender valor acrescentado. A produtividade das empresas não garante a competitividade, também é preciso qualidade e inovação que dependem, primeiro que tudo, do comportamento, da iniciativa e da imaginação de cada um, a todos os níveis.*”¹

Verifica-se então que o Planeamento Estratégico, que tem vindo a ter o seu desenvolvimento relacionado com a estratégia empresarial, tem trazido alguns aspectos inovadores na sua aplicabilidade ao urbano, ao mesmo tempo que tem vindo a criar uma nova postura de pensamento e acção face ao planeamento e ao desenvolvimento dos territórios. Imprime-se uma nova racionalidade à acção pública urbana, envolvendo os actores locais nas problemáticas e nas estratégias a tomar.

A aplicação destas ideias ao planeamento territorial parte do princípio que o território é, antes de mais, um *produto* e como tal pode e deve competir com outros territórios.

A acompanhar esta postura assiste-se à emergência e desenvolvimentos de novos procedimentos metodológicos que procuram pôr em prática essas novas concepções.

Em Portugal, esta metodologia embora recente, já apresenta um conjunto de estudos de elevado interesse científico.

A metodologia adoptada na pesquisa empírica aqui apresentada foi, em grande parte, baseada na metodologia aplicada no estudo *Análise Prospectiva da Baixa Pombalina*², concretamente no que se refere à estratégia de actores.

Por outro lado, e dadas as condições específicas do objecto de estudo e da própria

¹- GODET, Michel (1993) - *Manual de Prospectiva Estratégica*, Lisboa., Pub. Dom Quixote, p. 23

²- Nesta pesquisa Margarida Perestrelo e José Maria Castro Caldas utilizam e completam a proposta de Michel Godet na análise das estratégias dos actores.

pesquisa, adaptou-se o método proposto por Michel Godet, pelo que houve necessidade de proceder a algumas alterações no método MACTOR.

Recorreu-se a esta metodologia por duas razões: pelo seu carácter inovador e pelo facto da mesma se apresentar com elevadas potencialidades para a análise das estratégias dos actores, ao mesmo tempo que se apresenta como detentora de um conjunto considerável de vantagens sobre os processos clássicos.

13.3.1 - A construção das variáveis

A teoria dos jogos fornece um conjunto de ferramentas de análise bastante vasta, mas de aplicação limitada pelos constrangimentos de natureza matemática e pelas hipóteses frequentemente restritivas. O método MACTOR propõe uma análise do jogo dos actores que permite explorar melhor o valor e a complexidade informativa, contida nos quadros estratégicos dos actores.

Quando a análise da estratégia de actores é precedida de uma análise estrutural,¹ a escolha dos actores faz-se a partir das variáveis-chave, que essa análise revelou.

Como nem sempre se procede a essa análise estrutural, como no caso deste projecto, entendeu-se que após a realização de um diagnóstico cuidado sobre o território em questão, se tenha elaborado um extenso rol de variáveis que se apresentou como as mais pertinentes para o estudo.

Assim, e de modo a tornar possível a aplicação do método MACTOR, foram identificadas, numa primeira fase, um conjunto de trinta e duas variáveis. Estas variáveis surgiram a partir da análise documental que entretanto foi realizada sobre o município de Palmela.

Nesse sentido, foi feita uma primeira diferenciação entre as *variáveis internas* ao município de Palmela – que caracterizam os fenómenos estudados - e as *variáveis externas* ao município de Palmela - caracterizadoras da envolvente explicativa geral dos fenómenos estudados, nos seus vários aspectos.

Após este procedimento, passou-se à construção de agrupamentos de variáveis, traduzidos em seis grupos: *variáveis sócio-económicas*, *variáveis físico-morfológicas*,

¹ - O MIC-MAC (Matriz de Impactos Cruzados – Multiplicação Aplicada a uma Classificação) tem como objectivo contribuir para a análise estrutural de um sistema: empresa, sector, instituição, território, etc. A partir de uma lista de variáveis estruturais e uma matriz que representa as influências directas entre as variáveis, o MIC_MAC extrai e identifica as variáveis-chave do problema estudado, com a ajuda de quadros e gráficos que permitem a modelização do problema a abordar.

variáveis *físico-naturais*, variáveis *urbanísticas e de planeamento*, variáveis de *ocupação funcional*, variáveis do *sistema de circulação*.

Este grupo de variáveis foi, em seguida, alvo de análise e reflexão crítica, tendo sido retiradas as variáveis que se apresentavam muito descritivas e introduzidas outras que se consideraram pertinentes para o estudo.

Desse processo resultou um segundo conjunto, constituído por dezasseis variáveis, que forma o quadro de variáveis a ser aplicado na análise empírica.

Nas variáveis *sócio-económicas* há a considerar, nas *variáveis internas*, a variável “*Alteração da composição da população residente*” que comporta as características demográficas da população do município, o seu ritmo de crescimento e diferenciação por freguesias; e a variável “*População activa maioritariamente não agrícola*” que pretende dar conta da importância que assume o crescimento da população activa ligada aos sectores secundário e terciário, e o decréscimo da população activa ligada ao sector primário. Nas *variáveis externas*, há a considerar a variável “*Efeito de atracção de populações*”, pretendendo-se detectar que importância assume a localização do tecido produtivo, assim como as acessibilidades aos locais de oferta de emprego e a oferta de habitação a preços concorrenciais em locais com boa acessibilidades rodo-ferroviárias. Este grupo de variáveis justifica-se pelo acentuado crescimento demográfico verificado no município, assim como a alteração em termos da estrutura da sua população activa.

As variáveis *físico-morfológicas*, apenas circunscritas ao grupo das *variáveis internas*, prende-se com a “*Existência de grandes áreas expectantes*”, ou seja, com a existência de grandes espaços agrícolas potencialmente destinados quer à implantação industrial, quer à expansão urbana. A inclusão desta variável no estudo prende-se com a situação expectante em que o município ficou e a recente expansão urbana de alguns núcleos populacionais; e a implantação de grandes indústrias no território municipal.

Quadro 9- As Variáveis da Investigação

Grupo	Internas		Externas	
	Variável	Dimensões	Variável	Dimensões
Sócio-económicas	<i>Alteração da composição da população residente</i>	Características demográficas da população do Município	<i>Efeito de atracção de populações</i>	Localização do tecido produtivo
		Ritmo de crescimento		Acessibilidades aos locais de oferta de emprego
		Diferenciação por freguesias		Oferta de habitação a preços concorrenciais
	<i>População activa maioritariamente não agrícola</i>	Crescimento da população activa ligada aos sectores secundário e terciário		
Decréscimo da população activa ligada ao sector primário				
Físico -morfológicas	<i>Existência de grandes áreas expectantes</i>	Grandes espaços agrícolas potencialmente destinados quer à implantação industrial quer à expansão urbana		
Físico-naturais	<i>Integração no Parque Natural da Arrábida e na Reserva Natural do Estuário do Sado</i>	Condicionantes à construção.		
		Expansão e aproveitamento de locais para turismo e lazer.		

Urbanísticas e de Planeamento	<i>Existência de Planeamento</i>	Plano Director Municipal, Planos de Urbanização Planos de Pormenor e Planeamento Estratégico	<i>Dinâmica do sector imobiliário (nacional/estrangeiro/ pressão sobre o parque imobiliário)</i>	Capacidade de oferta em relação à procura e na especulação imobiliária
	<i>Preservação de zonas históricas (património urbanístico e histórico)</i>	Conjunto monumental apresentado pelo Castelo de Palmela, quer com a sua zona histórica envolvente	<i>Necessidade espacial do secundário (nacional/ estrangeiro)</i>	Existência de terrenos aprovados para a implantação industrial e dotados de infra-estruturas industriais
Ocupação funcional	<i>Tecido industrial em expansão</i>			
	<i>Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção</i>			
	<i>Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção</i>			
Sistema de circulação	<i>Centralidade do município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal</i>		<i>Impacto da nova travessia rodoviária do Tejo (Montijo)</i>	
			<i>Impacto da nova travessia ferroviária (Ponte 25 de Abril)</i>	

As variáveis *físico-naturais* justificam-se neste estudo pelo duplo papel que assumem: a de condicionantes à construção, por um lado, e a de expansão e aproveitamento de locais para turismo e lazer, por outro. Assim, foi considerada a “*Integração no Parque Natural da Arrábida e na Reserva Natural do Estuário do Sado*” por parte do município de Palmela, de modo a detectar qual o papel que essas duas áreas assumem nas perspectivas dos actores.

As variáveis *urbanísticas e de planeamento* inscrevem-se nas *variáveis internas*, através da “*Existência de Planeamento*”, ou seja, da existência de Planos, nomeadamente do Plano Director Municipal, Planos de Urbanização e de Planeamento Estratégico, procurando confrontar a posição dos actores face à necessidade da existência de Planeamento no município e a “*Preservação de zonas históricas (património urbanístico e histórico)*” cuja pertinência de inclusão no estudo se prende, quer com o conjunto monumental apresentado pelo Castelo de Palmela, quer com a sua zona histórica envolvente; e nas *variáveis externas*, através da “*Dinâmica do sector imobiliário (nacional/estrangeiro/ pressão sobre o parque imobiliário)*” traduzida na capacidade de oferta em relação à procura e na especulação imobiliária e através da “*Necessidade espacial do secundário (nacional/estrangeiro)*”, através da existência de terrenos aprovados para a implantação industrial e dotados de infra-estruturas industriais. Estas duas últimas variáveis tiveram a sua inclusão neste estudo, na medida em que o projecto *Autoeuropa* se mostrou como potencial indutor de indústrias fornecedoras de componentes para os veículos produzidos por essa empresa.

As variáveis de *ocupação funcional* procuram dar conta das perspectivas dos actores face a uma situação de um “*Tecido industrial pouco numeroso*”, que se prende com o processo tardio de industrialização no município e com os sectores industriais tradicionais do município, nomeadamente, os sectores de alimentação e bebidas. Com a “*Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção*” que poderá ter sido despoletada a partir dos incentivos concedidos para a implantação das grandes unidades industriais - em que o projecto *Autoeuropa* é exemplo, quer através de incentivos comunitários, quer através de isenções de taxas e impostos.

A variável “*Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de*

produção” tem lugar neste estudo, uma vez que se procurou conhecer as posições dos actores face à implantação industrial neste município em alternativa a Setúbal, uma vez que Palmela apresenta hoje uma grande disponibilidade de solos para ocupação industrial e uma significativa melhoria nos acessos ferroviários ao Porto de Setúbal e nas acessibilidades rodoviárias, através das auto-estradas que atravessam o seu território.

A proximidade do município de Palmela à cidade de Setúbal levou a que este se mostrasse na sua dependência no ponto de vista do comércio. Esta variável “*Comércio dependente de Setúbal*”, surgiu a partir da observação directa, uma vez que o sistema estatístico nacional não possibilita a sua desagregação a unidades territoriais mais restritas, e procurou-se confrontar os actores com a existência de um comércio incipiente e de pouca qualidade existente no município de Palmela, bem como a sua proximidade face a Setúbal e às grandes superfícies comerciais.

A introdução no estudo da variável “*Especificidade Agrícola do município*” justifica-se pelas características agrícolas, baseadas na cultura da vinha e na produção de vinho, que têm caracterizado o município de Palmela há mais de um século, e que passa pelos investimentos em novos processos de cultura da vinha, pelo aumento da qualidade da produção vinícola e pela disponibilidade para o *marketing* do vinho.

Finalmente, as variáveis do *sistema de circulação* aparecem quer nas *variáveis internas*, através da “*Centralidade do município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal* ” e que se prende com as actuais acessibilidades rodo-ferroviárias que o município de Palmela detêm face aos centros urbanos e industriais da AML, Sul de Portugal e Espanha; quer nas *variáveis externas*, através do “*Impacto da Ponte Vasco da Gama travessia do Tejo (Montijo)*” que implicou novos traçados rodoviários, contribuindo para o aumento da renda fundiária e para o crescimento urbano localizado junto às novas rodovias. E, por outro lado o “*Impacto do comboio da Ponte (25 de Abril)*”, que poderá ter como consequências o aumento da renda fundiária e o crescimento urbano localizado junto às novas estações (Pinhal Novo, Venda do Alcaide Palmela Gare/Aires)

13.3.2 - A escolha dos actores e a construção do guião da entrevista

Construído o quadro das variáveis procurou-se, em seguida, relacioná-las com os actores sociais locais.

Quando a análise da estratégia de actores é precedida de uma análise estrutural, a escolha dos actores é feita a partir das variáveis-chave que são reveladas nessa análise.

No entanto, nem sempre se torna necessário a feitura de uma análise estrutural, como o caso que aqui se apresenta.

Contudo, e nestas circunstâncias, tornou-se imperioso a recorrência a um diagnóstico cuidado da situação, recenseando um vasto número de variáveis que pareceram ser as mais importantes para o estudo do território em causa.

Como se tornou impossível simplificar o sistema a estudar, pela simples ausência da análise estrutural, tornou-se mais fácil seleccionar os actores a implicar no respectivo *Jogo de Actores*, a partir desse levantamento exaustivo de variáveis.

Os actores tanto podem ser actores internos como externos ao sistema que esteve em estudo, desde que sejam detentores de um forte impacto na sua evolução.¹

Numa primeira fase, foram identificados vinte actores, que de uma forma ou de outra se apresentavam implicados com as variáveis identificadas.

Dada a natureza dos vários actores sociais locais em presença, procedeu-se à sua categorização, de forma a abranger uma diversidade de posições face às questões colocadas.

Como afirma José Arocena, *“Da «passagem» do cultural ao económico, formam-se os actores sociais. Uma pesquisa identitária aberta ao futuro permite-lhes colocar em causa as representações do desenvolvimento e a propor soluções alternativas”*².

Os actores sociais são assim posicionados no sistema de acção local, podendo agir não só sobre as representações; como tendo a capacidade de poderem contribuir para a mudança da racionalidade do sistema.

O actor social que esteja empenhado numa acção para o desenvolvimento, tende a modificar a sua posição no sistema local devido à renovação operada na sua

¹ - Cf. PERESTRELO, Margarida; CALDAS, José Maria Castro (2000) – “Instrumentos de Análise para o Método dos Cenários II - Estratégia de Actores”, Lisboa, *Dinâmia*, WP 2000/17, p. 4

² - AROCENA, José (1986) - *Op.cit.* p. 105

capacidade de acção sobre a sociedade e sobre as novas relações no sistema local, o mesmo será dizer que “*ele sai do seu domínio reservado para se orientar para uma outra actividade localizada para lá dos limites da sua profissão ou da sua competência específica.*”¹

Numa segunda fase, e por uma questão de operacionalidade do *software* do MACTOR, determinaram-se dez actores, baseados nos critérios de natureza:

- *institucional*, de poder local. e de administração territorial, pelo que se impunha a escolha da Câmara Municipal de Palmela (CMP), o que tornou possível a *visão de conjunto* do desenvolvimento deste município;
- *associativa*, dos mais variados sectores de actividade económica. Optou-se pela escolha de vários tipos de Associações – de cariz Local e Regional. As escolhas incidiram sobre a Associação de Viticultores do concelho de Palmela. (AVIPE) considerando a especificidade representativa desta associação, ou sejam, os interesses dos viticultores da região, e como percebem o desenvolvimento local articulado com a *especificidade agrícola* do município; a Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES), cujos objectivos assentam na valorização e no desenvolvimento das potencialidades agrícolas da Península de Setúbal. Constituem esta Associação onze entidades públicas e privadas, representativas das populações e dos produtores locais; a Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal (ACSDS), que representa um sector marcado por enormes divergências quanto ao tipo de comércio a instalar no território regional; Pareceu interessante conhecer a sua posição face ao desenvolvimento deste município, pois nele existe, para além de duas cooperativas de consumo, uma rede de pequeno comércio e duas grandes superfícies de comercialização grossista: o grupo Makro e o grupo Grula; finalmente, o Fórum da Indústria Automóvel de Palmela (FIAPAL), que surgiu dos *fóruns de reflexão* sobre a indústria automóvel que decorriam em Palmela desde o ano 2000. Fazem parte do FIAPAL cerca de sessenta entidades públicas e privadas. Constituem ainda

¹ - *idem*, p. 114

o Fórum empresas e instituições que embora localizadas noutras zonas do País, detêm interesses estratégicos e objectivos neste território.

- *privada*, uma vez que os grandes investimentos neste município são de natureza privada, a escolha incidu sobre a Autoeuropa (AE), o *gigante* da indústria automóvel, e o maior empregador no território do município de Palmela;
- *patrimonial*, ao nível local optou-se pela escolha do Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela (GACP), por ser uma agremiação de defesa do património e das tradições deste município;
- *cooperativa* - o sector cooperativo possui uma visão do desenvolvimento que se torna interessante analisar, pelo que se enveredou pela escolha da Adega Cooperativa de Palmela.(ACP), por ser aquela a mais antiga cooperativa existente no município e por produzir uma apreciável quantidade de vinho, cerca de cinco milhões e setecentos mil litros anualmente, que comercializa em Portugal e no estrangeiro;
- *cultural e de recreio*, as colectividades de cultura e recreio têm sido instituições que se têm revelado como grandes intervenientes na promoção cultural das populações. A escolha sobre a Sociedade Filarmónica Palmelense “*Loureiros*” (SFP), foi feita tendo por base o facto de ser a mais antiga do município e por ser aquela que apresenta maior número de actividades e de associados;
- *turística*, o município de Palmela possui potencialidades turísticas que ainda não estão exploradas, pelo que se tornou pertinente saber qual a posição da Região de Turismo da Costa Azul (RTCA), como organismo que faz a divulgação turística desta região.

Escolhidos os actores, procedeu-se à construção do *guião da entrevista*,¹ em que se procurou estabelecer uma relação entre variáveis e actores.

De acordo com o posicionamento dos actores e dos seus objectivos face ao

¹- O *guião da entrevista* realizada aos actores encontra-se em anexo.

que se considerou como sendo as variáveis-chave do sistema, e que tinham sido construídas na fase anterior.

Foram então realizadas doze entrevistas não directivas aos actores, que decorreram entre os dias 31 de Março e 26 de Maio de 2006.

Quadro 10 – Actores que constituíram a amostra intencional

Natureza	Âmbito	Actores	Designação
Institucional	Local	Câmara Municipal de Palmela	CMP
Associativa	Regional	Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal	ACSDS
	Local	Associação de Viticultores do Concelho de Palmela	AVIPE
	Local	Fórum da Indústria Automóvel de Palmela	FIAPAL
	Regional	Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal	ADREPES
Privada	Local	Autoeuropa	AE
Patrimonial	Local	Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela	GACP
Cooperativa	Local	Adega Cooperativa de Palmela	ACP
Cultural e Recreio	Local	Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”	SFP
Turística	Regional	Região de Turismo da Costa Azul	RTCA

13.3.3 - A aplicação do método MACTOR

Os objectivos subjacentes a este método prendem-se com a análise das motivações, dos meios de acção dos actores, assim como procuram compreender as suas estratégias e relações de força.

Como já foi referenciado anteriormente, procedeu-se a algumas alterações do método MACTOR pelo que a metodologia seguida neste trabalho compreendeu as seguintes fases:

1 - Identificação dos projectos e motivações de cada actor, constrangimentos e meios de acção – *Quadro de Estratégias de Actores.*

Após a realização das entrevistas construíram-se *sinopses* para cada um dos actores e o *Quadro de Estratégia de Actores*.

Utilizou-se o *Quadro de Estratégia de Actores* para representar as finalidades de cada actor, os seus objectivos, os seus constrangimentos e os seus meios de acção.¹

2 - Proceder à identificação dos desafios estratégicos e objectivos associados.

Os actores presentes no sistema de acção local possuem projectos múltiplos e variados. Através das *sinopses* das entrevistas e do *Quadro de Estratégias de Actores*, tornou-se possível evidenciar os *Desafios Estratégicos* e os *Objectivos* a eles associados.

3 - Posicionamento dos meios de acção e os obstáculos à concretização dos objectivos pelos diversos actores.

Este procedimento foi feito a partir das *sinopses* das entrevistas e do *Quadro de Estratégia de Actores*. O objectivo foi preencher a *Matriz dos Meios de Acção Directos entre Actores* (MAD)² que exprime as relações directas entre os pares de actores.

O critério de preenchimento considerou os valores seguintes:

- 3 - o actor põe *em causa a existência* de outro actor;
- 2 - o actor *condiciona os projectos* de outro actor;
- 1 - o actor *condiciona, de forma limitada no tempo e no espaço, os processos operacionais* (gestão, etc...) de outro actor;
- 0 - o actor *não dispõe de meios de acção* sobre outro actor.

4 - Posicionar cada actor em cada objectivo procedendo à identificação das convergências e divergências – matriz das posições simples.

As relações que os actores apresentam relativamente a cada objectivo podem ser representadas sob a forma de um grafo de posições. De modo a ser possível a visão estratégica

¹ - O Quadro de Estratégia e Actores desta pesquisa encontra-se em anexo.

² - A Matriz dos Meios de Acção Directos entre Actores (MAD) desta pesquisa encontra-se em anexo.

global tornou-se necessário proceder à construção de todos os grafos associados a cada objectivo estratégico.

Procurou-se representar a atitude de cada actor sobre cada objectivo – opinião favorável, oposição, neutralidade ou indiferença.

Na elaboração da *Matriz das Posições Simples Actores. × Objectivos* (1 MAO) ¹ foi utilizada a seguinte convenção:

- + 1 - o actor é favorável ao objectivo
- 1 - o actor opõe-se ao objectivo
- 0 - o actor é neutro ou indiferente ao objectivo ²

As convergências e as divergências entre os actores variam de um objectivo para outro, pelo que foi necessário manter a coerência.

Para cada par de actores tornou-se importante precisar as convergências e as divergências quanto aos objectivos. Obteve-se, assim, por transcrição, um grafo completo das convergências possíveis e um grafo completo das divergências possíveis entre todos os actores.

5 - Recensear e valorizar as táticas possíveis em função das hierarquias de objectivos – *matriz das posições valorizadas*.

Foi preenchida uma outra matriz que relaciona os actores com os objectivos estratégicos, a *Matriz das Posições Valorizadas Actores × Objectivos* (2 MAO). ³ Esta matriz descreve, para cada actor, a valência para cada um dos objectivos que lhe foram propostos, ou seja, se é favorável, se está em oposição ou se é neutro ou indiferente, assim como a hierarquização que cada actor social faz desses mesmos objectivos.

No processo de elaboração da *Matriz das Posições Valorizadas Actores × Objectivos* (2MAO) foi utilizada a seguinte convenção:

¹ - A Matriz das Posições Simples Actores × Objectivos (MAO) desta pesquisa encontra-se em anexo.

² - Cf. GODET, Michel; BOURSE, François (1993c) - *MACTOR - Methode d'analyse strategique du jeu des acteurs - Manuel d'utilisation du logiciel mactor*, La Varenne St. Hilaire, Heurisco, p. 4

³ - A Matriz das Posições Valorizadas Actores × Objectivos (2MAO) desta pesquisa encontra-se em anexo.

- 3 (-) põe em causa o actor na sua existência / (+) é indispensável para a sua existência
- 2 (-) põe em causa o êxito dos projectos do actor/ (+) é indispensável para o êxito dos projectos
- 1 (-) põe em causa de modo limitado no tempo e no espaço, os processos operatórios(gestão, etc.)
- (+) favorece de modo limitado no tempo e no espaço, os processos operatórios
- 0 pouco consequente ¹

6 - Introdução dos dados iniciais do jogo de actores e seu tratamento informático - interpretação dos *outputs* do MACTOR

Os dados iniciais imprescindíveis à análise estratégica do jogo dos actores são constituídos pelos dados:

- da *Matriz dos Meios de Acção Directos entre Actores* (MAD);
- e da *Matriz das Posições Valorizadas Actores × Objectivos* (2MAO).

Estas duas matrizes constituíram, assim, os *inputs* a partir das quais o *software* MACTOR teve a possibilidade de calcular ²:

- a Matriz de Meios de Acção Directos e Indirectos (MADI).
- o Coeficiente das relações de força (Ri)
- o Indicador de instabilidade do jogo (H)
- o Balanço líquido das influências, por cada par de actores
- a Matriz da máxima influência directa e indirecta (MA)
- o Coeficiente de relações de força associadas à Matriz MA (Π_i)
- a Matriz das Posições Simples (1MAO)
- a Matriz das Posições Valorizadas (2MAO)
- a Matriz das Posições Valorizadas Ponderadas (3MAO)
- a Matriz de Convergência de Objectivos entre Actores (1CAA)
- a Matriz de Divergência de Objectivos entre Actores (1DAA)
- a Matriz Valorizada das Convergências (2CAA)
- a Matriz Valorizada das Divergências (2DAA)
- a Matriz Valorizada Ponderada das Convergências (3CAA)
- a Matriz Valorizada Ponderada das Divergências (3DAA)
- o Equilíbrio das posições dos Actores
- o Plano de Influência/Dependência dos Actores
- o Plano de Convergência dos Actores

¹ - Cf. GODET, Michel; BOURSE, François (1993c) – *Op.cit.*, p. 9

² - Todos os *outputs* referentes a esta pesquisa, que foram produzidos pelo MACTOR, encontram-se em anexo.

- o Plano de Divergência dos Actores
- o Plano de Convergência dos Objectivos

Estes *outputs* sofreram interpretações e os respectivos resultados encontram-se noutra capítulo deste trabalho.

No desenrolar do trabalho de análise de dados fornecidos pelo MACTOR, verificou-se que as matrizes de convergência e divergência de actores se mostravam muito limitadoras quanto à análise das possíveis relações e potenciais alianças entre grupos de actores, uma vez que só possibilitavam conhecer as relações entre pares de actores. Desta limitação surgiu a necessidade de se proceder à construção de agrupamentos estratégicos mais alargados, de modo a perceber as possíveis alianças face a objectivos comuns.

Assim, e a partir da informação contida na *Matriz das Posições Valorizadas Actores × Objectivos* (2 MAO), foram construídos quatro grupos estratégicos, a partir da análise de *clusters*, através do método *Hierarchical Cluster Analysis*.¹

Na construção dos grupos estratégicos começaram por serem considerados três *clusters*. No entanto, a distância apresentada entre os membros que constituíam cada *cluster* mostrava-se elevada, pelo que se optou pela construção de quatro *clusters*. Este procedimento iria mostrar-se mais correcto pois quando se procedeu à construção de cinco agrupamentos, verificou-se que a distância entre os membros se tinha mostrado mais baixa.

Deste modo, tornou-se possível conhecer as características de cada grupo estratégico, quer quanto à sua força *relativa*, quer quanto ao seu *grau de dispersão* e *conteúdo* - nomeadamente a concordância, a oposição e a discordância de objectivos.

A *força relativa* do grupo foi determinada pela soma das forças relativas de cada um dos actores incluídos no grupo, que foi expressa a partir do escalon *standard* das relações de força (R_i), estabelecidas por um dos *outputs* do MACTOR.

Por sua vez, o *grau de dispersão* exprime a distância máxima entre actores incluídos no mesmo grupo, ou seja, quanto menor o seu valor maior a coesão do grupo.

O *grau de dispersão* foi obtido a partir da análise de *clusters*.

¹ Este método foi calculado através do *software* SPSS apresentando-se os *respectivos outputs* em anexo

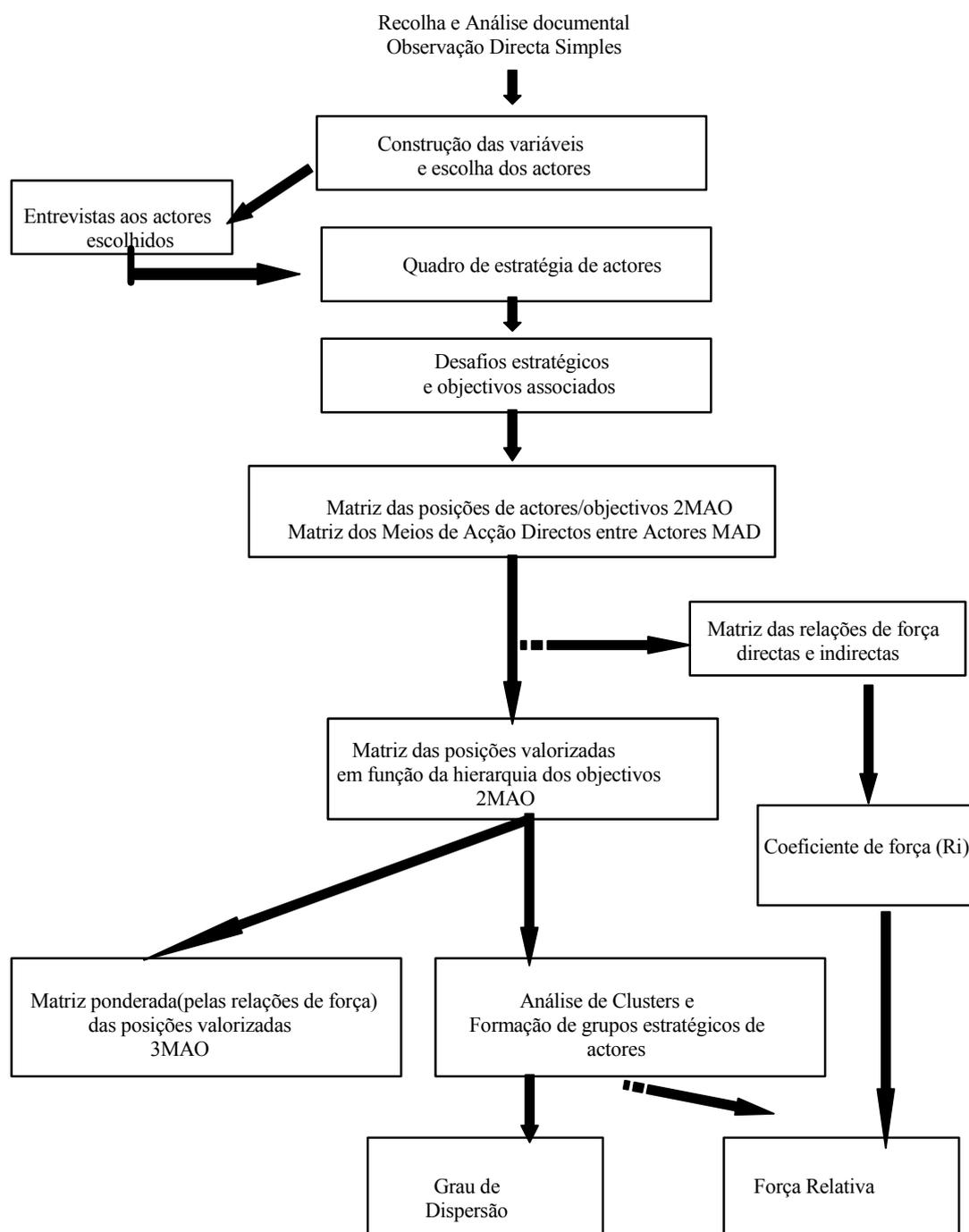
Quadro 11 – Relação entre variáveis e actores

	INSTIT	ASSOCIATIVA			
	CMP	ACSDS	AVIPE	FIAPAL	ADREPES
Variáveis Internas					
Variáveis sócio-económicas					
1 - Alteração da Estrutura da população residente	X	X	X	X	X
2 - População activa predominante nos sectores secundário e terciário	X	X	X	X	X
Variáveis físico-morfológicas					
3 - Grandes áreas expectantes	X	X	X		
Variáveis físico-naturais					
4 - Integração no Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado	X	X	X		X
Variáveis urbanísticas e de planeamento					
5 - Existência instrumentos de Planeamento	X	X	X		
6 - Preservação das zonas históricas (património urbanístico e histórico)	X	X			
Variáveis de ocupação funcional					
7 - Tecido industrial em expansão	X	X	X	X	X
8 - Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção	X	X		X	
9 - Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção	X	X			
10 - Comércio dependente de Setúbal	X	X			
11 - Especificidade Agrícola do Município	X	X	X	X	X
Variáveis do sistema de circulação					
12 - Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal	X	X	X	X	
Variáveis externas					
Variáveis sócio-económicas					
13 -Efeito de atracção de populações	X	X	X	X	X
Variáveis urbanísticas e de planeamento					
14 - Dinâmica do sector imobiliário (nacional /estrangeiro/pressão sobre o parque imobiliário)	X	X	X	X	X
15 - Necessidade espacial do secundário	X	X	X		
Variáveis do sistema de circulação					
16 - Efeitos da Ponte Vasco da Gama	X	X	X	X	X
17 - Efeitos do <i>comboio da Ponte</i>	X	X	X	X	X

Relação entre variáveis e actores (continuação)

	PATRIMONIAL	PRIVADA	COOP	CULTURAL E RECREIO	TURISMO
	GACP	AE	ACP	SFP	RTCA
Variáveis Internas					
Variáveis sócio-económicas					
1- Estrutura da população residente	X	X	X	X	X
2 - População activa predominante nos sectores secundário e terciário		X	X	X	X
Variáveis físico-morfológicas					
3 - Grandes áreas expectantes		X			
Variáveis físico-naturais					
4 - Integração no Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado	X				X
Variáveis urbanísticas e de planeamento					
5 - Existência de Planeamento	X	X	X	X	X
6 - Preservação das zonas históricas	X				X
Variáveis de ocupação funcional					
7 - Tecido industrial em expansão		X	X		
8 - Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção		X			
9 - Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção		X	X		X
10 - Comércio dependente de Setúbal			X		
11 - Especificidade Agrícola do Município	X				X
Variáveis do sistema de circulação					
12 - Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal	X	X			X
Variáveis externas					
Variáveis sócio-económicas					
13 - Efeito de atracção de populações	X	X	X	X	X
Variáveis urbanísticas e de planeamento					
14 - Dinâmica do sector imobiliário	X				
15 - Necessidade espacial do secundário		X			
Variáveis do sistema de circulação					
16 - Efeitos da Ponte Vasco da Gama	X	X	X	X	X
17 - Efeitos do comboio da Ponte	X	X	X	X	X

Figura 7 – A Análise das Estratégias dos Actores do Município de Palmela



III PARTE

14 - PLANEAMENTO URBANÍSTICO E ESTRATÉGIA DE ACTORES: PARA ONDE VAI PALMELA?

14.1 - O PODER LOCAL EM PORTUGAL: COMPETÊNCIAS E INTERVENÇÕES

As divisões administrativas existentes em Portugal não deverão ser vistas apenas como meras divisões funcionais. Na maioria dos casos, senão mesmo na sua totalidade, elas são o reflexo de aspectos geográficos, económicos e sociais aos quais o carácter histórico imprimiu marcas profundas, que se traduziram na dominância dos espaços geográficos sobre outros, ao mesmo tempo que marcou os comportamentos e as identidades locais com traços simbólicos que ainda hoje prevalecem.

Dessa divisão administrativa, os Municípios são os mais antigos sendo a sua origem muito anterior à própria criação do Estado português. E essa divisão parece ser aquela que aglutina toda uma tradição de autonomia municipal face ao Estado.

Ao longo da história constitucional portuguesa é possível verificar que o regime jurídico das autarquias locais tradicionais – os municípios, e num plano acessório, as Freguesias – foi traduzindo a posição e o papel a ocupar e a desempenhar por essas instituições, quer na sua articulação com o ordenamento jurídico-administrativo, quer ao nível de intervenção que o Estado lhe permite e confere num determinado período histórico.

Por outro lado, a participação dos cidadãos no conjunto da vida local decorre na relação directa com o grau de autonomia que as autarquias apresentam face ao Estado, independentemente de essa autonomia se revelar na forma de designar os órgãos autárquicos ou se traduzir numa maior ou menor capacidade administrativa.¹

14.1.1 - Do Município romano à reconquista cristã

A existência do Município remonta ao período de ocupação romana da Península Ibérica. O Município constituía, assim, uma comunidade local regida pelas

¹ - Cf. MONTALVO, António Rebordão (1989) - “O Poder Local e a Participação dos Cidadãos” in COELHO, Mário Baptista (Coord.), *Portugal - O Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, Lisboa., Instituto de Ciências Sociais. da Universidade de Lisboa, p. 469

leis romanas. Ou seja, ao outorgar a qualidade de município a uma cidade indígena, estava-se-lhe a retirar a autonomia, transferindo o governo dos chefes locais para o Direito Romano. Todavia, a administração era feita de acordo com as decisões tomadas em assembleia pelos seus cidadãos, que ainda tinham o poder de eleger os seus magistrados.¹

Esta estrutura do município romano vai perdurar durante o domínio visigótico, pese embora a transferência de parte das atribuições dos municípios para um conjunto de magistrados nomeados pelo rei ou designados pelos bispos.

É sobretudo nos distritos rurais cujas populações se caracterizavam pelo seu isolamento, pelas necessidades agrícolas e ainda pelo desejo de estabelecerem laços de vizinhança, que as *Assembleias de Homens Livres* têm o seu aparecimento.

No período de ocupação árabe, já nada resta das características do município romano. Algumas instituições que provinham dos visigodos ainda se mantiveram, mas já não há a presença das *Assembleias Municipais*.²

O período da Reconquista é marcado pelo ressurgimento dos municípios, que surgem assim como uma necessidade de administração das comunidades locais.

A consolidação do Estado português proporcionou o aparecimento de um documento escrito – o *foral* – onde eram definidas e reconhecidas as liberdades da população de um município,³ e também definiam e precisavam o sistema de impostos e a administração da justiça.⁴

Encontra-se nestas circunstâncias o foral de Palmela, que data de Março de 1185, e que foi um dos últimos outorgados por D. Afonso Henriques.

14.1.2 - O período medieval

No século XIII surge a palavra *Concelho*, que é utilizada com o significado de comunidade local detentora de certa autonomia administrativa. Este movimento de outorga de forais prosseguiu durante a 1ª dinastia, o que contribuiu para a multiplicação de concelhos urbanos e rurais.

¹ - Cf. CAETANO, Miguel; BARATA, J.P. Martins; ESTEVES, M. Céu; PESSOA, Vítor (1982) – *Regionalização e Poder Local. em Portugal*, Lisboa., IED, p. 28

²- *idem*, p. 29

³- *idem*

⁴- Cf. MARQUES, A.H. de Oliveira (1977) – *História de Portugal* (1º vol), Lisboa., Palas Editores, (7ª edição) p. 119

Quanto à estrutura organizativa dos municípios, os historiadores medievalistas não estão em consenso. Contudo, parece ter existido dois tipos de organização - uma, caracterizada por um controlo bastante rígido por parte do poder real, e cujos pressupostos provêm dos vestígios dos antigos *conventi* romanos; a outra, que assumia formas do tipo *concilium* de inspiração visigótica, baseada na assembleia de vizinhos de uma determinada área, e cujos debates se centravam em assuntos de interesse local.

Embora a forma de organização municipal variasse de Município para Município, o seu modelo típico era, na maioria dos municípios, formada por uma Assembleia que detinha funções judiciais e tinha poderes de eleger magistrados e de elaborar posturas.

Com a centralização do Poder Real, que foi sendo feita de forma crescente desde D. Afonso III, os Municípios passaram a sofrer inspecções extraordinárias – através dos Corregedores – à forma como se procedia à administração municipal e como era administrada a justiça.

Mais tarde, com D. Dinis, são enviados os Juízes de Fora que substituem os juízes ordinários eleitos pelas assembleias de *homens-bons*.¹ Estes Juízes de Fora adquirem carácter permanente durante o reinado de D. Afonso IV, verificando-se durante este reinado o surgimento de Vereadores, cuja função é a de assistirem os magistrados eleitos na administração do município.

A uniformização da administração municipal iniciou o seu processo com a publicação das Ordenações Afonsinas.

14.1.3 - Da reforma manuelina à revolução liberal

Durante os séculos que se seguiram às Ordenações Afonsinas, as estruturas organizativas da administração dos municípios vão-se adaptando às transformações de índole económico e social que Portugal apresenta nos domínios da consolidação territorial de Nação independente e do fortalecimento do Poder Central.

É, contudo, com a reforma dos forais mandada fazer por D. Manuel I, que se

¹- Inicialmente consideravam-se *homens-bons* os pequenos proprietários conhecidos pelas suas qualidades de inteligência e ponderação. A partir do séc. XIV os mercadores conquistam o seu lugar entre os *homens-bons*. Durante a crise de 1383-85, os mesterais impõem-se, inicialmente em Lisboa., e generalizam a sua presença a outros municípios.

dá o enfraquecimento das instituições municipais.¹ Este esvaziamento do poder municipal deve-se ao carácter da reforma, que procedeu à substituição de todos os forais antigos por forais novos, e onde se define apenas os impostos a pagar à Coroa.²

As restantes matérias tratadas nos antigos forais continuavam a ser reguladas pelas leis gerais inscritas nas Ordenações Afonsinas, transitando para o *Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos*, de 1504 e deste para as Ordenações Manuelinas e Filipinas.³

Do século XV aos princípios do século XVIII, as divisões territoriais mais importantes assentavam na Província e nas Comarcas. O Poder Real é personificado pelos Corregedores, que se ocupam dos assuntos de natureza juridico-administrativa, e pelos Almojarifes a quem competia os assuntos de natureza fiscal e tributária.

14.1.4 - O período liberal

No início do século XIX, a divisão territorial era constituída por sete Províncias ou governos militares, quarenta e quatro comarcas, setecentos e oitenta e cinco Municípios, quatro mil e quarenta e seis Freguesias.

A revolução de 1820 vai impor um rompimento com o período anterior, ruptura essa que se caracteriza pela frequente remodelação do sistema territorial e institucional, situação que se articula com os princípios e doutrinas que estão na base desses modelos organizativos.

As remodelações territoriais e administrativas mais não eram do que tentativas que se julgavam “*mais adequadas às transformações económicas, sociais, culturais e políticas que então despontam*”.⁴

As políticas ensaiadas pelos sucessivos governos após 1820 contribuíram todas elas para uma maior centralização do Poder nas mãos da Administração

¹ - O Município de Palmela comemora o seu feriado no dia 1 de Junho, data que se relaciona com a atribuição do Foral Novo de D. Manuel I, em 1512. Desde a adopção desta data, há divergências entre a Câmara Municipal e o *Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela* e outros grupos de cidadãos. Para estes últimos o Novo Foral, de D. Manuel I, retirou às populações do município as regalias consagradas no Foral de 1185, ao mesmo tempo que lhes impõe o pagamento de mais impostos, o que o torna, em sua opinião, num contra-senso a sua comemoração.

² - Cf. CAETANO, Miguel; BARATA, J.P. Martins; ESTEVES, M. Céu; PESSOA, Vítor (1982) - *Op.cit.*, p. 30

³ - Cf. Flores, Alexandre M.; NABAIS, António J. (1992) - *Os Forais de Palmela*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, p. 94

⁴ - CARIA, Fernando (1993) – *Op cit.* p. 310

Central.

Deste modo, em 1832, com Mouzinho da Silveira à frente dos destinos da política nacional, as funções judiciais são separadas das funções administrativas.

Esta reforma que se baseou na necessidade de se simplificar as divisões administrativas e proceder à operacionalização da sua gestão, assentou ainda na afirmação do Estado, a prová-lo está a criação de oito Províncias e quarenta Comarcas, que mais não eram que circunscrições acima do Município. Esta medida tinha com objectivo retirar às Câmaras Municipais o poder decisório, o que limitava grandemente a forma de autoridade tradicionalmente pertencente aos Municípios.

No entanto, esta divisão administrativa sofre alterações em 1835, ano em que ocorre a denominada *Revolução Territorial*. São então criados dezassete Distritos com dimensões territoriais intermédias e as Províncias são abolidas, isto porque se temia que as Províncias adquirissem poderes excessivos. O Distrito surgia assim como uma situação de compromisso entre os defensores de Províncias como circunscrição acima dos Municípios e aqueles que defendiam a Comarca como circunscrição superior,¹ ou seja, o Distrito apareceria como alternativa à impopularidade dos administradores provinciais ao mesmo tempo que surgia como alternativa à Comarca que, na opinião de alguns, apresentava uma pequena dimensão para ser classificada de circunscrição superior.

Entre os anos de 1835 e 1878 e de 1892 a 1914, o Distrito desempenha o mero papel de circunscrição administrativa, onde o Governador Civil desempenha uma posição preponderante. A situação é diferente entre os anos de 1878 e 1892, período em que são concedidos os meios necessários para a persecução das suas deliberações através de “*comissões executivas permanentes por elas eleitas e independentes do Governo Civil*”.² Ressalve-se que neste curto período o Distrito desempenha um verdadeiro papel de Autarquia Local.

¹- Cf. CAETANO, Miguel; BARATA, J.P. Martins; ESTEVES, M. Céu; PESSOA, Vítor (1982) – *Op. cit.*, p. 33

²- *idem*

14.1.5 - A 1ª República

Com a República, e mais concretamente em 1913, passa-se a considerar como circunscrições territoriais a Freguesia, o Município, o Distrito e a Província. No entanto, esta última parece não ter passado de uma mera circunscrição de carácter administrativo. Assim, as restantes três foram consideradas autarquias locais entre 1913 e 1926, ano em que terminou a primeira República portuguesa.

14.1.6 - O Estado Novo

A Constituição de 1933 da qual emanam os princípios corporativistas do Estado Novo vai proporcionar a coexistência simultânea do Distrito e da Província. O território continental encontrava-se dividido em Município, que são formados por Freguesias, e que se agrupam em Distritos e em Províncias, sendo os corpos administrativos constituídos pelas Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia e os Conselhos de Província.

Após a sua publicação, um novo projecto é elaborado e do qual viria a resultar o Código Administrativo de 1936.

São pois consignadas como Autarquias Locais a Freguesia, o Município e a Província, cujos corpos administrativos eram, respectivamente, as Juntas de Freguesia, as Câmaras Municipais e os Conselhos de Província (estes são substituídos por Juntas de Província), e que vão durar até 1959, altura em que se dá a revisão constitucional.

Quadro 12 – O Município no Estado social-corporativo

NAÇÃO								
<i>(Estado social-corporativo)</i>								
Chefe do Estado	Conselho de Estado			Assembleia Nacional		Supremo Tribunal de Conflitos		
SUPER-CORPORAÇÕES								
Grei <i>(Poder central)</i>			Município <i>(Poder municipal)</i>			Família <i>(Poder familiar)</i>		
Governo	Direcções Gerais	Tribunais Superiores	Conselho Municipal	Câmara	Presidente da Câmara	Chefe de Família	Conselho de Família	
CORPORAÇÕES			ORGANISMOS CORPORATIVOS			INDIVÍDUO SOCIAL-CORPORATIVO		
Morais	Culturais	Económicas	Morais	Culturais	Económicos	Moral	Cultural	Económico

Fonte: NETTO, Joaquim M. de M. Lino (1939) - *O Município no Estado. Social-Corporativo*, Lisboa., Livraria Portugália p. 264

Com estas medidas, está-se perante uma nítida rejeição face aos critérios tradicionais, introduzindo critérios de índole geográfica e funcional na divisão administrativa do País, ao mesmo tempo que se procede à abolição do Distrito enquanto Autarquia, procedendo-se ao seu esvaziamento de poder institucional que lhe era próprio.

Por outro lado, o Código Administrativo de 1936 reforçou a centralização de poderes ao nível central, atribuindo às Províncias “*atribuições escassas em número, incipientes em conteúdo e artificiais em concepção.*”¹

¹ - PORTUGAL, Ministério da Administração Interna (1977) – “*Divisões Regionais*”, in *A.R.*, Agosto de 1977, Lisboa, MAI

Este processo de instituição das Províncias não se fez acompanhar das estruturas indispensáveis de apoio, nomeadamente de apoio técnico, humano, financeiro, factores que teriam sido fundamentais para uma intervenção mais actuante sobretudo ao nível da cultura e da assistência, domínios que estavam atribuídos nas suas funções.

Ao nível municipal, as competências que são atribuídas radicam na procura da *harmonização dos interesses económicos*, e na *defesa do património*, nomeadamente os aspectos relacionados com os usos e costumes locais, os trajes, os dialectos, etc.. É no município que tem lugar e se desenvolve a vida primária do corporativismo, é a ele “*que compete o papel importante e imprescindível de envolver e acarinhar os passos elementares da nova organização, pelo impulso, harmonia, unificação e disciplina, que lhes imprima em cada Concelho, tal qual o Governo central o faz na Nação lato sensu.*”¹

Com a publicação do Código Administrativo de 1940, a centralização de poderes é reforçada, nomeadamente ao nível do processo eleitoral. O Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal eram designados pelo Governo, sendo o restante corpo de vereadores eleito pelo Conselho Municipal, onde tinham assento os representantes das corporações de base local.

Nas Juntas de Freguesia, cujo Presidente apenas possuía competências burocráticas, havia um regedor cuja nomeação era da responsabilidade do Presidente da Câmara e cujas funções eram de natureza policial

Com a revisão do texto constitucional, em 1959, a inovação verificada, em matéria administrativa, prende-se com o facto da Província deixar de figurar no dito texto como autarquia local, dando lugar ao Distrito, que assume deste modo o lugar de autarquia superior ao Concelho.

Na opinião dos membros da Câmara Corporativa, as Províncias não teriam interesses comuns defensáveis nos domínios cultural, económico e de assistência que se tornassem susceptíveis de atribuição de uma orgânica de cariz administrativo, para além dos seus órgãos apresentarem uma modesta intervenção, que não raras as vezes se mostrava deficiente e/ou ineficaz face à ideologia então vigente.

É pois com base neste tipo de argumentação que surge o Distrito, que herda e

¹ - NETTO, Joaquim M. de M. Lino (1939) – *Op. cit*, p. 124

decalca a estrutura orgânica e as funções atribuídas anteriormente à Província. Há, digamos, como que um retorno a 1835, na opinião de Vítor Martins.¹

14.1.7 - A situação após a Constituição de 1976

As Autarquias, no período que antecedeu o 25 de Abril de 1974, não possuíam qualquer grau de autonomia, funcionando como meros instrumentos da Administração indirecta do Estado; ou melhor, eram serviços periféricos do Estado, cujo papel se combinava com os da Família e dos Organismos Corporativos. Estes formavam os *elementos estruturais da Nação*, carregados de ideologia e portadores do discurso corporativista-nacionalista. Embora o movimento desencadeado em 25 de Abril de 1974 não pretendesse estabelecer uma ruptura na organização e funcionamento do Estado, mas sim, proceder a uma substituição de um sistema político por outro², a verdade é que a mudança de regime pressupunha uma mudança estrutural da Constituição.

Mas foi a Administração local. que, no período que se seguia ao 25 de Abril de 1974, apresentou “*os efeitos imediatos da rotura com o anterior regime e com a máquina administrativa em que se apoiava.*”³

Este fenómeno encontra a sua explicação nos sentimentos dos cidadãos em sentirem a Administração local. como tradutora da expressão do Estado, localizada mais próxima de si, apresentando-se mais familiar e mais vulnerável às reacções de índole social que caracterizou a vida portuguesa no pós-25 de Abril.

Tais sentimentos e representações sociais levaram a que se verificasse a demissão de todas as Câmaras Municipais do País, mas como afirma António Montalvo (1989), esse processo está “*longe de assumir o carácter punitivo dos saneamentos verificados na Administração central, permitiu afinal dar expressão à contestação das estruturas do regime deposto e abrir o campo de intervenção dos partidos marxistas, que nesse momento preenchiem integralmente o leque político-partidário português.*”⁴

¹- MARTINS, Vítor (1977) – “A Província, o Distrito e a Região”, *Poder Local*, nº 4

² - LEAL, António da Silva (1982) – “ A Organização do Estado depois da Revolução de 1974”, *Análise Social*, 72-73-74, p. 928

³ - MONTALVO, António Rebordão (1989) – *Op.cit.* p. 472

⁴ - *idem*, p. 473

Assiste-se entretanto à formação de Comissões Administrativas municipais cujo objectivo era o de assegurar a democraticidade da Administração local. No entanto, quer os processos da sua designação quer a sua actuação, não se mostraram convergentes para as várias forças político-partidárias existentes ou emergentes. Daí que:

- a) os aspectos de informalidade que caracterizaram os processos de constituição das Comissões Administrativas municipais;
- b) a emergência de movimentos de contestação, provenientes de partidos nascidos do pós-25 de Abril;
- c) o próprio processo de formação dessas Comissões;
- d) a base democrática, que alguns punham em dúvida, relativamente à designação desses órgãos;
- e) a oposição que as Comissões Administrativas manifestaram perante a legislação referente à Administração local herdada do anterior regime, apareçam como responsáveis, pelo menos em parte, pelo vazio de poder legitimado ao nível da Administração local ¹ que entretanto teve lugar.

Com a aprovação do texto constitucional de 1976 esta situação veio a alterar-se. Para além de tornar possível a concretização de eleições livres e por sufrágio universal, viria ainda a consagrar os princípios descentralizadores e regionalistas da Administração Central e a existência de Governos Autónomos nos Açores e na Madeira.

Concebe-se uma nova estrutura vertical do Estado Português, reconhecendo-se um nível regional, que se situaria numa posição intermédia entre os níveis local e central. As Autarquias Locais passam a ser definidas pela Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 237º, como “ *pessoas colectivas de base territorial, dotadas de órgãos representativos e autonomia administrativa e financeira, a quem compete a prossecução dos interesses próprios comuns e específicos às respectivas populações*”². Neste âmbito são definidos como Autarquias Locais as Freguesias, os

¹ - Cf. MONTALVO, António Rebordão (1989) – *Op.cit.* p. 473

² - PORTUGAL (1976) – *Constituição da República Portuguesa*, Lisboa., IN-CM, p. 111

Municípios e as Regiões Administrativas. A Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, vem definir as atribuições das Autarquias Locais e as competências dos respectivos órgãos, reafirmando-se assim o princípio da autonomia autárquica face ao Estado. Em 1979, é dado mais um passo na autonomia municipal com a aprovação da Lei nº 1/79, de 2 de Janeiro, (e posteriormente com as suas revisões em 1984,1987 e 1998), que consagra a autonomia financeira.

Esta Lei, que surge como o corolário da autonomia administrativa, representa um marco histórico para as Autarquias Locais e para a própria estrutura democrática do Estado, na medida em que constitui uma revolução no modo de funcionamento das Autarquias, ao mesmo tempo que contribui para um conjunto de alterações entre a administração central e a local.

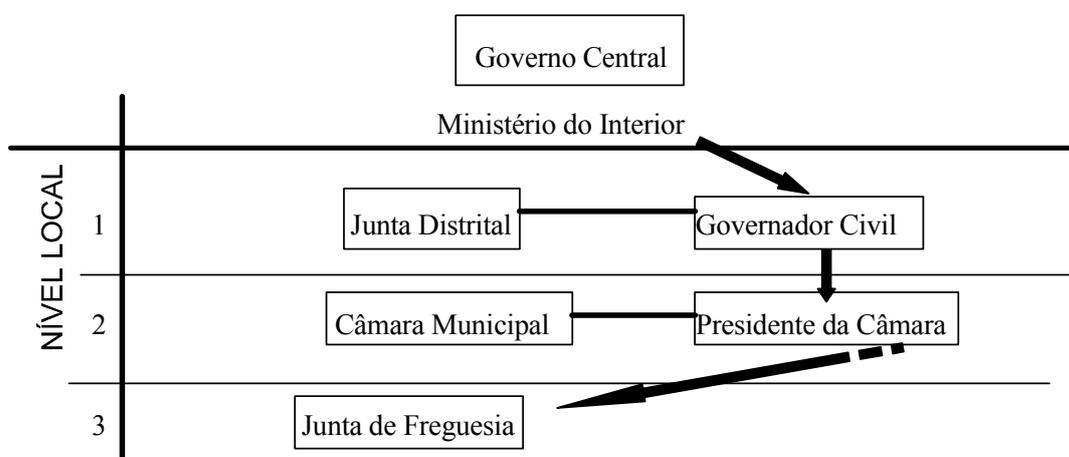
A Lei nº 1/79 declara, logo no seu primeiro artigo, a posse de património e de receitas próprias das Autarquias Locais, que constituem meios financeiros imprescindíveis para a execução das suas atribuições.

Dentro da mesma linha de descentralização e de transferências de competências, surge o Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, que revê e actualiza a Lei nº 79/77. Às Autarquias Locais são consignados um conjunto de atribuições que dizem respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações do território que administram, nomeadamente:

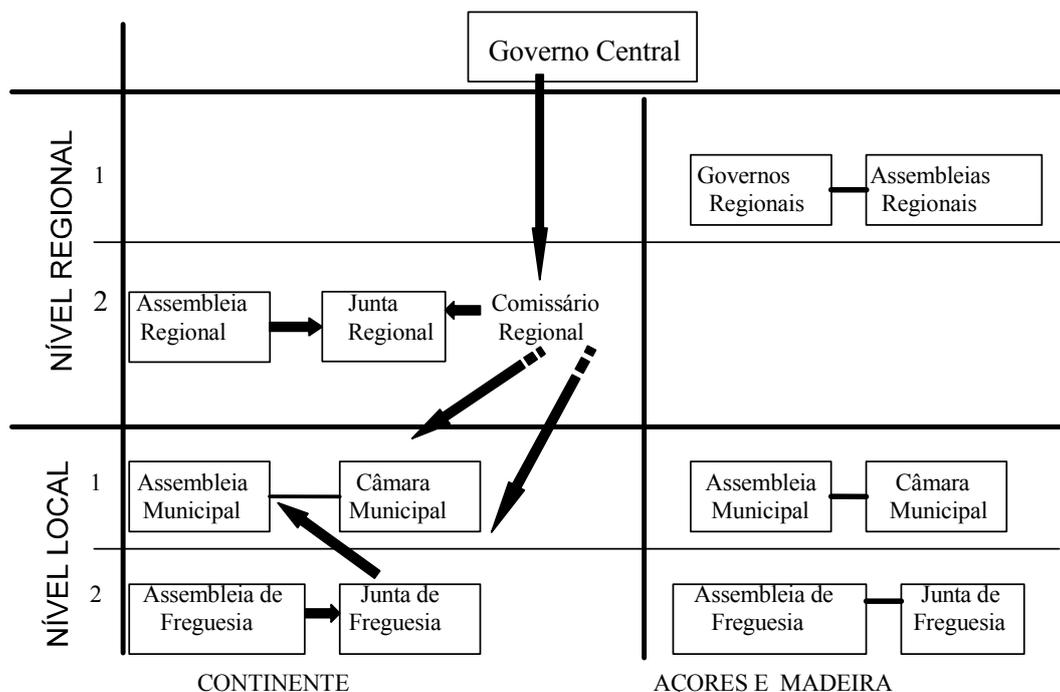
1. A administração de bens próprios que se encontrem sob a sua jurisdição
2. Promoção do desenvolvimento
3. A promoção da salubridade pública e o saneamento básico
4. A promoção da saúde
5. A promoção da educação e do ensino
6. A protecção à infância e à terceira idade
7. A promoção e o apoio à cultura, aos tempos livres e ao desporto
8. A defesa e protecção do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida
9. A protecção civil

Figura 8 – Estruturas Verticais do Estado em Portugal (antes e pós 1976)

ESTRUTURA VERTICAL DO ESTADO PORTUGUÊS ANTES DE 1974



ESTRUTURA DO ESTADO PORTUGUÊS APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1976



Fonte: MOREIRA, Vital (1977) - "As Regiões, a Autonomia Municipal e a Unidade do Estado", *Poder Local*, nº 3

Resta referir que o legislador ao enunciar, explicitamente, que cabe às Autarquias Locais a promoção do desenvolvimento, iria tornar redundantes as restantes atribuições.

14.1.8 - A participação dos Cidadãos

As doutrinas liberais, que dominavam o panorama europeu do século XIX, repercutiram-se em Portugal através do triunfo das ideias individualistas e do primado da liberdade que é pertença de todo o Homem.

Estes princípios estão bem patentes na Constituição de 1822, que dedica os seus primeiros dezoito artigos às questões dos direitos fundamentais dos portugueses, coroados pelos valores da liberdade, da segurança pessoal e da propriedade. Quanto aos deveres, estes apareciam sinteticamente enumerados no artigo 19º.¹

Com a instauração do regime republicano, a Constituição de 1911 consagra os direitos e as garantias dos cidadãos, ao mesmo tempo que se institucionalizavam os princípios republicanos: a igualdade social e o laicismo.

As funções do Estado estavam praticamente circunscritas a actividades de conteúdo jurídico, ou seja, a criação da lei e a sua aplicabilidade por parte dos Tribunais.

Da sua relação directa com a sociedade, o Estado garante o direito à assistência, à instrução primária gratuita e garante os socorros mútuos.

Estes direitos sociais observaram uma afirmação jurídica, fruto de uma evolução doutrinária, que levou a uma maior intervenção do Estado na vida colectiva. Essa afirmação é bem vincada pela Constituição de 1933 que vai definir os direitos daquilo que define como *as células base da sociedade*, ou sejam a Família, as Autarquias Locais e os Organismos Corporativos. Compromete-se o Estado na garantia desses direitos, ao mesmo tempo que se associa essa concretização à finalidade do Estado.

A experiência político-administrativa desenvolvida, sobretudo a partir da década de cinquenta, vai levar esta vocação *intervencionista do Estado* a sofrer um maior reforço com a aprovação da Constituição de 1976.

As enormes assimetrias, sociais, económicas e culturais, entre pessoas e entre regiões levou a que se verificasse uma ampliação dos direitos sociais, no seu conjunto, e um maior incremento do papel desempenhado quer pela Administração central, quer pela Administração local.

¹- Cf. MONTALVO, António Rebordão (1989) – *Op.cit.* p. 476

É com o súbito aumento da actividade político-administrativa por parte da Administração local que se opera a transformação qualitativa da sua relação com os cidadãos.

A complexidade social ao aumentar, devido ao desenvolvimento económico e social que entretanto se concretiza, vai produzir fenómenos de diversificação social, criando novas áreas de interesses e de necessidades particulares ou de grupo.

Perante este processo de diversificação observa-se o aumento da dependência que os actores, isoladamente ou combinados entre si, apresentam perante a Administração.

Esta relação vai, contudo, conduzir a uma desvalorização da esfera individual de cada cidadão, não só reduzindo o seu conteúdo como ofuscando a posição do cidadão perante a Administração. “*Dir-se-ia que para a generalidade dos cidadãos a esfera pessoal de direitos e deveres é transferida para segundo plano e que passa a verificar-se uma miscibilidade dos interesses públicos e privados.*”¹

Perante tal situação, o cidadão é levado a concluir que só pode defender os seus interesses ao mesmo nível da concretização dos interesses sociais. Esta tomada de posição conduz os cidadãos a participarem na vida pública e na gestão dos interesses colectivos.

No novo quadro jurídico da Administração local, houve lugar para a definição de um corpo jurídico e respectivos canais institucionais que asseguram a interrelação entre Administração e os cidadãos e garantem a participação destes na vida pública.

Esta participação é corporizada através:

- a) da possibilidade dos cidadãos poderem candidatar-se a algumas eleições locais, de modo autónomo e sem ligações político-partidárias;²
- b) das reuniões dos órgãos deliberativos serem obrigatoriamente públicas;
- c) desse carácter público que é, ele também, extensível a uma reunião mensal dos órgãos executivos;

¹ - MONTALVO, António Rebordão (1989) - *Op.cit.* p. 478

² - A Lei-Orgânica nº1/2001, de 14 de Agosto, consagra no nº 1 alínea c) do artº 16º a possibilidade de estender aos grupos de cidadãos a apresentação de candidaturas a todos os órgãos autárquicos e não apenas à Assembleia de Freguesia, como aconteceu até 1997.

- d) da Administração se encontrar impedida de recusar o diálogo com os cidadãos.

A Política local. pode assim ser desdobrada “*numa multiplicidade de tipos de execução de medidas políticas e de formas de acção política*”¹ com capacidade de assumir figurinos diversificados. Por outro lado, cada *local* é detentor de uma configuração cultural própria que é responsável por uma determinada cultura política e por um conjunto de práticas sociais dos seus actores mais destacados, que assumem assim um maior ou menor peso nos processos de negociação e uma maior ou menor permeabilidade ou receptividade por parte da Administração local aos seus projecto ou interesses.

É no nível local que pode ser encontrada a influência marcante no processo de produção da multiplicidade de políticas que se vão concretizando quer no espaço da sociedade local quer, inclusive, no espaço da Administração local.

14.2 - AS FIGURAS DE PLANEAMENTO

A abordagem teórica em torno do valor do Plano não é unânime. Se existem teorias que o defendem, outras há que questionam esse valor em si mesmo. Estas últimas, apontam para a menorização deste instrumento, no conjunto diversificado dos vários elementos que levam à construção de um instrumento extremamente complexo e poderoso como é o processo de planeamento territorial.²

O início da década de setenta do século passado marca o início da discussão em torno desta questão, onde vários autores chegaram a defender o abandono puro e simples dos Planos Parciais e de Pormenor, apontando-se a sua substituição por projectos. Esta posição, aparentemente radical, surge como uma reacção à panaceia que marcou, num passado recente, estes Planos, situação essa que foi a responsável por lhes imprimir um efeito negativo – os *antiplanos*.

Contudo, não será tanto a figura do Plano que se encontra em crise, mas sim a

¹ - RUIVO, Fernando (1990) - “Local e Política em Portugal: o Poder Local na Mediação entre o Centro e a Periferia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais.*, nº 30, p. 76

² - Cf. LOURENÇO, Júlia Maria (2003) – *Expansão Urbana – Gestão de Planos Processo*, Lisboa., Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência e Ensino Superior, p. 56

forma isolada enquanto instrumento de gestão.

Num contexto mais alargado, como é o contexto europeu, os Planos são assumidos, quer ao nível da sua formulação teórica quer ainda ao nível na sua concretização real, como pré-existências indispensáveis perante a acção.

Esta teoria é derivada do entendimento de que existem Planos que não raras as vezes podem não ser explicitados ou, inclusivamente, formalizados.

A existência permanente de Planos, vai, por outro lado, implicar a sua explicitação e gestão, no contexto de um processo, por si só, extremamente complexo em que geralmente se levantam dúvidas quanto à possibilidade dos Planos Territoriais serem efectivados.

O sucesso de um Plano, aqui entendido como possuidor de um elevado grau de implementação das propostas que apresenta, encontra-se excessivamente dependente da sua integração num processo de planeamento onde:

- quer as normas quer os regulamentos integrantes desses Planos tenham obtido consensos generalizados e que se materializaram na sua aprovação legal e na respectiva publicação;
- que as regras que foram aprovadas tenham, no seu essencial, sido cumpridas ao longo dos anos em que esse Plano manteve a sua vigência;
- que as acções que estavam previstas no Plano tenham sido realizadas ou não tenham sido postas em causa de modo significativo, observando-se a solidez da estrutura geral apresentada pelo Plano Territorial.¹

Todavia, o acompanhamento dos Planos ao longo do período em que se encontram vigentes é condição *sine quanon* para o sucesso dos mesmos.

Em Portugal, o Planeamento Territorial assenta na planificação sectorial, a nível central da responsabilidade dos Serviços Centrais adstritos ao actual Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Contrariamente ao que se poderia esperar, a legislação portuguesa sobre Planos Territoriais é uma das mais antigas da Europa, remontando a 1865. Embora

¹ - *idem*, p. 38

para a época tal constituísse uma inovação, o facto é que as regras que são decorrentes dos Planos Urbanísticos estiveram praticamente sem expressão até ao início da última década do século XX.

Ressalva-se, no entanto, o ano de 1932 em que se verificou a consolidação dos Planos de Ordenamento do Território, através da publicação legislativa.

Nesse mesmo ano e, posteriormente, em 1934 e em 1946 foi sendo instituído o sistema de planeamento urbanístico que tinha a sua principal incidência junto das áreas urbanas, uma vez que era nestas que se verificava a maior concentração populacional e de actividades económicas, o que exigia por parte das entidades responsáveis pela gestão da cidade uma resposta imediata aos diversos problemas, o que nem sempre se efectivou em grande medida pelas limitações que as Câmaras Municipais apresentavam, quer em matéria de legislação quer em meios de acção disponíveis.

Quadro 13 – Evolução das Figuras de Planeamento Urbanístico em Portugal

Acção	Ano	Instrumentos
Introdução de Figuras do Ordenamento do Território	1865	Planos Gerais de Melhoramentos para as cidades de Lisboa e Porto. Posteriormente para todas as sedes de Concelho
Consolidação dos Planos de Ordenamento do Território	1932, 1944, 1971, 1991	Planos de Urbanização e de Pormenor
	1982, 1988	Plano Director Municipal, Plano Regional
Lei de Bases do Ordenamento	1998	1ª Lei de Bases do Ordenamento do Território

Fonte: LOURENÇO, Júlia Maria - (2003) - *Op. cit.* p. 81

Mas, dizia-se, que o grosso das preocupações até à década de setenta do século XX, concentraram-se no planeamento urbanístico, na qualidade estética e no

respectivo conforto, salubridade e segurança. ¹

.As preocupações em torno do Território só começaram a assumir os actuais contornos em 1975, através da primeira Secretaria de Estado do Ambiente, ano em que é publicado o primeiro Decreto-Lei sobre a *Reserva Agrícola Nacional*.

Um ano mais tarde verifica-se a revisão da Lei sobre Áreas Protegidas.

Mas são os anos oitenta que marcam um período caracterizado pela resolução das carências básicas imediatas e flagrantes por parte das populações, nomeadamente no que se refere às infra-estruturas e aos equipamentos básicos.

Esta situação é, contudo, acompanhada pelas primeiras repercussões locais da crise económica. Perante este novo dado, as necessidades básicas que até aí eram facilmente equacionáveis deixam de o ser.

As Autarquias deparam-se então com uma situação em que se torna cada vez mais imperiosa a necessidade de possuírem instrumentos dotados com capacidade de estabelecerem estratégias de intervenção em domínios tão vastos como a gestão do território ou a participação no desenvolvimento económico local.

O processo que institui as várias figuras de planeamento é acompanhado paralelamente por um outro, cujo objectivo é proceder à regulamentação das competências municipais.

Actualmente, o Ordenamento do Território tal como o Urbanismo em Portugal, encontram-se enquadrados pela Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto), regulamentada, em 1999, pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/03., de 10 de Dezembro, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a qual define o quadro da política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, bem como os instrumentos de gestão urbanística que a consubstanciam. É também regulada a forma em como se relacionam os vários níveis da Administração Pública, a relação que esta mantém com as populações e com os representantes dos variados e diferentes interesses económicos e sociais.

1 - Cf. CANCELA D'ABREU , Margarida; ESPENICA, André (s/d) - *Sistema Nacional de Gestão Territorial - Instrumentos de Planeamento*, Projecto Coordenação de SIG e dos IOT para o desenvolvimento. dos espaços rurais de baixa densidade

Como factores inovadores desta Lei de Bases salientam-se os seguintes aspectos:

- o nível decisório passa a ser feito mais próximo do cidadão, que resulta do facto de haver uma maior coordenação entre os vários níveis da Administração Pública. Por outro lado, o município passa a ser reconhecido como unidade privilegiada para a administração urbanística;
- a existência de equidade que vai despoletar um conjunto de situações que levam a uma repartição mais justa, quer dos encargos, quer dos benefícios que são decorrentes dos Instrumentos de Gestão do Território;
- a participação e responsabilidade, com garantia da informação e intervenção em todo o processo;
- segurança jurídica, com garantia de estabilidade dos regimes legais e o respeito pelas situações jurídicas validamente estabelecidas.¹

Esta Lei estabeleceu, ainda, uma clara e nítida diferença entre os Instrumentos de Carácter Estratégico, que são da responsabilidade do Estado e das Regiões e os Instrumentos de Planeamento que são directamente vinculativos dos particulares.

Por outro lado, os Decretos-Lei 380/99 e 310/03 surgem como instrumentos executores da Lei n.º 48/98.

De acordo com o artº 8 da Lei nº 48/98, os instrumentos de gestão territorial integram quatro tipos de instrumentos:

- a) *instrumentos de desenvolvimento territorial*, detentores de natureza estratégica e que procuram traduzir as grandes opções do Estado nesta matéria, com especial relevância para as questões da organização do território. Estes instrumentos serão, ainda, responsáveis de directrizes de carácter geral sobre o uso do território, levando à concretização o quadro de referência que deve ser considerado na feitura de instrumentos de planeamento territorial;

¹ - *idem*

- b) *instrumentos de planeamento territorial*, detentores de natureza regulamentar, e que serão os responsáveis por estabelecerem o regime de uso do solo, onde são definidos os modelos de evolução da ocupação do Homem no território e da organização de redes e de sistemas urbanos, tendo em vista o estabelecimento, na escala adequada, de um conjunto de parâmetros de aproveitamento do solo;
- c) *instrumentos de política sectorial*, que serão os responsáveis pela programação ou pela concretização das políticas de desenvolvimento económico e social de incidência espacial, tendo em vista a determinação do respectivo impacte territorial;
- d) *instrumentos de natureza especial*, que vão criar um meio complementar de intervenção do Governo tendente à concretização de objectivos de interesse nacional, com reflexo no território ou, ainda poderão, numa situação transitória, salvaguardar princípios considerados fundamentais do programa nacional de ordenamento territorial.¹

Deste regime jurídico decorre o Sistema de Gestão Territorial possuidor de instrumentos de gestão territorial e que abrangem as três dimensões territoriais mais significativas:

1. O âmbito nacional (no qual se entende o território de Portugal Continental)
2. O âmbito regional
3. O âmbito local

14.2.1 - O âmbito nacional

A este nível situam-se três instrumentos:

- a) *O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;*
- b) *Os Planos Sectoriais com incidência territorial;*
- c) *Os Planos Especiais de Ordenamento do Território*

¹ - Cf artº 8 da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, *Diário da República*, nº 184 de 11 de Agosto de 1998, p. 3871

a) *O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, cujas directrizes e orientações revelam o modelo de organização territorial, levando em linha de conta com o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional, assim como as áreas consideradas de interesse nacional, ou sejam, áreas agrícolas, ecológicas ou patrimoniais.

O *Plano Nacional* procura definir os objectivos a atingir e procura assegurar a compatibilidade do planeamento nos seus vários domínios físicos, económicos e sociais ao mesmo tempo que procura garantir o aproveitamento e a afectação de recursos para a sua realização. Trata-se de um plano com carácter vinculativo para o sector público e encontra-se dependente do financiamento do Orçamento de Estado.

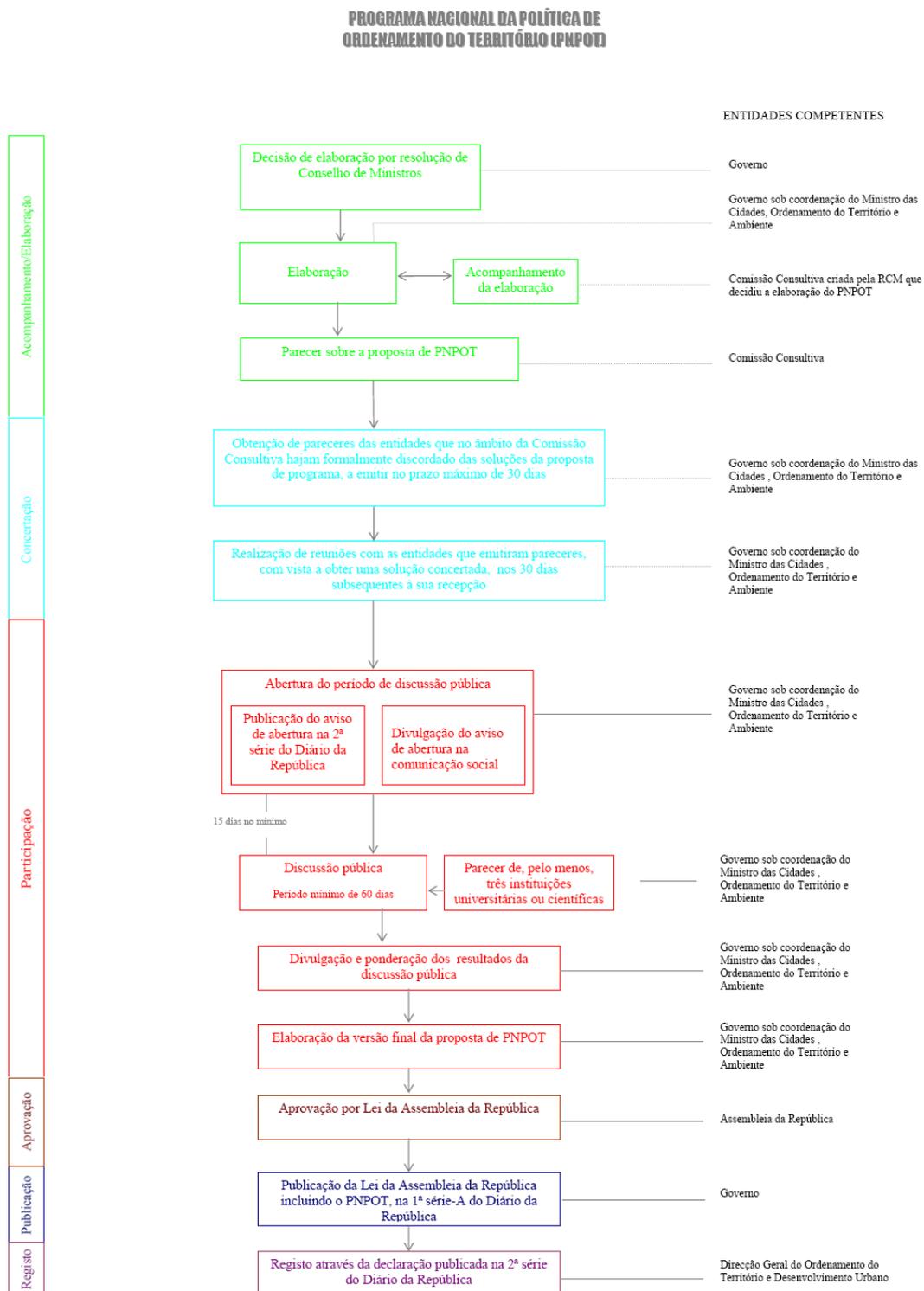
O *Plano Nacional* deveria ser formado por um plano a longo prazo, no qual são definidos os grandes objectivos e os meios considerados fundamentais para o desenvolvimento do País; um plano a médio prazo, que deverá coincidir com um período normal de legislatura, ou seja, quatro anos, no qual estão estabelecidas as acções globais, sectoriais e regionais, bem como a sua programação para esse período¹; um plano anual que serve de instrumento orientador à própria actividade do Governo e que deve integrar o Orçamento de Estado.

b) *Os Planos Sectoriais com incidência territorial*, que são da responsabilidade dos diversos sectores da administração central e que compreendem os domínios dos transportes, das comunicações, da energia e recursos geológicos, da educação e formação, da cultura, da saúde e da agricultura, do comércio e da indústria, das florestas e do ambiente.

c) *Os Planos Especiais de Ordenamento do Território*, que albergam os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, os Planos de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e os Planos de Ordenamento dos Parques Arqueológicos.

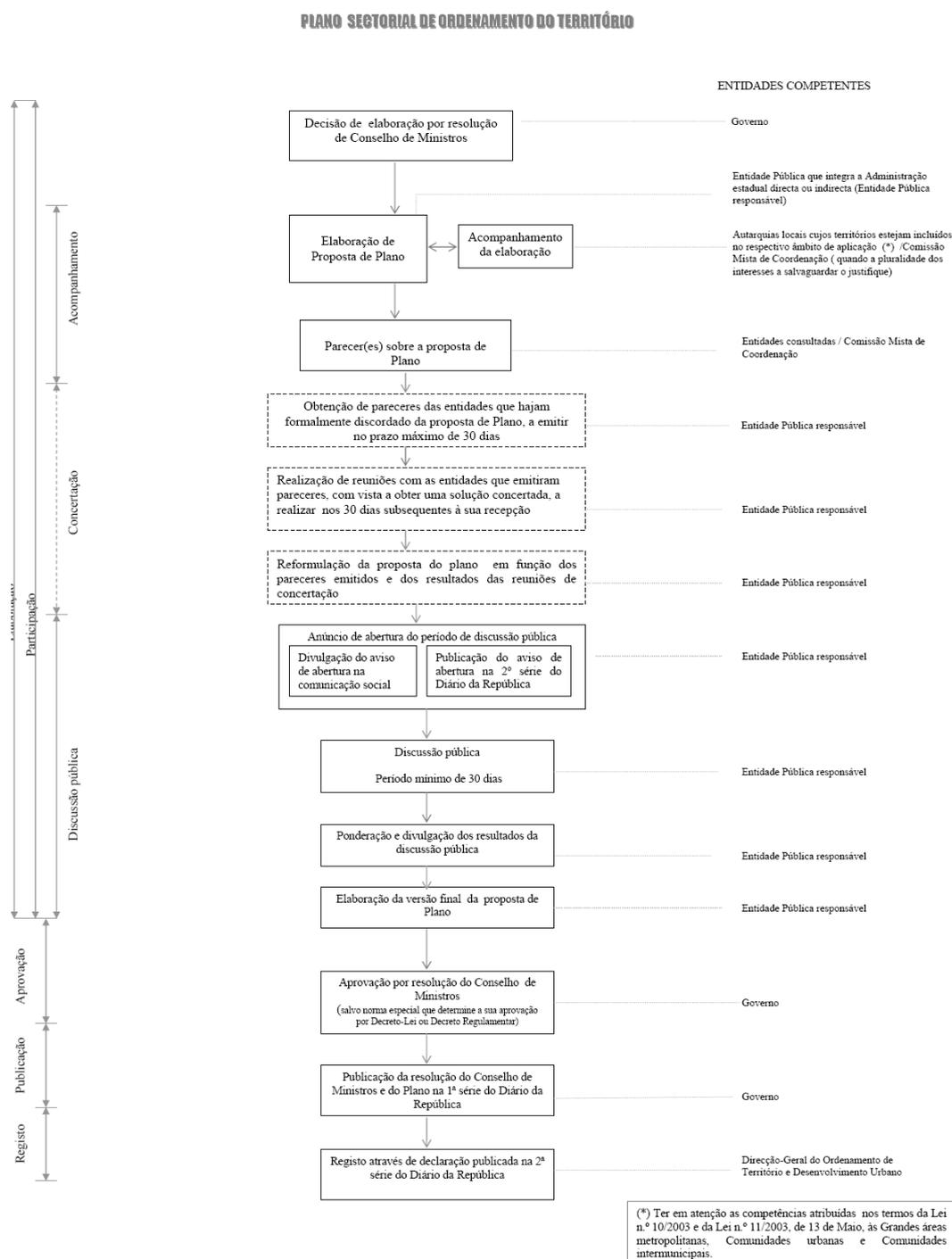
¹ - Desde que foram instituídos pela Lei 31/77, nunca foram apresentados qualquer tipo de plano a longo ou a médio prazo à Assembleia da República. Cf. PITSCHIELLER, João e ABREU, Sofia (1989) – “Enquadramento Geral das Intervenções Urbanísticas”, in *Direito do Urbanismo*, INA, Lisboa., pp. 300-317

Quadro 14 - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território



Fonte: DGOTDU

Quadro 15 - Plano Sectorial de Ordenamento do Território



Fonte: DGOTDU

14.2.2 - O âmbito regional

O âmbito regional é concretizado através do *Plano Regional de Ordenamento do Território*.

Este tipo de plano que é produzido a partir das orientações definidas a nível nacional. Considera a evolução demográfica e as perspectivas de desenvolvimento económico, social e cultural e vai estabelecer as orientações para o ordenamento do território de uma dada região, definindo as redes regionais de infra-estruturas de transportes, ao mesmo tempo que detêm o papel de quadro de referência para a elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território.¹

Os *Planos Regionais de Ordenamento do Território* (PROT), tiveram o seu regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei nº 176-A/88, de 18 de Maio², posteriormente alterado pelo Decreto-Lei nº 367/90, de 26 de Novembro. Também no seguimento da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei nº 48/98, de 22 de Agosto), assim como o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro, revogam a legislação anterior.

Tratam-se de Planos Regionais macro-estruturadores de uma região específica consistindo os seus objectivos no estabelecimento das grandes linhas de desenvolvimento, no que concerne às infra-estruturas e equipamentos supra-municipais.

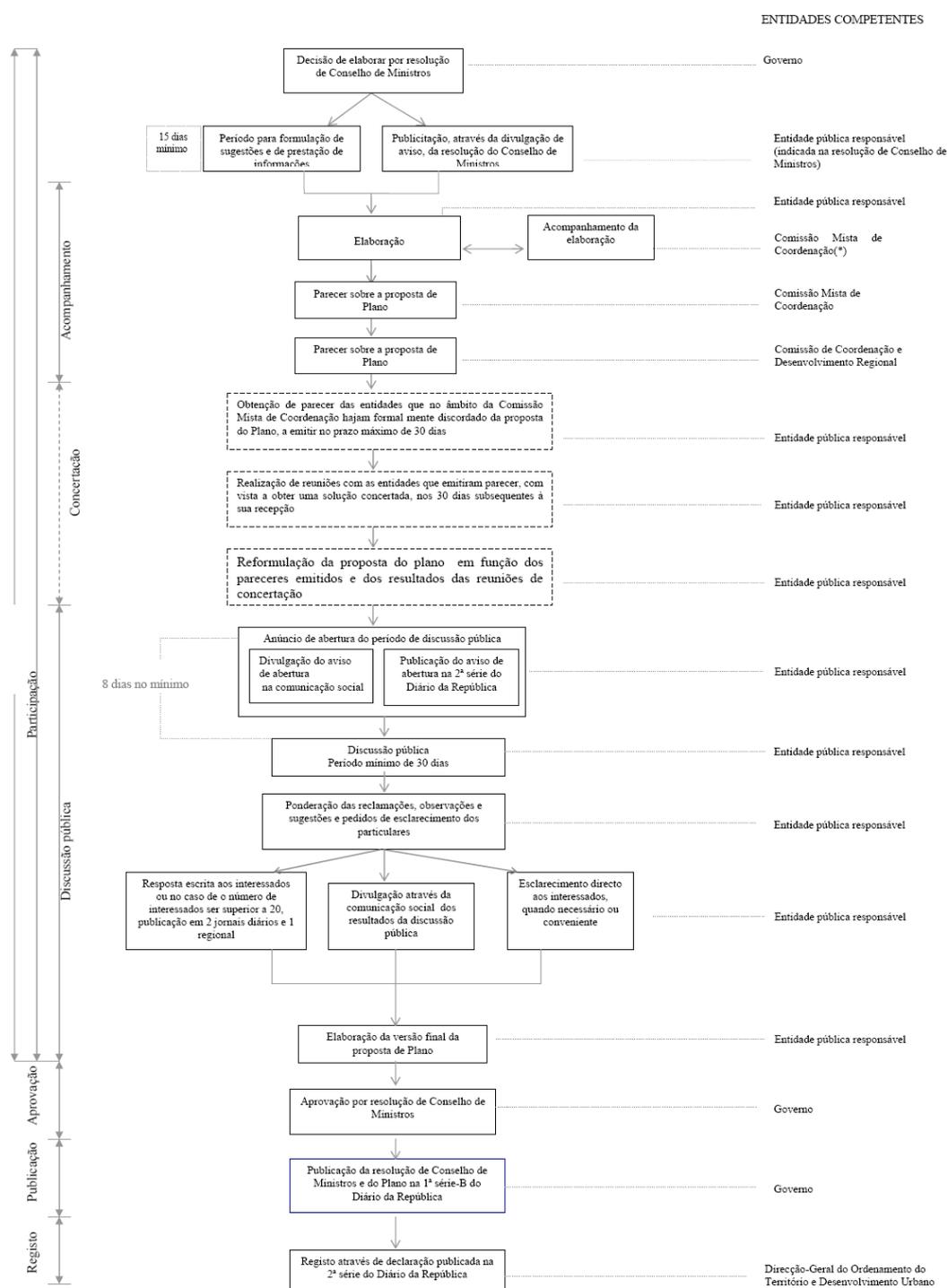
Os PROT de acordo com a legislação vigente procuram alcançar quatro objectivos:

¹ - É de referir que todos os municípios portugueses são possuidores de Plano Director Municipal (alguns deles já em segunda versão, outros em fase de revisão), no entanto, nem todas as regiões do País possuem o seu Plano Regional de Ordenamento do Território.

² - Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) foram criados pelo Decreto-Lei nº 338/83, de 20 de Julho, todavia este diploma nunca chegou a ser regulamentado nem chegou efectivamente a ser aplicado.

Quadro 16 - Plano Especial de Ordenamento do Território

PLANO ESPECIAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

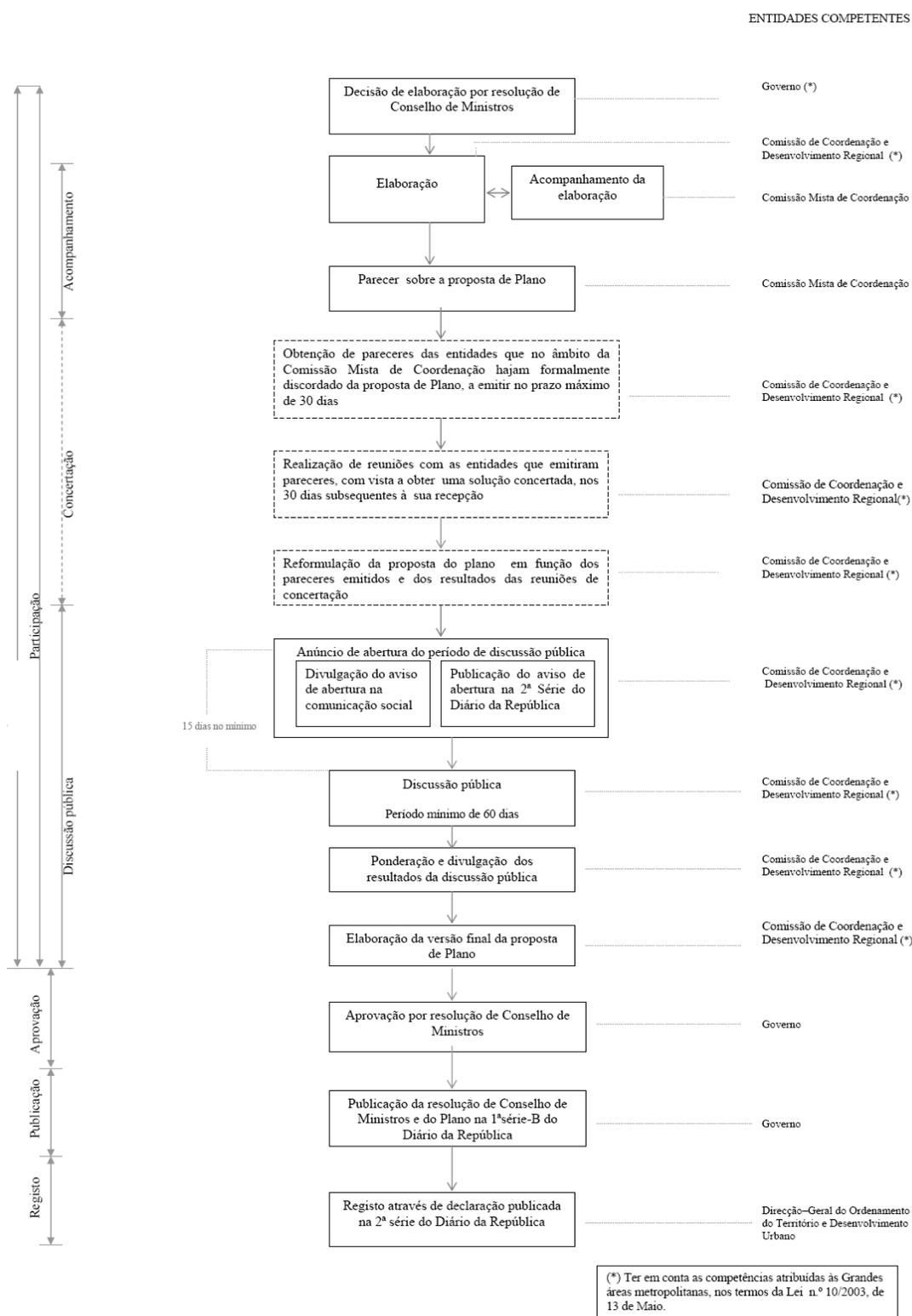


(*) Ter em atenção as competências atribuídas nos termos da Lei n.º 10/2003 e da Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, às Grandes áreas metropolitanas, Comunidades urbanas e Comunidades intermunicipais.

Fonte: DGOTD

Quadro 17 – Plano Regional de Ordenamento do Território

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Fonte: DGOTDU

1. Desenvolver, no determinado espaço regional o conjunto das opções apontadas pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e pelos Planos Sectoriais;

2. Traduzir no espaço regional os grandes objectivos de desenvolvimento económico e social sustentável estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Regional;

3. Equacionar as medidas conducentes a atenuar as assimetrias de desenvolvimento intra-regionais;

4. Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento do território e, simultaneamente, servir de quadro de referência à elaboração dos Planos Especiais, Intermunicipais e Municipais de Ordenamento do Território.¹

Para além de definirem estes objectivos, os PROT são responsáveis por estabelecerem um modelo de organização do território regional onde irão vigorar, estabelecendo:

1. A estrutura regional do sistema urbano, das infra-estruturas, redes e equipamentos colectivos de interesse regional, garantindo a salvaguarda e a valorização das áreas de interesse nacional em termos económicos, agrícolas, florestais, ambientais e patrimoniais;

2. Os objectivos e os princípios que forem assumidos a nível regional, quanto à localização dos vários tipos de actividades e ao nível dos grandes investimentos públicos;

3. As medidas de articulação, no espaço regional, quanto às políticas que foram estabelecidas no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e nos Planos Sectoriais preexistentes, assim como das políticas de importância regional constantes dos Planos Intermunicipais e nos Planos Directores Municipais de Ordenamento do Território abrangidos pelo PROT;

¹ - Cf. artº 52 do Decreto -Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, *Diário da República*, nº 222, p. 6602

4. A política regional em matéria de ambiente e recebendo, a nível regional, as políticas e as medidas que foram estabelecidas nos Planos Especiais de Ordenamento do Território;

5. As directrizes respeitantes aos regimes territoriais que foram definidos ao abrigo de lei especial, nomeadamente as áreas de reserva agrícola, o domínio hídrico, a reserva ecológica e as zonas de risco;

6. As medidas específicas tendente à protecção e à conservação do património histórico e cultural.¹

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território são constituídos:

a) pelas opções estratégicas, normas orientadoras e por um conjunto de *peças gráficas* que ilustrem as orientações substantivas definidas no Plano;

b) por um esquema que represente o modelo territorial que é proposto, onde se encontram identificados os principais sistemas, redes e articulações de nível regional.²

São ainda acompanhados por um relatório em que figurem:

- estudos técnicos sobre a caracterização biofísica da região, a sua dinâmica populacional, a estrutura de povoamento e as perspectivas de desenvolvimento para a região nos domínios económico, social e cultural;
- a definição de unidades de paisagem;
- a estrutura regional de protecção e valorização do ambiente;
- a identificação dos espaços agrícolas e florestais de importância estratégica para a região, tendo em vista o desenvolvimento rural;
- a representação das redes de acessibilidades e dos equipamentos existentes na região;

¹ - Cf. artº 53 do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, *idem*

² - Cf. nº 1 do artº 54 do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, *idem*

- programa de execução do plano contendo as disposições tendentes à realização de obras públicas, bem como a indicação das entidades responsáveis pela sua concretização;
- identificação das fontes financiadoras da concretização do Plano e estimativa dos meios financeiros necessários.¹

Por outro lado, os PROT não deveriam, pelo menos teoricamente, possuir o estatuto de meros regulamentos administrativos, mas esse papel foi sendo assumido essas características. Na realidade, a implementação dos PROT tem pautado, quase de forma exclusiva, na regulamentação e não na programação de investimentos, uma vez que se tem vindo a assistir à continuidade da preponderância por parte das lógicas sectoriais.

Ressalve-se, contudo, que embora se assista à escassez de PROT elaborados, estes conseguiram apresentar mais inovações, quer em conteúdos técnicos quer em matérias regulamentares, que os restantes Planos Territoriais.

14.2.3 - O âmbito municipal

O âmbito municipal é concretizado através de dois tipos de instrumentos:

- a) *Os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território*
- b) *O Plano Director Municipal*

- a) *Os Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território*

Trata-se de um instrumento de desenvolvimento territorial, que possui um cariz facultativo e que procura proceder à articulação estratégica entre o plano regional e os planos municipais de ordenamento do território, no caso de existirem áreas territoriais que se mostrem interdependentes ao nível dos seus elementos estruturantes necessitam de formas de coordenar acções integradas. Este tipo de

¹ - Cf. nº 2 do artº 54 do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, *idem*

Plano pode abranger a totalidade ou parte das áreas territoriais pertencentes a dois ou mais municípios vizinhos.¹

Os objectivos deste tipo de Plano incidem nas estratégias de cariz económico e social a tomar em conjunto, tendo em vista os seguintes domínios:

- a protecção da natureza e a garantia da qualidade ambiental;
- a coordenação da incidência intermunicipal dos projectos de redes, equipamentos e infra-estruturas e a distribuição das actividades económicas - industriais, de turismo, comerciais e de serviços, que fazem parte do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, do PROT e dos Planos Sectoriais que sejam aplicáveis a esse território;
- designação de objectivos - a médio e a longo prazo - de racionalização do povoamento;
- enunciação de objectivos conducentes ao aceso a equipamento e serviços públicos.²

b) O Plano Director Municipal

É um instrumento que, com base na estratégia de desenvolvimento local, vai estabelecer a estrutura espacial, classifica o solo, estabelece os parâmetros de ocupação territorial, considera a implementação dos equipamentos sociais e desenvolve a qualificação dos solos rurais e urbanos;

De todos os instrumentos de planeamento de âmbito municipal, o PDM ocupa o lugar *nobre*. Todavia, e apesar das alterações que tem vindo a sofrer ao longo do tempo, o Plano Director Municipal (PDM) ainda possui objectivos de desenvolvimento económico e social.

A figura do PDM foi introduzida pela Lei nº 79/77, tendo o seu enquadramento jurídico sido estabelecido pelo Decreto-Lei nº 208/82, de 26 de Maio. A Portaria nº 989/82, de 21 de Outubro vem determinar a utilização e especificação do seu conteúdo técnico, ficando os aspectos referentes à regulamentação da sua

¹ - Cf. artº 60 do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, *idem* p. 6603

² - Cf. artº 61 do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, *idem*

elaboração assegurados pelo Decreto Regulamentar nº 91/82, de 29 de Novembro.

O PDM era então concebido como um instrumento que definia a intervenção do município na problemática do desenvolvimento local, ao mesmo tempo que estabelece a estrutura espacial do território municipal sendo nele definidos “*os objectivos de desenvolvimento, a distribuição racional das actividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transporte e de comunicação e as infra-estruturas*” (Decreto-Lei nº 69/90).

Estava-se perante um instrumento de planeamento que se apresentava bastante inovador, quer em termos conceptuais quer em termos político-ideológicos. Por outro lado, o PDM podia equacionar globalmente o *mundo rural* e o *mundo urbano*, fazendo o apelo à participação e ao envolvimento por parte das populações ao nível da discussão e da resolução dos seus problemas, dentro de um quadro institucional apresentado pelo Poder Local autónomo.¹

Opinião diferente possuía a Sociedade Portuguesa de Urbanistas², para quem o Decreto-Lei nº 69/90 evidenciava apenas “*a natureza de regulamento administrativo dos planos urbanísticos, não lhe reconhecendo expressamente o seu carácter cultural, de vontade política participada e de peça fundamental para o processo de implementação.*”³

No seguimento da Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, surgiu, como já foi referido o Decreto-Lei nº 380/99, que vai revogar o Decreto-Lei nº 69/90, de 2 de Março, que disciplinava o regime jurídico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e que por sua vez revogou os anteriores regimes trazidos pelo Decreto-Lei nº 560/71, de 17 de Dezembro e pelo Decreto-Lei 208/82, de 26 de Maio; Decreto-Lei nº 176-A/88, de 18 de Maio; Decreto-Lei nº 151/95, de 24 de Junho e alterado pelo Decreto-Lei nº 53/00 de 7 de Abril e posteriormente pelo Decreto-Lei nº 310/03, de 10 de Dezembro.

Finalmente, a Portaria nº 138/05, de 2 de Fevereiro vai fixar os demais elementos que devem acompanhar os Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Do período decorrente entre 1990 e 2001 é publicada um conjunto de legislação conexas com o Ordenamento do Território.

¹- Cf. LOPES, Raul Gonçalves (1990) – *Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local*, Lisboa, Escher, p. 39

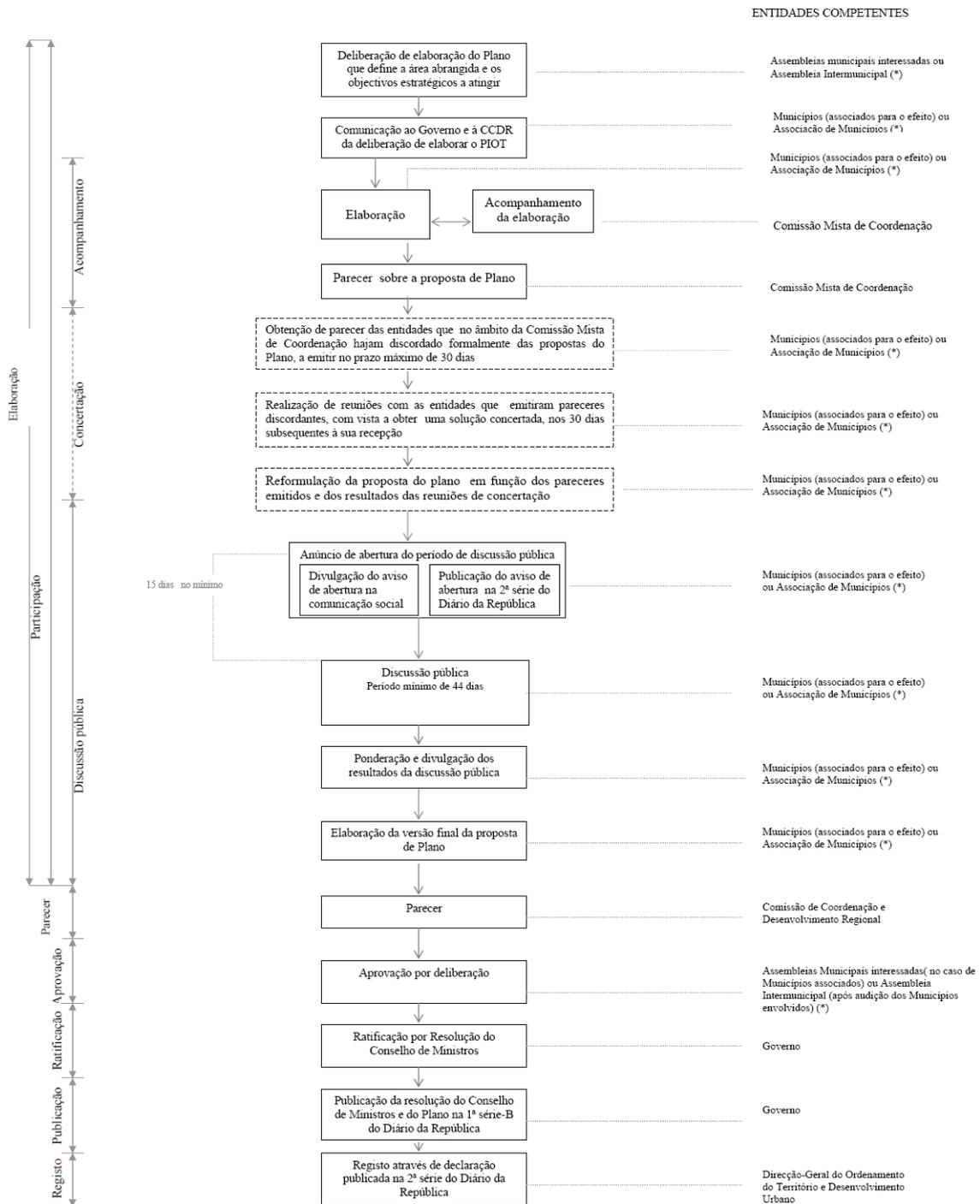
² - Actualmente designadas por Associação dos Urbanistas Portugueses.

³- SOCIEDADE PORTUGUESA DE URBANISTAS (1990) – “ A Sociedade Portuguesa de Urbanistas perante o DL 69/90”, *Sociedade e Território*, nº 12, Porto, Afrontamento, p. 128

Enumeram-se a Lei nº 1/90 de 13 de Janeiro, (Lei do sistema Desportivo) que obriga os PDM e os PU a reservar áreas para as práticas desportivas, e que é alterada pela Lei nº 19/96, de 25 de Junho; o Decreto-Lei nº 292/95, de 14 de Novembro, que determina a qualificação oficial para a elaboração de planos de urbanização, planos de pormenor e de projectos de loteamento; o Decreto-Lei nº 364/98, de 21 de Novembro, que estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias.

Quadro 18 - Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território

PLANO INTERMUNICIPAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PIOT)



(*)Ter em atenção as competências atribuídas neste âmbito, nos termos da Lei n.º 10/2003 e da Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, às Grandes áreas metropolitanas, Comunidades urbanas e Comunidades intermunicipais.

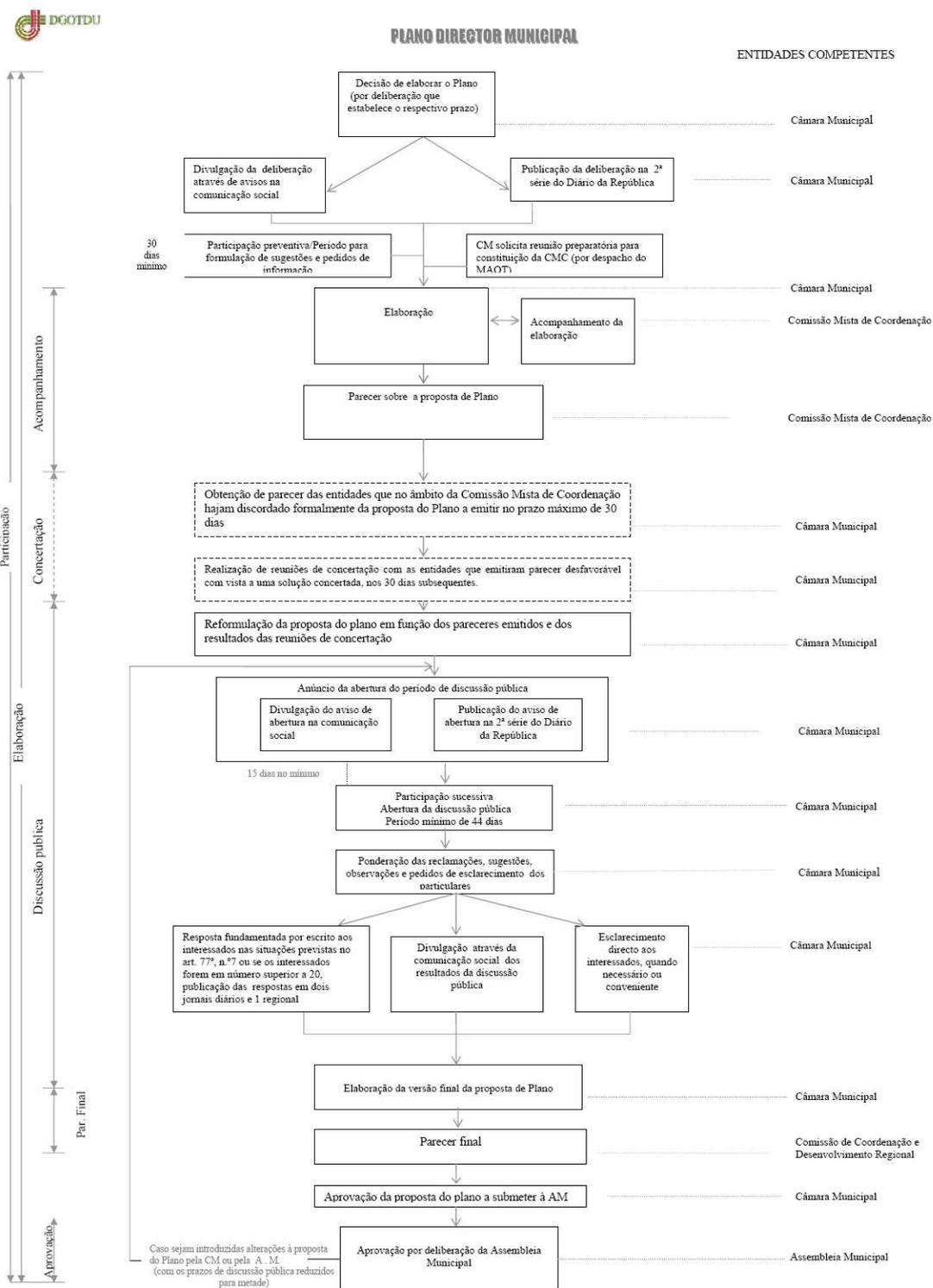
As plantas de síntese dos Planos Municipais de Ordenamento do Território devem incluir a delimitação das zonas inundáveis e os seus regulamentos devem estabelecer as restrições necessárias para fazer face ao risco de cheia; Decreto-Lei nº 115/01, de 7 de Abril, e que simplifica os procedimentos de alteração a planos municipais de ordenamento do território e alvarás de loteamento urbano no âmbito da execução e concretização dos programas de realojamento regulados pelo Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de Junho, e pelo Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de Maio (Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto), bem como dos programas de construção de habitação a custos controlados destinado a arrendamento.

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território procuram:

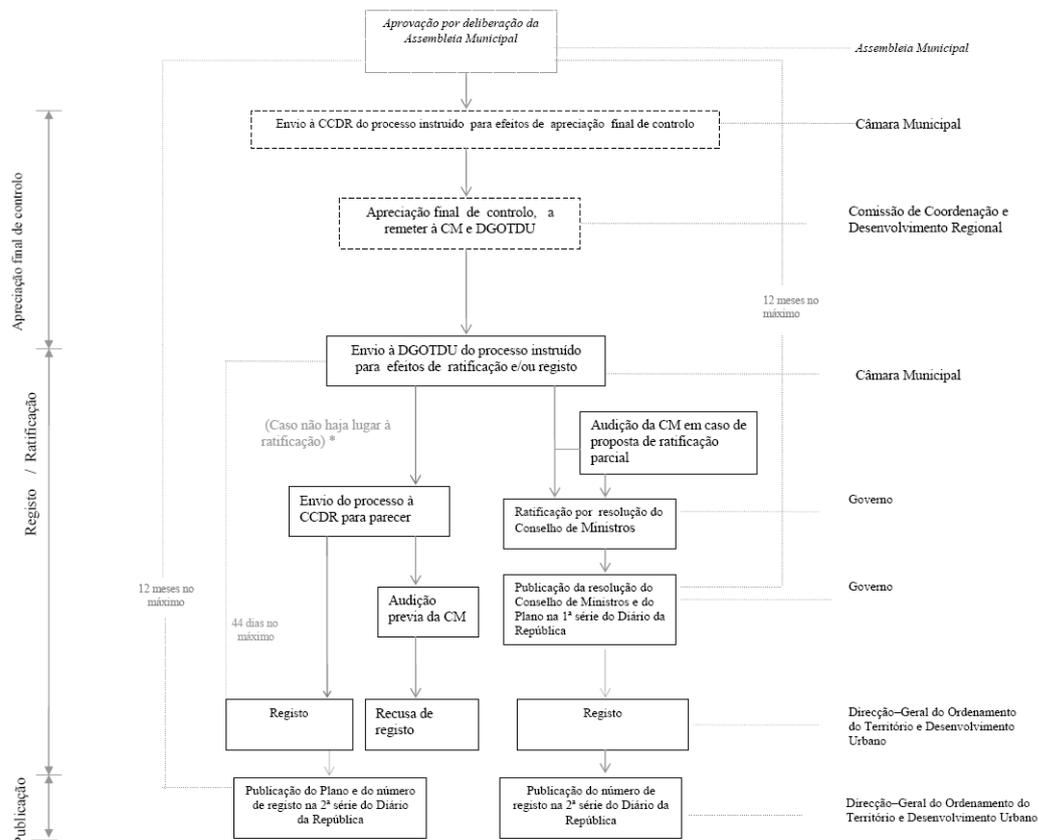
- a) traduzir, ao nível local, o quadro de desenvolvimento do território que foi estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional;
- b) exprimir a representação territorial da estratégia de desenvolvimento local;
- c) articular as políticas sectoriais com incidência local;
- d) a base de uma gestão programada do território administrada pelo município;
- e) definir a estrutura ecológica do território municipal;
- f) estabelecer os princípios e as regras que garantam a qualidade ambiental e a preservação do património cultural;
- g) estabelecer os princípios e os critérios que se encontram subjacentes a opções de localização das infra-estruturas, dos equipamentos colectivos e dos serviços e funções;
- h) estabelecer os critérios de localização e respectiva distribuição das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- i) estabelecer os parâmetros de uso do solo;
- j) estabelecer os parâmetros de uso e fruição do espaço público;
- k) estabelecer outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.¹

¹ - Cf. artº 70 do Decreto-Lei nº 280/99, de 22 de Setembro, *Op.cit.*, p. 6605

Quadro 19 - Plano Director Municipal



(Continua)



* - Nos termos do n.º 7 do art. 80º do RJIGT

Fonte: DGOTDU

Neste diploma, está omissa a possibilidade de existência de planos intermunicipais. Em relação à legislação anterior trata-se de um significativo recuo, uma vez que era concedida aos municípios, de forma expressa, a faculdade de se associarem a fim de elaborarem planos comuns, quer fossem de urbanização (Decreto-Lei nº 560/71, artº 5) quer fossem directores municipais (Decreto-Lei nº 208/82, artº 2º, nº 2).¹

¹ - Cf. OLIVEIRA, Luís Perestrelo de (1991) - *Planos Municipais de Ordenamento do Território*, Coimbra, Almedina, p. 17

Há, contudo, a salientar que este diploma partia do princípio da separação dos elementos *físicos* e *económico-sociais*. Esta separação é justificada tecnicamente pela necessidade de se atenuar a complexidade que envolve a elaboração do PDM tornando-o assim num instrumento mais fácil e de mais rápida elaboração.

Na base desta argumentação, está o princípio de que as atribuições e as competências dos municípios, no campo económico, devem apresentar-se com um significado muito reduzido. Ou seja, há uma fundamentação teórica na qual se baseia a separação do *espaço* dos processos económicos e sociais, em que se admite a possibilidade de identificar, isolar, avaliar e organizar o *elemento físico* como um aspecto independente ou como uma propriedade de acontecimentos das próprias dinâmicas sócio-produtivas.

Todavia, esta teoria que remete os *elementos físicos* do planeamento municipal para a possibilidade de serem analisados isoladamente, apresenta-se pouco defensável, pois esses *elementos físicos* por si só, e sem quaisquer tipo de articulações que são estabelecidos entre os usos económicos e sociais do território e o uso do solo, contribuem para um incorrecto entendimento quer dos circuitos económicos e da própria acumulação do capital, quer da espacialidade da formação dos vários interesses sectoriais, quer ainda das estratégias e relações de forças por parte dos actores sociais locais que se tornam nos protagonistas da transformação territorial.

Deste modo, o PDM para além de ter como objectivo traduzir as metas programáticas no domínio do Desenvolvimento, e definir as estratégias relativas às várias actividades produtivas existentes ou que venham a existir no território, deverá ser um instrumento que possibilite a participação das populações e que seja produtor de informação: informação de *baixo para cima* no que se refere à especificidade local da problemática do desenvolvimento e entendida como necessária à elaboração de planos de ordenamento de escala nacional, regional e sub-regional; e informação de *«cima para baixo»* relativamente à pormenorização da expressão local das medidas apontadas pelos planos atrás referidos.¹

Para além dos Planos que visam o desenvolvimento económico e social, há

¹ - Cf. NETO, Maria Susana; HENRIQUES, José Manuel (1986) - “Planos Municipais, crise e participação pública”, *Cadernos Municipais*, nº 35

uma diversidade de instrumentos de ordenamento e planeamento.

Com base na existência dessa diversidade, assiste-se à repartição de competências entre o Estado e as Autarquias Locais no que se refere à intervenção a realizar ao nível espacial.

O Plano de Urbanização

É o grande responsável pela qualificação do solo urbano; é o responsável pela definição da organização espacial de uma determinada parte do território do município que se encontra integrada no perímetro urbano, podendo, contudo, de acordo com o artº 87 do Decreto-Lei nº 310/03., integrar solo rural complementar que exija uma intervenção integrada por parte do planeamento municipal¹.

Por outro lado, o Despacho nº 38/05 de 2 de Fevereiro vai, também, impor uma maior exigência e rigor quanto à documentação exigida aquando o início, desenvolvimento e auscultação pública do Plano de Urbanização. Assim, enquanto o nº 2 do artº 89 do Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro aceitava apenas um Relatório fundamentando o conjunto de soluções que foram adoptadas e o Programa de execução das intervenções municipais previstas e respectivos meios de financiamento, o Despacho nº 38/05, no seu nº 2 vem exigir para além do já anteriormente citado, um conjunto de elementos técnicos (Plantas e Relatórios) que para além de elevar qualitativamente o Plano de Urbanização vai dotá-lo de maior transparência junto dos cidadãos através de uma maior explicitação técnica sobre as decisões tomadas nesta matéria. Assim, dizia-se, passa a constituir material que acompanha o Plano de Urbanização os seguintes elementos:

- a) Planta de enquadramento, numa escala inferior à do Plano de Urbanização, e onde estejam assinaladas as principais vias de comunicação, as infra-estruturas consideradas relevantes, os grandes equipamentos colectivos e outros elementos que sejam considerados pertinentes;
- b) Planta que revele a situação da ocupação territorial à data da elaboração do Plano;

¹ - Cf. artº 87 do Decreto-Lei 310/03 *Diário da República*, de 10 de Dezembro p. 8342

- c) Relatório e/ou Planta onde figurem as licenças ou autorizações das operações urbanísticas emitidas, assim como as informações prévias favoráveis que se encontrem em vigor na área de intervenção do Plano;
- d) Plantas que identifiquem o traçado das infra-estruturas viárias, do abastecimento de água, saneamento básico, energia eléctrica, recolha de resíduos e outras infra-estruturas que se considerem pertinentes, que existam ou que estejam previstas para a área do Plano;
- e) Carta da estrutura ecológica do aglomerado ou aglomerados;
- f) Extractos do Regulamento, Plantas de Ordenamento e dos condicionantes que foram impostos pelos Instrumentos de Gestão Territorial que se encontrem em vigor na referida área de intervenção do Plano de Urbanização;
- g) Participações que foram recebidas aquando a realização do período de discussão publicado Plano e respectivo relatório de ponderação.¹

O Plano de Pormenor

Que define com detalhe o uso de qualquer área delimitada dentro do respectivo território municipal. Serve de base aos projectos de execução das infra-estruturas, das formas arquitectónicas dos edifícios e respectivos espaços exteriores, articulados com o conjunto de prioridades que foram estabelecidas nos programas de execução delineados pelo PDM e pelo Plano de Urbanização.

É ainda reconhecido ao Plano de Pormenor a possibilidade de desenvolver e concretizar programas de acção territorial.

Mais recentemente, a Portaria nº 138/05 de 2 de Fevereiro, vem impor um maior rigor em termos técnicos. Embora a preocupação do legislador incida no cumprimento do estipulado no Decreto-Lei nº 380/99, na prática assume a forma de evitar incongruências entre os vários Instrumentos de Gestão do Território ao mesmo tempo que as Câmaras Municipais (e os munícipes) passam a deter informação pormenorizada sobre as zonas de intervenção.

Para além da exigência dos elementos que acompanham o Plano de Pormenor,

¹ - Cf. nº 2 da Portaria nº 38/05 de 2 de Fevereiro, *Diário da República*, I Série - B, p. 863

constantes no nº 2 do artº 92 do Decreto -Lei nº 380/90 de 22 de Setembro, vem exigir um conjunto de elementos técnicos tais como:

- a) Planta de enquadramento, que contenha a localização do Plano no contexto do território municipal, indicando explicitamente a área de intervenção e sua articulação quer com as vias de comunicação quer com as restantes infra-estruturas indispensáveis, a estrutura ecológica os grandes equipamentos colectivos e outros elementos considerados pertinentes para a elaboração do Plano;
- b) Planta que assinala a situação da ocupação territorial à data da elaboração do Plano;
- c) Relatório ou planta indiciadora das licenças ou autorizações das operações urbanísticas assim como das informações favoráveis em vigor na área do Plano;
- d) Extractos do regulamento, das plantas de ordenamento ou de zonamento bem como das condicionantes impostas pelos Instrumentos de Gestão Territorial que se encontrem em vigor na área de intervenção do Plano;
- e) Plantas que contenham elementos técnicos e arquitectónicos, nomeadamente a modelação dos terrenos, cotas mestras, volumetrias, perfis (longitudinais e transversais) dos arruamentos, traçados das infra-estruturas e equipamentos urbanos;
- f) Participações que foram recebidas aquando a realização do período de discussão publicado Plano e respectivo relatório de ponderação.¹

Embora todo este processo esteja consignado através de toda a legislação que tem vindo a ser publicada, o facto é que os Planos de Urbanização e de Pormenor têm sido subalternizados, na sua aprovação e consequente implementação, face ao PDM.

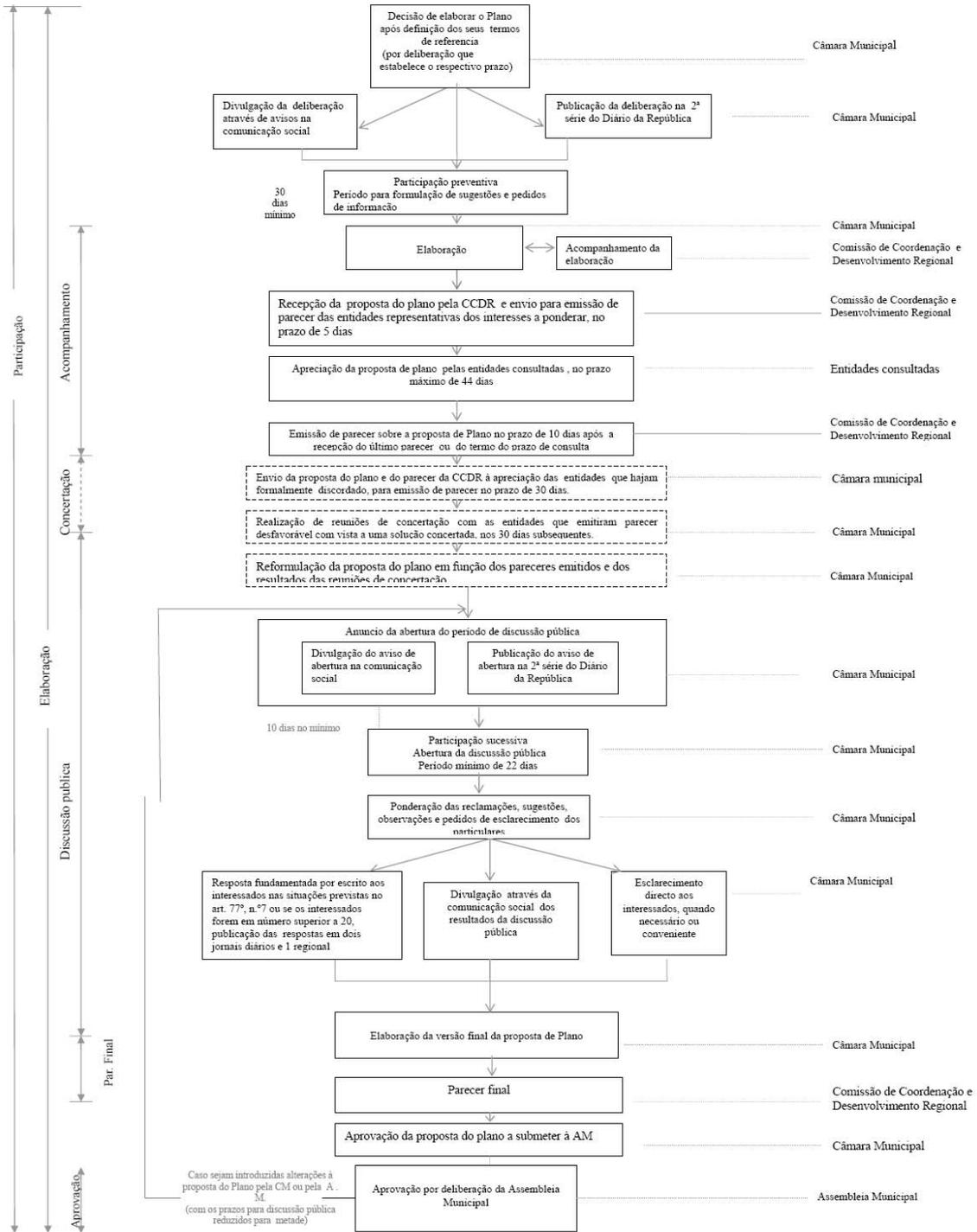
¹ - Cf nº 3 da Portaria nº 38/05 de 2 de Fevereiro , *Diário da República* I-Série- B, p. 863

Quadro 20 - Plano de Urbanização e Plano de Pormenor

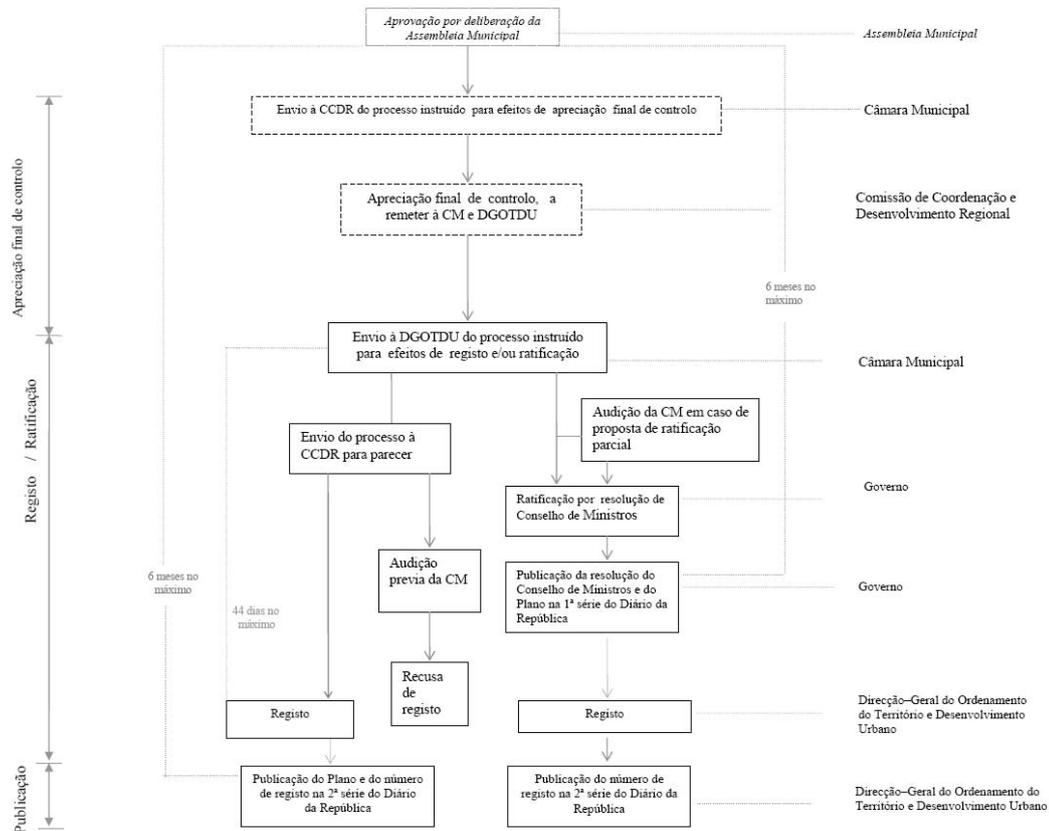


PLANO DE URBANIZAÇÃO E PLANO DE PORMENOR

ENTIDADES COMPETENTES



(Continua)



Fonte: DGOTDU

A produção legislativa verificada sobretudo durante a última década procura, assim, colmatar as insuficiências legislativas anteriores, tentando travar os erros urbanísticos cometidos no país, através de um processo de coordenação onde é definido o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. Procuraram-se alterar procedimentos através da melhoria das condições de vida das populações assente no respeito pelos valores culturais, ambientais e paisagísticos¹ e proceder à

¹ Cf. n.º 1 alínea a) do art.º 6 da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, *Op.cit.* p. 3870

utilização sustentável do território estabelecendo um conjunto de medidas que articulem as várias vertentes (natural, ecológica, patrimonial e arqueológica, económica, etc.) existentes no território.

O quadro legislativo em matéria de Ordenamento do Território mostra-se perfeitamente adequado à gestão territorial.

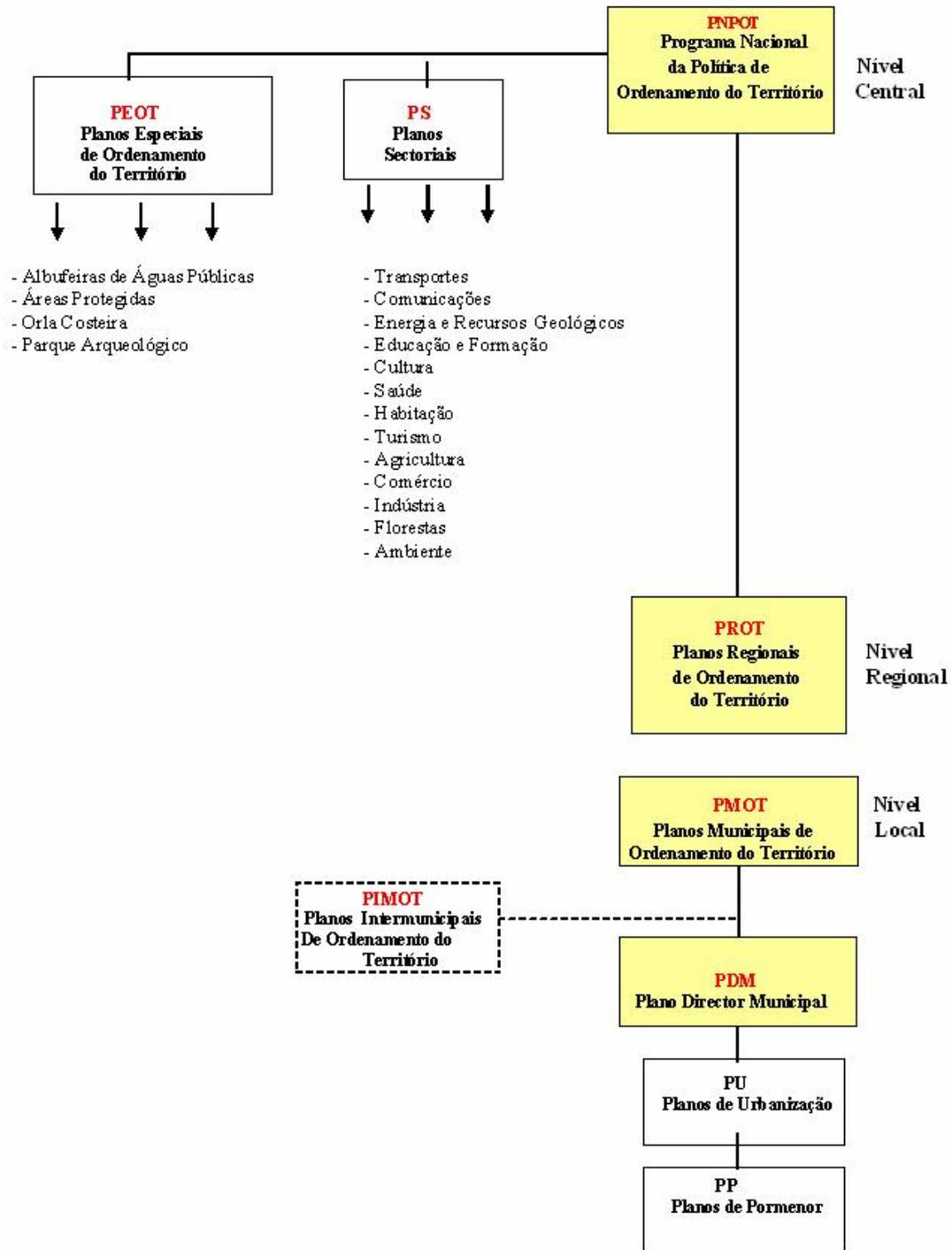
Todavia, pese embora haja PDM em todos os municípios e alguns (poucos) PROT, todos eles produzidos por equipas inter e transdisciplinares, com acompanhamento por parte de comissões intersectoriais diversas, e que são o sujeitos a inquéritos públicos, sujeitos a aprovação por Assembleias Municipais e/ou Conselho de Ministros, a situação está longe de ser considerada boa.

No que se refere aos PROT, é curioso ressaltar que embora a legislação sobre este tipo de planos remonte, como se referiu anteriormente, ao ano de 1988, à data deste trabalho estavam apenas em vigor onze Planos Regionais,¹ situação que parece ser bastante reveladora da inércia que o país demonstra em termos de planeamento regional, o que começa a ser cada vez mais incompreensível dada a situação contrastante que se verifica com os restantes países da União Europeia, e cujo atraso era estimado em 2002 por Maria Júlia Lourenço, em cerca de trinta anos.²

¹ - Os onze PROTS em vigor em 2005 são: PROTAL (Algarve); PROTALI (Litoral Alentejano); PROZAG (Zonas Envolventes das Barragens de Aguieira, Coiço e Fronhas; PROZED (Zona Envolvente do Douro); PROTO (Oeste); PROTAM (Alto Minho); PROTAML (Área Metropolitana de Lisboa.); PROTCL (Centro Litoral); PROZEA (Zona Envolvente da Barragem de Alqueva); PROZOM (Zona dos Mármore); PROT-TMAD (Trás-os-Montes e Alto Douro).

² - Cf. LOURENÇO, Maria Júlia (2003) – *Op.cit.* p.91

Figura 9 - Hierarquia das figuras de Planeamento em Portugal



14.3 - AS PRINCIPAIS FIGURAS DE PLANEAMENTO NO MUNICÍPIO DE PALMELA

Os instrumentos de planeamento que abrangem Palmela remontam à década de quarenta, mais precisamente a 1948, com o primeiro *Plano de Urbanização da Vila de Palmela*.

Até à instauração do regime democrático, o planeamento do município de Palmela encontrava-se integrado na região de Lisboa, o que o torna dependente de todos os regulamentos e processos, de Lisboa e do Plano de Desenvolvimento da Região de Lisboa, estabelecido em 1964.

Com o advento do regime democrático e sobretudo com o reconhecimento da autonomia do Poder Local, a que se associa toda a produção da legislação sobre planeamento e ordenamento do território, assiste-se a uma política sistemática de concepção e de implementação de *Planos de Urbanização* no território municipal.

Surgem então, no final da década de setenta, os então denominados *Planos Gerais de Urbanização* (PGU) dos principais aglomerados urbanos do município – Pinhal Novo, Quinta do Anjo/ Cabanas e Palmela, que abrangiam a área urbanizada do município.

Com a emergência e expansão do fenómeno de loteamento e construção clandestina, é lançado um plano parcial para as zonas poente e nascente do município e tem início a elaboração de um primeiro estudo tendente à reconversão da construção clandestina (Barra Cheia/Quinta do Anjo), o que em certa medida traduz uma tentativa da Câmara Municipal de Palmela de controlar esse tipo de processos que entretanto se expandiam.

A opção tomada pela Câmara Municipal de Palmela em matéria de planeamento urbanístico, foi a de privilegiar os *Planos de Urbanização* (PU's), tendo remetido para uma fase posterior a elaboração do Plano Director Municipal.

As vantagens desta opção parecem ser óbvias: um melhor e mais aprofundado conhecimento do território municipal, o que poderia ser importante no momento da elaboração do PDM.

No entanto e como contrapartida desta opção, surgem as dificuldades de articulação das lógicas parcelares de crescimento territorial no conjunto do espaço

municipal. As dificuldades foram parcialmente controladas pelo facto de ter havido uma *concentração* numa única equipa de planeamento que elaborou grande parte dos PU.¹

Em 1977 têm início a elaboração de Planos de Urbanização (PU's), tendo sido concluídos seis PU's e vários *Planos de Pormenor* cuja abrangência é o total das áreas mais urbanizadas ou urbanizáveis do território do município. Realiza-se o plano parcial das zonas nascente e poente e o PU de Palmela.

Durante a década de oitenta, a Câmara Municipal de Palmela continua com a política de elaboração de PU's, tendo sido contemplados os aglomerados urbanos de Aires/Volta da Pedra, Brejos do Assa, Águas de Moura e Poceirão.

Se nos anos setenta o município recorreu a equipas externas à máquina camarária para elaboração dos PU's, já os anos oitenta seriam marcados por uma maior intervenção directa por parte dos serviços técnicos da Autarquia. Todavia, nalguns casos, os planos nunca viriam a ser concluídos ou regulamentados. É nesta década que o PGU de Pinhal Novo sofre a sua actualização.

O ano de 1985 ficaria marcado pela elaboração dos *Estudos Sumários de Planeamento* que serviriam de base à proposta de elaboração do *Plano Director Municipal* de Palmela e “*que pretendem caracterizar numa forma genérica o concelho, procurando apontar as suas principais potencialidades, problemas e condicionantes*”.²

Em 1986, preocupada com o aumento dos loteamentos e das construções clandestinas, a Câmara Municipal elabora o estudo das normas provisórias para o Pinhal das Formas e para a Quinta da Marqueza.

Em 1988 foi lançado o Programa Preliminar com vista à concretização do PDM.

O final da década, sobretudo nos seus três últimos anos, o município sofre a maior pressão urbanística sobre o seu território, o que se traduziu na ocorrência de grandes e profundas transformações ao nível do uso dos solos.

Perante esta situação não houve, por parte da Câmara Municipal de Palmela, qualquer tipo de implementação, actualização ou conclusão de qualquer plano

¹ - Cf. CARIA, Fernando (1993) – *Op.cit.*, p. 368

² - CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (1985) – Plano Director Municipal - Estudos Sumários de Planeamento, p. 4

urbanístico.¹

A década de noventa ficará marcada pelo início, em 1990, pela elaboração do primeiro *Plano Director Municipal*.² A sua aprovação pela Assembleia Municipal data de Março de 1996, tendo sido rectificado em Conselho de Ministros em 1997.

Este PDM aponta cinco grandes *estratégias de desenvolvimento* para o município:

- “ – *Limitar a tendência de abandono da actividade agrícola*
- *Apoiar e enquadrar a instalação de novas actividades industriais*
- *Apoiar e enquadrar a instalação de novas actividades indispensáveis à qualidades de vida das populações*
- *Diversificar e qualificar a oferta de habitação*
- *Promover o turismo*”³

Quanto à primeira *estratégia*, o Plano procura *limitar* as tendências de abandono da actividade agrícola recentemente verificadas no seu espaço territorial, o que aliás contraria toda a tendência verificada em Portugal, onde em 1991 os 7,3 % da população activa que se encontrava afecta à Agricultura e Pescas contrastava com os 18,0 % apresentados pelo município de Palmela.

As soluções apresentadas no Plano para evitar esse abandono são de duas ordens: uma, considerada *negativa* – que opta pelo impedimento da desafecção dos solos ou pela deterioração dos solos *mais aptos* ou dos solos que são considerados *necessários à manutenção da viabilidade das explorações agrícolas*; a outra, referenciada como *positiva*, prevê a limitação do abandono através da criação de condições, (dentro do campo de competências e atribuições da Câmara) de intervenção que levem à melhoria das condições de vida dos agricultores, e que passa:

¹ - Cf. CARIA, Fernando (1993) – *Op.cit.*, p. 369

² - O PDM de Palmela teve o seu inquérito público em 1995, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal de Palmela no ano de 1996.

³ - CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA, GPDM, *Plano Director Municipal*, p. 10

- pela melhoria das condições de habitabilidade;
- pelo aumento da qualidade dos serviços e dos equipamentos utilizados pela população agrícola;
- pelo aumento da acessibilidade a esses serviços e equipamentos;
- pela promoção à instalação de actividades associadas;
- pelo apoio e incentivo à formação profissional;
- pela divulgação dos produtos agrícolas regionais.

Estas medidas merecem alguma reflexão na medida em que o PDM discute os problemas da agricultura e dos agricultores deste município, numa visão extremamente localizada e sem uma perspectiva de articulação do lugar que hoje é ocupado pela agricultura portuguesa, com as estratégias e as orientações traçadas para a agricultura europeia determinadas pela reforma da Política Agrícola Comum.

O segundo *desafio de desenvolvimento* assenta no apoio e no enquadramento da instalação de novas actividades industriais.

As medidas apontadas procuram articular as indústrias que utilizam recursos locais (mão-de-obra e matérias primas) com a diversificação do tecido industrial, ao mesmo tempo que se vai incentivar a instalação das denominadas *actividades associadas/complementares*.

Também aqui ressalta o facto da inexistência de inovação. Este PDM repete o que muitos outros apontam, sem contudo especificar qualquer tipo de estratégia que torne o território concorrente e inovador do ponto de vista da ocupação industrial.

Com a terceira *estratégia de desenvolvimento* procura-se apoiar e enquadrar a instalação de actividades consideradas como indispensáveis à qualidade de vida das populações, através:

- da promoção da qualidade de vida;
- da diversidade dos serviços e equipamentos;
- da qualidade e diversificação dos estabelecimentos comerciais.

Diversificar e qualificar a oferta de habitação, constitui a quarta *estratégia de desenvolvimento*. Este desejo de diversificação e de qualificação da oferta aparece

matizado:

- na promoção do aparecimento de oferta diversificada e com a qualidade que é exigida pelos vários segmentos da procura;
- e no desejo de proceder a uma correcta articulação com as políticas de equipamentos e de infra-estruturas.

Perante uma crescente procura da chamada *habitação de qualidade* em municípios da periferia de Lisboa, parece óbvio que o executivo camarário tente enveredar por este processo de atracção e que aliás já se encontra materializado em alguns condóminos fechados – *Vila Serrinha, Aldeia do Meio, Golfe do Montado e Palmela Village*.

No entanto, o crescimento urbano acelerado em determinados núcleos urbanos, em que Pinhal Novo é o exemplo mais acabado, tem levado a uma desadequada rede de equipamentos e de infra-estruturas que, quando não são inexistentes, são insuficientes.¹

A quinta e última *estratégia de desenvolvimento* incide na promoção do turismo, nomeadamente nas suas vertentes de agro-turismo/turismo rural, turismo de negócios e turismo cultural.

Esta estratégia parece ser aquela em que é necessária uma maior aposta, uma vez que praticamente tudo se encontra por fazer. As infra-estruturas turísticas praticamente são inexistentes e os equipamentos escasseiam.

Pela sua localização e enquadramento paisagístico - integração do município de Palmela. no *Parque Natural da Arrábida* e na *Reserva Natural do Estuário do Sado* - o PDM de Palmela estabelece três Unidades Territoriais de Vocação Turística - a *Zona de Influência da Reserva Natural do Estuário do Sado*, a *Zona de Influência da Barragem da Venda Velha* e a *Zona apoiada na E.N. 10*.

Como município em transição de uma estrutura económica baseada na terra, para formas económicas e sociais de índole urbano-industriais, senão mesmo pós-

¹- Esta situação de falta, ou de desadequação de equipamentos e de infra-estruturas, foi manifestada, em 1996, durante as sessões do *Fórum Pinhalnovense*, estrutura informal criada por iniciativa da Câmara Municipal de Palmela, e seu principal orientador, e que congregou os representantes das várias associações e colectividades de Pinhal Novo.

industriais, que se vão aproximando das características dos restantes municípios da Península de Setúbal, as opções de desenvolvimento propostas pelo PDM do município de Palmela parecem ter encontrado o *meio-termo* de aplicação das estratégias de intervenção para municípios de povoamento urbano de tipo disperso e as estratégias usualmente utilizadas nos municípios rurais.

Enquanto para os municípios possuidores de zonas de povoamento urbano disperso, os desafios que se deparam ao Planeamento Municipal incidem na criação de emprego, na dotação de equipamentos e infra-estruturas indispensáveis à qualidade de vida da populações e na qualificação do tecido urbano, objectivos que vão determinar que as intervenções autárquicas sejam centradas em orientações estratégicas que levem:

- a reorientar a iniciativa empresarial endógena;
- a viabilizar a continuação dos sistema de exploração agrícola;
- a reordenar o padrão territorial das actividades económicas, assumindo uma política urbanística assente nos processos de ligação dos espaços intermédios, na melhoria da imagem e no reforço do *papel urbano* nos principais aglomerados.

Nos municípios de povoamento rural, o principal desafio colocado ao Planeamento Municipal situa-se na promoção das condições necessárias à fixação das populações.

Este objectivo servirá como orientador para uma estratégia de intervenção autárquica virada para o aproveitamento dos recursos e potencialidades do município, cuja meta reside em articular a criação de emprego com os recursos locais.

A autarquia assume um papel de charneira num processo que privilegia:

- a agricultura como um sector estratégico no processo de desenvolvimento local, apostando no aumento do nível de rendimentos que proporciona, e no valor acrescentado local que é aumentado¹, surgindo como resultado do

¹ - A defesa destes princípios é feita por Carlos Sousa, então Presidente da Câmara de Palmela, em *Palmela em Revista*, nº 1, p.15

prolongamento da produção agrícola a jusante - quer nos processos de selecção e embalagem, quer nos processos de transformação agro-alimentar;

- o emprego industrial, assente nas estruturas produtivas já existentes, ou em actividades que utilizem os recursos produtivos, ou os *saberes* locais, traduzíveis em indústrias artesanais.¹

A um nível de promoção externa do município, as estratégias do Planeamento Municipal incidem na dinamização do turismo, que assume dimensões tão diversificadas como o turismo de habitação, a caça, a animação cultural e recreativa e outras actividades de lazer.²

¹ - Ao longo de oito números, *Palmela em Revista*, apresentou as várias indústrias que se encontram implantadas no território municipal.

² - Cf. LOPES, Raul Gonçalves (1990) - *Op.cit.*

15 - DINAMISMO PRODUTIVO E IMPACTOS TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE PALMELA

15.1 - DINÂMICAS PRODUTIVAS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL

As dinâmicas produtivas existentes na Península de Setúbal têm-se caracterizado por não apresentarem uma uniformidade quanto às suas formas de desenvolvimento.

Nos últimos dois séculos e, em especial, no último quartel do século XX tem sido notória a multiplicidade de processos de desenvolvimento - diversos e diferenciados - quer quanto à dimensão temporal quer quanto às suas formas materializadas espacialmente.

Essas multiplicidades de processos têm sido as principais responsáveis para que se tenham verificado um conjunto diversificado de mudanças entre as actividades produtivas e as estruturas espaciais.

Estes factores, cujas raízes estão assentes em processos históricos diferenciados, traduzem lógicas produtivas, mais ou menos dependentes, dos vários modelos económicos.

15.2 - PORTUGAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: AS RELAÇÕES CAPITALISTAS QUE EMERGEM

A Regeneração ou o “*nome português do capitalismo*”¹ teve o seu início em 1852 e prolongou-se por quarenta anos. As suas principais características estão associadas à existência de uma *paz social* e a um *progresso material* que são, assim, os responsáveis pela forte contribuição que deram à sociedade portuguesa para que esta se libertasse das estruturas tradicionais do *ancien régime*, integrando-se progressivamente dentro da lógica das relações de produção capitalista que caracterizavam a Europa.

No período Regenerador ou *Fontismo* – nome que também ficou conhecido devido a António Maria Fontes Pereira de Melo chefe do Partido Regenerador –

¹ - Cf. CABRAL, Manuel Villaverde (1981a) – *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no sec. XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, p. 162

consegue-se realizar a *paz social* através da reconciliação política das classes possidentes, através de um programa de fomento das forças produtivas e de um conjunto de reformas sociais.

Simultaneamente, a *iniciativa privada* é libertada do *dirigismo estatal*, que se verificava nos domínios financeiro, agrícola e industrial. Esta situação contribuiu para o aparecimento espontâneo das capacidades de investimento e que marcou a expansão capitalista da economia portuguesa até à crise de 1890.

Por outro lado, entra-se num protecçãoismo livre-cambista, de feição moderada. Este protecçãoismo procura pôr cobro ao monopólio dos produtores de trigo, ao mesmo tempo que se tenta proteger, de forma articulada, a indústria que começa lentamente a emergir.

Procurou-se, ainda, limitar a pressão fiscal contra a renda fundiária o que evitou o processo acelerado de proletarianização do campesinato das pequenas propriedades agrícolas.

Todo este processo está articulado com uma política de construção de estradas (tipo macadame), pontes e vias-férreas, cujo objectivo foi o escoamento da produção agrícola, nomeadamente o gado, os cereais, as frutas e o vinho.

15.3 - A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Perante a conjuntura que marca a segunda metade do século XIX, assistiu-se a um maior consumo interno de produtos agrícolas que é revelador do crescimento populacional da cidade de Lisboa, ao mesmo tempo que a conjuntura internacional se mostra favorável para os mercados agrícolas internacionais.

Estas situações levam a duas situações: uma que tem a ver com o mercado externo; e uma outra, relacionada com o mercado interno, nomeadamente no que se refere ao alargamento do espaço económico de Lisboa, tornando-se na responsável por se verificar que “*de 1847 a 1890-91, o sector mais dinâmico da economia portuguesa foi a agricultura. Portugal tornou-se uma grande granja para a exportação*”.¹ Portugal torna-se, deste modo, um dos países fornecedores de

¹ - PEREIRA, Miriam Halpern (1974) – *Assimetrias de Crescimento e Dependência Externa*, Lisboa., Seara Nova, p. 14

produtos agrícolas para um Reino Unido industrializado cujas necessidades de abastecimento alimentar para uma população urbanizada se apresentavam cada vez maiores.

No ponto de vista do mercado interno, o alargamento do espaço económico da cidade de Lisboa só poderá ser entendido se for interrelacionado com outros centros, de pequena importância dimensional, que “*asseguram uma inter-relação espacial, porque pontos de ligação nos circuitos de comércio dos produtos agrícolas com a capital, ou porque, mesmo de nível hierárquico inferior na estrutura urbana, produziram um espaço agrícola próprio com maior ou menor autonomia da capital.*”¹

Estes centros são, por sua vez, detentores do seu próprio sistema microzonal, embora se integrem em zonas de maior dependência da cidade principal. Estão neste caso todas as manchas hortícolas em torno dos povoados de Palmela, Pinhal Novo e Azeitão e dos centros urbanos dos municípios do norte da Península de Setúbal.

Este tipo de desenvolvimento agrícola em torno de Lisboa, que assumiu características de *inovação agrícola* deve-se a “*um avanço poderoso das relações de produção capitalistas numa boa parte do mundo rural (...)*”,² que se expressou duplamente através dum importante reconversão cultural e por uma especialização produtiva, que avançou através da estrutura da propriedade (sempre que esta o permitisse), ou obrigando-a a adaptar-se às novas condições, cuja tradução resultou num maior número de arrendamentos e prazos mais longos que os anteriormente praticados.

Contudo, este movimento centrífugo pode e deve ser entendido como uma consequência de um conjunto de transformações que o País apresentou no período da Regeneração e cujas características foram marcadas pela construção de vias de comunicação e na transformação da estrutura fundiária, cuja consequência directa se verificou num acentuado êxodo rural em direcção às zonas de maior densidade populacional.

¹ - GAMA, António; SANTOS, Graça; PIRES, Iva (1981) – “Análise Espacial de uma transformação da agricultura”, *Revista Crítica de Ciências Sociais.*, nº 7/8, p. 543

² - CABRAL, Manuel Villaverde (1981a) – *Op.cit.* p. 311

15.4 - OS PRIMÓRDIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Uma outra dimensão do desenvolvimento dos finais do século XIX foi o processo de implantação de indústrias *modernas* em Portugal, com recurso a novas maquinarias e a novas formas de energia, o vapor numa fase inicial e a electricidade posteriormente.

Também a Península de Setúbal acompanha esta tendência. Assistiu-se a um surto de industrialização localizado no município do Barreiro, com a instalação da Companhia União Fabril (CUF), ¹ em 1907, e no município de Setúbal com a expansão das indústrias conserveiras de peixe que se começaram a fixar na cidade nos finais do século XIX..

O investimento nacional e estrangeiro, que acompanha estes processos de industrialização é, ele também, diferente e diversificado. Enquanto na CUF o investimento é nacional, as indústrias conserveiras de peixe recebem investimentos de capitais franceses. Por seu turno, os capitais ingleses vão para os lanifícios e os vidros e a química obtém investimentos provenientes da Alemanha.²

A ocupação da Península pode assim, ser definida pela presença de duas *bolsas industriais*. Uma, localizada a norte da Península, que compreende os municípios ribeirinhos - Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal - que por sua vez revelam uma complexidade e uma diversidade quanto ao fenómeno industrial, assumindo, simultaneamente, aspectos bastante diferenciados no espaço; ³ e uma outra, a sul da Península, formada pelo município de Setúbal.

As indústrias ao estabelecerem-se nestas *bolsas* fá-lo-ão por razões logísticas – o acesso marítimo que possibilita o fornecimento de matérias-primas – e, em especial, pela localização junto aos grandes mercados - Lisboa e o Alentejo.

Embora haja uma nítida diferenciação histórica, territorial e de natureza diferente do capital, as duas *bolsas industriais* viriam a apresentar impactos

¹ - A Companhia União Fabril resultou da fusão entre a Aliança Fabril, Lda., cujo proprietário era Alfredo da Silva e a União Fabril, propriedade de Henry Burnay. A necessidade da fusão resultou da situação económica precária que as empresas viviam à época.

² - Cf. CARIA, Fernando (1993) - *Op.cit.* p. 145

³ - Cf. CRUZ, Maria Alfreda (1973) – *A Margem Sul do Estuário do Tejo - Factores e formas de organização do espaço.*, s/l, s/ed., p. 113

demográficos e espaciais bastante semelhantes.¹

15.5 - AS ÁUREAS DÉCADAS DO PÓLO INDUSTRIAL DE SETÚBAL : A DÉCADA DE SESSENTA E O INICIO DE SETENTA

As características de *região industrial* só serão dadas pelas indústrias que, em meados do século XX, se instalaram na Península. Até aí, o processo de industrialização tinha abrandado significativamente após os finais do século XIX. “É, talvez, este início precoce de industrialização que tornou a Península de Setúbal uma região que irá ser conscientemente assumida como região industrial a desenvolver.”²

Na década de sessenta do século XX, o País vê-se obrigado a adoptar uma nova definição do seu modelo de desenvolvimento. A contribuir para tal facto, estiveram a conjuntura interna, (início da guerra nas *Colónias Africanas*, a adesão à EFTA, e o surto intenso de emigração para o estrangeiro) e a conjuntura externa (que para além do *boom* económico apresentava uma crescente internacionalização dos mercados).

É nesta conjuntura, a que se junta todo um conjunto de estrangulamentos económicos, políticos e sociais, que surge o *III Plano de Fomento* (cuja vigência decorreria entre os anos de 1968 e 1973), e cuja opção de desenvolvimento incide sobre um modelo assente nas estratégias industriais.

Esta posição não foi, contudo, pacífica. A confrontação, dentro do próprio regime, viria a envolver a burguesia comercial e agrária com interesses nas *Províncias Ultramarinas*, e cuja posição era a de manter um *mercado único português*, assente nas relações entre a Metrópole e as Colónias, e a burguesia industrial que emergia e cujo desejo era a integração de Portugal na Europa.³

Após o estudo e clarificação dos tipos de *pólos industriais* a criar, o *III Plano de Fomento* vai definir a Península de Setúbal como região de crescimento industrial, integrada na região de Lisboa,⁴ sendo concebida a cidade de Setúbal como um centro

¹ - Cf. CARIA, Fernando (1993) – *Op.cit.* p .146

² - *idem*, p. 148

³ - Cf. GUERRA, Isabel Pimentel (1991) – *Op.cit.*, p. 82

⁴ - Cf. CARIA, Fernando (1993) – *Op. cit*, p. 149

urbano-industrial, ou sub-pólo, detentor de uma certa individualidade.

O que se valorizava na localização deste pólo, eram três ordens de factores:

- a existência de infra-estruturas materializadas nas redes de comunicação - marítimas, ferroviárias e rodoviárias, assim como as suas potencialidades;
- uma mão-de-obra disponível e com relativa experiência industrial;
- a proximidade à cidade de Lisboa.

Com estas características definidas, avançou-se para um esforço de industrialização, baseado na teoria dos *pólos de crescimento* desenvolvida nos anos cinquenta por François Perroux.¹

Até aos anos sessenta a Península de Setúbal apresentou um crescimento industrial baseado nas indústrias tradicionais – as corticeiras instaladas nos municípios de Montijo, Moita e Seixal, as indústrias de carnes, no município de Montijo, a reparação naval no porto do Alfeite, no município de Almada e as indústrias químicas e têxteis no município do Barreiro.

Todavia, a década de sessenta viria a ser a grande responsável por uma significativa alteração ao nível da estrutura produtiva da Península, passando-se para uma indústria mais *moderna* – a indústria *pesada* – baseada na construção e reparação naval, montagem de automóveis, que coexistem com as indústrias tradicionais que foram dominantes até a essa década.²

Aspectos conjunturais como o encerramento do Canal de Suez, permitiria uma situação de expansão para a indústria naval portuguesa, mercê a posição estratégica do país. Por outro lado o aproveitamento integrado das pirites alentejanas, associado à articulação entre o porto de Sines e a Siderurgia Nacional proporcionariam a criação de um mercado para os bens de equipamento.

É neste quadro que nasce a especialização industrial da Península de Setúbal.

A especialização regional da Península, segundo o PIB de 1970,³ destaca:

- uma *especialização rural* - os municípios de Palmela, Sesimbra, Montijo,

¹ - Cf. PERROUX, François (1955) - “La notion de pôle de croissance”, *Economie Appliquée*, nº 1-2

² - Cf. GUERRA, Isabel Pimentel (1991) – *Op.cit.* p. 151

³ - Cf. CARIA, Fernando (1993) – *Op.cit.*, p. 154

Moita e Alcochete (apresentados por ordem decrescente de ruralidade);

- uma *especialização na indústria transformadora* - os municípios do Seixal, Barreiro e Setúbal (apresentados por ordem de importância da actividade industrial);
- uma *especialização terciária* - os municípios de Setúbal e Almada

**Quadro 21 – Península de Setúbal e Continente
População Activa por Sectores de Actividade (1960-2001)**

Sectores de Actividade	Península de Setúbal					Continente				
	1960	1970	1981	1991	2001	1960	1970	1981	1991	2001
1 Agricultura e Pecuária	23.7	13.9	6.4	4.0	2,2	43.5	32.1	18.9	10,8	5,0
2 Ind. Extractivas	0.5	0.2	0.2	0.1	0,2	0.8	0.4	0.5	0,4	0,4
3 Ind. Transformadora	36.1	34.3	34.3	23.5	16,2	20.9	24.4	26.8	26,1	21,7
4 Elect. Gás Água	0.6	0.7	1.1	0.9	1,0	0.4	0.6	0.7	0,7	0,7
5 Construção	8.9	10.2	10.0	9.5	11,2	6.9	8.5	11.3	10,7	12,3
6 Comércio	8.9	12.8	14.5	21.6	22,7	7.5	11.2	13.3	19,4	22,0
7 Transp. e Comunicações	7.2	8.2	7.8	7.0	6,2	3.7	4.8	4.9	4,6	4,5
8 Bancos e Seguros	1.3	2.5	3.2	2.9	2,8	0.5	1.9	2.7	2,1	2,1
9 Serviços	12.8	17.2	22.3	30.5	37,4	15.6	16.1	20.9	25,2	31,3

Fonte: INE, X,XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

Este processo de expansão produtiva é acompanhado por um movimento de fixação de populações das zonas rurais do país, com especial destaque para o Alentejo, que se distribuem pelos variados sectores de actividade económica.

15.6 - ENTRE CRISES E RECONVERSÕES

Os anos setenta são marcados por uma *crise* que abala a economia mundial. O que inicialmente era visto como uma mera crise conjuntural, transforma-se num processo global, mais complexo do que fora inicialmente previsto, mostrando definitivamente os laços de internacionalização das economias.

Ora, a especialização produtiva da Península ao assentar nas indústrias fortemente internacionalizadas, vai contribuir para a vulnerabilidade do seu tecido produtivo face à *crise* económica mundial que marcou a primeira metade dos anos

setenta.

Por outro lado, a forte dependência face às matérias-primas e à energia, viria a limitar a sua inserção no mercado nacional e com a atrofia económica que se verificou noutros sectores produtivos, contribuíram para que se verificasse uma dependência acentuada das actividades produtivas dominantes, provocando uma profunda crise social e económica na região, cujo início tem lugar na segunda metade da década de setenta e se estende até ao princípio da década de oitenta.

A *crise* dos anos oitenta tem sido caracterizada por um acentuado processo de deterioração das capacidades produtivas, cuja repercussão se fez sentir ao nível do emprego, que reduz em termos absolutos e em qualidade, e do número de estabelecimentos, que diminuem.

O início da década de noventa, vem contrariar esta tendência de encerramentos e despedimentos através do projecto Autoeuropa, que congrega não só um parque industrial onde se sediam um conjunto de empresas suas fornecedoras, como proporcionou o aparecimento de um conjunto de empresas que formam hoje uma *fileira da industria automóvel*.

Pode-se, assim, sintetizar quatro períodos distintos que caracterizaram os efeitos das crises e reconversões na Península de Setúbal:

1º Período - (1976-1978) - Neste período verifica-se uma tendência para a desvalorização salarial. O número de contratos de trabalho diminui, atingindo, sobretudo, os jovens no acesso ao 1º emprego. Há uma tendência, progressiva, para o aumento dos contratos a prazo;

2º Período - (1978-1981) - Começa a ser nítida a subutilização da capacidade produtiva das empresas; as condições de subemprego aumentam significativamente. As empresas apresentam um aumento quanto ao endividamento à Banca. As dívidas alargam-se aos fornecedores, à Segurança Social e aos próprios trabalhadores que ficam com os seus salários em atraso;

3º Período - (1981-1985) - A situação na Península entra em *derrapagem*. Este processo traduziu-se no aumento do desemprego, na falência e encerramento de

empresas, na redução de efectivos e no aumento do *trabalho clandestino* - caracterizado pelo aumento de empresas clandestinas, pela subcontratação de trabalhadores despedidos pelas empresas que agora os admitem em condições precárias, pelos salários em atraso e pelo aumento das chamadas *actividades informais*, traduzidas pela venda ambulante e pelos serviços domésticos.

O desemprego agrava-se comparativamente com o que se passa no País.

Depois de 1985, o próprio Governo toma a iniciativa de mandar executar estudos tendentes à *reconversão* do tecido produtivo da Península, dando origem à Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal. (OID/PS) cujo período de intervenção decorreu entre 1989 e 1993, tendo sido apoiada e financiada pela Comunidade Europeia.

A *reconversão* dos sectores produtivos da Península começa a mostrar sintomas de recuperação a partir dos incentivos criados pela OID/PS, observando-se um aumento, quer em número de empresas quer em número de empregados.

A intervenção da OID/PS decorre num momento em que o tecido produtivo começa a mostrar tendências para a recuperação, e que tem a ver quer com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, quer, como noutros casos, através do aproveitamento dos fundos estruturais comunitários.

Quadro 22 - Península de Setúbal População Activa Desempregada, por tipo de Desemprego (1981-2001)

Municípios	Nº		Total de desempregados				À procura do 1º Emprego				À procura de um novo emprego				Taxa de Desemprego		
	1981	%	2001	%	1981	%	2001	%	1981	%	2001	%	1981	1991	2001		
Alcochete	462	2,3	481	1,5	255	55,2	92	19,1	207	44,8	389	80,9	10,1	10,3	7,3		
Almada	4699	23,6	6874	21,0	2211	47,0	1531	22,3	2488	53,0	5343	77,7	7,8	9	8,4		
Barreiro	2673	13,4	3753	11,5	1217	45,5	864	23,0	1456	54,5	2889	77,0	8,1	11,7	9,5		
Moita	2200	11,1	3649	11,1	1108	50,3	749	20,5	1092	49,7	2900	79,5	11,2	8,7	10,7		
Montijo	1358	6,8	1666	5,1	555	40,8	294	17,6	803	59,2	1372	82,4	8,6	11,9	8,6		
Palmela	1039	5,2	2141	6,5	651	62,6	354	16,5	388	37,4	1787	83,5	6,7	9,1	7,9		
Seixal	3296	16,6	6924	21,1	1281	38,9	1426	20,6	2014	61,1	5498	79,4	9,2	9,4	8,5		
Sesimbra	720	3,6	1551	4,7	447	62,1	349	22,5	273	37,9	1202	77,5	8,3	6,9	8,3		
Setúbal	3462	17,4	5705	17,4	1495	43,2	1116	19,6	1967	56,8	4589	80,4	8,6	12,2	9,8		
Península	19909	100,0	32744	100,0	9221	46,3	6775	20,7	10688	53,7	25969	79,3	8,5	10,3	8,9		

Fonte: INE, *XII e XIV Recenseamento Geral da População*, 1981, 2001

4º Período – (depois de 1993) – O retomar do fôlego da Península de Setúbal é feito em torno da Autoeuropa,¹ e da *fileira da indústria automóvel* que emerge, associada às suas necessidades de produção. Este projecto, que assumiu contornos nacionais e comunitários, desenvolveu-se no Parque Autoeuropa e nos eixos Palmela-Setúbal e Palmela-Pinhal Novo. Esta fileira automóvel, para além de se mostrar uma organização em cadeia, viria a desembocar num processo de integração vertical ²onde coexistem empresas de produção e montagem automóvel, fornecedores de componentes, empresais subcontratadas de logística, distribuidores e vendedores de veículos automóveis.

A Autoeuropa tornou-se, desta forma, a responsável por esta dinâmica de desenvolvimento que se traduziu na criação de postos de trabalho, perfeitamente inimagináveis sem este projecto.³

Em contraste com esta situação de expansão, em 1998 a SODIA (ex-Renault, de Setúbal), terminado o contrato firmado entre a Renault Francesa e o Estado português, para a montagem de automóveis, fecha as suas portas lançando para o desemprego cerca de 600 empregados.

¹ - O projecto Autoeuropa resultou de um empreendimento conjunto entre os norte-americanos da Ford e os alemães da Volkswagen. A primeira pedra da fábrica de Palmela. foi lançada em Dezembro de 1991, a sua inauguração oficial deu-se em Abril de 1995 e os primeiros veículos – Ford Galaxy, Volkswagen Sharon e Seat Alhambra – foram introduzidos no mercado no 1º semestre de 1995. Em Janeiro de 1999 a Volkswagen passou a assumir, na totalidade, o controlo de todo o projecto, pese embora continue a existir o acordo com a Ford para a produção do monovolume Galaxy.

² - Cf. LIMA, Marinús Pires de et al (1996) – “Organização da indústria automóvel na península de Setúbal” in *Novas Dinâmicas Socioeconómicas, comunicações apresentadas no VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho*, Lisboa., p. 90

³ - Cf. CORREIA, António Damasceno (2000) – “A Autoeuropa: um modelo de produção pós-fordista”, *Análise Social*, vol. XXXV (156) p. 742

Quadro 23 - Evolução do Emprego e do Número de Estabelecimentos(1982-2000)

Municípios	Anos	Empregados	Ind 82=100	Estabelecimentos	Ind 82=100
Alcochete	82	2223	100	73	100
	85	2248	101	79	108
	91	2001	90	132	181
	99	1780	80	233	319
	00	2560	115	311	426
Almada	82	25661	100	1466	100
	85	24264	95	1837	125
	91	26042	101	2653	181
	99	30010	117	3989	272
	00	28837	112	4093	279
Barreiro	82	17670	100	700	100
	85	15474	88	776	111
	91	13178	75	1098	157
	99	14088	80	1900	271
	00	14592	83	2044	292
Moita	82	3963	100	309	100
	85	3875	98	343	111
	91	6327	160	618	200
	99	7131	180	1112	360
	00	6795	171	1257	407
Montijo	82	7900	100	533	100
	85	7440	94	603	113
	91	9057	115	866	162
	99	9021	114	1265	237
	00	9435	119	1358	255
Palmela	82	4399	100	227	100
	85	4834	110	262	115
	91	7143	162	523	230
	99	18048	410	1076	474
	00	18372	418	1314	579
Seixal	82	17398	100	582	100
	85	16919	97	772	133
	91	17999	103	1452	249
	99	22430	129	2852	490
	00	22820	131	3086	530
Sesimbra	82	2317	100	217	100
	85	2560	110	294	135
	91	3492	151	509	235
	99	5440	235	870	401
	00	5797	250	982	453
Setúbal	82	34465	100	1403	100
	85	28579	83	1498	107
	91	28213	82	2084	149
	99	25320	73	2883	205
	00	28331	82	3239	231
Península	82	115996	100	5510	100
	85	106193	92	6464	117
	91	113452	98	9927	180
	99	133268	115	16180	294
	00	137539	119	17684	321
Continente	82	1850867	100	106130	100
	85	1813334	98	116847	110
	91	2131156	115	164679	155
	99	2579455	139	284340	268
	00	2698750	146	311235	293

Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, Quadros de Pessoal

16 - PALMELA - DINAMISMOS SÓCIO-ESPACIAIS ALTERAÇÕES DOS FACTORES DE LOCALIZAÇÃO: DA ENDOGENEIDADE À EXOGENEIDADE

16.1 -À CABEÇA DE SANTIAGO E ESPADA

A presença do Homem na região que hoje é ocupada pelo município de Palmela remonta ao Neolítico superior, onde a sua presença é bastante notada, sobretudo durante a cultura do *campaniforme*, e cujo testemunho nos foi deixado sob a forma do mundialmente conhecido *Vaso de Palmela*.

Ocupada por celtas, romanos e árabes, todos encontraram neste território um lugar estratégico para se fixarem.

D. Afonso Henriques conquistou-a em 1147, outorgando-lhe foral em 1185. Mas, o período áureo de Palmela pode ser localizado nos primeiros anos da Nacionalidade, quando Palmela era a *chave* do território entre o Sado e o Tejo.

Esta importância estratégica deve-se a aspectos conjunturais de natureza político-religiosas relacionadas com o processo de conquista e consolidação do Estado português, e do qual a Ordem de Santiago e Espada, (que recebeu Palmela como doação de D. Afonso Henriques por volta de 1172), ¹ não pode ser separado.

A Ordem de Santiago marca a sua presença na sociedade portuguesa por ser senhora de um vastíssimo território que ia do antigo município de Riba Tejo (que engloba os actuais municípios do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete) até Mértola, no Baixo Alentejo.

O poder administrativo da Ordem passa a estar centrado em Palmela “já em tempos do Infante D. João, filho de D. João I”.² A importância desta escolha não se prendeu apenas com a proximidade de Palmela face a Lisboa, onde a congregação detinha o convento de Santos, entre outros, mas também pelos factos de Palmela ser a maior Comenda da Ordem e às características do seu castelo,³ de grandes dimensões

¹ - Cf. FONSECA, Luís Adão da (1990) - “Introdução sobre a História da Ordem de Santiago” in Câmara Municipal de Palmela - *O Castelo e a Ordem de Santiago na História de Palmela*, CMP (Catálogo da Exposição), p. 51

² - *idem*

³ - Cf. SILVA, José Custódio Vieira da (1988) - “A Igreja de Santiago de Espada de Palmela” in *História de Palmela ou Palmela na História*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, p.153

com capacidade de albergar o conjunto monumental da Ordem – o Convento e a Igreja.

Afastados os perigos das invasões – árabe, inicialmente e castelhana, numa fase posterior – a Ordem de Santiago começa a perder a importância e o poder que detinha. Com ela, Palmela deixa também de possuir o papel de *guardiã avançada*, papel desempenhado anteriormente pelas antigas sedes da Ordem – Mértola e Alcácer do Sal.

Após a extinção das Ordens Militares e Religiosas, Palmela já não possuía qualquer tipo de importância, nem estratégica, nem económica, nem política, a tal ponto que a Reforma Administrativa de Mouzinho da Silveira, em 1855, extingue o seu município integrando-o no de Setúbal onde permanecerá até 1926.

Aproveitando o movimento militar decorrente do 28 de Maio, as elites locais pressionam a Junta militar a aceder à restauração do município de Palmela, facto que é consumado em Novembro desse mesmo ano.¹

16.2 - O AUTOCENTRAMENTO AGRÍCOLA: ARROTEAMENTOS E COLONIZAÇÃO

A segunda metade do século XIX mostrou-se extremamente importante para a região que é hoje partilhada pelo município de Palmela. A implantação do caminho-de-ferro veio proporcionar um surto agrícola, traduzido numa modificação do modo de uso do solo, quer nas culturas, quer nas estruturas sociais e nas formas das explorações agrícolas.

Os chamados terrenos *improdutivos* são conquistados para o cultivo, situação que resultará num processo de valorização e investimento nas grandes propriedades por parte do capitalismo agrário.

“ A conjugação destes dois factores - penetração do capitalismo nos campos e abertura da linha de caminho de ferro (linha do sul) em 1861 - viriam a proporcionar todo um desenvolvimento agrícola na região de Setúbal, em geral, e no

¹ - A data da restauração do concelho de Palmela difere segundo as opiniões. Para uns é o dia 1 de Novembro, para outros o dia 8 desse mesmo mês. Decorrente deste movimento *independentista* foi criado, como contrapartida, o Distrito de Setúbal no dia 22 de Dezembro de 1926.

concelho de Palmela, em particular”.¹ Este desenvolvimento agrícola, verificado no município de Palmela, teve a sua maior incidência no eixo Pinhal Novo/ Poceirão,² e em particular na Herdade de Rio Frio.

A presença do caminho de ferro - que assegurava o transporte de pessoas e de produtos agrícolas - associado à presença de solos arenosos propícios para a cultura da vinha, tornaram-se nos factores que estão, por detrás do incremento agrícola daquela região.

Sob a responsabilidade do *grande agricultor e capitalista* José Maria dos Santos inicia-se o grande processo de arroteamento desta região. Transforma-se, assim, “*cerca de 2400 ha de «solo arento e árido onde magra charneca apascenta mal ordinário armentio»*, numa *extensa vinha (a maior do mundo, segundo então se dizia, com o que lucrou, tanto ele quanto a economia da nação.*”³ Há uma nítida substituição da antiga *improdutividade*, que era originada pelo afastamento, por uma *produtividade* bastante assinalável.

Mas, a mão-de-obra apresentava-se escassa para a efectivação de tal projecto, de modo que José Maria dos Santos recorre à força de trabalho proveniente do litoral beirão e da região do baixo Mondego - *os caramelos*. Como afirma Orlando Ribeiro, “*As exigências de mão-de-obra nos trabalhos que trazem à roda da cepa durante dois terços do ano, confinam a cultura a áreas assaz povoadas e reduzem-na muito nas regiões de granjeio extensivo de cereais.*”⁴

O povoamento efectuado poderá ser entendido como um produto da própria transformação das formas de exploração das grandes propriedades, e isto porque, devido ao seu carácter extensivo, necessitava-se de um número cada vez maior de trabalhadores sazonais, pois “*nem os hortelãos dos arredores de Setúbal nem os camponeses de Palmela bastavam para as necessidades dos grandes arroteamentos que se queria empreender.*”⁵

¹ - MARQUES, António Pedro Sousa (1988) – “ Transformações Sócio-Espaciais Observadas nos Últimos anos no Concelho de Palmela”, in *História de Palmela ou Palmela na História*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, p. 64

² - *idem*

³ - MARTINS, Conceição Andrade (1992) – “ Opções Económicas e Influência Política de uma Família Burguesa Oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos”, *Análise Social*, vol. XXVII, (116-117), p. 386

⁴ - RIBEIRO, Orlando (1986) – *Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa., Livraria Sá da Costa, (4ª edição), p. 72

⁵ - CABRAL, Manuel Villaverde (1981a) – *Op.cit.* p. 221

De forma a influenciar a mão-de-obra sazonal a fixar-se na zona, os grandes proprietários destinaram uma parcela das suas herdades ao emparcelamento.¹

E foi através deste processo que José Maria dos Santos “*Fixou cerca de 400 casais de «caramelos beirões semi-nómadas» numa área de 2000 ha de paul, que arroteou, dividiu em glebas de 4 ha a 6 ha e cedeu aos colonos mediante contratos de arrendamento a longo prazo (em vida) no valor de 1\$000 por hectare. Para que os colonos se pudessem estabelecer emprestava-lhes, com juros (5%), o capital necessário para construírem a casa de habitação e adquirirem alfaias e sementes. Deste modo, sem grande investimento, conseguiu assegurar mão-de-obra certa, barata e em número suficiente para os grandes trabalhos agrícolas de certas épocas do ano.*”²

A fixação destas populações foi feita, sobretudo, em casais isolados e dispersos pelas courelas dadas por renda, pois só assim se conseguia *ganhar* os terrenos incultos, ou através da criação de novos aglomerados dispersos, como o Lau ou Lagameças cuja lógica funcional é idêntica ao primeiro caso, ou ainda nos aglomerados já existentes, como Pinhal Novo, com a sua estação de caminho de ferro, pequeno comércio e armazéns e que viria a tornar-se na *capital da caramelândia*.

Este estilo de *habitat* que caracteriza o tipo de colonização individual dos terrenos incultos, é depois desenvolvido dando origem a pequenos centros, mas conservando a sua forma dispersa, tal como ainda hoje é possível verificar.

Cultivada sob o regime de monocultura, a vinha era predominante nas grandes propriedades, em que a Herdade de Rio Frio se apresenta como paradigma, o que a torna a cultura de primazia na região hoje ocupada pelo município de Palmela.

A extensão da vinha viria a duplicar entre a última década do século XIX e a primeira década do nosso século.³ Entra-se na *euforia do vinho*. Os pequenos camponeses vendem as suas uvas aos grandes proprietários, “*que instalaram caves e reservaram para eles a exploração directa de uma parte dos seus vinhedos.*”⁴

José Maria dos Santos, que possuía uma visão articulada do processo de

¹ - Cf. CACHADO, Manuel (1988) – “Os Caramelos - Contributo para um estudo” in *História de Palmela ou Palmela na História*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, p. 216

² - CABRAL, Manuel Villaverde (1981a) – *Op.cit.* pp. 386-387

³ - GAMA, António; SANTOS, Graça; PIRES, Iva (1981) – *Op.cit.* p. 552

⁴ - CABRAL, Manuel Villaverde (1981a) – *Op.cit.*, p. 222

produção e comercialização dos produtos agrícolas, viria a criar a primeira empresa de venda por grosso e a retalho de vinhos em Lisboa.¹

Passada a *euforia* na exportação de vinhos, a vinha começa o seu processo de regressão, essencialmente nas grandes propriedades. Também associada ao fenómeno regressivo está a *invasão de filoxera* que destruiu grandes áreas de vinha, entre as quais a *maior vinha do mundo* de Rio Frio/Poçoirão que se tornou, em parte, numa cultura de pinhal e montado de sobreiro.²

Por volta dos anos quarenta, a agricultura desta região encontra-se relativamente estagnada.³ Contudo ainda se assiste à expansão da vinha, sobretudo “*pela parte interior sul do caminho-de-ferro e estendendo-se para nascente na área correspondente às explorações de menores dimensões e periféricas às grandes propriedades.*”⁴

O processo de extensão da vinha é acompanhado por um povoamento disperso por um sem número de casais, e por uma densificação da população. A taxa de crescimento populacional começa a diminuir, tendendo para a estagnação (entre 1940/50 apresenta um valor de 1,1 % ao ano e na década seguinte, o crescimento anual de 0,3 %).⁵

16.3 - A SITUAÇÃO ACTUAL:

OS DESAFIOS EUROPEUS E AS RESPOSTAS DA AGRICULTURA LOCAL

Na mudança para o novo milénio o sector agrícola, assim como os restantes sectores da economia, não tem sido imune ao ritmo acelerado quer das mudanças, quer dos processos de globalização, quer ainda dos próprios processo que têm vindo a ditar as regras que determinam a base do seu funcionamento e a sua alteração, em que a Política Agrícola Comum da União Europeia e os acordos do GATT e da Organização Mundial do Comércio têm vindo permanentemente a introduzir.

¹ - Cf. RIBEIRO, Orlando; LISBOA, José Ribeiro (1951) – “Les transformatis de l’habitat et des cultures dans la contrée de Pinhal Novo” in *C.R.du Congrès International de Géographie (1949)*, Lisboa., 1951, III, pp. 329-334

² - *idem*

³ - *idem*, p. 553

⁴ - GAMA, António; SANTOS, Graça; PIRES, Iva (1981) – *Op.cit.*, p. 553

⁵ - Cf. MARQUES, António Pedro Sousa (1988) – *Op.cit.* p. 65

A complexificar toda esta situação vivida presentemente pelo sector agrícola, há a juntar todo um conjunto de processos de introdução permanente de inovações tecnológicas e de aspirações e anseios produzidos pela sociedade e que são responsáveis pela emergência de novas funções, de novas condicionantes e de novas preocupações ambientais, com a qualidade de vida das populações e com a segurança dos bens alimentares.

Neste quadro, o sector agrícola existente no município de Palmela tem mostrado um conjunto de alterações que se têm pautado pela diminuição da população activa ligada à agricultura, pelo baixo nível de escolaridade e pelo seu envelhecimento.

Até hoje, verifica-se que a agricultura ainda detém um peso bastante significativo na economia do município. Embora haja a considerar a tradição agrícola e a revitalização recente que a agricultura recebeu, o facto é que a mesma apresenta, segundo o Recenseamento Geral Agrícola (RGA) realizado em 1989, um baixo nível tecnológico, ao mesmo tempo que a prática agrícola é feita em complementaridade com outras actividades não agrícolas.

A complementaridade, que é realizada através da pluriactividade, permite compensar os baixos salários praticados na indústria, possibilitando ainda a manutenção de *bolsas rurais de mão-de-obra* potencialmente mobilizadas para outros ramos de actividade económica.

Em 1989, segundo o RGA, a estrutura agrícola do município podia ser resumida aos seguintes aspectos:

- a exploração familiar era predominante;
- a pequena e a grande propriedade coexistiam, embora houvesse a predominância da primeira;
- a mecanização da exploração agrícola era fraca, embora houvesse um significativo aumento entre 1979 e 1989 (período inter-censitário);
- a pluriactividade na ocupação e no respectivo rendimento dos activos agrícolas detêm uma enorme importância.

Do total de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) existente, em 1999, na

Península de Setúbal, 41,5 % localizavam-se no município de Palmela, o que revela o peso que o sector agrícola ainda apresenta na sua economia. local..

Há ainda a salientar que em termos de número de explorações existentes na Península, 46,4% se encontravam localizadas no município de Palmela.

**Quadro 24 – Península de Setúbal
Superfície Agrícola Utilizada, nº de Explorações e sua dimensão – 1999**

Municípios	Superfície agrícola utilizada (SAU)		Explorações		Explorações		SAU por exploração
	ha	%	nº	%	ha	%	ha/exploração
Alcochete	3675	6,6	293	4,9	4233	5,5	12,54
Almada	538	1,0	174	2,9	617	0,8	3,09
Barreiro	241	0,4	107	1,8	279	0,4	2,25
Moita	1933	3,4	360	6,1	2130	2,8	5,37
Montijo	16604	29,6	1208	20,4	21197	27,7	13,75
PALMELA	23303	41,5	2755	46,4	29746	38,9	8,46
Seixal	999	1,8	104	1,8	1163	1,5	9,61
Sesimbra	2604	4,6	383	6,5	9266	12,1	6,8
Setúbal	6209	11,1	552	9,3	7830	10,2	11,25
Península	56106	100,0	5936	100,0	76461	100,0	9,45

Fonte: INE, *Recenseamento Geral Agrícola*, 1999

**Quadro 25 – Município de Palmela
Superfície Agrícola Utilizada, por Freguesia – 1999**

Freguesias	ha	%	SAU por exploração
Marateca	5730	24,6	16,85
Palmela	4097	17,6	5,8
Pinhal Novo	5660	24,3	8,26
Poceirão	6145	26,4	8,36
Quinta do Anjo	1671	7,2	5,78
PALMELA	23303	100,0	8,46

Fonte: INE, *Recenseamento Geral Agrícola*, 1999

Todavia, na relação hectares por exploração, Palmela detêm, em média, 8,46

ha, contra os 13,75 ha de Montijo, dos 12,54 ha de Alcochete e dos 11,25 ha de Setúbal, o que revela uma estrutura agrária com explorações possuidoras de áreas agrícolas pequenas.

Por outro lado, as Freguesias de Marateca, Poceirão e Pinhal Novo, apresentam maiores Superfícies Agrícolas Utilizadas, que em grande parte são reveladoras da transição da estrutura agrária típica da Península de Setúbal e o Alentejo e que fica ilustrada através da presença de grandes extensões de terreno agrícola integradas em Herdades.

**Quadro 26 – Península de Setúbal
Superfície Agrícola Utilizada e suas formas de utilização – 1999**

Municípios	Superfície agrícola utilizada (SAU)	Superfície agrícola utilizada (SAU) - Por conta própria		Superfície agrícola utilizada (SAU) - Arrendamento		Superfície agrícola utilizada (SAU) - Outras formas		Superfície agrícola não utilizada		Outras superfícies	
	ha	ha	%	ha	%	ha	%	Ha	%	ha	%
Alcochete	3675	3481	94,7	141	3,8	52	1,4	51	1,4	214	5,8
Almada	538	247	45,9	206	38,3	85	15,8	7	1,3	20	3,7
Barreiro	241	215	89,2	9	3,7	17	7,1	11	4,6	17	7,1
Moita	1933	1432	74,1	440	22,8	60	3,1	53	2,7	121	6,3
Montijo	16604	13478	81,2	2833	17,1	293	1,8	304	1,8	566	3,4
Palmela	23303	19325	82,9	3198	13,7	781	3,4	1440	6,2	836	3,6
Seixal	999	260	26,0	141	14,1	598	59,9	13	1,3	39	3,9
Sesimbra	2604	1988	76,3	281	10,8	336	12,9	67	2,6	427	16,4
Setúbal	6209	4643	74,8	881	14,2	685	11,0	106	1,7	237	3,8
Península	56106	45068	80,3	8129	14,5	2908	5,2	2052	3,7	2477	4,4

Fonte: INE, *Recenseamento Geral Agrícola*, 1999

Quanto à forma como é realizada, a agricultura na Península de Setúbal é feita, maioritariamente por conta própria. Esta situação é decorrente, por um lado, do processo histórico que marcou os finais do século XIX e os princípios do século XX e que se relacionam com as formas de exploração camponesa provenientes da desagregação do *ancien régime* e pelos processos de colonização dos espaços rurais desenvolvidos, entre outros, por José Maria dos Santos.

A agricultura da Península de Setúbal encontra-se, ela também, na encruzilhada entre as formas tradicionais – estrutura da sua gestão e produção – e as

formas dinâmicas e modernas que são impostas pela União Europeia.

**Quadro 27 – Península de Setúbal
População Activa Agrícola por Municípios - 1999**

Municípios	População Agrícola	
	ind	%
Alcochete	829	5,2
Almada	389	2,5
Barreiro	281	1,8
Moita	997	6,3
Montijo	3254	20,6
Palmela	7536	47,6
Seixal	309	2,0
Sesimbra	919	5,8
Setúbal	1311	8,3
Península	15825	100,0

Fonte: INE, *Recenseamento Geral Agrícola*, 1999

Mas, como tem sido apontado pelo Parlamento Europeu, pelo Comité Económico e Social e pelo Comité das Regiões, o número de agricultores está em declínio na Europa e, ao mesmo tempo, a sua média etária está a aumentar.

Portugal é, no contexto da União Europeia, o país cuja população agrícola é a mais envelhecida, e esta realidade está, ela também, bastante presente na Península de Setúbal, onde apenas 7,8% dos agricultores apresentam idades inferiores a 40 anos. Esta situação, pode constituir um pesado obstáculo à modernização que se impõe à agricultura – formas de exploração, parcerias, formas de gestão, etc., e aos desafios da competitividade que se fazem cada vez mais sentir num espaço comunitário europeu cada vez mais alargado.

Também no município de Palmela este fenómeno é bastante semelhante. Palmela é o município cujos produtores, com menos de 40 anos de idade, apresentam o valor mais elevado de todos os municípios da Península de Setúbal, 8,9%.

Todavia, a situação não deixa de ser preocupante, quer para a região quer para o município em causa.

Pese embora se verifique uma redução substancial da população activa agrícola aliada ao envelhecimento dessa mesma população, a agricultura corre sérios

riscos de sobrevivência a não ser que se enverede pela sua modernização (quer ao nível dos processos de produção, de associação e de distribuição) aliada aos processos de mecanização, de automação e computação.

**Quadro 28 – Península de Setúbal
Produtores Agrícolas, por grupos de idade e por Município – 1999**

Municípios	Produtores agrícolas singulares			Produtores agrícolas singulares com idade até 25 anos		Produtores agrícolas singulares com idade 25 e 40 anos		Produtores agrícolas singulares com idade 40 e 55 anos		Produtores agrícolas singulares com idade 55 e 65 anos		Produtores agrícolas singulares superior ou 65 anos	
	ind.	ind.	%	ind.	%	ind.	%	ind.	%	ind.	%	ind.	%
Alcochete	274	1	0,4	19	6,9	66	24,1	85	31,0	103	37,6		
Almada	170	1	0,6	11	6,5	37	21,8	47	27,6	74	43,5		
Barreiro	105	0	0,0	1	1,0	14	13,3	33	31,4	57	54,3		
Moita	353	0	0,0	20	5,7	75	21,2	102	28,9	156	44,2		
Montijo	1111	5	0,5	84	7,6	324	29,2	307	27,6	391	35,2		
Palmela	2666	24	0,9	215	8,1	682	25,6	845	31,7	900	33,8		
Seixal	98	0	0,0	5	5,1	25	25,5	34	34,7	34	34,7		
Sesimbra	373	1	0,3	20	5,4	71	19,0	107	28,7	174	46,6		
Setúbal	528	2	0,4	35	6,6	129	24,4	155	29,4	207	39,2		
Península	5678	34	0,6	410	7,2	1423	25,1	1715	30,2	2096	36,9		

Fonte: INE, *Recenseamento Geral Agrícola*, 1999

O nível de instrução destes produtores é baixo, pese embora 64,9% possuíssem o ensino básico. ¹ Cerca de 30,1% eram analfabetos os sabiam apenas ler e escrever.

Este último valor é ligeiramente superior à média verificada na Península que na altura era de 29,4 %

Os detentores de níveis de instrução secundária ou superior são uma ínfima minoria de 2,4%.

Tais valores são condicionantes bastante pertinentes se entrarmos em consideração não só com os aspectos da formação profissional (novas técnicas de cultivo, de exploração, de gestão, por exemplo), como o acesso às fontes de

¹ - De acordo com o Recenseamento Agrícola Geral de 1999, os Produtores Agrícolas Singulares do município de Palmela, possuidores do ensino básico, encontravam-se distribuídos por: 1º ciclo 1362 (78,7%); 2º ciclo 220 (12,7%) e 3º ciclo 148 (8,6%)

informação nacionais e comunitárias.

**Quadro 29 – Península de Setúbal
Produtores Agrícolas, por níveis de instrução e por Município – 1999**

Municípios	Produtores agrícolas singulares	Produtores agrícolas singulares nível de instrução Nenhum		Produtores agrícolas singulares nível de instrução Básico		Produtores agrícolas singulares nível de instrução Secundário		Produtores agrícolas singulares nível de instrução Superior	
		ind.	%	ind.	%	ind.	%	ind.	%
Alcochete	274	71	25,9	186	67,9	11	4,0	6	2,2
Almada	170	53	31,2	114	67,1	1	0,6	2	1,2
Barreiro	105	30	28,6	74	70,5	0	0,0	1	1,0
Moita	353	140	39,7	195	55,2	10	2,8	8	2,3
Montijo	1111	269	24,2	777	69,9	36	3,2	29	2,6
Palmela	2666	802	30,1	1730	64,9	71	2,7	63	2,4
Seixal	98	17	17,3	66	67,3	8	8,2	7	7,1
Sesimbra	373	151	40,5	200	53,6	8	2,1	14	3,8
Setúbal	528	136	25,8	314	59,5	30	5,7	48	9,1
Península	5678	1669	29,4	3656	64,4	175	3,1	178	3,1

Fonte: INE, *Recenseamento Geral Agrícola*, 1999

Por outro lado, o processo de integração no grande centro de consumo que é a Grande Área Metropolitana de Lisboa, poderá ser indutor da modernização desejável da agricultura deste município, numa perspectiva de a adaptar às necessidades da procura e da qualidade.

Esta situação é contraditória com a pluralidade de pressões urbanas e industriais e com as variadíssimas formas de poluição, geradas quer pelas indústrias, quer pelas zonas urbanas, quer pela própria agricultura, o que vai tornar difícil, senão mesmo impossível, a coexistência entre a actividade agrícola e o meio urbano.

16.4 - UM MUNICÍPIO EXPORTADOR DE MÃO-DE-OBRA

O modelo assente no autocentramento agrícola parece ter-se esgotado nos finais da década de cinquenta. As duas décadas posteriores são marcadas por uma lógica diferenciada que denotam uma pequena abertura deste município ao exterior.

De município *importador* de mão-de-obra para as fainas agrícolas, Palmela passa a município *exportador* de mão-de-obra para as unidades produtivas que se iam instalando e desenvolvendo na Península de Setúbal.

Estes fenómenos de industrialização, de terciarização e de urbanização tiveram como consequências uma profunda transformação na estrutura da população activa, nomeadamente no que se refere aos sectores de actividade económica.

Quadro 30 – Município de Palmela
População Activa com Profissão, por sectores de actividade, anos de 1930 a 2001
(em %)

Actividades	1930	1950	1960	1970	1981	1991	2001
1 Agricultura Pecuária e Pescas	84,0	78,3	66,2	52,3	28,9	18,0	7,7
2 Indústrias Extractivas	0,1	0,1	0,5	0,1	0,1	0,1	0,2
3 Indústrias Transformadoras	3,8	6,0	8,3	12,7	26,7	24,2	20,0
4 Electricidade, Gás e Água	-	-	-	0,5	0,8	0,8	0,9
5 Construção	1,8	2,3	5,1	7,4	13,5	11,3	12,6
6 Comércio	2,5	4,4	6,5	8,6	10,9	18,7	20,9
7 Transportes e Comunicações	2,6	5,2	7,3	10,0	6,8	7,0	6,3
8 Bancos, Seguros e Serv. às Empresas	0,05	0,05	1,2	0,5	0,8	3,2	8,4
9 Serviços à Colectividade	5,1	3,6	4,9	7,9	11,5	16,7	23,1

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

Da leitura do quadro são retiradas algumas conclusões: uma que se refere à diminuição dos activos ligados à Agricultura, Pecuária e Pescas que é o grande perdedor de população activa. De referir que este sector era, em 1930, o garante do sustento de 84% dos activos deste município. Mesmo assim, em 1981 ainda ocupava 28,9 % dos activos residentes contra a média da Península que era, no mesmo

período, de 6,3 % e do País, cujo valor era de 18,85 %. Os valores só se aproximam mais da média da Península (2,2%) e do Continente (5%) em 2001.

Se o município de Palmela é ainda detentor de um peso considerável de activos agrícolas, também não é menos verdade que, em situações de crise económica vivida nos municípios industrializados da Península de Setúbal, nas décadas de oitenta e noventa, o impacto dessa mesma crise foi minorizado pelo recurso às mais-valias retiradas da propriedade agrícola que uma parte considerável dos habitantes deste município é detentora.

Saliente-se, contudo, que este declínio da população agrícola não foi, todavia, compensado pelo crescimento industrial,¹ pese embora o crescimento bastante acentuado dos activos ligados às Industrias Transformadoras.

As actividades *menos qualificadas* do terciário sofrem um significativo aumento, enquanto o terciário *mais qualificado* é praticamente inexistente. Já as actividades relacionadas com o comércio mostram um aumento acentuado, situação a que não são alheias a implantação de hipermercados grossistas da cadeia alemã *Makro*, da *Grula*, ou de *cash and carry* da *Algifa*, entre outros e de um elevado conjunto de estabelecimentos comerciais de pequena e média dimensão que se têm vindo a estabelecer nos principais centros urbanos, com principal incidência na vila de Pinhal Novo.

Este fenómeno de transformação da estrutura da população activa residente encontra-se intimamente relacionado com o processo de industrialização e urbanização que se ia produzindo no exterior do município, com especial relevo para Setúbal, onde as grandes indústrias se implantavam e os serviços complementares à comunidade se multiplicavam.

16.5 - OS NOVOS FACTORES DE LOCALIZAÇÃO E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE PALMELA

Desde o início do processo de arroteamentos de terras incultas, verificado há mais de um século, que a agricultura tem ocupado um papel preponderante na economia do município de Palmela.

¹ - Cf. CARIA, Fernando (1993) - *Op.cit.* p. 198

Os produtos agrícolas, aí produzidos, tinham como destino o mercado de consumidores da capital do País. Com o processo de industrialização verificado na cidade vizinha de Setúbal, o seu mercado de consumidores passa também a ser abastecido pelos produtos provenientes do município de Palmela.

Mal servida pela rede de transportes rodoviários, com uma fraca acessibilidade a Lisboa e ao porto de Setúbal, Palmela ficou adormecida ao longo de décadas, deixando passar *ao lado* todo o processo de industrialização que atravessava e se instalava na Península.

Todavia, até há poucos anos, Palmela foi mantendo, uma incipiente industrialização, pelo que durante a crise verificada em toda a Península, as repercussões não foram tão dramáticas quanto as sofridas pelas empresas instaladas nos outros municípios. Tal situação deve-se essencialmente ao facto das suas unidades produtivas não se inscreverem nos sectores mais atingidos, como sejam a indústria naval, a montagem de automóveis e a siderurgia.

Os anos oitenta viriam, a contribuir para que o município se abrisse à procura de novos espaços, por parte de empresas que, atraídas pelos incentivos da OID/PS rumavam à Península, e em particular ao município de Palmela, que lhes oferecia óptimas condições urbanísticas, mercê da construção de infra-estruturas de circulação que entretanto foram sendo realizadas.

Há a salientar os seguintes factores que contribuíram ou que ainda contribuem, para a melhoria dos factores de localização:

- os incentivos criados pela OID/PS, quer para infra-estruturas quer de apoio a projectos;
- a presença de três ramais de acesso à auto-estrada do Sul (A-2), no seu território ou na confluência com o município do Barreiro, o que aumenta a acessibilidade à cidade de Lisboa;
- a inserção numa região industrial, possuindo mão-de-obra própria ou com recurso fácil à existente nos municípios limítrofes;
- ligação ferroviária ao norte da Península (Barreiro), e ligação a Lisboa através da Ponte 25 de Abril; ligação ao porto de Setúbal, ao Alentejo e ao Algarve;

- a existência de uma elevada área de terrenos agrícolas com potencial de ocupação industrial ou urbana;
- a ligação por auto-estrada ao Norte (A-2, A-12 e A-13), ao Alentejo e Espanha (A-6) e ao Algarve (A-2) .

O aspecto mais saliente de todo o processo de industrialização e de terciarização deste município é verificado no período pós-crise, ou seja quando se dá a reconversão da economia e do aparelho produtivo da Península, é o crescimento relativo que aqui é representado quer pelo emprego, quer pelo tecido empresarial.

Apenas durante a década de oitenta, os ritmos de crescimento industrial neste município, mudaram radicalmente. De um crescimento lento no início da década, chega-se ao seu termo em ritmo acelerado.

Ao nível dos empregos, a tendência foi inversa à observada na Península. Palmela apresenta um crescimento do emprego, entre 1984 e 1989, de 47,6% contra a Península, que em igual período perde cerca de – 22.8 %

De um modo global pode-se verificar que no período de onze anos o número de estabelecimentos mais do que triplicou. Há sectores económicos cuja expansão foi feita de forma mais rápido do que outros. Foi o caso das empresas integradas no grupo das o Comércio, Hotelaria e Restauração (183,8%), Indústrias Transformadoras (113,3%), da Construção e Obras Publicas (583%) e dos Serviços à Comunidade (426,7%).

Quadro 31 – Evolução do número de estabelecimentos no município de Palmela, em valores absolutos (1991-2001)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Agricultura, Silv. Caça e Pesca	182	212	216	220	194	190	216	224	202	222	220	210
Indústrias Extractivas	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0	0
Indústrias Transformadoras	196	224	250	276	266	308	302	316	340	384	378	418
Electricidade, Gás e Água	2	2	2	6	6	6	6	6	6	6	6	4
Construção e Obras Públicas	94	118	156	140	150	192	224	240	304	422	524	642
Comércio, Hotelaria e Restauração	408	470	506	640	720	732	762	850	858	1022	1118	1158
Transportes e Comunicações	20	20	18	26	36	42	52	64	66	96	116	110
Bancos e Seguros	42	56	74	88	48	50	46	50	46	52	46	44
Serviços à Comunidade	112	128	146	150	182	228	276	326	330	424	506	590
TOTAL	1058	1232	1370	1548	1604	1750	1886	2076	2152	2628	2914	3176

Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, *Quadros de Pessoal*

Quadro 32 – Evolução do número de estabelecimentos no município de Palmela, em percentagem (1991-2001)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Agricultura, Silv. Caça e Pesca	17,2	17,2	15,8	14,2	12,1	10,9	11,5	10,8	9,4	8,4	7,5	6,6
Indústrias Extractivas	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias Transformadoras	18,5	18,2	18,2	17,8	16,6	17,6	16,0	15,2	15,8	14,6	13,0	13,2
Electricidade, Gás e Água	0,2	0,2	0,1	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1
Construção e Obras Públicas	8,9	9,6	11,4	9,0	9,4	11,0	11,9	11,6	14,1	16,1	18,0	20,2
Comércio, Hotelaria e Restauração	38,6	38,1	36,9	41,3	44,9	41,8	40,4	40,9	39,9	38,9	38,4	36,5
Transportes e Comunicações	1,9	1,6	1,3	1,7	2,2	2,4	2,8	3,1	3,1	3,7	4,0	3,5
Bancos e Seguros	4,0	4,5	5,4	5,7	3,0	2,9	2,4	2,4	2,1	2,0	1,6	1,4
Serviços à Colectividade	10,6	10,4	10,7	9,7	11,3	13,0	14,6	15,7	15,3	16,1	17,4	18,6
TOTAL	100											

Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, *Quadros de Pessoal*

O crescimento económico ganha maior importância em termos de empregabilidade que se verifica maioritariamente no sector secundário da economia local, mas seguido por um terciário em grande expansão.

Quadro 33 – Evolução do emprego no município de Palmela, em valores absolutos(1991-2002)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Agricultura, Silv. Caça e Pesca	1426	1178	1184	1422	1064	1192	1262	1186	1240	1176	1048	1102
Indústrias Extractivas	6	6	14	46	44	48	20	0	0	0	0	0
Indústrias Transformadoras	6442	6102	7310	12810	17930	20070	19930	22230	20888	18060	22296	20496
Electricidade, Gás e Água	38	46	46	42	40	38	38	36	26	24	20	10
Construção e Obras Públicas	1182	1150	1742	1696	1192	1882	2140	2458	2728	3556	4724	5450
Comércio, Hotelaria e Restauração	3922	4322	4506	5346	5726	5626	5742	6376	6842	7644	8474	8626
Transportes e Comunicações	342	532	520	748	1094	1210	1348	1410	1492	1838	3648	2440
Bancos e Seguros	326	300	458	534	304	306	304	324	314	310	282	264
Serviços à Colectividade	724	798	974	1138	1128	1656	1972	2856	2566	4136	5012	6014
TOTAL	14408	14434	16754	23782	28522	32028	32756	36876	36096	36744	45504	44402

Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, Quadros de Pessoal

Quadro 34 – Evolução do emprego no município de Palmela, em valores percentuais (1991-2002)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Agricultura, Silv. Caça e Pesca	9,9	8,2	7,1	6,0	3,7	3,7	3,9	3,2	3,4	3,2	2,3	2,5
Indústrias Extractivas	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias Transformadoras	44,7	42,3	43,6	53,9	62,9	62,7	60,8	60,3	57,9	49,2	49,0	46,2
Electricidade, Gás e Água	0,3	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Construção e Obras Públicas	8,2	8,0	10,4	7,1	4,2	5,9	6,5	6,7	7,6	9,7	10,4	12,3
Comércio, Hotelaria e Restauração	27,2	29,9	26,9	22,5	20,1	17,6	17,5	17,3	19,0	20,8	18,6	19,4
Transportes e Comunicações	2,4	3,7	3,1	3,1	3,8	3,8	4,1	3,8	4,1	5,0	8,0	5,5
Bancos e Seguros	2,3	2,1	2,7	2,2	1,1	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	0,6	0,6
Serviços à Colectividade	5,0	5,5	5,8	4,8	4,0	5,2	6,0	7,7	7,1	11,3	11,0	13,5
TOTAL	100											

Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, Quadros de Pessoal

Gráfico 1 - Município de Palmela
Evolução do Número de Empresas, por Ramo de Actividade (1991-2002)

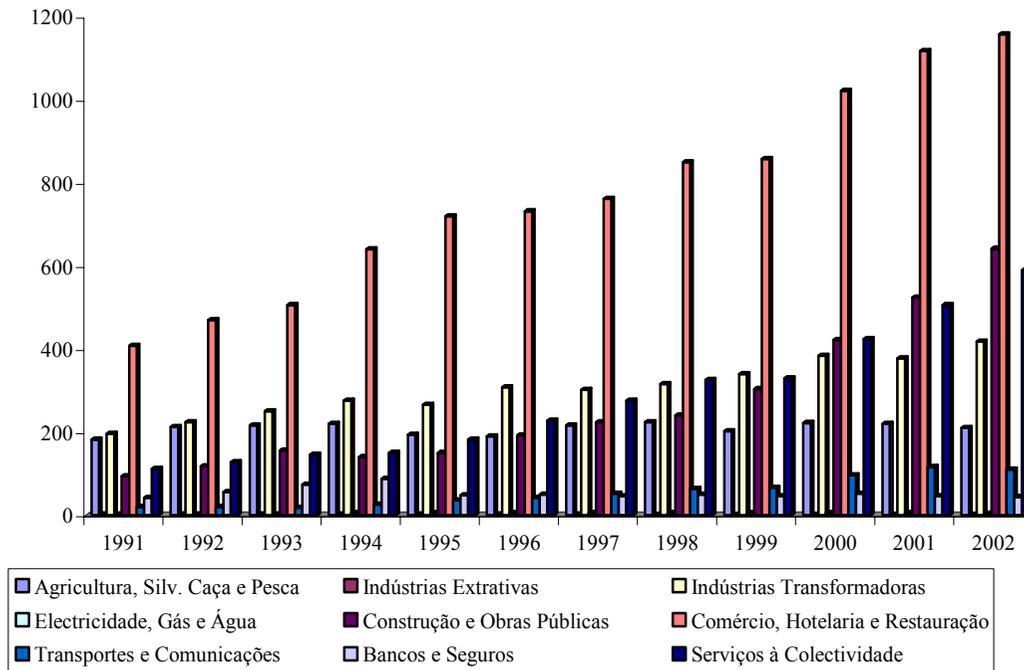
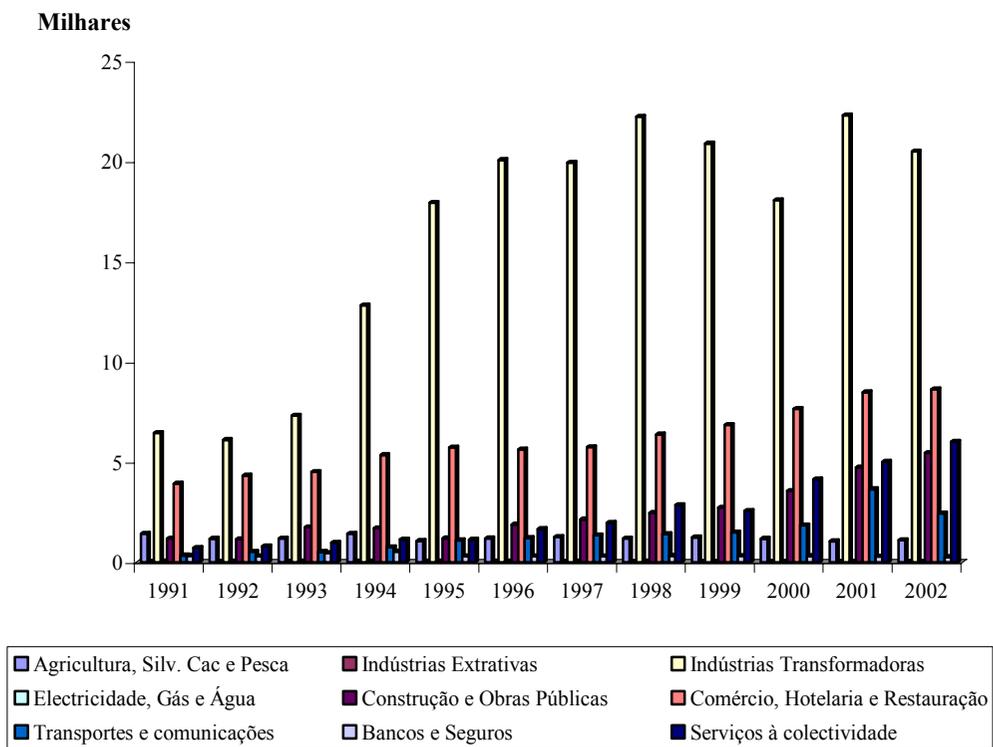
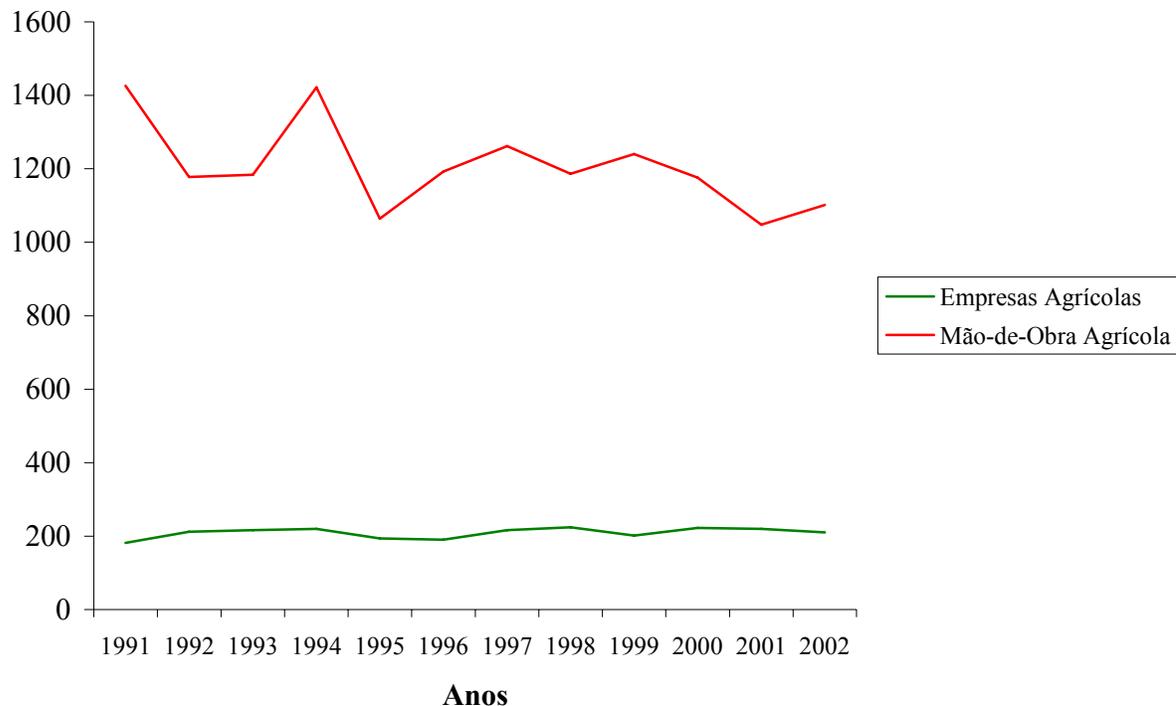


Gráfico 2 – Município de Palmela
Evolução do Emprego, por Sectores de Actividade (1991-2002)



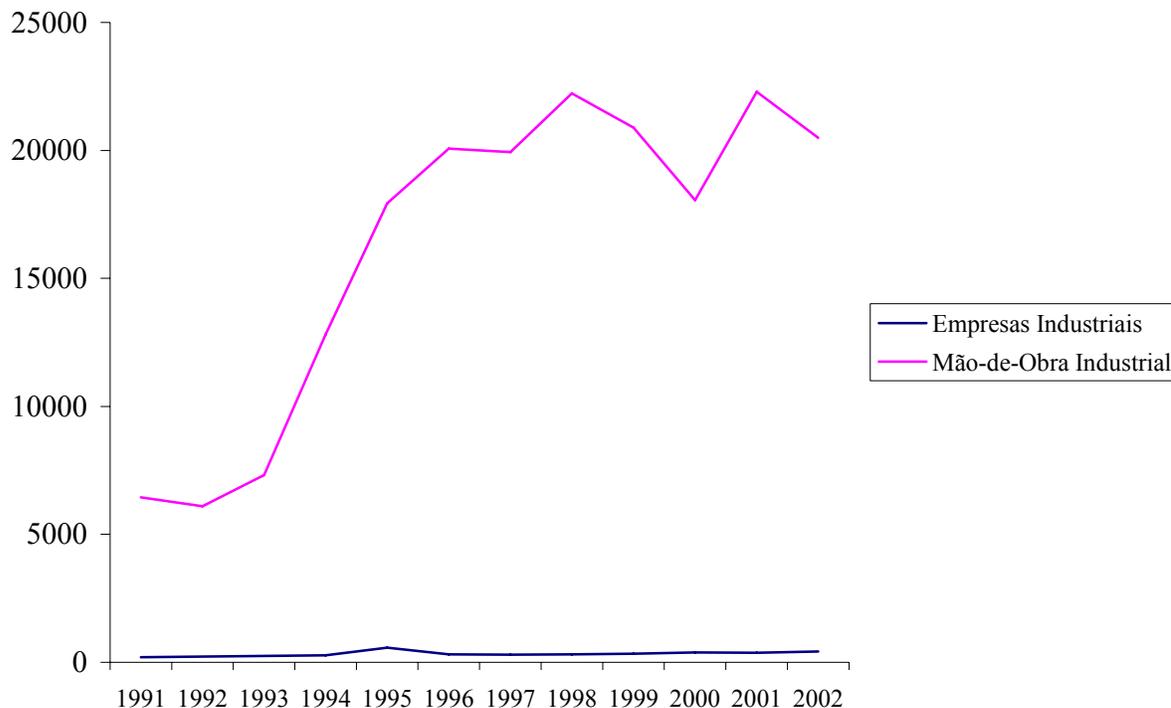
**Gráfico 3 – Município de Palmela
Empresas Agrícolas e Mão-de-Obra Agrícola (1991-2002)**



Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, *Quadros de Pessoal*

O decréscimo da mão-de-obra agrícola que se verifica neste município corresponde à tendência que tem vindo a ser observada em Portugal. Perante uma agricultura que se vai mecanizando (talvez não tanto quanto seria esperado pela quantidade de fundos comunitários transferidos para Portugal para serem aplicados na modernização da nossa agricultura), e a oferta de emprego noutros sectores de actividade económica contribuem para o decréscimo da oferta. A acompanhar este processo, verifica-se também uma ligeira diminuição do número de empresas agrícolas que, pelo desaparecimento físico dos seus proprietários ou, como se tem vindo a verificar neste município, os espaços físicos agrícolas têm vindo a ser vendidos para a implantação de novas indústrias que vão surgindo por entre os vinhedos (EM que liga Palmela ao Poceirão) ou para grandes armazéns (localizados em área paralelas à A2, entre o nó de Coina e o nó de Palmela).

**Gráfico 4 – Município de Palmela
Empresas Industriais e Mão-de-Obra Industrial (1991-2002)**

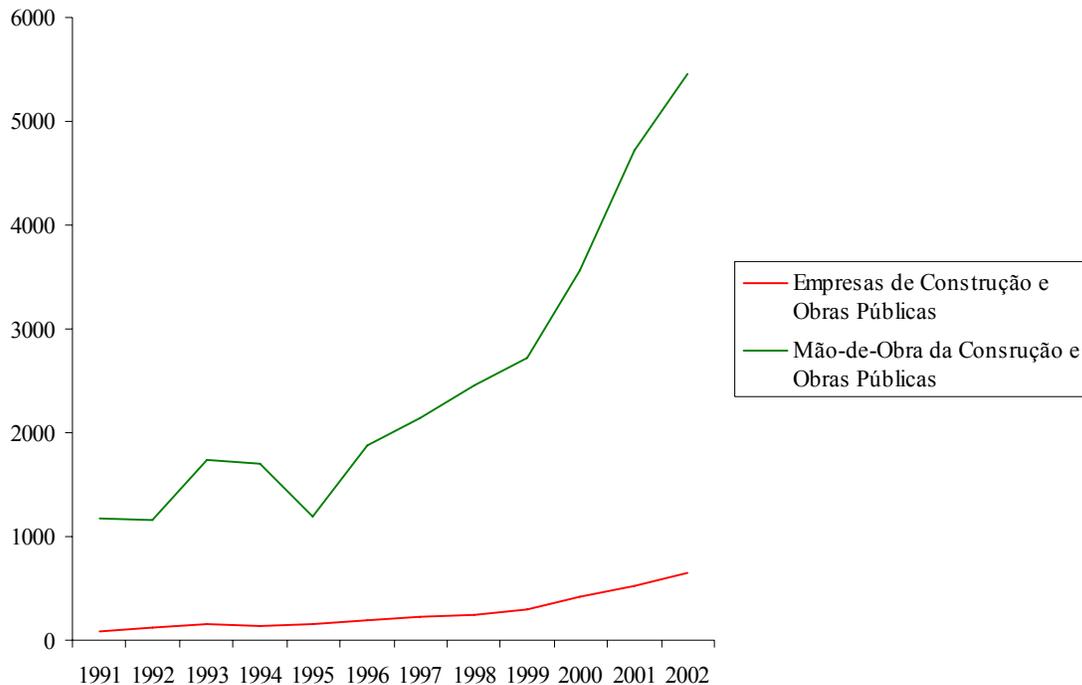


Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, *Quadros de Pessoal*

Do gráfico referente aos valores apresentados a nível da empregabilidade na indústria transformadora, é bastante notório o impacto que a *Autoeuropa* e empresas suas fornecedoras tiveram a partir do ano do início da sua laboração. Todavia, é ainda visível algumas quebras verificadas na estrutura de empregos deste sector, o que pode ser revelador das alterações conjunturais da economia mundial e que têm tido as suas repercussões em sectores tão delicados como é o sector automóvel.

De salientar que a quebra do emprego neste sector, verificada em 2000, se deveu à falência da empresa *HR*, em Pinhal Novo.

Gráfico 5 – Município de Palmela
Empresas e Mão-de-Obra da Construção e Obras Públicas (1991-2002)

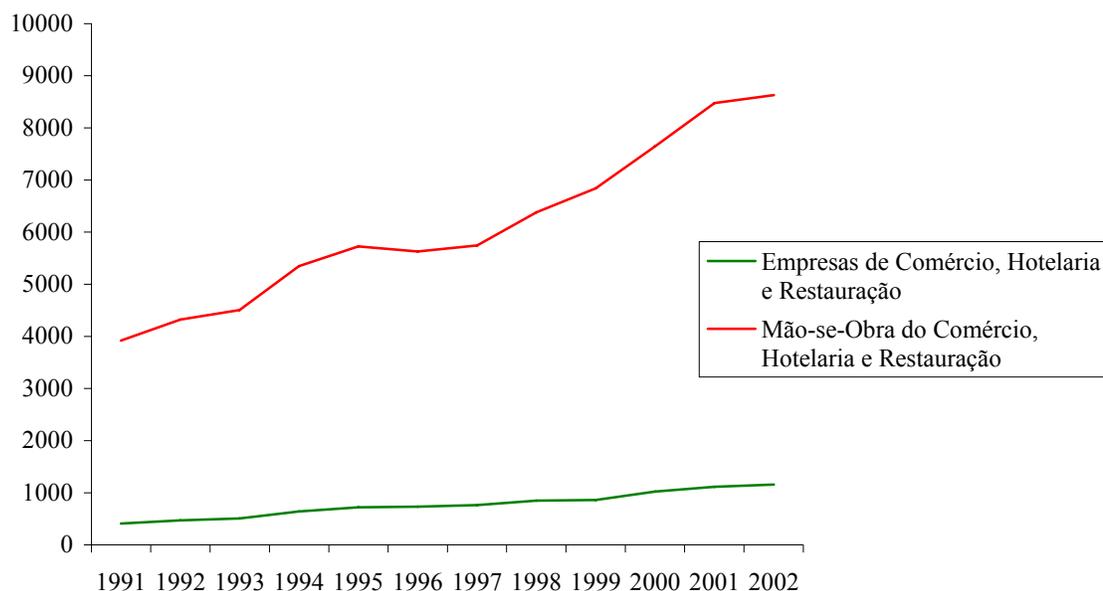


Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, *Quadros de Pessoal*

O sector da construção e obras públicas é um dos sectores que tem vindo a ter um crescimento bastante significativo, quer em termos do aumento do número de empresas, que parece não querer abrandar, quer em termos de postos de trabalho que desde 1995 tem observado um ritmo de crescimento bastante acelerado.

A este fenómeno não será alheio o volume que a construção civil tem vindo a ter neste município, visível através das inúmeras urbanizações localizadas em Pinhal Novo e em Quinta do Anjo.

Gráfico 6 – Município de Palmela
Empresas e Mão-de-Obra do Comércio, Hotelaria e Restauração (1991-2002)



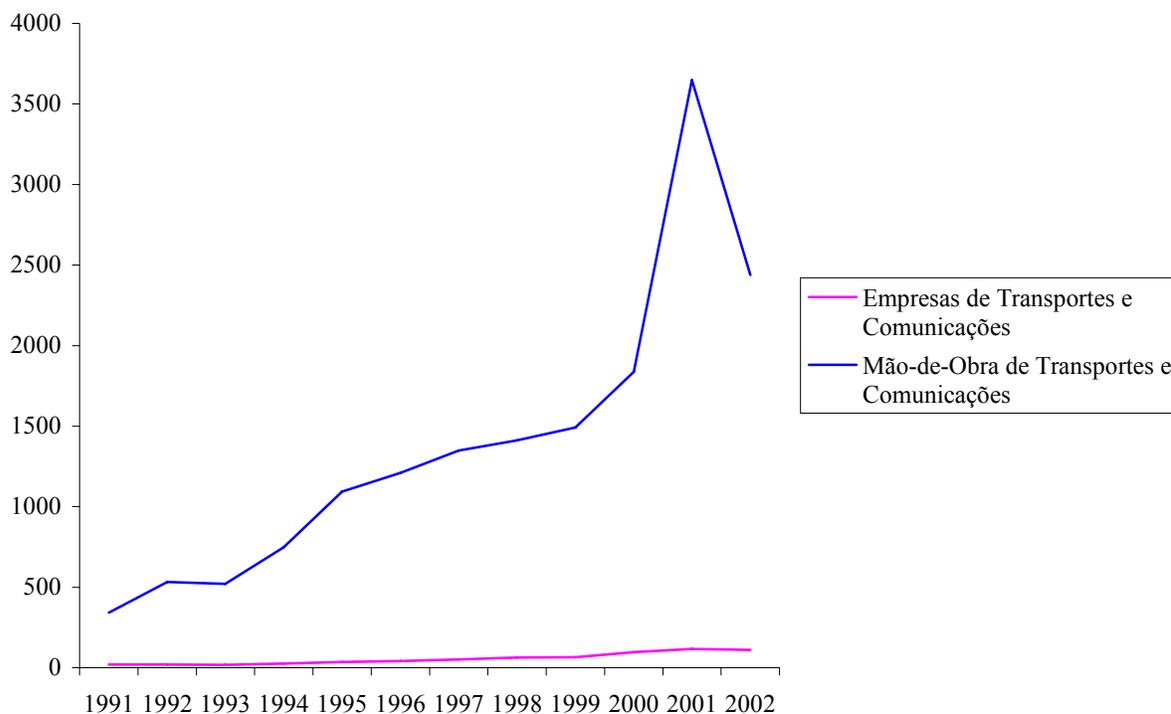
Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, *Quadros de Pessoal*

Os valores referentes a estes sectores da economia são reveladores do processo de terciarização que o município de Palmela encetou e que, tudo assim parece conjugar-se, tem a ver com o despoletar do último processo de industrialização decorrente neste território.

Como já foi referido anteriormente, algumas grandes superfícies do comércio grossista instalaram-se neste município – o grupo *Makro*, a *Grula*, a *Algifa*, entre outros, e são hoje lugares geradores de postos de trabalho.

Acompanhando o crescimento das áreas urbanas de Pinhal Novo, Palmela e de Quinta do Anjo outras superfícies comerciais encontraram aqui o seu espaço - o caso do *Modelo*, em Pinhal Novo, os *Intermarché* de Palmela e Pinhal Novo, o *Lidl*, de Palmela, entre outras pequenas superfícies comerciais - aos quais se juntou, em matéria de hotelaria e restauração um quase sem número de restaurantes, cafés e *snacks*, cuja face mais visível se encontra na vila de Pinhal Novo.

Gráfico 7 – Município de Palmela
Empresas e Mão-de-Obra de Transportes e Comunicações (1991-2002)



Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, *Quadros de Pessoal*

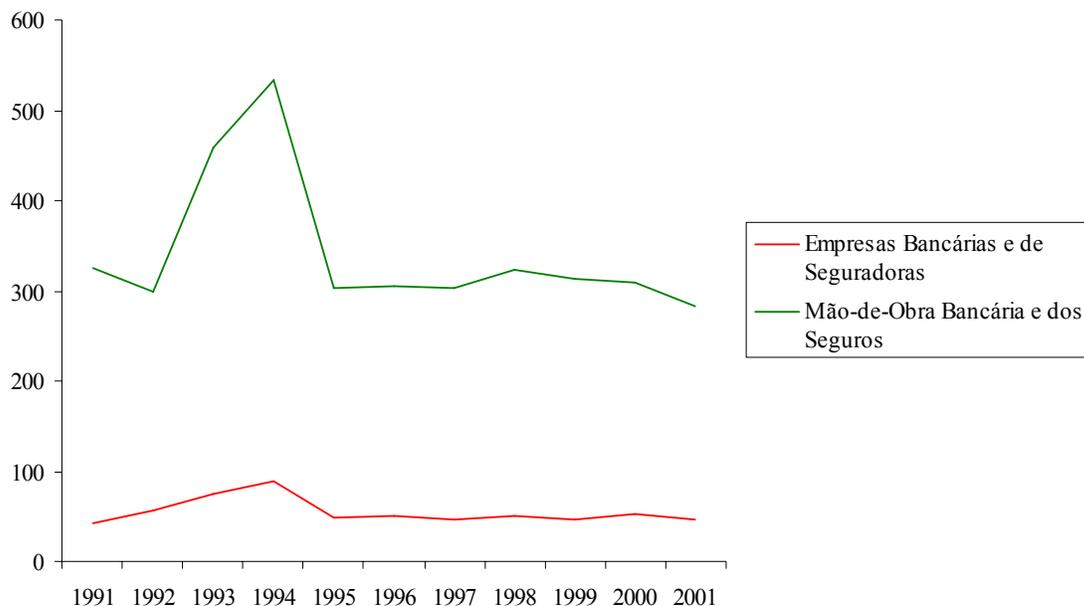
Estes sectores encontram-se, também eles, em grande expansão. O declínio que é hoje significativo em matéria de transporte ferroviário de mercadorias tem vindo a ser substituído pela proliferação de empresas de transportes rodoviários, e que tem a sua tradução no aumento do número de activos que emprega.

Dentro desta actividade económica cabe ainda as empresas e a mão-de-obra relacionada com a armazenagem de bens de consumo. O município de Palmela tem sido palco da instalação de muitas empresas cuja actividade económica assenta no armazenamento de produtos. Empresas como a *Vicaima*, a *SLEM* são exemplificativas desta actividade.

Finalmente, no campo das comunicações, a *Cabovisão*, empresa de televisão, telefone e *internet* por cabo tem aqui a sua sede social e os seus serviços técnicos.

**Gráfico 8 – Município de Palmela
Empresas e Mão-de-Obra Bancária e dos Seguros (1991-2002)**

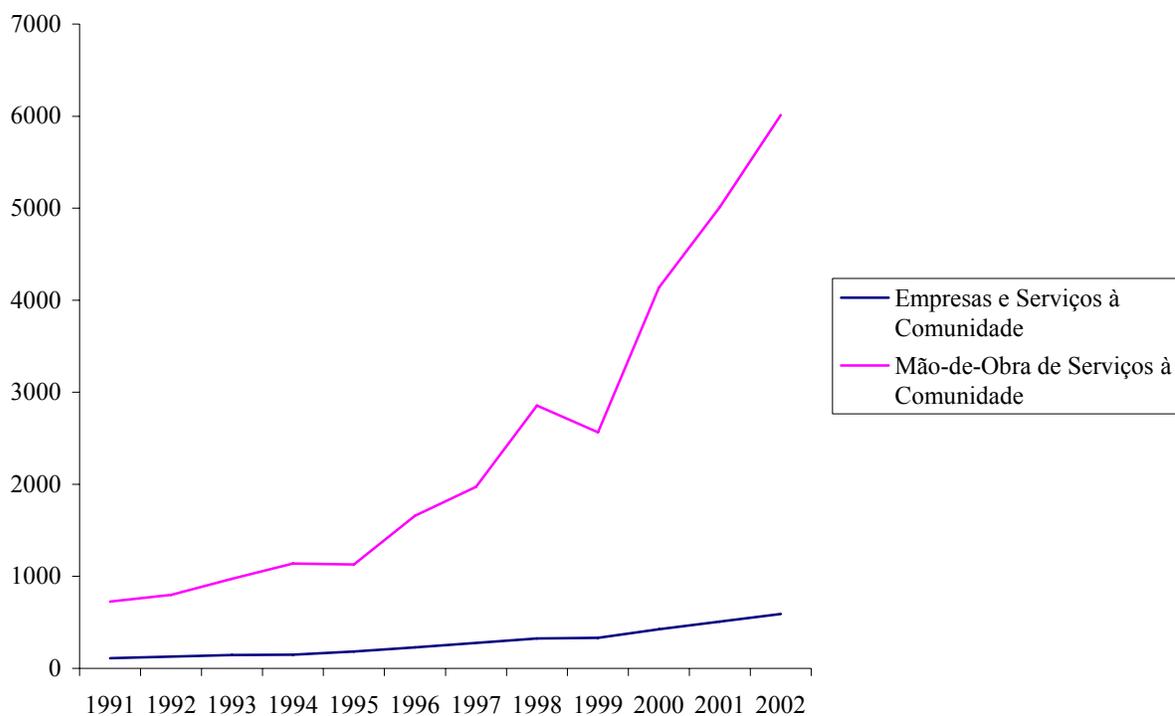
Município de Palmela - Empresas Bancárias e de Seguros (1991-2002)



Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, *Quadros de Pessoal*

O sector bancário e dos seguros, pela via das várias fusões verificadas nos vários grupos financeiros tem vindo a proceder a uma política restritiva de mão-de-obra, ao mesmo tempo que se verificam alguns (embora pontuais) casos de encerramento de agências bancárias (por força das fusões ou aquisições de Bancos por outros) e de Seguros.

**Gráfico 9 – Município de Palmela
Empresas e Mão-de-Obra de Serviços à Comunidade (1991-2002)**

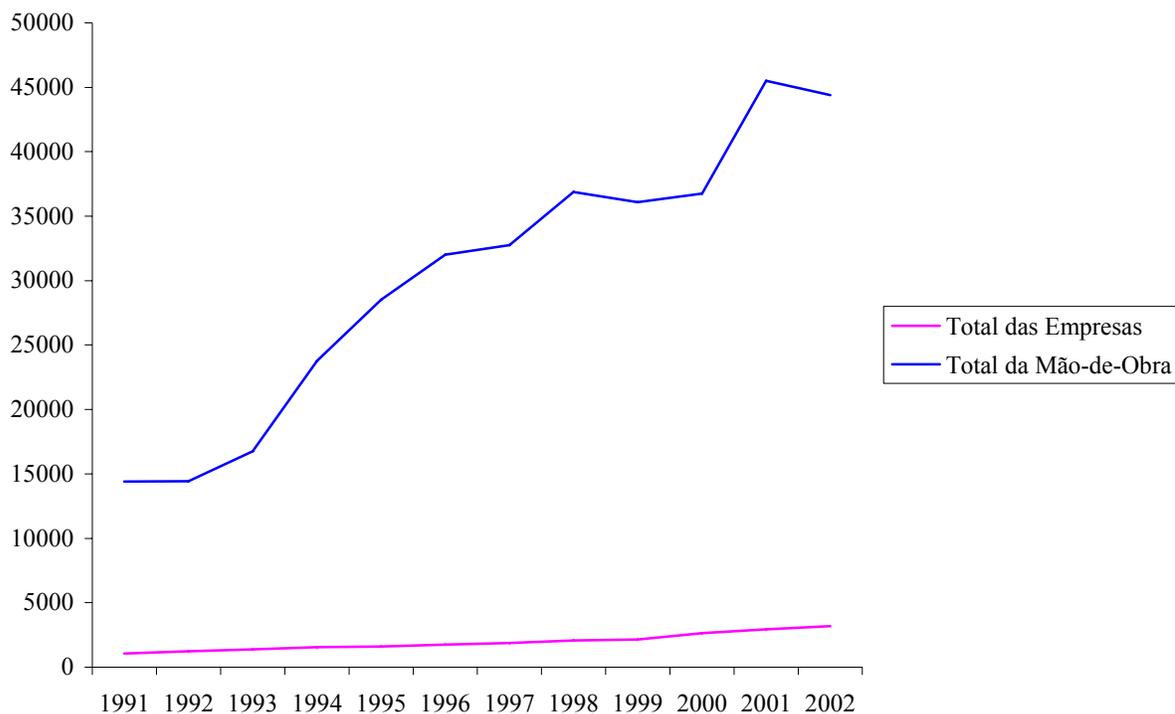


Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, *Quadros de Pessoal*

Finalmente no que se refere ao emprego gerado pelas empresas e instituições que prestam serviços à comunidade salienta-se o aumento do número de empresas e conseqüente aumento do número de empregos por parte dos serviços prestados às empresas, os sectores da saúde e da educação e a expansão do emprego promovido pela Câmara Municipal. de Palmela. que é hoje e de longe um dos maiores empregadores do município. de Palmela.¹

¹ - Em 2002, dos 1448 empregos verificados no Sector Público, 926 (64%) estavam na Câmara Municipal de Palmela, 62 (4,3) nas Juntas de Freguesia, 34 na Palmela Desporto, E.M.(2,3%), 152 (10,5%), nos Estabelecimentos de Ensino, 144 (9,9%) nos Centros de Saúde, 74 (5,1%) na GNR e 56 (3,6%) na

**Gráfico 10 – Município de Palmela
Total das Empresas e da Mão-de-Obra (1991-2002)**



Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, *Quadros de Pessoal*

16.6 - AS DESLOCAÇÕES PENDULARES

De um total de 25177 activos e de estudantes, cerca de 67,4% deslocavam-se, em 2001, dentro do território deste município para exercerem a sua profissão ou para estudarem. Estes números podem ser esclarecedores de uma dinâmica geradora de emprego (e do alargamento do parque escolar) que se têm verificado nas últimas décadas.

Quadro 35 – Deslocações pendulares com origem no município de Palmela para os municípios que formam a Grande Área Metropolitana de Lisboa/Sul (2001) valores absolutos e percentuais

	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal	AML Sul
Palmela	85	366	720	456	783	14984	395	134	4313	22236
	0,4	1,6	3,2	2,1	3,5	67,4	1,8	0,6	19,4	100,0

Fonte: INE, *XIV Recenseamento Geral da População*

Esta diminuição da dependência face aos restantes municípios envolventes é já visível em 1981, onde 62,9% dos activos e dos estudantes, residiam e trabalhavam e/ou estudavam no município de Palmela. Esse valor decresceu ligeiramente em 1991 para 60,5%,¹ sendo o fôlego retomado aquando da fixação da Autoeuropa e empresas satélites neste município, contribuindo para que se verificassem os valores já referenciados ao ano de 2001.

De referir ainda que os valores percentuais referentes as deslocações pendulares,

¹ - Cf. MARQUES, António Pedro Sousa (1996) – *Dinâmicas Locais em Contexto de Mudança – Estratégia de Actores no município de Palmela, 1980-1995*, Dissertação de Mestrado em Sociologia do Território, Lisboa, ISCTE, 1º volume, p. 86

tendo o município de Palmela como início e o município de Setúbal eram, em 1981 e 1991, respectivamente, de 22,5 % e 19,3%.¹

Quadro 36 - Deslocações pendulares com origem no município de Palmela para os municípios que formam a Grande Área Metropolitana de Lisboa/Norte (2001) valores absolutos e percentuais

 Palmela	Amadora	Azambuja	Cascais	Lisboa	Loures	Mafra	Odivelas	Oeiras	Sintra	V.F. Xira	AML Norte
	53	5	32	2528	87	10	14	106	70	36	2941
	1,8	0,2	1,1	86,0	3,0	0,3	0,5	3,6	2,4	1,2	100,0

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

Quadro 37 – Total das Deslocações pendulares com origem no município de Palmela (2001) – valores absolutos e percentuais

 Palmela	AML Sul	AML Norte	Outros Municípios	Total
	22236	2941	527	25704
	86,5	11,4	2,1	100,0

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

¹ - *idem*

Quadro 38 – Deslocações pendulares com origem nos municípios que formam a Grande Área Metropolitana de Lisboa/Sul e com destino ao município de Palmela (2001) – valores absolutos e percentuais

 Palmela	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal	AML Sul
	169	519	1320	1682	755	14984	1076	404	4116	25025
	0,4	1,6	3,2	2,1	3,5	67,4	1,8	0,6	19,4	100,0

Fonte: INE, *XIV Recenseamento Geral da População*

O poder de atracção que o mercado de emprego existente no município de Palmela é desenvolvido maioritariamente sobre os municípios que lhe são mais próximos ou que possuem maior acessibilidade. São os casos dos municípios de Setúbal, Moita, Barreiro e Seixal. Já os municípios localizados para lá do Tejo apresentam valores quase residuais nas suas deslocações para o território de Palmela.

Quadro 39 – Deslocações pendulares com origem nos municípios que formam a Grande Área Metropolitana de Lisboa/Norte e com destino ao município de Palmela (2001) – valores absolutos e percentuais

	Amadora	Azambuja	Cascais	Lisboa	Loures	Mafra	Odivelas	Oeiras	Sintra	V.F. Xira	AML Norte
Palmela	96	3	77	258	116	20	57	116	172	95	1010
	9,5	0,3	7,6	25,5	11,5	2,0	5,6	11,5	17,0	9,4	100,0

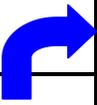
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

Quadro 40 – Total das Deslocações pendulares tendo como destino o município de Palmela valores absolutos e percentuais (2001)

	AML Sul	AML Norte	Outros Municípios	Total
Palmela	25025	1010	602	26637
	86,5	11,4	2,1	100,0

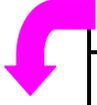
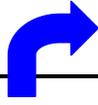
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

Quadro 41 – Balanço das deslocações Pendulares
Palmela – Grande Área Metropolitana de Lisboa Sul - Palmela (2001)

	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal	AML Sul
	169	519	1320	1682	755	14984	1076	404	4116	25025
	85	366	720	456	783	14984	395	134	4313	22236
Palmela	84	153	600	1226	-28	0	681	270	-197	2789

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

Quadro 42 – Balanço das deslocações Pendulares
Palmela – Grande Área Metropolitana de Lisboa Norte - Palmela (2001)

	Amadora	Azambuja	Cascais	Lisboa	Loures	Mafra	Odivelas	Oeiras	Sintra	V.F.Xira	AML Norte
	96	3	77	258	116	20	57	116	172	95	1010
	53	5	32	2528	87	10	14	106	70	36	2941
Palmela	43	-2	45	-2270	29	10	43	10	102	59	-1931

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

Quadro 43 – Balanço total das deslocações pendulares (2001)

	AML Sul	AML Norte	Outros Municípios	Total
	25025	1010	602	26637
	22236	2941	527	25704
Palmela	2789	-1931	75	933

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

17 - IMPACTOS TERRITORIAIS DA LOCALIZAÇÃO PRODUTIVA

17.1 - UM MUNICÍPIO QUE SE METROPOLIZA

A Península de Setúbal, cuja localização geográfica se situa na margem sul do estuário do Tejo, tem vindo a tornar-se, desde os anos sessenta do século passado, num pólo de grande atracção populacional.

Essa década de sessenta, marca o período de início do processo de metropolização da Península de Setúbal. Uma década depois, começa-se a sentir os impactos produzidos pela Ponte, inaugurada em 1966, assistindo-se à fixação de populações nos municípios ribeirinhos, atraídas por um conjunto de boas acessibilidades e pelo baixo custo dos terrenos e habitações.

Não alheadas deste processo de captação de novas populações estão algumas *bolsas industriais* que se encontravam já implantadas na Península (Siderurgia Nacional, CUF, Sapec, Secil, Socel¹, entre outras) e que a dotam de uma certa autonomia face à lógica de atracção populacional. Tal facto parece estar relacionado com a situação que o distrito de Setúbal tem vindo a apresentar ao longo de todo o século passado, ou seja, o distrito de Setúbal tem sido aquele que, em termos nacionais, apresenta as maiores taxas de crescimento médio.²

Em termos populacionais a Península de Setúbal tem mostrado crescimentos elevados, desde 1864 até 2001, pese embora uma certa diferenciação que é verificada entre os municípios que a constituem.

Todavia, a lógica de crescimento da Península de Setúbal é produto de formas diversificadas e cujo comportamento se encontra articulado com as formas de sedimentação produtiva que se implanta na região.

Essa lógica de crescimento pode ser sistematizada a partir de quatro períodos distintos:

¹ - Mais tarde Portucel

² - Cf. CARIA; Fernando (1993) – *Op .cit.*, p. 229

Quadro 44 – Evolução da População da Península de Setúbal, por Municípios (1940-2001)

Municípios	População Residente						
	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Alcochete	6658	7864	9270	10408	11246	10098	13010
Almada	29393	43768	70968	107581	147690	152477	160826
Barreiro	26092	29719	35088	58728	88052	85782	79011
Moita	12360	19465	29110	38547	53240	64083	67446
Montijo	18109	26336	30217	41565	36849	36345	39168
PALMELA	20934	22544	23155	24866	36933	43237	53352
Seixal	12894	15937	20470	36280	86169	114772	150272
Sesimbra	13282	14947	16837	16656	23103	27416	37567
Setúbal	49765	55037	56344	66243	98366	103846	113937
PENÍNSULA	188780	235617	291459	400874	581648	638056	714589

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

1 - Final do século XIX até aos anos quarenta

Os municípios rurais – onde se inclui Palmela – apresentam crescimentos populacionais relativamente elevados, cujas causas se prendem com os processos de arroteamento, expansão da vinha e outras culturas, como aliás tivemos oportunidade de demonstrar anteriormente; os municípios detentores de *bolsas industriais*, apresentam também um crescimento, mas por razões diferentes dos anteriores. Neste caso, é a indústria que se implantava ou expandia, nomeadamente nalguns municípios da margem sul do Tejo ou em Setúbal.

A partir da década de quarenta, o comportamento populacional é diferenciado de município para município. Assiste-se neste período a uma perda de população dos municípios rurais em detrimento dos municípios industrializados.

Quadro 45 – Evolução da População da Península de Setúbal, por Municípios (1940 -2001) – Taxas de Crescimento Médio

Municípios	População Residente					
	40/50	50/60	60/70	70/81	81/91	91/01
Alcochete	15,3	15,2	10,9	7,5	-11,4	22,4
Almada	32,8	38,2	34,0	27,2	3,1	5,2
Barreiro	12,2	15,3	40,3	33,3	-2,6	-8,6
Moita	36,5	33,1	24,5	27,6	16,9	5,0
Montijo	31,2	12,8	27,3	-12,8	-1,4	7,2
PALMELA	9,0	0,7	6,9	32,7	15,8	17,8
Seixal	19,1	22,1	43,6	57,9	24,9	23,6
Sesimbra	11,1	11,2	-1,1	27,9	15,7	27,0
Setúbal	9,6	2,3	14,9	32,7	5,3	8,9
PENÍNSULA	19,9	19,2	27,3	31,1	8,8	10,7

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

2 - A década de sessenta

Esta década é marcada por uma alteração da lógica do crescimento demográfico. Neste período, este crescimento acompanha bem de perto a lógica da implantação das actividades produtivas. “*O movimento de ocupação populacional, que se fazia do sul para o norte, dá origem a uma ocupação que passa a ser do norte com direcção ao sul, como consequência do alargamento da ocupação metropolitana da Península*”.¹

3 - A década de setenta

Salienta-se nesta década os crescimentos populacionais nos municípios do Barreiro, Palmela e Setúbal. O município do Seixal confirma a tendência de crescimento da década anterior, tornando-se no maior responsável pelo aumento da população da

¹ - *idem*, p. 230

Península.

4 - A década de oitenta

Caracteriza-se esta década pelo processo de desaceleração das taxas de crescimento populacional da Península. Alcochete, Barreiro e Montijo, embora por razões diferenciadas, apresentam crescimentos negativos, o que pode estar relacionado com as dinâmicas produtivas existentes em cada um desses municípios. Palmela continua a crescer, em termos populacionais, mas num processo menos acelerado. No entanto, embora em cinco décadas o seu crescimento tenha sido sempre positivo, em 1991 a sua população era de 6.8 % do total populacional da Península, contra os 7.9% em 1960.

Numa dimensão de análise mais restrita ao município de Palmela, detecta-se que as taxas de crescimento populacional, por freguesia, foram uniformes até à década de setenta. A partir dessa década, assiste-se ao crescimento em todas elas, com especial destaque para as freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo que apresentam maior acessibilidade.

A década de oitenta é caracterizada pelo crescimento populacional na Freguesia de Pinhal Novo, que se torna, assim, num pólo de fixação de populações, devido à grande acessibilidade aos locais geradores de emprego e ao facto de existir uma ampla oferta de habitação a preços relativamente acessíveis.

Os crescimentos negativos verificados nas freguesias de Palmela e Marateca têm a ver com a criação administrativa da freguesia do Poceirão, cuja base territorial surgiu da desanexação de parte das outras duas freguesias.

Quadro 46 – Evolução da população no Município de Palmela, por Freguesias (1930-2001)

População Residente								
	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Marateca	3120	3836	4444	4573	3011	4615	3651	3586
Palmela	7010	7613	8497	6487	10103	14629	13877	16115
Pinhal Novo	5140	5670	6429	7708	7483	11007	15167	20993
Poceirão	-	-	-	-	-	-	4326	4304
Quinta do Anjo	3422	3815	3623	4387	4269	6682	6525	8354
PALMELA	18692	20934	22993	23115	24866	36933	43546	53352

Fonte: INE, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

5 – A década de noventa e a entrada no novo milénio

A última década do século XX veio confirmar as tendências que se vinham a esboçar. De realçar o crescimento populacional negativo verificado no município do Barreiro, cujo processo de industrialização tem vindo a desacelerar dando lugar a um território pós-industrial e cada vez mais dependente do mercado de emprego gerado noutros municípios.

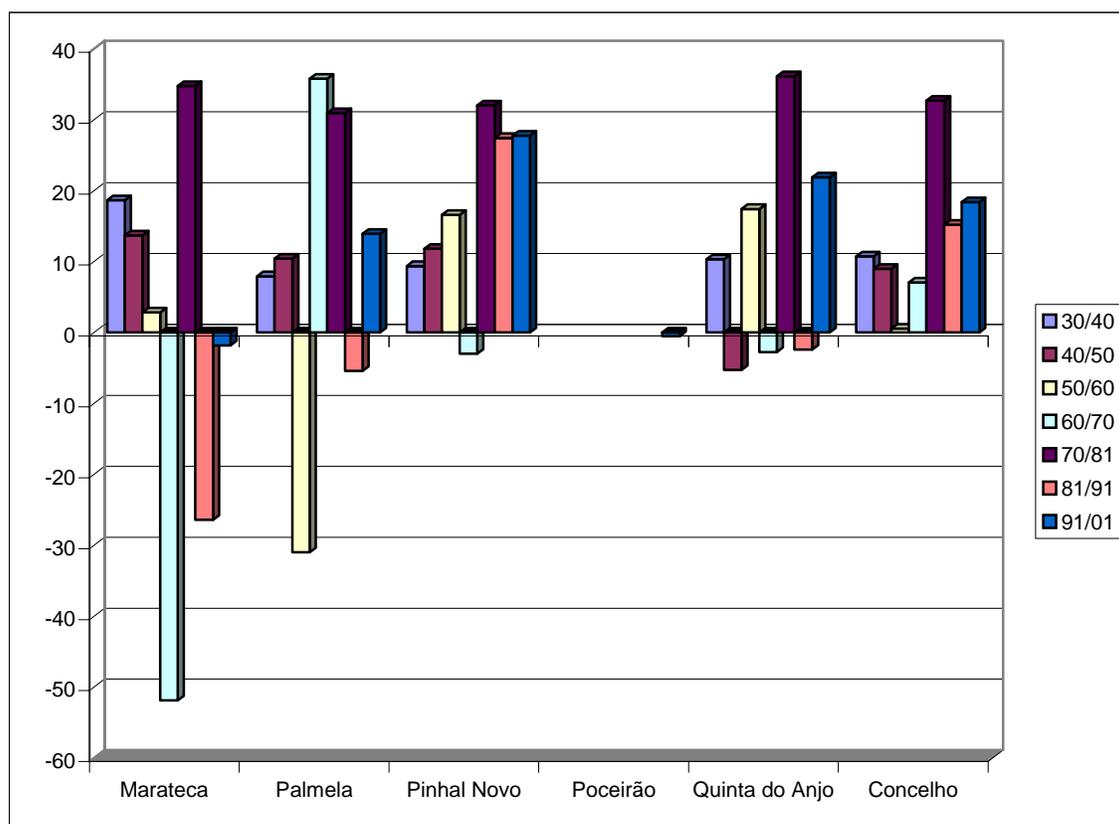
Em contrapartida, outros municípios da Península têm vindo a apresentar, por motivos diferentes, crescimentos médios acima dos 15%. São os casos dos municípios de Sesimbra (27%) cuja acessibilidade à AE do Sul e ao Comboio da Ponte 25 de Abril parece ter tido os seus efeitos. Outro município ganhador com o efeito do comboio da Ponte, foi o município do Seixal cujo crescimento populacional se cifrou nos 23,6%. O município de Alcochete parece ter sido aquele que mais beneficiou com a Ponte Vasco da Gama, observando um crescimento de 22,4%.

Quanto ao município de Palmela, este apresentou um crescimento populacional de 17,8%.

As ofertas de emprego nas novas empresas aqui sedeadas associadas ao surto de

novas urbanizações nas freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo, podem estar na origem desse crescimento. Todavia, ressaltam os valores negativos apresentados pelas freguesias de Marateca e Poceirão, que podem ser explicados pela procura de alguns habitantes em encontrarem melhores condições de vida e de emprego noutras áreas do município ou fora dele, e ainda pela falta de investimentos municipais nessas freguesias.

Gráfico 11 - Evolução da população no Município de Palmela, por Freguesias (1930-2001)



Fonte: INE , X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001

17.2 - DIFERENCIAÇÃO SOCIO-URBANÍSTICA: PALMELA E A PENÍNSULA DE SETÚBAL

A característica principal apresentada pelos municípios que constituem a Península de Setúbal relaciona-se com a sua heterogeneidade, no que respeita à sua estruturação sócio-urbanística.

Não deixa de ser interessante a metodologia utilizada por Fernando Caria ¹ para elaborar uma tipologia do espaço da Península de Setúbal. Com recorrência à *análise de clusters*, o autor cruza vinte variáveis agregadas em quatro tipos:

- de carácter económico;
- de infra-estruras e equipamentos;
- urbanísticas
- demográficas.

Dessa agregação, é determinada uma tipologia espacial constituída por quatro *clusters* diferentes.

Tornou-se assim possível segmentar o espaço da Península de Setúbal em unidades geográficas possuidoras de características homogéneas.

Do ponto de vista da estruturação urbana do município de Palmela, há a considerar os seguintes factores:

- a) a sua desagregação fundiária
- b) a sua baixa densidade populacional
- c) a existência um povoamento disperso

a) a sua desagregação fundiária

O território do município de Palmela caracteriza-se por se apresentar muito

¹ - Cf. CARIA, Fernando (1993) - *Op.cit.* p. 239 e seguintes

fraccionado. Este parcelamento da propriedade rural é devido a três ordens de factores: o povoamento, o mercado e os factores sociais.

O povoamento faz-se sentir fundamentalmente junto dos principais elementos estruturantes do território, e têm como suporte os recursos postos à disposição do povoamento. O processo de povoamento decorre da conjugação de um conjunto de factores, nomeadamente da existência de recursos naturais, da presença de infra-estruturas e de um conjunto de factores de ordem geral que influenciam a localização.

Perante este processo, parece lógico que o fraccionamento da propriedade surja como o resultado da pressão e da concorrência que é desenvolvida pela posse do espaço nas zonas de aglomeração urbana ou em zonas suas envolventes.

Por outro lado, o mercado não se encontra arredado deste processo. Bem pelo contrário. O fraccionamento da propriedade surge como uma consequência do funcionamento do mercado, ou seja, os preços surgem cada vez mais elevados comparativamente à dimensão das parcelas de solo que são oferecidas com menores dimensões. Este processo, provocado pela pressão e pela concorrência pela posse do espaço, leva a que os proprietários fundiários concretizem elevadas mais-valias sobre o valor dos terrenos profusamente divididos.

Finalmente, este fraccionamento da propriedade pode ser o resultado duma solução jurídica dos direitos de propriedade. Este processo pode ser decorrente de processos sucessórios ou de operações de mercado, onde as diversas partes envolventes substituem o anterior proprietário. O fraccionamento da propriedade traduz assim um conjunto de efeitos sociais decorrentes do direito sucessório.

b) a sua baixa densidade populacional

Tal como foi referido anteriormente, a densidade populacional do município de Palmela é comparativamente baixa em relação aos restantes espaços municipais que constituem a Península de Setúbal.

Realce-se que embora o município de Palmela possua cerca de 7,5 % da população residente na Península de Setúbal o seu território ocupa cerca de 30 % do total da sua superfície. Somente os municípios de Alcochete, Montijo, Palmela e Sesimbra

que formam o primeiro *cluster*, apresentam a sua densidade populacional abaixo do valor médio da Península (quer em 1981, 1991 e 2001).

**Quadro 47 – Península de Setúbal
Densidade populacional, por municípios (1981-2001)**

Municípios	Superf Km²	Hab/Km² 1981	Hab/Km² 1991	Hab/Km² 2001
Alcochete	94,49	119,0	107,6	137,7
Almada	69,98	2110,5	2169,0	2298,2
Barreiro	33,81	2604,3	2536,8	2336,9
Moita	55,08	966,6	1181,7	1224,5
Montijo	347,36	106,1	103,7	112,8
PALMELA	461,82	80,0	95,0	115,5
Seixal	93,58	952,9	1249,3	1605,8
Sesimbra	194,98	118,5	139,7	192,7
Setúbal	170,58	576,7	607,5	667,9
Península	1521,68	384,2	420,9	469,6

Fonte: INE ,*XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1981, 1991, 2001

c) a existência de um povoamento disperso

As formas de estruturação urbanas não são completamente percebidas apenas com o recurso à análise da sua densidade populacional. Para uma melhor compreensão há que proceder à análise da dimensão dos lugares existentes nos diferentes municípios que formam o espaço peninsular.

Quadro 48 - Península de Setúbal
Repartição da População segundo a dimensão dos lugares, 1981-2001 (em %)

	Isolados			<=1999			2000-4999			5000-9999			>10000		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Alcochete	0,1	1,8	0,7	46,9	45,4	21,2	53	52,8	21,4			56,7			
Almada	0,2		0,0	12,5	14,2	7,2	12,7	17,7	32,7	3,4	12,5	12,9	71,2	55,6	47,2
Barreiro	1,6	1	0,8	7	8	10,3	5,1				7,6	8,9	86,3	83,4	80,0
Moita	0,2	0,6	0,5	22,4	15,4	9,8	8,8	9,8	16,3	28,5			40,1	74,2	73,4
Montijo	7,1	2,8	4,0	30,4	32,7	30,5			0,3				62,5	64,5	65,3
Palmela	0,1	13,6	3,7	58,1	44,7	43,5	26,3	5,3	13,7	15,5	12,9	10,0		23,5	29,0
Seixal	0,5	0,1	0,1	20,5	17,2	18,1	26,9	18,7	16,2	19,1	22,8	33,9	33	41,2	31,7
Sesimbra	0,4	0,8	1,0	42,1	53	39,1	12,6		5,7	35,9	46,2	15,4			38,9
Setúbal	1,2	1,7	2,0	19,6	12,4	10,9	8	5,6	4,7			5,6	79,2	80,3	76,8
Península	1,3	2,8	1,0	30	28,1	16,6	20,8	18,3	14,8	20,5	20,4	14,5	62,1	60,4	53,1

Fonte: INE ,XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991, 2001

Nos espaços que ainda se mantêm *rurais* a indústria tem vindo a ser apontada como possuidora de um papel de intruso, acusando-a de conduzir processos de promoção urbanística que levam à promoção de *verdadeiras cidades* ou de tecidos urbanos desligados e incharacterísticos.

Todavia, não existe qualquer dúvida em associar a indústria à vida das grandes metrópoles, quer do ponto de vista do seu aparelho de produção quer do aparelho de gestão.

Já na década de setenta, dois autores norte-americanos, Raymond Struyk e Franklin James (1975), chamavam à atenção para o que denominavam de *manufacturing belt*, que rodeavam as grandes metrópoles norte-americanas, e cujas características assentavam na elevada concentração de indústrias possuidores de elevado valor acrescentado.

Mesmo antes da *crise* económica se ter manifestado, assiste-se à mobilidade das

empresas metropolitanas.¹ Constata-se, então, que há “*uma estreita articulação entre a propensão para a mobilidade e a vitalidade económica das empresas*”.²

Uma das razões, senão a principal, que leva à transferência de empresas nas periferias metropolitanas é a própria exigência de espaços. A procura de economias de escala impõe-se aos estabelecimentos, impondo-lhes a sua expansão.

Contudo, é exigido que esses espaços estejam dotados de determinadas condições. E foi nesta perspectiva que surgiram um conjunto de políticas de criação de *parques industriais*, que ofereciam espaços alargados, com condições e dotados de infra-estruturas, e localizados em zonas potencializadas e com condições de desenvolvimento.

Em 1991, o *Estudo de Localização Industrial na Península de Setúbal*³ conclui pela impossibilidade da quantificação das áreas industriais existentes na Península devido a dois factores: a disseminação da implantação produtiva e a existência de áreas expectantes nos loteamentos industriais.

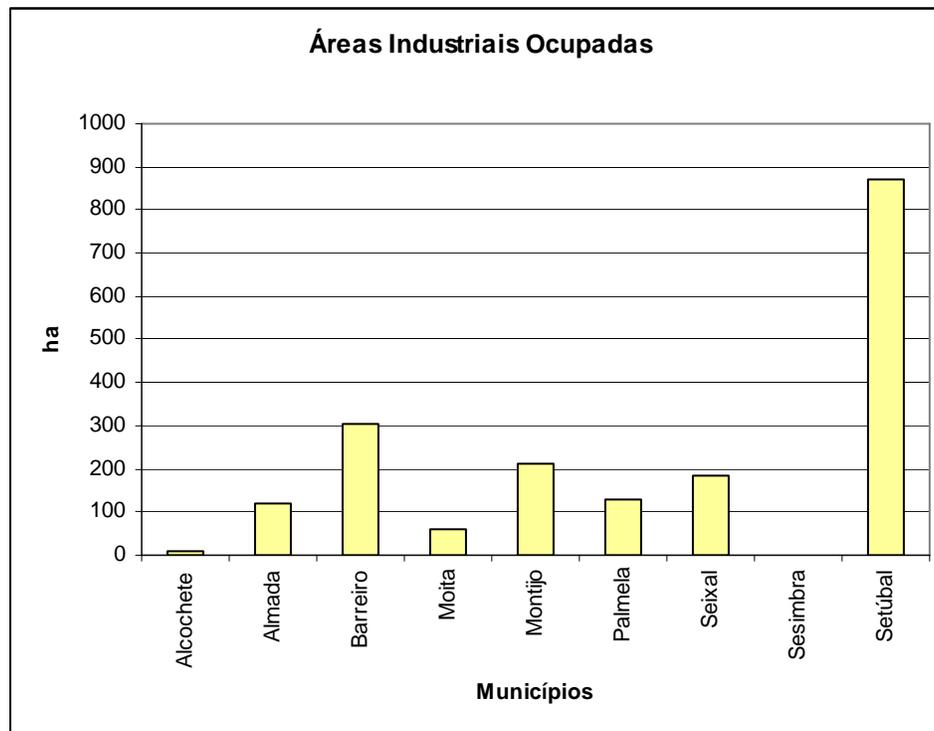
Mesmo assim, as áreas de fácil identificação ou se encontram ocupadas por grandes empresas, cuja ocupação em superfície é bastante significativa, ou são referidas a grandes loteamentos.

¹ - Claude Manzagol (1980) refere que em França, na década de sessenta, por cada supressão de um m² industrial em Paris, equivalia à criação do seu triplo, com a mesma função, nas zonas periféricas.

² - CARIA, Fernando (1993) – *Op.cit.* p. 269

³ - Cf. PORTUGAL, Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, (1991) – *Estudo de Localização Industrial na Península de Setúbal (ELIPS)*, Lisboa, CCRLVT

**Gráfico 12 – Península de Setúbal
Áreas Industriais Ocupadas (1991)**



Fonte: CCRLVT, *Estudo de Localização Industrial na Península de Setúbal*, 1991

Na transição para o novo milénio, e com incidência nas suas duas últimas décadas, assistiu-se a mudanças estruturais bastante significativas nas economias mais avançadas.

Talvez a mudança produtiva que mais sobressaiu tenha sido aquela que se verificou, na maioria dos países, e que consistiu num deslocamento significativo da indústria de manufatura para o sector dos serviços, com especial relevo para o rápido crescimento por parte dos negócios privados.

Nas indústrias manufactureiras observou-se uma deslocação por parte das indústrias de trabalho e de capital intensivos para países asiáticos e do leste europeu e que, ao longo destas mudanças sectoriais e industriais, conduziram a um conjunto de deslocamentos urbanos e regionais significativos.

Verificou-se uma perda do emprego em muitas áreas industriais *tradicionais*, que se mostraram incapazes de lidar com o declínio das suas indústrias principais. Também as áreas rurais periféricas sofreram com a perda de competitividade das suas indústrias.

Alguns dos aglomerados metropolitanos surgiram como *novas* áreas de crescimento, traduzido num desenvolvimento económico dinâmico.

Este desenvolvimento económico tem vindo, não tão raras as vezes, a manifestar-se através dos novos *espaços industriais*, em *novas áreas de tecnologia de ponta* ou em *meios inovadores*.

As empresas estão a ficar cada vez mais integradas em locais e em redes de empresas e instituições regionais, situação que leva a que o *lugar* onde se instalam comece a adquirir importância, o que até aí não se verificava.

Para uma melhor compreensão destes processos, parece útil considerar apenas as mudanças verificadas sectorialmente e regionalmente como reflexões das respostas estratégicas e organizacionais mais profundas por parte das empresas perante um ambiente de mudança acelerada.

A reestruturação não é aqui vista apenas e só como uma série de deslocações sectoriais ou regionais, como contempla também as mudanças que estão subjacentes à organização, às tecnologias utilizadas na produção, às relações laborais, bem como ao conjunto de relações existentes entre as empresas.

O projecto Autoeuropa foi, como se disse anteriormente, o elemento fundamental e exclusivo para a expansão industrial no município de Palmela. Anteriormente, nem as indústrias que aqui se instalaram nos anos sessenta e setenta nem as que antecederam este projecto conseguiram atrair empresas fornecedoras de bens e serviços, como a Autoeuropa.

O município de Palmela tornou-se assim, no município da Península de Setúbal que mais cresceu quer em número de empresas, quer em número de empregos.

17. 2 - A VOLKSWAGEN AUTOEUROPA

A Autoeuropa constitui o maior projecto de investimento directo estrangeiro no nosso país. No início da década de noventa, Portugal foi o país escolhido para receber um investimento total de 1.970 milhões de euros, ocorrido entre os anos de 1991 até 2002 e onde se inclui o desenvolvimento dos modelos VW *Sharan*, Ford *Galaxy* e Seat *Allambra*,

Este projecto começou por ser uma *joint venture* entre a Ford e a Volkswagen que eram detentoras de igual parte do capital investido; e foi através desse mesmo projecto que beneficiaram de vantagens propiciadas pelo Estado português, comprometendo-se a produzir um veículo automóvel do tipo *monovolume*,¹ ou mais precisamente um veículo *multi-purpose* (MPV) com o nome de código VX62.²

A cada um dos parceiros que constituíam a Autoeuropa, coube uma tarefa específica: a Ford ficou responsável pelo planeamento da fábrica, pelo estabelecimento do programa de produção, a compra de materiais e ainda a responsabilidade pelas áreas financeira e de recursos humanos; a Volkswagen ficou com a responsabilidade de conduzir todo o programa de engenharia e de desenvolvimento do produto.³

Lançada a *primeira pedra* para a construção da fábrica situada no município de Palmela, a Autoeuropa inicia a sua produção em Maio de 1995.

A partir do início de Janeiro de 1999, a Autoeuropa passa a ser totalmente controlada pela Volkswagen, com o compromisso de manter a produção do Ford *Galaxy* até Fevereiro de 2006.

¹ - Cf. CORREIA, António Damasceno (2000) – “ A Autoeuropa: um modelo de produção pós-fordista,” *Análise Social*, vol XXXV (156), p. 740

² - Cf. CHORINCAS, Joana (2002) – *O Cluster Automóvel em Portugal*, Lisboa, Ministério do Planeamento – Departamento de Prospectiva e Planeamento, p. 9

³ - Cf. Cf. CORREIA, António Damasceno (2000) – *Op. cit.* p. 740

Quadro 49 – Autoeuropa - Evolução da Fábrica e dos Produtos

Ano	Produto	Ano	Fábrica
1989	Desenvolvimentos Técnicos		
1990	Aprovação do Conselho de Administração	1990	Decisão sobre a localização
1991	Acordo para o Design	1991	Acordo de Joint Venture entre a VW (50%) e a Ford (50%)
			Início dos caboucos
1992	Primeiro teste de embate	1992	Fim dos caboucos
1993	Aprovação para a Engenharia	1993	Inauguração da Formauto (Centro de formação)
1994	Primeira Peça Prensada	1994	Inauguração do Corpo de Bombeiros
1995	1º Carro produzido para vendas Job 1 (Maio)	1995	Inauguração da Fábrica
	Produção da VW Sharan + Ford Galaxy		
1996	Produção da Seat Alhambra (Fevereiro)		Certificação ISO 9002 de Sistemas de Qualidade
	100.000 Unidades produzidas (Maio)		
		1998	Certificação ISO 14001 sistema de Gestão Ambiental
1999	500.000 Unidades produzidas (Junho)	1999	O grupo VW assume 100% do Capital Social da Autoeuropa
2000	Facelit I		
		2002	Certificação ISO 9000/2000 de Sistemas de Qualidade
2003	1.000.000 unidades produzidas		
	Facelit II		
2004	Anúncio Oficial do novo produto VW Cabrio	2004	Preparação da Fábrica pra o novo produto
			Certificação TS 16949
			Re-certificação ISSO 14001
2005	Início da produção do VW Cabrio(Dezembro)		
2006	Último Ford Galaxy produzido (Fevereiro)		
	Intrrodução no mercado do VW Cabrio		
	Anúncio Oficial da produção de um novo VW desportivo para 2008		

Fonte: *Autoeuropa*

Quadro 50– Autoeuropa Investimento Inicial

Investimento Inicial	Milhões de €	%
Implementação da Fábrica	1282	65,1
Desenvolvimento do Produto	479	24,3
Formação e Lançamento	209	10,6
Total	1970	100,0

Fonte: *Autoeuropa*

Do investimento inicial, ressaltam ainda os valores que foram destinados à Formação e Lançamento. Tais valores são justificados se forem considerados os aspectos relacionados com o processo de recrutamento e selecção de pessoal.

O processo de selecção e recrutamento de pessoal decorreu entre Fevereiro de 1992 e Dezembro de 2003.

Neste período a Autoeuropa seleccionou e recrutou mão-de-obra de entre as mais 123 mil candidaturas apresentadas.¹

Saliente-se que os 3 000 mil postos de trabalho iniciais decorreram de uma selecção de 30 000 candidaturas provenientes de todo o país e até do estrangeiro.

Como requisitos de admissão figuravam os aspectos de flexibilidade e de polivalência e, no ponto de vista comportamental, a ausência de comportamentos de rebeldia ou de insubmissão, se estes estivessem relacionados com aspectos meramente ideológicos.²

Os primeiros a serem admitidos na empresa rondavam os 30 anos de idade e eram detentores de elevada experiência profissional decorrente de outras experiências profissionais anteriores. Alguns desses trabalhadores transmitiram para a Autoeuropa as suas competências de *know-how* e, após um período, em que receberam formação profissional de forma intensa e adequada às tecnologias a serem utilizadas na empresa, ajudariam na formação dos restantes trabalhadores.

¹ - Números oficiais divulgados pelo Gabinete de Relações Públicas e Assuntos Governais da Autoeuropa., Junho de 2005.

² - Cf. Cf. CORREIA, António Damasceno (2000) – *Op. cit.* p. 740

Inicialmente, os anúncios de recrutamento de mão-de-obra para a Autoeuropa, que diariamente passavam nas várias estações de rádio, pediam indivíduos com o 12º ano de escolaridade. Havendo falta de indivíduos com este nível de habilitações e com disponibilidade de engrossar as linhas de produção da Autoeuropa, a exigência viria a baixar para o 9º ano de escolaridade e foi com este nível de escolaridade e sem experiência profissional e/ou laboral que se passou a operar.

Se tal situação de inexperiência profissional exigiu da Autoeuropa um elevado esforço ao nível da formação profissional – em termos de prolongamento do programa de formação e do significativo aumento de custos dessa formação - não é menos verdade que todos estes aspectos passaram a ser recompensados:

- pela inexistência de *vícios profissionais*;
- pelo menor encargo, em termos salariais, pagos aos jovens inexperientes;
- pela fraca capacidade reivindicativa por parte desta nova mão-de-obra que entrava no mercado de trabalho;
- pela sua inexperiência nas *lutas reivindicativas e sindicais* que marcaram muitas das empresas existentes na Península de Setúbal e que ainda estavam bastante presentes nas mentes dos seleccionadores

Todavia, há a considerar o facto da Autoeuropa ter investido em mais de seis milhões de horas de formação profissional para os seus trabalhadores tendo a maior parte decorrido em Portugal.

O investimento em formação profissional não ficou circunscrito ao território nacional, como foi extensível ao estrangeiro onde mais de 1000 empregados já obtiveram formação

Em matéria de emprego a Autoeuropa é a empresa que regista maior número de empregos directos no município de Palmela.

De um total de 8890 postos de trabalho, menos de 1/3 são trabalhadores directos da Autoeuropa. Os restantes postos de trabalho são de trabalhadores indirectos que colaboram nas empresas de prestação de serviços à Autoeuropa e às empresas

localizadas no Parque Industrial e a empresas fornecedoras existentes na zona.

Quadro 51 – Autoeuropa – Emprego Directo e Emprego no Parque Industrial e nos Serviços Contratados ¹

Emprego	Nº trabalhadores	%
VW Autoeuropa	2790	31,4
Prestação de Serviços à Autoeuropa e Parque Industrial	2350*	26,4
Fornecedores na Zona	3750*	42,2
Total do emprego	8890	100

* - Valor estimado

Fonte: *Autoeuropa*

Não entram nesta contabilidade de emprego indirecto os números referentes aos trabalhadores das restantes empresas localizadas em Portugal fornecedoras da Autoeuropa, nem figuram nessa contabilidade os números referentes às actividades económicas que emergiram e empregos criados, que se localizam a jusante da Autoeuropa, e que se espalham pela vastidão heterogénea que caracteriza o sector terciário do município e da região.

17.2.1 – Os critérios de escolha para a localização do projecto

A escolha do espaço deste município foi feita, de acordo com Mário Vale (2000), graças a um conjunto de factores:

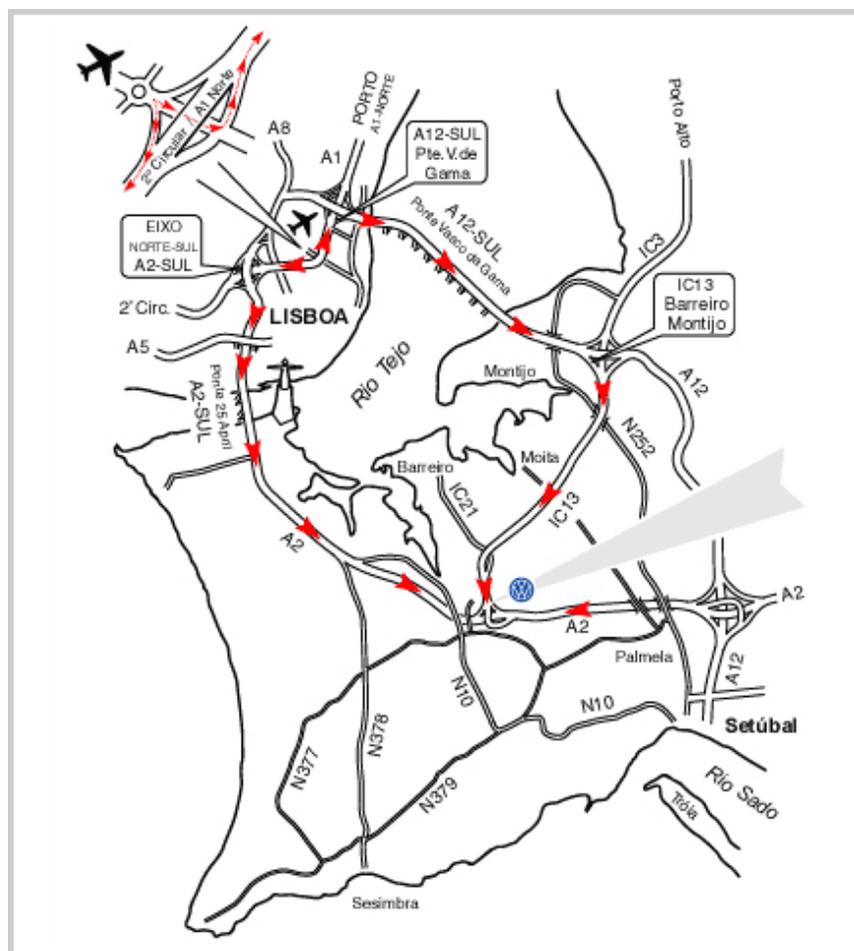
- a existência de um mercado de trabalho de grande dimensão, detentor de uma mão-de-obra jovem e qualificada;
- uma localização geográfica numa zona de plataforma giratória para os vários territórios da Península e para fora desta, apresentando um conjunto de boas acessibilidades inter-regionais e intra-regionais, nomeadamente a proximidade de um nó de auto-estrada (A2 - Auto estrada do Sul), linha

¹ - Data de referência: Janeiro de 2006

férrea e o porto *roll-on roll-off* de Setúbal;

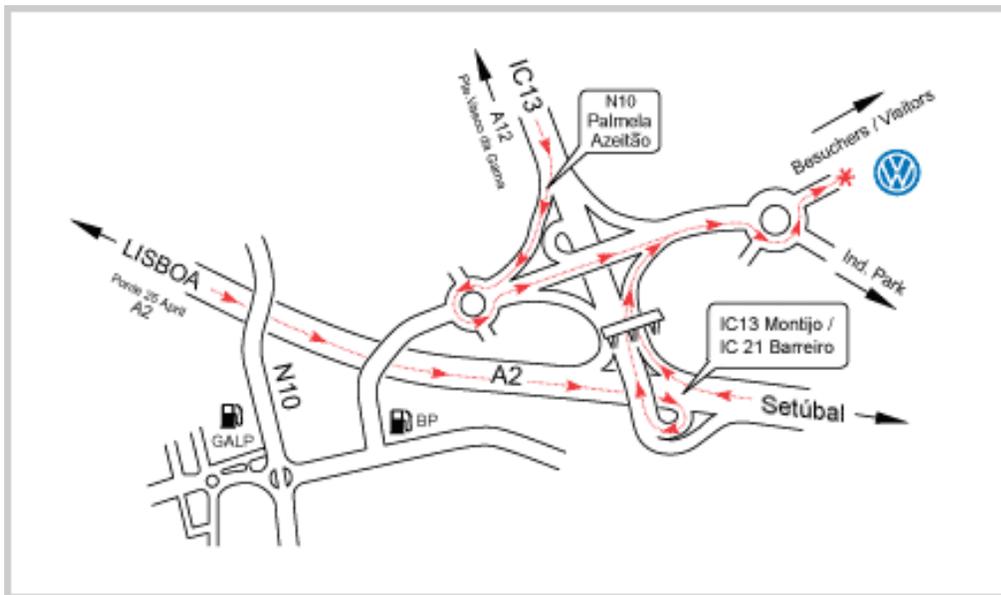
- a existência e a possibilidade de utilização de solo industrial dotado de infra-estruturas, com a presença de *clusters* desenvolvidos nas áreas de componentes eléctricos, moldes e plásticos;
- o facto da Península de Setúbal ter tido uma experiência anterior com o projecto Renault;
- a existência de um conjunto de instrumentos de índole financeira de grande dimensão, decorrente da implementação da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (OID/PS)

Figura 10 – Planta de localização da Autoeuropa (Península de Setúbal)



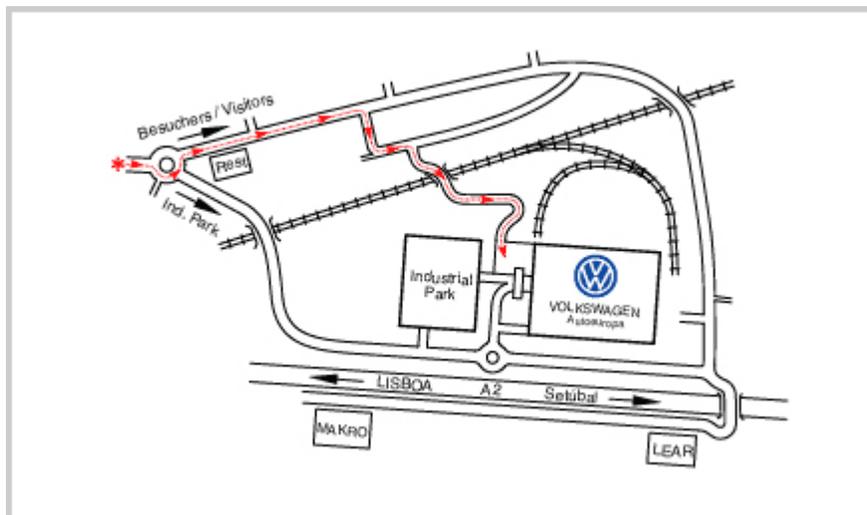
Fonte: Autoeuropa

Figura 11 – Planta de localização da Autoeuropa (Município de Palmela)



Fonte: Autoeuropa

Figura 12 – Planta de localização da Autoeuropa e do Parque Industrial



Fonte: Autoeuropa

Quadro 52 – Autoeuropa - Áreas do Projecto, em m²

		%
Área de Produção	1 100 000	55
Parque Industrial	900 000	45
Área Total	2 000 000	100

Fonte: *Autoeuropa*

Quando se instalou no município de Palmela, a Autoeuropa adquiriu uma área total de terreno – 2 000 000 m² – dos quais 55% foram projectados para a implantação da sua área de produção e os restantes 45% tiveram como destino a implantação de um Parque Industrial que albergasse um conjunto de empresas fornecedoras de componentes destinados aos veículos a serem produzidos por si .

17.2.2 – O conceito de just in time em sequência

Em termos de inovação, a Autoeuropa alterou o tipo de relações existentes, nomeadamente em termos de lógicas de organização da própria indústria automóvel, aplicando o conceito de *just-in-time em sequência*.

Os fornecedores de primeira linha da Autoeuropa funcionam em *just-in-time em sequência* e a sua qualidade encontra-se certificada. Esta exigência de certificação é imposta também aos fornecedores de segunda e terceira linha.¹

O processo *just-in-time em sequência* faz com que os vários componentes cheguem à linha de montagem em quantidades tais que nem a produção pára devido à sua ausência, nem se torna necessário proceder ao seu armazenamento. Por outro lado, os componentes chegam de acordo com uma certa sequência ordenada, pelo que se tornou necessário proceder à criação de um parque industrial adjacente à fábrica de montagem, onde se instalaram os principais fornecedores de componentes.

Ainda em matéria de empresas fornecedoras, os aspectos inovadores da

¹ - Cf. CHORINCAS, Joana (2002) – *O Cluster Automóvel em Portugal*, Lisboa., Ministério do Planeamento – Departamento de Prospectiva e Planeamento, p.10

Autoeuropa caracterizam-se por três aspectos:

- a existência de uma rede mais densificada de fornecedores, quer nacionais, quer estrangeiros;
- uma maior segmentação das empresas de componentes, embora com predominância do sector da metalomecânica, o que contribui para um maior equilíbrio da estrutura de fornecedores;
- uma modificação geográfica dos fornecedores, devida a um novo tipo de aglomeração de empresas nas regiões da Área Metropolitana de Lisboa, em geral, e na Península de Setúbal.¹

Por outras palavras, a Autoeuropa para além de ter tido um papel multiplicador na criação em Portugal de uma nova fileira de desenvolvimento industrial, nomeadamente ao nível da indústria de componentes ² tornar-se-ia imprescindível a partir da última década do século passado, pela consolidação das empresas fornecedoras dos componentes necessários ao produto que colocava no mercado.³

Este crescimento e consolidação das empresas de componentes é visível no número de empresas que se instalaram em Portugal no início da última década do século XX.. Assim, estima-se que se tenham instalado em Portugal cerca de 35 novas unidades de produção de componentes para a indústria automóvel, sendo muitas delas o resultado de *joint-ventures* constituídas entre empresas portuguesas e investidores europeus.⁴

¹ - Cf. VALE, Mário (1999) – *Geografia da Indústria Automóvel num Contexto de Globalização – Imbricação Espacial do Sistema Autoeuropa*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Lisboa, Universidade de Lisboa, p. 317

² - Cf. CHORINCAS, Joana (2002) – *Op. cit.* p. 10

³ - Cf. VALE, Mário (1999) – *Op. cit.* p. 317

⁴ - Cf. CHORINCAS, Joana (2002) – *Op. cit.* p. 10

Quadro 53 - Principais investimentos estrangeiros no fabrico de componentes, que acompanharam no início projecto Autoeuropa

Ano	Empresa	Principal Grupo Investidor	Origem	Actividade
1991	Huf Portuguesa	Holsberk & Furst	Alemanha	Fechaduras e puxadores
	Johnson Controls -Assentos	Johnson Controls	EUA	Partes e capas para assentos
1992	Dalphi Metal	Dalphi	Espanha	Volantes
	Kupper & Schmidt	Kupper	Alemanha	Peças metálicas
1993	Slem	Barcelonesa de Metals + Solac	Espanha + França	Armazenagem de metais
	Bundy, SA	TI Group	Reino Unido	Tubos de Plástico
	Vanpro - Assentos, Lda	Johnson Controls + Bertrand Faure	EUA + França	Montagem de assentos
1994	Kendrion RSL Portugal	Kendrion	Holanda	Puxadores
	Donnelly Hohe*	Donnelly + Hohe	EUA + Alemanha	Espelhos retrovisores
	Continental Lemmerz*	Continental + Lemmerz	Alemanha + Alemanha	Montagem de pneus em jantes
	Kautex Textron Portugal*	Textron (Kautex) (1)	EUA (Alemanha)	Depósitos de combustível
	Rockwell Golde*	Rockwell (Golde) (2)	EUA Alemanha	Tectos de abrir
	PPG Bollin & Kemperr*		Reino Unido + Alemanha	Tintas e revestimentos
	Simpka Plas		?	Peças Plásticas
1996	Bomoro	Robert Bosh	Alemanha	Fechaduras
	Benteler*	Benteler	Alemanha	Suspensões
	Edscha Scharwachter Port.*	Edscha	Alemanha	Pedaleiras e peças metálicas
	Gillet*	H. Gillet	Alemanha	Sistemas de escape

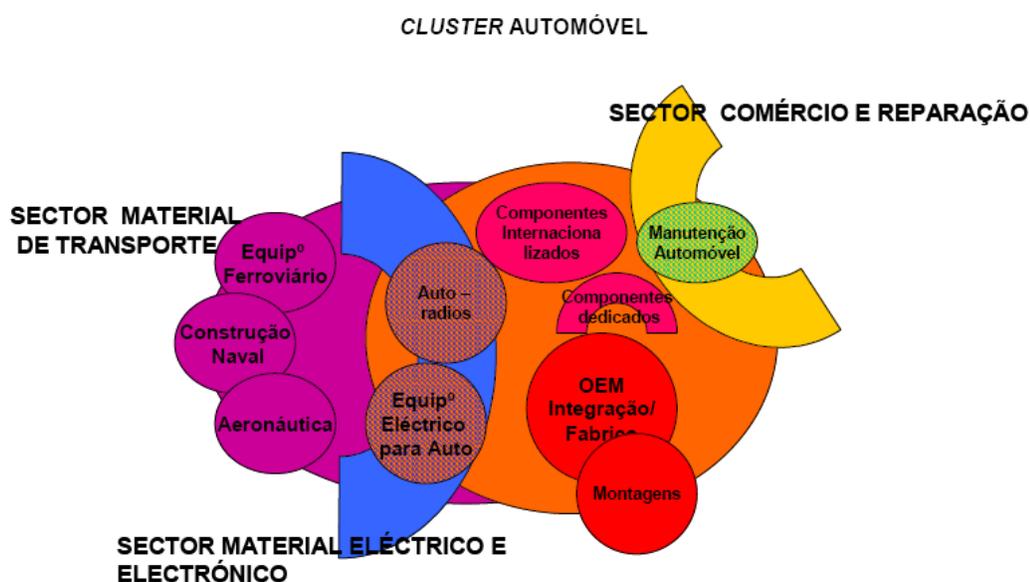
Fonte: SIMÕES, Vitor Corado, (2000), *Efeitos do Investimento Estrangeiro na Indústria Automóvel*

Notas: *Empresas instaladas no Parque Industrial da AutoEuropa

- (1) A Kautex Werke (alemã) foi adquirida em 1986 pela Textron, 50º fabricante mundial de componentes.
 (2) A Golde GmbH (alemã) foi adquirida em 1987 pela Rockwell Inc, 32º fabricante mundial de componentes.

O processo de instalação da Autoeuropa e a atracção que despoletou junto de outras empresas pode ser tomado como um exemplo do paradigma dos espaços aderentes ou também conhecido por novos distritos industriais, que Ann Markusen desenvolveu em 1996,¹ quando se refere nomeadamente aos *hub-and-spoke industrial districts*: uma empresa multinacional que polarizou e desenvolveu um espaço e que incentivou e atraiu para o seu espaço de influência uma rede de empresas suas fornecedoras, ao mesmo tempo que as envolvia na lógica de funcionamento dos espaços onde se instalaram.

Figura 13 – O Cluster automóvel na Região de Lisboa e Vale do Tejo



Fonte: RIBEIRO, José Félix; PROENÇA, Manuela; MARQUES, Isabel; CHORINCAS, Joana (2004) - “Dinâmica de Actividades na Região de Lisboa e Vale do Tejo - Balanço e Potencial”, Lisboa, *Prospectiva e Desenvolvimento*, nº 10

Para reforçar esta ideia, refira-se a análise que fazem do *cluster* automóvel na macro-região de Região de Lisboa e Vale do Tejo os autores supra citados no esquema. Para além de relevarem a importância do Centro e Sul Litoral como território-chave do *cluster* automóvel no nosso país, apontam a indústria automóvel como a mais significativa actividade industrial existente nesta macro-região.

¹ - Cf. MARKUSEN, Ann (1996) – “Sticky Places in Slippery Space: A Typology of Industrial Districts”, *Economic Geography*, 72 (3), 293-313

Esse território seria possuidor de quatro características estruturais que o distinguem:

1 – Apresenta a maior concentração de OEM (Original Equipment Manufacturers) que existe em Portugal. Como exemplos, há a referir as unidades de fabrico ou de montagem de veículos da:

- Autoeuropa, do grupo Volskswagen
- Opel, do grupo General Motors
- Mitsubishi Trucks Europe, do grupo Mitsubishi

Como característica em comum, refira-se o facto dos investimentos de todos eles terem sido decididos na década de noventa, num período contemporâneo à saída de dois OEM da região – a Renault e a Ford;

2 – A presença de um conjunto de indústrias de componentes que se estabeleceram no país e cujo objectivo essencial assentou no abastecimento da Autoeuropa, havendo muitos deles optado por se estabelecerem dentro do Parque Industrial da Autoeuropa. A sua principal característica relaciona-se com o facto dos seus produtos apresentarem quantidades muito baixas em termos de exportação directa;

3 – Apresenta um conjunto restrito de indústrias de componentes localizadas no nosso país cujo objectivo é o fornecimento dos clientes das suas casas-mãe que se localizam na Europa. Este grupo embora forneça a Autoeuropa, não produz só para essa empresa. A característica que apresentam é comum, relaciona-se com o tipo de produtos que fabricam e que são pouco exigentes em termos tecnológicos;

4 – A existência de indústrias fabricantes de Autorádios, que constitui uma das

principais exportações do país em matéria de equipamento electrónico. ¹

Quadro 54 – Fornecedores de Componentes para a Autoeuropa

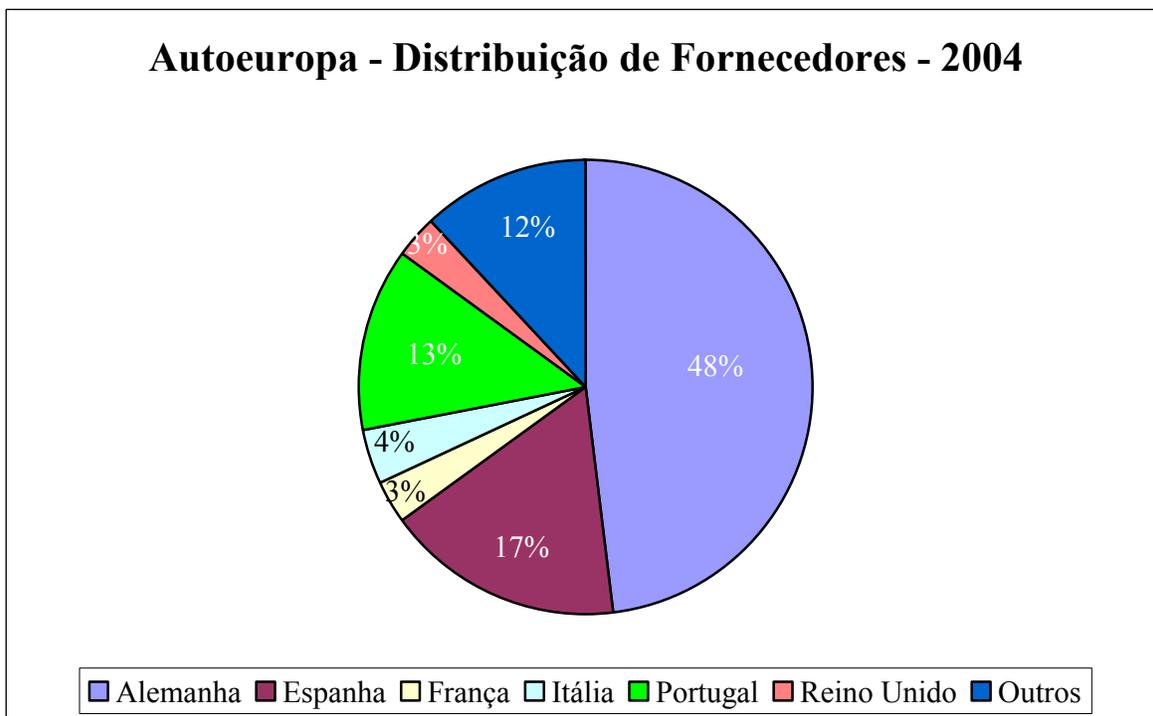
Áreas Geográficas dos Fornecedores de Produção			%
Portugal	Parque Industrial Autoeuropa	12	2,9
	Outros locais	40	9,7
Resto da Europa		355	85,7
Resto do Mundo		7	1,7
Total de Fornecedores de Produção		414	100,0

Fonte: *Autoeuropa*

Pese embora, o facto de os fornecedores portugueses apresentarem um valor percentual de 13% em relação ao total de fornecedores de componentes para os veículos produzidos, estes incorporam 54% do valor em material dos MPV, o que não deixa de ser significativo.

¹ - Cf. RIBEIRO, José Félix; PROENÇA, Manuela; MARQUES, Isabel; CHORINCAS, Joana (2004) - “Dinâmica de Actividades na Região de Lisboa e Vale do Tejo - Balanço e Potencial”, Lisboa, *Prospectiva e Desenvolvimento*, nº 10, p. 31

Gráfico 13 – Autoeuropa - Distribuição por países dos fornecedores de componentes



Fonte: *Autoeuropa*

Das indústrias de componentes que fornecem a Autoeuropa a partir do exterior do país, sobressai o peso da Alemanha, país de origem do grupo Volkswagen com 48 % dos fornecedores. Esta situação pode ser explicada pelo facto de existir um conjunto de empresas de componentes que fornecem a Volkswagen, como pode ser entendida pelo facto de existir um verdadeiro *cluster* da industria automóvel alemã, há muito consolidado e que inclui, para além das empresas de componentes em que se salienta a liderança mundial na electrónica automóvel da empresa Robert Bosch as OEM Volkswagen, Audi, Opel, Daimler-Chrysler, BMW e Porsche;

Em segundo lugar, sobressai a Espanha, com 17% dos fornecedores estrangeiros da Autoeuropa. Esta situação torna-se inteligível pelo facto da SEAT integrar o grupo Volkswagen e a sua produção ser bastante elevada: em 2004 a fábrica SEAT de Martorell

produziu 416.381 automóveis.¹

A Itália, embora represente apenas 3% dos fornecedores estrangeiros de componentes, possui uma longa tradição em matéria de indústria automóvel onde as OEM mais conhecidas são a FIAT e Lancia, e ainda a Alfa-Romeu, Ferrari, Lamborghini (grupo VW), Maserati e Ducati.

7.2.3 – Produção, exportação e impactos na economia portuguesa

Da análise da informação sobre a produção de veículos produzidos pela Autoeuropa, podemos estabelecer três períodos:

O primeiro período, compreendido entre os anos de 1995 e 1998, caracteriza-se pelo início da produção em Maio, tendo começado a ser produzidos os modelos VW *Sharan* e Ford *Galaxy*. Em oito meses de produção, a Autoeuropa lançou no mercado 41201 veículos. Esse valor quase triplicaria em 1996 – ano em que começa a produção do Seat *Alhambra*. De 1996 até 1998 – ano em que observa o maior número de veículo produzidos – 138890 – a sua produção vai sempre aumentando.

Um segundo período – compreendido entre os anos de 1999 e o ano de 2001, caracteriza-se por uma produção que ora decresce, ora cresce ficando sempre aquém dos valores alcançados em 1998. A tal facto não são estranhas as oscilações em termos de mercados e a concorrência que começa a ser alvo por parte de outros construtores de produtos semelhantes.

O terceiro período – que decorre entre os anos de 2002 e 2005 – caracteriza-se por um decréscimo da produção, atingindo valores até então nunca alcançados e que em 2005 se situavam abaixo das 80 mil unidades.

Da informação obtida a partir da Autoeuropa, a empresa encontra-se num ponto de viragem.

Em 2004, é anunciado um novo produto a ser construído na fábrica de Palmela, o VW EOS Cabrio. Para que possa ser possível o seu fabrico, o grupo Volkswagen fez um investimento de € 600 milhões.

Este novo produto iniciou a sua produção em Dezembro de 2005, tendo a sua

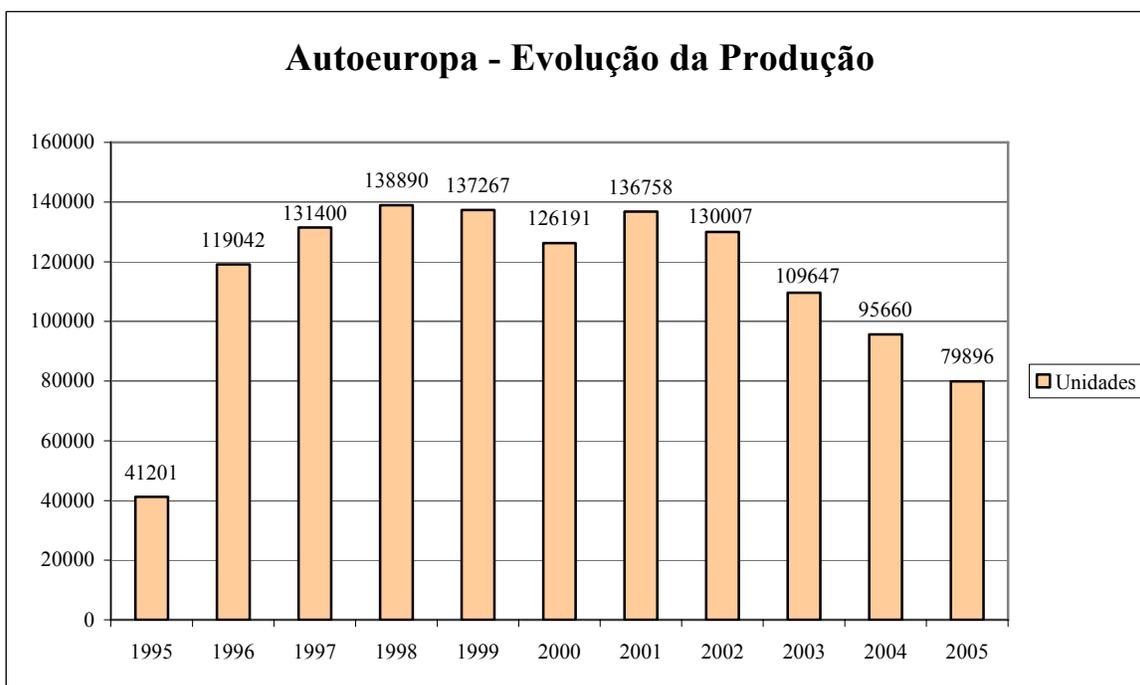
¹ - Fonte: SEAT – Espanha, referente ao ano de 2004

introdução no mercado sido realizada em Maio de 2006 (Alemanha) e Junho (Portugal).

Tratando-se de um veículo *nicho*, 32% da sua produção destinar-se-à ao mercado norte-americano.

Ainda em 2006 será anunciado pela empresa-mãe o modelo que passará a ser construído nas instalações da Autoeuropa a partir de 2008.

**Gráfico 14– Autoeuropa
Produção de Veículos (1995-2005)**



Fonte: *Autoeuropa*

Embora a produção dos veículos da Autoeuropa esteja mais vocacionada para os mercados da União Europeia, não deixa de ser sintomática a pouca adesão do mercado português aos veículos produzidos pela Autoeuropa.

Quadro 55 – Preço da VW Sharan nos países da zona euro³⁶⁰ (2006)

Países da Zona Euro	Modelos	Preço do modelo mais económico	Preço do modelo mais caro
		Milhares de €	Milhares de €
Alemanha	Trendline 5V Turbo	27 500,00	
	Highline V6 4MOTION		39 900,00
Austria	Basis 2.0 6-Gang	30 006,00	
	Highline V6 2.8 Tiptronic 5 Gang		44 985,00
Bélgica	B2B-Line E 2.0 6 Vitesses	22 790,00	
	Executive TDI 2.0		34 750,00
Espanha	Conceptline 1.9 TDI	29 630,00	
	Highline 2.8 4 MOT		39 950,00
Finlândia ³⁶¹			
França	Sharan 2.0	29 940,00	
	SHARAN Carat TDI 115 4MOTION		37 190,00
Grécia	1.8T TURBO 150 PS	33 420,00	
	1.8T TURBO 150 PS Tiptronic		35 700,00
Holanda	Basis 2.0 4 traps automaat		
	2.8 v6 4 motion pk 6 versnellingen		
Irlanda	Sharan 1.8T 6S 150BHP	36,895	
	Sharan TDI TRENDLINE 1.9 6S 130BHP		43,940
Itália	2.0 Comfortline Navman 85 kW	26 403,00	
	1.9 TDI Trendline Van 4-Motion 85 kW		36 124,00
Luxemburgo	Sharan 2.0	19 121,74	
	Sharan Highline		33 095,65
Portugal ³⁶²	1.9 TDI 115cv Confortline TIP	40 734,02	
	1.9 TDI 115cv Highline 4M		49 377,55

Fontes: Volkswagen dos países mencionados

³⁶⁰ - A informação sobre os modelos e respectivos preços pode ser consultada nos vários sítios nacionais da Volkswagen. Optou-se em escolher o modelo mais económico e o mais caro à venda em cada país da zona euro, uma vez que a existência de modelos não é uniforme.

³⁶¹ - A Volkswagen Finlândia não comercializa a VW Sharan nesse país.

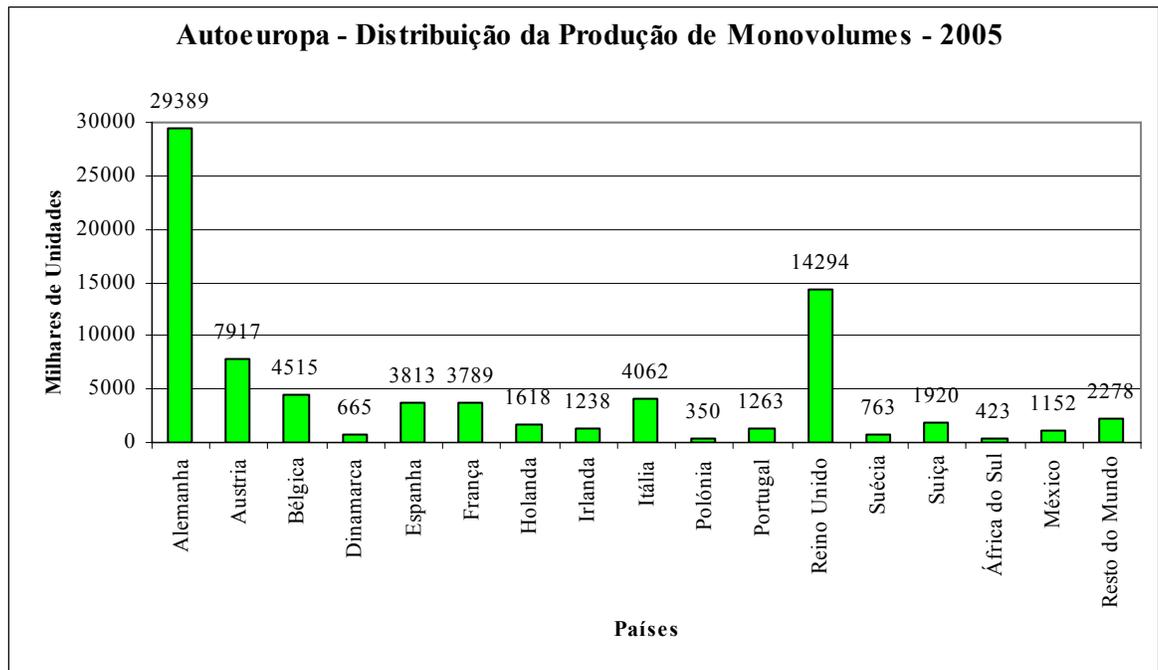
³⁶² - Segundo a informação da SIVA online, em Portugal o preço base do modelo mais económico, a VW Sharan 1.9 TDI 115cv Confortline TIP é de € 28.767,64 ficando o custo final no consumidor em € 40734,02 (excluindo despesas administrativas e transportes). A VW Sharan 1.9 TDI 115cv Highline 4M tem como preço base € 32.636,79, ficando o custo final no consumidor em € 49.377,55 (excluindo despesas administrativas e transportes)

Dos 79 449 veículos produzidos na Autoeuropa em 2005, 37% tiveram como destinos o mercado alemão e 18% o mercado britânico. Portugal atingiu um valor de 1,6% .

Tal facto só pode ter explicação se tomarmos em linha de conta que contrariamente ao que se verifica, de um modo geral, nos vários países da União Europeia que produzem veículos automóveis, o Estado português aplica um conjunto de impostos sobre as várias marcas de automóveis de forma indiscriminada, independentemente se estas são, ou não, produzidas em Portugal, colocando os preços finais destes veículos numa posição pouco acessível a uma parte dos consumidores portugueses ou incapazes de concorrerem com outras marcas e modelos com melhores motorizações e com equipamentos de topo de gama, e cujos preços muitas das vezes se mostram mais aliantes aos consumidores.

Pese embora as políticas proteccionistas estejam fora do contexto da União Europeia verifica-se, contudo, que estas existem de forma clara e inequívoca em muitos países membros.

Gráfico 15 – Autoeuropa – Os mercados do produto Autoeuropa

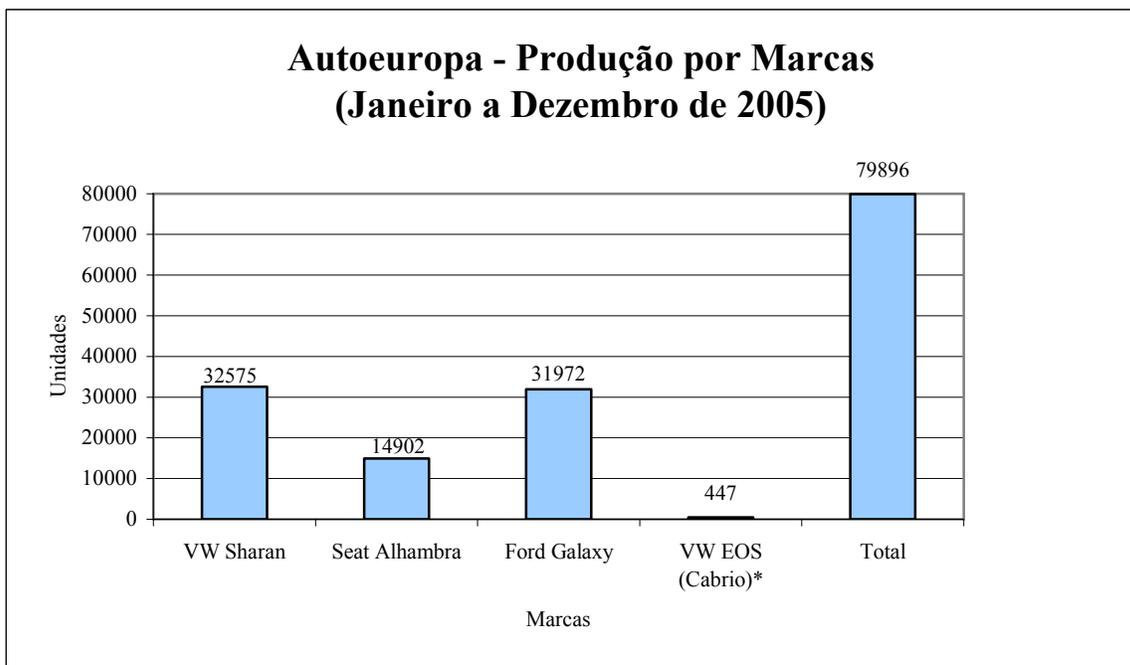


Fonte: Autoeuropa

O final do ano de 2005 fica marcado pelo início da produção do novo VW EOS Cabrio. Repare-se que as produções dos veículos VW Sharan e Ford Galaxy possuem valores muito próximos quanto ao número de veículos produzidos.

Gráfico 16 - Autoeuropa – Produção de veículos por marcas (2005)

Todo o ser Humano foi feito para viver, não para ser usado quando e como outras pessoas precisam.



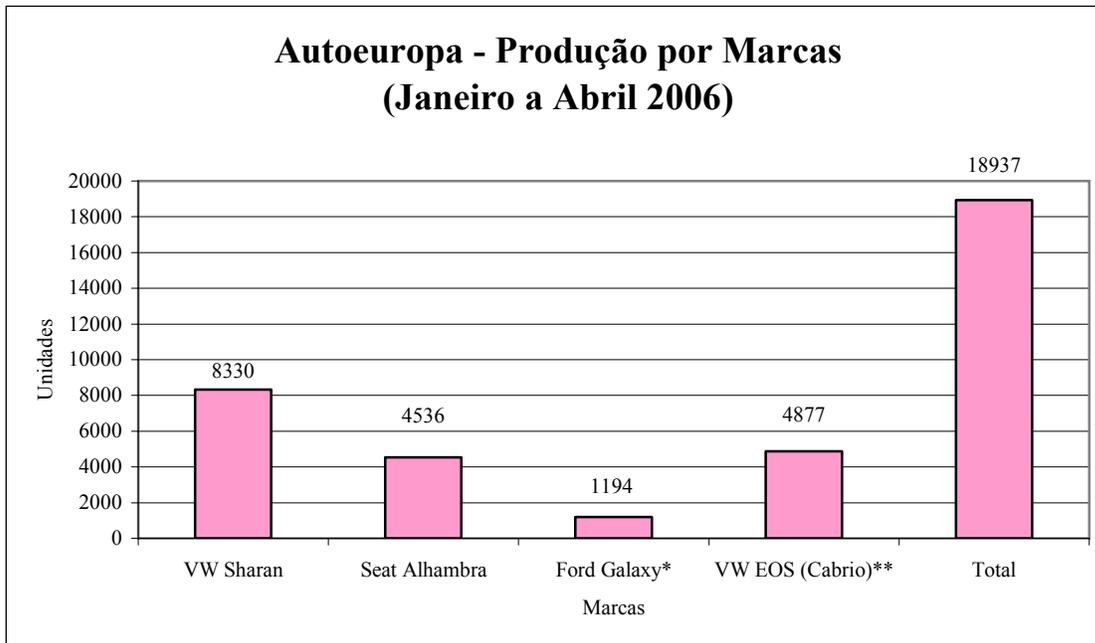
* - Início da produção em Dezembro de 2005

Fonte: *Autoeuropa*

Os primeiros quatro meses do ano de 2006 ficaram marcados pelo fim do fabrico da Ford Galaxy (Fevereiro) e pelo incremento da produção do VW EOS Cabrio.

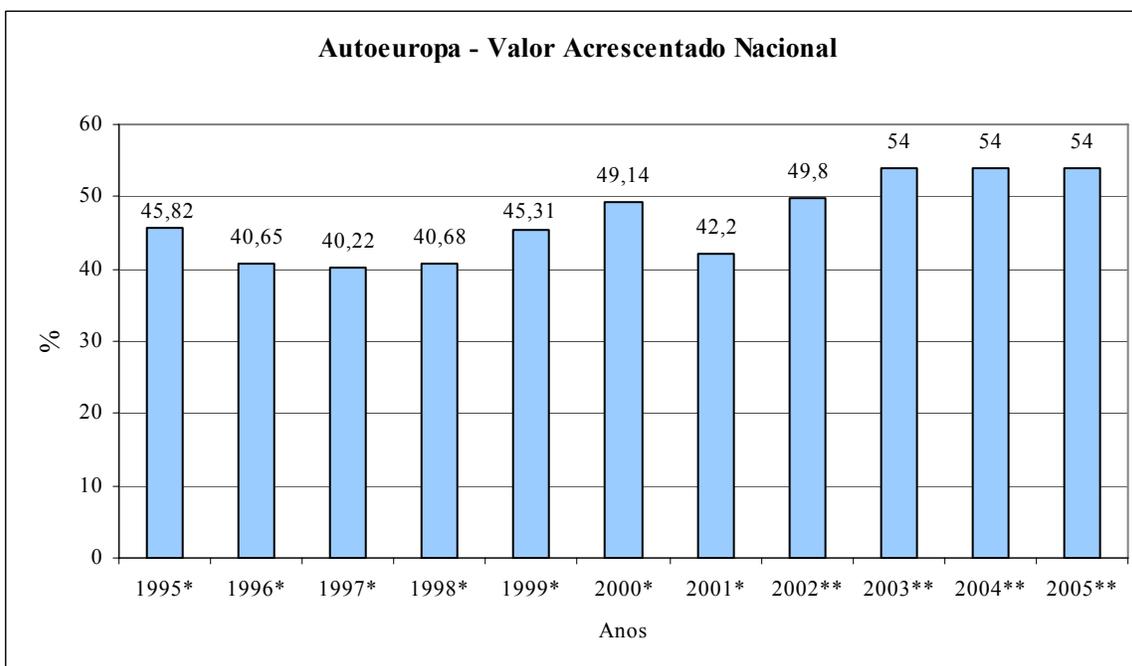
Se durante o mês de Dezembro de 2005 foram construídas 447 viaturas, entre os meses de Janeiro e Abril de 2006 produziram-se 4877 ou seja, uma média de 1219 viaturas mês.

Gráfico 17 - Autoeuropa – Produção por marcas (Janeiro a Abril de 2006)



Fonte: *Autoeuropa*

Gráfico 18 - Autoeuropa – Contribuição para o Valor Acrescentado Nacional

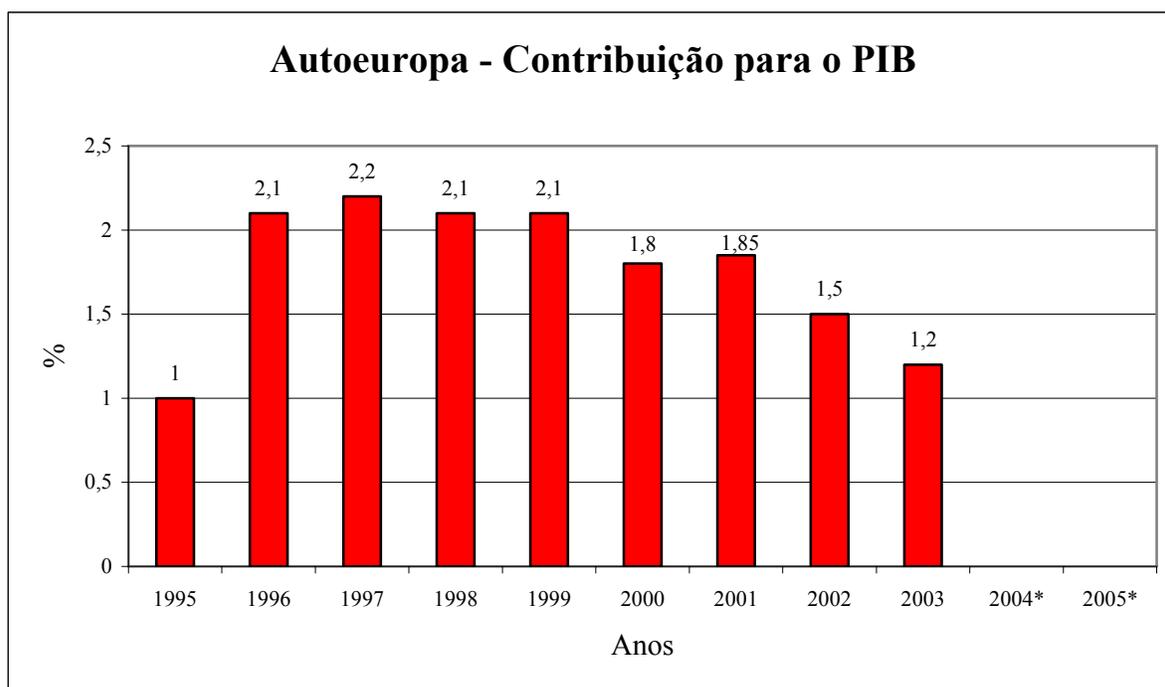


* - IAPMEI ** - Estimativa

Fonte: *Autoeuropa*

Partindo de um valor que rondava os 45,82% em 1995, ano do início da sua produção, a Autoeuropa está perante um cenário mundial de concorrência ao nível da produção e compra, tem vindo a contribuir para o Valor Acrescentado Nacional (VAN) com valores que têm vindo a estabilizar-se desde os últimos três anos (54%).

Gráfico 19 - Autoeuropa – Contribuição para o PIB português



* - Os valores referentes aos anos de 2004 e 2005 ainda não foram fornecidos pela Administração Central

Fonte: *Autoeuropa*

Para além do impacto que teve em matéria de incremento e desenvolvimento das empresas fabricantes de componentes para a indústria automóvel, a Autoeuropa apresenta um outro grande impacto económico para o país, que decorre do facto da especificidade da sua produção. Em termos do Produto Interno Bruto, no ano em que iniciou a sua produção, a Autoeuropa contribuiu com 1% do PIB, valor que um ano após iria ultrapassar o dobro, para em 1997 atingir o valor máximo até hoje registado: 2,2%.

De 1998 até 2003 (último ano que a Administração Central disponibilizou a informação para a Autoeuropa) os valores percentuais têm vindo a baixar, fixando-se nos

1,2%.

17.3 - VISTEON

A Visteon está representada em Portugal através de três unidades industriais localizadas em Palmela, que produzem componentes electrónicos, controlos climáticos, compressores de ar condicionado e plásticos.

Encontra-se a laborar em Palmela desde 1991, numa unidade de ocupa 82.100 m² e empregando cerca de 2000 pessoas.

Em 2003, é assinado um contrato de investimento no montante de 49 milhões de euros, para implementar, na unidade de produção de Palmela, um Centro de Integração de Produção e Design, uma vez que é a única unidade produtiva da Visteon a produzir componentes áudio em toda a Europa

17.3.1 - Fábrica de componentes electrónicas

Esta unidade produz auto-rádios, amplificadores, sistemas de CD's, módulos de controlo activados por voz, sistemas de temperatura electrónicos, módulos de controlo de válvulas de aquecimento e *clusters* de instrumentos.

São produzidos anualmente, cerca de 2 milhões de unidades, destinadas aos grandes montadores, incluindo empresas como a FIAT, o Grupo Ford (Aston Martin, Ford, Jaguar e Mazda), a Mercedes-Benz, a Renault, a Nissan e o Grupo VW.

17.3.2 - Fábrica de compressores

Esta unidade apresenta-se como uma das mais avançadas do mundo na sua classe. O compressor é o *coração* dos sistemas de ar condicionado para automóveis. O compressor produzido em Palmela é destinado a motores de fraca e média potência, apresentando claras vantagens quando comparados com os sistemas de pistão típicos.

17.3.3 - Unidade de produção de plásticos

Esta unidade, iniciou as suas operações em 1997 e representou um investimento

de 5,8 milhões de USD\$.

A unidade é possuidora de três instrumentos que são utilizados para a produção de moldes de plástico por injeção com capacidade para 1.000 toneladas e quatro aparelhos com capacidade para 300 toneladas, permitindo assim, fornecer todas as componentes de distribuição de ar para todas as marcas de monovolumes que são produzidos na VW Autoeuropa.

A implementação de um *Centro de Integração de Produção e Design*, em Junho de 2003, representa um investimento estratégico tanto para a Visteon Portugal como para a indústria automóvel nacional.

De facto, espera-se que este investimento implique uma considerável repercussão económica, estimando-se um impacto positivo na Balança de Pagamentos de cerca de 1.254 milhões de euros, até ao final de 2008.

Actualmente, o investimento realizado pela Visteon em Portugal ascende a 289 milhões de euros.

Entre os anos de 1986 e 1997 a estrutura empresarial da Península de Setúbal mostrou uma tendência crescente para a sua homogeneização, característica essa que abrangeu tanto as PME quer as grandes empresas, numa estrutura que, no seu essencial, continua a ser microsocial.³⁶³

A acompanhar este fenómeno, observa-se uma diminuição da concentração empresarial inter-municípios, pese embora os municípios de Almada e de Setúbal se apresentem como aqueles em que a dinâmica empresarial é maior, o município do Seixal mostre a maior expansão microempresarial e o município de Palmela concentre o maior número das grandes empresas existentes na região.³⁶⁴

³⁶³ - Cf. *Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal– Diagnóstico Prospectivo – Sumário Executivo* - (s/d) - s/l, ISEG/Cirius, p. 15

³⁶⁴ - *idem*

Quadro 56 – Empresas com Sede na Região³⁶⁵, por CAE³⁶⁶

	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	MaO
Alcochete	1 519	179	-	123	1	291	448	203	25	28	122	99
Almada	21 104	259	4	1 473	1	4 224	7 844	2 239	342	672	2 446	1 600
Barreiro	9 458	82	2	694	1	2 023	3 560	1 142	160	250	888	656
Moita	7 102	206	-	541	1	1 843	2 371	800	74	115	608	543
Montijo	5 838	609	1	453	1	967	2 124	608	103	108	463	401
Palmela	7 259	765	-	506	1	1 704	2 300	752	137	80	547	467
Seixal	16 425	125	6	1 218	1	4 094	5 750	1 753	362	316	1 661	1 139
Sesimbra	4 548	357	17	269	1	1 049	1 331	621	158	62	409	274
Setúbal	14 653	595	8	855	4	2 967	5 224	1 828	303	287	1 454	1 128
Península de Setúbal	87 906	3 177	38	6 132	12	19 162	30 952	9 946	1 664	1 918	8 598	6 307

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2004

Do total das empresas existentes em 2004 na Península de Setúbal, 8,3% tinham a sua Sede Social no município de Palmela, situação que contrasta com os valores apresentados em 2001 que se situavam nos 7,7%.

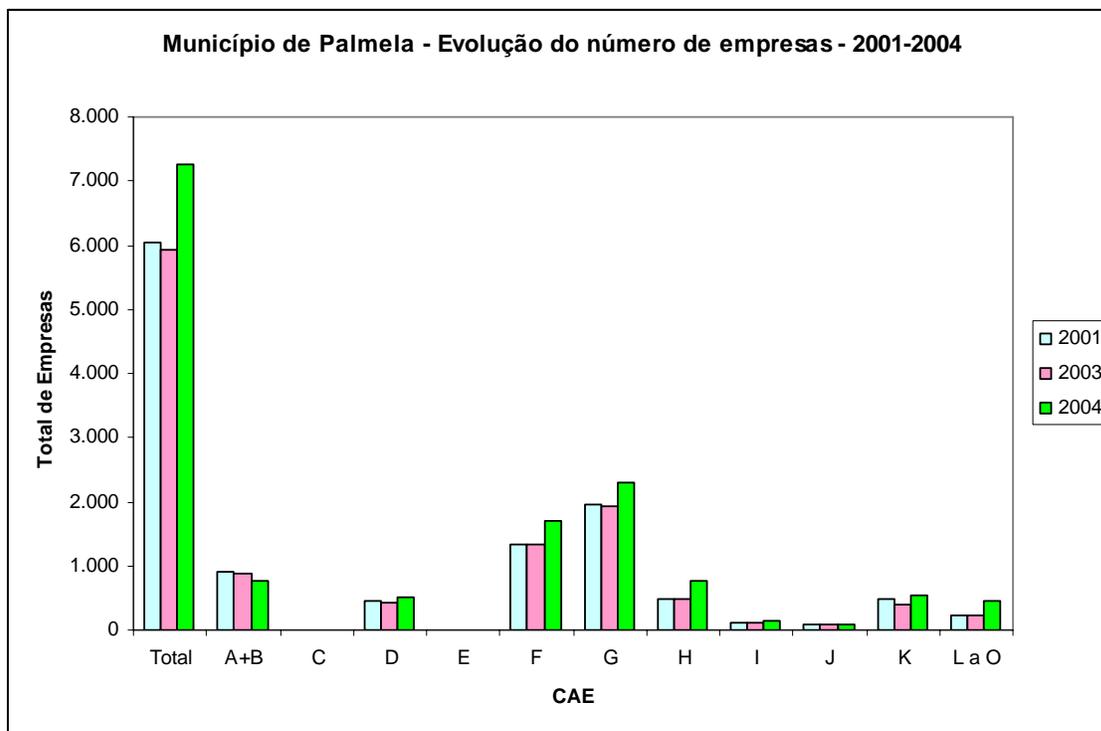
Nota-se, contudo, que o município de Palmela em 2004 apresentava um número de empresas ligeiramente superior ao município da Moita (8,1%), situação que contrasta com a que se verificava em 2001.

Se, por razões históricas relacionadas com o próprio processo de industrialização e, posteriormente, de terciarização, dos territórios dos municípios da margem sul do estuário do Tejo, estes apresentam um crescimento empresarial mais antigo que Palmela, parece que os processos de desindustrialização verificados nos municípios do Barreiro e da Moita, nomeadamente a Quimigal no Barreiro e de algumas indústrias corticeiras e de confecções na Moita levaram a um movimento de retracção empresarial, que contrasta com o movimento de expansão verificado no município de Palmela.

³⁶⁵ - Segundo a CAE-Ver.2, em 31-12-2004

³⁶⁶ - A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura; B - Pesca; C - Indústrias Extractivas; D- Indústrias Transformadoras; E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água; F - Construção; G - Comércio por Grosso e a Retalho; H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares); I - Transportes, Armazenagem e Comunicações; J - Actividades Financeiras; K- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas; L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória; M - Educação; N - Saúde e Acção Social; O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais.

**Gráfico 20 – Município de Palmela -Evolução do número de Empresas
2001-2004**



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2002 e 2004

Contudo, verificou-se um aumento de 9529 empresas na Península de Setúbal no período de tempo referido.

Este crescimento não foi, contrariamente ao que se poderá supor, verificado de forma homogénea para todas as actividades económicas.

Existem sectores que cresceram de forma significativa e outros que diminuíram consideravelmente.

Destes últimos, há a referir os casos dos sectores ligados à agricultura e pescas (A+B), que perderam 195 empresas. Esta diminuição poderá estar relacionada com a concorrência verificada no sector agrícola (quer nacional quer por via dos países comunitários), o que poderá ter contribuído para a falência de algumas empresas deste sector ou poderá também estar relacionada com o envelhecimento dos proprietários das

explorações agrícolas e conseqüente abandono da actividade, sem contudo se ter verificado a sua substituição por indivíduos mais novos.

No sector das pescas, a diminuição do número de empresas poderá estar relacionada na reestruturação do sector das pescas por parte da União Europeia.

Por sua vez, as indústrias extractivas apresentaram menos 16 empresas, situação que poderá revelar a existência de uma crise relacionada com a falta de investimentos nas Obras Públicas.

O panorama de decréscimo verifica-se, também, ao nível da Indústria Transformadora, onde se observam menos 125 empresas, situações que podem estar relacionadas com um conjunto de aspectos que vão dos padrões de qualidade exigidos à própria concorrência existente no sector.

O sector mais pequeno quanto ao número de empresas, é o de produção e distribuição de electricidade, de gás e água e foi aquele que sofreu menor perda de empresas. Ao desaparecerem 7 empresas deste sector, tal pode estar relacionado com as empresas distribuidoras de gás que se viram confrontadas com a concorrência imposta por parte das empresas que exploram a rede de gás natural nas zonas urbanas.

Para finalizar o rol de sectores perdedores de empresas neste período de análise, resta referir o sector ligado às actividades financeiras, que em toda a Península perde cerca de 500 empresas.

Os sectores em que se verificam crescimentos significativos em termos de número de empresas são: a construção, com mais 3348 empresas, o comércio por grosso e a retalho, com mais 1971 empresas, o alojamento e restauração, com mais 2706 empresas, os transportes, armazenagem e comunicações, com mais 183 empresas, as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, com mais 287 empresas e os sectores ligados à administração pública, educação, saúde e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, que apresentam mais 1877 empresas.

O crescimento do número de empresas ligadas à construção pode revelar aspectos contraditórios. Se por um lado pode levar a uma situação conclusiva em torno de uma possível *explosão urbana*, que pode ser enganadora em termos de oferta e de procura ao nível da habitação, como pode ser entendida como uma forma de investimento num

sector que tradicionalmente é caracterizado por elevados lucros provenientes de processos de especulação imobiliária.

Os restantes sectores confirmam as tendências de terciarização que a Península de Setúbal tem vindo a mostrar nos últimos anos, e que se prendem quer com o seu crescimento urbano (com tudo o que esse urbano criou), quer com os próprios serviços que são prestados às empresas que aqui se localizam.

Da análise interna das empresas existentes no município de Palmela, salientam-se as empresas ligadas ao comércio por grosso e a retalho (31,7%) que revelam a importância que este sector apresenta para a economia do município.

Também as empresas de construção que representam 23,5% do sector empresarial do município podem revelar uma situação de expansão das dinâmicas urbanísticas verificadas, nomeadamente ao nível das urbanizações e do aumento do parque habitacional existente no município.

Por outro lado, e uma vez que a economia de Palmela se baseou, por muitos anos, na agricultura, o sector empresarial ligado a este sector ocupava, em 2004, cerca de 10,5% do total de empresas, o que revela também o tipo de agricultura existente, ou seja, uma agricultura de cariz familiar e/ou de subsistência.

O panorama verificado nas indústrias transformadoras existentes no município de Palmela é semelhante à distribuição das empresas, ou seja, mostra-se ainda incipiente se forem tomados em termos comparativos os valores apresentados por outros municípios que constituem a Península de Setúbal. Contudo, saliente-se que o número de empresas industriais tem vindo a aumentar desde a implementação do projecto Autoeuropa.

**Quadro 57 – Empresas com Sede na Região³⁶⁷
Indústria Transformadora³⁶⁸**

	Total	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN
Alcochete	123	26	5	1	17	8	1	-	3	40	11	2	1	8
Almada	1 473	96	338	10	88	174	6	6	32	348	81	78	87	129
Barreiro	694	56	163	4	44	69	5	7	18	166	45	34	15	68
Moita	541	62	112	2	52	24	10	7	21	143	34	16	13	45
Montijo	453	79	48	4	88	31	7	2	22	100	19	14	1	38
Palmela	506	109	39	3	46	21	5	9	20	150	26	19	29	30
Seixal	1 218	112	215	5	56	117	11	12	37	356	89	49	43	116
Sesimbra	269	64	23	-	19	16	-	2	32	66	6	9	12	20
Setúbal	855	89	95	3	67	59	8	8	36	266	55	39	49	81
Península de Setúbal	6 132	693	1 038	32	477	519	53	53	221	1 635	366	260	250	535

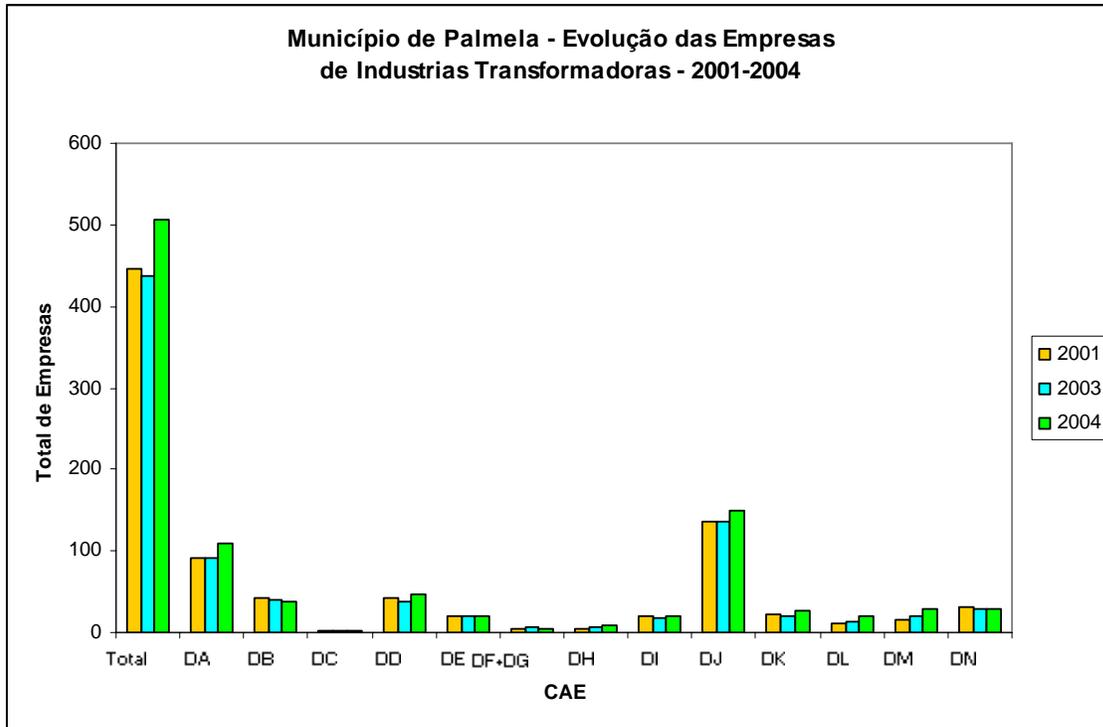
Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2004

As indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos são aquelas que no panorama empresarial ligado à indústria transformadora apresentam, no ano de 2004, o maior número de empresas (29,6%), logo seguido do conjunto constituído pelas indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco (21,5%). Deste conjunto ressaltam a presença das adegas (cooperativa, de casas agrícolas e outras de cariz particular), fábricas de refrigerantes - das quais sobressai a Refrige, SA, que é a detentora da licença de produção das bebidas Coca-Cola e afins, indústria de carnes, de lacticínios (Parmalat – Portugal), indústria de tomate, entre outras.

³⁶⁷ - Segundo a CAE-Ver.2, em 31-12-2004

³⁶⁸ - DA - Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco; DB - Indústria Têxtil; DC - Indústria do Couro e dos Produtos do Couro; DD - Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras; DE - Indústrias de Pasta, de Papel e de Cartão e seus Artigos; DF - Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear; DH - Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas; DI - Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos; DJ - Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos; DK - Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.; DL - Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica; DM - Fabricação de Material de Transporte; DN - Indústrias Transformadoras, N.E..

**Gráfico 21 – Evolução das Empresas de Indústrias Transformadoras
2001-2004**



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2002 e 2004

Quadro 58 – Sociedades com Sede na Região ³⁶⁹, por CAE ³⁷⁰

	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	MaO
Alcochete	411	36	-	52	1	63	110	52	15	2	51	29
Almada	5 707	22	4	400	1	870	1 830	772	197	19	996	596
Barreiro	1 782	5	1	150	1	312	566	216	81	6	255	189
Moita	1 417	31	-	154	-	353	380	120	46	11	195	127
Montijo	1 480	116	1	185	1	229	410	118	72	4	236	108
Palmela	1 767	96	-	209	-	378	489	126	104	5	255	105
Seixal	4 246	16	2	396	1	872	1 332	375	227	12	614	399
Sesimbra	1 430	50	11	85	1	273	373	179	124	5	221	108
Setúbal	3 766	88	6	260	4	567	1 175	355	236	17	678	380
Península de Setúbal	22 006	460	25	1 891	10	3 917	6 665	2 313	1 102	81	3 501	2 041

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2004

Em termos de Sociedades com sede na Península de Setúbal, verifica-se que o município de Palmela detinha, em 2004, 8,0 % do seu total.

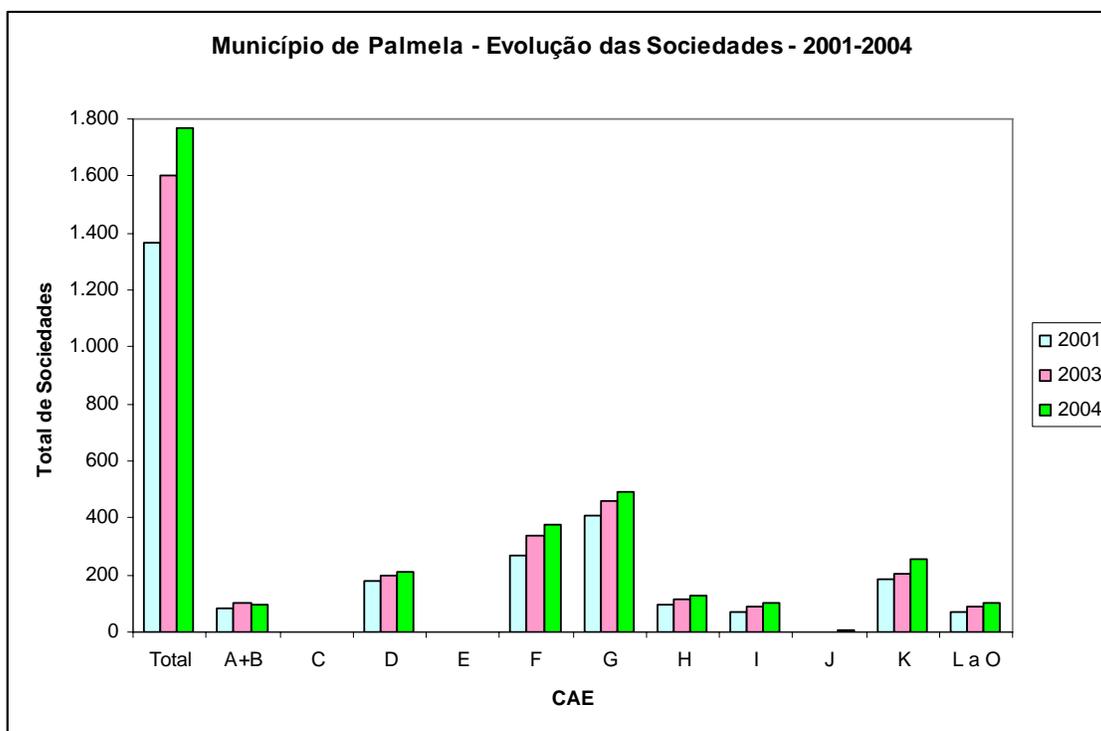
Os valores mais expressivos pertencem a municípios cujas dinâmicas empresariais se mostram mais consolidadas e que são detentores de processos de industrialização e de terciarização anteriores aos do município de Palmela. São os casos dos municípios de Almada com 25,9%, do Seixal com 19,3% e de Setúbal com 17,1%.

Em termos sectoriais, as Sociedades ligadas ao comércio por grosso e a retalho (30,3%) e de construção (17,8%) e actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (15,9%), são aqueles que existiam em maior número em toda a Península de Setúbal.

³⁶⁹ - Segundo a CAE-Ver.2, em 31-12-2004

³⁷⁰ - A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura; B - Pesca; C - Indústrias Extractivas; D- Indústrias Transformadoras; E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água; F - Construção; G - Comércio por Grosso e a Retalho; H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares); I - Transportes, Armazenagem e Comunicações; J - Actividades Financeiras; K- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas; L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória; M - Educação; N - Saúde e Acção Social; O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais.

**Gráfico 22 – Município de Palmela - Evolução do número de Sociedades
2001-2005**



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2002 e 2004

**Quadro 59 – Sociedades com Sede na Região³⁷¹
Indústria Transformadora³⁷²**

	Total	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN
Alcochete	52	11	1	1	7	3	1	-	2	15	9	-	-	2
Almada	400	24	45	2	22	88	3	2	15	82	24	25	31	37
Barreiro	150	18	8	-	7	24	5	4	5	30	16	10	6	17
Moita	154	25	9	-	21	14	7	4	5	42	10	5	2	10
Montijo	185	27	3	1	49	17	5	2	15	35	10	8	1	12
Palmela	209	50	6	2	9	11	4	7	8	54	11	10	25	12
Seixal	396	36	34	-	19	46	8	8	9	119	29	19	24	45
Sesimbra	85	16	1	-	7	10	-	-	8	23	1	2	8	9
Setúbal	260	25	10	-	18	33	5	6	15	76	21	13	24	14
Península de Setúbal	1 891	232	117	6	159	246	38	33	82	476	131	92	121	158

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2004

Nas Sociedades do sector industrial, o município de Palmela que detinha, em 2004, 11,4% do total das sociedades indústrias com sede na Península de Setúbal.

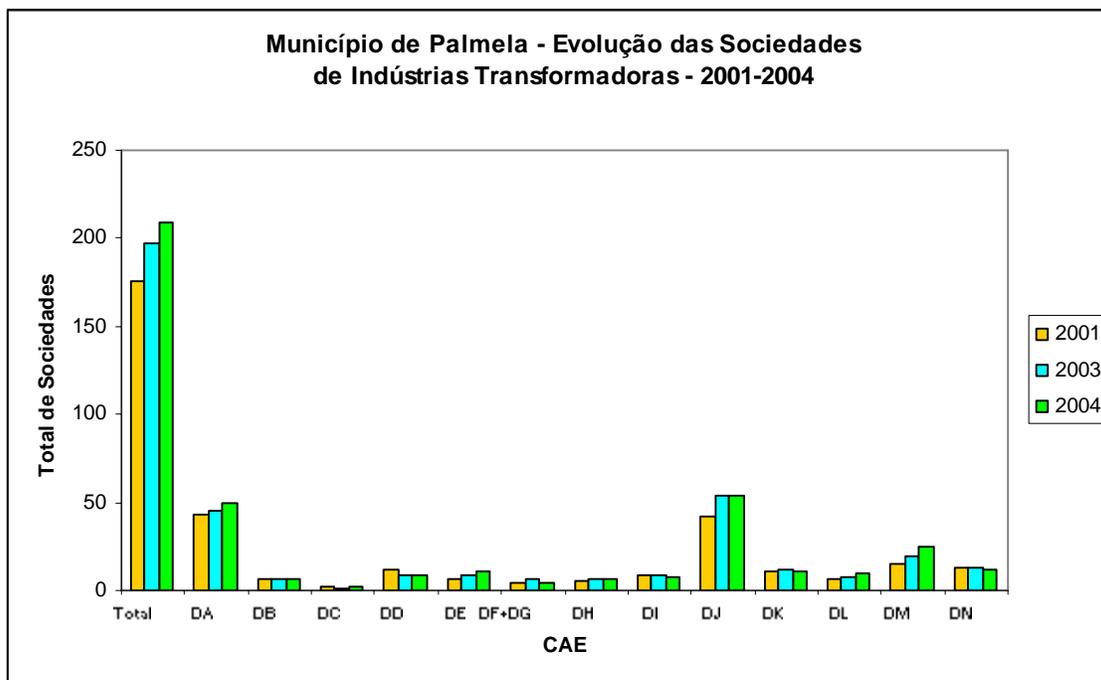
Todavia o tecido industrial deste município tem vindo a caracterizar-se, desde a implantação da Autoeuropa, por possuir empresas de média e de grande dimensão.

Mas, o subsector de fabricação de material de transporte ocupava na data de referência uns meros 12% do total das indústrias transformadoras deste município, detinha o maior volume de vendas registado quer no total das empresas do município, quer no total das empresas existentes na Península.

³⁷¹ - Segundo a CAE-Ver.2, em 31-12-2004

³⁷² - DA - Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco; DB - Indústria Têxtil; DC - Indústria do Couro e dos Produtos do Couro; DD - Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras; DE - Indústrias de Pasta, de Papel e de Cartão e seus Artigos; DF - Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear; DH - Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas; DI - Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos; DJ - Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos; DK - Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.; DL - Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica; DM - Fabricação de Material de Transporte; DN - Indústrias Transformadoras, N.E..

Gráfico 23 – Município de Palmela – Evolução do número de Sociedades de Indústrias Transformadoras 2001-2004



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2002 e 2004

Quadro 60 – Pessoal ao Serviço nas Sociedades com Sede na Região³⁷³

	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	Ma O
Alcochete	2 690	250	-	905	...	483	594	145	80	...	86	144
Almada	27 196	58	...	2 787	...	4 445	6 608	2 582	2 073	41	3 553	5 016
Barreiro	10 485	17	...	1 999	...	1 822	2 676	661	352	13	905	2 030
Moita	7 000	188	-	1 757	-	1 567	1 226	247	106	20	1 187	702
Montijo	8 017	751	...	2 466	...	1 326	1 922	344	375	11	475	346
Palmela	21 761	447	-	12 529	-	2 089	2 458	314	1 412	2	2 089	421
Seixal	21 446	52	...	5 383	...	4 801	5 105	1 251	642	29	2 324	1 830
Sesimbra	6 139	430	263	487	...	2 173	959	614	327	...	505	365
Setúbal	27 012	593	32	6 910	336	3 298	5 417	1 370	2 027	158	3 999	2 872
Península de Setúbal	131 746	2 786	352	35 223	359	22 004	26 965	7 528	7 394	286	15 123	13 726

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2002

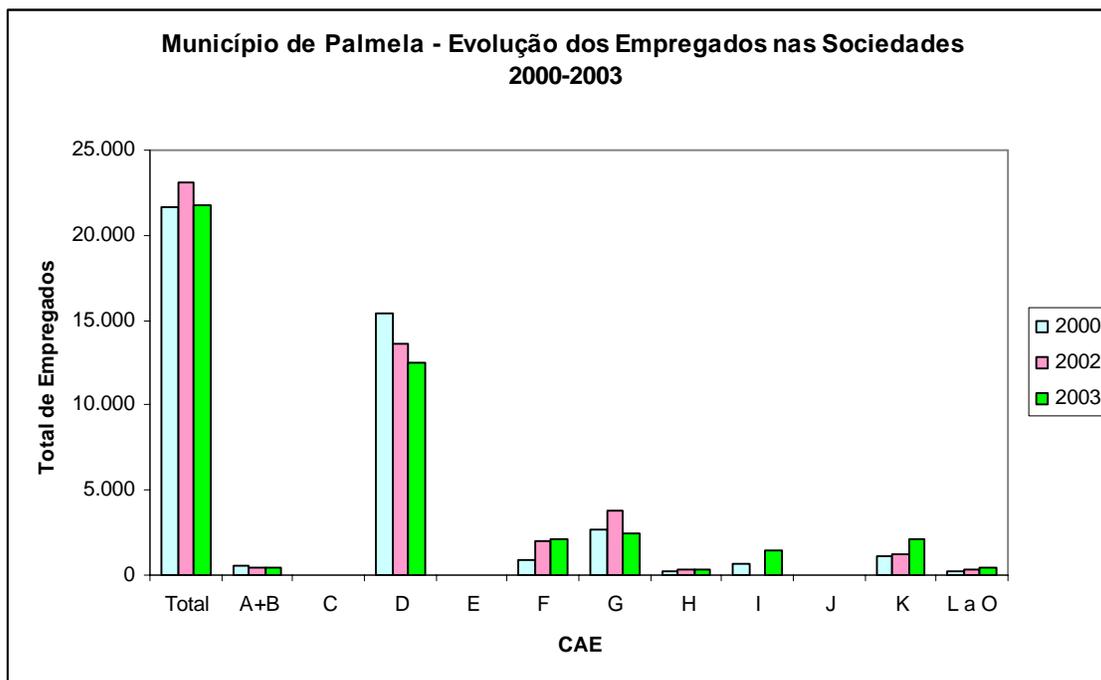
Do pessoal ao serviço nas sociedades, em 2003, refira-se o facto do município de Palmela deter o terceiro maior número de empregados dos nove municípios que formam a Península de Setúbal.

Esta situação parece ser demonstrativa do fôlego económico que marcou a década de noventa e o princípio do século XXI.

Todavia, e na visão conjunta dos vários sectores económicos, o maior número de empregados situa-se na indústria transformadora, que representa 57,6 % do total dos empregados no município de Palmela e 35,6% do total de empregados na indústria transformadora da Península de Setúbal.

³⁷³ - Segundo a CAE-Ver.2, em 31-12-2003

Gráfico 24 – Município de Palmela – Evolução do número de Empregados nas Sociedades 2000-2003



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2002 e 2004

**Quadro 61 - Pessoal ao Serviço nas Sociedades com Sede na Região³⁷⁴
Indústria Transformadora³⁷⁵**

	Total	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN
Alcochete	905	63	228	8	...	-	...	389	...	-	-	...
Almada	2 787	281	366	...	135	402	106	487	151	348	322	131
Barreiro	1 999	484	56	-	235	82	325	25	34	367	105	104	97	85
Moita	1 757	316	147	-	97	62	26	37	...	927	36	22
Montijo	2 466	941	9	...	512	56	9	...	495	160	60	107	...	83
Palmela	12 529	1 242	68	91	145	754	65	872	32	4 956	3 949	299
Seixal	5 383	449	259	-	405	314	133	96	112	1 101	262	1 615	443	194
Sesimbra	487	120	...	-	41	30	-	-	83	97	22	...
Setúbal	6 910	864	43	-	143	1 403	167	207	506	755	194	177	2 403	48
Península de Setúbal	35 223	4 760	933	47	1 864	2 448	917	1 162	1 435	5 155	946	7 365	7 246	945

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2004

Na indústria transformadora sobressaem, no município de Palmela, dois subsectores, a indústria de fabricação de equipamento eléctrico e de óptica e a indústria de fabricação de material de transporte, ocupando respectivamente, 39,9% e 31,5% do total de pessoal empregado neste sector económico.

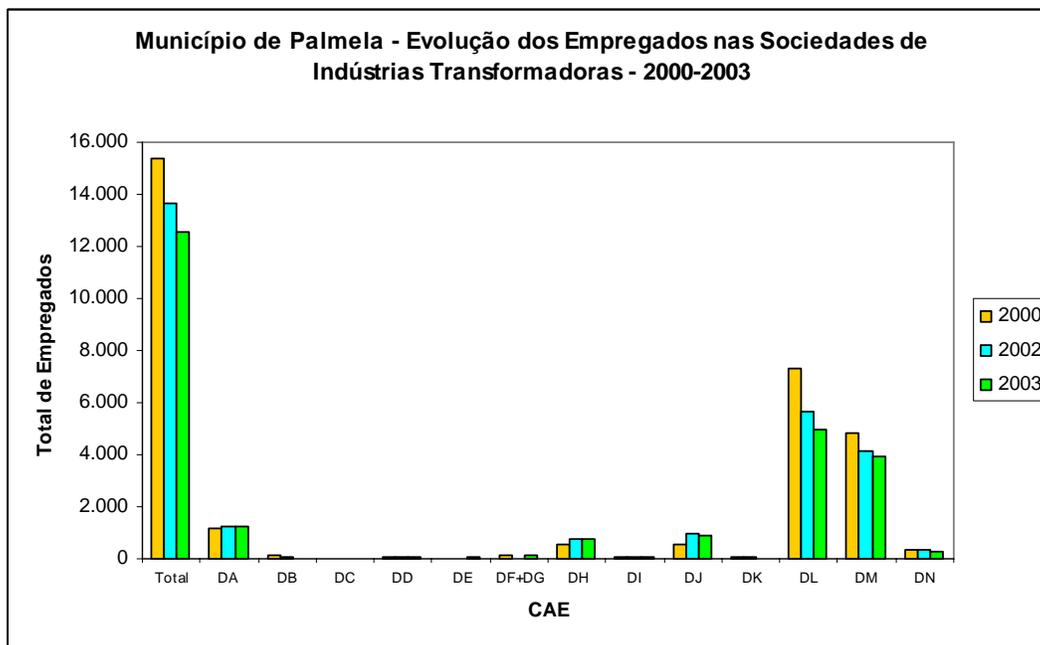
Empresas como a Visteon, Autoeuropa e suas fornecedoras empregam a maior parte destes trabalhadores.

Embora com valores bastante inferiores, o subsector das indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco empregava 9,9% do total dos trabalhadores da indústria transformadora.

³⁷⁴ - Segundo a CAE-Ver.2, em 31-12-2003

³⁷⁵ - DA - Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco; DB - Indústria Têxtil; DC - Indústria do Couro e dos Produtos do Couro; DD - Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras; DE - Indústrias de Pasta, de Papel e de Cartão e seus Artigos; DF - Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear; DH - Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas; DI - Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos; DJ - Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos; DK - Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.; DL - Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica; DM - Fabricação de Material de Transporte; DN - Indústrias Transformadoras, N.E..

Gráfico 25 – Município de Palmela – Evolução do número de Empegados nas Sociedades de Indústrias Transformadoras 2000-2003



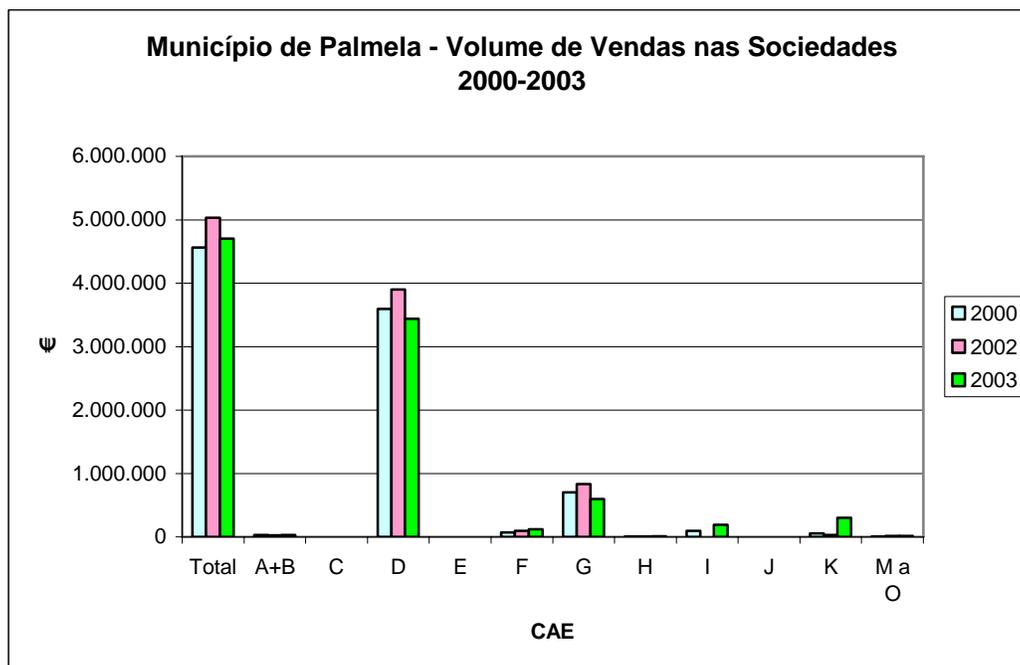
Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2002 e 2004

A importância do município de Palmela na economia regional e nacional pode ser vista através do volume de vendas apresentado pelas sociedades que aqui possuem a sua sede social. De facto, numa análise da economia regional, Palmela detinha, em 2003, cerca de 34,2 % do total de vendas observado na Península de Setúbal.

É evidente que a maior fatia desse volume de vendas provém do subsector da indústria transformadora que detinha 42,8% do total do volume de vendas verificado no município em causa.

Ainda no âmbito da análise regional, Palmela apresentou um volume de vendas que quase duplicou o valor apresentado pelo município de Setúbal, ultrapassou em mais de duas vezes e meia o volume de vendas do município do Seixal e quase triplicou o do município de Almada, apenas para referir os mais significativos da Península de Setúbal.

**Gráfico 26 – Município de Palmela – Volume de Vendas nas sociedades
(em milhares de euros) 2000- 2003**



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2002 e 2004

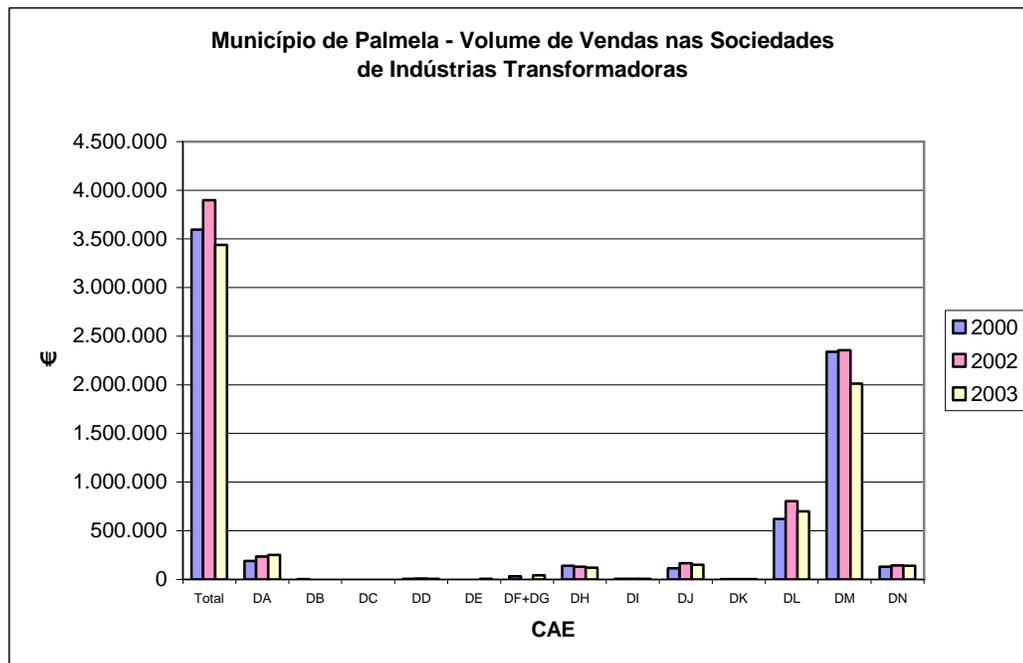
Das indústrias transformadoras, sobressai o subsector referente à fabricação de material de transporte³⁷⁶ que detinha 58,5% do volume de venda total da indústria transformadora. Um outro subsector detentor de elevado volume de vendas é a indústria de fabricação de equipamento eléctrico e de óptica³⁷⁷, com 20,4% e as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco³⁷⁸, com 7,3% do total do volume de vendas.

³⁷⁶ - Era este o peso da Autoeuropa e das empresas suas fornecedoras (localizadas no município) em 2003, em matéria de volume de negócios.

³⁷⁷ - Entre outras empresas, refira-se a Visteon.

³⁷⁸ - A par das pequenas e médias empresas do sector existentes no município, salientam-se a Refrige SA (Coca-Cola) e a Parmalat (Portugal).

Gráfico 27 – Município de Palmela – Volume de Vendas nas Sociedades de Indústrias Transformadoras (em milhões de euros) 2000-2003



Quadro 62 – Volume de Negócios nas Sociedades com Sede na Região³⁷⁹, por CAE³⁸⁰ (2003)

	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	LaQ
Milhares de euros												
Portugal	287 553 330	2 614 997	1 275 313	66 162 633	9 389 089	26 553 843	111 411 031	5 621 400	22 473 249	11 380 519	22 638 603	8 032 653
Grande Lisboa	127 771 124	231 432	86 886	17 325 509	8 338 803	9 906 651	48 292 530	2 396 982	14 453 291	9 887 321	13 094 101	8 032 653
Península de Setúbal	13 748 289	194 418	21 277	5 680 783	68 192	1 500 474	3 772 719	217 000	633 440	5826	1 152 143	3 757 619
Palmela	4 700 885	31 769	...	3 438 012	...	119 934	536 443	9278	191 286	80	299 125	14 952

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2004*

³⁷⁹ - A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura; B - Pesca; C - Indústrias Extractivas; D- Indústrias Transformadoras; E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água; F - Construção; G - Comércio por Grosso e a Retalho; H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares); I - Transportes, Armazenagem e Comunicações; J - Actividades Financeiras; K- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas; L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória; M - Educação; N - Saúde e Acção Social; O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais.

³⁸⁰ - Segundo a CAE-Ver.2, em 31-12-2003

Quadro 63 - Volume de Negócios nas Sociedades com Sede na Região³⁸¹ - Indústria Transformadora³⁸²

	Total	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN
Milhares de euros														
Portugal	66 162 633	11 058 578	7 443 893	2 193 220	3 199 053	4 739 240	9 172 077	2 215 196	4 623 535	5 180 654	2 832 945	5 697 026	5 132 549	2 674 668
Grande Lisboa	17 325 509	3 044 255	215 481	13 846	121 506	1 797 958	7 044 997	217 764	1 208 622	733 580	545 175	1 696 913	392 336	293 074
Península de Setúbal	5 680 783	512 571	32 057	2 183	138 033	509 836	171 635	146 087	366 370	594 170	48 506	839 949	2 151 640	167 744
Palmela	3 438 012	251 563	7 768	6 604	41 426	119 383	5 565	150 420	2 126	699 676	2 012 536	139 133

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa*, 2004

³⁸¹ - Segundo a CAE-Ver.2, em 31-12-2003

³⁸² - DA - Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco; DB - Indústria Têxtil; DC - Indústria do Couro e dos Produtos do Couro; DD - Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras; DE - Indústrias de Pasta, de Papel e de Cartão e seus Artigos; DF - Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear; DH - Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas; DI - Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos; DJ - Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos; DK - Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.; DL - Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica; DM - Fabricação de Material de Transporte; DN - Indústrias Transformadoras, N.E..

Quadro 64 - Comércio Internacional Declarado, por Município de Sede dos Operadores (2003)

	SAIDAS			ENTRADAS		
	TOTAL	Expedições	Exportações	TOTAL	Chegadas	Importações
	Milhares de Euros			Milhares de Euros		
Portugal	29 576 450	23 653 314	5 923 135	45 861 484	35 483 855	10 377 630
Grande Lisboa	5 107 315	3 418 996	1 688 319	23 587 201	17 075 250	6 511 951
Península de Setúbal	3 390 148	3 141 182	248 966	2 761 229	2 176 995	584 234
Alcochete	44 319	32 166	11 953	113 919	106 475	7 444
Almada	45 511	13 451	32 060	209 242	63 198	146 045
Barreiro	96 982	44 060	52 922	103 4700	68 946	34 525
Moita	7 590	26 8083	22 685	4 123
Montijo	32 867	25 505	7 362	52 407	48 252	4 155
Palmela	2 119 350	2 084 962	34 388	1 280 684	1 123 570	157 115
Seixal	542 524	507 640	34 884	658 942	459 518	199 424
Sesimbra	4 718	6 109	5 464	646
Setúbal	496 287	422 256	74 031	309 646	278 888	30 758

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2004*

De acordo com os valores apresentados pelo Comércio Internacional Declarado, referentes ao ano de 2004, o município de Palmela era o responsável por 62,5 % do total das Expedições/Exportações da Península de Setúbal e por 7,1 % das expedições/exportações totais do País.

Em matéria de Chegadas/Importações, esses valores são de 46,4% e de 2,8%, respectivamente em relação aos totais verificados na Península de Setúbal e no País.

Deste movimento não parece difícil depreender qual o papel da Autoeuropa, não só em termos de lugar que ocupa na estrutura produtiva do município de Palmela, como nas economias da região e do País.

Pode-se ainda constatar que o Comércio Internacional desenvolvido no município de Palmela é largamente maioritário com os países da União Europeia, quer na vertente de Expedição (98,43%) quer na vertente de Chegadas (87,7%).

18 - DINÂMICA URBANÍSTICA

A última década do século XX viria a tornar-se crucial para o crescimento económico e demográfico do município de Palmela.

Como agentes indutores desta mudança, podem ser apontados dois factores decisivos: por um lado a melhoria das acessibilidades que o município alcançou no contexto da Área Metropolitana de Lisboa; por outro, o crescimento da actividade industrial que foi decorrente da instalação e actividade da Auto Europa.

18.1 – ACESSIBILIDADES

Em matéria de acessibilidades, nota-se a sua melhoria (quantitativa e qualitativa)³⁸³ que conduziu a um duplo recentramento do município de Palmela, quer em relação à Península de Setúbal quer no contexto Metropolitano, através de :

a) ligações rodoviárias:

- as auto-estradas A2 e A12, que estabelecem as ligações de Lisboa a Setúbal e ao Sul;³⁸⁴
- a abertura da A12 e da Ponte Vasco da Gama possibilitaram a criação de transportes regulares em autocarro com origem/destino na Gare do Oriente (área oriental do concelho de Lisboa e interface de transportes da capital);
- construção e abertura do anel radial de Coina (IC 32), que contorna o território do município de Palmela, na direcção Oeste-Norte, o que veio a potencializar a sua parte ocidental e a sua relação com outros municípios do arco ribeirinho do Tejo - Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete.

³⁸³ - A melhoria quantitativa das acessibilidades pode ser vista pela construção das acessibilidades rodoviárias à Ponte Vasco da Gama e as ligações das auto-estradas do Sul (A2) e do Norte (A1) através de uma nova auto-estrada (A13) cuja ligação é feita a partir do nó de Marateca.

A melhoria qualitativa prende-se, entre outros aspectos, com as estruturas ferroviárias que para além de ganharem uma 2ª via entre Pinhal Novo e Setúbal, ganham com a sua electrificação total, e com os acessos ferroviários à Ponte 25 de Abril.

³⁸⁴ - No nó da Marateca a A2 entronca com a A6 que serve o Alentejo Central e segue até Espanha.

b) ligações ferroviárias:

- ligação ferroviária suburbana entre Setúbal e o Berreiro, com ligação fluvial à cidade de Lisboa que possibilita o seu acesso a populações em três estações - Palmela , Venda do Alcaide e Pinhal Novo - sendo esta última, considerada um nó estratégico que serve de entroncamento entre as linhas do Sul e do Alentejo;
- alargamento para duas vias férreas entre Pinhal Novo e Setúbal e sua electrificação; ligação ferroviária a Lisboa através da Ponte 25 de Abril;
- prolongamento e electrificação da ligação ferroviária entre o Fogueteiro e Setúbal, que possibilitou a melhoria das acessibilidades à cidade de Lisboa através de meio de transporte.

18.2 - CRESCIMENTO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL

Como já foi referido anteriormente, a instalação da Autoeuropa foi decisiva para o desenvolvimento industrial de Palmela. Dos critérios que foram tidos em consideração para a sua localização, ponderaram as sinergias esperadas pela presença de unidades industriais já existentes - a Ford Electrónica, actual Visteon.

Mas, a Autoeuropa não pode, nem deve, ser vista apenas como a actual fábrica do grupo Volkswagen, ela é possuidora do mérito de ter despoletado o aparecimento de uma série de empresas, (muitas das quais detentoras de autonomia e geradoras de dinâmicas específicas) que se instalaram no município de Palmela (quer no seu próprio parque industrial, quer noutras áreas do município) e na Península de Setúbal

O crescimento observado na criação de postos de trabalho (directos e indirectos) resultado do reforço da actividade industrial, teve como consequências o crescimento do parque habitacional do município, ao mesmo tempo que se verificam um conjunto de alterações do produto imobiliário, através de processos indutores de parques habitacionais

na envolvente, dirigidos ao emprego mais qualificado.³⁸⁵

A heterogeneidade do seu território contribuiu para que fossem produzidas áreas que embora sejam funcionalmente diversas, coexistem entre si:

- áreas urbanas consolidadas;
- áreas de povoamento disperso, associadas tradicionalmente à pequena e média propriedade (os “foros”);
- áreas profundamente ligadas à estrutura agrária de latifúndio;
- áreas de utilização mista, com predominância em loteamentos e construções clandestinas e de ocupação industrial.³⁸⁶

Quadro 65 - Município de Palmela - Evolução dos Edifícios e dos Alojamentos, por Freguesias (1991-2001)

Freguesia	Edifícios			Alojamentos		
	1991	2001	Tx. Var.	1991	2001	Tx. Var.
Marateca	1351	1530	13.2	1485	1653	11.3
Palmela	4580	5228	14.1	6269	7466	19.1
Pinhal Novo	3754	4624	23.2	6488	10130	56.1
Poceirão	1592	1739	9.2	1693	1810	6.9
Quinta do Anjo	3277	4375	33.5	3532	5139	45.5
PALMELA	14554	17496	20.2	19467	26198	34.6

Fonte: INE, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

Por outro lado, em matéria de ordenamento e de gestão do território, a administração camarária propõe-se desenvolver uma estratégia de ordenamento em que distingue seis áreas de intervenção prioritária:

³⁸⁵ - Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (2003) – *Op.cit.* pp. 23 e 24

³⁸⁶ - Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (2003) – *Dinâmica Urbanística do Município de Palmela - Estudos de Apoio à Revisão do Plano Director Municipal de Palmela*, p. 21

- ordenamento urbano;
- ordenamento industrial;
- ordenamento turístico;
- recuperação/reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;
- contenção do fraccionamento da propriedade rural;
- salvaguarda dos recursos ecológicos e agrícolas³⁸⁷

A organização espacial das diferentes actividades económicas, em articulação com a estrutura de condicionantes físicas e legais à ocupação do território, conduziu ao desenho de um modelo territorial que de seguida se sintetiza.

Por outro lado, esta diferenciação espacial está bem patente no território do município onde a sua zona poente, que compreende as freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, apresenta uma maior dinâmica em termos de oferta de emprego e uma maior acessibilidade rodo-ferroviária aos principais centros urbanos existentes na Península de Setúbal e à própria cidade de Lisboa, e que tem vindo a consolidar um tecido urbano industrial em torno da vila de Pinhal Novo³⁸⁸ e no eixo Aires/Palmela/Quinta do Anjo.³⁸⁹ A zona nascente, compreendida pelas freguesias de Marateca e Poceirão, caracteriza-se por possuir uma economia assente em actividades inseridas no sector primário, nomeadamente na agricultura e pecuária, com um dinamismo económico menor que o existente nas restantes três freguesias e cuja tendência é a formação de um eixo de desenvolvimento para a zona nordeste do município e que compreende a zona Águas de Moura/Poceirão.³⁹⁰

³⁸⁷ - *idem*, p.27

³⁸⁸ - Refira-se o parque industrial do Vale do Alecrim

³⁸⁹ - Referir-se o parque industrial das Carrascas e o parque Autoeuropa

³⁹⁰ - Saliente-se as estratégias utilizadas por algumas Casas Agrícolas na produção e comercialização de vinhas de qualidade, culminando em mostras de vinhos que ocorrem anualmente em Fernando Pó.

18.3 - AS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS

A Rede Urbana, estruturada em Principal e Secundária, integra todos os perímetros urbanos. Na primeira sobressai Pinhal Novo como principal aglomerado do concelho, potenciando o reforço da sua centralidade na Península de Setúbal e, em particular, no eixo Setúbal-Montijo; o desenvolvimento do sistema Palmeia-Aires-Quinta do Anjo-Cabanas, reorientando o crescimento para Aires e Quinta do Anjo e promovendo a requalificação urbana de Palmela; a valorização do eixo Águas de Moura-Poceirão. Na rede urbana secundária a estratégia assenta na definição de perímetros urbanos para os aglomerados de menor dimensão, alguns associados ao povoamento rural, outros a loteamentos de génese ilegal, a fim de lhes conferir coesão, estrutura interna e equipamentos básicos, como garantia de verdadeiro estatuto urbano.

No domínio da habitação, as orientações são no sentido de potenciar uma oferta diversificada para responder aos diferentes segmentos da procura e garantir a articulação com as políticas de equipamentos e de infra-estruturas. Os equipamentos (educação, saúde, desporto, cultura e lazer, segurança, comunicações e transportes) e a oferta comercial (qualidade e diversidade) devem ajustar-se à dimensão populacional e à sua importância na hierarquia urbana.

Os principais espaços industriais localizam-se a Sul do Poceirão, ao longo da EN 10, a Nordeste de Águas de Moura, a Sul do Pinhal Novo, a Este de Aires, a Oeste de Cabanas e a Sul da Barra Cheia.

Para diversificar a base económica do município e potenciar os recursos locais, são propostos alguns espaços de vocação turística, a Oeste de Quinta do Anjo, bem como a Sul e Sudeste de Águas de Moura.

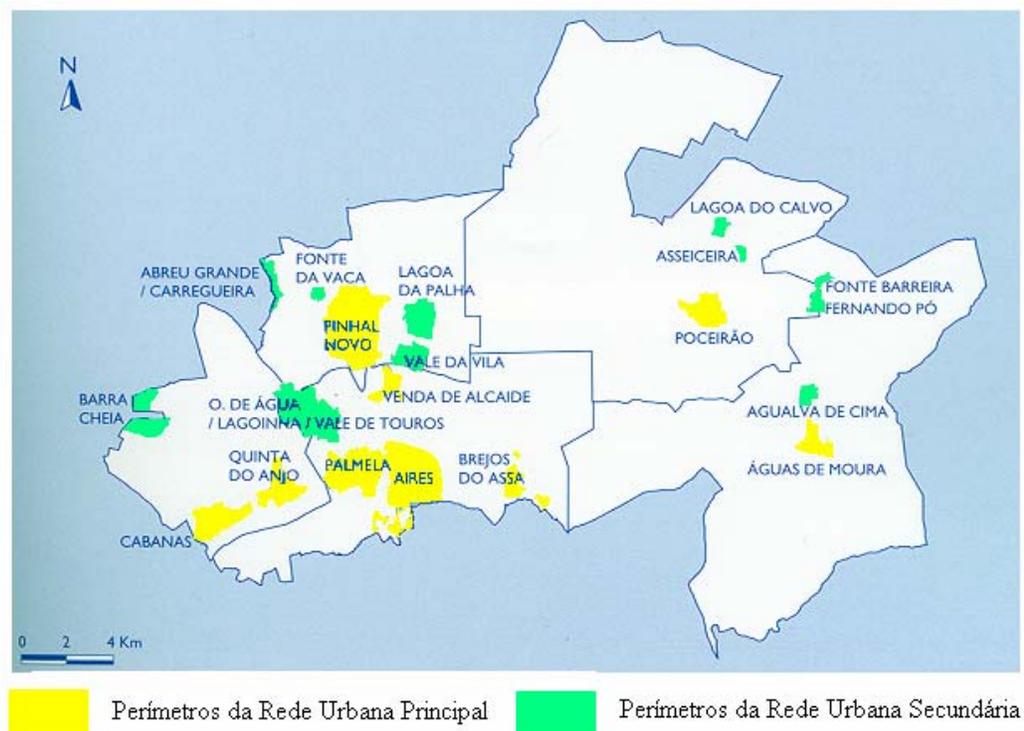
Os espaços agrícolas estão dispersos por todo o território, situando-se os principais a Norte de Cabanas e de Quinta do Anjo, a Sul de Palmela, a Este e Oeste de Pinhal Novo, a Norte de Asseiceira, Lagameças e ao longo da ribeira da Marateca.

Quadro 66 - Município de Palmela
Aglomerados da Rede Urbana Principal Secundária

Rede Urbana Principal	Rede Urbana Secundária
Palmela	Abreu Grande/Carregueira
Pinhal Novo	Agualva de Cima
Aires	Fonte da Vaca
Quinta do Anjo	Asseiceira
Cabanas	Fernando Pó
Venda do Alcaide	Fonte Barreira
Brejos do Assa	Lagoa do Calvo
Poçoirão	Lagoa da Palha e Vale da Vila
Águas de Moura	Barra Cheia
	Olhos de Água/Lagoinha I e II/Vale de Touros

Fonte: Câmara Municipal de Palmela (2002)- *Plano Director Municipal*, vol. III

Figura 14 - Perímetros Urbanos do Município de Palmela (Redes Urbana Principal e Secundária)



Fonte: Câmara Municipal de Palmela – Carta de Ordenamento Digitalizada

Esta estruturação urbana do município foi condicionada, de acordo com o PDM de Palmela, por um conjunto de factores:

- a rede urbana já existente no território municipal;
- a estrutura urbana de cada núcleo urbano e os ritmos de preenchimento que cada aglomerado apresenta nas suas áreas urbanizada e urbanizável;
- os condicionalismos de ordem fisiográfica existentes no território municipal;
- a estrutura de povoamento e o grau de equipamento apresentado por cada um dos seus centros;
- funções instaladas e acréscimo provocado pela indução de novas actividades económicas e consequente crescimento e movimentação populacional;
- acessibilidade aos centros que são decorrentes das novas vias de

acesso implantadas no território municipal ;

- conceitos decorrentes da teoria dos lugares centrais.³⁹¹

Os perímetros urbanos do município concentravam em 2001, 83,8 % da população residente. Todavia, era na Rede Urbana Principal que se verificava maior concentração populacional, cerca de 68,9%. Da Rede Urbana Principal sobressaem Pinhal Novo, como anteriormente se referiu, com 29,9% e Palmela com 11,9% da população total residente no município.

Os perímetros urbanos da Rede Urbana Secundária não atingiram, na sua totalidade, os 15% dos residentes. Dos dez perímetros considerados destacam-se apenas Olhos de Água/Lagoinha I e II/Vale de Touros com 3,7% e Barra Cheia com 3,2%.

A população que reside fora dos perímetros urbanos representava cerca de 16,2%.

Com estas características, e embora se tenha vindo a verificar um conjunto de transformações nos comportamentos da população face às dinâmicas urbanísticas do município, verifica-se que se está perante uma tipologia de transição entre o rural e o urbano, ou seja, o município de Palmela já não é rural mas ainda não é urbano.

Do Plano Director Municipal de 1997 apontam-se algumas orientações destinadas às áreas urbanizáveis. Deste modo são apontados, para a Rede Urbana Principal um conjunto diversificado e diferenciado de propostas para os diferentes perímetros urbanos:

- para Palmela, sede do Município, relevam-se os seus aspectos de centro cultural e de turismo da Península de Setúbal, reconhece-se que as características topográficas da vila são as grandes responsáveis pela existência de discontinuidades espaciais entre o núcleo histórico inicial (que se desenvolveu junto ao Castelo, na vertente norte que o sustenta) e as áreas baixas de expansão. A proposta que se elaborou assenta na requalificação

³⁹¹ - Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (2003) - *Op.cit.*, pp.27 e 28

urbana do centro histórico³⁹² e no crescimento de áreas de baixa densidade na periferia;

- Pinhal Novo iria consolidar o seu estatuto de maior aglomerado populacional do município, ao mesmo tempo que reforçaria a sua densidade populacional;
- Em Aires/Volta da Pedra e Baixa de Palmela a expansão seria maioritariamente em baixa densidade;
- Quinta do Anjo surgiria como alternativa às pressões urbanísticas que se fazem sentir sobre a periferia de Palmela, ou seja, defendia-se a intensificação do carácter urbano desta aldeia³⁹³;
- Cabanas deveria manter as suas características de baixa densidade;
- Venda do Alcaide, embora esteja sujeita às pressões urbanísticas devido à sua proximidade a Pinhal Novo, insere-se numa zona de grande dispersão em termos de povoamento, pelo que é sugerido a sua manutenção em baixa densidade;
- Para Brejos do Assa, dada a sua heterogeneidade ao nível das suas condições urbanísticas, com loteamentos formais e informais, propôs-se uma ocupação em baixa densidade dada a natureza do tamanho médio dos lotes;
- os núcleos urbanos de Poceirão e Águas de Moura inserem-se em zonas de grande dispersão de povoamento e com um fraco dinamismo urbanístico e económico. Ambicionava-se que estes núcleos constituíssem um eixo de desenvolvimento na zona nordeste do município, daí que os perímetros urbanizáveis propostos se encontrassem numa situação expectante em torno do aumento das pressões urbanísticas, pela melhoria das acessibilidades ao núcleo urbano de Poceirão ou pelas potencialidades turísticas associadas às características paisagísticas e ambientais da freguesia de Marateca (núcleo de Águas de Moura).

³⁹² - A força política que domina a Câmara Municipal de Palmela desde 1976 - o PCP - tem vindo a colocar nos sucessivos programas eleitorais das coligações que lidera a questão da requalificação do Centro Histórico da Vila de Palmela. Todavia, e exceptuando uma ou outra intervenção isolada, não tem havido qualquer tipo de projecto global de intervenção e/ou de requalificação.

³⁹³ - Quinta do Anjo parece repetir o processo de *pinhalnovação*. As suas características de aldeia parecem irremediavelmente perdidas. As zonas envolventes do seu perímetro urbano deram lugar a mega urbanizações: Portais da Arrábida, Varandas da Arrábida e, mais recentemente, Palmela Village.

Finalmente, no que concerne à Rede Urbana Secundária, os perímetros urbanos que foram definidos pelo PDM assentam em dimensões muito variáveis, procurando proceder-se à estruturação dos tecidos urbanos em pequena densidade.

18.4 - AS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL (AUGI)

O município de Palmela caracteriza-se ainda, no campo da sua estrutura territorial, pela extensão de Áreas Urbanas de Génesse Ilegal (AUGI) e pela emergência de novos clandestinos.

Os anos sessenta, do século passado, marcam o início da produção ilegal de solo neste município e o seu maior crescimento foi verificado entre os anos de 1975 e 1984.

Quadro 67 - Município de Palmela
Repartição das AUGI e novos Clandestinos, por Freguesias

Freguesia	Clandestinos					
	AUGI		Novos Clandestinos		Total	
	Ha	%	Ha	%	Ha	%
Marateca	0	0	39.2	17.1	39.2	5.0
Palmela	0	0	64.0	28.0	64.0	8.1
Pinhal Novo	6.7	1.2	2.7	1.2	9.4	1.2
Quinta do Anjo	554.4	98.8	38.7	16.9	593.1	75.1
Poceirão	0	0	84.2	36.8	84.2	10.7
PALMELA	561.1	100.0	228.8	100.0	789.9	100.0

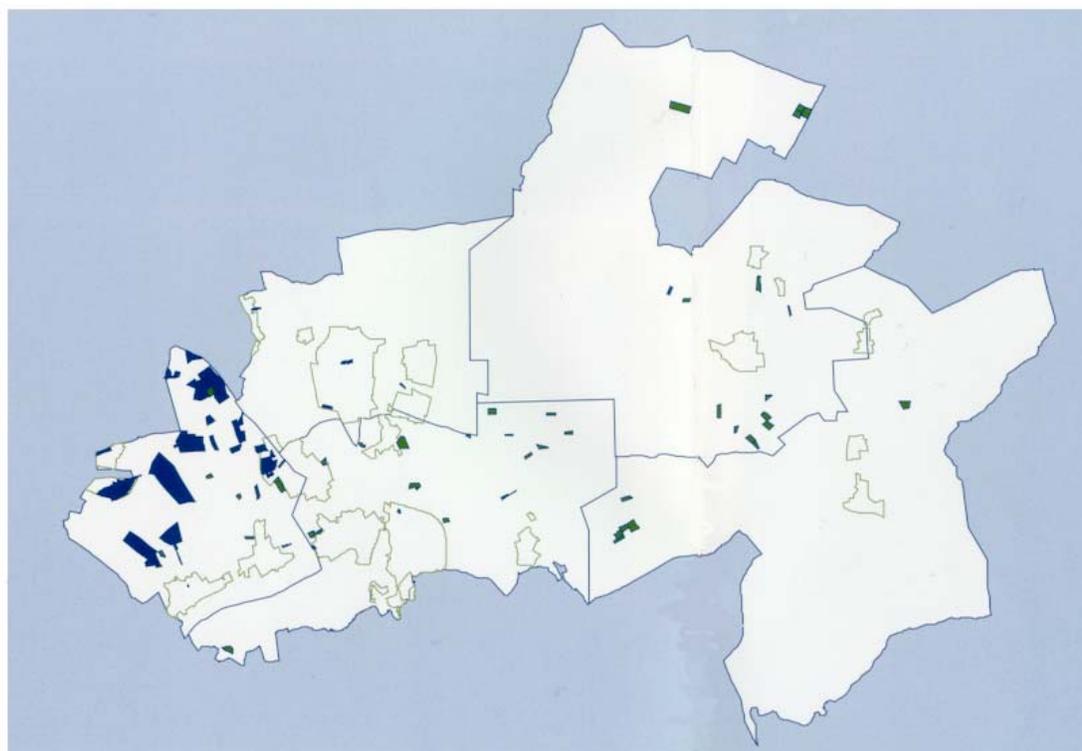
Fonte: Câmara Municipal de Palmela, (DP/GRAGI), 2002

Por força do Decreto-Lei nº 400/84 de 31 de Dezembro, o crescimento das áreas clandestina, foi travado, pese embora em 1991 se torne a assistir à emergência de novos casos de loteamentos e de construções ilegais que , assim, urgem por força do novo

enquadramento legal do loteamento urbano e que se assumiram quer em número, quer em área.

Embora este fenómeno esteja presente em todas as freguesias que constituem o município de Palmela, é na freguesia de Quinta do Anjo que o fenómeno das AUGI's apresenta maior expressão, cerca de 98,8%. Em contrapartida, os novos clandestinos apresentam-se com uma repartição mais difusa e todas as freguesias que constituem este município são detentoras deste fenómeno. Poceirão e Palmela são as freguesias que apresentam os valores mais elevados, 36,8% e 28% respectivamente. Pinhal Novo apresenta um valor residual, cerca de 1,2 %.

**Figura 15 - Município de Palmela
Distribuição Espacial das AUGI e dos Novos Clandestinos, por perímetro Urbano**



Fonte: Câmara Municipal de Palmela, DP/GRAGI, 2002

Estas extensões de AUGI, apresentam uma pluralidade e uma diversidade de realidades - nomeadamente quanto ao nível do parcelamento, ocupação, uso e ritmo de construção- o que contribuiu para que fossem produzidos elevados constrangimentos limitadores de estratégias de desenvolvimento.

19 - DO EXISTENTE AO DESEJÁVEL: AS ESTRATÉGIAS DE ACTORES DO MUNICÍPIO DE PALMELA

Como já foi referido, o espaço não pode nem deve ser circunscrito ao mero papel de delimitação territorial. Ele ocupa um lugar complexo de intermediação nos processos de produção e de reprodução – económica, social, cultural, funcional, ideológica, etc. Todas as transformações nele operadas mais não são do que produtos resultantes dos procedimentos estratégicos que foram adoptados e concretizados pelos diversos e diferentes actores sociais.

Como refere José Arocena, “ *A passagem do cultural ao económico revela uma via de constituição do actor local*”.³⁹⁴

Contudo, a própria definição de *actor* exclui *a priori* a situação de se considerar indivíduos tomados isoladamente e, portanto, não são detentores de estratégias possíveis no contexto do *jogo de actores*.

Neste sentido, e de acordo com a metodologia preconizada pelo método MACTOR, o *actor* corresponde a um grupo homogéneo que incrementa uma estratégia idêntica e, simultaneamente, adoptando uma relação de forças, semelhante em relação aos restantes actores.

As dinâmicas locais apresentam-se então como resultados das estratégias produzidas pelos actores localizados, ou com influência local, onde se dá a confrontação de interesses e de lógicas contraditórias.

Neste *jogo estratégico*, o Poder Local apresenta-se como um dos actores centrais que corporiza estas dinâmicas, mas está longe de ser o único e até, talvez, nem seja o mais decisivo.

Todavia e contrariamente ao que se poderia supor, as estratégias dos diferentes actores que agem num determinado território não apresentam contornos fáceis de delimitar.

Esta situação é devida a uma pluralidade de razões, uma vez que nem sempre as estratégias se apresentam de forma clara e precisa, para os próprios actores que põem em

³⁹⁴ - AROCENA, José (1986) – *Op.cit.*, p. 105

causa outras estratégias, e as quais são raras as vezes que essas estratégias resultam de um acto que não corresponde à racionalização efectiva dos próprios actores.

Michel Crozier e Erhard Friedberg (1977) chamam a atenção para o facto da *acção colectiva* ser a responsável pela criação de um problema decisivo nas nossas sociedades, isto porque a tipologia de acção (independentemente das suas características) não constitui um *fenómeno natural*, mas sim uma *construção social* cuja existência coloca o problema, para o qual são necessárias as explicações sobre as condições de emergência e de manutenção.³⁹⁵

Por outro lado, os *novos actores sociais locais* não constituem uma categoria homogénea, apresentando uma diversidade de forças sociais, umas mais influentes que outras, e que se traduzem numa pluralidade de actores cujos modos de acção se apresentam diversificados e com estratégias próprias, com posicionamentos e com representações diferentes sobre o desenvolvimento local.

Essas diversidades estão bem patentes no estudo empírico realizado, em que se procurou do tipo de relações de força entre alguns dos actores intervenientes *nos territórios* do município de Palmela, pelo que resta analisar essas relações e as posições manifestadas por alguns dos actores mais significativos face a um conjunto de objectivos que lhes foram propostos.

³⁹⁵- Cf. CROIZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard (1977) - *Op.cit.*, p. 13

Quadro 68 - Variáveis da análise empírica

Variáveis Internas

Variáveis	Descrição
Variáveis Internas	
Variáveis socio-económicas	
1- Alteração da composição da população residente	- Características demográficas da população do Município - Ritmo de crescimento da população residente - Crescimento demográfico diferenciado por freguesia
2 - População activa maioritariamente não agrícola	- Crescimento da população activa nos sectores secundário e terciário - Decréscimo da população activa no sector primário
Variáveis físico-morfológicas	
3 - Existência de grandes áreas expectantes	- Disponibilidade de grandes áreas expectantes - Existência de grandes espaços agrícolas potencialmente urbanizáveis - Potencialidades de implantação industrial - Potencialidades de crescimento urbano
Variáveis físico-naturais	
4 - Integração no Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado	- Potencialidades turísticas - Turismo Rural e de Habitação - Limitação à construção
Variáveis urbanísticas e de planeamento	
5 - Existência de Planeamento	- Existência de Plano Director Municipal - Existência de Planos Gerais de Urbanização - Existência de Planeamento Estratégico
6 - Preservação das zonas históricas	- Potencialidades turísticas - Preservação do Património histórico construído e das características das zonas históricas
Variáveis de ocupação funcional	
7 - Tecido industrial em expansão	- Processo tardio de industrialização - Sector de Alimentação e Bebidas com características familiares - Sector das Bebidas pouco concorrencial
8 - Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção	- Incentivos à implantação industrial
9 - Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção	- Disponibilidade de solos para ocupação industrial - Melhoria da acessibilidade ferroviária ao Porto de Setúbal - Melhoria das acessibilidades rodoviárias
10 - Comércio dependente de Setúbal	- Comércio incipiente e de pouca qualidade - Proximidade de Setúbal e das grandes superfícies comerciais
11 - Especificidade Agrícola do Município	- Investimento em novos processos de cultura da vinha - Aumento da qualidade da produção vinícola - Disponibilidade para o <i>marketing</i> do vinho
Variáveis do sistema de circulação	
12 - Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal	- Acessibilidades rodoviárias aos principais centros urbanos e industriais da AML, Sul e Espanha - Acessibilidades ferroviárias

Variáveis Externas

Variáveis	Descrição
Variáveis externas	
Variáveis socio-económicas	
13 -Efeito de atracção de populações	- Localização do tecido produtivo - Acessibilidades aos principais locais geradores de emprego, na AML - Oferta de habitação a preços concorrenciais em locais de boa acessibilidade ferroviária e rodoviária
Variáveis urbanísticas e de planeamento	
14 - Dinâmica do sector imobiliário	- Capacidade de oferta face à procura - Especulação imobiliária
15 - Necessidade espacial do secundário	- Oferta de terrenos aprovados para implantação industrial - Existência de infra-estruturas industriais
Variáveis do sistema de circulação	
16 – Impacto da Ponte Vasco da Gama	- Proposta de novos traçados rodoviários - Aumento da renda fundiária - Crescimento urbano localizado junto às novas rodovias
17 – Impacto do Comboio da Ponte	- Ligação ferroviária à Ponte 25 de Abril - Crescimento urbano localizado junto às novas estações ferroviárias

19.1 - AS RELAÇÕES DE FORÇA E AS POSIÇÕES RELATIVAS DOS ACTORES

A construção do *Quadro de Estratégia de Actores*³⁹⁶ foi feita a partir da informação existente – de carácter estatístico e documental – e das sinopses das entrevistas realizadas aos actores sociais que constituíram a amostra intencional.³⁹⁷

O resultado da reflexão sobre desta informação tornou possível determinar os *Desafios Estratégicos*, assim como a sua relação com os *Objectivos*.

Para se proceder à análise estratégica do *jogo de actores* foram necessários dois tipos de dados

³⁹⁶ - O *Quadro de Estratégias de Actores*, bem como as MAD e 2 MAO e os *outputs* gerados pelo MACTOR encontram-se no volume de anexos.

³⁹⁷- Veja-se as referências sobre o procedimento metodológico adoptado na II Parte deste trabalho.

iniciais

- as influências directas entre actores
- as posições valorizadas dos actores sobre os objectivos

O primeiro conjunto de dados foi obtido a partir do *Quadro de Estratégia de Actores*, dando origem à construção da *Matriz dos Meios de Acção Directos* (MAD), que vai expressar as relações directas que são estabelecidas entre os vários pares de actores;

Quanto ao segundo tipo de dados, a *Matriz das posições valorizadas Actores × Objectivos* (2 MAO) apresenta para cada actor a valência que este atribui a cada um dos objectivos que lhe foram propostos.

O actor pode ser favorável ao objectivo, pode estar em desacordo ou apresentar uma posição neutral ou de indiferença. Após esta identificação, procedeu-se à hierarquização que cada actor social fez desses mesmos objectivos.

Estas duas matrizes (MAD) e (2 MAO) das quais se partiu, tornaram possível que se efectuassem os cálculos através do *software* MACTOR, tendo sido obtido um conjunto de resultados que se passam a apresentar.

O *Quadro de Desafios Estratégicos e Objectivos Associados* foi construído após a leitura reflectida do Quadro de Estratégia de Actores. Dessa leitura, foi possível determinar três desafios estratégicos (*campos de batalha*, na acepção de Michel Godet). Cada um desses desafios vai enunciar um conjunto de objectivos precisos, sobre os quais os actores se aliam, denotam conflito ou manifestam neutralidade.

Quadro 69 – Matriz dos Meios de Acção Directos

MID	CMP	ACSDS	AVIPE	FIAPAL	ADREPES	AE	GACP	ACP	SFP	RTCA
CMP	0	2	1	2	2	1	2	2	2	2
ACSDS	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AVIPE	0	0	0	0	2	0	0	3	0	0
FIAPAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADREPES	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0
AE	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0
GACP	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0
ACP	1	1	1	0	2	0	0	0	0	1
SFP	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0
RTCA	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0

© LIPSOR-EPI/TA-MACTOR

**Quadro 70 – Matriz das Posições Valorizadas
Actores × Objectivos (2 MAO)**

2MAO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	010	011	012	013	014	015	016	017
CMP	1	2	-1	3	3	3	2	0	2	-2	2	3	2	-1	1	2	1
ACSDS	3	2	0	0	3	3	1	0	-1	-2	0	2	3	1	0	1	1
AVIPE	0	0	-1	-3	2	3	-2	0	0	-1	3	3	0	-2	-3	0	0
FIAPAL	0	1	1	2	3	1	3	0	0	0	0	2	-2	1	0	0	0
ADREPES	0	0	-2	2	2	0	-2	0	-2	0	3	1	-1	0	-1	0	0
AE	0	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1
GACP	0	1	0	1	1	3	1	-1	2	-1	2	1	1	0	1	1	1
ACP	0	1	1	3	-2	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	0	1	0
SFP	2	2	1	1	0	0	1	1	2	1	1	1	1	1	0	1	2
RTCA	1	2	1	2	2	2	1	0	0	1	1	2	2	1	1	3	3

© LIPSOR-EPI/TA-MACTOR

Quadro 71 - Desafios Estratégicos e Objectivos Associados

Desafios Estratégicos	Objectivos
<p>D1 - Continuar a manter a especificidade agrícola do Município</p>	<p>O1 - Alteração da estrutura da população residente</p> <p>O2 - População activa predominante nos sectores secundário e terciário</p> <p>O11 - Especificidade Agrícola do Município</p>
<p>D2- Abertura do Município ao investimento exterior/aceleração do processo de industrialização</p>	<p>O3 - Grandes áreas expectantes</p> <p>O5 - Existência de Planeamento</p> <p>O7 - Tecido industrial pouco numeroso</p> <p>O8 - Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção</p> <p>O9 - Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção</p> <p>O12 - Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal</p> <p>O13 - Efeito de atracção de populações</p> <p>O14 - Dinâmica do sector imobiliário (nacional /estrangeiro/pressão sobre o parque imobiliário)</p> <p>O15 - Necessidade espacial do secundário (nacional/ estrangeiro)</p> <p>O16 – Impacto da nova travessia do Tejo (Montijo)</p> <p>O17 – Impacto da travessia ferroviária na Ponte 25 de Abril</p>
<p>D3 -Valorização Patrimonial e Incremento do Turismo</p>	<p>O4 - Integração no Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado</p> <p>O6 -Preservação das zonas históricas (património urbanístico e histórico)</p> <p>O10 - Comércio dependente de Setúbal</p>

19.1.1 - Grau de influência e de dependência dos actores

Antes de se enveredar por qualquer outro procedimento de análise que incida sobre as relações de força, há que ter em atenção a decomposição das formas de influência que os actores exercem sobre os outros, quer sejam sob a forma de influências directas, quer sejam através de influências directas e indirectas.

Embora os meios de acção directos não traduzam, por si mesmo, todo o conjunto do jogo de influências entre actores, é a partir da MAD que se torna possível obter uma outra matriz - a *Matriz dos Meios de Acção Directos e Indirectos* (MADI) - que vai exprimir as influências directas e indirectas de 2ª ordem entre actores, ou seja, um actor pode limitar o leque de escolhas de um segundo actor agindo sobre ele através de um *actor de ligação*.

Pese embora se verifique a perda de alguma informação, nomeadamente no que se refere ao grau de intensidade adoptado para classificar as influências directas, “*esta matriz dá uma visão mais completa do jogo de relações de força*”.³⁹⁸

Então, para se proceder a essa decomposição, deve-se recorrer às duas possibilidades existentes, que se apresentam de modo complementar entre si e que possuem a capacidade de evidenciar esses tipos de influência:

- o recurso à *Matriz de Acções Directas* (MAD) e
- à *Matriz dos Meios de Acção Directos e Indirectos* (MADI)

Ao analisar estas matrizes, fica-se com a possibilidade de compreender a forma como decorre o *jogo de relação de forças* desenvolvido pelos actores.

Simultaneamente, torna-se ainda possível obter, a partir dos cálculos das matrizes citadas, dois indicadores de extrema importância para a compreensão do peso que cada actor possui em termos da sua influência *sobre* os restantes actores e da sua dependência *em relação* aos outros actores; são eles:

³⁹⁸ - PERESTRELO, Margarida; CALDAS, José Maria Castro (1998) – *Op. cit.* p. 8

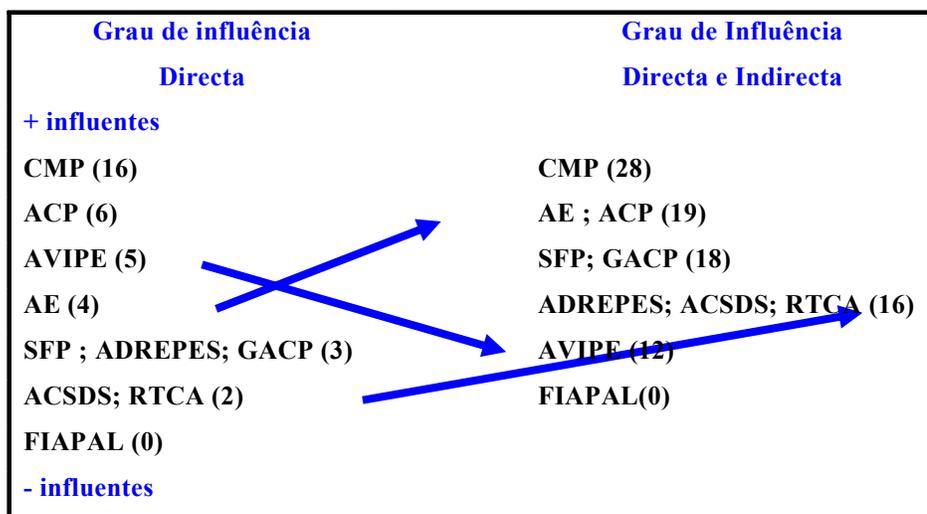
- o grau de influência dos actores obtido através do somatório em linha (I_i) e
- o grau de dependência dos actores obtido através do somatório em coluna (D_i)

O que possibilita reter os tipos de influências directas e, directas e indirectas, exercidas por um actor sobre outros.

Ao proceder à ordenação dos actores de acordo com essas formas de influência, verifica-se que o peso das influências indirectas é o responsável pela alteração de um quadro em que se destacam quatro actores como sendo os *mais influentes*:

Encontram-se neste grupo a Câmara Municipal de Palmela (CMP), a Adega Cooperativa de Palmela (ACP), a Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE) e a Autoeuropa (AE).

Gráfico 28- Grau de influência directa e de influência directa e indirecta



A Câmara Municipal de Palmela (CMP) como órgão de administração local possui poder de influência sobre a grande parte dos actores locais, na medida em que pode influenciar e condicionar, quer de modo directo, quer de modo directo e indirecto a

acção desses actores, no que se refere à aprovação de projectos, administração territorial e atribuições de subsídios.

A Adega Cooperativa de Palmela (ACP) possui algum peso na economia do município, com cerca de trezentos e cinquenta associados e como uma produção média anual de cerca de cinco milhões e setecentos mil litros de vinho. As suas estratégias podem condicionar de modo directo e, directo e indirecto a acção de outros actores, através de preços que pratica, a montante e a jusante, através da comercialização e promoção dos seus produtos, etc.

A Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE) adquiriu maior protagonismo na área do associativismo agrícola a partir do momento em que começaram a ser implementados os subsídios agro-ambientais. Possui um corpo técnico de apoio e é o organismo a montante que tem contribuído para o aumento da qualidade da produção de uvas para vinho,

A Autoeuropa (AE), implantada há mais de uma década no território municipal é, presentemente, o maior empregador de mão-de-obra desta região.

A sua presença contribuiu para a alteração de um conjunto de lógicas que passam pelas estratégias das pequenas e médias empresas, em termos de fabrico de componentes a serem utilizados nos veículos produzidos por aquela empresa.

Foi ainda responsável pela alteração do mercado imobiliário de lotes industriais na área da sua implantação, e finalmente contribui, através do *Imposto sobre Imóveis* (IMI) e com a *Derrama Municipal*, com valores bastante significativos para o orçamento da autarquia³⁹⁹.

Nos restantes seis actores considerados como *menos influentes*, a situação altera-se, havendo um aumento significativo dos valores apresentados pelas influências indirectas, o que significa que há uma importante influência de *terceiros* sobre os seus meios de acção, o que condiciona a concretização dos seus objectivos.

Por seu lado a análise do somatório em coluna (D_i) das referidas matrizes é

³⁹⁹ - Desde há alguns anos que os partidos da oposição têm vindo a solicitar à maioria política que governa a Câmara Municipal que reveja o valor da *derrama* municipal sobre as empresas com sede social no município. A sua argumentação é feita tendo como base a *saúde financeira da Câmara* e o incentivo que, em sua opinião, deveria ser dado com o objectivo de captar mais investimentos no município. Todavia, a taxa que tem sido aplicada é a máxima prevista na lei, ou seja 10%.

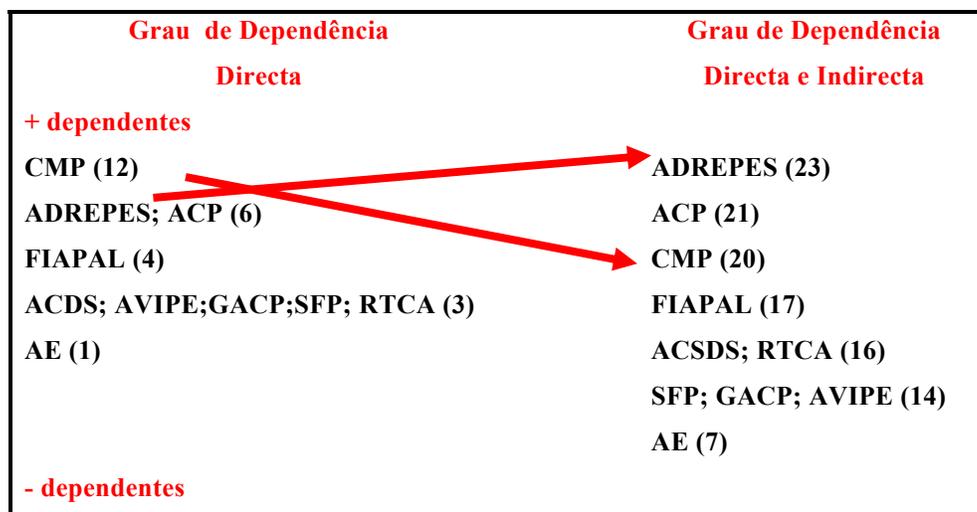
tomado como um indicador do *grau de dependência dos actores*. Ou seja, é calculada a influência que um determinado actor recebe dos restantes.

A Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES) apresenta-se como o actor *mais dependente*, logo seguido pela Adega Cooperativa de Palmela (CMP) e pela Câmara Municipal de Palmela (CMP). Destaca-se ainda o *aumento de dependência* quando consideradas as influências indirectas.

No entanto, tal situação é devida à própria natureza do poder local democrático, pelo facto deste se mostrar aberto à participação dos cidadãos e às propostas que estes apresentam.

Entre os actores *menos dependentes* destaque para a Autoeuropa (AE), que é revelador da sua própria estrutura económica, técnica e organizacional e que a coloca nessa posição face aos restantes actores.

Gráfico 29 – Grau de dependência directa e de dependência directa e indirecta



Se considerarmos a influência conjunta da *influência* e da *dependência* (directa e indirecta dos actores), pode-se concluir que

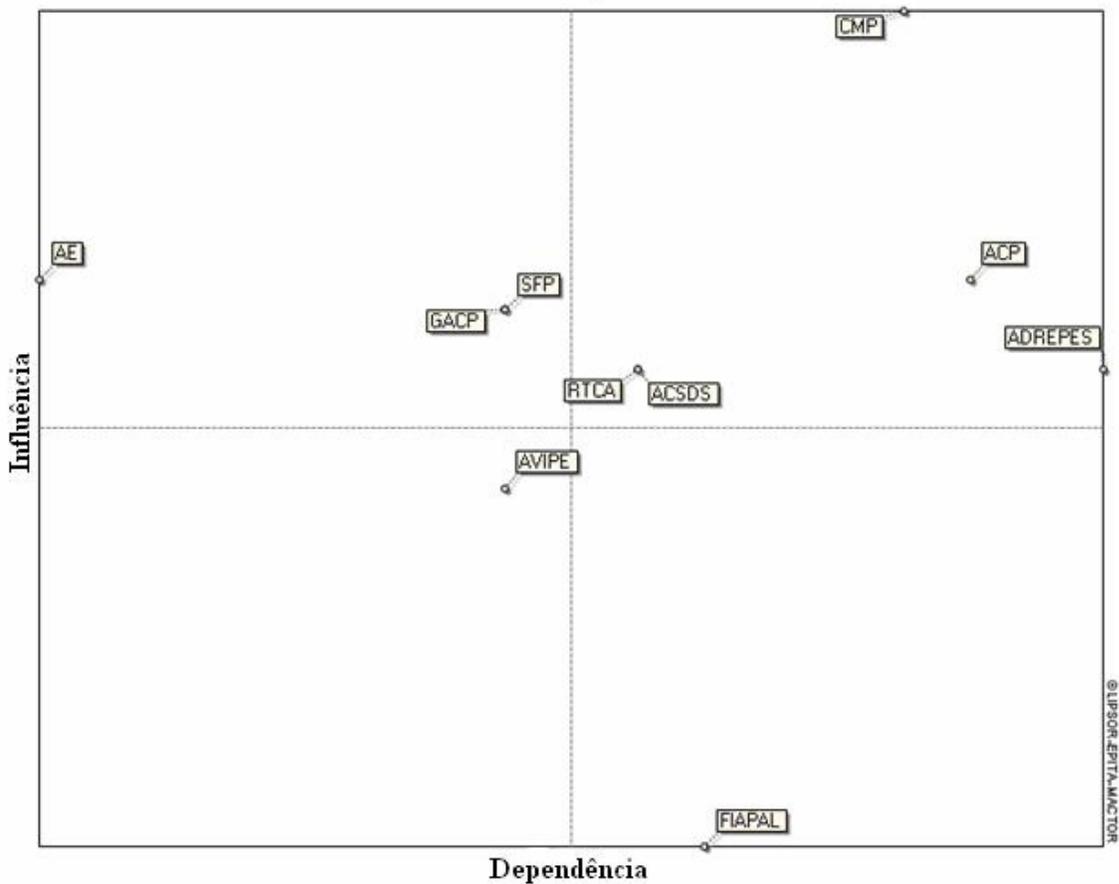
A Autoeuropa apresenta-se como um actor *muito influente e pouco dependente* pelo que desempenha um *papel-chave* no jogo de actores.

Os restantes actores *muito influentes* (Câmara Municipal de Palmela (CMP), e

Adega Cooperativa de Palmela (ACP)) são simultaneamente *muito dependentes*, pelo que as suas actuações estão sujeitas a constrangimentos que devem ser tomados em conta.

Deste modo, o sistema de relação que os actores estabelecem pode ser classificada como uma *relação muito instável*⁴⁰⁰ (H=17,3%), no sentido em que existe uma bipolarização do tipo dominados /dominantes.

Gráfico 30 -Plano das Influências e das Dependências entre actores



⁴⁰⁰ - A versão actual do MACTOR não calcula automaticamente o indicador de estabilidade (H). O valor

$$H = \frac{\sum |I_i - D_i|}{2S} \times 100$$

encontrado baseou-se na sua fórmula de cálculo :

Diz-se que a situação é instável quando , $H \cong 0\%$ ou seja os actores são simultaneamente muito dependentes e muito influentes; será uma situação estável quando $H \cong 100\%$, quando os actores se apresentam ou muito influentes ou muito dependentes.

Da relação de influência/dependência são posicionados os *actores charneira*, que são: a Sociedade Filarmónica Palmelense *Loureiros* (SFP), o Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela (GACP), a Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal (ACSDS), a Região de Turismo da Costa Azul (RTCA) e a Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE)

O *actor chave* do sistema é a Autoeuropa (AE), ou seja, é o actor que se apresenta no quadrante dos actores como *o mais influente e menos dependente*.

A capacidade estratégica de um determinado actor pode, assim, ser determinada pela capacidade de um outro actor num jogo social. Nenhum factor de determinação – como sejam a classe, o sexo, a etnia, etc. – pode ser considerado para explicar o conjunto de interacções no interior do sistema. Por outro lado, o desenvolvimento da margem de acção não se apresenta dissociado do próprio contexto socio-económico.⁴⁰¹

Os constrangimentos, ao serem produzidos pelos homens, podem agir sobre outros homens, limitando deste modo o exercício da sua liberdade. Deste modo, ao analisar o sistema de acção social, cria-se a possibilidade de formular a hipótese da presença simultânea da liberdade e da determinação.⁴⁰²

19.1.2 - A relação de forças entre os actores

A partir da matriz dos *Meios de Acção Directos e Indirectos dos Actores* (MADI) foi possível calcular um *indicador de relação de forças* que permitiu proceder à diferenciação dos actores de acordo com a sua maior ou menor capacidade para condicionar as actuações dos restantes actores e a sua maior ou menor dependência relativamente a eles.

Todavia, os meios de acção que estão à disposição de cada actor podem revelar-se perigosos para si próprios, uma vez que esses meios poderão provocar acções de retroacção, assumindo um efeito muito mais importante que aquele que é provocado pela sua acção inicial.

A margem de manobra de cada actor encontra-se então fortemente reduzida, uma

⁴⁰¹- Cf. - AROCENA, José (1986) - *Op.cit.*, p. 106

⁴⁰²- *idem*, p. 107

vez que não pode utilizar a sua máxima força, nem recorrer à utilização de todos os meios de acção que possui; terá então de tentar adequá-las àqueles actores menos *reactivos*.

Michel Godet refere que “*a relação de forças de um actor será tanto mais elevada consoante a sua influência é elevada, a sua dependência fraca e a sua retroacção fraca*”.⁴⁰³

O mesmo será dizer que ao medir a relação de forças de um actor é imperioso ter-se em conta não apenas a sua influência, mas também a sua dependência e o efeito de retroacção.

Para que fosse possível encontrar o *indicador de relação de forças*, recorreu-se ao cálculo dos *coeficientes de relações de forças*, uma vez que estes entram em consideração com a influência líquida directa e indirecta, com a dependência líquida directa e indirecta e também com o efeito de retroacção.

Com este procedimento, considerou-se apenas a influência líquida directa e indirecta de um actor, tendo-lhe sido retirada a retroacção, isto é, o que o actor recebe dos outros de forma indirecta,⁴⁰⁴ para se “*ter em conta a margem de manobra do actor em causa*.”⁴⁰⁵

Esta *margem de manobra do actor* foi relativizada pelo total de influências líquidas directas e indirectas⁴⁰⁶

Finalmente, a *margem de manobra relativa* foi ponderada através da relação verificada entre a influência do actor e a soma da sua influência e dependência, uma vez que entre dois actores que detenham a mesma influência relativa, é mais influente o que tiver menor dependência.

Deste pressuposto decorre a necessidade de ponderar o coeficiente anterior.⁴⁰⁷

Nas *relações de força* apresentadas pelos diferentes actores, a Autoeuropa (AE) destaca-se do conjunto dos actores, uma vez que é o *actor-chave*, logo seguido da Câmara Municipal de Palmela (CMP), e da Sociedade Filarmónica Palmelense *Loureiros*

⁴⁰³ - GODET, Michel (1995) – MACTOR (version 3.0 pour Windows) – Méthode D’Analyse Stratégique du Jeu des Acteurs – Manuel d’utilisation, (Révision 1.0), La Varenne St. Hilaire, Heurisco, p. 4

⁴⁰⁴ - Este procedimento, que o MACTOR calcula automaticamente fazendo $I_i - (MADI)_{ii}$

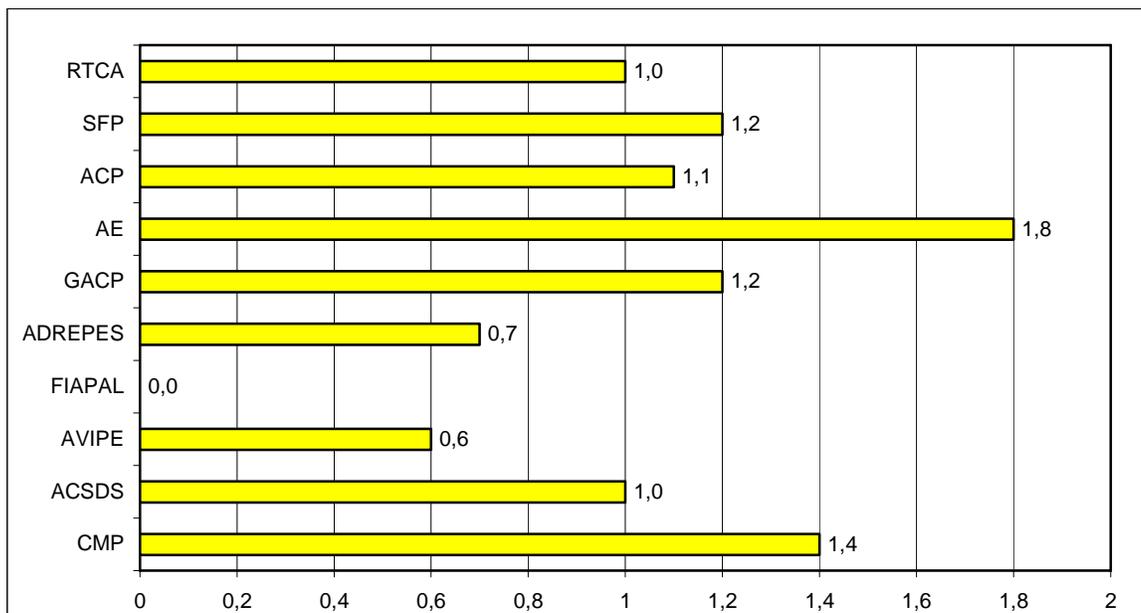
⁴⁰⁵ - GODET, Michel (1995) – *Op. cit.* p. 4

⁴⁰⁶ - Que também é calculada automaticamente pelo MACTOR usando $S = \sum_i I_i = \sum_j D_j : (I_i - (MADI)_{ii}) / S$

⁴⁰⁷ - Para tal, calcula-se $I_i / (I_i + D_i)$

(SFP) e do Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela (GACP).

Gráfico 31 - Indicador da relação de força entre actores



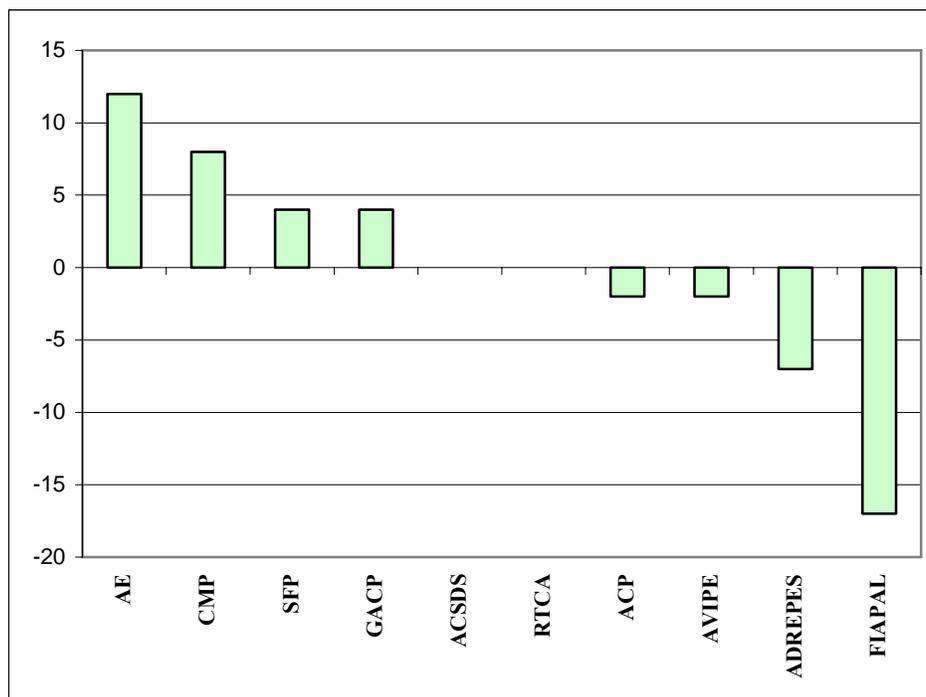
19.1.3 - O balanço líquido das influências por cada par de actores

Procurou-se em seguida medir, para cada par de actores, o *diferencial de influência directa*.

Cada actor exerce (e recebe) influências indirectas de 2ª ordem sobre (e de) outro actor. Conhece-se este valor a partir da diferença que é estabelecida entre a influência directa e indirecta de i sobre j e a influência directa e indirecta de j sobre i .

Em termos práticos, este procedimento possibilita conhecer em *termos líquidos* se um determinado actor influencia mais do que é influenciado, tornando possível saber, para cada par de actores, os *excessos* de influência recebida ou exercida.

Gráfico 32 - Balanço líquido das influências por cada par de actores



Dos actores em presença há a considerar a Autoeuropa (AE), a Câmara Municipal de Palmela (CMP), a Sociedade Filarmónica Palmelense *Loureiros* (SFP) e o Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela (GACP) como os actores que exercem mais influências.

19.1.4 - Matriz da máxima influência directa e indirecta

Esta matriz permitiu a identificação do *nível máximo de influência directa e indirecta* que um determinado actor exerceu sobre outro. A partir desta matriz foi possível calcular dois indicadores:

- o *indicador de máxima influência directa e indirecta* de cada actor (Π_i), através do somatório em linha;
- o *indicador de máxima dependência directa e indirecta* de cada actor (δ_i), através do somatório em coluna.

A partir da *Matriz de Máxima influência e dependência directa e indirecta de cada actor* (MA) é possível, através de um coeficiente, proceder ao cálculo do *grau de máxima influência e de dependência*, directos e indirectos, que cada actor possui, obtendo-se a medida exacta de força provenientes da matriz MA.

A vantagem apresentada pela *Matriz de Máxima influência e dependência directa e indirecta de cada actor* (MA) prende-se com o facto desta conservar a escala de valores adoptada na codificação das influências directas, que entretanto tinha sido perdida na *Matriz dos Meios de Acção Directos e Indirectos* (MADI).

Seguindo a metodologia que anteriormente foi utilizada no cálculo dos coeficientes de relações de força r^*_i , procedeu-se ao cálculo dos *coeficientes associados à matriz dos máximos de influências directas e indirectas*, ρ_i .

Estes coeficientes permitiram determinar o grau de máxima influência e de dependência directa e indirecta de que cada actor é possuidor.

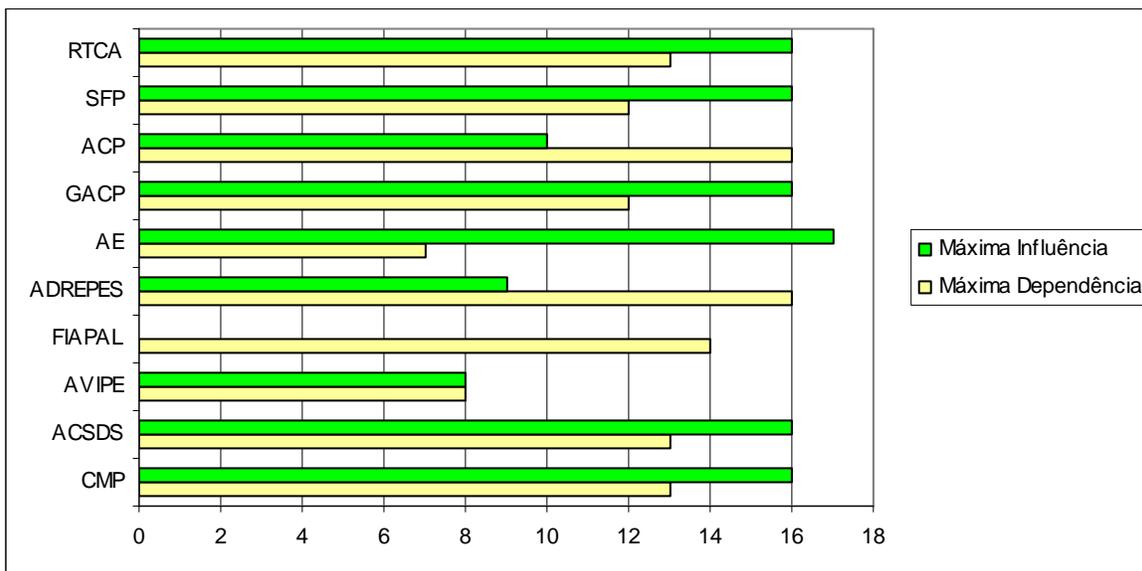
Os *coeficientes de relações de força* entram em linha de conta com as influências directas e indirectas globais e com as dependências directas e indirectas globais.

Partindo de $\rho_i = (\Pi_i / \sum_i \Pi_i) \times (\Pi_i / \Pi_i + \mathcal{O}_i)$, para simplificação dos cálculos procede-se à normalização dos ρ_i , recorrendo ao cálculo das suas médias, usando

$$\rho_i^* = \frac{n \rho_i}{\sum_i \rho_i}.$$

Da sua análise ressalta o facto da Autoeuropa (AE) se apresentar como o actor que possui a relação de forças mais forte ($\rho_6 = 1,8$) associada à matriz MA, situação que não difere do valor relacionado com a mais forte relação de forças associadas à matriz MADI ($R_6 = 1,84$).

Gráfico 33 - Máxima influência e máxima dependência directa e indirecta de cada actor

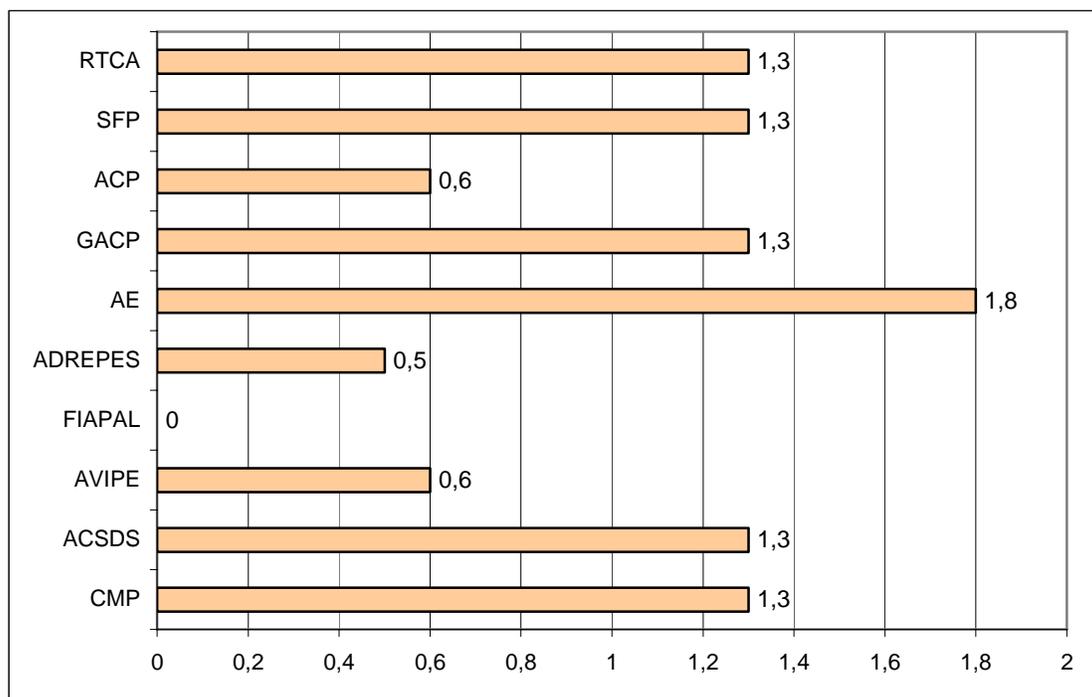


Exceptuando o caso acabado de mencionar, há diferenças bastante significativas a assinalar entre a ordenação dos coeficientes de relações de forças entre actores, quando se considera o conjunto das influências e dependências directas e indirectas (r^*_i) ou apenas as máximas influências.

Quadro 72 – Comparação entre as Relações de Força (R_i) e a Medida Exacta de Força (Π_i) de cada Actor

	R_i	Π_i
CMP	1,39	1,3
ACSDS	0,98	1,3
AVIPE	0,65	0,6
FIAPAL	0	0
ADREPES	0,75	0,5
AE	1,84	1,8
GACP	1,18	1,3
ACP	1,06	0,6
SFP	1,18	1,3
RTCA	0,98	1,3

Gráfico 34 - Medida exacta de força de cada actor



19.2 - A IMPLICAÇÃO DOS ACTORES

Circunscrever este estudo à mera apresentação do peso estratégico dos actores seria não só bastante limitativo, como ficaríamos bastante aquém dos objectivos propostos para esta investigação, já para não referir o facto de se ficar com uma percepção bastante incompleta sobre as próprias estratégias dos actores em presença.

Daí que tenha surgido a necessidade de perceber as formas de relação que os actores estabelecem com os objectivos estratégicos, dos quais podem depender os vários posicionamentos face ao desenvolvimento do município de Palmela.

Os actores sociais, ao propõem acções fazem com que sejam “*estas proposições alternativas que «mobilizam» os sistemas de representações.*”⁴⁰⁸

Os sucessivos períodos de crise que a Península de Setúbal atravessou desde a década de setenta, intercalado com intervenções exteriores tendentes a minimizar essa

⁴⁰⁸ - AROCENA, José (1986) - *Op.cit.* p. 98

mesma crise estrutural da economia regional, tem vindo a *obrigar* a que o problema do desenvolvimento seja colocado de modo diferente, permitindo a valorização do *microsocial* e do *microeconómico* que por sua vez vão ocupando um lugar cada vez mais privilegiado.

Este conjunto de projectos e de investimentos virados para a reconversão e reestruturação do tecido industrial e empresarial da Península de Setúbal tem sido diversificado, “*sendo disso exemplo notável, no sentido positivo e negativo (de desordenamento), o concelho de Palmela e, em particular, a zona de Pinhal Novo.*”⁴⁰⁹

Ao serem criadas novas expectativas para a região, esses investimentos, que nem sempre se encontram no *caminho* do desenvolvimento, “*tendem, pelo menos, a inverter as lógicas anteriores de desemprego e miséria, suscitam iniciativas e fazem surgir novos protagonismos provenientes do Estado Central, dos fundos comunitários, dos empresários, núcleos sindicais e associações locais, de empresas estrangeiras, da Universidade e das autarquias locais*”.⁴¹⁰

19.2.1 - Grau de implicação e mobilização dos actores

Os objectivos que foram colocados aos actores tinham como intuito analisar a maior ou menor implicação destes no denominado *jogo de actores*.

Se para alguns actores a maioria dos objectivos se mostrou pertinente, para outros esses objectivos, pelo seu aspecto muito particular, é que lhes disseram directamente respeito, despertando-lhes interesse, e *obrigando* a tomar determinadas posições.

Ao proceder-se à quantificação dessa medida de implicação poder-se-ia ter em conta duas situações:

- ou considerava-se apenas a definição de uma posição relativamente a cada objectivo;

- ou passava-se a ter também em conta a intensidade dessa posição. “*Em suma, entre a estrutura «objectiva» de um problema e a sua solução na acção colectiva, intercala-se uma mediação autónoma (...), que impõe as suas próprias exigências e a*

⁴⁰⁹ - AMARO, Rogério Roque (1991) - “Lógicas de Espacialização da Economia Portuguesa”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 10, p. 174

⁴¹⁰ - *idem*

sua própria lógica.”⁴¹¹

Daí que a matriz 2 MAO venha permitir a *visualização* do posicionamento dos actores mais implicados pela realização, ou não realização, dos objectivos propostos.

Todavia, a simples consideração do posicionamento dos actores em relação aos objectivos com recurso à matriz 2 MAO mostra-se insuficiente, na medida em que o centro de gravidade do *jogo dos actores* não é colocado em evidência, pelo que se torna pertinente ter em conta as relações de força entre os actores e a sua mobilização através dos valores inscritos na matriz 3 MAO.⁴¹²

Tomou-se, então, em consideração o somatório em linha das matrizes 2 MAO e 3 MAO, que podem ser interpretados como um indicador dos *graus de implicação e de mobilização dos actores*.⁴¹³

Com este procedimento tornou-se possível proceder à distinção entre os actores considerados como os mais influentes e dominantes, nomeadamente do ponto de vista das relações de força e os actores que, embora se mostrem muito implicados em relação aos objectivos estratégicos, não são detentores de poder na relação de forças ou vice-versa.

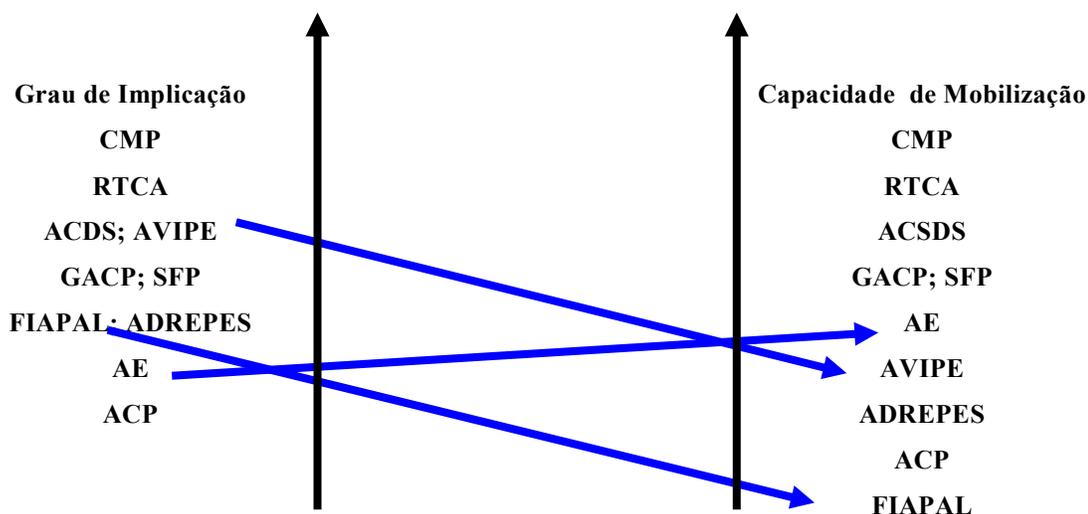
Deste modo, o *grau de implicação* de um determinado actor irá corresponder ao somatório dos valores absolutos das suas posições valorizadas sobre cada objectivo (somatório das linhas da 2 MAO); o *grau de mobilização* corresponde ao somatório dos valores absolutos das suas posições valorizadas e ponderadas pela sua relação de força (somatório das linhas da 3 MAO).

⁴¹¹- CROIZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard (1977) - *Op.cit.*, p. 21

⁴¹²- Cf. - GODET, Michel; BOURSE, François (1993) - *MACTOR - Methode d'analyse strategique du jeu des acteurs - Manuel d'utilisation du logiciel mactor*, La Varenne St. Hilaire, Heurisco, p. 22

⁴¹³ - *idem*

Gráfico 35 - Implicação e mobilização dos actores



Os actores mais implicados são a Câmara Municipal de Palmela (CMP), a Região de Turismo da Costa Azul (RTCA), seguindo-se a Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal (ACSDS) e a Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE).

No que se refere à capacidade de mobilização, a situação altera-se, pese embora os dois primeiros actores que apresentam maior capacidade de mobilização serem os mesmos que apresentam maior grau de implicação.

As alterações verificadas situam-se basicamente a partir do terceiro actor mais implicado e com maior capacidade de mobilização.

São os casos da Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE) que passa de terceiro actor mais implicado (*ex-aequo* com a Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal (ACSDS), que mantém a sua posição), para passar a ser o sétimo com capacidade de mobilização. O mesmo se passa com o Fórum da Indústria Automóvel de Palmela (FIAPAL), que desce para décimo lugar em matéria de capacidade de mobilização.

Situação inversa é manifestada pela Autoeuropa (AE) que em matéria de grau de implicação ocupa o nono lugar, assumindo o sexto lugar no que se refere à capacidade de mobilização.

19.3 - GRAU DE MOBILIZAÇÃO E DE CONFLITUALIDADE DOS OBJECTIVOS

Como assinala João Ferrão, “*As consequências espaciais da crescente (possibilidade de) interacção entre os processos globais de reestruturação das sociedades actuais e as características relativamente específicas de cada lugar - de que as estratégias desenvolvidas pelas empresas transnacionais constituem talvez o exemplo mais expressivo - são diversificadas e por vezes contraditórias.*”¹

Daí que se torne pertinente a análise dos objectivos, bem como os critérios que presidem à sua análise. Assim, os objectivos podem ser caracterizados através de dois critérios:

- através do seu *grau de conflitualidade* - pois existem objectivos consensuais e objectivos em torno dos quais se travam conflitos mais ou menos intensos;²

- através do seu *grau de mobilização* - ou seja, existem objectivos que mobilizam vontades de um pequeno número de actores, com mais ou menos intensidade, e objectivos em torno dos quais se verifica uma mobilização de grande número de actores.³

Os *graus de conflitualidade e mobilização* podem ser medidos de diversas formas. Optou-se por considerar:

- as posições simples, isto é, as posições de acordo, de desacordo ou de

¹- FERRÃO, João (1991) - “Terciarização e Território: emergência de novas configurações espaciais ?”, *Análise Social*, vol. XXVI, (114), pp. 833

²- Mediu-se o grau de conflitualidade dos objectivos, comparando a soma em coluna dos valores positivos ($\Sigma+$) de qualquer uma das matrizes 1 MAO, 2 MAO e 3 MAO e os valores negativos ($\Sigma-$). Quanto mais próximos forem esses valores maior é o grau de conflitualidade.

³ - Mediu-se o grau de mobilização dos objectivos com recurso ao somatório em coluna de qualquer das matrizes: 1 MAO, 2 MAO e 3 MAO. Quanto maior for esse valor maior é o grau de mobilização.

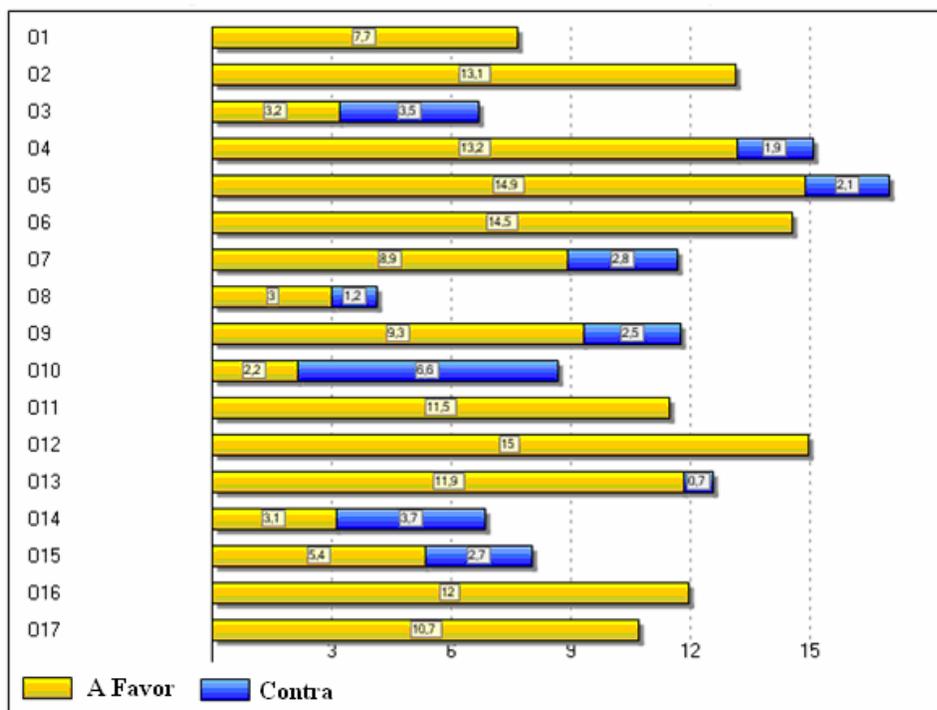
indiferença, indicadas pela matriz 1 MAO;

- as posições e o respectivo grau de intensidade, traduzidas pela matriz 2 MAO;

- as posições com grau de intensidade, ponderadas pelas relações de força, indicadas pela matriz 3 MAO.

Gráfico 36 - Histograma da mobilização dos actores sobre os objectivos

Histograma da mobilização dos actores sobre os objectivos (3 MAO)



Esta opção teve como intenção confrontar as ordenações dos objectivos obtidas com cada um destes critérios.

Deste modo, há a considerar:

a) quanto aos objectivos *mais conflituosos*, há a salientar: “*Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção*” e “*População activa predominante nos sectores secundário e terciário*”, que aparecem em qualquer das ordenações nos dois primeiros lugares, revelando pouco consenso por parte dos actores.

Estes dois objectivos são também os menos mobilizadores, uma vez que reúnem

poucos actores em torno de si. O primeiro objectivo encontra-se relacionado com o primeiro *Desafio Estratégico* (D1) – “*Continuar a manter a especificidade agrícola do Município*”, e o segundo objectivo relaciona-se com o segundo *Desafio Estratégico* (D2) – “*Abertura do Município ao investimento exterior/aceleração do processo de industrialização*”

b) os objectivos “*Existência de Planeamento*” e “*Especificidade Agrícola do Município*”, aparecem como objectivos que reúnem o maior consenso por parte dos actores e por isso se mostram pouco conflituosos. Há contudo a registar que o objectivo “*Especificidade Agrícola do Município*” se torna num objectivo consensual apenas nas matrizes 2 MAO e 3 MAO, resultando do grau de intensidade, e do grau de intensidade ponderado pelas relações de força dos actores.

Por outro lado, estes dois objectivos apresentam-se como os *mais mobilizadores*, na medida em que conseguem uma maior mobilização de actores e de um grau de intensidade maior que os restantes objectivos considerados. Se cruzarmos o *grau de conflitualidade* (muito e pouco conflitual) com o *grau de mobilização* (muito e pouco mobilizador) dos objectivos, há a possibilidade de proceder à sua classificação em quatro grupos distintos:

1º grupo - *principais conflitos*: neste grupo estarão todos os objectivos que implicam fortemente grande número de actores em sentidos muito contraditórios;

2º grupo - *conflitos secundários*: consistem nos objectivos que sejam simultaneamente muito conflituais e que impliquem um número reduzido de actores, ou actores pouco relevantes na relação de forças que exercem;

3º grupo - *consensos pouco mobilizadores*: cabem nesta classificação os objectivos que sejam simultaneamente pouco ou nada conflituais e que impliquem um número reduzido de actores ou actores pouco relevantes na relação de forças.

4º grupo - *consensos mobilizadores*: são formados pelos objectivos que sejam simultaneamente pouco ou nada conflituais e que impliquem um número importante de

actores ou actores muito relevantes na relação de forças;

Quadro 73 - Ordenação dos objectivos segundo o grau de mobilização

↑ muito mobilizador	1 MAO	2 MAO	3 MAO
	↓ pouco mobilizador	<p>O12 - Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal</p> <p>O2 - População activa predominante nos sectores secundário e terciário</p> <p>O5 - Existência de Planeamento</p> <p>O4 - Integração no Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado</p> <p>O7 - Tecido industrial em expansão</p> <p>O16 – Impacto da Ponte Vasco da Gama</p> <p>O6 -Preservação das zonas históricas O11 - Especificidade Agrícola do Município</p> <p>O13 - Efeito de atracção de populações</p> <p>O17 – Impacto do Comboio da Ponte</p> <p>O1 - Alteração da estrutura da população residente</p> <p>O3 - Grandes áreas expectantes</p> <p>O9 - Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção O14 -Dinâmica do sector imobiliário</p> <p>O15 - Necessidade espacial do secundário</p> <p>O8 - Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção</p> <p>O10 - Comércio dependente de Setúbal</p>	<p>O5 - Existência de Planeamento</p> <p>O12 - Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal</p> <p>O6 -Preservação das zonas históricas</p> <p>O4 - Integração no Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado</p> <p>O2 - População activa predominante nos sectores secundário e terciário</p> <p>O11 - Especificidade Agrícola do Município</p> <p>O7 - Tecido industrial em expansão</p> <p>O13 - Efeito de atracção de populações</p> <p>O16 – Impacto da Ponte Vasco da Gama</p> <p>O17 – Impacto do Comboio da Ponte</p> <p>O9 - Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção</p> <p>O1 - Alteração da estrutura da população residente</p> <p>O3 - Grandes áreas expectantes</p> <p>O14 -Dinâmica do sector imobiliário</p> <p>O15 - Necessidade espacial do secundário</p> <p>O8 - Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção</p> <p>O10 - Comércio dependente de Setúbal</p>

No jogo de actores do município de Palmela verificou-se que não existe nenhum objectivo que seja simultaneamente *muito mobilizador e muito conflituoso*. Isto quer dizer que não foi determinado nenhum *conflito principal* que implicasse fortemente um grande número de actores possuidores de sentidos contraditórios entre si;

Os *conflitos secundários*, vão incidir sobre os objectivos que são simultaneamente *pouco conflituais e pouco mobilizadores*.

É o caso dos objectivos: “*Comércio dependente de Setúbal*”, este objectivo muito conflitual, começa hoje a mostrar a sua incapacidade mobilizadora entre os actores, uma vez que os grandes espaços comerciais que nos últimos anos têm emergido nos municípios do norte da Península de Setúbal, nomeadamente em Almada, Montijo, Alcochete e Seixal, têm suplantado (senão mesmo aniquilado, pelo menos parte) o comércio da cidade de Setúbal, quer em termos de oferta, quer em termos dos próprios horários de funcionamento do chamado *comércio tradicional* ou *de rua*; na “*Dinâmica do sector imobiliário*”, constata-se que o sector imobiliário se encontra pouco dinâmico, dado que Portugal se encontra num cenário de crise económica onde faltam, entre outros, os grandes investimentos, sobretudo os de origem estrangeira, o que tem contribuído para que este objectivo apresente estas características muito conflituais e pouco mobilizadoras; a “*Existência de áreas expectantes*” parece também ser uma situação que está longe de se apresentar mais ou menos pacífica, na medida em que dada a falta de investimentos e o próprio sector imobiliário se apresentar pouco dinâmico, merece grande preocupação por parte dos actores em presença, uma vez que se desconhece o destino a dar a essas áreas; os três objectivos “*Tecido Industrial em expansão*”, “*Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção*” e “*Necessidade espacial do secundário*” poderão ser analisados simultaneamente, uma vez que constituem três aspectos do mais recente processo de industrialização; contrariamente ao que seria suposto, estes objectivos não são muito mobilizadores, mas são muito conflituosos, e uma vez que nem sempre existe acordo entre os vários actores sobre a pluralidade de modos de desenvolvimento, uma vez que alguns deles referem o facto de muitos dos espaços não estarem bem definidos. Mesmo o objectivo referente a uma possível conflitualidade entre as pequenas e médias empresas e

as grandes unidades de produção ainda detém algum impacto, na medida em que há um reconhecimento tácito da importância económica e social que as grandes unidades de produção representam quer para o município, quer para a região, quer para o País, mas os que aqui existiam previamente à sua vinda, nunca receberam incentivos; o objectivo “*Integração no Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado*” enquadra-se neste grupo de *conflitos secundários*, na medida em que o recente *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida* tem suscitado um conjunto de críticas, nomeadamente do sector agrícola que se considera como um dos mais prejudicados. No entanto, os actores entrevistados referem que a integração de parte do território municipal nos *espaços naturais* se mostrou benéfico e, por outro lado, pode mostrar aptidões para o aproveitamento turístico

Os *consensos pouco mobilizadores* prendem-se com os seguintes objectivos: a “*Alteração da estrutura da população residente*”, é pouco mobilizadora e pouco conflitual. A composição social da população residente no território do município de Palmela é bastante diferente daquela que existia há algumas décadas atrás. Há lugares, como Pinhal Novo, que se caracterizam por serem possuidores de uma elevada rotatividade da sua população, transformando-se no *grande dormitório* deste município.

Todavia, estas hipóteses carecem de melhor confrontação empírica; a “*Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção*”, uma vez que os actores remetem o território do município de Palmela para um lugar de *território complementar e não alternativo* a Setúbal, e que em sua opinião se deve à sua posição central que ocupa na Península de Setúbal e às várias vias de comunicação existentes e acessibilidades presentes; o objectivo “*Impacto do Comboio na Ponte 25 de Abril*” apresenta-se como pouco mobilizador, uma vez que ainda não é possível observar os impactos produzidos neste território devido ao facto da extensão do serviço ferroviário em causa até à cidade de Setúbal ¹ só se ter iniciado em Outubro de 2004.

¹ - O município de Palmela é servido pelas estações de Pinhal Novo, Venda do Alcaide e Palmela.

Quadro 74 - Ordenação dos Objectivos segundo o grau de conflitualidade

↑
muito conflituoso

1MAO	2MAO	3MAO
<p>O10 - Comércio dependente de Setúbal</p> <p>O3 - Grandes áreas expectantes</p> <p>O14 -Dinâmica do sector imobiliário</p> <p>O7 - Tecido industrial em expansão</p> <p>O9 - Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção</p> <p>O12 - Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal</p> <p>O13 - Efeito de atracção de populações</p> <p>O15 - Necessidade espacial do secundário</p> <p>O4 - Integração no Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado</p> <p>O5 - Existência de Planeamento</p> <p>O8 - Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção</p> <p>O1 - Alteração da estrutura da população residente</p> <p>O2 - População activa predominante nos sectores secundário e terciário</p> <p>O6 -Preservação das zonas históricas</p> <p>O11 -Especificidade Agrícola do Município O16 – Impacto da Ponte Vasco da Gama</p> <p>O17 – Impacto do Comboio da Ponte</p>	<p>O10 - Comércio dependente de Setúbal</p> <p>O3 - Grandes áreas expectantes</p> <p>O7 - Tecido industrial em expansão</p> <p>O14 -Dinâmica do sector imobiliário</p> <p>O15 - Necessidade espacial do secundário</p> <p>O4 - Integração no Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado</p> <p>O9 - Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção</p> <p>O13 - Efeito de atracção de populações</p> <p>O5 - Existência de Planeamento</p> <p>O8 - Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção</p> <p>O1 - Alteração da estrutura da população residente</p> <p>O2 - População activa predominante nos sectores secundário e terciário</p> <p>O6 -Preservação das zonas históricas</p> <p>O11 -Especificidade Agrícola do Município</p> <p>O12 - Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal</p> <p>O16 – Impacto da Ponte Vasco da Gama</p> <p>O17 – Impacto do Comboio da Ponte</p>	<p>O10 - Comércio dependente de Setúbal</p> <p>O14 -Dinâmica do sector imobiliário</p> <p>O3 - Grandes áreas expectantes</p> <p>O7 - Tecido industrial em expansão</p> <p>O15 - Necessidade espacial do secundário</p> <p>O9 - Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção</p> <p>O5 - Existência de Planeamento</p> <p>O4 - Integração no Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado</p> <p>O8 - Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção</p> <p>O13 - Efeito de atracção de populações</p> <p>O1 - Alteração da estrutura da população residente</p> <p>O2 - População activa predominante nos sectores secundário e terciário</p> <p>O6 -Preservação das zonas históricas</p> <p>O11 -Especificidade Agrícola do Município</p> <p>O12 - Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal</p> <p>O16 – Impacto da Ponte Vasco da Gama</p> <p>O17 – Impacto do Comboio da Ponte</p>

pouco conflituoso

Finalmente, os chamados *consensos mobilizadores* congregaram um conjunto de objectivos que merecem alguma reflexão. Assim, a “*Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal*” relaciona-se com o papel de *charneira* de que se falava no início deste trabalho e que recebe a concordância, por parte da grande maioria dos actores, que acham que o município de Palmela, pela sua centralidade no contexto espacial da Península de Setúbal, se apresenta como um espaço cheio de potencialidades a explorar; na “*Existência de Planeamento*”, todos os actores revelaram a sua concordância com a existência de Planeamento. Um certo desejo de ordenamento do território parece atravessar os vários interesses. Este desejo de um *território arrumado*, ou com os *espaços da indústria, da agricultura e das áreas urbanas bem definidas*, não invalidou que alguns actores levantassem algumas questões quanto ao modo em como é feito esse Planeamento; a “*Preservação das Zonas Históricas*”, nomeadamente os centros históricos de Palmela, de Pinhal Novo e de Quinta do Anjo, e outras zonas históricas nomeadamente o Castelo de Palmela e a sua zona envolvente, receberam dos actores entrevistados uma opinião favorável, centrando-se as opiniões na questão da sua recuperação e na defesa do património edificado, bem como nas potencialidades turísticas que o mesmo apresenta; o “*Impacto da Ponte Vasco da Gama*” tornou-se num consenso mobilizador, na medida em que os actores reconhecem que houve uma melhoria substancial *de facto* em matéria de acessibilidades e que estas se tornaram numa mais-valia para o município; o “*Efeito de atracção de populações*” tem a ver não só com as acessibilidades rodo-feroviárias, como com a oferta de habitação junto aos principais centros urbanos dotados de meios de transporte, de que Pinhal Novo é exemplo em termos do seu crescimento populacional, e com o tecido empresarial que se encontra ainda em expansão; o objectivo “*Especificidade Agrícola do Município*” revelou uma posição, quase unânime, por parte dos actores envolvidos nesta investigação. Embora as opiniões sejam canalizadas para os aspectos relacionados com a especificidade agrícola do Município, os actores fazem apelo ao aumento da qualidade dos produtos agrícolas como condição de concorrência e de sobrevivência da economia agrícola local; a “*População activa predominantemente nos sectores secundário e terciário*” que apresenta-se muito mobilizadora e pouco conflitual.

É dado assente que a população agrícola diminuiu substancialmente e que essa tendência de diminuição se vai acentuar nos próximos tempos. Por outro lado, quer as indústrias, quer os vários serviços que se encontram a operar neste território, têm a perfeita noção do tipo de mão-de-obra que se encontra no município.

Quadro 75 – Classificação dos Objectivos segundo o seu grau de mobilização e conflitualidade ¹

	MUITO CONFLITUAL	POUCO CONFLITUAL
MUITO MOBILIZADOR	<i>PRINCIPAL CONFLITO</i>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ O12 - Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal ◆ O5 - Existência de Planeamento ◆ O6 - Preservação das Zonas Históricas ◆ O16 - Impacto da Ponte Vasco da Gama ◆ O13 - Efeito de atracção de populações ◆ O11 - Especificidade Agrícola do Município ◆ O2 - População activa predominante nos sectores secundário e terciário <p style="text-align: center;"><i>CONSENSOS MOBILIZADORES</i></p>
POUCO MOBILIZADOR	<ul style="list-style-type: none"> ◆ O10 - Comércio dependente de Setúbal ◆ O14 - Dinâmica do sector imobiliário ◆ O8 - Conflitualidade entre a pequena e média empresa e as grandes unidades de produção ◆ O3 – Existência de áreas expectantes ◆ O7 - Tecido Industrial em expansão ◆ O15 - Necessidade espacial do secundário ◆ O4 - Integração no Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado <p style="text-align: center;"><i>CONFLITOS SECUNDÁRIOS</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ O1 - Alteração da estrutura da população residente ◆ O9 - Alternativa a Setúbal quanto à fixação de novas unidades de produção ◆ O17 – Impacto do Comboio da Ponte <p style="text-align: center;"><i>CONSENSOS POUCO MOBILIZADORES</i></p>

¹- Utilizou-se a terminologia proposta por Margarida Perestrelo e José Maria Castro Caldas na pesquisa já referida.

19.4 – DAS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DOS ACTORES AO POSICIONAMENTO DOS ACTORES: SUAS ALIANÇAS E CONFLITOS

Quando se recorre ao MACTOR, o objectivo central que se procura alcançar é a identificação das possíveis alianças e conflitos entre os diversos actores.

O método permite construir matrizes de convergência e divergência de actores a partir das quais é possível determinar grupos estratégicos de actores.

19.4.1 – Matriz de Divergências entre Actores

Partindo-se do princípio que existe conflito entre o actor i e o actor j relativamente ao objectivo k , recorre-se à 2 MAO para se calcular a *Matriz Valorizada de Divergências Actores \times Actores* (2 DAA), que mais não é do que o resultado da semi-amplitude do conjunto das divergências existentes entre os diferentes actores face aos vários objectivos que lhes foram propostos.

Recorrendo à soma das medidas dos objectivos em conflitos consegue-se determinar qual a divergência existente entre um par de actores perante o conjunto de objectivos que foi proposto.

Realce-se, contudo, que os valores que surgem nesta matriz não medem o número de potenciais conflitos, mas sim a intensidade dos conflitos existentes em cada par de actores nas suas hierarquizações de objectivos. Daí que esta matriz se apresente simétrica.

Quadro 76 - Matriz Valorizada de Divergências Actores × Actores (2 DAA)

2DAA	CMP	ACSDS	AVIPE	FIAPAL	ADREPES	AE	GACP	ACP	SFP	RTCA
CMP	0,0	2,5	7,0	4,0	6,5	0,0	0,0	3,5	3,5	3,5
ACSDS	2,5	0,0	3,0	2,5	3,5	1,0	1,5	3,5	3,0	1,5
AVIPE	7,0	3,0	0,0	7,5	2,5	3,5	5,5	6,0	7,0	9,5
FIAPAL	4,0	2,5	7,5	0,0	4,0	1,5	1,5	3,5	1,5	2,0
ADREPES	6,5	3,5	2,5	4,0	0,0	5,0	5,5	3,5	6,0	5,5
AE	0,0	1,0	3,5	1,5	5,0	0,0	1,0	1,5	0,0	0,0
GACP	0,0	1,5	5,5	1,5	5,5	1,0	0,0	1,5	2,0	1,0
ACP	3,5	3,5	6,0	3,5	3,5	1,5	1,5	0,0	1,0	3,0
SFP	3,5	3,0	7,0	1,5	6,0	0,0	2,0	1,0	0,0	0,0
RTCA	3,5	1,5	9,5	2,0	5,5	0,0	1,0	3,0	0,0	0,0
Nombre de divergences	30,5	22,0	51,5	28,0	42,0	13,5	19,5	27,0	24,0	26,0
Degré de divergence (%)	24,1									

© UPSOR-EPIITA-MACTOR

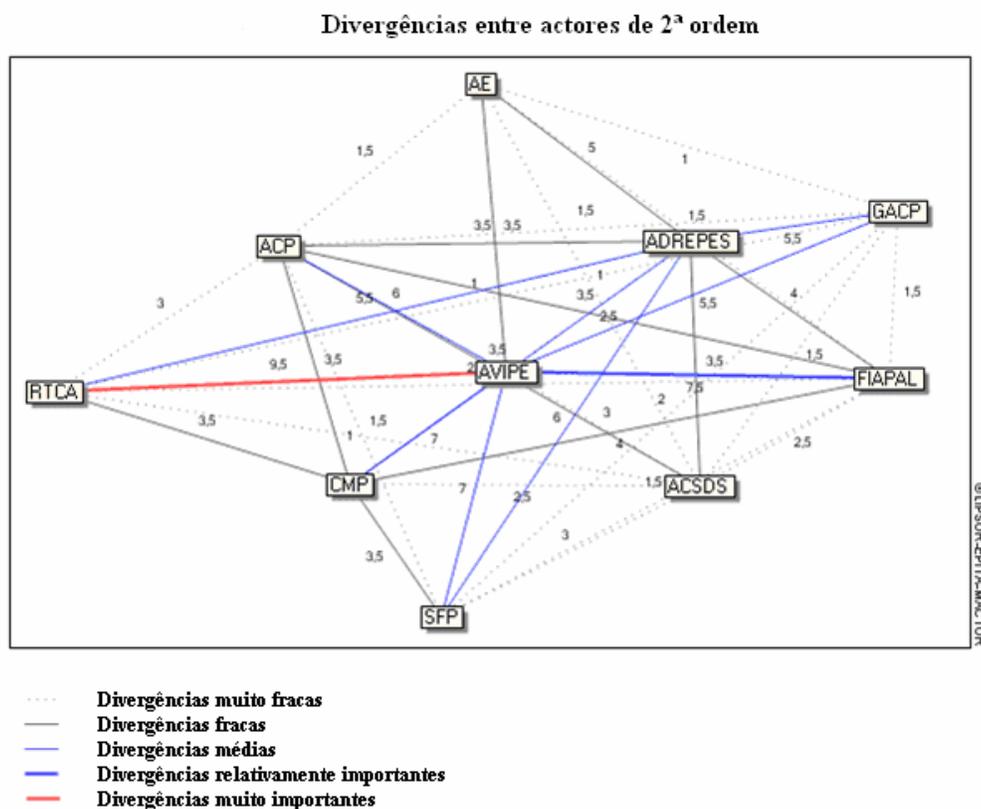
Quando o MACTOR calcula a *Matriz Valorizada de Divergências Actores × Actores (2 DAA)* estabelece um *limiar de divergência*, ou seja, o *grau de divergência* que., a partir do qual se considera que existe incompatibilidade entre actores.

Neste estudo, verificou-se que o grau de divergência entre os actores do município de Palmela foi de 24,1%.

Embora os actores não necessitem de estar de acordo com todos os objectivos que lhes são propostos, a partir de 24,1% torna-se difícil serem incluídos no mesmo grupo estratégico.

No caso empírico, poderiam ser incluídos no mesmo grupo estratégico os actores que apresentassem valores inferiores ao grau de divergência encontrado. Estariam neste caso: a Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal (ACSDS), a Autoeuropa (AE), o Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela (GACP) e a Sociedade Filarmónica Palmelense *Loureiros* (SFP).

Gráfico 37 - Divergências entre actores de 2ª ordem



O gráfico das divergências entre actores de 2ª ordem revela que a principal divergência se encontra no par de actores Região de Turismo da Costa Azul (RTCA) e Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE).

A divergência considerada importante verifica-se entre o Fórum da Indústria Automóvel de Palmela (FIAPAL) e a Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE).

Em seguida, procedeu-se à determinação da *Matriz Valorizada Ponderada de Divergências Actores × Actores* (3 DAA), com o objectivo de identificar a intensidade média de cada par de actores na situação em que dois actores se encontrem em oposição face a um determinado objectivo. Esta matriz que tal como a anterior, é simétrica, apresenta valores que medem a intensidade desses conflitos quando as hierarquias de objectivos que foram estabelecidas por cada par de actores se encontram em oposição, assim como revela as relações de força existentes entre eles.

Quadro 77 - Matriz Valorizada e Ponderada de Divergências Actores × Actores (3 DAA)

3DAA	CMP	ACSDS	AVIPE	FIAPAL	ADREPES	AE	GACP	ACP	SFP	RTCA
CMP	0,0	3,1	6,7	0,0	7,1	0,0	0,0	4,4	4,5	4,2
ACSDS	3,1	0,0	2,3	0,0	3,1	1,4	1,7	3,6	3,2	1,5
AVIPE	6,7	2,3	0,0	0,0	1,7	3,5	4,4	5,1	5,9	7,3
FIAPAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ADREPES	7,1	3,1	1,7	0,0	0,0	5,9	5,2	3,1	5,6	4,7
AE	0,0	1,4	3,5	0,0	5,9	0,0	1,5	2,0	0,0	0,0
GACP	0,0	1,7	4,4	0,0	5,2	1,5	0,0	1,7	2,4	1,1
ACP	4,4	3,6	5,1	0,0	3,1	2,0	1,7	0,0	1,1	3,1
SFP	4,5	3,2	5,9	0,0	5,6	0,0	2,4	1,1	0,0	0,0
RTCA	4,2	1,5	7,3	0,0	4,7	0,0	1,1	3,1	0,0	0,0
Nombre de divergences	30,1	19,7	36,8	0,0	36,3	14,3	17,8	24,0	22,7	21,8
Degré de divergence (%)	0,0									

© UPSOR-EPTA-MACTOR

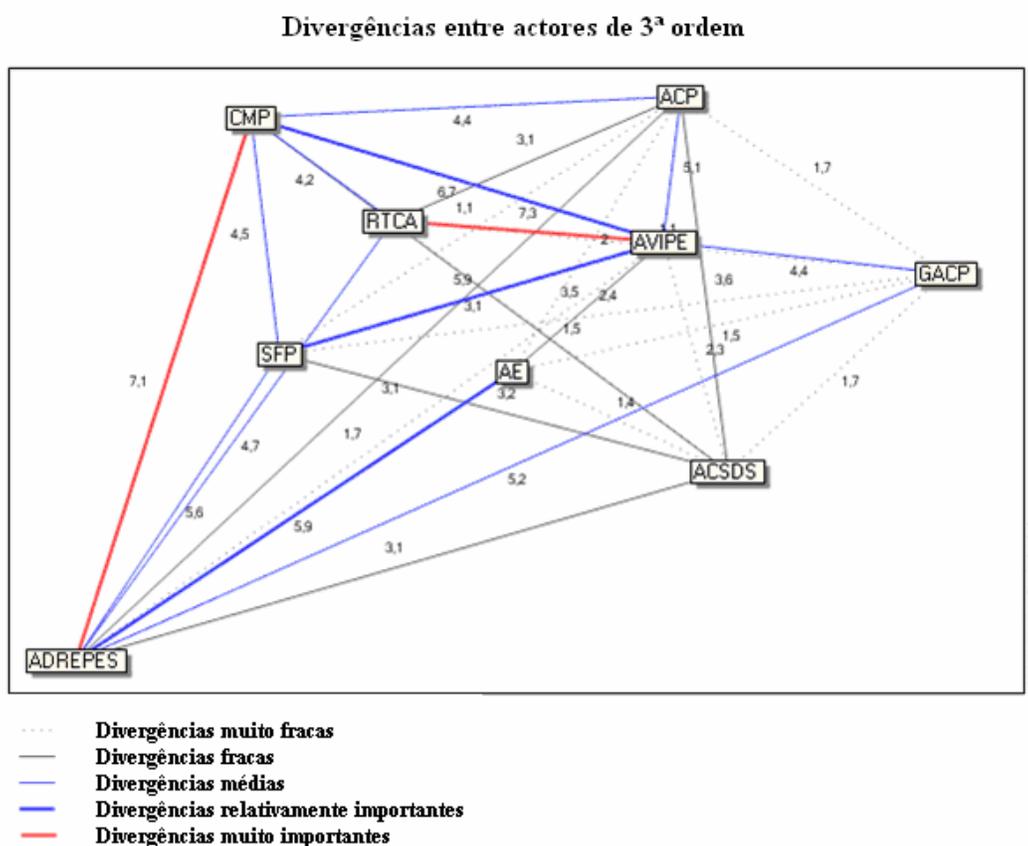
Nesta matriz, o *grau de divergência* encontra-se associado às posições valorizadas ponderadas que indicam de modo global a percentagem de divergências encontradas no conjunto dos actores sobre os objectivos propostos.

No caso do estudo empírico esse *grau de divergência* é de 0%.

Os actores com maior número de divergências são a Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE), a Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES) e a Câmara Municipal de Palmela. O actor que apresenta menor número de divergências é a Autoeuropa (AE).

Como se pode verificar no gráfico referente às divergências de actores de 3^a orrdem, as principais divergências verificam-se entre dois pares de actores: a Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES) e a Câmara Municipal de Palmela (CMP), com uma intensidade de divergência e de relação de força de 7,1; a Região de Turismo da Costa Azul (RTCA) e a Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE), com uma intensidade de divergência e de relação de força de 7,3.

Gráfico 38 - Divergências entre actores de 3ª ordem



19.4.2 – Matriz de Convergências entre Actores

A *Matriz Valorizada de Convergências Actores × Actores* (2 CAA) à semelhança da Matriz (2 DAA), vai proceder ao cálculo da intensidade média das convergências por cada par de actores que tenham a mesma valência (ambos favoráveis ou ambos desfavoráveis ao mesmo objectivo).

Os valores que se encontram inscritos na matriz não medem o número de potenciais alianças, mas sim a intensidade dessas alianças por cada par de actores em relação à hierarquização dos objectivos propostos. Tal como nos casos anteriores, esta matriz é simétrica.

Quadro 78 - Matriz Valorizada de Convergências Actores × Actores (2 CAA)

2CAA	CMP	ACSDS	AVIPE	FIAPAL	ADREPES	AE	GACP	ACP	SFP	RTCA
CMP	0,0	21,0	15,0	14,0	11,0	13,5	22,5	7,0	17,0	23,5
ACSDS	21,0	0,0	9,5	11,5	5,5	10,0	14,5	2,5	12,5	19,5
AVIPE	15,0	9,5	0,0	7,0	12,5	3,5	10,0	1,5	4,0	9,0
FIAPAL	14,0	11,5	7,0	0,0	7,5	6,5	10,0	4,5	8,5	13,5
ADREPES	11,0	5,5	12,5	7,5	0,0	2,5	6,5	2,5	4,5	7,5
AE	13,5	10,0	3,5	6,5	2,5	0,0	9,5	2,0	9,5	12,0
GACP	22,5	14,5	10,0	10,0	6,5	9,5	0,0	4,0	11,5	17,5
ACP	7,0	2,5	1,5	4,5	2,5	2,0	4,0	0,0	5,5	7,0
SFP	17,0	12,5	4,0	8,5	4,5	9,5	11,5	5,5	0,0	17,5
RTCA	23,5	19,5	9,0	13,5	7,5	12,0	17,5	7,0	17,5	0,0
Nombre de convergences	144,5	106,5	72,0	83,0	60,0	69,0	106,0	36,5	90,5	127,0
Degré de convergence (%)	75,9									

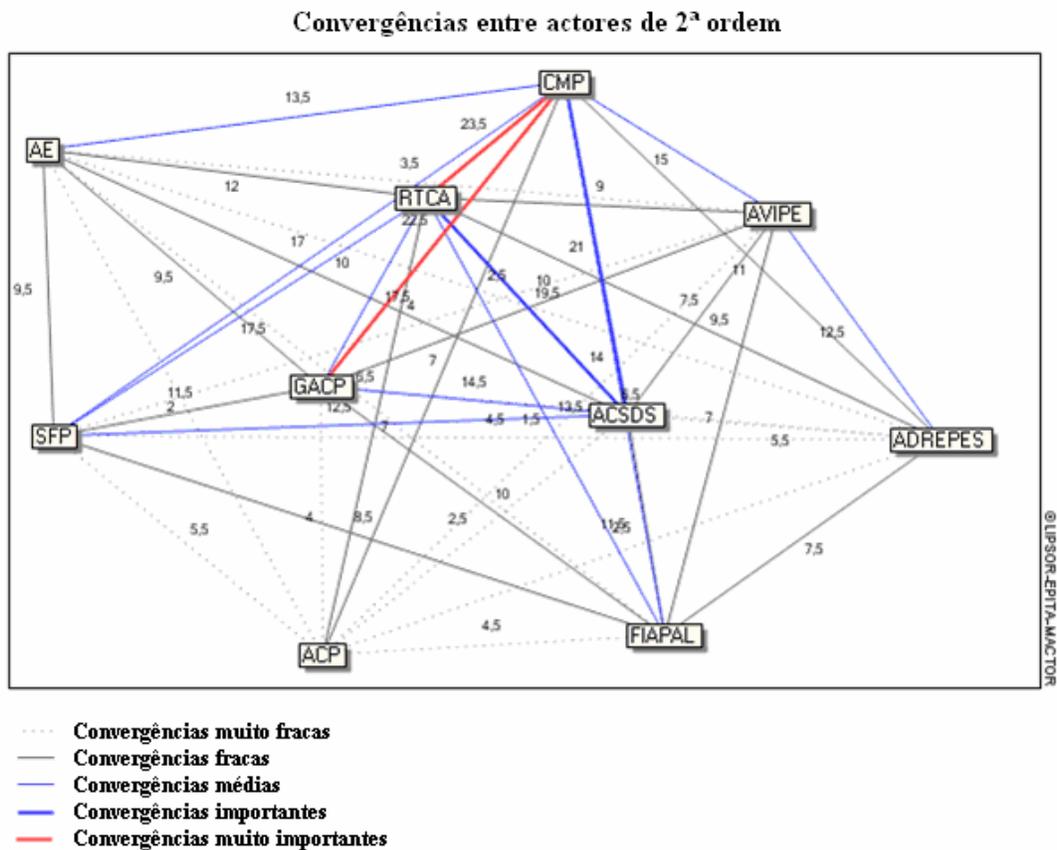
© IIPSOR-EPIITA-MACTOR

Quando estabelece o cálculo da *Matriz Valorizada de Convergências Actores × Actores (2 CAA)*, o MACTOR calcula o *grau de convergência* que se encontra associado às posições valorizadas e que indica globalmente a percentagem de convergência do conjunto de actores sobre o conjunto dos objectivos propostos.

No estudo empírico, verificou-se que o *grau de convergência* apresentado pela (2 CAA) foi de 75,9%, o que significa que o grau inferior a essa média é revelador de um *jogo de actores* potencialmente conflitual.

Encontram-se neste caso os actores: Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE), Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES), Autoeuropa (AE) e Adega Cooperativa de Palmela (ACP).

Gráfico 39 - Convergências entre actores de 2ª ordem



No gráfico é possível verificar que as convergências consideradas como as mais importantes são estabelecidas entre a Câmara Municipal de Palmela (CMP) e o Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela (GACP); e a Câmara Municipal de Palmela (CMP) e a Região de Turismo da Costa Azul (RTCA).

Estes dois últimos actores mantêm uma convergência considerada importante com a Associação do comércio e Serviços do distrito de Setúbal (ACSDS).

Recorreu-se à *Matriz Valorizada Ponderada de Convergências Actores × Actores* (3 CAA) com o objectivo de identificar a intensidade média de cada par de actores quando dois actores se encontram em convergência face a um determinado objectivo (ambos de acordo ou ambos em oposição face a um objectivo). Esta matriz que, tal como a anterior, é simétrica, apresenta valores que medem a intensidade dessas alianças por cada par de actores, as suas hierarquias de objectivos e as relações de força existentes

entre eles.

Quadro 79 - Matriz Valorizada Ponderada de Convergências Actores × Actores (3 CAA)

3CAA	CMP	ACSDS	AVIPE	FIAPAL	ADREPES	AE	GACP	ACP	SFP	RTCA
CMP	0,0	24,8	15,2	0,0	12,1	20,8	29,5	8,7	22,1	28,1
ACSDS	24,8	0,0	7,8	0,0	4,8	12,8	15,3	2,5	13,3	19,1
AVIPE	15,2	7,8	0,0	0,0	8,6	3,5	8,6	1,2	3,1	7,0
FIAPAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ADREPES	12,1	4,8	8,6	0,0	0,0	3,0	5,9	2,3	4,0	6,4
AE	20,8	12,8	3,5	0,0	3,0	0,0	14,2	2,9	13,9	15,2
GACP	29,5	15,3	8,6	0,0	5,9	14,2	0,0	4,4	13,6	18,5
ACP	8,7	2,5	1,2	0,0	2,3	2,9	4,4	0,0	6,1	7,1
SFP	22,1	13,3	3,1	0,0	4,0	13,9	13,6	6,1	0,0	18,6
RTCA	28,1	19,1	7,0	0,0	6,4	15,2	18,5	7,1	18,6	0,0
Nombre de convergences	161,3	100,5	55,0	0,0	47,1	86,1	110,0	35,4	94,8	120,1
Degré de convergence (%)	0,0									

© LPSOR-EPITA-MACTOR

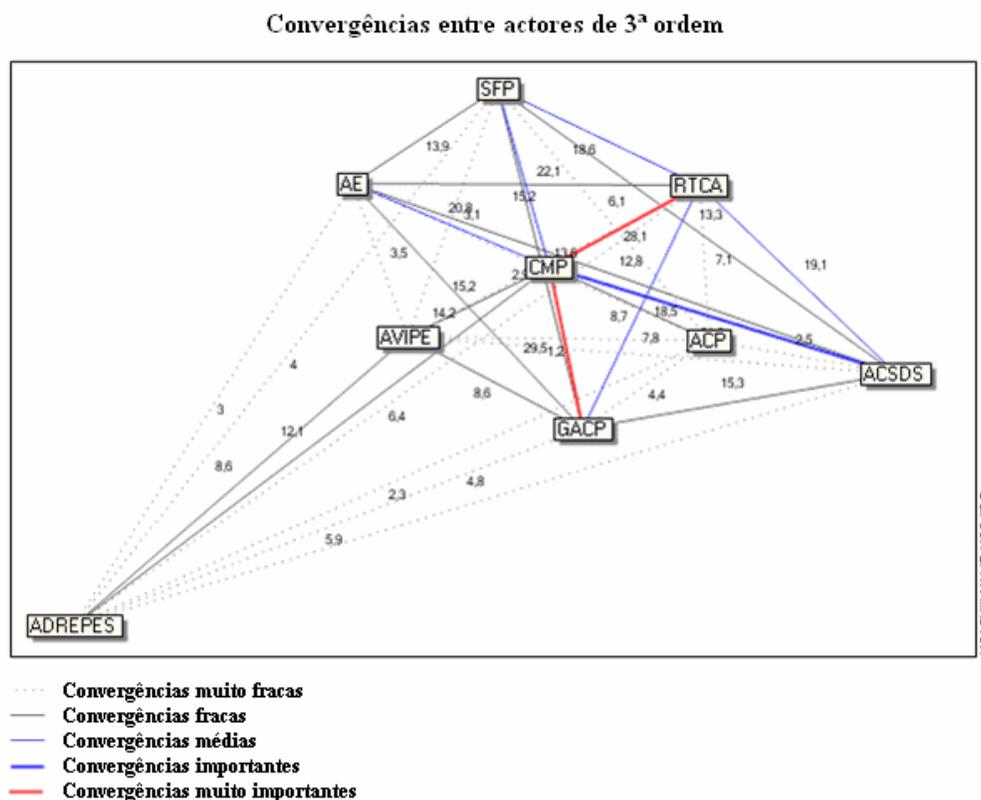
Também para esta matriz o MACTOR calcula o *grau de convergência* associado às posições valorizadas ponderadas, que de um modo geral vão indicar a percentagem de convergências do conjunto de actores sobre o conjunto dos objectivos propostos.

No estudo empírico, este *grau de convergência* associado à (3 CAA) foi de 0%.

O actor com maior número de convergências foi a Câmara Municipal de Palmela (CMP), logo seguido pela Região de Turismo da Costa Azul (RTCA) e pelo Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela (GACP).

O actor que apresentou menor número de convergências foi o Fórum da Indústria Automóvel de Palmela (FIAPAL).

Gráfico 40 - Convergências entre actores de 3ª ordem



Das convergências consideradas como muito importantes, salientam-se dois pares de actores: a Câmara Municipal de Palmela (CMP) e o Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela (GACP), com uma intensidade de convergências e de relação de força de 29,5; e a Câmara Municipal de Palmela (CMP) e a Região de Turismo da Costa Azul (RTCA), com uma intensidade de convergências e de relação de força de 28,1.

As convergências consideradas importantes circunscrevem-se apenas a um par de actores: a Câmara Municipal de Palmela (CMP) e a Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal (ACSDS), com uma intensidade de convergências e de relação de força de 18,5.

Dois actores poderão, contudo, ter entre si um conjunto de posições convergentes sobre determinados objectivos e um conjunto de posições divergentes sobre outros objectivos. Esta situação denomina-se ambivalente.

Se esses actores pensam estabelecer uma aliança entre si, deverão chegar a consensos sobre os objectivos que os separam. Esta ambivalência poderá ser encontrada através de três indicadores de equilíbrio, recorrendo às suas posições simples, valorizadas, e valorizadas e ponderadas.

Quadro 80 - Indicadores de ambivalência de actores

	EQ1]	EQ2]	EQ3]
CMP	0,4	0,3	0,0
ACSDS	0,4	0,3	0,0
AVIPE	0,7	0,7	0,0
FIAPAL	0,5	0,5	0,0
ADREPES	0,8	0,7	0,0
AE	0,3	0,3	0,0
GACP	0,3	0,3	0,0
ACP	0,7	0,6	0,0
SFP	0,4	0,3	0,0
RTCA	0,4	0,3	0,0

© LPSOR-EPIA-MACTOR

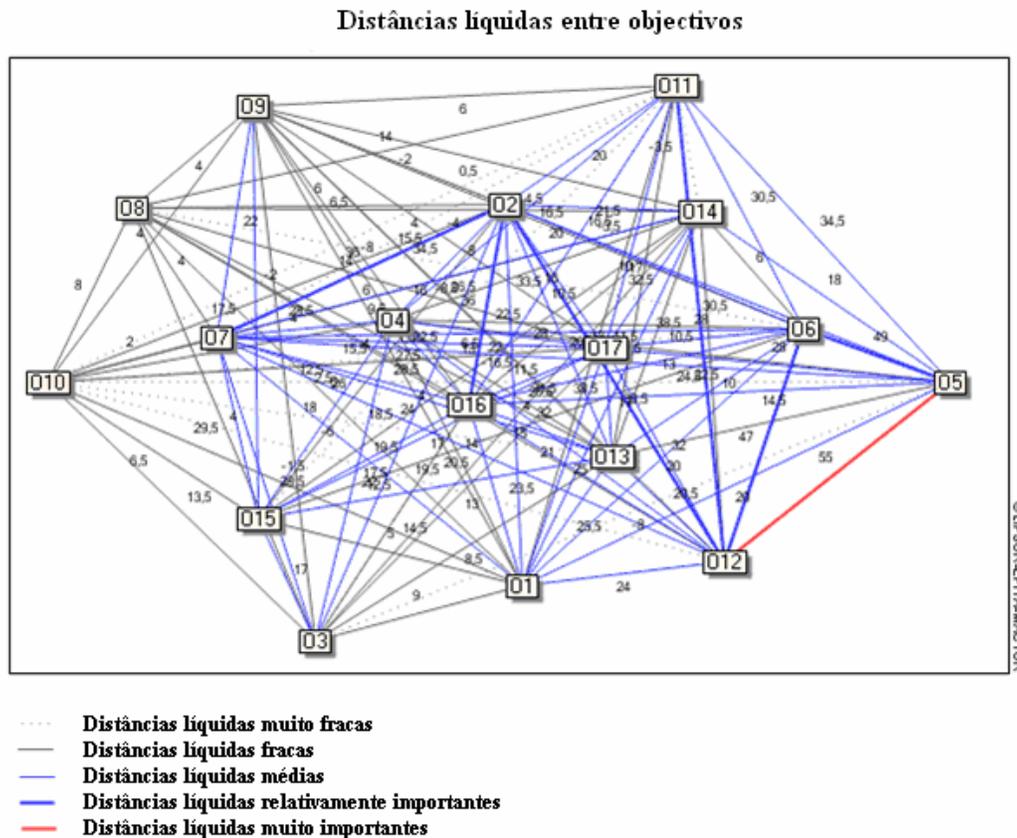
O MACTOR calculou, para cada actor, um indicador de equilíbrio das posições que resumem a sua ambivalência em relação ao conjunto dos restantes actores; quanto mais elevado for o valor apresentado pelo actor (próximo de 1) , menor será a sua ambivalência com os restantes actores. Isto quer dizer que ele poderá ser *totalmente convergente* ou *totalmente divergente* em relação a cada um dos restantes actores A sua posição será *equilibrada* ou *estável*.

Os actores ambivalentes, ao contrário do que se acabou de referir, apresentam um indicador de equilíbrio próximo de 0. A sua *instabilidade* poderá ser observada, uma vez que os actores tanto poderão ser possuidores de convergências, como de divergências em relação aos restantes actores.

Nas posições simples denota-se alguma estabilidade por parte dos actores Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES),

Associação de Viticultores do Concelho de Palmela (AVIPE) e Adega Cooperativa de Palmela (ACP), que decresce de equilíbrio quando se passa a considerar a sua posição valorizada. Quando se consideram as posições valorizadas e ponderadas o jogo é de extrema instabilidade, atingindo-se a ambivalência absoluta.

Gráfico 41 - Distâncias líquidas entre objectivos



Este gráfico permite localizar quais os objectivos sobre os quais os actores se posicionam da mesma forma, em termos de acordos e de desacordos. Para tal, o MACTOR procedeu ao balanço líquido obtido pela diferença entre a *Matriz valorizada das convergências de objectivos* (2 COO) e a *Matriz valorizada das divergências de objectivos* (2 DOO).

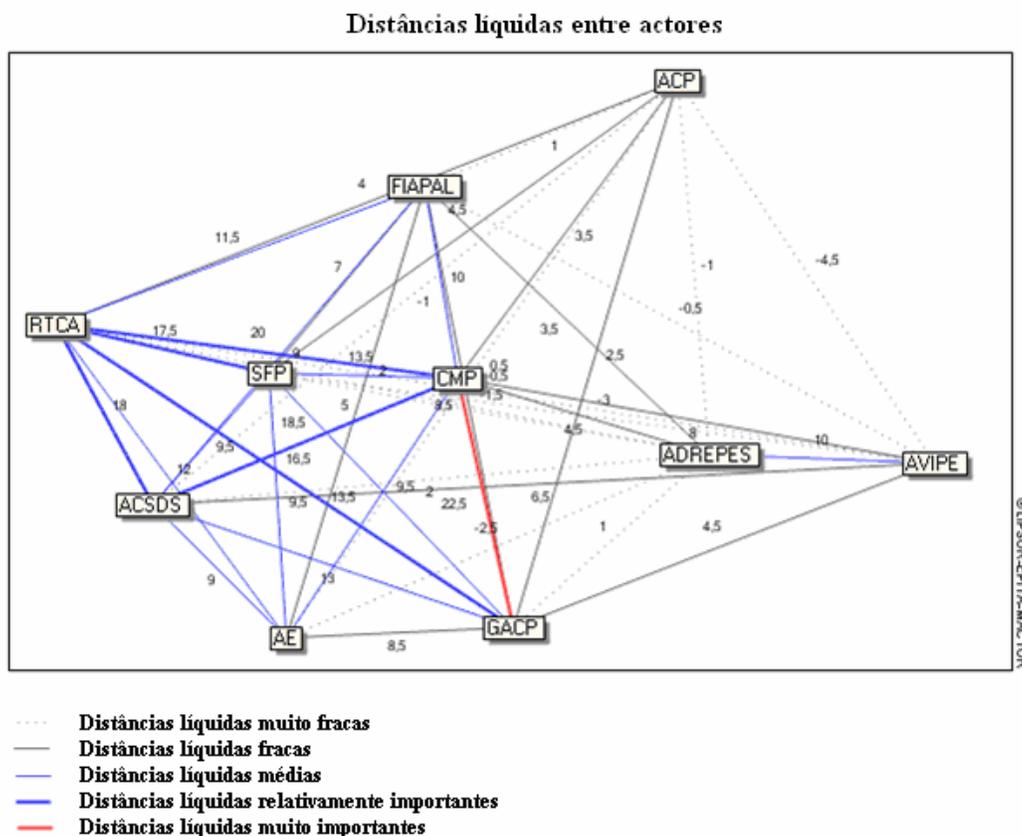
Das distâncias líquidas consideradas muito importantes salienta-se o par de objectivos *Existência de instrumentos de Planeamento* (O5) e *Centralidade do*

Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal (O12).

Já nos objectivos com distâncias líquidas consideradas como relativamente importantes, surgem vários pares de objectivos: *Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal (O12)* e *Preservação das zonas históricas (O6)*; *Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal (O12)* e *Dinâmica do sector imobiliário (O14)*; *Existência de instrumentos de Planeamento (O5)* e *Efeitos do comboio da Ponte 25 de Abril (O17)*; *Existência instrumentos de Planeamento (O5)* e *Preservação das zonas históricas (O6)*; *Preservação das zonas históricas (O6)* e *População activa predominante nos sectores secundário e terciário (O2)*; *Efeitos do comboio da Ponte 25 de Abril (O17)* e *População activa predominante nos sectores secundário e terciário (O2)*; *Efeitos da Ponte Vasco da Gama (O16)* e *População activa predominante nos sectores secundário e terciário (O2)*; *Tecido industrial em expansão (O7)* e *População activa predominante nos sectores secundário e terciário (O2)*; *Dinâmica do sector imobiliário (O14)* e *Especificidade Agrícola do Município (O11)*

Finalmente, a distância líquida entre actores, aqui visualizada através de um gráfico, procura representar as potenciais alianças, tomando em consideração as divergências e as convergências existentes entre os actores

Gráfico 42 - Distâncias líquidas entre actores



Da análise do gráfico das distâncias líquidas entre actores ressaltam duas distâncias que merecem reparo. Uma distância líquida considerada como muito importante verifica-se entre o par de actores: Câmara Municipal de Palmela (CMP) e Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela (GACP); e uma distância líquida considerada como relativamente importante, e que envolve o par de actores Câmara Municipal de Palmela (CMP) e Região de Turismo da Costa Azul (RTCA).

Como se pode verificar, estas matrizes apenas relacionam pares de actores, pelo que houve a necessidade de se proceder à construção de grupos estratégicos mais alargados, para que fosse possível perceber as possíveis alianças face a objectivos comuns.

Estes grupos estratégicos foram construídos a partir da análise de *clusters* através

do método *Hierarchical Cluster Analysis*.¹ Deste modo, tornou-se possível conhecer esses grupos, quer quanto à sua força *relativa*, quer quanto ao seu *grau de dispersão e conteúdo* – nomeadamente a concordância, a oposição e a discordância de objectivos.

Quadro 81 - Matriz das Proximidades entre actores

Matriz das Proximidades

Actor	Distância Euclidiana									
	1 CMP	2 ACSDS	3 AVIPE	4 FIAPA L	5 ADREPES	6 AE	7 GACP	8 ACP	9 SFP	10 RTCA
1: CMP	,000	6,000	9,487	7,141	8,775	6,557	4,583	8,485	7,141	5,657
2: ACSDS	6,000	,000	8,602	7,416	8,660	6,245	6,083	8,832	6,856	5,657
3: AVIPE	9,487	8,602	,000	9,644	7,280	8,307	7,810	10,000	9,539	10,000
4: FIAPAL	7,141	7,416	9,644	,000	7,348	5,477	6,164	7,000	6,481	6,708
5: ADREPES	8,775	8,660	7,280	7,348	,000	6,928	7,348	7,000	8,000	8,307
6: AE	6,557	6,245	8,307	5,477	6,928	,000	4,472	5,196	3,742	5,196
7: GACP	4,583	6,083	7,810	6,164	7,348	4,472	,000	6,245	5,292	5,196
8: ACP	8,485	8,832	10,000	7,000	7,000	5,196	6,245	,000	5,568	7,211
9: SFP	7,141	6,856	9,539	6,481	8,000	3,742	5,292	5,568	,000	4,796
10: RTCA	5,657	5,657	10,000	6,708	8,307	5,196	5,196	7,211	4,796	,000

Esta é uma matriz de dissimilaridades

A força do grupo será tanto maior quanto maior a *força relativa* e menor o *grau de dispersão*.

Constituídos os grupos de actores, procedeu-se a uma reordenação da matriz 2 MAO. Assim, cada um dos grupos pode ser caracterizado, simultaneamente, pelos consensos internos que contribuem para a sua união, e pela sua diferença em relação aos outros grupos.

É óbvio que a análise tipológica vai agrupar actores com o mesmo modelo de posições face aos objectivos.

No entanto, apesar dos consensos serem dominantes no interior de cada grupo, as divergências entre si ainda subsistem.

Da análise do quadro referente aos grupos estratégicos de actores, sobressaem dois grupos:

¹ - Foi utilizado o método *Hierarchical Cluster Analysis* com recurso ao *software* SPSS.

Quadro 82 – Grupos estratégicos de actores

Cluster	Actores	Grau de Dispersão	Força Relativa $\Sigma (R_i)$	Concordância de objectivos	Desacordo de objectivos
1	CMP ACSDS GACP	6,083	3,55	<p>O1 O2 O4 O5 O6 O7 O11 O12 O13 O15 O16 O17</p> <p><u>Oposição:</u> O9 O14</p>	<p>O3 O8 O10</p>
2	AVIPE	-	0,65	<p>O5 O6 O11 O12 O14</p>	<p>O3 O4 O7 O10 O14 O15</p>
3	FIAPAL AE SFP RTCA	6,708	4,0	<p>O1 O2 O3 O4 O5 O6 O7 O8 O9 O10 O11 O12 O14 O15 O16 O17</p> <p><u>Oposição:</u> O13</p>	
4	ADREPES ACP	7,000	1,81	<p>O2 O4 O9 O11 O12 O16</p> <p><u>Oposição:</u> O3 O5</p>	<p>O7 O9 O13 O14 O15</p>

- um grupo formado pelos actores, Câmara Municipal de Palmela (CMP), Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal (ACSDES) e pelo Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela (GACP), que apresenta o menor *grau de dispersão* (6,083), detém a segunda mais elevada *força relativa* (3,55);

- um outro grupo, formado pelos actores, Fórum da Indústria Automóvel de Palmela (FIAPAL), Autoeuropa (AE), Sociedade Filarmónica Palmelense (SFP), e pela Região de Turismo da Costa Azul (RTCA), que apresenta um grau de dispersão maior que o grupo anterior (6,708), mas que é detentor de uma força relativa maior que a dos restantes grupos (4,0).

É óbvio que a análise tipológica vai agrupar actores com o mesmo tipo de posições face aos objectivos; todavia, apesar dos consensos serem dominantes no interior de cada grupo, as divergências entre si ainda subsistem. Há a realçar que o *cluster* que é formado pelos actores: Palmela, embora apresente um elevado grau de dispersão (4,69) quanto aos objectivos, é aquele que apresenta maior força relativa (9,16), pelo que há que contar com estes actores e com os objectivos que apontam para o município.

No entanto, é necessário não perder de vista que dentro deste *cluster* encontra-se o actor mais influente e menos dependente, ou seja, o *actor-chave* do jogo de actores.

Quadro 83 – Reconstrução da 2 MAO segundo os grupos estratégicos

CLUSTERS	OBJECTIVOS ACTORES	O1	O2	O3	O4	O5	O6	O7	O8	O9	O10	O11	O12	O13	O14	O15	O16	O17
	CMP	1	2	-1	3	3	3	2	0	2	-2	2	3	2	-1	1	2	1
1	ACDS	3	2	0	0	3	3	1	0	-1	-2	0	2	3	1	0	1	1
	GACP	0	1	0	1	1	3	1	-1	2	-1	2	1	1	0	1	1	1
2	AVIPE	0	0	-1	-3	2	3	-2	0	0	-1	3	3	0	-2	-3	0	0
	FIAPAL	0	1	1	2	3	1	3	0	0	0	0	2	-2	1	0	0	0
3	AE	0	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1
	SFP	2	2	1	1	0	0	1	1	2	1	1	1	1	1	0	1	2
	RTCA	1	2	1	2	2	2	1	0	0	1	1	2	2	1	1	3	3
4	ADREPES	0	0	-2	2	2	0	-2	0	-2	0	3	1	-1	0	-1	0	0
	ACP	0	1	1	3	-2	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	0	1	0

CMP- Câmara Municipal de Palmela; ACSDS – Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal; GACP – Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela ; AVIPE – Associação de Viticultores do Concelho de Palmela; FIAPAL – Fórum da Indústria Automóvel de Palmela; AE – Autoeuropa; SFP – Sociedade Filarmónica Palmelense *Loureiros*; RTCA – Região de Turismo da Costa Azul; ADREPES – Associação para o Desenvolvimento rural da Península de Setúbal; ACP – Adegas Cooperativas de Palmela



Concordância com os Objectivos



Discordância com os Objectivos



Objectivos em Oposição

CONCLUSÃO

Face a uma conjuntura económica e social que tem mostrado profundas transformações e cujo figurino assenta nos vários tipos de globalização, impõe-se a necessidade de reequacionar as questões do desenvolvimento, abandonando a análise dicotómica e reducionista que opunha os países ricos e industrializados aos países pobres e subdesenvolvidos.

A acompanhar este processo de transformações, a análise sobre o desenvolvimento tem vindo, ela também, a sofrer uma deslocação no seu eixo.

As questões do desenvolvimento deixam então de ser pertença exclusiva da análise dos países do *terceiro mundo*, para passarem a ser motivo de reflexão em torno de regiões integradas nos países ricos e industrializados, os quais são cada vez mais confrontados quer com os problemas da criação de riqueza, quer com os problemas relacionados com a forma da sua distribuição e com os problemas crescentes ao nível da criação e manutenção do emprego.

Perante uma situação de incapacidade de resolução dos problemas por parte dos modelos protagonizados unilateralmente pelo Estado, surge o apelo a novas formas de participação e de intervenção.

Assiste-se, assim, ao *despertar* das regiões e à *invenção* dos actores locais, que passam a estar envolvidos em formas de acção mais activas e mais participativas.

Essas formas de acção e de modernização do tecido económico, da qualificação e requalificação dos espaços urbanos, dos programas de formação profissional, da inserção das regiões marginalizadas na estratégia global do Estado, bem como o apoio aos grupos socialmente excluídos, passam a deter um lugar de máxima importância nas estratégias de cada País e de cada Região.

Começa-se, pois, a sentir a necessidade de se encontrar novos modelos de desenvolvimento e, simultaneamente, assiste-se a uma nova atitude perante o próprio desenvolvimento local.

A incerteza quanto ao futuro e a abertura que é proporcionada na definição desse futuro conduziram à participação dos actores locais, traduzida sob formas de assumir o passado, de reconhecer as situações presentes e de avançar com propostas alternativas tendentes ao desenvolvimento futuro da sociedade local.

Embora as representações do desenvolvimento local se mostrem pertinentes para a análise dos actores no sistema de acção local, tal parece ser insuficiente pelo que surge a necessidade de se proceder à tentativa de mudar a racionalidade do próprio sistema.

A análise do sistema de acção social cria, então, a possibilidade de formular a hipótese da presença simultânea da liberdade e da dominação, mostrando-se capaz de revelar uma enorme capacidade de acção conduzindo à existência de determinações originárias do modo de desenvolvimento.

Contudo, há a referir a existência heterogénea de actores, que surge como o resultado da própria diversidade de forças sociais, com estratégias diversas e diferentes e com representações diferenciadas, e que por vezes se apresentam radicalmente opostas, sobre o desenvolvimento das sociedades locais.

Do ponto de vista da análise empírica, o presente estudo incidiu sobre o município de Palmela, procurando identificar quais os consensos e conflitos que podem ser gerados por via das estratégias dos actores territorializados face às formas de desenvolvimento do município.

Procurou-se assim dar conta de uma possível articulação entre essas estratégias, o desenvolvimento local e o urbanismo.

Antes de passar às conclusões do estudo, resta ressaltar que estas são detentoras de um carácter provisório.

Essa sua característica advém de três importantes factores: da própria complexidade que reveste o objecto, que se traduziria numa exigência em alargar o campo da pesquisa a outras áreas; da elevada mutabilidade das próprias dinâmicas sociais que constituíram o estudo, que impedem uma captação definitiva; e das próprias estratégias e alianças dos actores sociais, que perante determinadas conjunturas ou factores sociais, económicos, culturais, simbólicos ou políticos, podem livremente alterar as suas relações, os seus interesses e opiniões.

O estudo viria a revelar quatro grandes aspectos:

1 - Os processos de desenvolvimento observados no município de Palmela não se produziram de forma linear. Esses processos têm vindo a ser produzidos de modo complexo e dependente da lógica da localização produtiva, que tem sido responsável

pela rentabilização das endogeneidades.

A não linearidade dos processos de desenvolvimento está bem patente ao longo do tempo e do espaço, com períodos de desenvolvimento que possuem lógicas diferenciadas, o que põe em causa qualquer explicação de índole redutora ou evolucionista dessas dinâmicas de desenvolvimento.

Palmela, que durante a Idade Média ocupou um papel primordial pelo facto de ter sido sede da poderosa Ordem de Santiago, perde essa importância para Setúbal que passa a assumir um papel de maior relevo, pelo facto de se encontrar geograficamente na rota dos fluxos de mercadorias.

O território do município de Palmela é testemunha, no século XIX, dos grandes processos de arroteamentos que foram os grandes responsáveis por uma autêntica *revolução agrícola*, materializada na altura pela *maior vinha do mundo*, pelos processos migratórios do centro-norte de Portugal para esta região e ainda pela tradição da viticultura, que constitui uma base económica bastante significativa para a economia do município até sensivelmente ao início da década de setenta do século passado.

À medida que se avança para o fim do milénio, assiste-se no território de Palmela a um complexo processo de mudança social e económica, confrontando-se as endogeneidades, traduzidas na sua especificidade agrícola e nas indústrias ligadas à produção vinícola e as exogeneidades, materializadas com os projectos da Ford Electrónica¹ e Autoeuropa.

Este processo tem conduzido a uma situação em que se torna possível verificar que há a tendência, por parte do município de Palmela, em se tornar menos periférico face a Lisboa e a ocupar um lugar de maior protagonismo económico em relação à Península de Setúbal.

É nesta contradição que o município procura redefinir a sua identidade.

E é na busca dessa redefinição de identidade que os actores sociais locais assumem o seu papel, quer através da sua diversidade, quer através das suas lógicas, dos seus interesses e conflitos.

2 - A implantação de actividades produtivas relacionadas com a indústria e a

¹ - Hoje Visteon.

crescente proximidade do município de Palmela em relação a Lisboa, ao porto de Setúbal e à Europa (devido à construção de infra-estruturas de ligação rodoviárias e ferroviárias), associados à existência de grandes áreas de terrenos expectantes destinados à implantação industrial¹ constituíram os factores indutores do desenvolvimento socio-urbanístico deste município.

Há uma profunda relação entre as actividades produtivas e a estruturação do território, pelo que as análises a serem produzidas têm de ter em linha de conta a articulação entre as relações de produção ligadas às actividades económicas e as relações de reprodução social ligadas à cidade.

“ (...) a localização das actividades produtivas parece conduzir toda a organização espacial, desde as suas funções, à localização, às formas de mobilidade de pessoas e bens.”²

Para Claude Manzagol (1980) a indústria, ao procurar grandes espaços para a sua implantação, sai do centro das metrópoles para se instalar em locais periféricos.

A Península de Setúbal, ao se apresentar como um *manufacturing belt*³ e, em particular, o município de Palmela após o alargamento e diversificação de infra-estruturas de ligação, nomeadamente a Lisboa, ao porto de Setúbal e à Europa, conduzem esta relação íntima entre o espaço e a indústria e entre esta e o sector terciário cada vez mais complexo e diversificado.

Daí que o urbanismo não possa negligenciar a análise das condições e do desenvolvimento das relações de produção consideradas como imprescindíveis à compreensão do próprio funcionamento urbano.

A discussão que hoje é produzida centra-se fundamentalmente sobre as formas de intervenção urbana, em que associam não só as problemáticas da *ideia de cidade*, traduzidas através do planeamento urbano em sentido restrito, como vão implicar um conjunto de problemáticas desenvolvidas em torno das formas do *governo da cidade*, e que é entendida como o conjunto de

¹ - A título de exemplo, refira-se que o espaço que hoje se encontra ocupado pela fábrica da Autoeuropa e respectivo Parque Industrial, foram amplas vinhas. Aliás essa área, conhecida pela *Zona das Marquezas* ainda hoje possui bastantes áreas expectantes destinadas à implantação industrial ou à implantação de armazéns ou de áreas logísticas.

²- CARIA, Fernando (1993) - *Op.cit.* , p. 475

³- Cf. STRUYK, J., JAMES, F. (1975) - *Intrametropolitan Industrial Location*, EUA, Lexington Books

dinâmicas que são geradas pelos actores perante as formas de produção e reprodução do espaço urbano.

3 - As dinâmicas locais verificadas no município de Palmela apresentam-se como um resultado das estratégias que são produzidas pelos actores localizados, ou com influência local, onde se dá a confrontação de interesses e de lógicas contraditórias.

Neste jogo estratégico, o Poder Local apresenta-se como um dos actores centrais que corporiza estas dinâmicas, mas que está longe de ser o único actor envolvido, para além de não se apresentar como o mais decisivo.

A *acção colectiva* apresenta-se, na opinião de Michel Crozier e Erhard Friedberg (1977), como um problema decisivo nas nossas sociedades, na medida em que constitui uma *construção social*, cuja existência coloca o problema, para o qual são necessárias as explicações sobre as condições da sua emergência e manutenção.

Os *novos actores sociais locais* não constituindo uma categoria homogénea, apresentam uma diversidade de forças sociais, umas mais influentes que outras, que se traduzem numa pluralidade de actores com modos de acção diversificados, com estratégias próprias e com representações diferentes sobre o desenvolvimento local.

Assim, as relações de força entre os actores intervenientes no município de Palmela, revelaram um actor – a Autoeuropa – que surge como *actor-chave* do sistema, ou seja, aquele que se apresenta como o actor mais influente e menos dependente.

Contrariamente ao que seria de esperar, a Câmara Municipal de Palmela embora esteja integrada no grupo de actores mais influentes, pela sua acção directa ou indirecta sobre os restantes actores (através da acção de administração urbanística, da capacidade de gerar receitas através de impostos, taxas, coimas e derramas, pela aplicabilidade de uma política de subsídios junto dos actores culturais, desportivos, etc.) é um actor que se apresenta dependente dos restantes.

O Poder Local, pelas atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição de 1975 e, posteriormente a partir de 1977 através de legislação específica, ganha um novo dinamismo, ao mesmo tempo que adquire uma nova responsabilização quer no âmbito do planeamento e do desenvolvimento local, quer ao nível da participação dos grupos e dos cidadãos.

4 - Os actores locais ao proporem acções, estão não só a contribuir para os sistemas de representações sobre o desenvolvimento local, como ao participarem nesse debate estão a cooperar para a mudança do próprio sistema local.

Mas, nem todos os actores locais são detentores do mesmo grau de implicação em relação aos objectivos que lhe são colocados.

Há, pois, uma diferenciação de posicionamento face a esses objectivos. Para alguns actores, a maioria dos objectivos mostra-se pertinente, para os outros, apenas alguns desses objectivos lhes dizem directamente respeito, despertando-lhes interesse e obrigando-os a tomar posições.

Os desafios estratégicos ao serem colocados na esfera da acção colectiva na perspectiva da gestão da sua apropriação comum dos benefícios resultantes desta forma de competitividade, podem ser conduzidos através de processos de negociação dos conflitos, através de regras claras e comuns, conducentes à tomada de decisões colectivas.

Este processo constrói um elevado património sociocultural assente nos aspectos relacionados com a tradição local, com a própria história local, ao mesmo tempo que torna possível evidenciar alternativas inovadoras tendentes a alterar constrangimentos.

Ao longo do tempo, torna-se ainda responsável pela sedimentação de uma memória colectiva que re-articula os *saberes* e as relações dos actores locais com o meio natural e com o património material e simbólico, situação que se torna responsável por despoletar os processos de construção de cidadania.

Contudo, seria completamente irrealista que nesse processo compartilhado, a implementação de um modelo de desenvolvimento não se baseasse num modelo sustentável, de acordo com os padrões actuais do conhecimento e das tecnologias.

Dos objectivos propostos aos actores participantes na pesquisa empírica, o *jogo de actores* revelou seis objectivos, que foram considerados como *consensos mobilizadores*.

Esses objectivos embora se encontrem dispersos pelos três desafios estratégicos, determinados a partir do *Quadro de Estratégia de Actores*, recaem sobretudo no **Desafio**

Estratégico (D2) - “Abertura do Município ao investimento exterior/aceleração do processo de industrialização”.

Esta repartição dos *consensos mobilizadores* pelos três *Desafios Estratégicos* pode parecer uma verdadeira contradição. Todavia, se tal não acontecesse, estaríamos perante uma aberração do sistema, uma vez que os actores negariam os aspectos sociais, económicos, culturais e simbólicos do seu passado, pensariam apenas no seu presente e num futuro imediato, e não deixavam espaço alternativo a novas estratégias para outros futuros possíveis e desejáveis.

Assim, a pesquisa empírica revelou que no ***Desafio Estratégico (D1) - “Continuar a manter a especificidade agrícola do município”*** há a considerar o objectivo ***“Especificidade Agrícola do Município”*** que está relacionado não só com o passado do município, com a sua tradição agrícola, materializada nos vários aspectos sociais, económicos, culturais e simbólicos que é detentora, como também se complementa com o investimento realizado nos novos processos de cultura da vinha, com o aumento da qualidade da produção vinícola, etc.

A abordagem que hoje é produzida em torno da realidade sob o ponto de vista da análise do território leva, necessariamente, a repensar a dicotomia elaborada, na modernidade, entre o espaço rural e o espaço urbano e respectivas funções.

A agregação de novos valores, que não terão de ser necessariamente de índole económica, mas que podem envolver a qualidade nutritiva e a sanidade dos alimentos, o aumento da *consciência ambiental* conducente à preservação do ambiente, o desenvolvimento cultural das tradições, das identidades e de novas organizações societárias.

Por outro lado, e perante uma Europa e um mundo a globalizar-se, a questão da competitividade adquire um sem número de novos significados ao mesmo tempo que transporta novos valores, inclusive simbólicos.

Outras actividades existentes no território encontram a sua coerência numa escala local e regional, como o agro-eco-turismo, as várias formas de artesanatos, as agro-indústrias *caseiras* que produzem os chamados *bens raros*, ou ainda os valores estéticos ambientais.

Por outro lado, o próprio conceito de território encerra em si a noção de património

sociocultural, a necessidade de mobilização dos recursos e das competências através de atribuições de responsabilidades sociais, através de processos participativos.

A mobilização do património local exorta à re-dinamização do próprio território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos seus recursos e dos produtos locais, como componentes do património sociocultural colectivo.

Não se trata simplesmente de integrar, de forma positiva, os conhecimentos científicos e técnicos nos sistemas cognitivos e de agir de forma solidária, mas de estabelecer relação de cooperação e negociação do conflito para que as normas e os códigos de conduta possam ser subjectivados dentro do sistema de representações, de forma a que constituam parte da identidade social.

Nesta perspectiva, as problemáticas desenvolvidas em torno da nova ruralidade, localizam-se em torno do processo de construção de uma funcionalidade distinta do rural e, portanto, repõem as interações societárias no espaço.

Todavia, pese embora os actores realcem a importância do aumento da qualidade do vinho produzido e de outros produtos relacionados com o sector primário, nomeadamente o *queijo de Azeitão*¹, há que ter em conta a necessidade de se proceder a uma reestruturação do sector agrícola do município, numa perspectiva a médio prazo e que envolva não só o alargamento do uso das medidas agro-ambientais, mas que contemple também a mecanização e automatização de muitos dos processos de produção e que aposte na formação profissional ao nível da viticultura e de outros sectores agrícolas.

O terceiro *Desafio Estratégico (D3)* - “*Valorização Patrimonial e Incremento do Turismo*” contempla o objectivo “*Preservação das Zonas Históricas*”, que os actores relacionam com as potencialidades turísticas e com a preservação do Património construído e das características estéticas e arquitectónicas das zonas históricas.

A monumentalidade personificada no Castelo de Palmela, assim como a urgente recuperação dos centros históricos de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, poderão tornar-se, na opinião de alguns actores, numa potencialidade acrescida em termos

¹ - Embora a denominação de origem seja *Queijo de Azeitão* este é produzido na sua grande maioria no município de Palmela, em queijarias localizadas na área de Quinta do Anjo, a partir de leite de ovelha proveniente de rebanhos que encontram os seus pastos nas encostas da Serra do Louro. É em Quinta do Anjo onde decorre anualmente o *Festival do Pão, do Queijo e do Vinho*.

turísticos.

Ao valorizar este objectivo, os actores procuraram aumentar o campo dos possíveis em termos da diversidade do modelo de desenvolvimento local. Isto porque o chamado *turismo cultural* fundamenta-se no elo entre o passado e o presente, no contacto e na própria convivência com a herança cultural, com as tradições que as próprias dinâmicas do tempo influenciaram.

O *turismo cultural*, abre todo um espaço de potencialidades que se podem traduzir em novas perspectivas para a valorização e revalorização do património, para que as próprias tradições readquirem vigor, contribuindo ainda para o surgimento de condições que levem à redescoberta dos bens materiais e imateriais, que muitas das vezes foram substituídas pelas concepções estéticas-culturais da modernidade.

Esta actividade turística, enquanto consenso mobilizador, terá necessariamente de se debruçar sobre as questões relacionadas com a cultura local, contribuindo para o reforço da compreensão da complexidade e das originalidades e provocar o estímulo que leve a comunidade a participar no processo de recuperação, manutenção e divulgação do seu património.

O ***Desafio Estratégico (D2) - “Abertura do Município ao investimento exterior/aceleração do processo de industrialização”*** apresenta-se como o desafio estratégico dominante, e resulta do conjunto de mudanças nos vários domínios e que são bem visíveis no território.

Numa economia globalizada, os territórios, as cidades e as regiões competem, no mercado internacional para a produção de bens e para deterem os melhores factores de produção. Esta competitividade é desenvolvida com base no princípio da *vantagem absoluta* e não no princípio da *vantagem comparativa*.

Daqui se depreende que não existe qualquer mecanismo automático ou eficiente que seja capaz de atribuir a cada território um papel, que este possa desempenhar na divisão internacional do trabalho. Ou seja, o desempenho de um território, de uma região, de uma cidade é sempre relativo.

Conscientes desta competitividade, e uma vez que o território municipal se abriu há mais de uma década ao investimento exterior, os actores colocam o objectivo ***“Centralidade do Município de Palmela no contexto espacial da Península de Setúbal”***

num lugar privilegiado. Ou seja, estão perfeitamente conscientes do lugar central que este território apresenta no contexto da Península de Setúbal.

Esta situação, diríamos geoestratégica, obteve um conjunto de mais-valias relacionadas com as redes de acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, o que contribuiu ainda mais para esse seu lugar central.

Relacionados com estes aspectos, surge o objectivo “*Efeito de atracção de Populações*” que decorre justamente do conjunto de transformações nas estruturas produtivas existentes no município. De espaço de *especialização rural* Palmela concentra a maior indústria automóvel do País e dilatou o seu número de empregos na indústria e no sector terciário, factores que atraíram populações e que motivam deslocações pendulares significativas entre municípios de ambas as margens do Tejo.

O “*Impacto da Ponte Vasco da Gama*” faz-se sentir positivamente no território municipal, e é um dos impulsionadores do aumento dessas deslocações pendulares e do aumento das acessibilidades.

A “*População activa predominante nos sectores secundário e terciário*” é também considerado como um *consenso mobilizador* perante uma realidade económica que apresenta um espaço rural com uma população agrícola que tem vindo a perder um número significativo de activos, que contrasta com um espaços industriais e pós-industriais, onde predomina a mão-de-obra dos sectores secundário e terciário.

O facto do objectivo “*Existência de Planeamento*” ter ficado para último, não significa que a sua importância é menor no contexto dos *consensos mobilizadores*. Bem pelo contrário. Este objectivo que se identifica com a existência das várias figuras de planeamento existentes no município é realçado pelos actores que colocavam a tónica discursiva em torno do valor da sua existência e, sobretudo, na sua aplicabilidade real, como forma de ordenar *correctamente* o território municipal, para que possa existir a coexistência dos vários sectores de actividade económica.

Perante estes *consensos mobilizadores*, parece ser legítimo que sejam incrementadas acções concertadas nas áreas que envolvam os aspectos relacionados com o urbanismo e com as problemáticas que estão associadas ao desenvolvimento local.

Estas problemáticas associadas ao desenvolvimento local têm vindo a apelar à implementação de estratégias entre o sector público local e os sectores privados e

associativos.

Os dois *grupos estratégicos*, revelados neste trabalho, que pelas características relacionadas com o *grau de dispersão* e pela sua *força relativa*, aglutinam um conjunto diversificado de actores: a Câmara Municipal de Palmela, a Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, o Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela, a Autoeuropa, o Fórum da Indústria Automóvel de Palmela, a Sociedade Filarmónica Palmelense *Loureiros* e a Região de Turismo da Costa Azul constituem os actores da mudança e que devem ser chamados para integrarem, juntamente com outros actores que interagem neste território, o grupo de actores que deve implementar os processos participativos, conducentes ao estabelecimento de políticas de desenvolvimento local deste município, numa base de discussão e aplicação do planeamento estratégico para o município.

Os processos associados ao planeamento estratégico, para além de implicarem o desenvolvimento da racionalidade local, assumem um papel fundamental na criação dessa racionalidade e que passam pelos seguintes aspectos.

- pela criação de oportunidades para discutir e interagir, despoletando fóruns de discussão, grupos de trabalhos que envolvam os actores territorializados;
- pelo encorajamento em identificar os valores e a identidade subjacente ao território local;
- por criarem espaços para o estabelecimento de mecanismos de cooperação e de trocas mútuas;
- pela definição de regras e de processos de simplificação;
- por promoverem amplos espaços de comunicação e de participação.

Deste modo, quer os papéis e as responsabilidades associados às políticas de desenvolvimento local e às opções estratégicas a tomar, através dos instrumentos de planeamento, poderão conduzir a uma nova política e a mudanças culturais, que levarão à integração dos objectivos de cariz económico e espacial, através de processos de criação de redes e de parcerias, estabelecidas entre os vários actores e que garantam a efectiva participação dos actores e dos cidadãos comuns através da discussão em torno do largo espectro de posições e de estratégias.

Todas estas tarefas a desenvolver conduzirão a desafios fundamentais para uma rápida evolução dos modelos de governação territorial.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E ARTIGOS

- [1] ACKOFF, Russell Lincoln (1973) - *Métodes de Planification de l'Entreprise*, Paris, Editions d'Organisation
- [2] ALMEIDA, Ana Nunes de ; FERRÃO, João; SOBRAL, José Manuel (1994) - “Territórios, empresários e empresas: entender as condições sociais da empresarialidade”, *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), pp. 55-79
- [3] ALMEIDA, Carolina de; SIMÕES, Maria João (1994) – “Do QCA e Planos de Desenvolvimento aos PDM’s: Que Desenvolvimento?” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 573-589
- [4] ALMEIDA, João Ferreira de (1977) – “Sobre a Monografia Rural”, *Análise Social*, vol. XIII (52), 1977 - 4º , pp. 789-803
- [5] ALMEIDA, João Ferreira de (1986) – *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- [6] ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira (1982) - *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença (3ª ed.)
- [7] ALMEIDA, João Ferreira de; AMARAL, João Ferreira do; BORREGO, Alexandre; CAPUCHA, Luís; FERRÃO, João (1994) – *Regiões rurais periféricas: que desenvolvimento? – Uma experiência no concelho de Almeida*, Lisboa, Centro de Acolhimento e Integração Social e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
- [8] AMARO, Rogério Roque (1990) – “O «puzzle» territorial dos anos 90 – uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões)”, *Vértice*, Dezembro, (33), pp. 39-48
- [9] AMARO, Rogério Roque (1991) - “Lógicas de Espacialização da Economia Portuguesa”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 10, pp. 161 – 182

- [10] AMIN, Samir (1973) - *Le Développement Inégal*, Paris, Editions de Minuit
- [11] AMIN, Samir (1976) - *L'Impérialisme et le Développement Inégal*, Paris, Editions de Minuit
- [12] AMIN, Samir (Direcção) (1993) - *Mondialisation et Accumulation*, Paris, L'Harmattan
- [13] ANDERSSON, Martin; KARLSSON, Charlie (2004) - "Regional Innovation System in Small & Medium- Sized Regions - A Critical Review & Assessment" in JOHANSSON, B., Karlsson, C. & Stough, R.R. (eds.) (2004) - *The Emerging Digital Economy: Entrepreneurship, Clusters and Policy*, Berlin , Springer-Verlag,
- [14] ANDRADE, Manuel Correia (1994) – "Territorialidade, Desterritorialidade, Novas Territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local" in: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura, *Território, Globalização e Fragmentação*, São Paulo, Hucitec
- [15] ANDRADE, Pedro de (1994) – "Para uma Teoria das Negociações Sociais" in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 333-355
- [16] AROCENA, José (1986) - *Le Développement par l'Initiative Locale*, Paris, L'Harmattan
- [17] ARON, Raymond (1981) - *La Sociologie Allemande Contemporaine*, Paris, PUF
- [18] ARON, Raymond (1991) – *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- [19] ASCHER, François (1991) – "Vers un Urbanisme Strategique, decisionnel et heuristique", *Sociedade e Território*, nº 12, Porto, Edições Afrontamento, pp. 115-127
- [20] ASCHER, François (1998) – *Metapolis - Acerca do Futuro da Cidade*, Oeiras, Celta
- [21] AURIAC, Franck; BRUNET, Roger (Coordenadores) (1986) - *Espaces, Jeux et Enjeux*, s/l, Fondation Diderot/Librairie Arthème Fayard
- [22] AYDALOT, Philippe (1985) - *Economie Régional et Urbaine*, Paris, Economica
- [23] BADIE, Bertrand; SMOUTS, Marie-Claude (1999) – *O Mundo em Viragem – Sociologia da Cena Internacional*, Lisboa, Instituto Piaget

- [24] BAPTISTA, Fernando Oliveira (1981) – "Pequena Agricultura: economia agrária e política agrária (anos 30-1974)", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, pp. 59-80
- [25] BARBOSA, Manuel Pinto; BARRETO, António e ESPADA, João Carlos (2001) - "Globalização, desenvolvimento e equidade", in BARRETO, António et alli., *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações Dom Quixote, pp. 373-378
- [26] BARDIN, Laurence (1979) – *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70
- [27] BARRETO, António (1984) – "Estado Central e Descentralização - antecedentes e evolução 1974-84", *Análise Social*, vol. XX (81-82) pp. 191-218
- [28] BARRETO, António (1995) – " Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995 ", *Análise Social*, vol. XXX (134) pp. 841-855
- [29] BARRETO, António (1996) – "Três Décadas de Mudança Social" in BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas, *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*, Lisboa, Jornal Público, Cadernos do Público nº 8, pp. 7-70
- [30] BAUMFELD, Carlos Minc; LEMOS, João Cardoso (1979) – "Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento regional", *Análise Social*, vol. XV, (58), pp. 357-370
- [31] BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (2000) – *Modernização Reflexiva*, Oeiras, Celta
- [32] BÉLANGER, Michel (1999) – *Instituições Económicas Internacionais - A Mundialização Económica e os seus Limites*, Lisboa, Instituto Piaget
- [33] BENKO, George ; LIPIETZ, Alain (Direcção) (1992) - *Les Régions qui Gagnent*, Paris, PUF
- [34] BENNET, Robert J. ; KREBS, Gunter (1991) - *Local Economic Development*, Londres & Nova York, Belhaven Press
- [35] BIAREZ, Sylvie (1989) - *Le Pouvoir Local*, Paris, Economica
- [36] BLUET, J.C.; ZEMOR J. (1970) - "Prospective Géographique: méthode et direction de recherches", *Metra*, vol. IX, nº 1
- [37] BLUME, Roni (2004) – *Território e Ruralidade – a desmistificação do fim do rural*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Ciências Económicas

- [38] BOISIER, Sérgio (1996) – *Modernidad y territorio*, Santiago de Chile, ILPES - Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, (Cuadernos del ILPES, nº 42).
- [39] BOUDON, Raymond (1990) – *O Lugar da Desordem*, Lisboa, Gradiva
- [40] BOURDIEU, Pierre (1993) – “A propos de la famille comme catégorie réalisée” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 100, Dezembro de 1993. pp: 32-36.
- [41] BOYER, Robert; DRACHE, Daniel (1997) - *Estados Contra Mercados- os limites da globalização*, Lisboa, Instituto Piaget
- [42] BOZZANO, Horácio (2000) – *Territorios Reales, Territorios Pensados, Territorios Posibles*, Buenos Aires, Espacio Editorial
- [43] BRAGA, Domingos Afonso (1993) – *Industrialização e Desenvolvimento em Meios Rurais: as iniciativas municipais de Castelo de Vide e Portel na promoção do desenvolvimento local do emprego*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE
- [44] BRAVO, R. Sierra (1992) – *Técnicas de Investigación Social – teoria y ejercicios*, Madrid, Paraninfo
- [45] BRUXELAS, Mário (1984) – “O Processo de Regionalização e o Sistema de Planeamento”, in *Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa, INCM/IED
- [46] CABRAL, Manuel Villaverde (1981a) – *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no sec. XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo
- [47] CABRAL, Manuel Villaverde (1981b) “ A Ética dos Estudos Camponeses: notas breves para uma reflexão sobre o campesinato e o seu «futuro» em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, pp. 135-148
- [48] CACHADO, Manuel (1988) – “Os Caramelos – Contributo para um estudo” in *História de Palmela ou Palmela na História*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 211-225
- [49] CAETANO, Miguel; BARATA, J.P. Martins; ESTEVES, M. Céu; PESSOA, Vítor (1982) – *Regionalização e Poder Local em Portugal*, Lisboa, IED
- [50] CAMAGNI, Roberto (1991) - “Local ‘milieu,’ uncertainty and innovation networks: towards a new dynamic theory of economic space,” in CAMAGNI,

- Roberto (editor) *Innovation Networks: a Spatial Perspective*, London-New York, Belhaven Press. pp. 121-144
- [51] CAMAGNI, Roberto (1995) - “The concept of innovative milieu and its relevance for public policies in European lagging regions”, *Papers in Regional Science*, 1995, n. 4, 317-340
- [52] CAMAGNI, Roberto (2002) - “On the concept of territorial competitiveness: sound or misleading?”, Paper apresentado na Conferência da ERSa , Dortmund, Agosto de 2002
- [53] CAMAGNI, Roberto (2003) “Regional Clusters, Regional Competencies and Regional Competition”, Paper apresentado na Conferência Internacional *Cluster management in structural policy – International experiences and consequences for Northrhine-Westfalia*, Duisburg, em 5 de Dezembro, 2003
- [54] CANCELA D’ABREU, Margarida; ESPENICA, André (s/d) - *Sistema Nacional de Gestão Territorial - Instrumentos de Planeamento*, Projecto Coordenação de SIG edos IOT para o desenvolvimento dos espaços rurais de baixa densidade
- [55] CAPITÁN, António Luís Hidalgo (1998) - *El Pensamiento Económico sobre Desarrollo- De los Mercantilistas al PNUD*, Universidad de Huelva (policopiado)
- [56] CARDOSO, Fernando Henrique (1969) - *Sociologie du Développement en Amérique Latine*, Paris, Anthropos
- [57] CARDOSO, Fernando Henrique (1971) - *Politique et Développement dans les Sociétés Dépendentes*, Paris, Anthropos
- [58] CARDOSO, Fernando Henrique (1984) - *Les Idées à leur Place*, Paris, A.M.Métailié
- [59] CARDOSO, Fernando Henrique ; FALETTO, Enzo (1978) - *Dépendance et Développement en Amérique Latine*, Paris PUF
- [60] CARDOSO, Gustavo ; COSTA, António Firmino da ; CONCEIÇÃO, Cristina Palma; GOMES, Maria do Carmo (2005) - *A Sociedade em Rede em Portugal*, Lisboa, Campo das Letras
- [61] CARIA, Fernando (1993) – *Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Local*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura

- [62] CARVALHO, Alda Caetano; MATIAS Sérgio (2004) – “Índices de Desenvolvimento Para As Regiões Portuguesas –2001 - Apresentação Gráfico-Analítica de Resultados”, Lisboa, *Prospectiva e Planeamento*, nº 10, pp. 87-161
- [63] CARVALHO, Helena (2004) – *Análise Multivariada de Dados Qualitativos – utilização da HOMALS com o SPSS*, Lisboa, Sílabo
- [64] CASTELLS, Manuel (1972) - *La Question Urbaine*, Paris, Maspero
- [65] CASTELLS, Manuel (1976) – *Lutas Urbanas e Poder Político*, Porto, Afrontamento
- [66] CASTELLS, Manuel (1984) – *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Editorial Presença
- [67] CASTELLS, Manuel (1998) – “Urban Sociology in the Network Society: Back to the Future”, in WELLMAN, Barry (editor), *The Urbane Community* 27, 2 (Outono, 1999), pp.6-9.
- [68] CASTELLS, Manuel (2002) – *A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- [69] CASTELLS, Manuel (2003) – *O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- [70] CASTELLS, Manuel (2003) – *O Fim do Milénio*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- [71] CAVACO, Carminda (1981) – “ A Pluriactividade na Pequena Agricultura Portuguesa”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, pp. 171-193
- [72] CHOAY, Françoise (1998) – *O Urbanismo*, São Paulo, Editora Perspectiva, (5ª edição)
- [73] CHORINCAS, Joana (2002) – *O Cluster Automóvel em Portugal*, Lisboa, Ministério do Planeamento – Departamento de Prospectiva e Planeamento
- [74] CORDELLIER, Serge; DOUTAUT, Fabienne (Coord) (1998) – *Globalização para lá dos Mitos*, Lisboa, Editora Bizâncio
- [75] CORRÊA, Roberto Lobato (1994) – “Território e Corporação: um exemplo”, in: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; A. SILVEIRA, Maria Laura - *Território, Globalização e Fragmentação*, São Paulo, Hucitec, p. 251-256.

- [76] CORREIA, António Damasceno (2000) – “A Autoeuropa: um modelo de produção pós-fordista”, *Análise Social*, vol. XXXV (156) pp. 739-779
- [77] COSTA, Carlos A. Bana e (1985) - “Dinâmica de Expansão da Área Metropolitana de Lisboa - Aspectos populacionais e movimentos de activos nas suas periferias”, *Sociedade e Território*, nº 3, pp. 38 – 44
- [78] COSTA, Carlos A. Bana e (1993) - *Processo de Apoio à Decisão: Problemáticas, Actores e Acções*, Lisboa, Instituto Superior Técnico/Centro de Sistemas Urbanos e Regionais
- [79] COSTA, Carlos A. Bana e (1994) - “Les problématiques de l’aide À la décision: vers l’enrichissement de la triologie choix-tri-rengement”, Centro de Sistemas Urbanos e Regionais da Universidade Técnica de Lisboa, UTL/IST Lisboa
- [80] COSTA, Manuel da Silva e (1994) –“Política de Empresa e Desenvolvimento Local” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp.621-629
- [81] COSTA, Manuel da Silva e; NEVES, José Pinheiro (1993) (Orgs.) - *Autarquias Locais e Desenvolvimento*, Porto, Edições Afrontamento
- [82] COSTA, Pedro (1993) – “Cidades e Urbanização em Portugal: Uma Sociologia, Geografia ou Economia Urbanas?”, *Socius – Working Papers*, nº 4/93, Lisboa, ISEG
- [83] COVAS, António (1997) – *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Direcção Geral do Desenvolvimento Rural
- [84] CROIZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard (1977) - *L’Acteur et le Système*, Paris, Seuil
- [85] CRUZ, Maria Alfreda (1973) – *A Margem Sul do Estuário do Tejo - Factores e formas de organização do espaço*, s/l, s/ed.
- [86] CUNHA, Anselmo (1991) – “ Desenvolvimento e Poder Local em Penamacor”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 10, pp. 219-227
- [87] CUNHA, José Correia da (s/d) - *Regionalização do Território Metropolitano*, Lisboa, Secretaria da Presidência do Conselho
- [88] DEFARGES, Philippe Moreau (1997) – *A Mundialização - o fim das fronteiras*, Lisboa, Instituto Piaget

- [89] DERYCKE, Pierre-Henri (1970) - *L'Economie Urbaine*, Paris, Presses Universitaires de France
- [90] DERYCKE, Pierre-Henri (organizador) (1992) - *Espace et Dynamiques Territoriales*, Paris, Economica
- [91] DESHAIES, Bruno (1997) – *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*, Lisboa, Instituto Piaget
- [92] DOLLFUS, Olivier (1998) – *A Mundialização*, Mem Martins, Publicações Europa-América
- [93] DUARTE, Isabel (1988) – “Relações Socio-económicas numa Região Industrial em Transformação - o caso da Covilhã”, *Sociologia- Problemas e Práticas*, nº 5, pp. 125-146
- [94] EMMANUEL, Arghiri (1972) - *L'Echange Inégal - Essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux*, Paris, Maspero
- [95] ENGELHARD, Philippe (1998) – *O Homem Mundial*, Lisboa, Instituto Piaget
- [96] FARIA, Carlos Vieira de (1981) – *Novo Fenómeno Urbano - Aglomeração de Setúbal*, Lisboa, Assírio & Alvim
- [97] FARIA, Carlos Vieira de (1985) – “ Setúbal: Cidade-Região Fronteira”, *Sociedade e Território*, nº 3, pp. 45 – 53
- [98] FEIO, Paulo Areosa; FERRÃO, João (2001), “*Taguspark*: gestão de expectativas num parque de criação recente” in ANTONELLI, Cristiano e FERRÃO, João (coord.), *Comunicação, Conhecimento Colectivo e Inovação – As vantagens da aglomeração geográfica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa
- [99] FERMISSON, João (2000) – “ Problemas de promoção do desenvolvimento em Portugal: rumo a estratégias territorializadas de base local e regional”, *Territórios Alternativos*, nº 1, Grândola, INESLA, pp. 55-69
- [100] FERNANDES, António Teixeira (1994) – “Poder Autárquico e Poderes Difusos” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 123-145
- [101] FERNANDES, Bernardo Mançano (2005) – “Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais - contribuição teórica para uma leitura geográfica dos

movimentos sociais” *OSAL*, Buenos Aires, Ano VI, nº 16 [Janeiro-Abril 2005], pp. 273-283

- [102] FERNANDES, Carlos L. (1992) - “A Articulação dos Processos de Planeamento (Os PROT’S, os PDM’s e os descendentes)”, *Cadernos Municipais*, nº 57, pp. 31-36
- [103] FERNANDES, Manuel Ramires (1996) – *A Problemática da Regionalização*, Coimbra, Almedina
- [104] FERRÃO, João (1987) – “Indústria e Território: Breve História de uma União Feliz”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 55 -68
- [105] FERRÃO, João (1991) – “Terciarização e Território: emergência de novas configurações espaciais?”, *Análise Social*, vol. XXVI, (114), pp. 829 – 845
- [106] FERRÃO, João; BAPTISTA, A. Mendes (1989) – “Industrialização e Desenvolvimento Endógeno em Portugal”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 7, pp. 43-64
- [107] FERRÃO, João; HENRIQUES, Eduardo Brito; NEVES, António Oliveira das (1994) - “Repensar as cidades de média dimensão”, *Análise Social*, vol. XXIX, (129), pp. 1123 – 1147
- [108] FERREIRA, António Fonseca (1994) – *Le Diagnostic Urbain – La méthodologie de Lisbonne, Charleroi*, CCRE (comunicação apresentada ao Seminaire de Formation de Developpeurs Strategiques)
- [109] FERREIRA, José M. Carvalho (1994) – “ Desenvolvimento Local e Construção de Identidades Sociais” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 495-516
- [110] FERREIRA, Vítor Matias (1985) – “ O Território Urbano-Metropolitano de Lisboa - Teses para uma intervenção político-urbanística” *Sociedade e Território*, nº 3, pp.18 -30
- [111] FERREIRA, Vítor Matias (1986) – “ O Processo de Metropolização de Lisboa”, $I_i/(I_i+D_i)$ *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 1, pp. 23-54
- [112] FERREIRA, Vítor Matias (1987) – *A Cidade de Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

- [113] FERREIRA, Vítor Matias (2000) – “ Cidade e Democracia – Ambiente, Património e Espaço Público” *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 1, pp.9-35
- [114] FERREIRA, Vítor Matias; GUERRA, Isabel (1994) – “Identidades Sociais e Estratégias Locais” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 299-319
- [115] FIGUEIREDO, António Manuel (2001) – “Uma Visão Espacial da Estratégia e das Prioridades de Desenvolvimento Económico e Social para Portugal, *Prospectiva e Planeamento*, 7, 2001, pp. 13-41
- [116] FLORES, Alexandre M; NABAIS, António J. (1992) – *Os Forais de Palmela*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela
- [117] FONSECA, Luís Adão da (1990) – “ Introdução sobre a História da Ordem de Santiago” in Câmara Municipal de Palmela – *O Castelo e a Ordem de Santiago na História de Palmela*, Palmela, CMP (Catálogo da Exposição), pp. 51-56
- [118] FORTUNA, António Matos (1988) – “ Digressões à volta do nome de Palmela” in *História de Palmela ou Palmela na História*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 37- 49
- [119] FORTUNA, António Matos (1992) – “História Vitivinícola da Península de Setúbal - breves apontamentos” in *Vinhos da Costa Azul*, Setúbal, Região de Turismo da Costa Azul, pp. 3-4
- [120] FORTUNA, Carlos (1987) – “Desenvolvimento e Sociologia Histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 3, pp. 163-195
- [121] FORTUNA, Carlos (Organizador) (2001) – *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta
- [122] FRANK, André-Gunder (1966) - “The Development of Underdevelopment” *Monthly Review*, 18 (4)
- [123] FRANK, André-Gunder (1970) - *Le Développement du sous-développement*, Paris, Maspero
- [124] FREITAS, Eduardo de, ALMEIDA, João Ferreira de, CABRAL, Manuel Villaverde (1976) – *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura*,

estruturas agrárias em Portugal continental 1950-1970, Lisboa, Editorial Presença

- [125] FRIEDMANN, John; ALONSO W. (1975) - *Regional Policy Ready Theory and Application*, New York, MIT Press
- [126] FRIEDMANN, John; WEAVER, Clyde (1979) - *Territory and Function - The Evolution of Regional Planning*, London, Edward Arnord
- [127] FUÀ, Giorgio; ZACCHIA, Carlo (1983) (orgs.) - *Industrializzazione senza Fratture*, Bologna, Il Mulino
- [128] FURTADO, Celso (1970) - *Théorie du Développement Économique*, Paris, PUF
- [129] FURTADO, Celso (1976) - *Le Mythe du Développement Économique*, Paris, Anthropos
- [130] FURTADO, Celso (1981) - *Créativité et Dépendence*, Paris PUF/IEDES
- [131] GAMA, António; SANTOS, Graça; PIRES, Iva (1981) – “Análise Espacial de uma Transformação da Agricultura”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, pp. 535 – 557
- [132] GEHLEN, Ivaldo; RIELLA Alberto (2004) – “ Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável”, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, Jan/Jun 2004, pp. 20-26
- [133] GHIGLIONE, Rodolphe ; MATALON, Benjamin (1992) – *O Inquérito*, Oeiras, Celta Editora
- [134] GIDDENS, Anthony (1994) – *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora
- [135] GIDDENS, Anthony (1995) – *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, (2ª ed)
- [136] GIDDENS, Anthony (1997) – *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- [137] GIDDENS, Anthony (2000) – *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença (2ª ed.)
- [138] GODARD, Francis (1996) - *Des partenariats dans nos villes pour l'innovation urbaine*, Paris, UNESCO
- [139] GODET, Michel (1993a) – *Manual de Prospectiva Estratégica - da antecipação à acção*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

- [140] GODET, Michel (1993b) - *Micmac prospective - méthode d'analyse structurelle pour identifier les variables-clés- Manuel d'utilisation*, La Varenne St. Hilaire, Heurisco
- [141] GODET, Michel (1995) – MACTOR (version 3.0 pour Windows) – Méthode D'Analyse Stratégique du Jeu des Acteurs – Manuel d'utilisation, (Révision 1.0), La Varenne St. Hilaire, Heurisco
- [142] GODET, Michel (2000) – A “caixa de ferramentas” da prospectiva estratégica, Lisboa, CEPES – Centro de Estudos de Prospectiva e Estratégia
- [143] GODET, Michel ; BOURSE, François (1993) - *MACTOR - Methode d'analyse strategique du jeu des acteurs - Manuel d'utilisation du logiciel mactor*, La Varenne St. Hilaire, Heurisco
- [144] GOITIA, Fernando Chueca (1996) – *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, (4ª edição)
- [145] GORDON, Richard (1991) – “Innovation, industrial networks and high-technology regions.” in CAMAGNI, Roberto (editor) - *Innovation networks: a spatial perspectives*, London-New York, Belhaven Press, pp.174-195
- [146] GREFFE, Xavier (Direcção) (1986) - *Science Économique et Développement Endogène*, Paris, Unesco
- [147] GREGORY, Derek; URRY, John (editores) (1990) - *Social Relations and Spacial Structures*, London, MacMillan
- [148] GROS, Marielle Christine (1994) “Estratégias Identitárias num Território Desqualificado” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp.471-494
- [149] GUERRA, Isabel (1986) – “Poder Local - Reprodução ou Inovação”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 1, pp. 55-65
- [150] GUERRA, Isabel (2000) – “O Planeamento Estratégico das Cidades – Organização do espaço e Acção Colectiva”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 1, pp. 37-55
- [151] GUERRA, Isabel (2003) – “O território como espaço de acção colectiva: paradoxos e virtualidades do "jogo estratégico de actores" no planeamento territorial em Portugal” in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Democratizar a*

Democracia: os caminhos da democracia participativa, (1º vol.), Porto, Afrontamento, pp. 288-308

- [152] GUERRA, Isabel (Coord.) (1999) – *A Baixa Pombalina – Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*, Oeiras, Celta
- [153] GUERRA, Isabel Carvalho (2000) – *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção, Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia
- [154] GUERRA, Isabel Pimentel (1987) – *A Territorialização das Relações de Produção – elementos para a análise da vida social local*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, ISCTE
- [155] GUERRA, Isabel Pimentel (1991) - *Changements Urbains et Mode de Vie dans la Péninsule de Setúbal de 1974 a 1986*, Tese de Doutoramento, Tours, Université François Rabelais
- [156] GUESNIER, Bernard (organização) (1986) - *Développement Local et Décentralisation*, Paris, Editions Regionales Europeennes/Anthropos
- [157] HATEM, Fabrice ; CAZES, Bernard ; ROUBELAT, Fabrice (1993) - *La Prospective - Pratiques et méthodes*, Paris, Economica
- [158] HENRIQUES, José Manuel (1990) – *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa, Escher
- [159] HENRIQUES, Maria Clementina; SILVA, Rui Brites; LARANJEIRA, Suzete (1991) – “Entre os vidros e os moldes Marinha Grande - um espaço de industrialização”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 10, pp. 197-218
- [160] HILL, Manuela Magalhães, HILL, Andrew (2000) – *Investigação por Questionário*, Lisboa, Sílabo
- [161] JULIEN, Pierre-André ; LAMONDE, Pierre; LATOUCHE, Daniel (1975) - *La Méthode des Scénarios- une réflexion sur la démarche et la théorie de la prospective*, Paris, Délégation à l’Aménagement du Territoire et à l’Action Régionale
- [162] KAHN, Herman; WIENER, A. J. (1967) - *L’An 2000*, Paris, Robert Laffont
- [163] KAYSER, Bernard (1973) “ Le Nouveau Système des Relations Ville-Champagne”, *Espaces et Sociétés*, nº 8, pp. 3 – 13

- [164] LEAL, António Silva (1982) - “ A Organização do Estado depois da Revolução de 1974”, *Análise Social*, vol. XVIII, (72-73-74), pp.927-945
- [165] LEFEBVRE, Henri (1970a) - *Du rural a l’Urbain*, Paris, Anthropos
- [166] LEFEBVRE, Henri (1970b) - *La Révolution Urbaine*, Paris, Gallimard
- [167] LEFEBVRE, Henri (1991) - *Production of Space*, Cambridge, Blackwell Publishers
- [168] LIMA, Marinús Pires de et al (1996) – “Organização da indústria automóvel na península de Setúbal” in *Novas Dinâmicas Socioeconómicas*, comunicações apresentadas no VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, Lisboa
- [169] LOBO, Ângela; MELO, Margarida (2002) – *O Automóvel: Um Cluster (Globalmente) Inovador*, Lisboa, GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia
- [170] LOINGER, Guy; SPOHR, Claude (2004) – *Prospective et Planification Territoriales: état des lieux et propositions*, Paris, Centre de Prospective et de Veille Scientifique
- [171] LOJKINE, Jean (1981) – *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*, São Paulo, Martins Fontes
- [172] LOPES, António Simões (1981) – “A Pequena Agricultura no Desenvolvimento Regional”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, pp. 11 – 28
- [173] LOPES, António Simões (1982) – “Regionalização e Desenvolvimento”, *Estudos de Economia*, vol. II, nº 4
- [174] LOPES, António Simões (2001) – *Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, (5ª edição)
- [175] LOPES, António Simões (2002) – “ Globalização e desenvolvimento regional”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 11. pp. 9-29
- [176] LOPES, Raul (2000) – “Globalização, desenvolvimento em meio rural e regionalização”, *Territórios Alternativos*, nº 1, Grândola, INESLA, pp. 47-54
- [177] LOPES, Raul (2001) - *Competividade, Inovação e Territórios*, Oeiras, Celta
- [178] LOPES, Raul Gonçalves (1990) – *Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local*, Lisboa, Escher

- [179] LÖSCH, Auguste (1938) - “The Nature of Economic Regions”, *Southern Economical Journal*
- [180] LÖSCH, Auguste (1954) - *Economics of Location*, New Haven, Yale University Press
- [181] LOURENÇO, Júlia Maria (2003) – *Expansão Urbana – Gestão de Planos Processo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência e Ensino Superior
- [182] MANZAGOL, Claude (1980) - *Logique de l'Espace Industriel*, Paris, Presses Universitaires de France
- [183] MARKUSEN, Ann (1996) – “Sticky Places in Slippery Space: A Typology of Industrial Districts”, *Economic Geography*, vol. 72 (3), 293-313
- [184] MARKUSEN, Ann (2003) - *On Conceptualization, Evidence, and Impact -A Response to Hudson, Lagendijk and Peck* - SECONS Discussion Forum Socio-Economics of Space University of Bonn
- [185] MAROCO, João (2003) – *Análise Estatística - Com utilização do SPSS* , Lisboa, Sílabo
- [186] MARQUES, António Henrique de Oliveira (1977) - *História de Portugal* , Lisboa, Palas Editores, (7ª edição)
- [187] MARQUES, António Pedro Sousa (1988) – “ Transformações Sócio-Espaciais Observadas nos Últimos anos no Concelho de Palmela”, in *História de Palmela ou Palmela na História*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 61 – 103
- [188] MARQUES, António Pedro Sousa (1996) – *Dinâmicas Locais em Contexto de Mudança – Estratégia de Actores no município de Palmela, 1980-1995*, Dissertação de Mestrado em Sociologia do Território, Lisboa, ISCTE (2 vols.)
- [189] MARQUES, António Pedro Sousa (2003) – “Mudança Social, Modernidade e Globalização”, *Inuaf-Studia*, nº 5, Loulé, Instituto Universitário D. Afonso III, pp. 265-284
- [190] MARTINS, António Maria (2000) – “As Sociedades Periféricas na Recontextualização da Economia Mundial”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 32, 2000, pp. 147-157

- [191] MARTINS, Conceição Andrade (1991) - “ A Filoxera na Viticultura Nacional”, *Análise Social*, vol. XXVI, (112-113), pp. 653 -688
- [192] MARTINS, Conceição Andrade (1992) – “ Opções Económicas e Influência Política de uma Família Burguesa Oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos”, *Análise Social*, vol. XXVII, (116-117), pp. 367 – 404
- [193] MARTINS, Vítor (1977) – “ A Província, o Distrito e a Região”, *Poder Local*, nº 4
- [194] MARX, Karl (1977) – *Selected Writings*, Oxford, Oxford University Press
- [195] MATEUS, Augusto; BRITO, J.M. Brandão de; MARTINS, Victor (1995) - *Portugal XXI - Cenários de Desenvolvimento*, Venda Nova, Bertrand Editora
- [196] MATIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald (1998) – *A Armadilha da Globalização*, Lisboa, Terramar
- [197] MCGREW, Anthony e LEWIS, Paul (1992) – *Globalisation and the Nation States*, Cambridge, Polity Press
- [198] MELA, Alfredo (1992) – “Sociologie du Territoire: alternatives au postmodernisme”, *Flux*, nº 8, Junho de 1992, pp. 5-15
- [199] MELA, Alfredo (1999) – *A Sociologia das Cidades*, Lisboa, Editorial Estampa
- [200] MENDES, José Manuel de Oliveira (1994) – “Integração Europeia: Políticas, Estratégias e Identidades Sociais”, in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 537-554
- [201] MENDES, Maria Clara (1992) – “Planeamento Estratégico - o caso de Lisboa”, *Cadernos Municipais*, nº 57, pp. 12-17
- [202] MERLIN, Pierre ; CHOAY, Françoise (1988) - *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, Paris, Presses Universitaires de France
- [203] MINC, Alain (1999) – *O Triunfo da Mundialização*, Lisboa, Instituto Piaget
- [204] MINGIONE, Enzo; PUGLIESE, Enrico (1987) – “A Difícil Delimitação do «Urbano» e do «Rural»: alguns exemplos e implicações teóricas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 83 – 99
- [205] MONTALVO, António Rebordão (1989) - “O Poder Local e a Participação dos Cidadãos” in COELHO, Mário Baptista (Coord.) - *Portugal - O Sistema Político*

e Constitucional 1974-1987, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 469-483

- [206] MONTEIRO, Nuno Neto de Albuquerque (1988) - “Evolução da Realidade Populacional na Região que hoje integra o Concelho de Palmela, segundo o sexo, estado civil e grau de instrução, entre 1878 e 1950”, in *História de Palmela ou Palmela na História*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 125-151
- [207] MOREIRA, Vital (1977) – “As Regiões, a Autonomia Municipal e a Unidade do Estado”, *Poder Local*, nº 3
- [208] MOURA, Dulce; AMOR, Teresa (2000) – “Uma Análise da Estratégia de Actores – Estudos das dinâmicas de Mudança na Zona Oeste”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº1, pp.73 - 84
- [209] MOURA, Dulce; CARIA, Fernando; GUERRA, Isabel; CALDAS, José Maria Castro; PERESTRELO, Margarida; PINTO, Teresa Costa (1996) - *Análise Prospectiva da Baixa Pombalina*, Lisboa, CET/ISCTE (Relatórios de investigação não publicados)
- [210] MOZZICAFREDDO, Juan; GUERRA, Isabel; FERNANDES, Margarida A.; QUINTELA, João (1988a) - “O Grau Zero do Poder Local”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 4, pp. 45-59
- [211] MOZZICAFREDDO, Juan; GUERRA, Isabel; FERNANDES, Margarida A.; QUINTELA, João (1988b) - “Poder Autárquico e Desenvolvimento Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, pp. 79 -114
- [212] MOZZICAFREDDO, Juan; GUERRA, Isabel; FERNANDES, Margarida A.; QUINTELA, João (1989) - “ Modelos de Gestão e de Legitimidade no Sistema Político Local Português”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 6, pp. 51-80
- [213] MURTEIRA, Mário (1979) – *Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Modelo Português*, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais
- [214] MURTEIRA, Mário (1982) – “Ruptura e regulação da economia portuguesa nos anos 70”, *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), pp. 1037-1051
- [215] MURTEIRA, Mário (1983) – *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, Lisboa, Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais
- [216] NETO, Maria Susana; HENRIQUES, José Manuel (1986) – “Planos Municipais, crise e participação pública”, *Cadernos Municipais*, ° 35

- [217] NETO, Paulo Alexandre (1999) - *A Integração Espacial - Economias de Rede e Inovação*, Lisboa, Instituto Piaget
- [218] NETTO, Joaquim M. de M. Lino, (1939) – *O Município no Estado Social-Corporativo*, Lisboa, Livraria Portugália
- [219] NUNES, Ana Bela (1998) – *A globalização numa perspectiva histórica. O que há de novo no processo de globalização?* Recolhido em 25 de Agosto de 2001 em <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/2/ac/acabn2.htm>
- [220] OLIVAL, Fernanda (1990) – “A Ordem de Santiago e o Sal do Sado”, *Oceanos*, nº 4, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 93- 96
- [221] OLIVEIRA, Luís Perestrelo de (1991) – *Planos Municipais de Ordenamento do Território*, Coimbra, Almedina
- [222] PADIOLEAU, Jean-Gustave (1989) - “Un mouvement de rationalisation de l’action publique urbaine: le planning stratégique” in WACHTER, Serge (direcção) - *Politiques Publiques et Territoires*, Paris, L’Harmattan
- [223] PARSONS, Talcott (1966) - *Societies – Evolutionary and comparative perspectives*. New Jersey, Prentice-Hall
- [224] PEARCE, David; BARBIER, Edward; MARKANDYA, Anil (1990) - *Sustainable Development - economics and environment in the third world*, Hants, Edward Elgar Publications
- [225] PECQUEUR, Bernard (1987) - *De l’Espace Fonctionnel à L’Espace-Territoire*, Grenoble, Tese de Doutoramento de Estado, Université des Sciences Sociales de Grenoble
- [226] PEDROSO, Paulo Fernandes (1994) - *A Formação e a Promoção do Desenvolvimento em Espaços Rurais - um estudo no Baixo Alentejo*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, ISCTE
- [227] PEIXOTO, Paulo (2004) – “O desaparecimento do Mundo Rural”, comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A questão social no Novo Milénio, Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004 (policopiado)

- [228] PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles (2000) – *Cidades e Urbanismo no Mundo*, Lisboa, Instituto Piaget
- [229] PEREIRA, António Garcia (1998) – *Novas tecnologias e organização e disciplina do trabalho*, retirado em 25 de Agosto de 2001
- [230] PEREIRA, Miriam Halpern (1974) – *Assimetrias de Crescimento e Dependência Externa*, Lisboa, Seara Nova
- [231] PEREIRA, Miriam Halpern (1983) – *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa Editora
- [232] PEREIRA, Teresa Craveiro (1990) – “ O Plano-Processo no Planeamento Estratégico”, *Sociedade e Território*, nº 12, pp. 11-25
- [233] PERESTRELO, Margarida (1999) – “Prospectiva: Planeamento Estratégico e Avaliação”, *Cidades, comunidades e Territórios*, nº 4,
- [234] PERESTRELO, Margarida; CALDAS, José Maria Castro (1998) – “Instrumentos de Análise para o Método dos Cenários 1 - Análise Estrutural”, Lisboa, *Dinâmia*, WP 98/09
- [235] PERESTRELO, Margarida; CALDAS, José Maria Castro (2000) - “Instrumentos de Análise para o Método dos Cenários II - Estratégia de Actores”, Lisboa, *Dinâmia*, WP 2000/17
- [236] PERRET, Bernard; ROUSTANG, Guy (1993) - *L'Économie contre la Société*, Paris, Éditions du Seuil
- [237] PERROUX, François (1961) - *L'économie du XX siècle*, Paris, PUF
- [238] PERROUX, François (1955) - “La notion de pôle de croissance”, *Economie Appliquée*, nº 1-2
- [239] PERROUX, François (1987) – *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- [240] PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, João Nunes (2005) – *Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo (4ª edição)
- [241] PIMENTA, Maria Cristina Gomes (1990) “ A Ordem de Santiago em Portugal”, *Oceanos*, nº 4, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 58- 63

- [242] PINHEIRO, Magda; BAPTISTA, Luís V.; VAZ, Maria João Organizadores) (2001) – *Cidade e Metrópole – Centralidades e Marginalidades*, Oeiras, Celta
- [243] PITSCHIELLER, João e ABREU, Sofia (1988) - “Enquadramento Geral das Intervenções Urbanísticas”, in *Direito do Urbanismo*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração, pp. 300-317
- [244] POLÈSE; Mário (1999) “From Regional Development to Local Development: On The Life, Death and Rebirth (?) of Regional Science as a Policy Relevant Science” *Canadian Journal of Regional Science/Revue canadienne des sciences régionales*, XXII:3 (Autumn/automne 1999), 299-314.
- [245] PORTER, Michael (1990) - *The Competitive Advantage of Nations*, London, Macmillan
- [246] QUEVIT, Michel (1991) - *Regional development trajectories and the achievement of the Single Market*, Louvain-la-Neuve, Gremi
- [247] QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1992) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- [248] RAFESTIN, Claude (1993) – *Por uma Geografia do Poder*, São Paulo, Ática
- [249] REIS, José (1987) – “ Os Espaços da Industrialização - Notas sobre a Regulação Macro-Económica e o Nível Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 13 – 31
- [250] REIS, José (1988) - “Território e Sistemas Produtivos Locais - Uma Reflexão sobre as Economias Locais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, pp. 127-141
- [251] REIS, José (1996) – “ O desenvolvimento local: condições e possibilidades” in VAN DEN HOVEN, Luc; NUNES, Maria Helena (Orgs.) – *Desenvolvimento e Acção Local*, Lisboa, Fim de Século, pp. 35-45
- [252] REIS, José (2005a) – *Uma Epistemologia do Território*, Coimbra, Oficina do CES
- [253] REIS, José (2005b) – *Globalização e Inovação – uma discussão sobre as densidades urbanas*, Coimbra, Oficina do CES
- [254] REIS, Manuela; LIMA, Aida Valadas de (1998)) – “Desenvolvimento, Território e Ambiente” in VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino (Org.) (1998) – *Portugal que Modernidade?* Oeiras, Celta, pp.329-363

- [255] RIBEIRO, José Félix; PROENÇA, Manuela; MARQUES, Isabel; CHORINCAS, Joana (2004) - “Dinâmica de Actividades na Região de Lisboa e Vale do Tejo - Balanço e Potencial”, Lisboa, *Prospectiva e Desenvolvimento*, nº 10, pp. 9-86
- [256] RIBEIRO, José Miguel Félix (org.) (1997) – *Prospectiva e Cenários – Uma Breve Introdução Metodológica*, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento
- [257] RIBEIRO, José Miguel Félix (2005) - *Diagnóstico e Prospectiva dos Locais - Uma Breve Exploração do Caso da Área Metropolitana De Lisboa*, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento
- [258] RIBEIRO, Orlando (1986) – *Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, (4ª edição)
- [259] RIBEIRO, Orlando; LISBOA, João Ribeiro (1951) – “Les transformatis de l’habitat et des cultures dans la contrée de Pinhal Novo” in *C.R. du Congrès International de Géographie (1949)*, Lisboa, 1951, III, pp. 329-334
- [260] RICHARDSON, H.W. (1973) - *Regional Growth Theory*, New York, J. Wiley & Sons
- [261] ROBERTSON, Roland (1992) – *Globalization*, London, Sage
- [262] ROMERO, Andrés (1991) – *Metodologia de Análise de Conteúdo*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa
- [263] ROSIER, Bernard (1984) – “ Types de développement et rapports sociaux” in ABDEL-MALEK, Anouar; HUYNH, Cao Tri; ROSIER, Bernard; THANH-KHOI, Lê, *Clés pour une stratégie nouvelle du développement*, Paris, Unesco/Les Editions Ouvrières
- [264] ROSTOW, Walter W. (1970) - *Les Etapes de la Croissance Économique*, Paris, Seuil
- [265] RUIVO, Fernando (1990) - “Local e Política em Portugal: o Poder Local na Mediação entre o Centro e a Periferia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 30, pp.75-95
- [266] RUIVO, Fernando; FRANCISCO, Daniel (1998) – “ O Poder Local entre Centro e Periferias”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, pp. 281-306 *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 30, pp.75

- [267] SÁ, Maria Teresa Salgueiro de Vasconcelos e (1990a) – *A Intervenção Sociológica no Planeamento*, Dissertação de Mestrado do Ramo do Planeamento Regional e Urbano, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa
- [268] SÁ, Maria Teresa Salgueiro de Vasconcelos e (1990b) – “Reflexões sobre a Intervenção Sociológica no Planeamento” in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século – Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fragmentos, pp. 531-536
- [269] SÁ, Teresa Vasconcelos e (1994) – “Planeamento: Uma Técnica ou uma Acção Social?” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 517-523
- [270] SAINSAULIEU, Renaud (1985) - *Sociologie des Organisations et de la Transformation Sociale*, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, (vol. I)
- [271] SAINT-SIMON, Henri (1975) – *Selected Writings on Science, Industry and Social Organizations*, London, Croom Helm
- [272] SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (1993) – *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento/Centro de Estudos Sociais
- [273] SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2001) - *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento
- [274] SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003) – *Democratizar a Democracia – Os Caminhos da Democracia Participativa*, Porto, Edições Afrontamento
- [275] SANTOS, José Vicente Tavares (2000) – “As Novas Questões Sociais Globais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 57-58, Junho-Novembro de 2000, pp. 13-24
- [276] SANTOS, Milton (1994) – *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*, São Paulo, Hucitec
- [277] SAUNDERS, Peter (1981) - *Social Theory and the Urban Question*, London, Hutchinson & Co, Ltd.
- [278] SAVAGE, Mike; WARDE, Alan (2002) – *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*, Oeiras, Celta

- [279] SEIXAS, João (2000) – “A Cidade não Governada – motivações Públicas e Governação Urbana”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 1, pp.57-72
- [280] SHILS, Edward (1992) - *Centro e periferia*, Lisboa, Difel
- [281] SILVA, Augusto da (1980) – “O Sistema Parsoniano”, *Economia e Sociologia*, nº 28, GIAS/ISESE, p.41-59
- [282] SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Orgs.) (1986) - *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento
- [283] SILVA, José Custódio Vieira da (1988) – “A Igreja de Santiago de Espada de Palmela” in *História de Palmela ou Palmela na História*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 153-167
- [284] SILVA, Maria dos Anjos Sousa (1981) – “Descentralização e Autonomia Local (os conceitos, a história e as medidas necessária”, *Poder Local*, nº 24
- [285] SILVANO, Filomena (1997) – *Territórios da identidade – representações do espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Oeiras, Celta
- [286] SIMÕES, Vítor Corado (2000) – *Efeitos do Investimento directo estrangeiro sobre a modernização do tecido produtivo nacional: o caso da indústria automóvel*, Lisboa CISEP/AIP
- [287] SOUZA, Marcelo José (1995) – “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, in: CASTRO, Iná Elias (et alli) (org.). *Geografia: conceitos e temas*, Rio de Janeiro, Bertrand, pp. 77 - 116.
- [288] STOCK, Maria José Fernández (1980) - “ A Teoria da Acção Social em Talcott Parsons”, *Economia e Sociologia*, nº 28, GAIES/ISESE, pp. 11-40
- [289] STÖHR, Walter B.; TAYLOR, D.R. Fraser (1981) - *Development from above or below?*, New York, John Wiley & Sons
- [290] STORPER, Michael (1995) - “La géographie des conventions: proximité territoriale, interdépendences non marchants et development économique” in RALLET Alain; TORRE, André - *Économie Industrielle et Économie Spatiale*, Paris, Economica, pp.111-128
- [291] STRUYK, Raymond; JAMES, Franklin (1975) - *Intrametropolitan Industrial Location: The pattern and process of change*, New York, Lexington Books

- [292] THANH-KHOI, Lê (1984) – “Les trois dimensions du développement” in ABDEL-MALEK, Anouar; HUYNH, Cao Tri; ROSIER, Bernard ; THANH-KHOI, Lê, *Clés pour une stratégie nouvelle du développement*, Paris, Unesco/Les Editions Ouvrières
- [293] THIREAU, Véronique (1993) - *Les Nouvelles Dynamiques Spatiales*, Paris, L’Harmattan
- [294] TÖDTLING, Franz (1995) - *Firm Strategies and Restructuring in a Globalising Economy*, Paper do Abteilung für Stady-und Regionalentwicklung, Vienna University of Economics and Business Administration
- [295] TOURAINE, Alain (1978) - *La Voix et le Regard*, Paris, Seuil
- [296] TOURAINE, Alain (1996a) – *O Retorno do Actor – Ensaio sobre Sociologia*, Lisboa, Instituto Piaget
- [297] TOURAINE, Alain (1996b) – *O que é a Democracia?* Lisboa, Instituto Piaget
- [298] TOURAINE, Alain (2000) – “A Method for Studying Social Actors”, *Journal of World-Systems Research*, vol. VI, nº 3, Fall/Winter, pp. 900-918
- [299] TRIBILLON, Jean François (1991) - *L’Urbanisme*, Paris., La Découverte
- [300] VALE, Mário (1999) – *Geografia da Indústria Automóvel num Contexto de Globalização – Imbricação Espacial do Sistema Autoeuropa*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Lisboa, Universidade de Lisboa
- [301] VALE, Mário (2000) – “Imbricação de Empresas Transnacionais: Uma Análise do Cluster Automóvel em Portugal”, *Finisterra*, XXXV, 70, Lisboa, pp. 57-86
- [302] VARGAS, José Manuel (1988) - “ De Alcochete ao Barreiro - Alguns elementos para o estudo do antigo concelho do Ribatejo” in *História de Palmela ou Palmela na História*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 185-209
- [303] VENEZA, Ana (1986) –“O Poder Local, 1976-1984: da Indefinição à (Des)Centralização Estatal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, pp. 693-708
- [304] VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino (Org.) (1998) – *Portugal que Modernidade?* Oeiras, Celta
- [305] VILAÇA, Helena (1994) – “ Território e Identidades na Problemática dos Movimentos Sociais: Algumas Propostas de pesquisa”, in *Dinâmicas Culturais*,

Cidadania e Desenvolvimento Local, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 401-421

- [306] WACHTER, Serge (Org.) (1989) - *Politiques Publiques et Territoires*, Paris, L'Harmattan
- [307] WALZER, Michael (1983) – *Spheres of Justice, A Defense of Pluralism and Equality*, Oxford, Martin Robertson
- [308] WATERS, Malcom (1999) – *Globalização*, Oeiras, Celta
- [309] WORSLEY, Peter (1977) – *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (3ª ed.)

OUTRA INFORMAÇÃO

- [310] AA.VV. (1988) - *Urbanismo e Poder Local*, Coimbra, Centro de Estudos de Formação Autárquica
- [311] ATELIER DE SOCIOLOGIA URBANA (1986) – “Sociografia Populacional da Área Metropolitana de Lisboa”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 1, pp. 123-166
- [312] CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1992) – *Plano Estratégico de Lisboa*
- [313] CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (S/d) - *Palmela. Sim Obrigado*
- [314] CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (1985) – *Plano Director Municipal – Estudos Sumários de Planeamento*
- [315] CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (1987) – *Palmela – Roteiro Municipal*
- [316] CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (1988) – *História de Palmela ou Palmela na História*, Actas das Jornadas de Divulgação e Análise do Passado de Palmela
- [317] CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (1989) – *Palmela – A Face do Desenvolvimento*
- [318] CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (1990a) – *A Ordem de Santiago - História e Arte (catálogo da exposição)*

- [319] CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (1990b) – *O Castelo e a Ordem de Santiago na História de Palmela (catálogo da exposição)*
- [320] CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (1999) – *Património Natural do Concelho de Palmela*
- [321] CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (2002) – *Estudos de Apoio à Revisão do Plano Director Municipal de Palmela – componente sociodemográfica*
- [322] CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (2003) – *Dinâmica Urbanística do Município de Palmela – Estudos de Apoio à Revisão do Plano Director Municipal de Palmela*
- [323] CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (2003) – *Relatório de Estudo Sobre Ordenamento do Território – Estudos de Apoio à Revisão do Plano Director Municipal de Palmela*
- [324] COMISSÃO INDEPENDENTE POPULAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA (1998) – *Cuidar o Futuro – um programa radical para viver melhor*, Lisboa, Trinova Editora
- [325] DATAR (1971) - *Une Image de la France en l'an 2000 (scénários de l'inacceptable)*, colecção TRP n° 20, Documentation Française
- [326] EUROPEAN COMMISSION (1997) – *The globalising learning economy: Implications for innovation policy*, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities
- [327] GRUPO DE LISBOA (1994) – *Limites à Competição*, Mem Martins, Publicações Europa- América, (2ª ed.)
- [328] PORTUGAL – *Diário da República*, Lisboa, IN-CM
- [329] PORTUGAL (1976) – *Constituição da República Portuguesa*, Lisboa, IN-CM
- [330] PORTUGAL, Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território (1998) – *Descentralização, Regionalização e Reforma Democrática do Estado*, Lisboa, MEPAT (2ª Ed.)
- [331] PORTUGAL, Comissão de Coordenação da Região Centro (1990) – *Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional*, Coimbra, CCRC

- [332] PORTUGAL, Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, (1991) - *Estudo de Localização Industrial na Península de Setúbal (ELIPS)*, Lisboa, CCRLVT
- [333] PORTUGAL, Instituto Nacional de Estatística (1964) – *X Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE
- [334] PORTUGAL, Instituto Nacional de Estatística (1973) – *XI Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE
- [335] PORTUGAL, Instituto Nacional de Estatística (1983) – *XII Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE
- [336] PORTUGAL, Instituto Nacional de Estatística (1993) – *XIII Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE
- [337] PORTUGAL, Instituto Nacional de Estatística (2003) – *XIV Recenseamento Geral da População*, Lisboa, INE
- [338] PORTUGAL, Ministério da Administração Interna (1977) – "Divisões Regionais", in *A.R.*, Agosto de 1977, Lisboa, MAI
- [339] PORTUGAL, Ministério do Emprego e da Segurança Social, *Quadros de Pessoal*, Lisboa, MESS
- [340] SOCIEDADE PORTUGUESA DE URBANISTAS (1990) – “ A Sociedade Portuguesa de Urbanistas perante o DL 69/90”, *Sociedade e Território*, nº 12, Porto, Afrontamento

SÍTIOS NA INTERNET

- Agência de Inovação www.adi.pt
- Agência Portuguesa de Investimento www.apinvest.pt consultado em 23-4-2005
- Arquivo Charles Booth <http://booth.lse.ac.uk/> consultado em 30-1-2006
- Associação INLOCO <http://www.in-loco.pt/>
- Benjamin Seebohm Rowtree consultado em 30-1-2006
<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/RErowntreeS.htm> consultado em 30-1-2006
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
<http://www.cedr-lvt.pt>
- Departamento de Prospectiva e Planeamento <http://www.dpp.pt/>
- Direcção-Geral das Autarquias Locais www.dgaa.pt
- Direcção-Geral de Estudos e Previsão www.dgep.pt/
- Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento www.dgeep.mtss.gov.pt/
- Direcção Geral do Desenvolvimento Regional www.dgdr.pt/
- Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho www.dgert.msst.gov.pt/
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
<http://www.dgotdu.pt>
- Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do ministério da Economia
www.dre-lvt.pt/
- Henry Mayhew <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/Jmayhew.htm> consultado em 30-1-2006
- Instituto Nacional de Estatística www.ine.pt
- Organisation Internationale des Constructeurs D'automobiles/ International Organization of Motor Vehicle Manufacturers www.oica.net consultado em 17-5-2006
- Joseph Rowtree <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/RErowntreeJ.htm> 30-1-2006
- LIPSOR-Laboratoire d'Investigation en Prospective Stratégies et Organization
<http://www.cnam.fr/lipsor/> consultado em 5-9-2005

- Robert Bosch <http://www.bosch.com/content/language2/html/index.htm> consultado em 16-5-2006
- SEAT www.seat.com consultado em 16-5-2006
- VW Autoeuropa www.Autoeuropa.pt consultado em 23-4-2005

ÍNDICE REMISSIVO

2

2 MAO · 218, 220, 404, 405, 421, 423, 424, 425, 445

3

3 MAO · 421, 423, 424, 425

A

acção colectiva · 49, 50, 158, 163, 197, 420, 455, 456, 474

acção concertante · 139, 158, 160, 161

acção crítica · 139, 158, 159, 160

acção inovadora · 139, 159, 161, 162, 166

acção local · 156, 158, 217

acção reivindicativa · 158, 159

activos agrícolas · 296, 303

actor social · 142, 146, 156, 213, 218

actor-chave · 414, 447, 455

actores · 16, 17, 18, 67, 70, 93, 102, 103, 111, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 133, 135, 138, 139, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 166, 169, 171, 172, 182, 183, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 227, 240, 241

Actores · 137, 141, 187, 188, 216, 217, 218, 219, 220, 223

actores locais · 6, 8, 9, 16, 118, 121, 122, 123, 135, 139, 150, 153, 155, 157, 159, 165, 166, 188, 191, 194, 195, 201, 203, 204, 409, 451, 456

actores sociais · 111, 119, 124, 145, 146, 148, 149,

151, 152, 158, 183, 184, 188, 191, 194, 198, 204, 213

actores. sociais. locais · 263

Adega Cooperativa de Palmela ACP · xxviii, 215, 409, 410, 411, 412, 437, 442

Administração Central · 188, 231, 236

Administração local · 235, 236, 240, 241

administração municipal · 229

administração territorial · 214

África · 91, 92

aglomerados urbanos · 258, 271, 272

agricultores · 161, 273, 274, 299

agricultura · 17, 51, 53, 131, 202, 247, 274, 276, 280, 281, 295, 296, 298, 299, 301, 303, 313, 367

agro-turismo · 54, 275

Águas de Moura · 272

Aires · 45, 272

Alcácer do Sal · 292

Alcochete · 285, 291, 298, 330, 331, 334, 335

Alemanha · 86, 109, 112, 114, 282

Alfeite · 284

Almada · 17, 25, 168, 282, 284, 285, 335, 363, 370, 377

ALTHUSSER, Louis · 33, 40, 135

América do Sul · 92

AMIN, Samir · 136

análise de clusters · 220, 333, 444

análise local · 67, 119

análise regional · 67, 119, 377

Anthony Giddens · 80

Antropologia Urbana · 24

AROCENA, José · 15, 122, 127, 150, 155, 157, 158, 213

ARON, Raymond · 134

Ásia · 74, 92

Assembleias Municipais · 228, 269

Associação de Viticultores do Concelho de Palmela
AVIPE · xxviii, 214, 216, 221, 409, 410, 422, 434,
435, 437, 442, 449
Associação do Comércio e Serviços do Distrito de
Setúbal ACSDS · xxviii, 214, 216, 414, 440
Associação para o Desenvolvimento Rural da
Península de Setúbal ADREPES · xxviii, 214, 411,
435, 437, 441
Áustria · 86
Autarquia Local · 231
autarquias locais · 227, 232
Autarquias Locais · 232, 236, 237, 238, 239, 264
Autoeuropa · AE · xxviii, 18, 162, 168, 211, 215, 216,
286, 288, 314, 321, 339, 340, 341, 342, 343, 344,
345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354,
355, 357, 358, 359, 360, 361, 363, 367, 372, 376,
378, 387, 390, 392, 409, 410, 411, 413, 414, 416,
417, 423, 433, 435, 437, 447, 449, 453, 454, 455,
461, 492
avaliação · 170, 186, 191, 194, 195, 196, 197, 198,
268
Azeitão · 122, 281

B

Barra Cheia · 271
Barreiro · 282, 284, 285, 291, 304, 323, 329, 330,
331, 335, 364, 389, 486
Bélgica · 86
BENNET, Robert J. ; KREBS, Gunter · 16
BOOTH, Charles · 26, 27, 28
BOURDIEU, Pierre · 55
BOYER, Robert · 70
Brejos do Assa · 272
BURGUESS, Ernest · 23, 24, 25

C

Cabanas · 271
CALDAS, José Maria Castro · 204
Câmara Corporativa · 234

Câmara Municipal · 214, 216, 230, 234, 271, 272,
275, 291, 293, 294
Câmara Municipal de Palmela CMP · 214, 230, 272,
291, 293, 294, 319, 394, 395, 397, 398, 399, 409,
411, 422, 455, 461, 466, 472, 477, 479, 485, 486
409, 414, 416, 435, 438, 439, 440, 444, 447, 449
Câmaras Municipais · 231, 232, 235, 243, 265
Canal de Suez · 284
capacidades de acção · 151
características burocrático-rationais · 80
caramelos · 293
CARDOSO, Fernando Henrique · 37, 136
CARIA, Fernando · 129, 137, 169, 170, 178, 180,
185, 186, 230, 272, 273, 282, 283, 284, 303, 333,
337
Carta de Atenas · 175, 176
CASTELLS, Manuel · xxv, 36, 38, 39, 41, 42, 43,
144, 145, 182
Castelo · 211, 291
China · 109
CHOAY, Françoise · 172, 179
cidadania · 49, 79, 93, 109, 118, 141, 162
cidade-jardim · 177
Ciências Sociais · 35, 36, 44, 57, 73, 94, 130, 142,
202
Claude Manzagol · 337, 454
cluster automóvel · 350
coeficientes de relações de forças · 414
Comarca · 231
Comarcas · 230, 231
comércio
Comércio · 93, 163, 212, 214, 216, 221, 222, 295,
305, 316, 364, 367, 370, 381
Comissões Administrativas · 236
Comité das Regiões · 299
Comité Económico e Social · 299
Companhia União Fabril CUF · 282
COMTE, Auguste · 28, 73
comunidade local · 190
comunidades de interesses · 147, 148, 149, 150
comunidades fictícias · 80
comunidades locais · 147

Concelho · 215, 216, 228, 230, 234, 243, 293
conflitos secundários · 425, 427
Conselho de Ministros · 269, 273
Conselho Municipal · 233, 234
Conselhos de Província · 232
consensos · 98, 121, 122, 129, 242
consensos mobilizadores · 425, 430, 456, 457, 460
consensos pouco mobilizadores · 425, 428
Constituição da República Portuguesa · 236
Constituição de 1822 · 239
Constituição de 1911 · 239
Constituição de 1933 · 232, 239
Constituição de 1976 · 235, 239
Construção e Obras Públicas · 305
contingências históricas · 80, 81
corporações · 234
COSTA, Carlos António Bana e · 184, 188
crescimento urbano · 173
crise económica · 112, 113, 114, 115, 117, 123, 151,
183, 244, 285, 303, 336
crises do modelo democrático · 141
CROIZIER, Michel · 37, 156

D

Decreto-Lei nº 560/71 · 257, 262
Decreto-Lei nº 208/82 · 256, 257, 262
Decreto-Lei nº 100/84 · 237
Decreto-Lei nº 226/87 · 260
Decreto-Lei nº 176-A/88 · 250, 257
Decreto-Lei nº 69/90 · 257
Decreto-Lei nº 380/90 · 266
Decreto-Lei nº 163/93 · 260
Decreto-Lei nº 151/95 · 257
Decreto-Lei nº 292/95 · 258
Decreto-Lei nº 364/98 · 258
Decreto-Lei nº 380/99 · 244, 250, 254, 255, 256, 257,
264, 265
Decreto-Lei nº 53/00 · 257
Decreto-Lei nº 115/01 · 260
Decreto-Lei n.º 310/03 · 244, 250, 257, 264

Decreto Regulamentar nº 91/82 · 257
DEFARGES, Philippe Moreau · 85
Desafio Estratégico · 424, 457, 458, 459
desafios estratégicos · 166, 217, 405, 456
Desafios Estratégicos · 217, 404, 405, 407
descentralização horizontal · 122
descentralização vertical · 122
desenvolvimento · 15, 16, 17, 18, 20, 22, 26, 27, 48,
51, 52, 56, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 81, 84, 85, 86,
87, 90, 91, 101, 103, 112, 113, 117, 118, 119, 121,
122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131,
132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 147, 148,
150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159,
160, 161, 162, 169, 176, 178, 182, 183, 184, 185,
186, 188, 189, 190, 203, 204, 213, 214, 215, 237,
238, 240, 244, 246, 247, 250, 253, 254, 255, 256,
257, 260, 263, 264, 273, 274, 275, 276, 279, 281,
282, 283, 288, 292, 337, 339, 340
Desenvolvimento regional · 119
desenvolvimento local · 6, 7, 58, 64, 66, 119, 128,
129, 214, 402, 451, 452, 455, 456, 466, 482
desenvolvimento. das metrópoles · 167
desenvolvimento. de iniciativa local · 150
desenvolvimento. local · 129, 153, 201
desenvolvimento. societário · 141
Despacho nº 38/05 · 264
diferencial de influência directa · 415
Distrito · 214, 216, 231, 232, 233, 234
Distritos · 231, 232
divisões administrativas · 227, 231
DRACHE, Daniel · 70
DURKHEIM, Émile · 19, 20, 28, 31, 74

E

economia · 16, 17, 32, 44, 45, 51, 70, 74, 86, 87, 92,
93, 94, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 118, 123, 155,
180, 280, 285, 293, 295, 296, 303, 305, 306, 314,
316, 367, 377
Economia · 15, 19, 28, 88, 129, 130, 132
economia mundial · 70, 98, 99, 101, 108, 118, 285,

314
economia. internacional · 167
economia. local · 297
economia. nacional · 70
economia. política · 74
economia. regional · 168
EFTA · 283
EMMANUEL, Arghiri · 136
endogeneidades · 453
Erhard Friedberg · 402, 455
Escola de Chicago · 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 38
espaço · 15, 17, 19, 20, 21, 24, 25, 31, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 67, 69, 70, 82, 83, 84, 100, 102, 119, 120, 122, 124, 128, 141, 152, 157, 158, 163, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 182, 184, 192, 217, 219, 241, 253, 260, 263, 271, 273, 280, 281, 282, 299, 316, 333, 334, 335, 344, 350
espaço rural · 52, 53
espaço social · 21, 45, 52, 53
espaço urbano · 51, 53, 55, 182
espaço. local · 159
especialização rural · 460
especificidades locais · 48, 122, 123, 134
Estado · 34, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 70, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 89, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 122, 123, 127, 131, 137, 138, 141, 157, 162, 183, 188, 195, 227, 228, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 244, 245, 247, 264, 288, 291
Estado-nação · 70, 75, 80, 81, 83, 89, 99, 102, 103, 105, 110, 111
Estado-Providência · 98, 112, 114
Estados · 31, 32, 39, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 87, 89, 92, 93, 94, 96, 97, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 123, 167, 178
Estados Unidos · 26, 103, 114
Estados Unidos da América · 91, 112, 167
Estados-nação · 70, 79, 80, 81, 83, 89, 92, 103, 104, 114

estratégias · xxviii, 5, 7, 8, 9, 17, 18, 25, 52, 58, 65, 66, 94, 95, 97, 107, 115, 122, 123, 151, 155, 165, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 216, 244, 256, 263, 273, 274, 276, 277, 283, 392, 399, 401, 402, 410, 419, 423, 451, 452, 455, 457, 460, 461, 470
estratégias locais · 122
ESTRATÉGIAS LOCAIS · 117
estruturalismo · 35, 129, 135, 136
Europa · 15, 35, 40, 43, 51, 52, 73, 74, 80, 81, 83, 103, 107, 114, 167, 182, 242, 279, 283, 299, 352, 362
evolucionismo · 129, 130, 131, 132, 133

F

fileira automóvel · 288
fluxos de integração · 107
força *relativa* · 220, 445, 447, 461
formação profissional · 113, 118, 119, 121, 274, 300
Fórum da Indústria Automóvel de Palmela · FIAPAL · xxviii, 214, 422, 434, 439, 447, 449, 461
FOUCAULT, Michel · 38
FOURIER, Charles · 174
França · 36, 86, 182, 337
FRANK, André-Gunder · 136
Freguesias · 227, 230, 232, 236, 297, 298, 331, 332
FRIEDBERG, Erhard · 156

G

GARNIER, Tony · 176
GEDDES, Patrick · 28, 29, 180
GIDDENS, Anthony · 69, 80, 84, 98, 102
globalização · 7, 8, 15, 48, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 88, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 111, 115, 117, 125, 295, 451, 466, 480
GODET, Michel · 202, 204, 205
Governo · 37, 98, 231, 233, 234, 246, 247, 287
governo local · 16

grau de conflitualidade · 423, 425, 426, 429
grau de convergência · 437, 439
grau de dependência dos actores · 409, 411
grau de dispersão e conteúdo · 220, 445
grau de divergência · 433, 435
grau de influência dos actores · 409
grau de máxima influência e de dependência · 417
grau de mobilização · 421, 423, 425
graus de conflitualidade e mobilização · 423
Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela ·
 GACP · xxviii, 215, 230, 413, 415, 416, 433, 439,
 440, 444, 447, 449, 461
GUERRA, Isabel · 19, 20, 67, 119, 158, 283, 284
Guerra-fria · 110

H

HARVEY, David · 36, 38, 182
HAWLEY, Amos · 24
Hierarchical Cluster Analysis · 220, 445
Historicismo · 133, 137
Hotelaria e Restauração · 305, 316
HOWARD, Ebenezer · 177, 178
hub-and-spoke industrial districts · 350

I

identidade · 21, 46, 49, 54, 102, 109, 110, 119, 123,
 124, 127, 129, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 151,
 152, 158, 159
identidade. colectiva · 152
identidade. local · 152
identidades colectivas · 151
indicador de máxima dependência directa e indirecta
 · 416
indicador de máxima influência directa e indirecta ·
 416
indicador de relação de forças · 413, 414
indicadores culturais · 125
indicadores económicos · 118, 125, 190
indicadores sociais · 125, 126

indivíduo · 71, 78, 83, 144, 172, 178, 188
indústria · 17, 25, 74, 81, 115, 123, 131, 152, 155,
 214, 215, 247, 280, 284, 285, 288, 304, 314, 336,
 338, 347, 363, 368, 374, 376, 378
indústrias · 53, 211, 274, 277, 282, 283, 284, 285,
 301, 303, 313, 336, 338, 339, 364, 367, 368, 372,
 378
Indústrias Transformadoras · 305, 364, 368, 370, 372,
 376, 381
influências directas · 205, 405, 409
iniciativas de base local · 57
iniciativas locais · 16, 118, 119, 128
inovações tecnológicas · 99, 296
instrumentos de desenvolvimento territorial · 245
instrumentos de gestão territorial · 245, 246, 260, 268
instrumentos de natureza especial · 246
instrumentos de planeamento territorial · 246
instrumentos de política sectorial · 246
internacionalização dos mercados · 16, 283
investigação-acção · 201

J

Japão · 107, 114
João Ferrão · 423
jogo de actores · 64, 401, 404, 411, 420, 427, 437,
 447, 456
jogo estratégico · 158, 163, 455, 474
José Maria dos Santos · 293, 294, 298
Juntas de Freguesia · 232, 234
Juntas de Província · 232
just in time em sequência · 347
just-in-time em sequência · 347

L

Lagameças · 294
Lau · 294
LE PLAY, Frédéric · 28
LEFEBVRE, Henri · 36, 37, 39, 44, 46
Lei de Bases do Ordenamento do Território e do

Urbanismo · 244
Lei de Bases do Ordenamento do Território e
Urbanismo · 250
Lei nº 79/77 · 237, 256
Lei nº 1/79 · 237
Lei nº 1/90 · 258
Lei nº 19/96 · 258
Lei n.º 48/98 · 244, 245, 250, 246, 257, 268
limiar de divergência · 433
Lisboa · 17, 85, 162, 168, 169, 190, 233, 243, 257,
271, 275, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 291, 295,
301, 304, 321, 322, 323, 324, 325, 337, 348, 350,
364, 365, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375,
376, 377, 378, 381, 383, 385
local · 16, 17, 18, 28, 31, 34, 42, 44, 48, 49, 52, 54,
55, 56, 57, 67, 84, 89, 108, 118, 119, 120, 121,
122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 133,
134, 135, 136, 139, 141, 142, 147, 148, 151, 152,
155, 156, 157, 159, 161, 162, 166, 174, 175, 180,
188, 192, 194, 213, 227, 228, 229, 234, 236, 237,
239, 240, 241, 244, 246, 256, 257, 260, 263, 276,
295, 306
LOJKINE, Jean · 36, 37, 39, 182
LÖSCH, Auguste · 130

M

MACTOR · xxviii, 9, 202, 205, 214, 216, 218, 219,
220, 401, 404, 405, 421, 432, 474
mão-de-obra · 89, 108, 121, 144, 274, 284, 293, 294,
296, 302, 304, 313, 317, 318, 344
Marateca · 297, 298, 330, 332
margem de manobra do actor · 414
MARX, Karl · 19, 20, 74
marxismo · 35, 37, 38, 42, 43
matérias primas · 274
Matriz das posições valorizadas Actores × Objectivos
(2 MAO) · 405
Matriz das Posições Simples Actores. × Objectivos
(1 MAO) · 218
Matriz de Acções Directas

MAD · 408
Matriz de Máxima influência e dependência directa e
indirecta
(MA) · 417
Matriz de Meios de Acção Directos e Indirectos
(MADI) · 219
Matriz dos Meios de Acção Directos
(MAD) · 217, 219, 405
Matriz dos Meios de Acção Directos e Indirectos
MADI · 408, 417
Matriz valorizada das convergências de objectivos
(2 COO) · 442
Matriz valorizada das divergências de objectivos
(2 DOO) · 442
Matriz Valorizada de Convergências Actores ×
Actores
(2 CAA) · 436, 437
Matriz Valorizada de Divergências Actores × Actores
(2 DAA) · 432
Matriz Valorizada de Divergências Actores × Actores
(2 DAA) · 433
Matriz Valorizada Ponderada de Divergências
Actores × Actores
(3 DAA) · 434
Matriz Valorizada Ponderada Ponderada de
Convergências Actores × Actores
(3 CAA) · 438
matrizes de convergência e divergência de actores ·
432
MAYHEW, Henry · 26
MCKENZIE, Rodrick · 23, 24
MCLUHAN · 82
Meios de Acção Directos e Indirectos dos Actores
(MADI) · 413
MELA, Alfredo · 22
memória colectiva · 49, 152
Mercados · 70, 71, 92, 97, 191
MERLIN, Pierre · 172
Mértola · 291, 292
Michel Crozier · 402, 455

Michel Godet · 405, 414
modelo culturalista · 174, 175, 177
modelo funcionalista · 180, 182
modelo naturalista · 174, 175, 178
modelo progressista · 174, 175, 176, 177
modelo racional · 180, 181
Moita · 168, 282, 284, 285, 291, 323, 335, 364, 389
MONTALVO, António · 235
Montijo · 212, 282, 284, 291, 298, 330, 334, 335
MORRIS, William · 174
movimentos sociais urbanos · 42, 43
mudança social · 37, 38, 51, 69, 80, 90, 91, 94, 129, 133, 134, 135, 146, 184
município · 17, 18, 122, 162, 166, 201, 202, 203, 205, 206, 211, 212, 214, 215, 228, 229, 230, 234, 245, 257, 260, 264, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 282, 284, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 313, 315, 316, 317, 321, 322, 323, 324, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 339, 344, 363, 364, 367, 370, 372, 374, 376, 377, 378
Município · 168, 207, 221, 222, 223, 227, 229, 231, 232, 233, 297, 300, 301, 302, 309, 311, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 331, 332, 346, 443
município de Palmela · 17, 18, 202, 205, 212, 273, 275, 297, 319, 364, 374
MURTEIRA, Mário · 132

N

NETTL, J.P. · 75, 77
NETTO, Joaquim M. de M. Lino · 233, 234
nível local · 38, 55, 120, 121, 139, 153, 154, 184, 215, 241, 260
nível máximo de influência directa e indirecta · 416
novos actores sociais locais · 402, 455

O

Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal. OID/PS · 287

Ordem de Santiago · 122, 291, 292, 453, 472, 480, 481, 487, 488
Ordenamento do Território · 242, 243, 244, 249, 250, 251, 253, 255, 257, 259, 269
Ordens Militares e Religiosas · 292
Organismos Corporativos · 235, 239
organização espacial · 169, 264
OWEN, Robert · 174

P

PADIOLEAU, J.-G. · 189
PADIOLEAU, J-G · 191, 194
Palmela · xxviii, xxix, 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 18, 25, 122, 162, 165, 166, 168, 201, 202, 203, 205, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 221, 222, 223, 227, 228, 230, 271, 272, 273, 275, 276, 277, 281, 284, 288, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 311, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 340, 343, 346, 347, 354, 362, 363, 364, 365, 367, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 381, 387, 389, 390, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 407, 409, 410, 411, 419, 420, 422, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 433, 438, 443, 447, 449, 452, 453, 454, 455, 458, 459, 460, 461, 466, 472, 477, 479, 485, 486, 487, 488, 489
parcerias · 8, 299, 461
PARETO, Vilfredo · 31
PARK, Robert Ezra · 23, 24, 35
Parlamento Europeu · 299
Parque Autoeuropa · 288
Parque Industrial da Autoeuropa · 351
Parque Natural da Arrábida · 207, 211, 221, 222, 275
PARSONS, Talcott · 20, 31, 33, 75, 143
participação · 16, 81, 101, 113, 118, 125, 126, 141, 143, 147, 148, 149, 150, 154, 155, 157, 158, 160, 161, 162, 164, 183, 194, 198, 203, 227, 239, 240, 244, 245, 257, 263

património · 49, 108, 162, 209, 211, 215, 234, 237, 254, 260, 407, 430, 456, 457, 458, 459

PDM · 256, 257, 258, 263, 265, 266, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Península · 17, 18, 162, 202, 212, 214, 216, 221, 222, 227, 276, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 327, 328, 329, 330, 331, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 344, 345, 348, 363, 364, 367, 370, 372, 374, 377, 381, 443

Península de Setúbal · 17, 18, 162, 202, 212, 214, 216, 221, 222, 276, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 327, 328, 329, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 345, 363, 364, 367, 370, 372, 374, 377, 381

PERESTRELO, Margarida · 183, 204

PERROUX, François · 284

PIB · 125, 284, 361

Pinhal das Formas · 272

Pinhal Novo · 212, 271, 272, 275, 281, 288, 293, 294, 295, 297, 298, 303, 314, 315, 316, 330, 332, 389, 390, 392, 393, 396, 397, 420, 428, 430, 458, 483

planeamento · 28, 31, 32, 49, 158, 161, 163, 169, 170, 171, 172, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 194, 195, 197, 204, 206, 211, 221, 222, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 256, 257, 264, 269, 271, 272

planeamento estratégico · 184

Planeamento Estratégico · 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 203, 204, 211

Planeamento Territorial · 242

planeamento. municipal · 263

Plano de Pormenor · 265, 267

Plano de Urbanização · 264, 265, 267, 271

Plano Director Municipal
PDM · 203, 211, 243, 250, 255, 256, 261, 271, 272, 273

Plano Nacional · 247

Plano Regional de Ordenamento do Território · 250, 252

Planos de Ordenamento do Território · 243

Planos de Urbanização · 211, 243, 266, 271, 272

Planos Especiais de Ordenamento do Território · 247, 254

Planos Municipais de Ordenamento do Território · 250, 257, 260, 262

Planos Parciais · 241

Planos Regionais de Ordenamento do Território
PROT · 250, 254

Planos Sectoriais com incidência territorial · 246, 247

Planos Territoriais · 242, 255

Planos Urbanísticos · 243

Poçoirão · 272, 293, 295, 297, 298, 313, 330, 332

poder local · 214

Poder Local · 227, 228, 235, 241, 257, 271, 401, 455, 466, 474, 478, 479, 483, 485, 486, 487

Política Agrícola Comum · 274, 295

Política local · 241

população · 32, 103, 107, 110, 115, 119, 123, 126, 131, 143, 148, 150, 159, 164, 168, 169, 183, 202, 206, 207, 221, 222, 228, 273, 274, 281, 295, 296, 299, 302, 303, 328, 329, 330, 331, 332, 334

população agrícola · 274, 299, 303

Portaria nº 138/05 · 257, 265

posições valorizadas · 218, 405, 421

POULANTZAS, Nicos · 38

pré urbanismo · 175

Presidente da Câmara · 234, 276

pressão urbanística · 272

PRETECEILLE, Edmond · 39

PRETECEILLE, Edmond · 37

pré-urbanismo · 173

principais conflitos · 425

processo de metropolização · 167, 168, 327

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território · 246, 247, 248, 253, 256

PROT · 250, 253, 255, 256, 269

PROUDHON, Pierre-Joseph · 174

Província · 230, 232, 234, 235

Províncias · 230, 231, 232, 233, 234

Províncias. Ultramarinas · 283

Prússia · 86

PU · 258, 271, 272

PUGIN, Augustus · 174

Q

Quadro das Estratégias de Actores · 216
Quadro de Estratégia de Actores · 217, 404, 405, 456
Quadro de Estratégias de Actores · 217
Quinta da Marqueza · 272
Quinta do Anjo · 122, 271, 297, 315, 316, 330, 332,
392, 393, 397, 430, 458

R

Recenseamento Agrícola do Continente · 296
recursos locais · 274, 276
redes · 63, 81, 84, 86, 97, 99, 104, 108, 111, 144, 147,
151, 155, 157, 162, 178, 246, 247, 250, 253, 254,
256, 257, 284, 339, 460, 461
Região de Turismo da Costa Azul
RTCA · 439, 440
Região de Turismo da Costa Azul · xxviii, 417, 472
RTCA · 215, 216, 422, 434, 435, 438, 444, 447,
449, 461
Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão
Territorial · 244
Reino Unido · 26, 27, 29, 33, 86, 112, 114, 281
relações de força · 216, 219, 220, 404, 408, 414, 417,
421, 424, 425, 434, 438, 455
relações sociais · 18, 20, 21, 33, 37, 38, 44, 45, 46,
47, 48, 55, 56, 69, 75, 84, 89, 127, 142, 144, 147,
151, 157
representação centralizadora · 154
representação do desenvolvimento · 155
representação do desenvolvimento. centralizador ·
153
representação macroeconómica · 154
representação optimista · 153
representações macro-sociais e económicas · 153
República Democrática Alemã · 109
requalificação urbana · 168
Reserva Natural do Estuário do Sado · 207, 211, 221,

222, 275

revolução tecnológica · 115, 156, 179
Riba Tejo · 291
RIBEIRO, Orlando · 293
Rio Frio · 293, 294, 295
ROBERTSON, Roland · 75, 77, 78, 79, 84
ROSIER, Bernard · 125, 126
ROSTOW, Walt W. · 131
ROUBELAT, Fabrice · 187
rural · 17, 35, 39, 44, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57,
122, 170, 254, 257, 264, 275, 276, 281, 284, 334
RUSKIN, John · 174
Rússia · 86

S

SAINT-SIMON · 73
SAUNDERS, Peter · 40
Seixal · 17, 282, 284, 285, 323, 329, 331, 335, 363,
370, 377
Serviços à Comunidade · 305, 319
Sesimbra · 25, 284, 331, 334, 335
Setúbal · 9, 17, 19, 62, 119, 162, 168, 209, 211, 212,
221, 222, 279, 282, 283, 285, 287, 288, 292, 293,
298, 303, 304, 322, 323, 327, 328, 329, 335, 343,
345, 348, 363, 365, 367, 370, 374, 377, 387, 389,
390, 392, 393, 396, 407, 413, 419, 420, 422, 426,
427, 428, 429, 430, 431, 433, 438, 443, 447, 449,
453, 454, 459, 461, 470, 472, 475, 476, 489
Siderurgia Nacional · 284, 327
Sines · 284
Sistema Internacional de Estados · 79
sistema-mundo · 103, 104, 105
Sociedade Filarmónica Palmelense
SFP · xxviii, 215, 216, 413, 414, 416, 433, 447,
461
Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”
SFP · 215, 216
Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”, · 413
sociedade local · 123, 134, 153
Sociedade Nacional · 78, 79

Sociologia · 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 73, 75, 76, 101, 130, 134, 142, 148, 169, 195, 288

Sociologia do Território · 44, 50

Sociologia Espacial · 20, 21

Sociologia Rural · 50

Sociologia Urbana · 21, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50

SOMBART, Werner · 172

STRUYK, Raymond e JAMES, Franklin · 336

Superfície Agrícola Utilizada

SAU · 296, 297, 298

T

teorias das classes · 38

território · 16, 44, 47, 48, 49, 50, 56, 57, 82, 89, 92, 94, 102, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 121, 122, 123, 124, 127, 141, 151, 158, 159, 160, 163, 164, 167, 172, 182, 187, 188, 203, 204, 206, 212, 214, 215, 232, 237, 244, 245, 246, 250, 253, 255, 256, 257, 260, 263, 264, 265, 266, 269, 271, 272, 274, 277, 291, 304, 316, 321, 323, 331, 333, 334

THANH-KHOI, Lê · 125

TOPOLOV, Christian · 37

TOURAINE, Alain · xxv, 37, 137, 143

TRIBILLON, Jean François · 169

trocas materiais · 88, 89, 90

trocas políticas · 88, 89, 90

trocas simbólicas · 89, 90

turismo de habitação · 54, 277

turismo rural · 54

U

União Europeia · 15, 87, 111, 123, 141, 157, 269, 295, 299

urbanismo · 23, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177, 178, 179, 182, 184, 185, 186

urbanismo. funcional · 175

urbanismo. racional · 179

urbano · 17, 19, 21, 23, 25, 28, 30, 32, 34, 38, 39, 44, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 120, 147, 169, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 204, 212, 247, 257, 260, 264, 275, 276, 284, 301

URSS · 91

V

Visteon · 362, 363, 376, 378

Volta da Pedra · 272

W

WALLERSTEIN, Immanuel · 104

WALZER, Michael · 141

WATERS, Malcom · 90

WEBER, Max · 19, 20, 31, 75, 90, 172

WIRTH, Louis · 23, 43

WRIGHT, Frank Lloyd · 178